

ROCHA POMBO

# Historia do Estado do Rio Grande do Norte





A presença constante nos sessenta anos de existência das universidades, a versão física do livro consagra uma tradição que ultrapassa meio século no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Inicialmente, esses livros, compondo acervos trazidos pelas faculdades que constituíram a recém-criada Universidade do Rio Grande do Norte, tornaram-se a semente da Biblioteca Central Zila Mamede – BCZM e das publicações surgidas desde os primeiros passos da Imprensa Universitária, depois Editora Universitária.

Hoje, contando com as grandes vantagens oferecidas pela tecnologia, outra fronteira editorial se apresenta com uma significativa produção de e-books lançados pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – EDUFRN e acessíveis por meio do Repositório Institucional da UFRN. Dessa forma, ampliou-se sistematicamente o uso do livro em nossa universidade. Em reforço dessa ampliação, tornou-se importante a atuação da Secretaria de Educação a Distância – SEDIS. Uma e outra modalidade editorial apresentam-se em rica produção no contexto das comemorações dos sessenta anos, representada por um conjunto de obras impressas que atinge o número de 18 livros, além do expressivo catálogo de e-books lançado pela EDUFRN, com ênfase para a publicação acadêmico-científica com acessibilidade.



ROCHA POMBO

# Historia do Estado do Rio Grande do Norte



**Reitora**

Ângela Maria Paiva Cruz

**Vice-Reitor**

José Daniel Diniz Melo

---

**Diretoria Administrativa da EDUFRN**

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Diretor)

Wilson Fernandes de Araújo Filho (Diretor Adjunto)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

---

**Conselho Editorial**

Luis Álvaro Sgadari Passeggi (Presidente)

Alexandre Reche e Silva

Amanda Duarte Gondim

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Anna Emanuella Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha

Arrailton Araujo de Souza

Carolina Todesco

Christianne Medeiros Cavalcante

Daniel Nelson Maciel

Eduardo Jose Sande e Oliveira dos Santos Souza

Euzébia Maria de Pontes Targino Muniz

Francisco Dutra de Macedo Filho

Francisco Welson Lima da Silva

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Glória Regina de Góis Monteiro

Heather Dea Jennings

Jacqueline de Araujo Cunha

Jorge Tarcísio da Rocha Falcão

Juciano de Sousa Lacerda

Julliane Tamara Araújo de Melo

Kamyla Alvares Pinto

Luciene da Silva Santos

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Zikan Cardoso

Marcos Aurélio Felipe

Maria de Jesus Goncalves

Maria Jalila Vieira de Figueiredo Leite

Marta Maria de Araújo

Mauricio Roberto Campelo de Macedo

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Regina Simon da Silva

Richardson Naves Leão

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Samuel Anderson de Oliveira Lima

Sebastião Faustino Pereira Filho

Sérgio Ricardo Fernandes de Araújo

Síbele Berenice Castella Pergher

Tarciso André Ferreira Velho

Teodora de Araújo Alves

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago Rocha Pinto

Veridiano Maia dos Santos

Wilson Fernandes de Araújo Filho

---

**Secretária de Educação a Distância**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Secretária Adjunta de Educação a Distância**

Ione Rodrigues Diniz Morais

**Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos**

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

**Coordenadora de Revisão**

Maria da Penha Casado Alves

**Coordenador Editorial**

José Correia Torres Neto

**Gestão do Fluxo de Revisão**

Rosilene Paiva

**Revisão de ABNT**

Verônica Pinheiro

---

**Digitalização de Originais**

Luíza Souza

**Capa**

Camilla Serejo e Carolina Aires Mayer

**Tratamento de imagens, diagramação**

Luíza Souza e Carolina Aires Mayer

**Finalização**

Camilla Serejo

**Finalização para digital**

Clara Wanderley

**Fotografia da capa (Pico do Cabugi)**

Cícero Oliveira

**Revisão Tipográfica**

Renata Ingrid de Souza Paiva

Catálogo da publicação na fonte. UFRN

Secretaria de Educação a Distância

Pombo, Rocha.

História do estado do Rio Grande do Norte [recurso eletrônico] / Rocha Pombo. – Natal: EDUFRN, 2019.

504 p.: il. : 1 PDF

ISBN 978-85-425-0902-1

Modo de acesso: <https://repositorio.ufrn.br>

1. História – Rio Grande do Norte. 2. Geografia. 3. Nordeste. 4. Brasil. I. Título.

CDU 94 (813.2)  
P784h

Elaborada por Cristiane Severo da Silva CRB-15/557.

## **O PAPEL DO LIVRO EM SESSENTA ANOS DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Ângela Paiva Cruz – Reitora da UFRN

Embora pareça uma tautologia enfatizar-se a importância do livro tradicional, impresso em papel, no cotidiano de uma instituição universitária, nunca é demais chamar a atenção para sua importância em um tempo em que, por razões óbvias, verifica-se uma forte tendência a privilegiar o livro eletrônico.

Ninguém ousará negar a importância de contar com um suporte informacional que corresponda à velocidade presente no dia a dia das sociedades nas quais o uso da tecnologia tornou-se imprescindível. Contudo, a existência do livro físico – em alguns casos assemelhando-se a descobertas preciosas em minas ainda não tocadas pela internet – é igualmente inegável e justifica o evento editorial dos sessenta anos.

Notável é o caso de obras diretamente relacionadas com o evento, como, por exemplo, o livro iconográfico 60 anos, 60 olhares ou a reedição do memorável discurso do historiador Luís da Câmara Cascudo, que marcou a instalação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à época ainda estadual. Não menos importantes, as reedições da História do Rio Grande do Norte, de Rocha Pombo – para a qual projeta o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte uma edição eletrônica – e o conjunto de livros que trata de seca e açudagem e estudos econômicos do estado, clássicos que não envelhecem, ambos, já tendo merecido edições da Coleção Mossoroense e da Fundação José Augusto, chegam à academia em novas edições.

O atual lançamento coloca-se à altura do ocorrido na década anterior – justamente quando se completaram os cinquenta anos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – oferecendo ao leitor da academia, e também à sociedade norte-rio-grandense, interessados na valorização da cultura potiguar, um acervo bibliográfico que ficará como marco nas comemorações do sexagenário da UFRN.

ROCHA POMBO

# Historia do Estado do Rio Grande do Norte

EDIÇÃO COMMEMORATIVA  
DO  
CENTENARIO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL  
(1822-1922)



EDITORES  
ANNUARIO DO BRASIL — RIO DE JANEIRO  
(ALMANAK LAEMMERT)  
RENASCENÇA PORTUGUESA — PORTO



## PREFACIO

**M**ESMO no dia em que tivermos posto em todos os corações este grande ideal christão de que a humanidade é tão verdadeiramente uma extensão da patria como a patria é uma edificante ampliação da familia — mesmo nesse dia não se ha de esquecer que a propria vida de uma nação tem de fazer-se ou regular-se pelo concurso de cada unidade regional das que formam essa nação.

E ainda, dentro de cada uma dessas unidades será preciso contar com a cooperação de agrupamentos mais restrictos, até chegar-se mesmo ao mais restricto de todos, que é a familia — instituição irreductivel, fundamento de toda organização social.

Isto é facil deduzir das proprias leis que regem a vida de toda collectividade.

Não se comprehenderia, com effeito, como sobre uma certa porção de territorio se pudesse montar um apparelho politico e administrativo — unico, central — com capacidade de exercer em toda a superficie desse territorio uma acção multipla, e permanente e uniforme para ser equitativa.

Esse apparelho central só pôde ter uma funcção quasi que puramente representativa, e quando muito, reguladora de relações entre as varias unidades regionaes. A funcção de prover aos interesses de cada uma dessas unidades tem já necessariamente de competir a algum outro apparelho, que se mova em esphera propria, porque só assim se moverá livremente.

São estas as idéas e principios, não só preponderantes entre os povos americanos, como afinal vigentes em nossas instituições politicas.

Temos, como aparelho-centro, o governo da União, que exerce a soberania e representa a pessoa internacional. A sua autoridade é extensiva a todo o territorio da Republica.

Mas esse territorio divide-se em Estados federaes, cuja communhão constitúe o Estado soberano. Cada Estado federal tem governo e administração proprias; e é, por sua vez, dividido em circumscripções municipaes, tambem com administração autonoma.

Dahi decorre este principio absoluto (que se poderia expressar por uma figura formada de parallelas de extensão decrescente): não seria possivel separar dos interesses do mundo os interesses de nenhuma nação; como não se poderiam separar dos interesses geraes de uma nação os interesses de nenhuma das provincias ou Estados de que essa nação se compõe; como ainda dos interesses de um Estado não se poderia isolar o bem de nenhum dos municipios que formam esse Estado; nem da sorte de cada municipio a sorte de cada uma das familias que o constituem.

Conclue-se, portanto, que amar e servir dignamente a propria familia não será jamais desservir ou desamar a communa; como ser util á communa onde se vive não será de certo antepôr os interesses que lhe são peculiares aos interesses das demais communas que formam o Estado.

Do mesmo modo: servir ao nosso Estado é nada menos que servir tambem aos demais Estados que compõem a Federação; exactamente como ser util á nossa patria é ser ao mesmo tempo util ás demais nações que constituem a humanidade.

Eis ahi a ampla consciencia com que me disponho a dar este trabalho — o primeiro que vou escrever deste genero.

Penso que a idéa de patria nunca poderá excluir a idéa de uma familia humana, sem o convivio da qual já não é mais possivel a existencia de nação alguma no mundo.

Igualmente — amar o meu torrão natal; e, si tanto em mim estiver, dar o concurso das minhas aptidões á obra de engrandecer o meu Estado — são processos diferentes de servir o meu paiz.

O sentimento da terra não é menos que uma forma do culto da patria.

Nunca de certo houve na historia povo que amasse mais a sua cidade que o povo grego. E no emtanto para elle — patria era a Grecia inteira. O sentimento da raça, da lingua, da religião, nos dias de perigo, ou nos dias gloriosos, ficava sempre superior a todas as disquisições locais e a todos os cultos.

O que é necessario deixar bem claro, pois, é que este sentimento de regionalismo, tão natural, tão respeitavel e tão nobre, só se proscreeve, ou pelo menos perde de intensidade, quando tem de pôr-se em contraste com o alto senso de patria.

Mas, alem de tudo quanto se poderia adduzir aqui para mostrar como semelhante perigo nunca existiu no mundo, sinão em casos e sob feições muito especiaes, em que perde até esse caracter — entre nós, particularmente, todas as tradições se conjuram para eliminá-lo.

Des dos primeiros dias da colonia, sabemos como andaram sempre solidarias na defesa da terra todas as capitánias, de norte a sul. Para ellas, o Brazil integro é que era o Brazil amado: e isto sem que nenhum colono se sentisse enfraquecido no seu amor ao patrio berço. Ninguém se esquecia de que era bahiano, ou fluminense, ou paulista; mas tambem ninguem mais se lembrava sinão de que era brasileiro no dia em que um pedaço de terra, perdido lá no sertão, tinha de ser guardado.

Tudo isso ficou muito vivo em nossa alma de povo, durante quatro seculos. E ainda agora, nos dias da Republica, facil seria indicar exemplos de que é assim mesmo que continuamos a ser.

Demais, a propria indole do regimen federativo concilia-se perfeitamente com esta necessidade de fixar cada vez melhor em nosso espirito o legitimo conceito do Estado. Quando não fosse para mais nada, ao menos para que isso nos valesse de forte estimulo na obra que tem cada uma destas pequenas patrias de levantar no seio da grande patria commum.

Nem a nossa historia nacional poderia ser mais que uma

synthese da vida de todos os Estados. Semelhante synthese só será nitida e perfeita no dia em que cada Estado tiver a sua historia. Mesmo para que nos grandes momentos da vida da nação, cada um possa dizer o que fez, ou como vai levando o seu esforço e a sua coragem na rota do destino.

É o que, pela sua parte, faz o Estado do Rio Grande do Norte: na commemoração de 1922 presume elle que se apresenta, entre os co-irmãos da patria commum, dizendo o que é, e o que tem feito em pouco mais de tres seculos de trabalho.

Não me julgo capaz de dar obra como daria qualquer dos grandes sabedores da nossa historia que tive a fortuna de conhecer pessoalmente em Natal.

Esses mesmos, no emtanto, que melhor do que eu poderiam tomar esta difficil tarefa, e desempenhal-a com mais talento e mais brilho — espero que me hão de dizer si um filho da terra teria feito com mais devotamento, e mais carinho do que eu, o trabalho que ahi têm.

Naturalmente muitos erros e senões se hão de encontrar neste livro. Confio, porem, naquelles mestres: que considerem isto apenas como si fôram os primeiros lineamentos da obra definitiva; e que se disponham a levantál-a. Assim, ficarei eu com esta honra de haver construido o embasamento do edificio, e elles com a gloria de toda a architectação.

Rio-Março-1921.

ROCHA POMBO.

## CAPITULO I

### ANTECEDENTES HISTORICOS

I. No seculo XV sentia-se Portugal como apertado entre a Hespanha e o oceano. Figura-se-nos que aquelle povo tem os olhos afundados no Atlantico vasio, como si procurasse no desconhecido uma soluçãõ contra as angustias em que ia vivendo. — Esse vago anear para os mares torna-se obsidente com o advento da dynastia de Aviz (1385). É o proprio D. João I que institue o grande problema para os portuguezes. É elle quem faz construir as primeiras caravelas, e começa a obra pela conquista de Ceuta. O pensamento que vai gerar a Cruzada maritima não é outro mesmo sinão a gloria de bater o infiel, revidando, ainda que tarde, as invecivas que tinha soffrido a Christandade. — Vencido o mouro, guardar-se-ia a terra libertada. Viria, como consequencia immediata, a vantagem do commercio. E assim, com a victoria do estandarte christão, far-se-ia ao mesmo tempo a expansão da raça.

II. O grande Infante, como si marcasse oriente para aquellas gerações que se agitam como em azafama de longas jornadas, toma a si a causa instituida. Funda a escola de Sagres; attrae para ali cosmographos e marinheiros; e organiza o movimento que vai integrar no planeta o dominio do homem. Em breve estava creado aquillo a que, na phrase de um historiador dos nossos dias, bem propriamente se pôde chamar — a cavallaria do oceano — certamente mais heroica e mais fecunda que a outra. Do promontorio sagrado começam a *sahir* expedições para o occidente e para o sul do Atlantico. A alma da velha Lysia parecia renascer. Emquanto uns cruzam o «mar alto», e descobrem ilhas que pareciam balisas no caminho de

novos mundos, perlongam outros a costa da Africa, ainda envolta nos seus mysterios. Vão de porto a porto, de estação em estação, com a pertinácia e a temeridade fatalista de quem anda tanguido do destino. — Por fim, aquelle intento de chegar á Asia pelo sul absorve toda a coragem e esforço dos heróes, e toda a vitalidade da monarchia. — Quando falleceu d. Henrique (1460) já se havia avançado tanto <sup>(1)</sup> que não era mais possível esmorecer naquella causa e abandonal-a perdendo os sacrificios feitos.

III. Enquanto os portuguezes se obstinam em completar o contorno do continente, um dos maritimos, que entre elles se fizera, formula o plano de realizar pelo occidente o que pretendiam aquelles conseguir pelo sul. Colombo, amparado pelos reis de Castella, armou uma flotilha; aventurou-se a metter-se pelo Atlantico, sempre navegando rumo loeste; e em pouco mais de dois mezes (a 12 de Outubro de 1492) descobria terras, que presumiu da India, mas que logo depois se verificou que eram de um continente desconhecido. — Este successo do navegante genovez vem pôr em conflicto as duas corôas concurrentes. O rei de Portugal, nem por isso, descontinuará o periplo da Africa, de que tanto se esperava; não deixaria, porem, no Atlantico, á mercê da corôa rival, tudo o que já havia feito. Aberta a collisão, recorreu-se primeiro ao Papa; e Alexandre VI resolveu o litigio (em 1493) estabelecendo uma *linha de marcação* para os dois dominios. D. João II, no entanto, não se satisfiz com a justiça do pontifice, e pleiteou directamente com a côrte de Hespanha uma solução que da obra de Colombo salvasse o mais que fosse possível para a corôa portugueza. Pelo tratado que se assignou em Tordesillas (a 7 de Junho de 1494) determinou-se uma nova linha divisoria dos dois hemispherios, a 370 leguas para loeste dos archipelagos dos Açores e de Cabo Verde. — Este meridiano discriminou as duas jurisdições, e constituiu direito entre as respectivas corôas até meados do seculo XVIII, quando novos tratados vieram a alterar os limites dos dois dominios. <sup>(2)</sup>

---

<sup>1</sup> Tinham já attingido quasi o golfo de Guiné; e descoberto já as Cabo Verde.

<sup>2</sup> A linha de Tordesillas passaria pela parte oriental de Marajó,

IV. Ampliada a sua jurisdição para loeste, proseguiu a corôa portugueza na sua obra quasi secular. Logo que Bartholomeu Dias dobrára o extremo meridional da Africa (1487), pensou-se em organizar uma expedição que realizasse, pelo caminho já aberto, uma viagem até a India. Toda a costa africana já estava conhecida, de um e outro lado; mas ainda navio algum conseguira sahir de Lisboa e chegar ás famosas terras anciosamente procuradas. — Assim que subiu ao throno (1495) fez d. Manuel preparar uma esquadilha de tres navios, e confiou a Vasco da Gama tão grande empreendimento. Sahindo do Tejo, desceu a expedição a costa occidental da Africa; deu volta ao cabo da Boa Esperança, e subiu pela outra costa indo ter a Calicut (a 20 de Maio de 1498). — É este, pois, um acontecimento dos mais notaveis na historia dos tempos modernos; e particularmente para Portugal teve uma importancia extraordinaria. — Tinha-se afinal realizado o sonho de tantas gerações.

V. Tratam agora os portuguezes de assegurar as vantagens e recolher os proveitos dos sacrificios que custára aquella obra. O Gama inaugurára o caminho da verdadeira India; mas convencêra-se de que sem grande poder militar não se entraria na colossal feira do oriente, onde se teria de vencer difficeis e tenazes competições. — Ao mesmo tempo, era preciso não desdenhar outras fortunas, mais do que presentidas, dentro dos limites que no Atlantico se haviam assignado á acção dos portuguezes. — É a expedição de Cabral que vai tomar a si esse duplo encargo — de assentar na India o dominio que Vasco da Gama não tivera forças para impôr, — e de verificar, de passagem, si com effeito, em mares da jurisdição fixada, haverá alguma terra que valha a pena acautelar. — A frota de Cabral, a mais poderosa que até aquelle tempo sahia do Tejo, levantou

---

e ao sul, mais ou menos pelo littoral de S. Catharina. Depois que os bandeirantes paulistas, sem respeitar o meridiano de Tordesillas, invadiram grandes porções da jurisdição da Hespanha, foi necessario regular de novo a partilha do continente. Primeiro, o tratado de Madrid (1750) condensa estipulações parciaes que se vinham fazendo desde muito. Não se tendo feito execução desse tratado, celebrou-se ainda outro e afinal o de S. Ildefonso (1777) no qual se confirmaram os assentos dos anteriores, segundo os quaes se authenticava a obra daquelles bandeirantes.



ferros no dia 9 de Março de 1500. Rumou para o sul, passando pelas Cabo Verde; e seguindo depois a sudoeste, desceu até cerca de 17 gráus, tomando então francamente rumo occidental. Parecia procurar terra de cuja situação precisa já se tivesse noticia. <sup>(3)</sup> No dia 22 de Abril avista-se o monte a que se põe o nome de Pascoal, situado em terras hoje do Estado da Bahia. Fez então o almirante voltar para o reino um dos capitães, a communicar ao rei que de facto se descobrira uma grande ilha, da qual tomára posse, e a que dera o nome de Ilha da Vera Cruz.

VI. Descoberta a nova terra, mandou logo d. Manuel uma flotilha que a viesse conhecer melhor, tomando-lhe as proporções, e recolhendo noticias que pudessem orientar o espirito da côrte. <sup>(4)</sup> — Essa primeira expedição exploradora sahiu de Lisboa em Maio de 1501, e veio ter vista de terra na altura do cabo a que se deu o nome de S. Roque. <sup>(5)</sup> Dahi, perlongando a costa, desceu até vizinhanças do rio que depois se chamou de Solis, e mais tarde, da Prata, dando aos varios accidentes geographicos os nomes que ainda hoje têm, como os de cabo S. Agostinho, rio S. Francisco, Rio de Janeiro, bahia ou Angra dos Reis, enseada de S. Vicente etc.. Todos esses nomes figuram já nas primeiras cartas que se desenharam do continente, desde 1502. Comquanto nada fizesse em relação propriamente a explorações do paiz, prestou em todo caso essa expedição o

---

<sup>3</sup> Não é mais possível sustentar-se hoje a casualidade do descobrimento.

<sup>4</sup> Divergem os autores quanto ao chefe desta expedição, citando-se os nomes de André Gonçalves, Gaspar de Lemos, Pedro Coelho, d. Nuno Manuel, João Coelho, Gonçalo Coelho, Christovam Jaques, Fernão de Noronha, e talvez ainda algum outro. Quasi todos estes eram mareantes conhecidos, alguns tinham vindo como capitães na frota de Cabral, e outros tinham sido companheiros de Vasco da Gama. É de suppôr que viesse como commandante desta primeira expedição exploradora o mesmo capitão que voltára de Vera-Cruz para Lisboa com a noticia do descobrimento. Mesmo quanto ao nome, deste ha, no emtanto, duvidas, ficando-se entre André Gonçalves e Gaspar de Lemos.

<sup>5</sup> Constata-se assim que foi este pedaço do Rio Grande do Norte a primeira terra do Brazil que viram os nossos avós depois da de Vera-Cruz.

grande serviço de fixar logo aquella nomenclatura da costa. Provavelmente, e talvez desde 1501, outros marítimos, tanto portuguezes como estrangeiros, começaram a aventurar por estes mares, entabulando com os naturaes o trafico que em seguida se tornou tão lucrativo. — Em 1503 põe-se outra expedição para a terra descoberta; parecendo, no entanto, que esta trazia mais o encargo de procurar pelo sul um novo caminho para a Asia. Americo Vesputio, que se suppõe nella vinha (como também na primeira) entrou em desavenças, porem, com o capitão (Gonçalo Coelho), e nenhum dos dois conseguiu coisa alguma, nem mesmo quanto ao conhecimento do paiz. — Não se sabe que outros esforços tenha empenhado a côrte de Lisboa no sentido, ao menos, de ter uma idéa precisa da fortuna com que o destino lhe augmentára o já immenso patrimonio. Limitou-se ella, pelo que parece, a conservar nestes mares um capitão incumbido de guardar a costa contra especuladores de outras nações. Que poderia fazer, no entanto, esse preposto, sem recursos militares, e tendo de vigiar uma tão grande extensão de littoral?

VII. O que aconteceu podia, pois, ter-se previsto: em muitas bahias chegou logo a fazer-se um trafico que em poucos annos se tornou permanente com os indigenas. Por fim, os entrelopos já se armavam como para guerra, dispondo-se a conservar pela força o que sabiam já direito alheio. E assim chegaram até em alguns portos a levantar pequenos fortes para protecção das feitorias, como fizeram em Itamaracá e em Cabo Frio. Só se apercebeu da sua desidia o governo portuguez, quando viu aquelle perigo. Cuidou então de reforçar a guarda da costa com uma esquadrilla, em vez de deixal-a, como estava, entregue a simples capitães de vigia. Presume-se, com boas razões, que em 1516 viera já um capitão (que se pensa ter sido Christovam Jaques) com alguns navios, e trazendo até gente para povoar a terra. Fala-se também numa viagem feita em 1521, mas que parece confundir-se com aquella de 1516. — O que é positivamente certo é que em 1526 veio Christovam Jaques com seis navios, e trazendo já o titulo de «governador das terras do Brazil». Fundou Christovam uma feitoria official em paragem do continente fronteira a Itamaracá, aproveitando um principio de povoação que ali já havia; e uma outra em Per-

nambuco. Percorreu em seguida a costa para o sul, talvez até perto do rio da Prata, mas só entrando, de volta, na bahia de Todos os Santos, onde encontrou dois ou tres navios francezes, que poz a pique, recolhendo os tripulantes, como prisioneiros, nas feitorias. — Em 1528 era Christovam Jaques substituido por um Antonio Ribeiro, a respeito de quem e de cujos serviços não se sabe coisa alguma.

VIII. Não só nada se adeantára, pois, até agora o problema do povoamento, como nem se fizera sequer effectiva a guarda da costa. Os traficantes estrangeiros, principalmente francezes e hespanhóes, punham-se em franca concurrencia até com os prepostos da soberania portugueza. — Resolve-se afinal cuidar do Brazil; e prepara-se em Lisboa uma grande expedição, cujo commando se confia a Martim Affonso de Souza. Trazia este o titulo de capitão-mór com poderes de um verdadeiro loco-tenente do rei. Vinha encarregado de fundar um estabelecimento permanente, que se tornasse o centro da autoridade nas novas terras, e servisse como attestado do dominio. Devia para isso procurar o ponto do littoral que ficasse confinante com a jurisdição de Hespanha, nos termos da convenção de Tordesillas. — Veio esta expedição alcançar terra na latitude de Pernambuco. Por ali deu logo com tres náus francezas, abarrotadas de *pau-brazil* e de outros artigos da terra. Tinham aquelles traficantes destruido a feitoria que Christovam Jaques havia fundado em Pernambuco, e que Martim Affonso agora renova e provê de gente. — Depois de visitar a bahia de Todos os Santos, vem a esquadilha entrar (fim de Abril de 1531) na bahia do Rio de Janeiro. Aqui esteve Martim Affonso tres mezes; e proseguindo para o sul, foi fazer nova estação em Cananéa, e dali continuou a visitar a costa até o rio da Prata. — Como se convencesse de que por ali já estava fóra da jurisdição da sua corôa, resolveu retroceder, depois de assignalar a sua presença naquellas paragens, por meio de padrões com as armas portuguezas. Examinando agora com mais interesse os varios pontos da costa que tinha visitado, veio até a abra de S. Vicente, e ali, a sudoeste da propria ilha desse nome, fundou a primeira villa, onde se estabeleceu a gente destinada a colonizar o paiz.

IX. Ainda se achava Martim Affonso em S. Vicente quando recebeu a noticia de que d. João, no intuito de apressar o povoamento das novas terras, tinha resolvido dividil-as em grandes lotes, que seriam doados, como capitánias, a vassallos benemeritos por serviços á patria. Ao proprio capitão-mór foi logo feita a primeira doação. Em seguida foram feitas outras muitas. — Começando pelo sul, comprehendia o lote de Martim Affonso cem leguas de costa em duas porções, indo a porção septentrional confinar, no rio Macahé, com o lote doado a Pero de Góes (Parayba do Sul). — O irmão de Martim Affonso, Pero Lopes, recebeu primeiro cincoenta leguas em dois prazos; um de dez leguas, encravadas entre os trechos da capitania de S. Vicente; e outro, de quarenta leguas, a contar de Paranaguá para o sul. — Entre o Itapemirim e o Mucury limitou-se a doação feita a Vasco Fernandes Coutinho; seguindo-se-lhe a de Porto-Seguro, que se estendia do Mucury até o porto do rio Poxim, um pouco acima da bahia onde estivera a frota de Cabral, segundo o nosso Varnhagen. — Do porto do Poxim até a foz do Jaguaripe, contava-se a capitania dos Ilheus; e do Jaguaripe até o S. Francisco, a da Bahia. — Continuando para o norte, vinha a capitania de Pernambuco, que se limitava entre o S. Francisco e o Igarassú. Entre este rio e a bahia da Traição comprehendia-se um terceiro lote com que se accrescentára a capitania de Pero Lopes. — Da bahia da Traição corriam as cem leguas doadas a João de Barros, associado a Ayres da Cunha. Entre o Mandahú e o braço mais oriental do delta do Parnayba contavam-se as quarenta leguas de Antonio Cardoso de Barros. — Do Parnayba para alem, calcularam-se setenta e cinco leguas, que foram doadas a Fernando Alvares de Andrade. — Coube a João de Barros mais um lote, comprehendendo as terras que se seguissem do Gurupy até o Amazonas. — Estas indicações não têm nada de precisas: eram feitas quasi a esmo, e calculadas apenas pela latitude, ficando, portanto, mais longe da verdade quanto mais mudava a direcção da linha da costa. De Pernambuco para cima entrava-se na parte menos conhecida do littoral. E por esta razão, os limites das donatarias ali concedidas eram ainda mais incertos que os das do sul. Foram afinal as capitánias cujas raias logo se modificaram.

X. Na maior parte deŝas capitánias, da de Pernam-

buco para o sul, sempre fizeram alguma coisa os respectivos donatarios ou seus prepostos. As que mais se desenvolvêram foram as de Duarte Coelho e de Martim Affonso. As de Pero de Góes, de Vasco Fernandes, de Pero de Campos e de Francisco Coutinho, apesar dos esforços que todos empregaram, não tiveram grande incremento, devido, não só a hostilidades do gentio, como á insufficiencia de recursos ou de aptidões que mostraram para semelhante funcção. A dos Ilheus está nas mesmas condições: o loco-tenente do donatario não era homem para tarefa de tal monta. — Em todo caso, não se póde dizer que fossem de todo improficuas as tentativas: em quasi todas as donatarias, mesmo entre as menos favorecidas, sempre ficaram inicios de povoações ou feitorias, que em seguida não foi difficil renovar. — Mas esses primeiros ensaios de colonização, como se vê, ficaram reduzidos á parte da costa que se comprehendia entre S. Vicente e Itamaracá ou Igarassú. Para alem de Itamaracá, e de S. Vicente para o sul, nada se havia feito; e quanto a este ultimo rumo, particularmente, só muito mais tarde é que se vai encaminhar a acção dos portuguezes.

XI. De Itamaracá para cima foram inefficazes os poucos esforços que se arriscaram. Como vimos, toda aquella porção da costa até o Amazonas fôra repartida em quatro secções, doadas, as duas extremas a João de Barros, e as duas do meio a Cardoso de Barros e Fernão de Andrade. Cardoso de Barros parece que nem ao menos deu signal de interesse pela valiosa mercê que lhe fizera o rei. Comquanto queiram alguns attribuir-lhe uns tantos vestigios de trabalho que no segundo seculo ainda se encontravam no littoral do Ceará, o mais que se sabe positivamente é que Cardoso veio ao Brazil em 1549, com Thomé de Souza, como Provedor-mór da fazenda; e que, tendo ficado aqui muitos annos, não consta que coisa alguma aventurasse pela sorte do seu rico patrimonio. — João de Barros associou-se a Ayres da Cunha e a Fernando Alvares, constituindo uma vasta empreza, cujas proporções apparatusas chegaram a dar-lhe até uns ares de empreendimento militar. Puzera-se Ayres da Cunha, adestrado maritimo, á frente da expedição, composta de dez navios, alguns armados em guerra, e guarnecidos de 900 homens. — Tendo partido de Lisboa por fins de 1535, chegou esta esquadra a Pernambuco, e dali su-

bindo, foi visitando a costa, á procura de certo da melhor paragem onde se situasse o primeiro estabelecimento. <sup>(6)</sup> Mas depois do cabo S. Roque, um temporal dispersou a frota, perdendo-se para sempre a capitanea, e com ella o malaventurado Ayres da Cunha. Os outros navios conseguiram entrar num amplo estuário, que suppuzeram os tripulantes fosse o do Amazonas; e ali desembarcaram, a leste de uma grande ilha, que chamaram da Trindade (Maranhão). Entregues á sua sorte, privados do seu chefe, procuraram todos reagir, naquella conjunctura, contra os imprevistos do destino. Estabeleceram-se, pois, no proprio local onde está hoje a cidade de S. Luiz, e foram muito bem acolhidos pelos naturaes. — Mas, ou porque se sentisse ali muito isolada, ou porque fosse mudando a attitude dos indios, resolveu aquella gente abandonar «tão formosa terra.» — Depois deste desastre, fizeram-se ainda umas tentativas de colonização, mas sempre infructuosas. — Só lá para fins do primeiro seculo é que se vai começar o povoamento; e então sendo já necessario, desde Pernambuco, abrir caminho pela conquista, e pouco a pouco, a custa de grandes sacrificios.

XII. Este processo das capitánias não deu os resultados que se esperavam: pelo contrario, viu-se logo que enormes inconvenientes apresentava o regimen. Resentia-se principalmente da falta de um representante ou delegado directo do soberano com autoridade em todo o dominio. Foi essa falta que se suppriu com a creação de um Governo Geral, em 1548. — Organizou-se então a nova ordem de coisas, dando-se regimento geral para o governo e administração do paiz. Ao lado do Governador ficavam, como para formar com elle um conselho de consulta, um Ouvidor Geral, um Provedor Mór da Fazenda, e um Commandante militar. — Só agora, portanto, é que se começa a instalar na colonia a administração official. — Chega Thomé de Souza á Bahia em fins de Março de 1549, trazendo, alem de força militar, muita gente que se vinha estabelecer na terra.

---

<sup>6</sup> Como se sabe, correram no tempo muitos boatos acêrca dos fins desta expedição, cuja importancia a tal ponto se exagerou que o embaixador de Hespanha em Lisboa chegou a dar conta de tudo ao seu soberano. Dizia-se principalmente que o fito de Ayres da Cunha era ir ao Perú pelo Amazonas: o que — bem se está vendo — não era nenhum problema descabido, principalmente naquelles tempos.

Vieram tambem os primeiros Jesuitas, tendo como superior o padre Manuel da Nobrega. — Cuidou, antes de tudo, o Governador Geral de fundar a cidade, a que deu o nome de Salvador, e que seria a capital do dominio. — Em seguida, estendeu Thomé de Souza suas vistas sobre as outras capitánias, procurando corrigir abusos e remediar males que se inveteravam. — Restringiu, no entanto, a sua solicitude ás capitánias do sul. Para o norte, só havia a de Pernambuco, onde o respectivo donatário, com a sua prudencia e bom senso pratico, assentára e mantinha todas as condições de uma ordem perfeita. — As terras do terceiro quinhão de Pero Lopes continuavam abandonadas; e só em Itamaracá parecia augmentar o primitivo nucleo que se formára, e que se tornou menos povoação regular de colonos que valhacouto de bandidos. Dali para cima nada mais se fizera depois do fracasso dos primeiros tentamens.

XIII. Comquanto a installação do Governo Geral na Bahia indicasse o proposito, em que estava a còrte portugueza, de reprimir aquella desordem reinante em toda a costa, aberta aos entrelopos, continuaram, principalmente francezes, a fazer com os indios o trafico do *pau-brazil* em todas as enseadas e portos menos vigiados, mesmo na secção do sul. Os grandes negocios que faziam taes especuladores, e a desidia com que viam tratada a terra, induziram-n-os afinal a conceber o plano de se fixarem definitivamente nalgum ponto, onde se fortificassem e pudessem defender-se. Com effeito, só ás circumstancias em que se via naquelle momento a França é que se deve attribuir o facto de se não ter dado lá mais importancia a um empreendimento tão facil e tão auspicioso como o de Villegaignon. Tendo entrado na esplendida bahia de Guanabara em 1555, aqui puderam ficar os intruzos cêrca de doze annos, não se comprehendendo como tivessem perdido todo esse tempo sem conseguirem fazer-se fortes, e pôr-se em condições de guardar para sempre tão admiravel paragem. — O Governador Duarte da Costa não poude impedir-lhes o ingresso, nem teve meios de os expellir do paiz. Só Mem de Sá é que veio a conseguil-o; e ainda assim só depois de duas expedições contra elles.

XIV. Expulsos da bahia em 1567, continuaram, no em-



tanto, os francezes a fazer as suas especulações por todo o littoral entre o Rio de Janeiro e Espirito Santo. — Mas agora, foram sendo os traficantes perseguidos com mais tenacidade. Já não andavam tranquilllos nas antigas feitorias que tinham fundado e iam explorando nas immedições de Cabo Frio. Com o tempo, não só se desilludiram dos negocios cá do sul, como se convencêram de que na vasta secção do norte, para alem de Pernambuco, era a costa muito mais propicia ao contrabando. Desde muito que se considerava aquella porção do paiz como terra sem dono; principalmente depois que Portugal e suas possessões cahiram sob a soberania da Hespanha. — Deve aliás datar-se do primeiro decennio depois do descobrimento a frequencia de francezes nas bahias daquelle immenso littoral. Todas aquellas regiões maritimas, que ficam entre o Parayba e o Jaguaribe, eram dominadas pelo gentio potiguara, uma das mais nobres entre as nações da familia tupy, e das que se tornaram mais notaveis na historia colonial. Vivendo em continuas guerras com Tapuias do sertão noroeste e com Tabajaras do sul, nutriam assim um forte espirito militar, que os distinguiu sempre entre os mais valentes e aguerridos dos povos americanos. Por fim tornou-se-lhes preponderante esse instincto heroico, ao ponto de não aceitarem relações com gente que não fosse das suas tribus. Viviam por isso de todo segregados até dos outros naturaes do continente. Quando não estavam em guerra, faziam plantações, ou cuidavam de pesca. Menos ainda toleravam a presença de nenhum estrangeiro. Quem não era dos seus era inimigo; e apanhado, teria de ser irremissivelmente immolado aos numes da nação. — Foram estes indios que sacrificaram aquelles dois moços da primeira expedição exploradora. Foram tambem potiguaras os indios que mataram muitos homens da mallograda expedição de Ayres da Cunha (por 1538 ou 39).

XV. O que é, porem, curioso é que estes indios, tão infensos a gente extranha, mesmo da sua raça, viessem a fazer-se tão amigos dos francezes. Repelliam com violencia tremenda, e odiavam de morte a quantos navegantes aportassem naquellas bahias; e no emtanto acolhiam e acarinhavam aquel-

les aventureiros. (7) Muitos francezes chegaram a ficar vivendo por ali, tomando os costumes, aprendendo a lingua daquelles indios, e até formando familia. Esses prestavam depois os melhores serviços aos traficantes patricios. — Estabelece-se assim, por toda a zona do noroeste um trafico que se tornou permanente para os fins do primeiro seculo. — Tão livremente por ali faziam os francezes os seus grandes negocios, e tão favoraveis condições viam na terra, de todo abandonada pelos concurrentes do sul, que com o tempo foram concebendo a idéa de fundar estabelecimentos definitivos. Não foi difficil que para isso contassem com o apoio e protecção directa do proprio governo da França. É assim que occuparam, com Daniel de la Tousche, a ilha do Maranhão. — Com este successo cresciam por toda parte os velhos perigos que andavam perturbando a acção dos portuguezes. Tinham já os intrusos aquelle centro de resistencia. Ali faziam-se fortes para ir extêndendo a sua influencia e dominando todo o extenso littoral. Valiam-se das suas relações com os indios para insuflal-os contra os portuguezes, creando assim para estes os maiores embarços. (8) — Só agora é que a metropole se apercebe dos grandes riscos que anda correndo o dominio.

---

<sup>7</sup> Tem-se querido ás vezes explicar isso pelo modo como os francezes tratavam os indios, muito differente dos processos que em geral os portuguezes empregavam. Mesmo que seja assim, é sempre extranho que des dos primeiros dias de todos os estrangeiros distinguisssem os francezes.

<sup>8</sup> Os portuguezes por sua parte não eram, nas relações com o gentio, concurrentes de que se arreceiassem os intrusos. Não sabiam elles fazer guerra ás tribus mais aggressivas sem os lucros das *descidas*. Os indios, perseguidos nos littoraes do sul, iam refluindo para o norte, e fazendo por lá novas alianças.

## CAPITULO II

### ANTES DA CONQUISTA

I. O littoral do territorio que forma hoje o Estado do Rio Grande do Norte foi seguramente dos primeiros, nesta parte da America do Sul, que receberam visitas de expedições européas. Ha mesmo quem affirme (aliás sem muito solidos fundamentos) que até antes de Cabral havia já (em 1499) a expedição de Alonso Ojeda avistado terras por aquellas alturas. — Não são precisas, no testemunho dos proprios navegantes, as indicações que autorizam semelhante hypothese. O mais que deixam como certo, ou pelo menos provavel, é que Ojeda, si com effeito chegou a descer até a latitude de 5 gráus, não fez mais, quando muito, que perlongar a costa, mal avistando de longe a terra. — Tambem Vicente Pinzon, por principios de 1500, quando se diz que de Pernambuco subira para o norte, devia provavelmente ter desvendado porções da costa rio-grandense. E este parece mesmo que fizera um pouco mais do que avistar accidentes do littoral, pois teve de soffrer mortiferas aggressões do selvagem. Já esta circumstancia, portanto, está suggerindo a legitima suspeita de que a gente de Pinzon tenha com effeito saltado em algum ponto do territorio do Rio Grande. Sabe-se que só naquelle trecho da costa havia indios que se tornaram temidos dos navegantes. Para o noroeste e para o sul, os indigenas recebiam sempre bem os estrangeiros, pelo menos mais desconfiados e curiosos que aggressivos. Só os potiguaras infligiam terriveis escarmentos a quantos se afoitavam a apparecer-lhes ao alcance.

II. Alem destas, ha ainda a viagem de Diogo de Lepe, coincidindo quasi com a de Vicente Pinzon; o qual não se sabe

que paragens teria avistado, mas que se póde suppôr, com boas razões, tenha descido até a parte da costa de onde fôra aquelle violentamente repulsado pelos naturaes. — Depois dessas expedições hespanholas, começamos a ter informações mais seguras; e temos hoje certeza de que desde 1501 o littoral do Rio Grande foi conhecido dos portuguezes. — A primeira expedição que veio reconhecer a nova terra descoberta por Alvares Cabral, e que deve collocar-se em 1501 (por mais que a recusem alguns autores) alcançou terra entre 5 e 6 gráus. Segundo o roteiro, por ahi desembarcou gente, e tomou-se posse da terra. Sentiram-se logo signaes de que a paragem era habitada (!); e no dia seguinte (8 de Agosto), da praia, descobriam-se numa collina proxima, por entre o arvoredos, grande numero de indigenas em attitudo de espreita ou de receio. Foram inuteis todas as tentativas de attrahir aquelles naturaes com engodos e mostras de intenções pacificas. Dois grumetes, que se atreveram a metter-se entre elles, nunca mais appareceram. Passados alguns dias, foi um outro mancebo á procura daquelles primeiros; e, á vista dos que ficaram na praia á espera, foi o misero sacrificado. Emquanto isso, multidão de barbaros desciam do monte, investindo a flechadas os bateis varados na praia.

---

<sup>1</sup> Acêrca da Bahia dos Marcos escreve Milliet: — «Marcos. Enseada na costa sul da provincia do Rio Grande do Norte, no districto de Villa-Flôr. *Deram-lhe este nome por se haver achado na entrada della um dos marcos com as armas portuguezas, postos por Christovam Jaques no littoral do Brazil, em 1503. Jaz esta enseada uma legua ao norte da embocadura do rio Camaratiba, entre a Bahia Formosa e a de Acejutibiró.* — Da Bahia Formosa diz o mesmo autor: — «Formosa ou Aretipicaba. Bahia da Provincia do Rio Grande do Norte, no districto de Villa-Flôr. A costa, tomando subitamente para o sul e cavando-se para continuar, ao depois como ao principio, para o norte, deixa uma abra de obra de 2 leguas, e forma esta bahia que tem de profundidade coisa de uma legua. Os navios estão dentro della abrigados contra os ventos do sul, e nas vasantas das marés acham 4 braças de agua num fundo semeado de bancos de coral. A ponta de terra da entrada desta bahia que mais se adianta é a da banda do sul, e jaz em 6 graus, 23 minutos e 12 segundos de latitude, e em 37 graus, 20 minutos e 27 segundos de longitude oeste. *Nesta especie de promontorio assentou Christovam Jaques o padrão com as armas de Portugal, proseguindo em 1503 as suas explorações para a banda do sul, e outro tanto fez na Bahia, em Cananéa e em Maldonado.*»

III. Estas informações não deixam duvida nenhuma quanto ao trecho da costa em que esteve aquella gente: tanto a latitude calculada, como a obstinada repulsa dos indios, mostram claro como por ali se estava em dominio dos Potiguaras. Andavã-se pelas vizinhanças do cabo S. Roque. — Para confirmar tudo isto, encontramos num autor, digno de absoluta confiança quanto aos factos que refere, uma nota de muito preço. Diz elle (<sup>2</sup>) que foi na enseada de Tamatanduba, districto de Villa-Flôr, no Rio Grande do Norte, que «Christovam Jaques assentou, em 1503, o primeiro padrão das armas de Portugal no Brazil». Esta data de 1503 não altera o valor da noticia. Sabe-se que a segunda expedição exploradora veio ganhar terra na altura do cabo S. Agostinho, ou um pouco ao norte. Não pôde, portanto, ter sido essa a expedição a que se refere Milliet de Saint-Adolphe. É seguramente a de 1501; tanto mais que é sobretudo a essa que dão alguns antigos Christovam Jaques como commandante. — Restaria identificar essa enseada de Tamatanduba, nome que parece com o tempo se perdeu. Pelo que nos dá o proprio Milliet, não pôde ser outra sinão a Bahia Formosa, parecendo que a cidade actual de Canguaretama é a antiga Villa-Flôr. (<sup>3</sup>)

IV. De qualquer modo, verifica-se que a primeira expedição plantou o primeiro marco em terras do actual Estado do Rio Grande do Norte. — O cabo S. Roque, desde 1501, tor-

---

<sup>2</sup> Milliet de Saint-Adolphe — *Diccionario Geographico, Historico e descriptivo do imperio do Brazil*. Esta obra é de uma fidelidade indiscutivel em tudo o que diz respeito ás informações que nos dá principalmente das coisas antigas do Brazil. Salvo enganos de datas, e ás vezes de nomes, pôde-se ter uma confiança quasi sem limites nas referencias que faz de successos.

<sup>3</sup> V. nota 1. — De Villa-Flôr dá-nos Milliet o seguinte: — «Pequena villa da provincia do Rio Grande do Norte, 12 leguas ao sul da cidade do Natal, e 1 ou 2 arredada do mar. Foi em principio a aldeia Gramació, fundada perto da confluencia do ribeiro de seu nome com o Cunhahú... O districto de Villa-Flôr... confronta ao norte com o da nova villa de Goianinha, e com o da villa de Mipibú, do qual se acha separado pelo rio Cururú; ao poente com o de Villanova do Principe, e ao sul fica contiguo com a provincia de Parayba... As principaes povoações são: Crumatahú, Parnambuquinho ou Ponta da Pipa, Tamatanduba, Tibáu, e Uruá».

nou-se, para os navegantes que vinham a estes mares, o ponto de referencia mais conhecido. — Entre as mais antigas noticias e tradições nada mais se encontra a respeito deste ponto, a não serem supposições ou meras hypotheses. Mesmo as expedições subsequentes, que se fizeram para aqui, quasi nunca chegavam a ir para o noroeste, limitando-se a percorrer a costa para o sul. De viagens de traficantes francezes, o mais que se sabe é que estes, des dos primeiros tempos começaram a frequentar todo o littoral do paiz, e que afinal foram ampliando os seus negocios na costa do norte. — Só de 1530 em diante é que se vão tendo noticias mais positivas de visitas de portuguezes a paragens daquella porção do littoral senhoreada pelo gentio Potiguara. — Em 1531, tomava vista de terra pelas immedições do cabo S. Agostinho a frota de Martim Affonso. De Pernambuco mandou o capitão-mór a Diogo Leite para o norte, incumbido de explorar a costa até o *rio do Maranhão*. Deste maritimo se diz apenas que chegou até a foz do rio Gurupy. Provavelmente teria, ao menos, avistado pontos do extenso trecho no qual se comprehendem as costas do actual Rio Grande. Nada, porem, consta mais do que tivesse feito aquelle capitão.

V. Alguns annos depois, vem a expedição de Ayres da Cunha (1535). Depois de ter estado em Pernambuco, subiu pela costa, e foi fundear na foz do Genipabú (depois Ceará-mirim), algumas leguas, portanto, acima do Potengy. Tenta estabelecer-se ali, mas os indios não permittiram quasi nem que se saltasse. Levantando ferros e proseguindo para o norte, sabe-se qual foi a sorte da frota. Dispersada por temporaes, mal conseguiram os navios alcançar o Maranhão, tendo-se perdido o capitanea. Comquanto privada do seu chefe, esteve aquella gente algum tempo na ilha da Trindade (S. Luiz); mas desenganada afinal de poder ficar naquella terra, tão distante e isolada das colonias do sul, resolve reembargar, voltando uma parte para a Europa, e ficando outra em Pernambuco. Tentando ainda talvez aquelles profugos da sorte estabelecer-se em paragens mais proximas da zona já povoada (provavelmente pelas alturas do Potengy, ou da Bahia Formosa) soffreram da parte dos indios tão violentas aggressões que tiveram de desistir outra vez do seu intento. — É possivel que

mais alguns aventureiros tivessem conhecido, depois daquelles tempos, terras do Rio Grande. Nada mais, no entanto, se encontra de positivo referente áquelles dias. — O que se liquida de modo incontestavel é que, não só aquella parte, como todo o littoral do noroeste ficaram desde 1538 até fins do seculo, completamente abandonados pelos portuguezes. — Do que acabamos de ver, infere-se, pois, que o territorio do Estado do Rio Grande do Norte foi, depois de Porto Seguro, o primeiro visitado por europeus na America do Sul.



## CAPITULO III

### A CONQUISTA

I. Pelo que parece, é principalmente depois dos primeiros tempos da conquista que os indios potiguaras se tornaram mais rancorosos contra os portuguezes. E para isso deve ter havido razões, que nem sempre depõem contra a ferocidade attribuida des do principio áquella nação indigena, e que antes dão testemunho da sua indole altiva e qualidades heroicas. Adivinha-se mesmo, sem grande esforço, quaes teriam sido essas razões. Sabe-se que muitos dos primeiros nucleos que se fizeram no littoral eram formados dos peiores elementos que sahiam do reino e vinham aventurar na terra, fóra de toda ordem social. Ali mesmo pelas vizinhanças da zona de dominio dos Potiguaras, aquella gente da Conceição não era a menos ruim das que foram ficando no paiz. Aquillo era menos colonia que refugio de bandidos, com os quaes nem Duarte Coelho tinha querido convivio. — Não se ignora tambem que, depois de muitos conflictos e longas desordens com os colonos de Itamaracá, se mostravam os Potiguaras dispostos pelo menos a não hostilizar mais os portuguezes. Os proprios especuladores de França, que eram os mais habéis instigadores do odio selvagem contra os colonos, e que tinham por ali suas feitorias, pareciam propensos a viver bem com os seus concurrentes, comtanto que não fossem perturbados nos seus negocios. Andavam todos, portanto, num perfeito ensaio de tolerancia, si não de paz — os nossos colonos, os francezes e os indios.

II. Não demorou, porem, que os Potiguaras fossem soffrendo de novo repetidos agravos e vexações dos moradores da Conceição. Associados aos moradores de Goiana, tanto

molestaram os indios, teimando em escravizal-os a força, que estes se uniram e se levantaram contra elles. Pareceu o levante tomar logo proporções de insurreição geral contra toda a colonia. Teve o Governador Luiz de Brito, que nunca fôra prudente nesta questão dos indios, de expedir força para prompta repressão do gentio, que se sabia já estimulado por francezes. Mas os sublevados, ou por tactica, ou temerosos da investida, retiraram para os sertões, e Fernão da Silva, que commandava a expedição contra elles, poudé avançar até o rio Parayba, voltando para Pernambuco sem deixar ninguem por ali. — Vendo livre outra vez a terra, volveram os selvagens a reoccupal-a, continuando a hostilizar os colonos. Por sua parte, alguns destes, julgando os indios escarmentados, procuravam entrar no valle do Parayba, e estabelecer-se naquellas paragens. Os barbaros, porem, não os deixaram tranquilllos, depredando-lhes as roças e incendiando-lhes os engenhos. Inutilmente tentou ainda o proprio Governador castigal-os e reduzil-os a obediencia.

III. Durante o governo de Lourenço da Veiga (por 1579) um rico proprietario e commerciante de Pernambuco, Fructuoso Barbosa, espirito aventureiro e homem de grandes ambições, projecta fazer, por sua propria conta, a conquista das regiões do Parayba. Para isso vai á metropole, e lá contracta com o governo a empreza de colonizar aquellas terras mediante as vantagens de receber como premio a capitania das mesmas por dez annos. Deu-se na **côrte grande importancia a este emprehendimento**. Organiza Fructuoso, lá mesmo na Europa, uma expedição regularmente provida de tudo, trazendo navios armados e tropas de desembarque, missionarios, e colonos em grande numero. Já estava no Recife, porem, quando uma tempestade lhe assalta os navios levando-o até as Antilhas, de onde retrocedeu para o reino. Lá recompõe a expedição, e vem (1582) reforçal-a, em Pernambuco, de tropas ao mando de Simão Cardoso. — Enquanto este seguia por terra para o norte, partiu Fructuoso com a sua frota. Chegando á foz do rio Parayba, encontrou umas sete ou oito náus francezas, das quaes destruiu cinco, tendo as demais conseguido fugir. — Estava já em terra **desapercebido**, e julgando-se livre de perigos, quando foi victima de um insidioso ataque dos selvagens, que lhe mataram

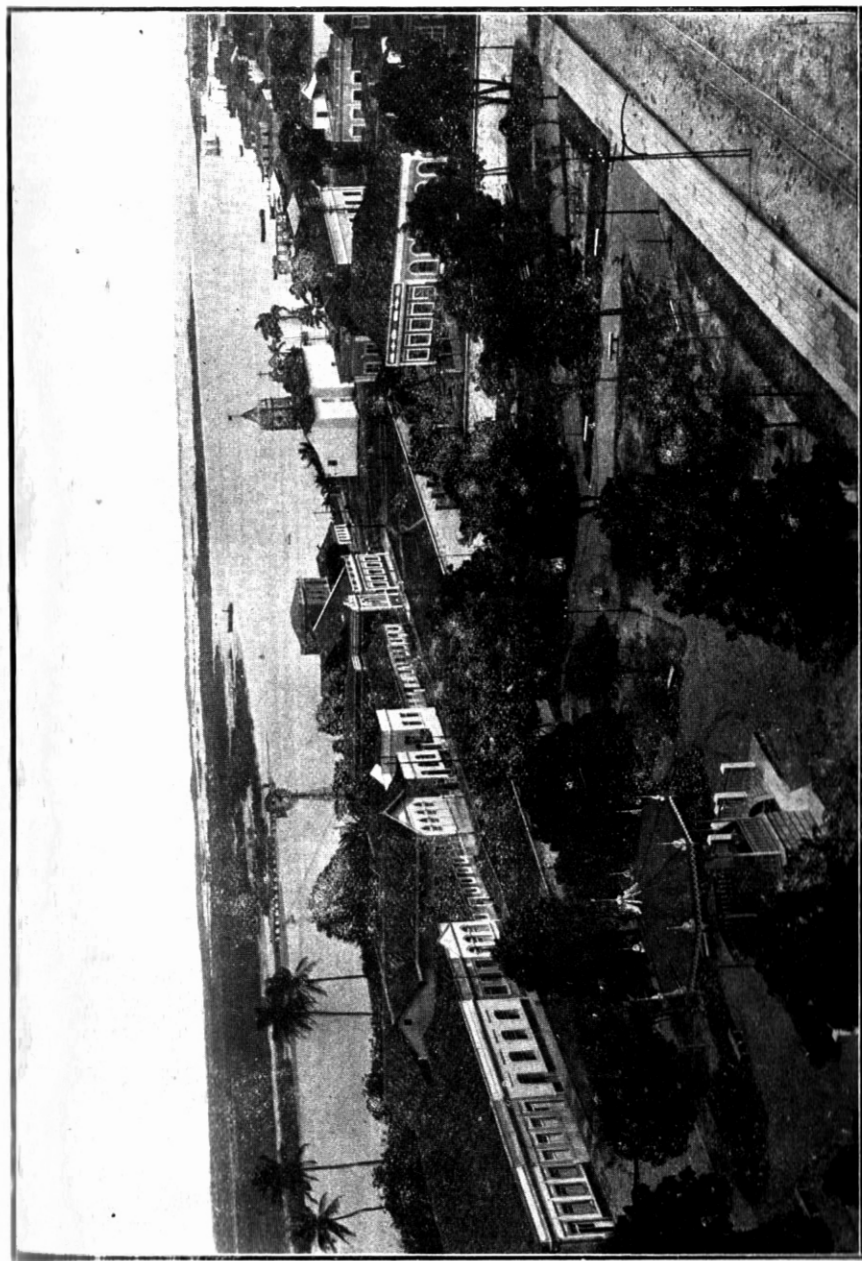
uns quarenta homens, entrando nesse numero um filho do proprio capitão. — Este desastre fez esmorecer de uma vez aquelle homem resolutivo; e só não se retirou elle immediatamente porque esperava a gente que fôra por terra. — Simão Cardoso, em lucta continua com os indios, tinha conseguido atravessar umas sessenta leguas de sertão, chegando em boas condições ao Parayba. — Mas Fructuoso Barbosa tanto se havia resentido daquella desgraça, e tão apprehensivo ficára com a morte do filho, que desistiu do commettimento recolhendo-se a Pernambuco. — E assim ficou tudo peor do que antes; pois os Potiguaras, com o successo mais afoitos e incendidos, não só se fizeram unicos senhores de toda a Parayba, como ainda ameaçaram os colonos da capitania vizinha.

IV. Prepara então o Governador Telles Barreto uma forte expedição, que faz logo partir para o norte, á qual se reuniu Fructuoso Barbosa. Aproveitou para isso o concurso da esquadra de Diogo Flores de Valdez que estava na Bahia, juntando-lhe ainda dois navios que de viagem para a India ali haviam arribado. — Em Pernambuco, o proprio loco-tenente do donatario, d. Filippe de Moura, reuniu ás pressas perto de 1.000 homens (entre portuguezes, negros e indios) e marchou por terra, enquanto Valdez seguia com a esquadra. — No porto do Parayba, onde tinham construido um fortim, encontrou Valdez alguns navios de traficantes. Estes recebem logo hostilmente os expedicionarios. Mas a artilharia da frota rebate com violencia aos impetos do inimigo, e em poucos momentos foi o fortim destruido. Os francezes refugiam-se numa das náus que tinham no porto, e dali combatem obstinadamente durante muitas horas; até que a embarcação é tomada de assalto pelos nossos, enquanto os contrabandistas, lançando fogo ás outras que estavam varadas na praia, fogem rio acima em lanchas. — Desembarcam então as tropas de Valdez; e logo no dia seguinte chegaram as de d. Filippe de Moura.

V. Cuida-se com toda diligencia de reconstruir o forte que Fructuoso Barbosa havia começado, na margem esquerda do rio, um pouco acima do ponto para onde agora é removido, quasi defronte do lugar onde depois se construiu o de Cabedêlo. Comquanto não se sentisse ainda desafogado dos intrusos, que

se haviam mettido no interior, apressou-se Fructuoso em assumir a capitania da nova colonia que se ia' crear, arrogando-se para isso direitos decorrentes do contracto que tinha feito com a corôa, mas que elle, por sua parte, não tivera a fortuna de cumprir. Fôra, ao mesmo tempo, nomeado commandante do forte o hespanhol Francisco de Costrejon. — Logo, porem, que se retiraram Valdez e d. Philippe de Moura, foram os índios, com os francezes, reapparecendo pelas vizinhanças, e pondo o forte em apertado cerco. As tremendas aggressões, que se repetiam obstinadamente dia e noite, só com a artilharia eram rebatidas. Começou-se logo a sentir naquelle reducto, isolado pelos inimigos, necessidade de soccorros. Para aggravar a conjunctura em que se vêm os sitiados, entram em dissensões Costrejon e Fructuoso. Por sua parte, occupam os francezes a bahia da Traição, um pouco para o norte; e dali hostilizam, com mais tenacidade e furor, aquelles competidores. Chegou a tal extremo de angustia a situação do forte que até os cavallo já serviam de alimento para a gente encurralada. — Afinal, com algum reforço, que chega de Pernambuco em dois navios, reanimam-se os nossos, e conseguem certas vantagens contra os inimigos.

VI. Mas foi por pouco tempo aquelle allivio. Tendo-se alliado com as hordas de Piragibe, que ali chegavam agora acoissadas de Pernambuco, assanha-se outra vez toda aquella barbaria, e põe num grande desespero os assediados de S. Philippe. Esta nova insurreição, que se propaga como incendio pelas estancias do sul, produz indescriptivel alarme, principalmente entre os pernambucanos, já escarmentados daquelle odio mortal que elles proprios tinham movido no coração dos Tabajaras. — Ante a imminencia do perigo, põe-se o proprio Ouvidor Geral, Martim Leitão, á frente de multidões de voluntarios que acodem ao grito de salvar a terra. Parte de Igarassú esta gente para o norte, e vai varrendo o paiz até o forte, sem ter necessidade de travar grandes combates, porque os Potiguaras e seus alliados iam fugindo á vista de tantas forças. — Expurgada de inimigos toda a varzea do Parayba e immedições, voltou o Ouvidor para Pernambuco, deixando o forte de S. Philippe fartamente provido de tudo. Como Fructuoso Barbosa se havia ausentado para a Europa, onde fôra disputar os



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA DA  
CIDADE E FOZ DO RIO POTENGY

seus pretensos direitos, tomou Pedro Lobo a capitania da colonia, continuando Costrejon como alcaide do forte.

VII. Julgou-se agora efficaz o escarmento, e definitiva a conquista daquellas terras. — Dispunham-se já, no emtanto, muitos colonos a ir aventurar por ali, quando se soube em Pernambuco que Pedro Lobo tinha abandonado a sua capitania, e chegára ás occultas a Itamaracá, tentando embarcar para a India. Reconhecido, porem, teve de confessar o seu intento, dando como razão o facto de se mostrar o commandante hespanhol cada vez mais inconciliavel com todo o pessoal do forte e da povoação, principalmente com os soldados e colonos portuguezes. Não tardou que fossem apparecendo em Itamaracá muitos castelhanos em debandada que fugiam da Parayba; e logo depois o proprio Costrejon, declarando que tinha destruido o forte de S. Philippe, e «desamparado aquelle posto porque se via sem recursos e... sem inimigos», sendo, portanto, inutil o sacrificio que ali se fazia. É preso o destemperado capitão, e remettido para a côrte. Lá foi logo solto, no emtanto; pois nenhum remedio se podia esperar do reino, de onde «sempre tão mal se respondia aos clamores da colonia»... Era forçoso, pois, que a propria gente da terra fosse cuidando della. — Prepara o infatigavel Martin Leitão uma nova *jornada*, a cuja frente se queria que fosse o proprio Fructuoso Barbosa, já de volta da Europa; mas ao que este de maneira alguma se prestou.

VIII. Por fortuna dos colonos, porem, traz-lhes agora o destino um expediente em que rarissimos de certo em taes embarços pensariam. Estava a nova expedição a partir de Pernambuco, quando ali se apresentam dois indios, emissarios de Piragibe, e procurando entender-se com o Ouvidor Geral. Entrára o chefe tabajára em discordia com os seus alliados, e num irreprimivel despeito contra elles, propunha paz, e pedia o soccorro dos pernambucanos para a guerra que estava disposto a fazer aos Potiguaras. Solicito fez Martin Leitão partir, a encontro de Piragibe, um official com alguns homens numa caravela; e logo no dia seguinte (3 de Agosto de 1585) entrava no rio Parayba; e ali no porto (na mesma paragem onde está hoje a cidade da Parayba) foi assignada a paz com os Tabajaras. — Era de grande importancia tal successo, e o proprio Martin

Leitão apressou-se a ir confirmar solennemente o convenio. — Lançou então o Ouvidor os fundamentos da cidade (sob invocação de Nossa Senhora das Neves) á margem direita do rio, num alto, a umas tres leguas do mar, na mesma paragem onde alguns annos antes se havia construido um forte, que foi agora restaurado. — Posto ali tudo em ordem, avançou o Ouvidor por terra até além da bahia da Traição; e só voltou para Olinda deixando o paiz livre de indios hostis e de francezes. — Mas ainda deste vez pouco duraram as condições normaes em que poz a colonia.

IX. Como si por lá se tivesse o intuito de perturbar os serviços daquella dolorosa conquista, mandam da metropole, no anno seguinte (1586) um certo Francisco de Morales, nomeado capitão do forte da Parayba. Repete este homem os desastamentos de Costrejon, começando por expulsar do forte a João Tavares, pondo-se em violentas collisões com os pernambucanos e os indios alliados. — Aproveitaram-se das novas desordens os inimigos, que andavam sempre alerta no seu despeito, e ameaçam outra vez a gente da Parayba. — Ainda nisto imita Morales ao seu antecessor: abandona inesperadamente o seu posto, deixando a guarnição do forte, e principalmente os colonos já estabelecidos, em horrivel conjunctura. — Clamou-se para Pernambuco; e ainda uma vez corre em soccorro daquella população quebrantada o heroico Martim Leitão. Inflige grande esgarmento aos indios e seus alliados; e levanta um outro forte na varzea, a umas duas leguas para o interior, ao qual deu o nome de S. Sebastião e era destinado a guardar um engenho de assucar que se estava construindo.

X. Como temos visto, longas penas vai custando aquelle avançar tão lento para o norte; e tudo se faz á custa de esforço dos proprios colonos, sendo de justiça assignalar bem que nesta phase, a grande figura que se destaca, representando a coragem dos pernambucanos, é Martim Leitão, que sabia sempre associar as suas funcções de judicatura ás funcções da guerra, fazendo-se, como o intitula o maior historiador da colonia com toda razão — um verdadeiro *general da conquista*. Ganhava-se terreno por ali penosamente, trecho a trecho, levando por diante o gentio insurgido. Mal se assentavam tendas numa

paragem desbravada, e já era preciso, sem descanso, continuar a investida contra os acampamentos desmontados, que se installavam para além. Os proprios colonos, os que andam como instinctivamente naquelle incessante afano de legiões, e marcham sempre na vanguarda — levam uma vida de guerra continua, como em praça militar, que se desloca dia a dia para uma fronteira que recua á medida que se avança, e abrindo a terra cada vez mais ampla a exercitos que devem vencer outras batalhas. E tem-se de ir avançando pelo mar e pelo sertão. Enquanto uns repulsam o selvagem de montanha para montanha, vão outros expellindo das enseadas concurrentes mais temerosos, e fortificando e guarnecendo a costa, por onde vêm sempre os maiores perigos. Só para chegar-se á Parayba gastam-se mais de dez annos de luctas tremendas. — E agora, dali, tinham os colonos os olhos para as estancias do norte.



## CAPITULO IV

### O FORTE DOS REIS MAGOS

I. É assim, penosamente, conquistando a terra 'pedaço a pedaço, investindo e recuando, cedendo agora para avançar amanhã, numa dolorosa alternativa de destroço e de successo — é assim que se vai entrando naquella porção do dominio. As *jornadas*, que se pode comparar ás *bandeiras* do sul, tinham de ir levando por diante as legiões de barbaros, frementes de odio e de repulsa terrivel. Potiguaras e francezes não esmorecem na sanha tremenda, e não deixam a terra sem protestos de escarmiento. Os colonos vivem de armas na mão, como em campo de batalha, alerta dia e noite. Cada nucleo que se installa é mais acampamento que colonia; e ahi vive-se como em sitio apertado, contando as horas, de olhos nas atalaias. — É preciso, pois, ir avançando com prudencia e coragem, pelo mar e pelo sertão, varrendo de insidias os campos e as florestas, como as enseadas e os rios. — Expellidos da Parayba, foram os Potiguaras assentar as suas tendas para o norte. Tocados da foz do Mamanguape e da bahia da Traição (Acejutibiró) passaram os francezes para a foz do Potengy e immediações. Dali faziam sortidas e correrias contra a guarda avançada da Parayba, e punham em continua afflicção moradores e autoridades. — Em taes apertos, o mais que se fazia era manter com sacrificio o posto conquistado, enquanto se clama para a metropole, pois do Governo Geral já não havia esperanza de remedio prompto e efficaz.

II. Afinal, foram ouvidos os clamores, quando se sentiram claro os perigos, e ainda mais quando se começou a reear que os francezes se viessem a fazer cada vez mais fortes naquell-

las costas. — Teve então o Governador Geral (d. Francisco de Souza) ordem de apressar a avançada para o norte, de concerto com os capitães-móres de Pernambuco e da Parayba. Organizou-se (1) depressa uma expedição regular, com forças de mar e de terra, e bem provida de gente e munições. Mandou-se da Bahia uma esquadilha de 11 navios com tropas de desembarque e artilharia. O capitão-mór de Pernambuco (Manuel Mascarenhas Homem) entendeu-se com Feliciano Coelho de Carvalho (capitão da Parayba) e trataram solícitos de preparar mais forças de terra. Formaram-se tres companhias de «gente de pé», ao mando dos capitães Jeronimo de Albuquerque, de seu irmão Jorge de Albuquerque e de Antonio Leitão Mirim; e uma «companhia de cavallo», commandada por Manuel Leitão. — Seguiram estas forças por terra até a Parayba. Ali encontraram já a esquadilha enviada da Bahia. (2) Tinha tambem Feliciano Coelho reunido gente na Parayba, formando uma companhia de pedestres, commandada pelo capitão Miguel Alvares Lobo, e uma legião de mais de 700 indios de varias tribus, tendo á frente os respectivos chefes. Combinou-se então que estas forças marchariam por terra com Feliciano Coelho; enquanto Mascarenhas Homem seguiria por mar com a esquadilha. Tomou consigo o capitão-mór de Pernambuco alguns missionarios, entre os quaes o Jesuita Gaspar de São João Peres, «grande architecto», e o franciscano frei Bernardino das Neves, «perito na lingua brazilica.» (3)

III. Seguiu Mascarenhas Homem (fins de 1597) para o norte com a armada, enquanto Feliciano Coelho marchava pelo sertão. Mas este não alcançou o Rio Grande, tendo de volver do caminho por ter sido a gente atacada de variola. Só

<sup>1</sup> Fr. Vicente do Salvador — *Historia do Brasil*, c. XXXI.

<sup>2</sup> Esta esquadilha era commandada «pelo capitão-mór Francisco de Barros Rego, tendo como almirante Antonio da Costa Valente; e como capitães dos outros navios (eram 6 navios e 5 caravelões) João Paes Barreto, Francisco Camelo, Pero Lopes Camelo, e Manuel da Costa Calheiros».

<sup>3</sup> Este frei Bernardino era filho do capitão João Tavares, da Parayba, homem já notavel na conquista, e que era «muito temido» dos indios. Associou-se a fr. Bernardino um outro capucho, fr. João de S. Miguel; assim como com o padre Gaspar se juntou o padre Lemos.

Jeronimo de Albuquerque, com as suas companhias, tomou na costa um caravelão, e foi reunir-se a Mascarenhas. — Teve este durante a viagem signaes de traficantes na costa. No porto dos Busios <sup>(4)</sup> chegou mesmo a avistar sete náus francezas que carregavam *pau-brazil*. Assim que presentiram a approximação dos navios, fugiram a maior parte dos especuladores; e como já era tarde, não quiz Mascarenhas perseguil-os, preferindo continuar a rota. — No dia seguinte, mandou-se gente adiante encarregada de descobrir a foz do rio Grande (Potengy) e sondar-lhe a entrada; e pela tarde, ia toda a esquadilha fundear no estuario. — Ali desembarcaram as tropas, na margem direita, por ser a terra alta; e cuidou-se logo de fazer entrincheiramento provisório, de varas de mangue, onde se acautelassem contra os índios, pois já nas immediações havia indícios da attitude aggressiva dos Potiguaras. Deu-se tambem principio á construcção de um forte na barra (a 6 de Janeiro de 1598) ao qual se deu, por esta circumstancia, o nome de Santos Reis Magos.

IV. Não fardou que se convencessem de como ia ser amargurado aquelle intento ali, mais do que fôra na Parayba. Poucos dias se haviam passado, quando foi o acampamento surpreendido, de madrugada, por multidão de índios, seguidos

---

<sup>4</sup> Parece que ha duvidas quanto á identidade deste porto dos Buzios. Num antigo roteiro, que diz o barão de Studart ser o mais antigo que conhece impresso em portuguez, o de Manuel de Figueiredo, encontramos o seguinte: «Derrota da costa do Brazil, pela parte do norte. Querendo ir pela costa do Brazil, que está para o norte, ireis ver terra de 5 graus as barreiras do porto dos busios do rio Pirangi, e vereis o rio grande cinco leguas pela banda do norte dellas (barreiras) e a fortaleza que está no arrecife. (*Docs. para a historia do Brasil e especialmente a do Ceará*, v. II, 158). Milliet dá, com este nome de Pirangi, «um rio de pouco cabedal da provincia do Ceará... que se lança no oceano ao poente do forte de Aracati»... e que não pôde portanto ser o Pirangi do roteiro acima citado. — Parece-nos que o tal porto dos Buzios não seria outro sinão o que fica a cêrca de uma legua ou pouco mais da foz do Trairy actual, e que não sabemos si conserva até hoje aquelle nome.

de seus alliados, os francezes. <sup>(5)</sup> Cercaram a trincheira em grande assanho e alarido, investindo até a paliçada a flechas e pelouros, e combatendo com «furor de inferno». Os sitiados, porem, não esmorecem, e rebatem com igual violencia os ataques; até que o inimigo levanta o cerco, e foge. — Estava dado aquelle aviso do que ha de vir dali em diante. — Alguns dias depois daquella primeira investida, apresenta-se ali, vindo pelo rio numa jangada, um chefe selvagem, de nome Surupiba, falando em paz, dizendo-se poderoso entre os seus, e mostrando, na linguagem e nos gestos, tal desplante e arrogancia, que foi necessario prendel-o e domal-o pela força. Tão altivo era este indio que não se humilhou com os ferros: antes parece que mais se ensoberbou, e ergueu a cabeça e a voz com desusada altaneria, exigindo que o tratassem como grande senhor. Intervieram então os padres, por aproveitar aquelle extranho lance; e pediram ao capitão-mór que antes com paciencia se diligenciasse vencer pelo bom trato aquella natureza revel. <sup>(6)</sup> O franciscano, que «bem conhecia as traições e enganões» de tal gente, não pensava como o padre Gaspar, e oppunha suas razões contra tudo o que fosse dar provas de fraqueza poupando semelhantes inimigos, ou tendo com elles condescendencias que tomavam sempre mais por medo que por bondade ou por justiça.

V. Não obstante, passou-se a tratar o chefe indigena com certas mostras de cordura; e afinal, a instancias do Jesuita, foi elle alliviado dos ferros: com o quê, pareceu amainar-se-lhe o animo esturdio. Por fim, ainda a conselho do mesmo padre, á vista da mudança operada, resolveu o capitão soltal-o, dando-lhe muitos presentes e fazendo-lhe muitas demonstrações de intuitos conciliadores. — Prometteu Surupiba; parecendo vencido de taes deferencias, que iria fazer-se entre os seus um nuncio de paz, e assegurou que não demoraria a estar ali de volta com todos os da sua tribu. Alguns dias depois mandou

---

<sup>5</sup> Diz Fr. Vicente que eram 50 francezes, que haviam ficado das náus avistadas no porto dos Buzios, «e outros que ali estavam casados com Potiguaras».

<sup>6</sup> Segundo Fr. Vicente, fr. Bernardino se oppoz aos conselhos dos Jesuitas, por isso que «conhecia bem as traições e enganões» do selvagem.

pedir mais presentes, dando noticia de que os seus já estavam apaziguados, e muito satisfeitos de verem os portuguezes bem dispostos a recebê-los como amigos. Logo depois repetiu o pedido, e dando agora aviso de que já estava em caminho com toda a sua gente. — Pouco durou a persuasão em que iam os nossos cahindo: nem Surupiba, quanto mais a tal gente, chegava nunca ao acampamento. Antes novos signaes de intentos hostis se vão sentindo pelas vizinhanças. Alguns homens, que tinham sahido a cortar madeira nuns mangaes proximos, a muito custo conseguiram escapar a uma emboscada. — E não demorou que se apresentassem outra vez a ameaçar de novo cerco a trincheira. Fez então Mascarenhas Homem sahir a encontro delles os Tabajaras; e estes infligem nos inimigos tremendo escarmento, perseguindo-os até o mar, e não deixando com vida nenhum dos assaltantes da vanguarda.

VI. Nada, porem, atemorizava aquelle gentio em furor, nem havia meio de reprimir a indomita bravura do Potiguara insurgido. Continuos assaltos, dia e noite, trazem a gente do fortim num constante alarme. Toda a redondeza andava abalada do selvagem, troando em sanha de guerra. Assediam elles outra vez a trincheira, e não deixam um instante de socego naquelle reducto isolado. Nem mais de agua podiam prover-se os conquistadores; e em tal aperto se viram logo, que tiveram de pedir soccorro urgente da Parayba. E talvez nem mais esse clamor lhes fosse ouvido a tempo si não chegasse do reino um capitão (Francisco Dias de Paiva) em uma urca, trazendo artilharia e munições. — Feliciano Coelho, por sua vez, clamou para Pernambuco; e vendo que demoravam os reforços que dali esperava, tomou a resolução de pôr-se em marcha com a sua gente a soccorrer os do Rio Grande. Não foi hostilizado nos caminhos. Antes encontrou só signaes de que os indios abandonavam as aldeias fugindo á approximação dos invasores. Chegou, pois, o capitão-mór sem nenhum accidente ao arraial, onde com effeito urgia tomar providencias efficazes para defesa principalmente do posto. — Combinaram os dois capitães a ordem do serviço para apressar-se a construcção do forte sem sacrificio daquella gente exposta ás iras dos selvagens. Dividiu-se toda a força em tres turmas, que se revezavam nos trabalhos do forte e na vigilancia contra o inimigo.

VII. Não se limitavam, no entanto, os do arraial a manter uma prudente defensiva: enquanto uma parte estava no serviço do forte, andavam as outras a varejar o campo, no intento de escarmentar o gentio. Chegaram um dia a dar de surpresa numa grande aldeia, matando mais de 400 indios, e fazendo uns 80 prisioneiros. Souberam por estes que não muito longe dali estava um grande exercito de indios e francezes, reunidos em seis aldeias fortes, e preparados para uma investida decisiva ao arraial. Accrescentavam os informantes que só devido a uma terrivel epidemia de bexigas, que estava dizimando a gente, não tinham atacado ainda o acampamento. — Não se deixavam os nossos affrontar de taes annuncios; mas agora tinham dois inimigos a combater — o gentio e a epidemia. Convinha, pois, evitar quanto possivel as tabas indigenas onde havia o contagio, e ir fazendo a guerra de recontros e ciladas nos caminhos. — Continuava-se cada vez com mais diligencia o trabalho do forte, preferindo concentrar a gente de vigia só na guarda do arraial, quando chegou da Parayba um navio com provisões de boca. Pelo capitão desse barco soube-se que os francezes estavam outra vez no porto dos Busios, com uma náu, que cuidavam de carregar. Não quiz Mascarenhas perder o ensejo de dar-lhes uma nova refrega; e reunindo forças de cavallo e de pé, foi por terra surprehender o conluio dos alliados, matando-lhes alguns, e aprisionando uns quantos, sendo tres francezes. Os outros contrabandistas, desilludidos do obstinado intento, retomaram a náu, e fugiram.

VIII. Afinal, no meio daquellas angustias, trabalhando-se de armas na mão, conseguiu-se, ao cabo de mais de cinco mezes de esforço, acabar o forte dos Reis Magos, cujo commando entregou Mascarenhas a Jeronimo de Albuquerque «tomando-lhe homenagem, como de costume». (7) — Bem provida de tudo aquella praça, despediu-se Mascarenhas no mesmo dia (24 de Junho de 1598), e á noite se poz em viagem de volta, indo pernoitar na aldeia do chefe Piragibe, onde tinha Feliciano Coelho o seu quartel. Dali proseguem todos para o sul. — Não estavam livres do inimigo, no entanto. Alguns dias depois que deixaram a aldeia do Camarão, encontram no caminho

---

7 Fr. Vicente do Salvador — *op. cit.* XXXII.

uma «grande e forte cêrca», que tiveram de investir por duas vezes. É nesta ocasião que o indio Tavira, já famoso em todos aquelles sertões, praticou actos de incrível temeridade. <sup>(8)</sup> Assim que se presentiram signaes do inimigo, expediu-se Tavira com alguns companheiros a reconhecer o arraial. Foi o tremendo selvagem matando os espiões dos contrarios que surprehendia

<sup>8</sup> Este Tavira (ou Tabyra, como escrevem outros chronistas) parece que era mesmo uma fera, de impetos mais de loucura e crueza que de valor. Delle escreve Simão de Vasconcellos (*Chron.* I, 101): «Foi esta nação dos Tabayares (Tabajaras) a primeira, que (como já tocamos falando da Bahia) se poz da parte dos portuguezes, apesar de Potiguaras, Tapuias e outros, e em nossa defesa obraram grandes coisas em todas as conquistas. Da destas partes porei alguns exemplos. Seja o primeiro o de um afamado Tabyra, capitão de valor, esforço e arte: chegou a ser terror e assombro de nossos inimigos; venceu batalhas, matou innumeraveis, e fez taes proezas em armas, que só com Tabyra sonhavam. O mesmo era saber que vinha no exercito, que dar a empreza por perdida. A modo dos capitães de fama, dispunha ciladas, assaltos nocturnos e inopinaveis, trazendo areados com elles seus contrarios. Rondava de noite disfarçado os arraiaes do inimigo, e ouvia quanto entre si tratavam; e no seguinte dia pondo-se em fronteira lhes descobria suas traças como adivinhadas, mettendo-os em espanto e medo. E tudo justificavam certidões authenticas dos capitães daquelle tempo». Conta então como uma vez, atacado o barbaro por multidão de inimigos, quasi de surpresa, Tabyra, á frente dos seus, «rompe na batalha com tal furor, e estrondo de vozes, bater de pés e arcos, que atroadas as aves que voavam, cahiam em terra. O famoso Tabyra (qual a exalação leve na região do ar, cercada de nuvens inimigas, concebe fogo, rompe em trovões, e despede coriscos) assim cercado da multidão de seus inimigos, concebe ardor, brama como trovão e corisco; assola, e põe por terra o que mais lhe resiste. Era, porem, a multidão de barbaros excessiva: a centenas de mortos succediam milhares de vivos: e como destes o primeiro cuidado era tirar da vida o capitão Tabyra, no principal fervor do conflictio descarregou sobre elle por um lado tal nuvem de frechas, que correu perigo sua vida, e ficou pregado em um olho, a cuja vista esteve suspenso seu exercito. Porem Tabyra arrancando a frecha, e com ella o olho, e acudindo brevemente a certa herva que lhe estancou o sangue, disse aos soldados que fossem por diante, que ninguem desmaiasse, que para vencer seus contrarios lhe bastava um olho só. Continuou com elle quebrado, mas inteiro o animo: e como só a grandeza do numero detinha a victoria, depois de mortos e frechados tão grande quantidade de barbaros, que lhe não souberam pôr o numero, antes que o sol se puezsse, ficaram os nossos senhores do campo, e de uma victoria das mais famosas de todos aquelles tempos».

no caminho (mais de trinta), até que encontrou a cêrca e deu aviso ao capitão. Atacada a trincheira, combate-se durante mais de duas horas ali, sem conseguir tomal-a. É neste transe que Távira salta a paliçada por cima, e vai, gritando como um possesso, affrontar dentro os combatentes. Mata grande numero delles, até que se lhe quebra a espada, e tem de recuar, soccorrido de fóra, e transpôr a cêrca, «com tanta ligeireza como si fôra um passaro»... A uma nova e mais impetuosa arremetida não resistem os indios. Pela primeira brecha que se abre entram os assaltantes, massacrando horivelmente aquelles miserios, e prendendo mais de 1.500 entre os fugitivos, na maioria mulheres e creanças, que foram levados captivos. — Uns quatorze dias depois encontram nova trincheira, e esta muito mais forte que a outra. Era um verdadeiro posto de guerra, «onde não havia mulheres nem creanças que chorassem sinão só homens de peleja, e entre estes doze bons arcabuzeiros» que não erravam tiros. Estavam os pernambucanos a desanimar, quando um portuguez chamado Henrique Duarte teve a retentiva de lançar dentro da cêrca uma alcanzia <sup>(9)</sup>, com que se incendiou uma das casas, espalhando immenso terror entre os indios. Mesmo assim, não se deixaram estes acobardar: saem da trincheira, que está sendo devorada pelo incendio, e retiram-se, mas retiram como os antigos parthos — combatendo desassombrada e valentemente. <sup>(10)</sup> — Afinal chegaram as forças á Parayba, proseguindo Mascarenhas para Pernambuco.

---

<sup>9</sup> Segundo Aul. — «panella de barro, cheia de polvora, alcatrão ou outra materia inflammavel ou explosiva, que nas guerras antigas se arrojava ao inimigo». Os indios usavam tambem, já antes da conquista, lançar contra as tabas inimigas umas bolas de palha em chamas, com que incendiavam as habitações.

<sup>10</sup> Acrescenta o historiador:... «e assim ainda que lhes mataram cento e cincoenta, tambem elles nos mataram seis brancos, em que entrou Diogo de Siqueira, alferes do capitão Ruy de Aveiro Falcão, com um pelouro, que primeiro havia passado a carapuça a Bento da Rocha, que estava junto d'elle, o qual quando o viu morto, e a bandeira derribada, a levantou, e se poz a florear com ella no campo entre as frechadas e pelouros, pelo que o seu capitão-mór Manuel Mascarenhas lh'a deu, e lhe passou depois uma certidão, com que pudera requerer um habito de cavalleiro com grande tença, mas elle o quiz antes do nosso seraphico Padre S. Francisco; com a tença da pobreza e humildade, em que viveu e morreu nesta custodia santamente».



## CAPITULO V

### FUNDAÇÃO DE NATAL

I. Com a retirada da maior parte das forças recrudesceu a sanha dos indios. Não deixaram mais um instante de socego, principalmente aos colonos que se apressaram a estabelecer-se nas vizinhanças do forte. Felizmente havia ficado Jeronimo de Albuquerque bem provido de meios de defesa, e poudo manter no contorno varios postos de alarme e atalaias, que contra surpresas dos inimigos acautelavam a povoação incipiente. — Não se podia, no emtanto, ficar ali, naquella dura contingencia de cuidar mais de guerra que de trabalho. Jeronimo de Albuquerque, já experimentado em luctas passadas, e tendo aprendido que a prudencia e os meios suasorios eram quasi sempre os processos mais efficazes contra o selvagem, valeu-se então do concurso dos missionarios. A conselho do padre Gaspar, tomou o expediente de tentar uma conciliação com aquelles encarniçados inimigos. Havia, entre os prisioneiros das ultimas refregas, um chefe chamado Ilha-Grande. Este indio, tambem *pagé* entre os seus, gosava de muito prestigio sobre as tribus que se mostravam cada vez mais aggressivas. Parecia Ilha-Grande, lisonjeado com o tratamento que se lhe dava, propenso a mudar de sentir em relação aos portuguezes. Comquanto fosse licito suspeitar que elle andasse com isso disfarçando a sua astucia, como fizera aquelle Surupiba, foi o Ilha-Grande incumbido pelo padre Gaspar de ir, no meio dos seus, ser um pregão de paz. Posto em liberdade, e cumulado de brin-des e afagos, chegou o cacique á primeira aldeia, sendo recebido com muita alegria, mórmente depois que ali se soube como aquelles hospedes do Rio Grande se mostravam inclinados a entrar em amizade com a gente que tinham sem piedade até agora

perseguido. Vieram logo áquella aldeia muitos chefes; e Ilha-Grande, com boas razões os persuadiu de que deviam todos, para poderem viver ali tranquilllos, fazer-se christãos e amigos dos portuguezes.

II. Entre os chefes que cederam ás suggestões de Ilha-Grande, estava o velho Poty, patriarcha de uma familia de heróes que se tornaram celebres nas luctas dos colonos contra estrangeiros. Os outros dos quatro grandes maioraes, que entraram agora na composição que se vai formar, foram Páu-Secco e Zorobabe. Para segurança da lealdade dos portuguezes, allegava o Ilha-Grande o exemplo de Piragibe, chefe dos Tabajaras, o qual vivia com a sua gente muito bem entre os brancos. As mulheres foram as que mais se empenharam pela concordia, dizendo que já estavam cançadas de andar naquellas afflicções com os cestos ás costas, fugindo pelos mattos, sem poderem ficar em suas casas, e vendo os maridos e os filhos continuamente ameaçados e perseguidos, e que antes queriam ser captivas do que viver em guerras tão atrozes. <sup>(1)</sup> — Tanto e tão fundo calou na alma daquellas miserias creaturas aquelle annuncio de conciliação com o inimigo que os quatro chefes não hesitaram em procurar logo o capitão do forte, com o qual se puzeram immediatamente em amistosas relações; mostrando-se mutua confiança dali em diante.

III. Deu Jeronimo de Albuquerque aviso daquelle feito auspicioso aos Capitães-móres da Parayba e de Pernambuco, Apressou-se Mascarenhas Homem a partir para a Bahia, a levar a grata noticia ao Governador Geral (d. Francisco de Souza). Quiz este que, como estímulo aos melhores instinctos do gentio, e bom exemplo aos colonos, fossem aquellas pazes celebradas com certa solennidade. Para isto incumbiu a Mascarenhas Homem de ir á Parayba; e ali teve logar (a 11 de Junhode 1599) o acto apparatuso da ratificação do convenio, achando-se presentes os chefes potiguaras, o Capitão-mór Feliciano Coelho, os officiaes da Camara, com Mascarenhas Homem, Alexandre de Moura, o Ouvidor Geral Braz de Almeida, e outras pessoas. — Entrava-se assim por ali em nova phase, passando a colonia a

---

<sup>1</sup> Segundo Fr. Vicente do Salvador — *op. cit.*

viver agora em boas relações com os índios. E para consolidar esse convívio muito veio a concorrer Martins Soares Moreno, que ficára às vezes no forte como tenente do capitão. <sup>(2)</sup> Este homem, desde muito moço, se relacionára com os indígenas, mettendo-se sósinho pelas aldeias, aprendendo a lingua e até tomando usos e costumes delles, chegando mesmo, nos dias de festa, a tingir-se e enfeitar-se como os proprios selvagens. Fizera assim grande amizade com muitos chefes, entre os quaes Jacaúna, que prestou bons serviços á nascente colonia do Rio Grande. E em seguida, quando se teve de estender a conquista, e principalmente quando se teve de expulsar do Maranhão os francezes, muito util foi aos colonos o prestigio deste homem, que mais tarde veio a tornar-se ainda grande figura na guerra contra os hollandezes.

IV. Achando-se agora socegado naquelle posto, cuidou Jeronimo de Albuquerque de lançar os fundamentos de uma povoação regular, onde se agremiassem os colonos, não só os que já estavam, como os que se viessem estabelecer ali. Já existia, conforme se viu, nas visinhanças do forte, um arraial a que se dava o nome de *cidade dos Reis*. Aquelle não era, no entanto, o local mais proprio para a futura cidade; e deliberou-se escolher um assento mais amplo, em logar mais elevado, á margem direita do rio, a cêrca de meia legua do forte. Ali demarcou Jeronimo o perimetro urbano, onde se começou logo a construir uma pequena igreja para servir de matriz, e muitas habitações que se traslavadam da *cidade dos Reis*. <sup>(3)</sup> — Dentro de poucos mezes estava mudada a povoação, e prompta a capella, que foi inaugurada em Dezembro do mesmo anno (1599) dizendo-se a primeira missa com toda solennidade no dia 25: circumstancia que se aproveitou

---

<sup>2</sup> Lê-se em Milliet de Saint-Adolphe (II, 140): «Conservou-se Jeronimo de Albuquerque por algum tempo nesta cidade (Natal), mas tendo-a deixado, succedeu-lhe no cabo de quatro para cinco annos Martim Soares Moreno, o qual, com dois soldados (*sic*) e alguma gente que trazia, ali se fortificou, e erigiu uma igreja de que foi padroeira a Senhora do Patrocinio»... É o unico autor em que se encontra semelhante nota.

<sup>3</sup> Provavelmente a nova villa continuou por muito tempo a ser conhecida pelo nome do arraial, isto é, *cidade dos Reis*. Fr. Vicente, cuja obra foi concluida por 1627 ou 28, só fala de *cidade dos Reis*. Não escreve uma unica vez o nome de *Natal*.

tou para dar á villa <sup>(4)</sup> o nome de Natal. Foi provavelmente o padre Gaspar de S. João Peres quem exerceu ali o cargo de primeiro cura. — Com o estabelecimento daquelle nucleo em plena paz com os selvagens, foram affluindo para a redondeza, e para a propria povoação muitas familias de colonos. Montaram-se nas immedições alguns *engenhos* de assucar, e *fazendas* de criação principalmente, que logo prosperaram: tudo com tanta fortuna que o Rio Grande chegou logo a attrahir attenção geral nas capitancias do sul. <sup>(5)</sup>

V. Jeronimo de Albuquerque pouco se demorou ali, tendo-se retirado para Pernambuco assim que esteve a terra em ordem. Deixou na fortaleza, como loco-tenente, a João Rodrigues Collaço, logo depois capitão-mór nomeado pelo Governador Ge-

<sup>4</sup> Não tinha a povoação propriamente o predicamento de *villa*. Diz muito bem o dr. Tavares de Lyra (*O Rio Grande do Norte*, 69) que é desconhecida a data precisa da fundação da villa, depois cidade de Natal; e que Jeronimo de Albuquerque lhe lançou apenas os fundamentos.

<sup>5</sup> Para dar idéa da riqueza da terra, basta ver o que narra Fr. Vicente a respeito de um degradado: «Logo em seu principio veio ali ter um homem degradado pelo Bispo de Leiria, o qual, ou zombando, ou pelo entender assim, poz na sentença: «Vá degradado por tres annos para o Brazil, donde tornará rico e honrado»; e assim foi que o homem se casou com uma mulher, que tambem veio do reino ali ter, não por dote algum, que lhe dessem com ella, sinão por não haver ali outra; e de tal maneira souberam grangear a vida, que nos tres annos adquiriram dois ou tres mil cruzados, com que foram para a sua terra em companhia do Capitão-mór do Rio Grande João Rodrigues Collaço e de sua mulher dona Beatriz de Menezes, comendo todos a uma meza, passeando elle hombro com hombro com o Capitão, assentando-se a mulher no mesmo estrado que a fidalga, como eu as vi em Pernambuco, onde foram tomar navio para se embarcarem; e toda esta honra lhe faziam, porque, como em aquelle tempo não havia ainda outra mulher branca no Rio Grande, acertou de parir a mulher do Capitão, e a tomaram por comadre, e como tal a tratavam daquelle modo, e o marido como compadre, cumprindo em tudo a sentença do Bispo, que tornaria do Brazil rico e honrado». Acrescenta Fr. Vicente que não foi só este degradado que no Rio Grande enriqueceu, mas outros muitos.

ral. <sup>(6)</sup> Não se sabe precisamente em que dia sahiu Jeronimo, e entrou Callaço em seu lugar. Pelo que dizem alguns autores <sup>(7)</sup>, deve ter começado Collaço por 1600, durando o seu governo tres annos. É certo, aliás, que em Janeiro daquelle anno já era capitão-mór *desta capitania* — diz um documento do tempo. <sup>(8)</sup> — Não era, no emtanto, Rodrigues Collaço, pelo que parece (como tambem não fôra Jeronimo) mais, que simples *capitão* daquelle posto: isto é, tinha o commando da fortaleza e o governo da povoação. Em todo caso, nesse cargo, tinha poderes para conceder terras provisoriamente, e tanto na area da povoação como em todo o novo districto, que aliás não se sabe por emquanto que limites tem. Chegou a fazer durante os seus tres annos e meio de governo cêrca de 50 concessões <sup>(9)</sup>, enfre datas e sesmarias. — De accôrdo com as ordens especiaes do rei, essas

<sup>6</sup> Milliet não faz referencia nem a Collaço, nem aos outros capitães até a epoca hollandeza. Logo depois de fundada a villa de Natal, dá como successor de Jeronimo de Albuquerque a Martim Soares Moreno, que lhe succedeu ao cabo de 4 para 5 annos.

<sup>7</sup> Escreve o desembargador Vicente de Lemos (no seu precioso trabalho *Capitães-môres e Governadores do Rio Grande do Norte*, I, 5): «Não podemos precisar a data em que foi nomeado (Collaço) para o posto de Capitão da fortaleza (?) pelo Governador Geral d. Francisco de Souza; por uma doação, porem, que obteve de 800 braças de terra ao longo do rio Potengy, concedida por Mascarenhas Homem em nome do Governador Geral, a 8 de Janeiro de 1600, verifica-se que foi por este nomeado e governava desde esse tempo». Diz em nota que corrige o erro que a respeito havia commettido, quando, no vol. 6 da *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, disse que Collaço foi o 1.º Capitão-mór. Não no vol. VI, mas no VII, p. 19, lê-se, no auto de 1614: «I — Primeiramente acharam no livro primeiro uma data de terra de duas mil e quinhentas braças ao longo do rio Patengy, que deu o Capitão-mór Manuel Mascarenhas Homem a João Rodrigues Collaço *Capitão-mór desta capitania* em 9 de Janeiro de 1600». No vol. VI, I, 138, vemos esta carta de sesmaria na sua integra e em nota á mesma é que o desembargador Lemos diz ter sido Collaço o primeiro Capitão-mór que governou a capitania. Não sabemos si o emerito historiador do norte teria bem solidas razões pera corrigir-se, como de um erro, da affirmativa que fizera. Si Rodrigues Collaço não era mais que simples *capitão do forte*, afinal, como é então que fez tantas concessões de datas e sesmarias?

<sup>8</sup> É o mesmo auto de 1614, quando se fez a revisão das cartas de datas e sesmarias que se haviam feito.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

concessões eram feitas sob condição de serem as terras lavradas em dado prazo, que se assignava segundo a extensão das mesmas. Só depois é que se conferiam aos posseiros os titulos definitivos. — Era este um serviço de importancia capital para os destinos da capitania cujos fundamentos assim se lançavam. — Parece que nos primeiros annos não se fez com muito criterio a distribuição de terras, dando-se, sem exame, a quantos as requeriam, e até repetindo concessões ás mesmas pessoas, e quasi sempre em quantidade exaggerada. Até a menores, a filhas solteiras se prodigalizavam mercês de tal natureza. Aos padres da Companhia tinham-se dado varios prazos de grande extensão. Dentro de poucos annos estavam elles de posse de umas dez leguas de campos e terras de lavoura. O proprio vigario de Natal recebeu de Rodrigues Collaço nada menos de quatro datas, sem contar as que depois ainda lhe concedeu Jeronimo de Albuquerque. <sup>(10)</sup> Em cêrca de uns 10 ou 12 annos deram-se perto de 200 cartas de posse provisoria, o maior numero das quais já estavam sem effeito, pois os respectivos posseiros nenhuma bemfeitoria haviam ao menos iniciado nas terras. Outras concessões tinham sido já vendidas antes de confirmadas; e este abuso só se tolerou quanto aos compradores que tivessem feito serviços nas terras compradas. — Cuidou o governo da metropole de corrigir essas irregularidades ordenando, pela provisão de 28 de Setembro de 1612, que fossem legitimadas todas as concessões feitas; e que dahi em diante só se fizessem novas de accôrdo com as regras estatuidas.

VI. Com o capitão-mór João Rodrigues Collaço, ou logo depois deste, chegára tambem a Natal o padre Gaspar Gonçalves da Rocha, que foi o primeiro vigario da nova freguezia. Parece que este homem não se esqueceu da pequena igreja matriz, empregando em meïhoral-a os recursos que angariava mesmo fóra do seu ministerio. Pois o padre Gaspar Gonçalves não era só vigario, mas tambem, como era commum naquelles tempos, fazendeiro e lavrador, chegando, pelo que se suppõe, a fazer fortuna, sem duvida mais dos proveitos do campo que dos beneficios da igreja. Não se sabe em que data precisa falleceu o

---

<sup>10</sup> Fez este até largas concessões aos proprios filhos Antonio e Mathias. O rei mandou reduzil-as.

padre Gonçalves, ou tivesse deixado porventura a parochia. <sup>(11)</sup> — Em torno dessa primitiva ermida se foram agrupando os moradores, vivendo vida mofina, e cuidando ás vezes mais em precaver-se contra assaltos de indios do que de trabalho proficuo. Havia ali muito poucos europeus; e até, pelo que parece, não se encontrava, nem mesmo na povoação, nenhuma familia que não fosse indigena. <sup>(12)</sup> Segundo se calcula, <sup>(13)</sup> não passaria de umas 80 pessoas o numero de brancos, naturalmente quasi todos officiaes e praças da fortaleza <sup>(14)</sup>, e todos sem familia. Propriamente no districto, e em grande parte na povoação, só estavam domiciliados alguns pescadores e roceiros. Fóra do nucleo, em paragens mais ou menos afastadas, contavam-se varias aldeias (umas dezeseis) de indios, em regra gente pouco affeita ao trabalho, e á vida pacifica, e sempre custando muito a trazer em ordem. — Em todo o caso, comquanto ainda insignificante, estava creada a povoação, a que se dava já o titulo de *villa*, e mesmo de *cidade*. <sup>(15)</sup> Pelo menos, estava ali firmado aquelle novo posto, no rumo em que se leva a conquista.

---

<sup>11</sup> O proprio dr. Nestor Lima, num trabalho especial (*A matriz de Natal* — 1915) não nos informa a respeito. Do padre Gaspar Gonçalves passa ao padre Ambrosio Francisco Ferro, em 1645.

<sup>12</sup> Diz Fr. Vicente (c. XXXIII) como já vimos em nota anterior, que nos principios da povoação não havia em Natal outra *mu'her branca* sinão aquella que casou com o degradado.

<sup>13</sup> Dr. Nestor Lima — *op. cit.* 18.

<sup>14</sup> Segundo o desembargador Vicente de Lemos, a guarnição da fortaleza constava de 200 praças, alem de officiaes.

<sup>15</sup> Naquelles tempos era isso corrente e usual: toda povoação que se iniciava tinha já esse titulo entre o povo. Bastava a capella e uma meia duzia de moradores em casebres de palha: era já — a *villa* (ou — a *capella*) para a população das cercanias.

## CAPITULO VI

### CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

I. Ao deixar a capitania da fortaleza dos Reis Magos, parece que não tinha Jeronimo de Albuquerque sinão o intuito de regularizar a situação em que ali ficára. A sua ausencia era, portanto, provisoria; e Collaço não tinha, póde dizer-se, mais que funcções de loco-tenente. — Parte Jeronimo sem demora para a Europa. Vai sem duvida requerer o premio dos seus serviços, como era usual naquelles tempos, em que o rei não poupa liberalidades quando é preciso estimular o esforço dos seus vassallos. Indo pessoalmente, teria ensejo de expôr de viva voz ao governo as condições da terra, e principalmente as necessidades da nova conquista em que se vai proseguir. Foi naturalmente em Madrid, e sobretudo em Lisboa, ouvido com muita attenção, por ser homem já conhecido nos trabalhos da colonia, e com certeza muito recommendado pelo Capitão-general de Pernambuco, sob cujas ordens tinha servido e teria de continuar no posto que requeria. — Tanto assim que, pela carta-patente de 9 de Janeiro de 1603, foi elle nomeado, por seis annos, para a capitania do Rio Grande. — Não póde haver duvida quanto ao predicamento que pela dita carta se confere agora á região que se acaba de conquistar aos índios e aos traficantes francezes: é uma nova capitania que se crêa, subalterna da capitania geral de Pernambuco, mas com administração propria, e tendo, nos negocios que lhe são exclusivos, a autonomia compativel com o regimen. — Por isso mesmo, teve Jeronimo de dar ao rei homenagem pelo cargo, «segundo o uso e costume».

II. Apressou-se Jeronimo de Albuquerque a vir tomar posse do seu cargo. Chegou a Pernambuco provavelmente entre



os mezes de Maio e Junho; e no mez seguinte, ou pelo menos antes de 8 de Agosto de 1603 <sup>(1)</sup>, era investido da capitania. — Convem não perder de vista a circumstancia de serem muito obscuros os primeiros dias, tanto de Natal, como de toda a nova circumscripção administrativa. Não ha sinão raros e escassos documentos relativos áquelles tempos; e esses mesmos a muito custo salvos da invasão hollandeza, que destruiu quasi todos os archivos. Basta notar que o proprio dr. Gonçalves Dias (que tambem se occupou de estudos historicos, comquanto não chegasse a ser tão grande historiador como foi grande poeta) ao desempenhar uma commissão do governo imperial (por meados do ultimo seculo) sentiu essa escassez de noticias <sup>(2)</sup>, e não poude

---

<sup>1</sup> Fr. Vicente do Salvador — *op. cit.*

<sup>2</sup> «O presente trabalho — escreveu Gonçalves Dias em suas anotações ao catalogo que poude fazer — poderá ser de algum interesse, por conter noticias até agora pouco vulgarizadas: tem contudo imperfeições e lacunas que não desejo esconder, nem era possível remediar no estado lastimavel em que se acham os archivos da provincia do Rio Grande do Norte, que tive occasião de examinar, no desempenho da commissão de que fui encarregado pelo governo imperial. Algum trabalho de classificação e arrumação se tem feito ultimamente; mas esse imperfeito e só de utilidade aos que procuram documentos de uma epoca muito proxima. No archivo do governo não ha documento antigo, nem mesmo registro delle, de que se possa tirar algum proveito. Provem isso de que naquelles tempos parecia aos capitães-móres e governadores terem cumprido a sua obrigação, quando remettiam os proprios originaes de algum pàpel importante aos governos, de que dependiam, sem delle guardarem traslados. Por outro lado não tinham secretarios nem amanuenses; e como para aviar a sua correspondencia não lhes bastasse o tempo, quando não fosse senão para o trabalho manual de a escrever, ajustavam alguma pessoa que nisto os servisse; e não podendo despendar muito dos seus soldos ou ordenados, que eram pequenos, pagavam pouco, e dos seus escripturarios exigiam o serviço na proporção do que lhes pagavam. O archivo da municipalidade terá talvez alguma cousa que mereça occupar a attenção dos curiosos; porem, durante estas ultimas campanhas eleitoraes entre os dois partidos da provincia — nortistas e sulistas — foi suspensa a camara; e o escrivão della, por motivos politicos, occultou não só os livros das actas, que teriam valor eleitoral; mas tambem os antigos, que ignoro de que utilidade lhe seriam. — Qualquer, porem, que seja a importancia destes livros, que me não foi dado consultar, é certo que de data muito antiga poucos documentos se poderiam encontrar, pelo extravio dos papeis da capitania com a invasão dos hollandezes. Registrando-se uma carta que os officiaes da

começar o seu catalogo de capitães-móres e governadores sinão de 1663 em diante. — Até a occupação flamenga, portanto, muito pouco se sabe dos tempos primitivos do Rio Grande. — Mesmo dos trabalhos devidos agora aos grandes estudiosos de Natal (<sup>3</sup>), o mais que se apura é que o primeiro governador da capitania muito pouco, ou mesmo quasi nada pôde ali fazer mais do que manter a ordem e dar terras a alguns colonos. Ao que parece, não dispondo de recursos, nem de gente, para dar incremento á colonia, cuidou elle de guardar o posto, e de conceder sesmarias, no intuito certamente de attrahir moradores. — Nem assim, aliás, conseguiu adiantar o povoamento daquellas terras. É de crer mesmo que não tivesse muita gente a quem fazer concessões. Por isso não hesitou em aquinhoar largamente os poucos que se atreviam a ser pioneiros ali, numa terra que parecia mais difficil de prover de gente que de conquistar. Fez afinal doações até a parentes, e aos proprios filhos; e tão liberal nisso se mostrou que o governo do rei teve de reduzir de metade a munificencia do capitão-mór. — O que é certo, no entanto, é que foram os parentes de Jeronimo os primeiros que se fixaram naquelles campos, e por ali fizeram alguma coisa. Não só fundaram um *engenho* de assucar (*engenho do Cunhaú*, que depois se tornou celebre nas guerras contra os holandezes) como desenvolveram grandes lavouras.

III. Pensam alguns que foi Jeronimo de Albuquerque o creador da villa, como tinha sido da povoação dos Reis a

---

camara escreveram ao rei de Portugal sobre a passagem do rio para Aldeia Velha (que ainda hoje existe com a mesma denominação) lê-se que as terras, uma legua em roda neste lugar, pertenciam áquelle conselho, que as aforava; mas que se perdera o foral «pela tradição que ha de que teve foral e se perdeu com os mais livros na invasão do inimigo ho'landez». E o que mais prova isto é que, tendo principio a fundação da cidade do Natal no fim do anno de 1599, foi preciso va'er-me de alguns livros que ainda restam, e em bem mau estado, na thesouraria, para organizar a tabella dos governadores e capitães-móres, a contar de 1663».

<sup>3</sup> Entre os quaes se destacam: os desembargadores Vicente de Lemos e Luiz Fernandes; o dr. Tavares de Lyra, o dr. Nestor Lima, o dr. Oscar Brandão, d. Isabel Goudim, e talvez outros.

que dera o nome de Natal <sup>(4)</sup>. Ainda assim, isto é, mesmo durante o governo de Jeronimo, e suppondo que tivesse tido então a categoria de villa, a povoação nem por isso se fez mais importante. Não consta, no entanto, que chegasse por esse tempo a ter camara e autoridades locais proprias. Nem alcançaria a 100 o numero de moradores de todo o districto. Quando, em 1608 <sup>(5)</sup> ali esteve, de arribada, o Governador Geral d. Diogo de Menezes, encontrou «na *cidade*» umas 25 pessoas (moradores), e nos arredores, umas 80, vivendo de lavoura e de pesca. <sup>(6)</sup> Era, pois, quasi um simples presidio militar. Não tinha justiça, nem vereança. Si já se dizia *cidade* ou *villa*, era-o só de uso, não de predicamento official. Nem mesmo havia districto separado da Parayba. — Só depois, já no tempo de Lourenço Peixoto Cirne, é que se procurou discriminar do da Parahyba o territorio da nova capitania. Foi Peixoto empossado por fins de 1609, sendo a sua nomeação datada de 21 de Agosto do mesmo anno, e não se conhecendo a data precisa da posse. — O que é certo é que só em 1611 é que veio a ser a villa instituida, pelo Governador Geral d. Diogo de Menezes. Foi este que lhe nomeou autoridades e funcionarios, e fez eleger os vereadores. Só de então em diante é que Natal é villa; e o territorio do Rio Grande, ainda sem discriminação precisa, constitue um municipio com o titulo de capitania. No que respeita á justiça faz parte ainda do districto judiciario da Parayba. Em tudo o mais é subalterna, como a sua contigua do sul, do Governo Geral.

---

<sup>4</sup> Diz o dr. Tavares de Lyra que devia ter sido a povoação erigida em villa no tempo de Jeronimo ou pouco antes.

<sup>5</sup> O dr. T. de Lyra dá 1605.

<sup>6</sup> Desembargador Vicente de Lemos, *op. cit.* 8.

## CAPITULO VII

### LIMITES E EXTENSÃO

I. Foram sempre muito incertos, nos primeiros tempos, os limites das proprias donatarias concedidas por d. João III em 1534-1535; quanto mais os das terras que de fins do primeiro seculo em diante se foram conquistando para alem de Pernambuco, e que, á medida que iam sendo occupadas, ia a corôa dividindo em circumscripções sob o nome de capitánias. A discriminação desses pequenos trechos fazia-se entre districtos, que muitas vezes depois se englobavam para formar uma só provincia administrativa. — De sorte que a contar do rio Goiana para cima, as capitánias que vieram a constituir-se como directamente de el-rei (prejudicadas as antigas concessões) só se foram integrando pouco a pouco, segundo permitia a occupação effectiva da terra. A capitania da Parayba, por exemplo, devia comprehender as terras doadas a Pero Lopes, entre o rio Igarassú e a bahia de Acejutibiró (a mesma bahia da Traição). Mas esses limites logo se modificaram, arredando, no sul para o rio Goiana, e no norte para a bahia dos Marcos. — A capitania do Ceará se foi ampliando ao passo que se effectuava a conquista. Primeiro começava no Jaguaribe, até onde se extendia a do Rio Grande, e ia apenas até o Mundahú. Em seguida se foi dilatando no littoral até atingir a barra do Timonha. — O mesmo aconteceu quanto ao resto daquella secção da costa até o Amazonas. — No interior foram sempre ainda mais imprecisas as divisorias de todas as capitánias. O criterio das doações, fazendo o fundo correspondente em largura á extensão da costa determinada, não podia prevalecer: o apossamento das terras é que teve de regular, tanto quanto foi possível, as raias das diversas capitánias; tanto

quanto possivel, é claro, sem sacrificar, menos a regra impraticavel que a vantagem dos limites naturaes.—Póde-se, portanto, fazer idéa das duvidas e difficuldades com que se foram fixando os limites dos actuaes Estados.

II. O territorio do Rio Grande do Norte comprehendia-se na primeira das doações feitas a João de Barros, e que corria, na costa, entre a bahia da Traição e a foz do Mossoró (ou, segundo outros, o rio Jaguaribe), abrangendo, portanto, o littoral do actual Estado do Rio Grande e uma parte do da Parayba. Durante os tres primeiros seculos da colonia não se sentia quasi necessidade de estabelecer fronteiras precisas entre as capitánias; mal se iam regulando (e quasi sempre provisoriamente) os confins dos districtos antigos. Só quando as grandes zonas tiveram de subdividir-se é que se foi tornando necessario fixar melhor os limites dos novos districtos. E pelo que se refere particularmente ao littoral do norte ainda foi mais difficil fazer as discriminações. Cada prazo que se libertava aos indios e aos francezes ia sendo instituido em *capitania*, convindo não esquecer que taes capitánias não passavam a principio de simples presidios militares. — Mal se fazia, nos começos do seculo XVII, a conquista até o Amazonas, e se ia por ali assentando a administração, quando a entrada dos holandezes vem perturbar todo o esforço dos colonos. Os nucleos que se haviam iniciado, ou paralyzam completamente, ou vão se desenvolvendo com muita pena e trabalho. — Só depois da expulsão dos holandezes é que se começou a ordenar a vida das antigas povoações; mas ainda desta vez limitando-se as autoridades, e a propria metropole, a medidas avulsas que as conveniencias do momento iam suggerindo. De forma que as capitánias ou novos termos que se creavam iam crescendo, e ás vezes diminuindo, conforme as providencias tomadas sem systema. O mais que se fazia era indicar confins naturaes por algum accidente geographico (quasi sempre rios e montanhas). — Mais tarde (e em grande numero de casos já nos nossos dias) quando se teve de fixar linhas divisorias entre as antigas provincias, hoje Estados (e ás vezes entre municipios) não houve base de solução mais commoda, mais legitima que a jurisdição immemorial, ou a mais antiga, dada a ausencia de documento positivo em contrario.

III. Por principios do seculo XVII, parece que era o districto da villa de Aquiraz que abrangia o territorio todo da que foi em seguida capitania subalterna do Ceará, primeiro sujeita ao governo do Maranhão, e depois (em 1680) ao de Pernambuco. (1) Os seus limites, porem, eram perfeitamente imprecisos. Em principios segundo alguns, e segundo outros em meados (2) do seculo XVIII, foi creada a villa de Aracaty, separando-se-lhe para isso da villa de Aquiraz o respectivo districto. Parece que está só comprehendia um pequeno territorio como patrimonio da villa, encravado no municipio de Aquiraz. Como a nova villa tivesse prosperado rapidamente e se tivesse feito mais importante que a de Aquiraz, começou a população de Aracaty a bradar para a metropole contra a angustia em que se via. Na primeira representação, a que se dá

---

<sup>1</sup> Lemos nos *Apontamentos sobre a questão de limites entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte*, pelo dr. Tavares de Lyra e o desembargador Vicente de Lemos (*Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte*, v. III, n. 1, p. 20) esta informação: «Como nos fins do seculo XVII fosse progredindo a colonização e a criação do gado, creou-se, no principio do seculo XVIII, no Aquiraz, uma villa e termo, comprehendendo todo o territorio da capitania, dependendo primitivamente das autoridades de Pernambuco, que nunca foram lá; em consequencia do quê, passou á Parayba» (P. Theberge — *Esboço Historico sobre a Provincia do Ceará*). Accrescentam os autores: «Foi a carta regia de 13 de Fevereiro de 1699 que elevou a villa e termo todo o Ceará»... — Não haverá por ahi algum engano de data? O Ceará já era *capitania* desde antes da criação do Estado do Maranhão em 1621. Teve até como primeiro capitão-mór a Martim Soares Moreno. Pondo de lado algum serviço que por ali tivessem feito os holandezes, é de notar 'que logo depois da capitulação destes no Recife (1654) foi nomeado *governador* do Ceará o capitão Alvaro de Azevedo. — Quanto ao Aquiraz, encontra-se em Milliet: «Pequena e pobre villa, si bem que a *mais antiga* da provincia do Ceará... Deve a sua primeira origem ao estabelecimento feito neste lugar pelo padre Christovam de Lisboa para doutrinar os indios Tapuias, por cujo motivo a Sociedade de Jesus alcançou-lhe o titulo de villa com o nome de São-José de Riba-Mar, hoje posto em esquecimento». Fr. Christovam de Lisboa chegou ao Maranhão com Francisco Coelho de Carvalho, em 1626.

<sup>2</sup> Dá Milliet como feita em 1723 a separação da villa de Aracaty; e no entanto, segundo o dr. Tavares de Lyra, só em 1748 é que se desmembrou do de Aquiraz o municipio de Aracaty.

a data de 1783 <sup>(3)</sup>, dizia-se que o districto de Aquiraz confinava, pelo lado oriental, com a *serra do rio Mossoró*. Esta e a serra das Antas (ou Dantas) são extremos da cordilheira do Apody, a qual se considerou dahi em diante como limitrophe entre as duas capitánias contiguas — do Ceará e do Rio Grande do Norte. — Aquella primeira representação nenhum resultado deu; e alguns annos depois a camara de Aracaty repetiu o clamor, pedindo, porem, desta vez, apenas que se lhe incorporassem todas as terras a leste do Jaguaribe, até confins com o termo de Icó, e que ficassem dentro das divisas com a capitania do Rio Grande, subentendendo-se sem duvida que essas divisas eram as já indicadas (e tidas como taes) na primeira representação, isto é — a serra do Mossoró e a serra das Antas.

IV. Bastou essa forma — *serra do rio Mossoró* (que em outros documentos posteriores ás vezes se muda em — *barra do rio Mossoró*) para gerar duvidas e contestações entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, acêrca da respectiva linha confinante naquella parte da fronteira. A cordilheira do Apody, que corre na direcção de sudoeste a nordeste (e divide as bacias do Jaguaribe e do Apody-Mossoró) foi sempre aceita como limitrophe dos dois Estados até o ponto em que, ao approximar-se do oceano, uma forte depressão a desfigura no rumo que levava, para de novo erguer-se junto da costa, onde tem o nome de morro do Tibau a parte mais elevada. — Estava ahi a origem da questão só ha poucos annos decidida entre os dois Estados. O Rio Grande do Norte sustentava como divisa uma linha desenvolvida do extremo da que vem do sudoeste pela mais alta aresta da cordilheira do Apody, e na mesma direcção que traz, até o morro do Tibau, no littoral. — Foram sempre estes os limites reconhecidos entre as duas antigas capitánias nos tempos coloniaes, devendo notar-se que esteve sempre sob a jurisdição do Rio Grande a porção de territorio que veio a ser objecto do litigio. <sup>(4)</sup> — Por sua parte, pretendia o Ceará que

---

<sup>3</sup> Dr. Tavares de Lyra — Notas offerecidas á Commissão de Constituição, Legislação e Justiça da Camara dos Deputados em 1902.

<sup>4</sup> «Taes limites — «a linha de separação das aguas pela mais alta aresta da serra, isto é, pela linha que reúne os pontos culmi-

a fronteira corresse, da serra das Antas (ou Dantas) de Dentro, por uma recta que fosse terminar na margem esquerda do rio Mossoró, a umas tres leguas da foz, e desse ponto até o mar pelo estuario do mesmo rio.

V. Aberto o conflicto, primeiro tentou-se a solução pela arbitragem, mas sem resultado. O arbitrio desempatador cahiu em grandes enganos, que tornaram o laudo fundamentalmente insustentavel. Não obstante, pretendeu o Ceará dar ao processo arbitral o valor que se attribue aos accordos que nos termos do artigo 4 da Constituição da Republica podem fazer entre si os Estados da União; e pleiteou no Congresso Nacional a approvação de um arbitramento, por sua mesma natureza, além do mais, inquinado de plena nullidade. — Excluida a competencia do legislativo federal, foi a causa levada ao Supremo Tribunal pelo Ceará. Em 30 de Setembro de 1908, julgou a nossa alta côrte de Justiça carecedor da acção proposta o Estado autor. Por ultimo, desprezou os embargos ao accordo, pelo mesmo offerecidos — Estava terminado o pleito<sup>(5)</sup>. — Fixaram-se assim definitivamente os limites do Rio Gran-

-----

nantes do relevo do solo, ou os de maior altitude sobre o nivel medio do mar, que é o plano de comparação e referencia» — eram considerados antiquissimos entre as duas capitánias, e foram, como taes, invocados em officio de 1.º de Outubro de 1802, dirigido ao capitão-general de Pernambuco pelo governador do Ceará, Bernardo Manuel de Vasconcellos, a proposito de actos praticados pela camara de Port'Alegre (Rio Grande do Norte) quando repellira da serra do Camará a justiça de Icó (Ceará) (Livro XII dos Registros da Thesouraria, p. 38, citado por Moreira Pinto e Candido Mendes). Si a linha que, pela vertente das aguas, alcança, a noroeste, a serra das Antas (serra Dantas) fosse prolongada até a costa, na distancia de seis leguas, ou, rumo de leste, seguisse pelos lombadões e contrafortes até a praia, no morro de Tibau, estariam desfeitas todas as duvidas que, sobre limites territoriaes, se têm suscitado na parte comprehendida entre a mesma serra e o oceano». (*Apontamentos* citados, dos drs. Tavares de Lyra e Vicente de Lemos).

<sup>5</sup> Fundou-se o Supremo Tribunal principalmente na razão da posse immemorial. Si fosse sempre este o criterio dos juizes, quantas questões se teriam evitado nestes ultimos tempos, e de natureza que tanto tem compromettido a paz e harmonia entre alguns Estados.



de do Norte com o Ceará: — pelo morro do Tibau, serra das Antas, serra do Apody e seu prolongamento sob o nome de serra de S. Miguel.

VI. Como o Estado da Parahyba só ha pequenas duvidas decorrentes da fôrma vaga da divisão que se ia fazendo de algumas das antigas freguezias confinantes. «Em geral <sup>(6)</sup> os termos das villas comprehendiam o territorio de uma ou mais freguezias. Com o correr dos tempos, operada a subdivisão destas, iam-se formando pela tradição os limites das villas; e dahi a confusão.» Desde os primeiros dias se encontram certas complicações entre districtos. Os capitães-móres chegavam ás vezes a conceder sesmarias que depois se verificava entrarem por districtos da capitania contigua. <sup>(7)</sup> — Ao crear-se, em 1818, a comarca do Rio Grande do Norte, declarou-se que os seus limites seriam os mesmos da capitania.. Como as fronteiras das duas circumscripções administrativas são muito irregulares, houve por essa occasião umas tantas duvidas, e subsistem outras, aliás insignificantes, em varios pontos, todas facilmente soluveis pela regra da jurisdição mais antiga. — Segundo os termos da lei geral de 25 de Outubro de 1831, e de accôrdo com o que se tem como estabelecido entre municipios limitrophes, dividem-se actualmente os dois Estados, em linhas geraes — pela barra do rio Guajú; divisas de Nova Cruz com os municipios paraybanos de Araruna e de Coité; serra da Borborema; divisas de Jardim do Seridó, e de Caicó com municipios confinantes da Parayba; parallela a cêrca de uma legua do rio Piranhas até a serra do João do Valle; divisas dos municipios

---

<sup>6</sup> Dr. Tavares de Lyra — *O Rio Grande do Norte* 1911, p. 11.

<sup>7</sup> Em 1604 deu Jeronimo de Albuquerque a um Domingos Sirguo meia legua de terra em Camaratuba, *cahindo na demarcação da Parayba* (*Rev. do Inst. do Rio Grande do Norte*, v. VII). — Outra sesmaria, concedida pelo mesmo tempo a um Agostinho Pereira, «é de uma legua (diz o termo) de terra por costa, ficando o rio de *Jaguahú* (será o Guajú?) em meio, a que fica da outra banda é da demarcação da Parayba»... Ao mesmo Agostinho Pereira, deu-se ainda em 1607 «uma data, que está dentro da demarcação da Parayba, do *Guajahú* para o sul»... E assim outras.

do Patú (pelo mais alto da serra do mesmo nome), do Martins e do Luiz Gomes (seguindo o divisor das vertentes do Apody-Mossoró e do Piranhas). (8)

VII. Quanto á superficie do Rio Grande do Norte, as divergencias entre autores quasi que se contam pelo numero delles. Aliás, o mesmo succede invariavelmente em relação aos

---

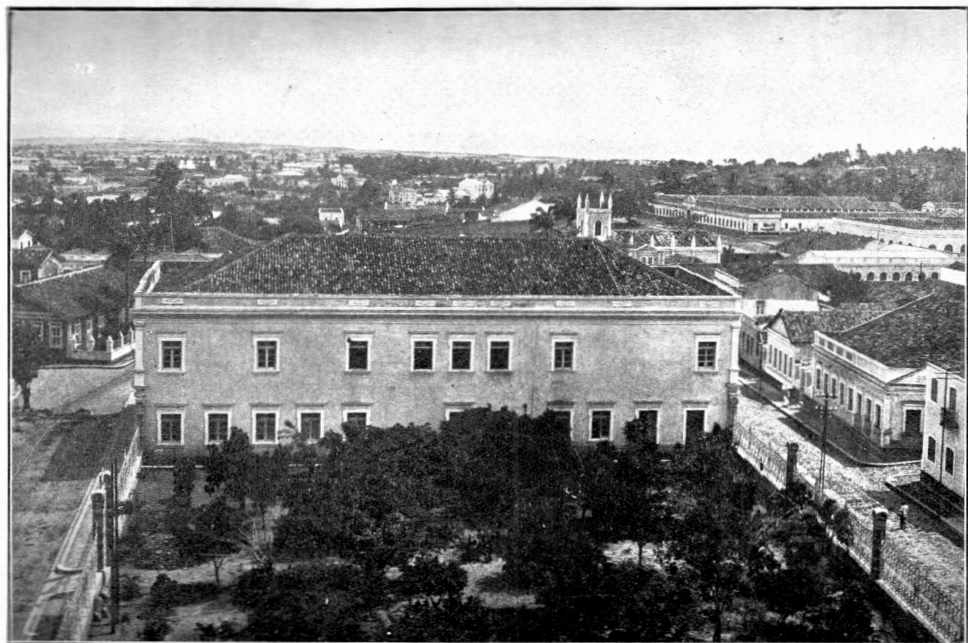
8 Um documento, que vemos na valiosa obra do dr. Tavares de Lyra (um officio dirigido em 1857 ao da Parayba pelo presidente do Rio Grande do Norte) diz o seguinte: «As duas provincias dividem-se no littoral pela barra do rio Guajú, seguindo deste a linha divisoria aos marcos de cima, ao Riachão e ao Boqueirão, e deste ponto ao rio Ca'abouço, no municipio de S. Bento. Deste municipio segue a linha divisoria ao do Acary, que se define pela fazenda Boa Vista, comprehendendo esta e as do Pé da Serra, Bico de Arara, Ermo, Riacho Fundo, Cobra, todo o sacco da serra do Boqueirão até a fazenda Tanques, na serra da Borborema (servindo esta de limites), a serra das Queimadas até a Carneira, e as fazendas Quintos, Caraçá, Páu dos Ferros, S. Bento, e Sant'Anna. Deste municipio segue a linha divisoria para o do Principe, discriminada, pela parte do sul, na distancia de sete a dez leguas, do municipio de Pombal, com que confina; e pelo poente, em distancia de 7 a 12 leguas, alem do rio Piranhas, confina com o Catolé do Rocha. A divisão das duas freguezias do Principe e Acary acha-se autorizada pelo decreto de 25 de Outubro de 1831, segundo o qual, diz a Camara Municipal da villa do Principe que nenhuma duvida se offerece. Quanto ao municipio do Assú, corre a linha divisoria pela ponta da serra do João do Valle, no lugar denominado *serra do Sipó*. Esta parte da serra do Sipó, segundo diz a Camara Municipal do Assú, pertence ao municipio do Catolé do Rocha, apesar de fazer parte do seu patrimonio, segundo uma escriptura de doação. Deste municipio segue a linha pelo poente para o municipio do Apody, que se divide com o do Catolé do Rocha pelas fazendas Trincheiras e Macanan, com uma distancia, pouco mais ou menos, de quatro leguas de sul a norte com as fazendas Jatobá e Mulungú, pertencentes ao referido municipio do Catolé. Do municipio do Apody segue a linha para o de Pau dos Ferros, correndo alem da povoação da serra do Luiz Gomes meia legua mais ou menos; este municipio divide-se com o de Souza, dessa provincia. — São estas as informações que eu posso levar ao conhecimento de V. Ex., colhidas de diversos officios das Camaras Municipaes desta provincia, em satisfação ás requisições que, para o mesmo fim, lhes foram feitas pela Presidencia por officio de 12 de Dezembro de 1853. Devo observar a V. Ex. que estas informações sobre os limi-

demais Estados da Republica. — De accôrdo com documentos officiaes, e tirando a media das variantes que se encontram entre autoridades de mais nota, pôde calcular-se em cêrca de 56 a 57.000 kilometros quadrados o territorio actual do Estado. Dos varios autores que consultamos, é o Barão Homem de Mello o que mais exaggerou na reduçãõ dessa superficie, não lhe dando mais de 41.264 kilometros quadrados. <sup>(9)</sup> Evidentemente o illustre geographo, si é aceitavel o seu processo de calculo para uma exactidãõ mathematica, não se adstringiu ao territorio actual. Mais razão se tem para explicar assim a reduçãõ quanto ao Rio Grande do Norte, ao verificar que o calculo referente ao Ceará ampliou desmesuradamente a superficie deste Estado. <sup>(10)</sup> — Parece, pois, que se não fica muito

tes das duas provincias, como sejam na maxima parte filhas das tradições do passado, talvez não sejam muito exactas e seguras. O que a semelhante respeito ha de certo lê-se na lei de 25 de Outubro de 1831». (Candido Mendes — *Atlas do Brazil*).

<sup>9</sup> Escreve a proposito o dr. Tavares de Lyra (*op. cit.*, 15): «O Barão Homem de Mello, porem, em seu *Atlas*, publicado em 1909, reduziu (de 57.485) a superficie a 41.264 k<sup>2</sup>; e o Padre Ang. Padtberg, lente do Gymnasio N. S. da Conceição de S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, já tivera igual procedimento, reduzindo-a a 52.000 k.<sup>2</sup>. Outros escriptores — poucos — ha ainda que divergem a este respeito; mas aos seus calculos faltam bases seguras. Só o Barão Homem de Mello procurou justificar a sua opinião, amparando-a em dados scientificos. Eis o processo de que se serviu: «Empregamos o methodo que consiste em substituir por um contorno polygonal os limites dos Estados, e em calcular a área do polygono assim formado, depois de tel-o decomposto em triangulos». Ora, para que o seu calculo pudesse ser verdadeiro, seria necessario que fossem perfeitamente conhecidos os limites entre os diversos Estados. E isto não se dá. Em relação ao Rio Grande do Norte, por exemplo, ha, como vimos, questões de limites, que tornam duvidosa a sua superficie exacta, variando para mais ou para menos conforme sejam attribuidos os terrenos litigiosos a este ou áquelle dos Estados que os disputam. O proprio Barão Homem de Mello, ao mesmo tempo que reduz a superficie do Rio Grande do Norte, augmenta a do Ceará, tendo-se servido para o seu calculo do mappa organizado pelo dr. Sampaio Corrêa, em que ha erros e enganos manifestos, e alguns delles, justamente nos limites com este ultimo Estado».

<sup>10</sup> Uma publicação official de 1876 (*O Imperio do Brazil*



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA DA  
CIDADE — (NORTE)

*História do Estado do Rio Grande do Norte.*

longe da verdade estimando em 57.000 ks.<sup>2</sup> o território norte-rio-grandense. — A costa marítima se estende por pouco mais de 400 kilometros. — Entre pontos extremos: — de norte a sul (Ponta Redonda e serra das Espinharas) uns 250 kilometros; — de leste a oeste (Ponta da Pipa, um pouco ao norte da faz do Guajú, e serra de S. Miguel) uns 430 kilometros.

na *Exposição de Philadelphia*) estima em 104.153 k<sup>2</sup> a superfície do Ceará. O dr. Veiga Cabral calcula-a em 100.000 k<sup>2</sup>. Que nos conste, nenhum autor chegou aos 161.000 k<sup>2</sup> do Barão Homem de Mello.

## CAPITULO VIII

### O MEIO PHYSICO

I. No Brazil em geral, nem sempre é a latitude que determina as condições meteorologicas; outros varios factores preponderam na formação dos climas. Entre esses factores são mais importantes a altitude, a situação e o aspecto physico. Dahi a popularidade de se encontrar, nas regiões litoraneas sobretudo, em toda a extensão da costa, quasi o mesmo clima. Pelo menos as alterações que se sentem nas differentes zonas, mesmo em paralelos bem distanciados, chegam a ser ás vezes imperceptiveis. — Outra particularidade que se nota indo do sul para o norte, é a da regularidade com que decresce a media da oscillação thermometrica, não passando, sinão excepcionalmente, de 15 a 20 gráus a differença entre o minimo de inverno e o maximo de verão. — De observações feitas em 1908 na cidade de Natal resultaram os seguintes dados <sup>(1)</sup>: a temperatura media foi de 26°,39, apresentando pequenas differenças em relação a medias de annos anteriores. A maxima, no mez de Maio, attingiu a 31°,8; e a minima, no mez de Julho, desceu a 17°,6, dando, portanto, uma amplitude maxima de oscillação pouco superior a 14 gráus. A média de pressão barometrica annual foi de 761,944, ou, reduzida ao nivel do mar, de 762,64. A tensão media de vapor foi de 19,53; e a humidade relativa, de 72,29, correspondendo quasi que precisamente ás normaes psychometricas (19,40 e 72,53). A quan-

---

<sup>1</sup> Relatorio do dr. Garcia Filho, chefe da Comissão de Melhoramentos do Porto de Natal, apresentado em 1910 ao Ministerio da Viação (citado pelo dr. Tavares de Lyra na sua obra *O Rio Grande do Norte*).

tidade de chuva attingiu, durante o anno, a 777,00 m/m. O mez mais chuvoso foi o de Abril, com 342,80 m/m; seguindo-se-lhe o de Dezembro (com 93,45 m/m) e o de Julho (com 84,80 m/m). Esta observação referente ao mez de Dezembro não é normal. Em regra o mez de Dezembro entra no periodo menos chuvoso, que se conta de Setembro a Janeiro, sendo este o mez de menos chuva. Os mezes mais chuvosos são os de Março a Julho. — Este anno de 1909, comparado aos cinco immediatamente anteriores (de 1904 a 1908) foi o menos chuvoso de todos. Em consequencia disso a evaporação total attingiu a 2.445,60 ao sol, e a 1.172,15 á sombra. — O vento dominante em Natal, que é sempre na direcção ESE, soprou durante o anno <sup>(2)</sup> 4.770 horas; figurando em seguida o de SE (1.373 horas) e o de E (874 horas). — A nebulosidade media foi de 5,1, havendo 185 dias de ceu limpido, e 180 nebulosos.

II. Essas características mieteorologicas bem se vê que não correspondem com exactidão ao que é normal em situações analogas. É evidente que do littoral para o interior devem notar-se umas tantas variantes das observações registradas em Natal; mas convém não esquecer que, mesmo fóra da zona maritima subsistem muitos dos coefficients excepcionaes que no Rio Grande do Norte entram na formação do clima. — O commum dos autores, que julgam o phenomeno só pela posição astronomica, dão sempre como quente o clima de todo o Estado; e pouco falta para que alguns o considerem como abraçador... É secco e quente—diz uma autoridade de grande valor <sup>(3)</sup> — mas salubre. A temperatura soffre pequenas variações de

---

<sup>2</sup> Wappaens — edição de 1884, — nesta parte ampliado pelo dr. Alvaro de Oliveira. «Os ventos dominantes na costa são, até 10° S, os SE, que sopram todo o anno, e principalmente nos mezes de Setembro a Março. Ao S de 10°, quando o sol está no hemispherio do Norte, dominam no mar os N N E e L, e ao longo da terra os ventos do Norte. Quando o sol está no hemispherio do Sul, domina a monção de S E entre a linha equatorial e o paralelo 29° S., apparecendo no mar entre L e S E, e na terra, mais como S. Em geral, na estação das chuvas, os ventos sopram mais de S e O, á medida que se vai para o Sul».

<sup>3</sup> Barão Homem de Mello — *Geographia-Atlas do Brazil*.

6 a 10 gráus abaixo e acima da normal, que é de 26°. No littoral o calor é amenizado pela seccura do ar e pela brisa quasi constante. No sertão, onde a maxima thermometrica (que nas vizinhanças do mar é de 31) eleva-se ás vezes até 40° (a loeste da Borborema) actuam igualmente aquelles modificadores, moderando muito o calor, e tornando o clima saudavel. — E sob o ponto de vista da salubridade — diz um outro autor de nota <sup>(4)</sup> — o Rio Grande é deveras excepcional. As epidemias são raras, e em regra menos graves do que em outros pontos, mesmo do nosso paiz. A propria variola e o sarampão, que apparecem periodicamente em algumas regiões do Estado, não têm a gravidade que apresentam em outros climas, ainda que contra elles se careça de recursos de hygiene e prophylaxia que os tornam hoje cada vez menos mortiferos. A febre amarella, que appareceu em 1850, pouco durou, e foi de effeitos quasi nullos. O mesmo póde dizer-se do cholera-morbus, que alguns annos depois (em 1856, e outra vez em 1862) fez a sua manifestação em varios pontos. Em 1906 verificaram-se no municipio de Areia Branca (no estuario do Mossoró) alguns casos de peste bubonica, importada por vapores que faziam o commercio do sal com o Rio de Janeiro; casos que ali mesmo se debellaram dentro de poucos dias. A não serem febres palustres, em logares baixos, e ás margens de alguns rios ou valles alagadiços, não ha nenhuma endemia que sobrearregue os quadros de mortalidade. Só existem molestias communs. A morpheia é quasi desconhecida; e a tuberculose não figura sinão com media muito baixa na estatistica demographo-sanitaria do Estado. <sup>(5)</sup>

III. Estas condições de clima e de salubridade em região intertropical, e a poucos graus de equador, não se explicam sinão por umas tantas circumstancias peculiares, entre as quaes prepondera sem duvida o regimen dos ventos, e outras cujo concurso não é menos notavel na constituição de toda a cli-

---

<sup>4</sup> Dr. A. Tavares de Lyra — *O Rio Grande do Norte*  
1911 — Rio.

<sup>5</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

matologia da zona. Para ter-se uma idéa exacta do meio physico ali é necessario apanhar em conjuncto os caracteres daquella natureza e toda a complexidade de elementos que a tornam admiravel. — Já a situação do territorio norte-rio-grandense, na parte do continente em que a direcção da linha da costa <sup>(6)</sup> muda quebrando-se para loeste, é uma singularidade sem a qual não seria tão efficaç, na determinação do clima, a acção do factor anemographico. Por sua vez, a grande extensão da costa augmenta ainda o valor deste coefficiente. Relativamente á superficie, é o do Rio Grande do Norte, de todos os da União, o Estado que conta littoral mais extenso. <sup>(7)</sup> Variam os autores quanto á linha do relevo maritimo (ficando entre 420 e 460 kilometros); mas pôde-se affirmar que não é inferior a um terço do contorno total do territorio. Este é lavado, portanto, pelos ventos de leste e pelos do norte. Resulta ainda dahi a vantagem de terem todos os municipios do Estado, mesmo os mais mettidos no interior, accesso relativamente facil a um porto maritimo <sup>(8)</sup>; accrescendo que em toda a extensão das costas ha excellentes ancoradouros, destacando-se presentemente, pela importancia do commercio, os de Natal, de Macau e de Areia Branca. <sup>(9)</sup> — Este largo contacto com o ocea-

---

<sup>6</sup> Como, entre outros, observa o dr. Tavares de Lyra.

<sup>7</sup> Dr Domingos Barros — *Aspectos norte-rio-grandenses*, conferencia feita em 1908 no Museu Commercial. É um trabalho de valor, tanto pelo cunho patriotico e pelo estylo brilhante, como pela copia de informações que dá sobre aquella formidavel natureza do norte.

<sup>8</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

<sup>9</sup> Descreve o autor: — «*Porto de Natal*: Um dos melhores do Brazil pelo seu ancoradouro, que se prolonga muitos kilometros pelo rio Potengy acima, e pelo seu affluente Jundiahy, navegavel até á cidade de Macahyba. É o de maior movimento. Sua barra era difficil e perigosa pela sinuosidade do canal na pedra da *Baixinha*, arrecife interno que era preciso vencer rapidamente, contornando pela extremidade. Esse inconveniente, hoje removido em parte pelo arrasamento dessa pedra e pela dragagem do rio, desaparecerá por completo dentro em pouco, ultimados os serviços de melhoramento, de muito iniciados. Presentemente, já o accesso é facil e sem riscos — *Porto de Macau*, cuja barra é a do *Amargoso*, um dos braços do *Piranhas* ou *Assú*. Póde ser demandado por embarcações que não tenham grande calado (dez pés mais ou menos), sendo que de Macáu até Officinas, que serve de porto á cidade do Assú, só podem subir embarcações muito pequenas.



no <sup>(10)</sup>, que lhe banha «quasi metade do perimetro», é ainda uma circumstancia feliz por outras razões, principalmente pela somma incalculavel de recursos que proporciona ás populações da marinha. A pesca, naquella trecho das nossas costas, é uma fonte de provisões inexgotaveis. Ha ali <sup>(11)</sup> um curioso accidente geographico, unico em seu genero em todo o Brazil — o canal de S. Roque, formado por uma linha de recifes submersos, de mais de 40 kilometros, correndo parallelamente á linha do littoral, a 4 milhas da costa. As ondas do largo vêm esmorecer de encontro a esta barreira formidavel, e chegam mansas e serenas ás praias.. Resulta dahi um longo trecho de mar, placido e calmo, contiguo ao oceano enraivecido, um verdadeiro rio bonançoso, facil á navegação, e — o que é mais — remanso para onde affluem immensos cardumes de peixes. <sup>(12)</sup>

---

Existe, entretanto, o ancoradouro de *Alagamar*, onde podem chegar os grandes navios. — *Porto de Areia Branca*, na foz do rio Mossoró, com ancoradouro interno de sete metros, e externo para navios de alto bordo. O rio Mossoró é navegavel por pequenas embarcações até perto da cidade de seu nome — porto de Santo Antonio».

<sup>10</sup> Dr. Domingos Barros — *op. cit.* 4 etc.

<sup>11</sup> *Ibidem.*

<sup>12</sup> «As pescarias do Canal — diz o autor (p. 5) são celebres, e toda a população ribeirinha vive de productos do mar. Destaca-se, entretanto, por sua originalidade, a pesca do *peixe voador*, que afflue em grande abundancia. Da praia, o pescador avista ao longe a manta de voadores correndo e voando em certa direcção. Rapido, apresenta a jangada e larga. Nas vizinhanças do cardume, que intencionalmente deixou em direcção opposta ao vento, esmaga e esfrega nos bordos da embarcação intestinos de peixes anteriormente apanhados. E o engodo e é quanto basta. Mal sentem o cheiro acre e oleoso das entranhas esmagadas, saltam das aguas os voadores e, sustidos no ar por suas longas barbatanas membranosas, precipitam-se para a jangada, como mariposas para a luz. E cada qual mais presto e mais rapido que venha em bando e em nuvem cahir sobre os frageis tóros fluctuantes, enchendo, alastrando, inundando tudo. Os pescadores limitam-se a apanhal-os e a encher os cestos e samburás. Occasiões ha de tamanha abundancia que o barco, excedido o limite da fluctuação, ameaça sossobrar sob a carga incessante que lhe chove do mar, e (curiosa inversão de papeis) é agora o caçador que á força de remos foge para a terra perseguido largo espaço pela caça insolente e pertinaz. Esta abundancia e facilidade tornam o *voador* o alimento das

IV. A zona maritima é em geral baixa, humida e arenosa. Ahi se formam cordilheiras de dunas de areia fina e branca, umas em continua agitação; outras, mais afastadas das praias, que se vão fixando e cobrindo-se, de espaço a espaço, em longos trechos, de extensos coqueiraes. — Durante as seccas muito prolongadas, os rios de menor volume de agua seccam de todo; eo mar então vai supprir até certo ponto a falta de humidade nas terras circumvizinhas, entrando leguas e leguas acima pelos vassios, a cujas margens crescem plantas lacustres e mangues, formando ás vezes verdadeiras mattas. Os mangues por ali chegam a fazer-se arvores de troncos poderosos <sup>(13)</sup> de mais de cinco metros de circumferencia, e de 15 a 20 acima da altura media normal. — É assim que em toda a costa, do norte principalmente, se encontram vastas salinas naturaes, sendo o proprio mar que se incumbe de levar á terra, derramando-o pelos taboleiros ribeirinhos, a preciosa substancia que constitue uma das maiores riquezas do Estado. — Das regiões maritimas penetrando nas terras do interior, passa-se á zona chamada do *agreste* <sup>(14)</sup>, a mais vizinha do littoral, plana e extensa <sup>(15)</sup> seguindo-se-lhe a região de que é centro a chapada da Borborema; e depois o alto sertão. A primeira é zona agricola por excellencia. Nella se cultivam todos os cereaes, a canna de assucar e o algodão. A industria do assucar já foi ali muito importante. Contam-se ainda muitos engenhos; mas o algodão sobrelevou inteiramente a cultura da canna. — Seguem-se, ao lado dos valles fertes <sup>(16)</sup> desta zona os *taboleiros*, cobertos de mangabeiras silvestres, de cuja seiva se faz borracha. Estas planicies, quasi inteiramente arenosas <sup>(17)</sup> «são as terras mais seccas e desoladas que se encontram no Estado, perpetuamente trabalhadas por um vento rijo e violento.» — Esta zona póde dizer-se que comprehende toda a vertente oriental do Atlantico ali, extendendo-se até vizinhanças da Borborema,

---

classes pobres, e o Rio Grande do Norte, graças ao Canal, é o unico fornecedor de todo o Nordeste brasileiro».

<sup>13</sup> *Ibidem*, 8.

<sup>14</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

<sup>15</sup> Barão Homem de Mello — *op. cit.*

<sup>16</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

<sup>17</sup> Dr. Domingos Barros — *op. cit.*

onde começa a zona da *catinga*, especie de matta baixa, intrincada e espessa, onde predominam plantas espinhosas, a jurema, a favella, o mandarú etc. Ahi o aspecto do solo começa a mudar <sup>(18)</sup>, tornando-se «ondulado, recortado de pequenas serras e montes». São já «as ultimas ramificações da Borborema, massiço granítico primitivo <sup>(19)</sup>, que vem tracejando o rumo de nordeste pelo centro paraybano, penetra no Rio Grande em pleno sertão, e bifurca-se e ramifica-se em todas as direcções, gerando um agglomerado de montes e serras, que, irradiando do eixo dorsal da cordilheira, se prolongam para leste e para o poente em socalcos cada vez mais baixos, menos abruptos e mais arredondados, até surgirem ao norte os contrafortes extremos da grande serra, nas encostas solitarias e ingremes do Cabogy, atalaia de granito, cujo collo, alçado a 500 metros das planicies ambientes, domina vastos horizontes».

V. Entra-se então na terceira zona — a do alto sertão, comprehendendo toda a parte sul da vertente septentrional. São terras muito ricas de excellentes forragens para criação <sup>(20)</sup> de aspecto accidentado, de serras e collinas pedregosas, mas de admiravel propriedade para a cultura do algodão. Até «entestar com o Ceará <sup>(21)</sup> reparte-se o territorio quasi igualmente entre as bacias de dois grandes rios sertanejos: o Apody, inteiramente rio-grandense, cuja vertente confina a loeste e ao sul com o Ceará e a Parayba; e o Assú, que depois de drenar, sob o nome de Piranhas, as aguas paraybanas em uma ampla bacia que abrange a metade central do Estado contiguo, entra no Rio Grande do Norte pelos sertões do Seridó; e descendo, quasi a meio do territorio, de sul a norte, vai alcançar o Atlantico em Macau. Nos bons invernos (de chuvas muito abundantes) estes dois rios, que se avolumam com o concurso dos numerosos tributarios, descem tão peçados que o

---

<sup>18</sup> *Ibidem.*

<sup>19</sup> *Ibidem.*

<sup>20</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

<sup>21</sup> Dr. Domingos Barros — *op. cit.*

leito, comquanto amplo, não lhes basta, e derramam-se pelas margens, alagando e submergindo as grandes planícies que atravessam e fecundam. Em extensão de muitas leguas <sup>(22)</sup> pelo curso desses rios, só ha uma vegetação enchendo toda a varzea de lado a lado, e formando uma floresta das mais curiosas e mais bellas — os immensos carnaubaes, florestas sem troncos tortuosos, sem galhos, sem o emaranhado das lianas, sem a sombra e a desordem das mattas virgens. Além da carnaúba, que é a planta typica do sertão, tem esta zona outras riquezas, e é considerada como o emporio da grande fortuna economica do Estado, constituida pela cultura do algodão e pela industria pastoril. — E no emtanto, exactamente nessa região, que começa com as *catíngas* e continua, sertões a dentro — é que as crises climatericas são mais rigorosas <sup>(23)</sup>. Taes crises, no emtanto <sup>(24)</sup>, vão sendo, cada vez com maior successo, attenuadas nos seus effeitos pelos trabalhos de previsão que se executam; e talvez não seja descabido esperar que se normalize um dia a vida do sertão. — Nesse dia é que se hão de associar as grandes virtudes do sertanejo ás munificencias de uma natureza privilegiada que faz daquella terra «um dos melhores trechos do territorio nacional, sendo verdadeiramente assombrosa a sua producção. Um Estado <sup>(25)</sup> que

---

<sup>22</sup> *Ibidem.*

<sup>23</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*

<sup>24</sup> Observa o dr. T. de Lyra.

<sup>25</sup> Diz o Barão Homem de Mello — *op. cit.*: «Já dissemos que no seu extenso littoral os principaes recursos do Estado são a industria da pesca e a extracção do sal. A primeira, não somente satisfaz o consumo local, mas ainda aprovisiona grande parte da região N E do Brazil, sob a forma de peixe secco. O Estado possui em Mossoró e Assú as salinas mais importantes do Brazil». Exporta mais de 100.000 toneladas de sal por anno; mas poderia supprir o mundo inteiro. Só o imposto federal sobre essa exportação attinge a mais de 3.000 contos. — «O algodão é o principal producto de exportação, e a sua cultura, apesar de empirica, é espalhada em quasi todos os municipios do Estado. A producção é superior a 10.000 toneladas. Os municipios mais productores são os de Santa Cruz, Martim, Sant'Anna, Angicos, Jardim de Angicos, S. Antonio e Jardim de Seridó. Seridó produz uma variedade caracteristica, de fibras compridas, macias e brilhantes, que lhe dão o aspecto de sêda e permitem a fabricação de tecidos finos, o que explica a sua alta cotação nos mercados

possue as mais vastas salinas do Brasil, um algodão de primeira qualidade, a carnaúbeira, a mangabeira e a maniçoba; um solo fértil, pastos excellentes, e uma raça forte, robusta e operosa, póde ter confiança no seu futuro.

---

extrangeiros. Nas terras altas, seccas e quentes do sertão, o algodoeiro transforma-se em um arbusto, cuja duração é de dez a doze annos, podendo produzir sem interrupção, excepto nos mezes de chuva. Nas regiões baixas e humidas, situadas a L da serra da Borborema, nos valles do Ceará-Mirim e do Potengy principalmente, a cultura da canna progride. Esses valles, formados pelas alluviões das enchentes periodicas, conservam tal fertilidade que a canna attinge uma altura de 5 e 6 metros, e não são raros os tufos de 15 a 20 pés de canna de uma grossura de 5 a 6 centimetros de diametro. A producção total do Estado é avaliada em 25.000 toneladas. — O Estado do Rio Grande do Norte produz uma media annual de 350 a 400.000 kilogrammas de cêra de carnaúba. Nesta producção figura em primeiro logar o município de Assú (com 160.000 k.). Exporta ainda o Rio Grande cerca de 150.000 k. de borracha de mangabeira e de maniçoba. — Nas regiões do sertão é valiosa a industria pastoril».

## CAPITULO IX

### LINEAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

I. Já vimos como até depois da segunda investidura de Jeronimo de Albuquerque no commando do forte e governo da terra, não passava o Rio Grande de pouco mais que simples presidio militar. A pequena povoação que se assentava em torno da matriz, e nas immedições, obedecia ao capitão do forte, como unica autoridade que ali representava a metropole. — Só depois de 1611 é que Natal teve administração e justiça locais. — Continuou, no entanto, o commandante do forte a governar a capitania, concedendo terras, regulando a ordem, e superintendendo a arrecadação das rendas publicas. — É de notar, portanto, que mesmo depois que Natal teve a sua vereança, continuaram os capitães-móres a exercer jurisdição local cumulativamente com as do cargo, não só fazendo o policiamento, como dando terrenos para edificação na area da villa. — Os primeiros capitães-móres não tinham regimento: iam regendo os negocios da colonia, e dando expediente a necessidades e occurrencias de accôrdo com o que era usual em outras capitancias. — Só muito mais tarde, depois da expulsão dos holandezes, é que se estabeleceram e se fixaram as normas geraes da incipiente administração. Foi o Vice-Rei D. Vasco Mascarenahs, Conde de Obidos, que em 1660, a 1 de Outubro, expediu um Regimento commum para as diversas capitancias subalternas que se haviam creado.

II. Segundo esse Regimento, os capitães-mores, logo que fizessem menagem ao Governador Geral (como pessoa representativa do Rei) e que tomassem posse do cargo, visita-

riani, acompanhados do provedor escrivão da fazenda real, as fortalezas e armazens da capitania, para verificar o estado em que se encontrassem, e dar de tudo conta ao Vice-Rei, suggerindo logo as providencias que conviesse tomar. Deviam ter em muito cuidado as condições de defesa dos portos contra «qualquer intento ou invasão de inimigos da Corôa». Para isso «passariam mostra a toda a gente que houver na respectiva capitania», obrigando a estar em armas todo morador, e fazendo annualmente exercicios de rebate e promptidão, para que no caso de surpresa estivessem todos alerta e adestrados para a guerra. — Aos remissos, isto é, aos que não attendessem a taes alardos, se applicariam multas (que se recommendava fossem muito moderadas) cujo producto se empregaria na compra de munições. Da gente capaz de serviço militar, mandariam uma relação ao Vice-Rei. — Os capitães (quer das capitánias de el-Rei, quer das que se creassem nas donatarias) ficariam sujeitos immediatamente á autoridade do Vice-Rei, e não teriam «subordinação alguma ao governo de outra capitania». Só no caso de ataque de algum inimigo, é que os capitães poderiam entender-se com os vizinhos e pedir soccorro; mas ainda neste caso, as forças ficariam sob as ordens do capitão que as requisitasse, unico responsavel pela segurança da respectiva capitania — tudo, bem entendido, salvo deliberação em contrario do Vice-Rei. <sup>(1)</sup> — Regulava-se em seguida o commando das companhias, tanto de infantaria paga, como de ordenanças, cujos capitães viessem a fallecer. E igualmente os officios de justiça e de fazenda, os quaes só podiam ser providos pelo Governo Geral. Nos casos urgentes, porém, «para que o curso dos negocios não se suspenda», faziam os capitães-móres

---

<sup>1</sup> Também se entendia que o capitão-mór só continuaria a ser a autoridade superior na capitania no caso de ser esta soccorrida por forças em cujo commando viesse um capitão — si o capitão-mór tivesse sido já também capitão de infantaria; porque, si não tivesse sido ainda capitão dessa arma antes de ser capitão-mór, «governariam ambos juntos, e disporiam o que conviesse á defesa da capitania, dando alternadamente o nome». E si o official das tropas de soccorro fosse sargento-mór, ou outro official maior pago, ficaria o capitão-mór, que o não tivesse sido, ás suas ordens, e sempre obrigado ao juramento e homenagem que deu da capitania».

nomeações provisórias, contanto que tivessem o cuidado de escolher sempre pessoas benemeritas, «que serviriam por tempo de dois mezes sómente». <sup>(2)</sup> Recommendava-se aos capitães-móres que fossem muito cautelosos «nesta materia, para que de nenhum modo sirvam com seu provimento mais que naquelle interim preciso que é necessario para me chegar (ao Vice-Rei) o aviso e ir a provisão» (effectiva) de modo a se evitarem nullidades nos negocios, e nos direitos das partes, pois os capitães-móres «não têm jurisdição alguma para prover».

III. Os capitães-móres não se immiscuiriam «de modo algum na administração da fazenda real». Os negocios do fisco estavam a cargo do provedor, e o capitão só devia auxiliar este funcçionario em tudo quanto interessasse ao augmento da receita. — Em regra, a cobrança de impostos era feita por intermediarios, que nos termos de um contracto se encarregavam do serviço. Tinha, portanto, o agente fiscal de fazer arrematar a arrecadação annualmente, a quem mais dêsse. Foi um dos serviços em que sempre se commetteram os maiores abusos, por mais que o governo da metropole se esforçasse por evital-os. Agora recommenda o Vice-Rei que o capitão tenha todo cuidado em não «consentir que nos dizimos haja suborno», e que «não se faça elle (o provedor) parcial, nem mostre inclinação por algum dos lançadores». E quando o official do fisco (provedor, escrivão ou almoxarife) não cumprisse o seu dever, limitar-se-ia o capitão-mór a advertil-o. Si o funcçionario não se corrigisse, o mais que poderia o capitão fazer era dar aviso ao Governo Geral. — A mesma liberdade se deixaria aos funcçionarios da justiça, mesmo onde não houvesse ainda Ouvidor. — Aos proprios Ouvidores, como aos provedores da fazenda, prohibia-se terminantemente que se arrogassem competencia para proverem «serventia de officio algum que vagar nos seus juizos». — Incumbia-se aos capitães-móres uma incessante vigilancia so-

---

<sup>2</sup> Por *dois mezes* si a capitania fôr de «donatarios, ou attestando desta até a do Espírito Santo inclusive; e de *seis mezes*, si fôr das do Espírito Santo para o sul, para que continúe enquanto eu não provejo».



bre a conducta dos Ouvidores e seus officiaes, devendo dar logo, de quaesquer culpas bem averiguadas, aviso ao Vice-Rei.

IV. Em relação ás Camaras municipaes faziam-se as mesmas insinuações que se haviam feito quanto ao pessoal da justiça e do fisco; e até foi mais conciso e categorico ainda o Vice-Rei, sem dar aos capitães recurso algum contra as ditas corporações, declarando simplesmente que «se não devem metter com ellas, e antes favorecerão aos respectivos officiaes em tudo que fôr beneficio da sua republica». Exceptuava, entretanto, da attribuição das Camaras o direito, que ellas queriam arrogar-se, de annullar prisões feitas por ordem dos capitães-móres. Uma pessoa presa pelo capitão só por este poderia ser solta si a culpa fosse leve; e si o caso fosse de mais importancia ou gravidade, só o Governo Geral decidiria. — Ainda em materia judicial, não se permittiam appellações ou agravos sinão para a Relação da Bahia, «excepto nas materias da fazenda real, as quaes hão de vir immediatamente á Provedoria-Mór do Estado, de onde se seguirá o que fôr estylo pelo Regimento da Fazenda». — Quanto a concessões de terras, dispunha-se que nas capitánias de el-Rei os capitães-móres não tinham jurisdição para isso; e que semelhante jurisdição era privativa do Governador Geral ou Vice-Rei. Accrescentava-se que as partes, por si mesmas ou por seus procuradores, enviariam para a Bahia as suas petições já informadas tanto pelos capitães-móres como pelos provedores da fazenda. Declarava-se ainda (com intencional insistencia) que não era de acreditar que os capitães-móres dessem sesmarias; mas que si chegassem a dal-as, não teriam valor algum. — Este artigo (12.º) do Regimento parece que deu, como era natural, motivo a reclamos por parte de alguns capitães. Era com effeito extranho que se quizesse, já para meados do segundo seculo, abolir uma attribuição que os capitães-móres tiveram sempre desde principio. Como o Vice-Rei não estava com a boa razão, tal artigo ficou letra morta, ou talvez mesmo tenha sido formalmente revogado. As concessões continuaram a ser feitas como sempre, isto é, conditionalmente, e sujeitas a confirmação régia. <sup>(3)</sup>

---

<sup>3</sup> O Conde de Obidos, que tinha geito para o mando, advertia afinal aos capitães: «Em tudo mais que neste Regimento se não adverte

V. Como vemos, este Regimento não fazia mais, em quasi todos os seus artigos, do que condensar o que já se praticava nas capitánias. — Desde os primeiros tempos, a do Rio Grande do Norte, além de vereança e juizes locaes (com jurisdição, é claro, em todo o territorio que se ia conquistando naquella parte) tinha um almoxarifado e escrevania para as coisas do fisco. Esse almoxarifado quasi que se reduzia a, de accordo com o capitão-mór, fazer arrematar os dizimos, e a fiscalizar os contractantes. — Os capitães-móres, que eram nomeados por tres annos, succedem-se fazendo pouco mais do que nada, sobretudo neste periodo que se estende até mais ou menos 1670. Para isso concorrem circumstancias varias, entre as quaes se destacam: primeiro, as vicissitudes da conquista; e segundo, alguns annos depois, a occupação hollandeza. — Já vimos como a Jeronimo de Albuquerque succedêra, por 1611, Lourenço Peixoto Cirne. Este continuou as obras da fortaleza. No seu tempo, Martim Soares Morenno conseguiu, com muito geito e valor, avançar na costa até o Jaguaribe, e dahi alcançou em seguida o Camocim. — Francisco Caldeira Castello Branco assume a capitania por fins de 1613. (\*) É no tempo deste capitão que se faz o novo tombamento de terras na capitania, dando-se cumprimento á provisão regia de 28 de Setembro de 1612, pela qual se mandava confirmar as concessões que estivessem legaes, e corrigir (annullando ou reduzindo) as que tivessem sido feitas irregularmente.

VI. A situação lá pelo norte era agora muito grave. Tratava-se de expellir do Maranhão os francezes que ali se

---

ao capitão della, espero se haja de maneira que corresponda á confiança que delle faço para o guardar, dando-me logo conta de qualquer materia que se offereça, e com maior cuidado das que forem de maior importancia para mandar em tudo o que mais convenha ao serviço de El-Rei meu senhor; tendo entendido que si faltar — o que não espero — ao cumprimento inviolavel de qualquer capitulo deste Regimento, de mais de se lhe dar em culpa, lhe mandarei extranhar com a admoestação que merecer».

<sup>4</sup> «O nome deste capitão-mór — escreve o desembargador Vicente de Lemos (*op. cit* 10) — não foi contemplado na relação que apresenta Varnhagen, mas o de Estevam Soares, como successor de Lourenço Cirne, nomeado a 14 de Setembro de 1613».

haviam estabelecido. Aquella gente, perfeitamente installada em ponto de tão grande importancia, não só affrontava a soberania portugueza, como (o que era ainda mais grave para as colonias vizinhas) nutria no animo dos indigenas aquella reincidente aversão que tanto ia custando reprimir. — A necessidade de expurgar de intrusos toda a costa continuava, portanto, a ser a mais seria preocupação, tanto do Governo Geral, como principalmente dos colonos, que ficavam agora ali, no Rio Grande, fazendo de avançadas no rumo do Amazonas. Teve, pois, a gente de Natal, como a da Parayba, de dar o seu concurso ás expedições que se destinavam ao Maranhão. Era preciso fornecer-lhes, além de viveres, gente de guerra; e tudo tinha de fazer-se com sacrificio do trabalho pacifico e daquela ordem que tão penosamente se ia installando. — Pouco depois que chegára á Bahia tendo passado pelo Rio Grande, incumbira o Governador Geral D. Diogo de Menezes ao sargento-mór do Estado, Diogo de Campos Moreno (que estava no Brazil havia mais de 10 annos) de estudar por todas as suas faces o problema do norte. Foi o sargento-mór ao Rio Grande, e de prompto apanhou, com atilamento e segurança, o que convinha fazer-se de mais urgente. Com o relatorio da sua commissão, entregou Diogo de Campos ao Governador Geral uma representação de todos os capitães-móres daquela parte, na qual se fazia sentir á metropole a imperiosa necessidade de salvar o dominio, ali ameaçado pelo poder e obstinação dos intrusos. — Apressou-se o Governador, ao mesmo tempo que transmittiu o reclamo para o côrte <sup>(5)</sup>, em expedir o capitão Martim Soa-

---

<sup>5</sup> Vejamos o que é que Diogo de Menezes aconselhava. A carta dirigida a El-Rei, datada de 1.º de Março de 1612, é do seguinte teor: «Por carta de V. M. de 19 de Janeiro de 1611 manda-me o informe e dê meu parecer sobre a conquista do Maranhão, para se poder resolver no que convem á mesma conquista, pela mercê e confiança que de mim faz beijo-lhe as mãos; e para poder-me resolver e poder informar a V. M. particularmente do que me pergunta, mandei o capitão e sargento-mór Diogo de Campos ao Rio Grande, a saber o estado em que de presente estavam as coisas do Maranhão, por ser aquella (o Rio Grande) a parte mais vizinha, e si havia nelle francezes; e juntamente o gentio da costa de que humor estava; e respondendo ao que V. M. me manda, que é saber si convem a seu serviço fazer-se a dita

res Moreno para o Ceará, encarregando-o de fazer *alliança* com os índios do Jaguaribe, e estabelecer um posto militar no melhor ponto daquellas paragens. Teve, pois, Martim Soares de ausentar-se do forte dos Reis para dar cumprimento áquella missão. — Como é sabido, teve elle o melhor successo, e construiu o forte do Amparo, onde agremiou toda a gente do chefe Jacaúna. — Logo depois, no tempo do Governador Geral Gaspar de Souza, toma o referido valente capitão parte notavel na primeira *jornada* de Jeronimo de Albuquerque contra os francezes de S. Luiz. — O proprio capitão-mór Castello Branco teve de afastar-se do Rio Grande antes de haver completa-

---

côquista, e repartirem-se as terras, e a forma em que deve fazer-se uma e outra coisa; e assim o que nella se ha feito, e por que via e ordem se fez, e a qualidade das terras, e o beneficio que nellas se fará, e finalmente de que utilidade será a dita conquista ao serviço de V. M. — Quanto ao 1.º ponto, parece-me, e sempre me pareceu des do dia que aqui cheguei, que era a *jornada* importantissima, e de necessidade devia fazer-se, tanto pela utilidade que a fazenda de V. M. recebe e receberá quando aquella parte se povoasse, como por ser a derradeira pedra de evitar os corsarios desta costa, que só hoje têm aquella acolheita, e pelos interesses, que dali levam, continuam todos os annos em grande numero a vir áquella costa. — Quanto ao 2.º ponto, de se haver de repartir as terras, fazendo-se a dita conquista, forçado é que seja; porque, como a costa é tão extensa, para o sustento e augmento do mesmo sitio em capitania e logares que se possam socorrer uns aos outros, e com isso se ficam conservando sem os inimigos lhes poderem fazer nojo, nem terem logar onde parem; e assim me parece será serviço de V. M. repartir-se des do Rio Grande até Maranhão; e des do rio Gararaú até Jaguaribe uma capitania, que chegara mais ávante até o rio Upessem; esta chamar-se-á de *Jaguaribe*, e lhe ficará de termo, pela costa, 70 leguas, pelas fraldas da serra Aquemamume, que corre desviada do mar 4 leguas, com terras e portos excellentes para todas as povoações e embarcações. — Outra capitania se poderá fazer do rio Upessem até o rio Mundaú, correndo a costa na volta do Maranhão, 60 leguas pouco mais ou menos; e esta capitania se poderá fazer no rio Camocim, que é uma notavel ponta, onde está um porto de grande importancia, que é necessario impedir-se aos estrangeiros; o mais desta capitania ficará correndo pelas fraldas da grande serra de Guapabá, da qual a fertilidade e grandeza é notavel e melhor sabida. — Outra (capitania) se póde fazer des do rio Mundaú até o Maranhão, que são outras 60 leguas pouco mais ou menos, e o Maranhão fica sendo a cabeça desta... etc.

do o seu triennio de exercicio, por ter de seguir' para a Europa (em 1615), a serviço do Governo Geral. <sup>(6)</sup>

VII. Tudo isto ia perturbando o desenvolvimento da capitania. — Em 1615 (Junho) assumia o governo o capitão-mór Estevam Soares de Albergaria. As tres capitánias, de Pernambuco, da Parayba, e do Rio Grande, acabavam de ser fortemente abaladas pela apanha de gente para a segunda *jornada* do Maranhão. Principalmente a do Rio Grande muito se resentira do disturbio geral em que se puzeram os moradores, ainda tão mofinos, e desamparados de tudo. — Nada fez o novo capitão-mór até 1618, quando terminou o seu governo. — Por aquelles tempos, a receita publica era insignificante. Havia impostos, como o dizimo do pescado e dos productos de lavoura, que nem se cobravam, por não valerem a despesa de arrecadação. A unica renda era a que provinha da aguardente e do assucar; e só havia um engenho (o do Cunhaú) e esse mesmo com fraca producção. — A despesa regulava por uns 8.200 cruzados, sendo a maior parte feita com a guarnição do forte (perto de 8.000 cruzados). — A Estevam Soares succede Ambrosio Machado. Durante o governo deste, concluem-se (em 1619) as obras da igreja matriz. — Já um pouco mais tranquillos, cuidam os moradores de refazer-se de tantos annos de transtornos, applicando-se á lavoura (principalmente da mandioca e do milho) e á criação de gado, que era a sua mais valiosa riqueza. Montara-se então mais um engenho de assucar. Na costa tomava certo incremento a pesca, e a exploração de salinas. — Já se fazia commercio com Parayba, e talvez maior com Pernambuco, levando para aquelles mercados muita farinha, milho, sal, aguardente e peixe salgado. — Natal contaria por aquelles tempos umas quarenta casas de taipa, a maior parte cobertas de palha, e dispostas meio sem ordem em torno

---

<sup>6</sup> É nesta occasião, como se sabe, que tendo aportado a Guaxindiba (forte de *Santa Maria*) logo depois da victoria alcançada ali contra os intrusos, accedeu Castello Branco ao reclamo dos seus officiaes e tropas, e *ahi ficou*, a cooperar com Jeronimo de Albuquerque, indo, em seguida á expulsão dos francezes, fundar o forte do *Presepio* na embocadura do rio Pará.

da matriz. As famílias de mais recursos viviam nas suas fazendas, pelas cercanias, e só vinham á freguezia nas occasiões de festas. — Os habitantes brancos não excederiam ao numero de uns 130.

VIII. A Ambrosio Machado succede no governo da capitania Bernardo da Motta, a respeito de cuja administração nada se sabe. — Durante o governo do seu successor, Francisco Gomes de Mello (1625-1628) novos perigos vêm assombrar as populações da colonia, ameaçando-as de investidas que não pareciam menos graves que as dos francezes. Primeiro a noticia da tomada da Bahia pelos flamengos (Maio de 1624) correu por toda a costa, alarmando todo mundo, e produzindo os maiores receios sobretudo entre os colonos mais desprovidos de recursos de defesa. Mal se restabelecia a confiança das populações com a prompta expulsão dos piratas (Maio de 1625), quando se recebe em Natal um aviso de que uma frota de Hollanda estava fundeada na bahia da Traição. Não se descreve o panico que se espalhou nas duas capitancias, assim affrontadas de alguma aggressão imminente. — Havia com effeito a esquadra de Hendrikszoon encontrado já a Bahia em poder dos bahianos, e agora bem garantida. Sem disfarçar a sua surpresa e despeito, tomou o almirante, ao cabo de alguns dias de observação, rumo para o norte. Não se atrevendo a investir Pernambuco, foi a frota inimiga lançar ferros (20 de Junho de 1625) na bahia da Traição. Os habitantes, desatinados no primeiro momento, fugiram para o interior, mas os indios, que só cuidavam de aproveitar taes incidentes para seus negocios, permaneceram em suas aldeias até ver como se portavam os assaltantes. — Nada mais queriam os hollandezes ali do que renovar provisões e soccorrer os seus enfermos. Construíram em terra um recinto entrincheirado, e ali improvisaram um hospital em tendas perfeitamente abrigadas, onde se trataram os doentes. (7) Entenderam-se muito bem com os indios, e delles conseguiram o que desejavam. Mandaram

---

7 Netscher — *Les Hollandais au Brésil*, p. 25.

mesmo um bando para o interior, commandado por um capitão Uzeel; o qual sabe-se que foi até o Rio Grande, onde recolheu muito gado e umas 200 caixas de assucar abandonadas no engenho Cunhaú. — Não demorou, porém, que da Parayba e de Natal acudissem forças a hostilizar os corsarios, e Hendrikszoon tomou a prudente resolução de deixar a paragem, tendo então os indios condescendentes de pagar o mal... que desta vez o hollandez tinha feito...

IX. A Gomes de Mello succede (1628-1631) Cypriano Porto Carreiro. Foram tres annos de relativo socego. Já era, no entanto, muito difficil desvanecer suspeitas e apprehensões no animo geral, de tal modo andava a terra sob o effeito de continuos boatos de inimigos na costa. — Os escarmentos soffridos levam agora as autoridades a cuidar antes de tudo de trazer as populações apercebidas para eventualidades. A fortaleza dos Reis Magos recebe os ultimos retoques. Tornára-se ella «a melhor do Braizl». <sup>(8)</sup> As muralhas tinham 9 a 10 palmos de espessura. Estava armada com 11 canhões de bronze e muitas colubrinhas; e guarnecida de 50 a 60 praças. — No governo do capitão André Pereira Themudo, que começa em 1631, sobrevêm os prodromos da occupação flamenga. — Já assim interromper-se, e agora por um espaço de mais de 20 annos, aquelle esforço que tanto vinha custando. — A situação em que os intrusos vão encontrar a capitania é a mesma que já descrevemos atrás neste capitulo. Desde 1624, aliás, é preciso notar que eram rapidos os dias de socego naquella terra, tão perseguida de cobiça e de intentos hostis. A questão mais difficil, e que mais complicava toda a vida dos colonos, continuava a ser a dos indios. Por mais que alguns padres missionarios e certos capitães da conquista conseguissem entender-se com muitos chefes de tribus, os arranjos feitos eram sempre muito precarios, não assentando quasi nunca numa perfeita intelligencia e cordialidade d amassa. Mesmo em allianças apparentemente sinceras, restava sempre no animo do barbaro um fundo

---

<sup>8</sup> Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.* p. 15.

de desconfiança que se descobria ao mais leve motivo de desilusão ou de queixa. E aquella fé tão facil de quebrar-se ia ter agora largas ensanchas para isso. Como os accôrdos, e as tolerancias, para elles tão duras, eram de ordinario fundados mais no medo e no escarmento que nos bons avisos, em regra os indios estavam sempre dispostos a jogar a sorte entre os colonos e os intrusos. O primeiro barco inimigo, que apparece numa enseada, traz para elles uma esperança. Um concorrente do portuguez no dominio da terra ha de dar-lhes algum proveito: augmentar-lhes-á o valimento junto daquelles que precisam, agora mais, do seu concurso; ou então lhes facilitará o ensejo de uma vingança que andava latente, e só contida pela força. — Assim tem sido em todo o paiz desde os principios da colonização, e ha de ser por muito tempo até que se faça definitiva e desassombradamente a nova ordem que se installa.



## CAPITULO X

### A ENTRADA DOS HOLLANDEZES

I. Logo que estiveram senhores do Recife, mesmo antes de se sentirem desassombrados do *Arraial do Bom Jesus*, procuraram os holandeses derivar para outros pontos o esforço dos pernambucanos. Entrava isso talvez, menos em seus calculos de lucro que na sua tactica de guerra. — Levaram primeiro uma forte expedição contra a Parayba, onde contavam com o auxilio de alguns chefes indigenas inimigos dos portuguezes. Com uma esquadra de 19 navios e 1.600 homens de desembarque, chegou o tenente-coronel Callenfels, no dia 6 de Dezembro (1631) á visa do Cabedelo, — Já havia Anonio de Albuquerque, governador da capitania, sido avisado daquelle intento, e estava prevenido contra a surpresa. Não só já lhe haviam chegado reforços dos que tinham vindo com o almirante Oquendo, como o soccorro do contingente paraybano que sitiava Olinda, e que, abandonada esta pelos inimigos, corrêra agora a defender a propria terra. — O forte do Cabedelo estava em obras; e contando, por isso, apoderar-se logo daquelle excellente posto, afoitou-se Callenfels a fazer, antes de entrar a barra, o desembarque da sua gente nas immediações da praça. — O capitão Mattos Cardoso, commandante do forte, não esperou, porém, pelo ataque: sahiu ao encontro dos aggressores. Entrincheiram-se estes na praia. Acóde da villa, com 600 homens, o proprio capitão-mór. Tentam os holandeses impedir que este soccorro entre no forte, mas improficuamente. Pretendem os inimigos pôr em sitio apertado os defensores do reducto; mas vêm-se rebatidos com grande furia. Durante alguns dias combate-se ali desesperadamente, com grandes per-

das de ambos os lados. Até que afinal, desilludido da tentativa, reembarca o inimigo e volta para o Recife. (1)

II. Anciosos, porém, tinham os intrusos as suas vistas agora para o Rio Grande do Norte, onde esperavam, não só encontrar a terra menos apercebida, como receber efficaz concurso dos indios. Haviam já recolhido, de um indio Marcial ou Marciliano, informações e promessas, que os induziram a crer que no Rio Grande teriam um successo mais feliz que na Parahyba (2); e o Conselho de Recife já se havia aventurado a expedir gen-

---

<sup>1</sup> Netscher — *Les Hollandais au Brésil*, 61. — Diz Southey, fundando-se neste mesmo autor, que o ultimo assalto que deram os holandezes aos da Parayba «foi um renhido conflicto: os portuguezes perderam perto de 100 homens, entre os quaes o commandante dos ultimos reforços e um Franciscano descalço»... Refere-se Southey talvez a um d. Aleixo, que, segundo Santiago, fôra a Parayba commandando a gente portugueza e hespanhola que do *Arraial* mandára Mathias de Albuquerque para ali. — O Franciscano descalço é frei Manuel da Piedade. Não combatia, mas andava no meio da gente a incitar-lhe os brios, levando alçado um Crucifixo. Diz Jabotão que elle «foi traspassado com uma alabarda pelos peitos».

<sup>2</sup> A proposito deste indio Marcial ou Marciliano, lê-se num trabalho inserto na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte* (volume IV, n. 1, p. 123): «Era um tapuio, nos documentos coevos ora denominado Marciliano, ora Marcial; submettido a interrogatorio, declarou ser natural do Rio Grande, criado nas montanhas de Pepetama, onde residira até cinco annos antes, e estivera novamente havia apenas alguns mezes; que as referidas montanhas demoravam a um mez de viagem do Rio Grande, sendo toda a região intermedia habitada por tapuios; nas vizinhanças da Bahia da Traição e do Rio Grande moravam principalmente indios potiguaras, entre os quaes contava numerosos amigos, tendo sido, porem, muitos delles massacrados pelos portuguezes após a partida do almirante Boudewyn Hendrickszoon; disse mais que fôra enviado pelos reis ou principaes da sua nação. Jandovy e Oqueuassú seu irmão, afim de verificar si os Tapatingas (nome dado pelos tapuios aos holandezes) ainda se achavam em Pernambuco, porquanto desejavam alliar-se-lhes. Accrescentou que viera ao longo do acampamento de Albuquerque, e garantiu que os tapuios, assim que houvessem noticias nossas, romperiam em hostilidades contra os portuguezes, pelo que convinha emprehender algo contra o Rio Grande no intuito de animal-os áquella resolução. (Dr. Alfredo de Carvalho — *Os holandezes no Rio Grande do Norte*).

te que fosse verificar as condições em que se poderia levar avante a conquista daquella importante posição. Fizera-se para isso aprestar um hyate e uma chalupa, cujo commando se entregára ao capitão Albert Smient, ao qual se juntaram um portuguez chamado Cochin, o indio Marciliano, e outros que em 1625 tinham sido levados do Rio Grande para a Hollanda pelo almirante Hendrikszoon.— Sahira esta expedição de ensaio pelos meados de Outubro de 1631. Visitára cautelosamente alguns pontos da costa, e volvêra ao Recife com a segurança de que se havia feito bom entendimento com os indios, e que tudo por ali teria de sahir bem. — Julgava-se, pois, o Conselho de Recife habilitado a mandar investir o Rio Grande: o quê se fez alguns dias depois do insuccesso da Parayba. Apesar, porém, de levarem maiores forças viram ainda uma vez os assaltantes o seu plano fracassado. O forte dos Reis Magos estava em boas condições, e muito bem guarnecido de gente, que acudira da Parayba com Mathias de Albuquerque Maranhão; e o inimigo foi recebido a tiros de canhões. Parte da gente chegou a desembarcar em uma enseada vizinha (enseada de Domingos Martins) e foi logo explorando a terra nas immediações. Naturalmente o que viram foi bastante para os enganar da façanha. Reconhecendo que semelhante conquista não era tão facil como tinham imaginado, contentaram-se os inimigos com o proveito de recolher dos campos o que perderam, retomando em seguida os navios e volvendo para o Recife.

III. Mas algumas vantagens vieram logo refazer de taes insuccessos a coragem dos intrusos. Com o auxilio de Calabar apoderaram-se de Iguassú, de Itamaracá, do Rio Formoso. Chegaram-lhes da Eúropa, trazendo grandes reforços, dois delegados da Companhia. Receberam ainda noticia de extraordinarios feitos do almirante Hoorn no mar das Antilhas. — Com esses afagos da sua fortuna reanimam-se elles, e projectam novos golpes de força contra as costas do norte. — Este anno de 1633 é o seu «anno feliz». A praça do Recife, pelos fins de Novembro, vai em grande azafama de preparativos militares. Estão promptas as forças de mar e de terra, que se destinam a um novo ataque ao Rio Grande. Segue á frente dellas um dos proprios commissarios da Companhia chegados da Hollanda, Ma-

thijs van Ceulen <sup>(3)</sup>. A frota era commandada pelo almirante Lichthardt; e iam nella mais o conselheiro Carpentier, e o tenente-coronel Byrna, que commandava as forças de terra. Compunha-se de 11 embarcações a esquadilha, sendo 4 navios grandes e 7 patachos. <sup>(4)</sup> As forças de desembarque constavam de 808 homens, formando oito companhias. Levavam provisões para dois mezes. — Sahiu de Recife esta expedição ao anoitecer de 5 de Dezembro (1633). Os ventos não lhe foram muito favoraveis. Durante a noite e todo o dia seguinte, pouco se avançou. No dia 7, pela manhã, estavam pelas alturas de Mamanguape <sup>(5)</sup>. Ali incorporou-se á esquadilha um dos cruzeiros da costa, sob o commando de Smient, que já conhecia bem aquellas paragens. Reuniu-se então a bordo do capitanea um conselho de officiaes para assentar-se o plano de ataque. Resolveu-se que as forças de terra desembarcassem a duas ou tres leguas ao sul do Rio Grande, enquanto a frota iria forçar a barra do Potengy para cooperar com aquellas. Recommendou-se muito que os soldados saltassem fazendo orações... pedindo, ao Deus dos flamengos, protecção para aquella empresa. <sup>(6)</sup>

IV. Pela manhã de 8 desembarcavam as tropas na Ponta Negra; e a flotilha seguia para o norte, indo entrar a barra

<sup>3</sup> O outro dos directores delegados era Johan Gysselingh.

<sup>4</sup> «Não levavam artilheria — diz o dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* — julgando sufficiente a dos navios, e a que esperavam tomar no forte dos *Reis Magos*».

<sup>5</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 24.

<sup>6</sup> Dizia aos seus officiaes o tenente-coronel Byrna no momento de jogar a fortuna: «Quando se houver de operar o desembarque, farão proferir pelos seus soldados uma prece, implorando ardentemente ao Senhor a sua graça para a empresa que vão commetter, e em seguida animal-os a portarem-se corajosamente na occasião do perigo, como leaes e valorosos soldados, de accôrdo com a sua honra e juramento». É um phenomeno psychologico muito curioso — este da conciliação da fé com os desbragamentos do instincto predatorio! Parece, no entanto, que isto só se encontra em certas raças, ou pelo menos que não se encontra nas mesmas proporções em todas as raças. O hollandez entrou aqui orando; e durante os 24 annos que esteve na terra alheia orava sempre que tinha de armar o bote. Só não se sabe si tambem fez orações quando sahiu. Provavelmente não: sahiam queixosos do seu Deus...

de Natal sem que a artilharia do forte pudesse impedir-lhe a façanha. Mandou immediatamente Lichthardt occupar as alturas que ficam entre a povoação e a fortaleza. — Assim preparado tudo segundo o plano que se concertára, aguardou o almirante a chegada das forças de terra. — Haviam-se estas posto em marcha no mesmo dia 8. Tiveram logo signaes de que era a aggressão por ali esperada. Já dos navios, antes do desembarque, tinham avistado uns dois ou tres cavalleiros e alguns negros, que pareciam espias, e que fugiram assim que começaram a desembarcar as forças. Em volta de toda a bahia encontraram trincheiras levantadas sobre um renque de collinas muito ingremes. — Não obstante esses indicios de prevenção, as tropas desembarcaram, e puzeram-se em marcha sem encontrar nenhuma resistencia. Segundo Netscher, ao sahir em terra recebeu van Ceulen uma deputação de Tapuias, que se mostraram muito bem intencionados a respeito dos novos hospedes... que haviam de ser melhores que os primeiros... — Caminharam os holandeses sempre junto o mais possivel ao mar. O dia era muito quente; e a marcha, menos por isso que pela aspereza do terreno (valles fechados de altas dunas de areia) foi muito penosa — A certa altura, de uma aldeia situada no cimo de um cêrro, estalaram alguns tiros... bello pretexto para se não perder o ensejo de começar com fortuna, fazendo logo boa presa... conforme tanto pediam ao seu Deus aquelles heróes... Foi o unico incidente daquella facil avançada...

V. Pelas tres da tarde, chegaram a Natal as forças de terra. Tomou-se conta da villa, que foi guarnecida por uma parte da tropa, seguindo o restante na direcção do forte. Avistaram-se logo os marinheiros acampados junto ás dunas, e que Lichthardt fizera desembarcar. Ali reuniram-se todas as forças, inclusivé a parte que ficara na povoação, onde se viu que não era necessaria. — Aproveitou o tenente-coronel Byma a ultima claridade do dia para examinar as adjacencias do forte, separado do acampamento por uma duna de areia, mas apenas a um tiro de fusil. — Nem tudo isto, porém, se fazia em socego, pois do forte rompia fogo «sem descanso com mosquetes e canhões»; ao quê rebatiam do outro lado da collina os assaltantes. — Ao anoitecer, passou-se van Ceu-

len para bordo de um dos navios fundeados na bahia. (7) — No dia seguinte desembarcou-se parte das munições de guerra, construíram-se trincheiras e approches, e explorou-se o rio, reconhecendo toda a redondeza. — No dia 10 houve escaramuças em sitio da vizinhança, tendo sido «aprisionado» o sargento-mór do forte. Apressaram-se os holandezes a mandar aviso aos indios com quem se haviam entendido, para que viessem auxilial-os no cerco da praça.

VI. No dia 11 estavam os aggressores preparados para romper contra o forte, pondo em acção tanto as suas forças navaes, como as baterias que tinham montado nas collinas quasi a cavalleiro da praça. Mas os holandezes sabiam ser na guerra tão correctos e leaes como religiosos... Antes de iniciar o ataque, fez o tenente-coronel Byma ao commandante do forte, Pedro Mendes de Gouvêa, uma formal intimação, «ponderando-lhe (8) que, embora ali estivessem para se apoderar da fortaleza, e contassem com elementos sufficientes para isso, não queriam proseguir nas operações de guerra sem primeiro offerecer-lhe as melhores condições no caso em que se resolvesse a intregal-a desde logo; accrescentando que, si as não aceitasse já, não poderia mais esperar obtel-as quando as coisas chegassem ao extremo. Essa intimação escripta foi enviada por um tambor, e recebida do alto das muralhas do forte». O capitão Pedro Mendes rebateu com uma carta nestes termos, e entregue ao mesmo tambor: «Estou bem certo das boas disposições e cortezia de v. m., como bom soldado que é, em todos os assumptos, e principalmente nos negocios da guerra; mas v. m. deve saber que este forte foi confiado á minha

---

7 «À tarde — escreve o dr. Lyra — transportou-se o sr. van Cenlen para bordo do *Overysse*, fazendo o inimigo alguns tiros, indo cahir uma das balas junto á prôa do *Overysse*, o quê Joachim Gysen não quiz deixar passar sem resposta, e fez quatro ou cinco disparos contra o forte com pontaria tão certa que varou algumas das casas. Retorquindo, os contrarios lançaram uma palanqueta na camara do *Overysse*, fazendo voar estilhaços e uma tina de agua sobre o sr. van Cenlen e outros capitães que com elle estavam jantando, sem contudo molestar ou ferir a ninguem; mas acertasse o tiro um pouco mais acima, e teria levado ao sr. van Cenlen ambas as pernas».

8 Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.*, 29.

guarda por s. m. Catholica, e só a ella, ou alguém de sua ordem o posso entregar, e a mais ninguém, preferindo perder mil vidas a fazel-o; e do mesmo espirito se acham animados todos os meus companheiros, achando-nos bem providos de todo o necessario». — Contava o commando dos atacantes com o effeito seguro e prompto daquelle aviso; mas enganara-se: a victoria não seria tão facil como lhe parecêra. Tinha de arriscar-se á lucta, sabendo já que lida contra gente que «se não rende com palavras»...

VII. Pouco depois que se recebera no acampamento inimigo aquella categorica repulsa, rompia o fogo <sup>(9)</sup> entre a fortaleza e as baterias de terra, secundadas pelos canhões dos navios. O combate foi vigoroso de uma parte e de outra, interrompendo-se ao cabo de tres horas de acção violenta, para recommençar em seguida com a mesma intensidade. Os estragos no forte foram grandes, sendo demolidos parapeitos e bastiões, descobertas e desmontadas algumas peças. — Para a tarde a resistencia parecia enfraquecer, e os sitiantes suspenderam o bombardeio, a esperar pelos effeitos daquelle mostra. — Levaram toda a noite a construir mais uma trincheira, para a qual transportaram artilharia de bordo, desembarcando tambem mais armamentos e munições, reforçando com marinheiros as tropas de terra, e alarmando continuamente os sitiados com gritos e toques de corneta, ao mesmo tempo que simulavam investidas para escalar a praça. — Pela manhã de 12 appareceu sobre os muros do forte uma bandeira branca. Comquanto fosse logo retirado esse signal, veio pouco depois á terra um homem trazendo uma carta em que os do forte mostravam desejo de parlamentar, solicitando para isso uma suspensão de armas. Como a carta não tinha assignatura de ninguém, hesitou Byma em recebê-la; mas o portador assegurou que, si o capitão-mór não a tinha assignado, os que a haviam feito se compromettiam a entregar a praça depois de feito o accôrdo. Concedeu, por isso, o commandante inimigo o armisticio pedido, e mandou-lhes um salvo-conducto para o parlamentar que enviassem á terra, indo logo para o forte como refem, o capitão Maulpas.

---

<sup>9</sup> *Ibidem.*

Saltaram logo para terra o director Ceulen e o conselheiro Carpentier; e veio do forte, como parlamentar, o capitão Sebastião Pinheiro Coelho, e seu ajudante, por estar gravemente ferido ou enfermo o capitão-mór.

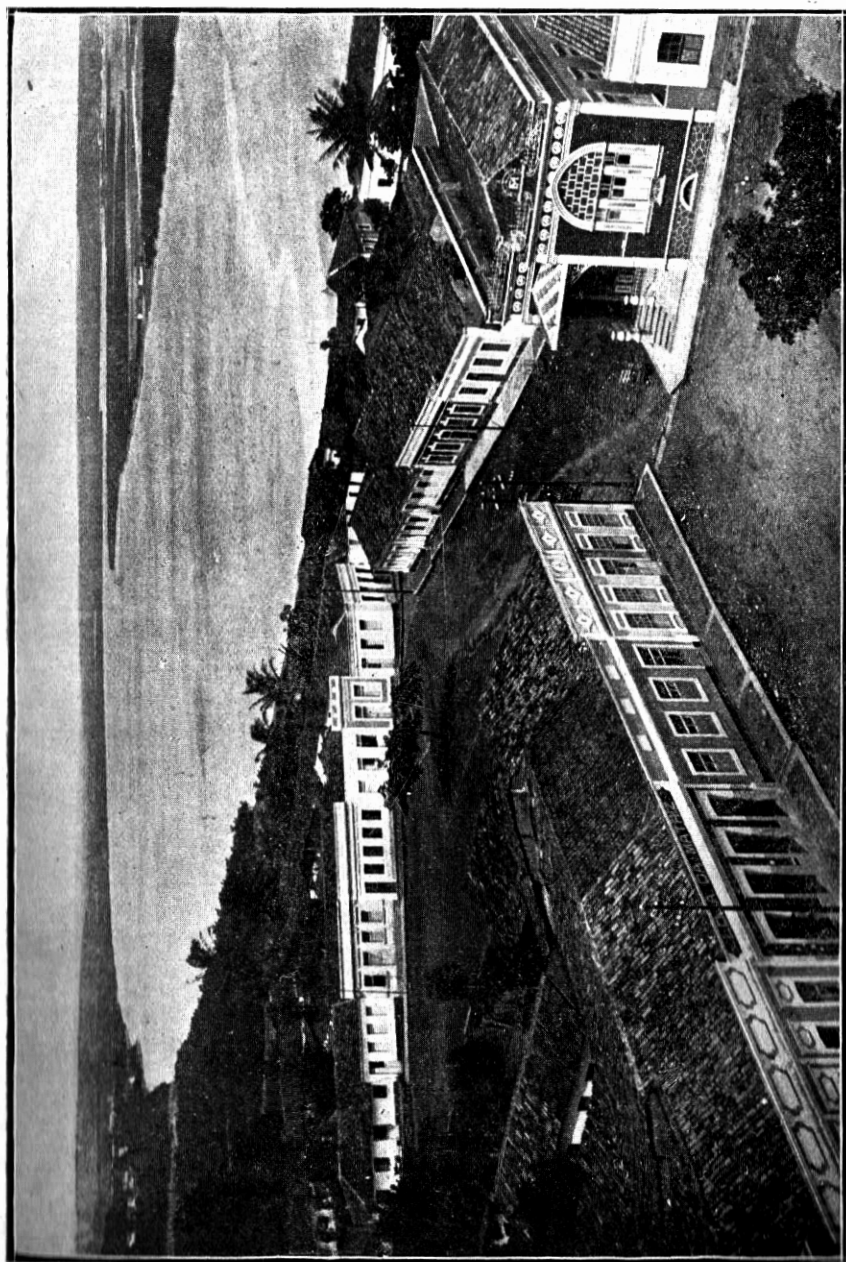
VIII. Após ligeira intelligencia concluiu-se nestes termos o accôrdo para entrega da praça: 1.<sup>o</sup> que todos os soldados sahiriam com suas armas e bagagens; 2.<sup>o</sup> que se lhes forneceriam embarcações que os transportassem para a outra banda do Potengy, ou para onde quizessem retirar-se; 3.<sup>o</sup> que depois disto, o forte, com todo o armamento e munições de guerra, seria entregue aos hollandezes; assim como tudo o mais que ali estivesse. Consignou-se no auto que o capitão-mór não assignava a *capitulação feita pelos officiaes* «por estar *demasiado gravemente* ferido para fazel-o». <sup>(10)</sup> — Sahiram da fortaleza rendida <sup>(11)</sup> uns 90 homens. De cada um delles foi tomado um sacco de polvora, que levavam fingindo roupa de uso... — Encontraram-se na praça 9 canhões fundidos, 22 de ferro, 46 toneladas de polvora, e algumas outras munições. — Falam todos os testemunhos do tempo e acolhem

---

<sup>10</sup> A pedido do capitão Pinheiro accrescentou-se no termo de capitulação: «Declaro que este contracto é feito por todos os officiaes e soldados do forte, porquanto o capitão-mór jaz demasiado gravemente ferido para fazel-o. — Cap. *Sebastião Pinheiro Coelho*». — «Com o auto voltou Coelho ao forte, afim de mostrar-o aos outros. Regressando, apresentou mais os seguintes additamentos: — que a pessoa do capitão-mór, seus criados, bagagem, prata, dinheiro e armas, e com elle o capitão P. Vaz Pinto, provedor da Fazenda Real, fossem tratados da mesma sorte, concedendo-se-lhes demorarem-se seis dias, tempo de que haviam necessidade afim de mandarem buscar cavallos e criados que os acompanhassem, para poderem viajar com segurança; e que com elles sahissem o sr. Manuel Pita Ortigueira, seus criados e a bandeira, não sendo justo que isto lhes recusassem, porquanto o pediam para se garantirem dos habitantes do paiz ou selvagens, e que aos mencionados capitães fosse permittido sahirem e voltarem com licença do general. Tudo lhes foi concedido, com excepção da sahida da bandeira, e da ida e volta dos mencionados capitães». — Quanto a esta ultima condição, no emtanto, é preciso observar que os capitães de que se trata, tanto Pedro Mendes como Vaz Pinto, *sahiram muitas vezes e voltaram...* até que pelo menos o ultimo sahio um dia e não mais voltou, como havemos de ver.

<sup>11</sup> *Hist. do Brasil*, IV, 284, n. 3.





RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA DA  
CIDADE — CURVA DO PERIQUITO NO POTENGY

a versão quasi todos os historiadores, em traição, suborno ou criminosa covardia, como causas a que se deve attribuir a perda da fortaleza. Refere-se mesmo que na praça havia dois prisioneiros que seduziram a guarnição. Affirma-se que Domingos Calabar<sup>(12)</sup> «fez trato com aquelles dois homens, *depois de ferido o capitão*, e elles lhe venderam a praça». — Parece um tanto inverosimil esta historia; mas é impossivel desdenhal-a, tão insistentes e geraes são os pareceres que a confirmam, tendo dado no tempo muito que falar. Um dos chronistas contemporaneos<sup>(13)</sup> diz que foi Calabar dos primeiros a entrar na praça, e que os holandeses conduziram «preso» para o Recife o capitão-mór... faltando assim, portanto, ao que se havia pacteado, e parecendo que isso se fizera por astucia combinada, pois que se «entendeu ser maranha»... Acrescenta o referido chronista que no Recife o capitão foi posto em liberdade, e que ao chegar ao *Arraial do Bom Jesus*, Mathias de Albuquerque «o mandou prender em grilhões, e confiscar toda a fazenda que trazia».

IX. Si o capitão de que ahi se trata é o mesmo Pedro Mendes, como parece, é preciso tomar muito a serio a accusação de suborno; pois os documentos de origem holandeza fazem questão de o dar como ferido mui gravemente, e ao ponto de não ter podido assignar o termo de capitulação. — A proposito «escreve o proprio donatario da capitania<sup>(14)</sup> que para entrega do forte concorrêra um sargento e um preso, e que ambos haviam, durante a noite, furtado ao capitão (como si se tratasse de algum despenseiro) as chaves do forte, entregando-as ao inimigo. Entendemos, porém, que si o capitão estava impedido, bem poderia o mando competir ao sargento, não havendo na praça outros mais graduados; e não foi a rendição tão vergonhosa, quando é certo que se fez depois de aberta a brecha. Em todo caso, não ha fundamento para se dizer que houvera venda da praça e barganha com Calabar». — Cumpre, no emtanto, registrar ainda acêrca deste caso a opinião do mais

---

<sup>12</sup> Southey.

<sup>13</sup> Diogo Lopes de Santiago — *Historia da guerra de Pernambuco*.

<sup>14</sup> Segundo Varnhagen.

illustrado, brilhante e fidedigno entre os autores que se occuparam especialmente da guerra hollandeza, frei Raphael de Jesus. «A fraqueza — escreve o autor do *Castrioto Lusitano* — e a infidelidade se uniram nestes dias para nos esmagar. Sahiu o inimigo no mez de Dezembro, e com grande poder de gente e de navios sobre a nossa fortaleza do Rio Grande. A negociação tinha comprado a contingencia da batalha. Rendeu-a o flamengo com a vista. Supposto que o capitão Pedro Mendes, ferido de uma bala, *deu a vida pela defesa*. Com pretexto de covarde a entregou o tenente governador, que era um sargento: <sup>(15)</sup> pareceu-lhe a fraqueza menos feia que a traição; facilmente cai na vileza quem se delibera a viver da infamia. O primeiro que entrou na praça foi o Calabar, ou para assegurar o concerto, ou para se conhecer o autor do contracto. Com 40 soldados que a força tinha de presidio (os mais tinha licenciado o capitão) levou o inimigo preso ao cabo para o Arrecife. Murmurou-se então que com esta apparencia quizeram os inimigos encobrir a traição da entrega: engano mais seguro, porém menos apparente. Com toda a artilheria de todas as suas fortalezas coroadas de luminarias publicou o inimigo os effeitos de uma traição, servindo um mesmo estrondo á sua alegria e á nossa magua: o quê nos ratificou, á cara descoberta, remettendo para o nosso Arraial o autor da entrega, livre, favorecido e medrado; o qual mandou logo Mathias de Albuquerque prender com grillhões, e confiscar-lhe os bens, *processado o crime pela confissão do reu*. <sup>(16)</sup>. — Seja como fôr, o que é certo é que estavam os intrusos de posse de mais este posto <sup>(17)</sup>, para elles tanto mais

---

<sup>15</sup> Mas foi o capitão Sebastião Pinheiro Coelho que concertou a capitulação. Parece que é sobre este que recaem todas as suspeitas.

<sup>16</sup> Aqui só póde haver duvida quanto ao cabo que entregou a praça, parecendo que fr. Raphael de Jesus dá como tendo sido o *tenente governador, que era um sargento...* supposto que o capitão Pedro Mendes, ferido de uma bala, *deu a vida pela defesa...*

<sup>17</sup> «Foi por esta occasião que se registrou o exemplo mais edificante de fidelidade de um chefe indigena para com os portuguezes. «Oito annos jazia ali (na fortaleza) em ferros (desde 1625) um indio chamado pelos seus Jaguarary, e Simão Soares pelos portuguezes. Accusavam-n'o do crime de haver naquella epoca desertado para os hol-

importante quanto, além dos grandes recursos que da campanha rio-grandense iam tirar, lhes valia ainda a vantagem de terem agora posto em aperto a Parahyba, que alguns mezes depois lhes cahia afinal nas mãos; e com isso ficavam senhores, em menos de quatro annos, de tres capitancias.

---

landezes; mas o chefe selvagem protestava contra a accusação, asseverando ter ido unicamente buscar sua mulher e filho, que tinham cahido nas mãos do inimigo. Aos juizes faltava virtude propria para acreditar na alheia, e apesar de ser o indio tio do Camarão, o melhor alliado dos portuguezes, tinham-n-o estes conservado oito annos em carcere tão duro. Os holandezes puzeram-n-o agora em liberdade. Immediatamente foi elle ter com a sua tribu. — «Sangram ainda — disse — os signaes das minhas cadeias; *mas é a culpa, não o castigo, que infama*. Quanto peor me trataram os portuguezes, tanto maior será o vosso e o meu merecimento conservando-nos fieis ao serviço delles, especialmente agora quando o inimigo os aperta. Ouviram-lhe os seus as razões, e elle levou aos seus oppressores um corpo de alliados constantes, com os quaes os serviu tão bem que mereceu na historia menção honrosa. — É curioso o que se lê no *Diario da Expedição* (documento de origem holandez): «O braziliense que encontramos (morto e coberto de sangue) ao pé da muralha (do lado de fóra) soubemos ser o chefe de uma aldeia dos mesmos, e *que havia muito tempo estava preso por se suspeitar que era inclinado* aos holandezes. Os portuguezes, certos de que, após a entrega do forte, elle se passaria para o nosso lado, o estrangularam, e lançaram por cima da muralha». Diz por sua vez Duarte Coelho que para a entrega do forte concorreram um sargento e um *preso*. Não se sabe de outro braziliense preso sinão o indio Jaguary, o Simão Soares dos portuguezes. Como então conciliar as duas versões contradictorias — a que dá Simão voltando a servir os seus algozes, e a dos holandezes que o dão como encontrado morto junto aos muros do forte?

## CAPITULO XI

### O DOMINIO DOS INTRUSOS

I. Tendo-se apoderado do forte dos Reis Magos, <sup>(1)</sup> cuidaram os holandeses de firmar-se naquella posição. Antes de tudo, ao penetrarem na praça conquistada, fizeram celebrar na capella do forte um officio religioso em acção de graças ao seu bom Deus, que acabava de dar-lhes mais aquella prova de munificencia e predilecção... Em seguida, alçaram nos muros o pavilhão dos Estados, «saudando-o com tres salvas de mosquetes e canhões». — No outro dia (13 de Dezembro) punha-se toda a gente em grande actividade, para metter tudo em ordem naquelle magnifico posto de avançada, que tão facilmente lhes cahira nas mãos. Tratou-se primeiro da fortaleza. Inventariou-se quanto ali se encontrára. Recolheram-se aos paiões as munições de boca e de guerra indispensaveis para a provisão da praça. Foi esta guarnecida por 140 soldados. Ficava essa força bem munida, além de arma commum, de escopetas para as diligencias e batidas no interior. Nomearam-se: commandante do forte o, depois famigerado, capitão Gartsman; immediato, o sargento Coeck, e os demais subalternos.—É preciso notar que ficava o capitão Gartsman com attribuições analogas ás dos antigos capitães-móres, até que acêrca da administração civil tomasse o governo de Recife medidas definitivas. — Em terra, transferiu-se para Natal o quartel da tropa. Desmontaram-se as baterias, voltando para os navios os canhões que se haviam desembarcado por occasião do assedio. Arrasaram-se as trincheiras que se tinham cons-

---

<sup>1</sup> Ao qual passaram a chamar — forte *Ceulen*.

truido no alto das dunas. Quando forçára a barra na tarde de 8 de Dezembro, tomára Lichthardt conta de duas caravelas que tinham sido abandonadas pelos tripulantes. <sup>(2)</sup> Descarregam-se agora esses navios, onde se encontraram munições em grande quantidade e mercadorias de vario genero. Encheram-se assim os armazens da Companhia, pois as embarcações da esquadilha nem tudo puderam conduzir para o Recife. — Não custou pouco todo esse serviço, trabalhando-se nelle alguns dias; de modo que só no dia 21 pouda a esquadra sahir de volta para Pernambuco.

II. Enquanto se tratava de normalizar a situação naquelle novo posto, ia-se tambem entrando desde logo a assegurar os proveitos immediatos da façanha. No dia seguinte ao da victoria (13 de Dezembro) faziam os chefes partir, para sitios vizinhos ao norte, duas companhias e uns 60 marinheiros á procura de viveres, e principalmente com o intuito de dar por aquellas paragens um signal de que ali já abatêra igualmente o terror que anda fazendo estremecer a população de Pernambuco. Essa força foi a Genipabú, onde já havia estado aquella gente que dois annos antes tinha explorado aquelle littoral; e no dia seguinte, pela tarde, estava de volta, conduzindo muitas rezes que arrebanhára. — O exito deste primeiro ensaio <sup>(3)</sup> animou-os a mandar, no dia 14 ou 15, uma expedição mais forte para o interior, a um sitio onde estavam informados que se encontraria muita coisa a depredar. Para esta expedição foram escalados 30 homens de cada companhia, formando, portanto, uma *bandeira* de 200 e tantos soldados, á frente dos quaes seguiu o major Cloppenburch, com mais dois officiaes. — Em seis embarcações ligeiras subiu essa gente o rio, e foi desembarcar no passo do Potengy, seguindo dali por terra. — Foram logo os bandoleiros descobertos por sentinellas da terra, das quaes algumas foram mortas. Aprisionaram um pobre velho, tropego na fuga, e que não

---

<sup>2</sup> «Eram — diz o traductor do *Diario* hollandez, dr. Alfredo de Carvalho — as embarcações de soccorro enviadas sob as ordens de Francisco de Vasconcellos».

<sup>3</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 36.

mataram menos por piedade que por interesse. Marchando durante umas duas horas, chegaram á vista de um campo, onde os esperava em attitude hostil um grupo de moradores que de varios pontos tinham accorrido em alarma contra os intrusos. Recebidos com uma descarga, que lhes derribou uns quatro ou cinco, accometteram os invasores com vigor aquella gente, pondo-a em fuga. Um pouco adiante, sentindo movimentos de repulsa cada vez mais decisivos, tomaram os heróes a prudente resolução de bater em retirada. — Não conseguiram, pois, attingir o engenho do *Ferreiro Torto*, que era evidentemente o seu alvo. <sup>(4)</sup> — Para a resolução de retirar concorreu ainda a noticia, que tiveram do velho prisioneiro, de que da Parayba se esperava ali um soccorro de 300 homens, que estavam já em caminho e deviam chegar a cada momento. — A gente da terra que fez retroceder a expedição parecia deliberada a resistir energicamente aos inimigos. Com ella estavam já muitos homens que de Natal e das immedições tinham sahido e se reuniam naquelle engenho; entre os quaes estava o provedor da Fazenda Real, Vaz Pinto, um dos capitulados do forte. <sup>(5)</sup> — Esta gente, disposta a contra-atacar os intrusos, ali se congregava, esperando, para uma investida formal, soccorros da Parahyba.

III. O insuccesso desta entrada, e mais as noticias recolhidas, alarmam aos hollandezes. Van Ceulen e Carpentier vêm a Natal conferenciar com o tenente-coronel Byma. Inquire-se de novo e longamente ao velho prisioneiro, e afinal permite-se-lhe que volte para o meio dos seus sob a promessa de que

---

<sup>4</sup> «*Ferreiro Torto* — escreve o dr. Tavares de Lyra (*op. cit.* 37, nota 34) — é ainda hoje um engenho nas proximidades da cidade de Macahyba, á margem direita do rio Jundiah, affluente do Potengy. É possível que o primitivo engenho não tivesse sido construido no mesmo lugar em que está situado o actual. Devia ser, porem, nas suas immedições».

<sup>5</sup> Lê-se no *Diario*: «... o seu chefe (da gente do engenho) parece ser P. Vaz Pinto, que se ausentára do forte sem licença, apesar de ter pedido para ficar com o capitão-mór, e poder sahir e voltar afim de obter gallinhas e outros viveres para o mesmo, sendo-lhe permitido ficar, mas não sahir e voltar, pelo que de uma feita se ausentou não regressando mais; o seu intento está agora patente».

iria aconselhal-os a uma perfeita submissão aos novos senhores. Entregam-lhe estes um aviso dirigido á população, annunciando-lhe que haviam tomado o forte dos Reis á viva força; que estavam abastecidos de tudo, e seguros de ali ficar para sempre; e que no prazo de tres dias deviam apresentar-se em Natal, a fazer declaração de fidelidade ao Estado de Hollanda, os que desejassem continuar a viver pacificamente na capitania: e prevenindo logo que os refractarios a tal convite seriam tratados como inimigos, usando-se «contra elles de todo rigor... incendiando-se-lhes as habitações e destruindo-se-lhes os bens...» E isto era só o que se dizia... — Da mesma astucia usaram com um dos dois portuguezes que tinham ficado com o capitão-mór Pedro Mendes, e que pedira licença para se retirar e viver em suas terras. Este foi chamado á presença do director van Ceulen e do Conselheiro Carpentier e de Byma; os quaes lhe disseram que «todos os moradores poderiam permanecer nas suas casas sob a condição de prestarem juramento de fidelidade, e pagando de todos os seus productos e mercancias, conforme até então faziam ao rei de Hespanha: com o quê — acrescenta-se — pareceu elle concordar plenamente, pedindo um salvo-conducto, e dizendo que iria falar com os seus amigos refugiados no matto, e convencer-os a ficar tambem; pelo quê se lhe deram algumas cartas do teor das que se haviam dado áquelle velho».

IV. Enquanto se punham em pratica semelhantes manobras (que, diga-se de passagem, nunca lhes aproveitaram) iam tramando planos mais consentaneos com os seus processos. Apercebem-se de que, para humilhar de uma vez pelo escarmento os vencidos, o meio mais simples e efficaz é lançar mão da ignorancia, brutalidade e animo vingativo dos barbaros tapuias, agora em grande sanha pelo sertão, com o apoio dos novos alliados que os incitam. Já haviam, aliás, mesmo antes de chegarem ao Rio Grande, mandado aviso aos Janduys, para que viessem auxiliá-los, conforme se convencionára. Agora é a Domingos Calabar que se attribue o recurso de appello á barbaria. Com isso, não só se pouparia a gente de guarda do posto, como se faria com proveito a pacificação da nova conquista pelo meio mais seguro que é o massacre dos reveis —



coisa que só a furia do selvagem sabe fazer direito. — Aquelles tapuias que estavam então pelas ribeiras do Assú e do Jaguaribe buscando os sertões de Pernambuco <sup>(6)</sup>, desceram logo ao primeiro chamado, em numero de uns 300; e insuflados pelos flamengos, e principalmente pela maldade de Calabar, foram surpreender aquelles miseros refugiados do *Ferreiro Torto*, fazendo ali uma horrivel chacina, sem respeito a sexo nem a idade. Foram cruelmente sacrificados o proprietario do engenho, Francisco Coelho com toda a familia (mulher e cinco filhos) e mais umas sessenta pessoas. Dali sahindo, foram os ferozes assassinos a espalhar o terror pela campanha, praticando em toda parte por onde passavam os actos mais incriveis de requintada selvageria. E' de crer mesmo que os hollandezes se servissem da bestialidade do indio como argumento, que lhes pareceu o mais persuasivo, para inculcar aos desventurados colonos uma indiscutivel preferencia pelo novo mando que se implanta na terra, menos deshumano que o daquelles sclerados...

V. Ao morticinio do *Ferreiro Torto*, seguiu-se o primeiro assalto do Cunhaú, por principios de 1634. Dois marinheiros flamengos, com mais seis camaradas, que da primeira expedição dos intrusos contra o Rio Grande tinham sido capturados pelos nossos, estavam agora trabalhando nas obras de fortificação do Cunhaú. Da caravela onde estavam detidos no rio, saltaram á agua, e alcançaram a nado a margem do norte, e chegaram ao Rio Grande. As informações dadas por estes homens induziram os hollandezes a emprender um assalto a Cunhaú, indo Stockhouwer por mar e Artichofskey por terra, com pouco mais de 200 homens, inclusive uns 40 ou 50 daquelles tremendos tapuias, que eram sempre para elles a matilha de vanguarda de taes expedições. Approximou-se Artichofskey durante a noite. Foi denunciado pelos cães que estavam no forte; mas a guarnição não se moveu com o signal; e graças a esta indesculpavel negligencia, foi surpreendida, perdendo-se assim sem difficuldade uma fortaleza muito capaz

---

<sup>6</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 38.

de resistir a semelhante ataque. O capitão Alvaro Fragoso de Albuquerque foi feito prisioneiro <sup>(7)</sup> com mais 13 homens; 11 foram mortos; o resto fugiu. Quando ali chegaram as forças de mar, já a fortaleza estava em poder de Artichofsky. Não era intenção dos holandeses guardal-a; e por isso, despojando-a de tudo, carregaram com a presa uma caravela; mas esta foi a pique ao sahir a barra, perdendo-se tudo.

VI. Senhores de Natal <sup>(8)</sup>, e destruidos aquelles dois principaes nucleos de população (Ferreiro Torto e Cunhaú) puderam os invasores impôr sem contrastes o seu inexoravel jugo em toda a capitania do Rio Grande. Os que não quizeram submeter-se, ou pagaram com a perda de bens e de vida a sua insubmissão, ou foram refugiar-se no *Arrail do Bom Jesus*, onde Mathias de Albuquerque, com os seus grandes cabos de guerra, ainda resistia. A terra rio-grandense ficou quasi inteiramente deserta de moradores que não fossem flamengos ou indios de corso. De algumas centenas de colonos que ali se haviam estabelecido, pequeno foi o numero dos que se resignaram a soffrer, num renunciamento e passividade de morte, o ominoso dominio da força. — Mas logo se viu que nem mais a fuga era um recurso para os desesperados. O protesto dos pernambucanos ia em vespervas de ceder ao imperio dos intrusos; e mais depressa do que estes proprios calculavam, ia a sua autoridade firmar-se nas tres capitancias. Ao abandono do Rio Grande seguiu-se, mezes depois, a capitulação da Parayba; e em Pernambuco, a retirada de Mathias de Albuquerque para Alagoas. — Logo que tomaram a Parayba, apressaram-se os flamengos a occupar effectivamente todo o trecho da costa entre o Rio Grande e Pernambuco, varrendo de varios pontos do interior alguns bandos de indios que continuavam fieis aos portuguezes. — Em 1636 estavam, pois, os holandeses de posse da vasta secção do norte a que se dava o nome de provincia de Pernambuco,

---

<sup>7</sup> Diz, no emtanto, fr. Raphael de Jesus (*Castrioto* 93) que foi morto cruelmente, com mais perto de 50 pessoas e um religioso do Carmo. Aqui parece que ha algum engano ou confusão.

<sup>8</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 41.

e que comprehendia, no littoral, as capitãncias do Rio Grande do Norte, da Parayba, de Itamaracá e de parte da de Pernambuco até Pirapueira.

VII. A situação das terras, onde havia abatido a gana flamenga, é por este tempo de commovedora desolação e miseria. Não se encontra mais, em parte alguma do paiz conquistado <sup>(9)</sup>, uma sociedade normal, nem mesmo das de organização rudimentar ou de incipiente cultura. Ao cabo de uns sete annos de luctas, sentem-se exhaustas de recursos e de forças as populações investidas, e a terra completamente arruinada, e numa incrível desordem geral. Chega o momento em que a vida se torna impossivel. Todos os lares estão varridos de refregas. As familias, debandadas. Entre os vencedores e os vencidos, anda, suffocada em afflicções, uma população que suspira pela paz, e que se dispõe a mudar ao menos de sacrificio, tentando conciliar o amor da terra com a dureza da sina. No extremo de infortunio a que se chega, começa-se a renunciar a todos os estímulos da antiga existencia moral. O soffrimento enerva e humilha os proprios fortes. A estes mesmos, na desgraça, o instincto de viver cede á fatalidade do destino; e até os mais dignos anceiam já por salvar daquelle cataclysmo ao menos o direito de recurso á tolerancia e á piedade dos algozes. Mais ainda á piedade que á tolerancia; pois entre os tyrannos que mandam agora, a propria misericordia custa muito caro. Compram-se vidas a dinheiro; e a clemencia dos que imperam não se move sinão á força de bons lucros. Os que têm meios de sahir daquelle interno dão graças de poderem exilar-se. Isso mesmo é, no emtanto, difficil e penoso, pelos grandes perigos a que se expõem os que fogem. Organizam-se vastas caravanas de emigrantes, associando-se na fuga grande numero de familias, de modo a conjurar assaltos dos bandidos que infestam os caminhos. Ainda assim, só dizimados pelas quadrilhas conseguem os mais felizes sahir daquellas terras devastadas. — Para se ter uma idéa do estado moral a que chegaram aquellas populações, basta ver que não havia decorrido ainda um anno da

---

<sup>9</sup> *Historia do Brazil*, IV, 335.

chegada do principe, quando a camara de escabinos de Olinda, composta na maioria de portuguezes, dizia, dirigindo-se aos representantes da famosa empresa em Hollanda, que todo o povo «rende graças» pela vinda do Conde de Nassau «para governo desta conquista»; providencia que trouxe a paz ao paiz, como «foi Deus Nosso Senhor servido de nos dar, livrando-nos, com sua vinda, das calamidades passadas, que communmente a guerra traz consigo; e affirmamos a VV. SS. que a alegria deste povo com tal pessoa foi mui grande».... A que extremos de angustia foi preciso que levassem, para semelhantes quebrantos, aquella mesma alma que protestára em sete annos de martyrio! Que amarguras não andariam reduzindo á supplica a altivez daquelles bravos!

VIII. Mas, por sua parte <sup>(10)</sup>, não se sentem menos fatigados os holandezes. Fóra dos bandos, que já se tinham viciado na vida aventureira dos assaltos, dos roubos e massacres, ha do lado dos proprios intrusos muita gente que suspira e clama pela paz. Entre os que vêm de Hollanda encontram-se muitos que atravessaram o oceano á procura de fortuna legitima pelo trabalho; muitos verdadeiros colonos — operarios agricolas, artífices, industriaes, negociantes —: e todos estes requerem a ordem, a vida pacifica que se lhes promettera. Os proprios bandidos, aliás, cançam tambem, pois não ficam sem o seu quinhão de soffrimentos. A guerra tem destruido tudo. Os engenhos foram queimados. As plantações antes que fructifiquem, são devastadas. As fazendas de criação despovoam-se; os rebanhos, mesmo quando não se aproveitam, são aniquilados ou fogem para os matos; e os campos, agora desertos, infundem uma impressão de exterminio. No Recife mesmo ha carestia. Do interior passam-se ás vezes semanas e semanas sem que venha coisa alguma: o que se consegue pilhar a custo em algum sitio mais desolado, e esquecido das matilhas depredadoras, é pouco para a soldadesca faminta. O commercio está tolhido: não se compra nem se vende numa terra onde só se rouba e se mata. — É assim que de um lado e de outro (sem contar, de uma parte

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, 337.

os que continuam insurgidos contra a espoliação; e de outra, os que já se affizeram ao banditismo) todos agora sentem necessidade de pôr um paradeiro áquellas miserias. — Já não se extrañham, portanto, aquellas palavras da camara de Olinda: o Conde de Nassau chega com effeito como trazendo a solução que todo mundo espera. — Pelos clamores que iam da America, e pelas informações seguras que em Hollanda se recebiam, já se acreditava por lá que tudo agora no Brazil depende de mudar-se a orientação da conquista, de modo a tornal-a compativel e conciliavel com os sentimentos das populações conquistadas. Para isso julga-se necessario, como primeira medida, collocar-se, na direcção da obra iniciada com tanta fortuna, um homem superior pela intelligencia, pelo espirito liberal, sobretudo pelo seu prestigio e autoridade, um homem, emfim, capaz de compietar o serviço que está feito dando-lhe proporções de uma grande obra politica. — Podia não haver sinceridade nos argentarios de Amsterdam: nem é muito provavel que elles chegassem a conceber, e menos a preferir, semelhante significação a dar a seus negocios; mas é possivel que sob a influencia de alguma corrente de opinião nesse largo sentido é que vem para o Brazil o principe de Nassau. — Na provincia que vem elle governar as condições eram taes entre a propria gente violentada, que a sua vinda chegou a despertar esperanças nos proprios corações menos propensos a resignar-se.

## CAPITULO XII

### A ACÇÃO DO CONDE DE NASSAU

I. O homem que tomou a si a tarefa de vir para o Brazil, naquelle momento, era realmente mais que um simples homem de guerra com qualidades excellentes de politico e administrador: pôde-se, com toda justiça consideral-o como um desses grandes espiritos que raro apparecem na historia a reger povos, a crear nações, a instituir sociedades, illustrando seculos, e ás vezes civilisações inteiras. Em outras circumstancias teria elle sido talvez um verdadeiro creador de epoca na historia do Novo Mundo. — Veio Nassau muito persuadido de que o destino, privando-o de funcções lá na Europa, em compensação lhe abrira na America um caminho novo e amplo para um grande papel. Chegou a convidar e trazer comsigo um grupo escolhido de homens de talento — artistas, poetas, botanicos, constructores, notaveis auxiliares de administração — como indicando que trazia mais elevado encargo que o de simplesmente governar uma colonia. — Era provavelmente elle o mais entusiasta daquelle intento, agora a renovar-se e avultar, assumindo proporções, que se não tinham calculado, de uma outra *patria* FLAMENGA a instituir-se neste lado do Atlantico. — Ao aportar ao Recife (1), sentiu que sua alma não se enganava com aquellas ufanias de que vem agitada. Deslumbra-se diante da terra, que sè lhe apresenta como «uma das maravilhas do mundo»...

II. Apanhou elle de relance o aspecto geral dos negocios. Era preciso, antes de tudo, desaffrontar-se de alguns obsti-

---

<sup>1</sup> A 23 de Janeiro de 1637.

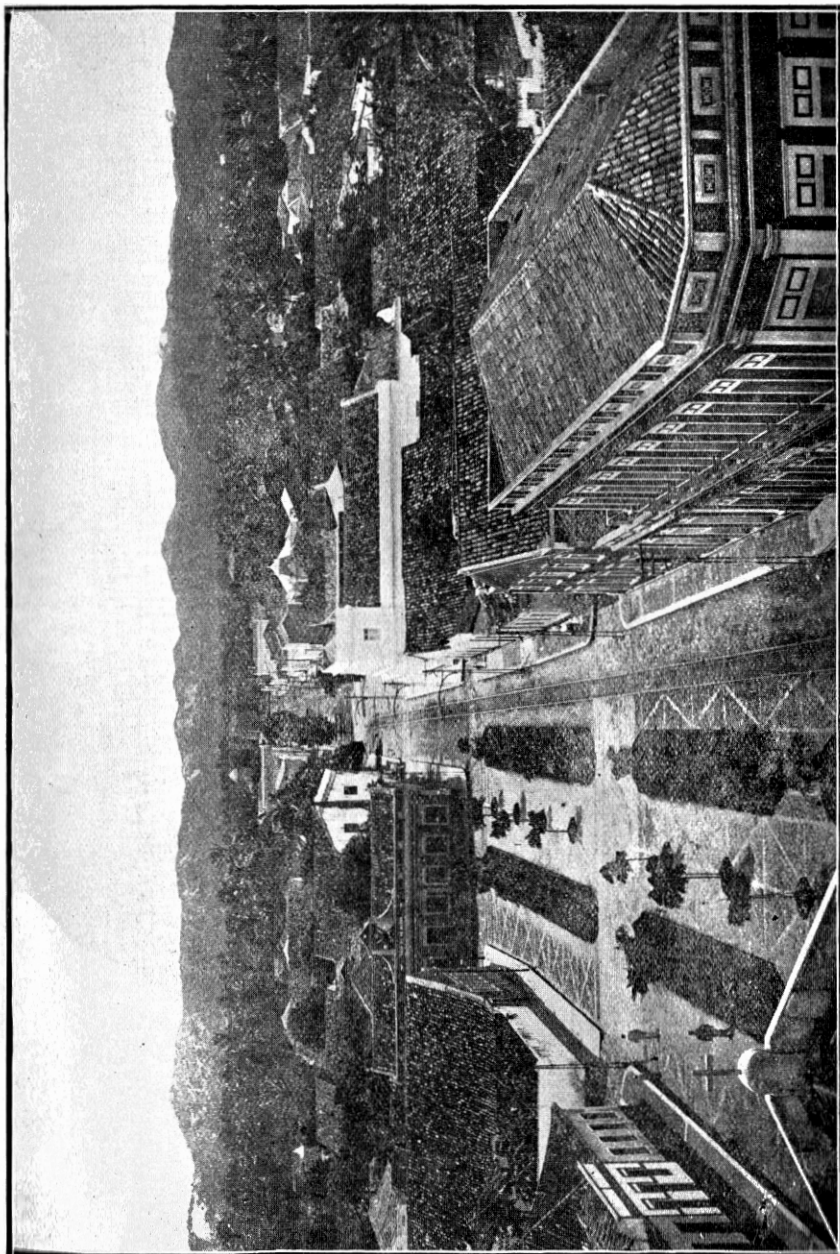
nados que ainda protestam, e liquidar de uma vez a situação do domínio. Enquanto não houvesse paz que o puzesse livre de apprehensões, não poderia cuidar da ordem interna nas capitánias conquistadas.—Por isso, logo nos primeiros dias de chegada, parte para o sul. Expelle de Porto Calvo as forças de Bagnuolo, e vai até o S. Francisco, que assignala e faz guardar como fronteira com a Bahia.—Eram aquellas as unicas tropas organizadas que andavam em campo contra os intrusos. O mais, em toda a provincia submettida, estava domado pelo terror. Tratar-se-ia agora de conciliar pela moderação e tolerancia, não sendo demais esperar tudo só do contraste dos processos. — De volta das Alagôas, vinha o principe ancioso por iniciar logo a sua obra no Recife; tanto mais que havia ali urgencia de restaurar, pelo influxo de uma autoridade sabia e forte, antes de tudo a ordem moral, tão subvertida naquella sociedade de conquistadores sem Deus nem lei. Reinava, em todo o paiz conquistado <sup>(2)</sup>, medonha corrupção de costumes, devida principalmente á falta de energia dos governantes. A impunidade para todos os abusos passava como regra. O proprio historiador Barlaeus confessa <sup>(3)</sup> que a pilhagem, o peculato, a impiedade, o roubo, o assassinio, e uma licença desenfreada tinham tornado infame esta gente. Passava mesmo como rifão que deste lado da linha nada era nem peccado. E na verdade, era como si a sentença fosse artigo de fé: tão habituaes e atrozes os crimes e excessos de toda ordem. — Nassau não hesitou um instante, como quem traz programma assentado: agiu com todo rigor contra a anarchia geral. Poz freio aos abusos; corrigiu os juizes, os militares, os funcionarios da administração; puniu de escarmento os grandes culpados, muitos dos quaes, demittidos dos cargos, tiveram de voltar para a Hollanda.

III. Como si quizesse dizer logo que viera para uma obra não menos social e humana que politica, fundou hospitaes e asylos; equiparou os portuguezes e os proprios indios aos flamengos em todos os direitos civis; decretou a liberdade de

---

<sup>2</sup> Netscher — *op. cit.* 89.

<sup>3</sup> E com Barlaeus todos os outros. V. Netscher — *op. cit.* p. 188, nota 60.



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA  
DA CIDADE — NASCENTE



cultos, sem excluir mesmo os judeus; tomou medidas para apressar a catechese dos selvagens, chegando a crear escolas para os filhos dos indios conversos; regulou a distribuição de viveres, reprimindo a ganancia do commercio de varejo; permittiu indistinctamente que se edificasse no Recife; e procurou, mais do que tudo, reparar os males da guerra, começando por dirigir um appello a todos os antigos moradores que tinham emigrado, convidando-os a voltar para as suas propriedades, com plena liberdade de consciencia, desde que prestassem juramento de fidelidade á Hollanda. — É exacto que muita coisa não podia corresponder ao sentimento dos colonos esbulhados; nem isso era possível em caso algum; mas o principe fazia o mais que estava na sua autoridade, e empenhou os maiores esforços no sentido de apagar no animo da colonia o profundo despeito gerado pela conquista.

IV. Era cedo, no emtanto, para dar á sua obra, sobretudo pela face politica, o complemento que só se faria possível em condições de perfeita normalidade. A situação para elle não era ainda de tranquillidade em horizonte sem nuvens. É principalmente para os lados do sul que subsistem perigos. Na Bahia, não se descança de alardos e manobras, nutrindo na alma da gente espoliada aquelles impetos de reacção que é preciso quebrar com mão segura. — Infelizmente para elle, sabe-se que foi quasi um verdadeiro desastre a expedição que em pessoa levou contra a capital do dominio portuguez. — Voltando muito molestado até no seu prestigio, ponde apenas disso consolar-se com o êxito da expedição que foi á Africa atacar o forte da Mina, entreposto magnifico para o commercio de escravos que planeou ampliar. Tambem devia ter-se compensado com o successo de mais duas expedições que ordenára antes de ter partido para a Bahia. A primeira fôra dirigida contra o Ceará, mostrando, portanto, que os argentarios da Hollanda não se satisfazem «só com o pouco que já se fez no Brazil». Tinham vindo do norte uns emissarios de chefes indigenas a insistir com os intrusos para que os *fossem libertar da oppressão que soffriam da parte dos moradores da terra...* Eram os occupantes de Natal os que mais se interessavam naquella empresa, sabendo quanto lucro sempre devam taes façanhas. Hesitou o Conde em acceder a taes instancias, não só porque as

forças navaes de que dispunha andavam quasi todas occupadas na Africa e no cruzeiro da costa, como porque não se queria distrahir da tormenta de que se julgava ameaçado das bandas do sul. Mas afinal tanto teimaram os indios, e de tanto peso foram as razões com que a gente do Rio Grande advogava aquelle intento, que o principe encarregou o proprio Capitão Gartsman de levar ao Ceará uma investida. E tão feliz foi o desabusado cabo de guerra que, com cento e poucos soldados e muitos indios se apoderou do forte de S. Sebastião, que estava quasi sem defesa. — A outra expedição foi para o sul, com o fim de desalojar de Sergipe as forças de Bagnuolo. Foi mais feliz ainda que a primeira, pois quando chegou a Sergipe nada mais encontrou sinão o que pilhar e destruir.

V. Quanto á Bahia, não esmoreceu Nassau com o fracasso da primeira tentativa. Forma os seus planos, e cuida de ir mandando talar o Reconcavo, como um meio de preparar condições para um assalto decisivo. — Como se sabe, teve de sentir quanto eram inuteis todos os seus esforços: a Bahia nunca deixou de ser o centro de resistencia contra a usurpação. — Vinha em seguida a esquadra do Conde da Torre. Foi um momento de grande afflicção para o principe; e realmente a situação no Recife se tornou muito grave. E com effeito, si tivessem tido execução os planos do novo Governador Geral, ter-se-ia sem duvida anticipado de uns quinze annos a restauração das capitánias conquistadas. É incrível, mas é puramente a verdade: a inexplicavel dispersão da esquadra luso-hespanhola dá aos hollandezes todas as vantagens de uma legitima victoria: e elles, que já tremiam de susto pelos seus dias ali, ficaram agora mais desaffrontados a guardar a presa. — Esta frota de guerra, tão mal-aventurada, tinha, no emtanto, inspirado muita confiança em toda parte, e posto em alvoroços as populações que soffriam o jugo dos flamengos. No Rio Grande (e tambem na Parayba) chegaram a reunir-se e armar-se grupos de patriotas, para cooperar com as forças navaes. Teve o terrivel Gartsman, já de volta do Ceará, de sahir da fortaleza dos Reis em perseguição dos moradores insurgidos. Sahiu-se, no emtanto, mal desta vez, encontrando-se com a legião de Luiz Barbalho em retirada para o sul. Havia aquelle grande capitão da reconquista desembarcado de um dos navios da mallograda expedição do Con-

de da Torre, com cêrca de 1.500 homens, em uma enseada da costa rio-grandense (dão quasi todos o porto dos Touros). <sup>(1)</sup> Discute-se ainda o intento com que esta gente se poz ali em terra, e logo em marcha para o sul. <sup>(2)</sup> Sem entrar nesse debate, podemos entender com muito fundamento que, na contingencia de expôr-se aos riscos da volta á Bahia pelo mar, tomou o mestre-de-campo, de accôrdo com os seus officiaes, a heroica resolução de descer por terra, varando sertões, affrontando as quadrilhas de inimigos que as infestavam. Alguns dias depois que sahira do porto dos Touros, encontrou-se Barbalho com as forças de Gartsman, que pretenderam tomar-lhe o passo, mas que foram destroçadas, cahindo prisioneiro o proprio famigerado chefe hollandez. — Teve Gartsman de ir, sem querer, para a Bahia. Quando, dali a mezes, entraram Mauricio e o Marquez de Montalvão em troca de amabilidades (por motivo da restauração de Portugal) pediu logo o Conde ao Vice-Rei a restituição de alguns prisioneiros, entre os quaes Gartsman, «casado com portuguezia». — Na Goiana investiu Barbalho a guarnição flamenga (de 400 a 500 homens) esmagando-a completamente. Durante toda a longa e penosa jornada, teve aquella gente de sustentar contra as multidões de inimigos «um sem-numero de refregas, escaramuças, emboscadas por toda parte», sem descanso dia e noite, e privada de tudo. O capitão das guardas do Recife, Carlos Tournalon, mandado contra os retirantes, «chegou <sup>(6)</sup> a percorrer com 3.000 homens umas 17 leguas em 12 horas; não logrando, porém, alcançar o mestre-de-campo, que se mettêra pelo matto a dentro, vingou-se Tournalon matando os estropeados, feridos e doentes que ficavam atrás». — Esta retirada é uma das calamidades mais commovedoras, e ao mesmo tempo

<sup>1</sup> Mas vê-se em Santiago (*op. cit.*) — «porto do Touro, *abaixo da fortaleza do Rio Grande quatorze leguas...*» Não é possível. Em Milliet se encontra: «Bahia dos Toiros, porto de mar e villa aprazivel da provincia do Rio Grande do Norte, ao sul do cabo de Toiros, e 22 leguas ao norte da cidade de Natal». — Parece que no tempo daquella retirada não havia ali povoação nenhuma. Hoje é villa de Touros pertencente á comarca de Ceará-Mirim.

<sup>2</sup> Condensa o padre Galanti. V. vol. IV da *Historia do Brazil*, p. 377, nota 2.

<sup>6</sup> *Ibidem.* — V. III.

um dos episodios mais admiraveis daquella guerra, e só por si dá uma idéa perfeita de quanto custa aos usurpadores conservar semelhante conquista violentando figuras de tal grandeza.

VI. O incalculavel desastre do Conde da Torre dir-se-ia que desvanece no peito dos mais fortes as esperanças da grande causa. A propria Bahia, escarmentada, contem-se agora no es-carmen-to, sob a imminencia de investidas com que se punha em consternação toda a costa. Era uma paz suffocada... mas é assim mesmo que tem de ser a paz naquelle sacrilego dominio. — Podia ter Luiz Barbalho libertado o Rio Grande, e até a Parayba; mas em que condições ficaria por ali a pouca gente da terra? A esquadra hollandeza domina em toda a costa do Ceará e Pernambuco. Em Recife, não têm medida o desvanecimento e o enthusiasmo dos intrusos. Julgam-se agora senhores do paiz. Mesmo quanto aos indios, de cujo concurso sempre suspeitavam, estão seguros agora, á vista das provas que acabam de ter. E tão ufanos disso ficaram que tiveram a sinceridade de confessar que os successos alcançados deviam elles em grande parte aos selvagens. Tinham, pois, o interior guardado contra incursões de guerrilheiros. E para mais enáltecel-os, e para quebrantar ainda mais os patriotas, recebem de Hollanda grandes reforços (1.200 homens e 27 navios, com Lichthardt e Jol). — E ainda, como para completar-lhes no animo a confiança em que se sentem, sobrevem, lá na Europa, a restauração da soberania, com a politica trepida e suspicaz de D. João IV, mettido e apertado entre a Hollanda e a Hespanha. — Um como terror panico (7) apodera-se de todos os corações no Brazil portuguez: mesmo os homens mais deliberados e valentes começaram a esmorecer, desesperando daquella resistencia a inimigo tão forte e resolutos. O padre Vieira, que assomava naquelle instante para o mundo, chegou a dizer do pulpito ao Marquez de Montalvão: «Aconteceu-vos, senhor, com o Brazil, o que a Christo com Lazaro: chamaram-n-o para curar um enfermo, e quando chegou, foi-lhe necessario resuscitar um morto. Morto está o Brazil, e ainda mal, porque tão morto e sepultado, fumegando

---

7 Diz Netscher.

ainda estão, e cobertas de cinzas, essas campanhas». — De certo que o pregador exaggerava, carregando as tintas do quadro e os accents do seu clamor; mas si o Brazil ainda vivia na alma de alguns heróes, a situação tinha, na verdade, todas as côres da morte, no momento em que chega o Vice-Rei.

VII. Podia, pois, o Conde de Nassau cuidar agora mais tranquillo da sua obra. Por fortuna das populações violentadas, á medida que se vai firmando no Brazil o imperio da famosa Companhia hollandeza, ia-se pondo o principe, com o Conselho dos Dezenove, num conflicto que o desilludia pouco a pouco dos seus sonhos de America. Já vimos como chegou elle ao Recife; como teve de partir logo para o sul, e como, de volta de Alagoas, vem solícito começar a sua tarefa de reconstituir o governo e a administração. O seu esforço, no emtanto, é continuamente interrompido pela guerra, e muitas vezes contrariado pelas ordens e exigencias que vêm de Hollanda. Raros dias de folga e de paz lhe deixavam <sup>(8)</sup>: de todos os lados parecia conspirar-se contra a sua influencia e a sua actividade creadora. O que elle conseguiu fazer de 1637 a 1644 foi trabalho executado no meio de afflicções, feito aos poucos, sem ordem, sem uniformidade, sem systema; transigindo agora, impondo depois; alterando hoje o que hontem decretára; volvendo hoje para trás do avanço que dera na vespera: vencendo com prudencia embaraços de toda ordem, e introduzindo habilmente medidas e reformas que lhe não compromettessem a autoridade e o prestigio moral. É preciso, portanto, ver a sua obra, nesses rapidos sete annos de trabalho, sem attenção á ordem chronologica, e descontando-lhe á capacidade de homem de governo tudo o que deveu ás circumstancias, e principalmente os obices com que tanto se lhe perturbou a acção salutar.

VIII. Cuidou primeiro o principe de consolidar a ordem politica <sup>(9)</sup>, de regularizar a administração, e de prover á defesa e segurança do paiz conquistado, de modo a inspirar confiança a quantos fossem accitando a nova soberania. E dizem

---

<sup>8</sup> *Historia do Brazil*, IV, 402.

<sup>9</sup> *Ibid.*

todos os historiadores que não foi com as populações subjugadas que elle teve mais trabalho. Escreveu o proprio Nassau que o portuguez «faz mais caso de cortezia e bom tratamento que de bens»; enquanto que a gente da Hollanda «tem o damno da fazenda por maior que o da propria vida». O mais doloroso é que as reformas tinham de começar pelas altas classes, principalmente pelos funcionarios, e tambem pelos officiaes da milicia, que se faziam os tyrannos dos moradores do interior. — Julgou, portanto, como necessario regular o funcionamento do proprio Supremo Conselho, confiando periodicamente a cada um dos respectivos membros o estudo das questões que deviam ser em sessão resolvidas. Instituiu um Conselho de Justiça, especie de jury, ou de tribunal de primeira instancia, para as questões crimes, e que tinha tambem certas attribuições no civil. — Para tornar mais facil e expedita a acção do poder central, assim que no S. Francisco se conteve o protesto dos pernambucanos emigrados, dividiu Nassau todo o territorio submettido ao poder da Hollanda em quatro provincias, subalternas da de Pernambuco, e cujas capitaes eram Parayba, Itamaracá, Serinhaem e S. Francisco. Do governo e administração de cada provincia incumbia-se um conselheiro politico, delegado immediato do Supremo Conselho. Cada provincia dividia-se em districtos e municipios. Tanto as provincias, como os districtos de mais importancia, tinham as suas armas, ou uma figura symbolica que lhes servia de sello publico. — O Rio Grande do Norte ficou sendo um districto, comprehendido na provincia da Parayba; e tinha por armas um brazão em que se figurava um rio a cuja margem pastejava um casuar. <sup>(10)</sup> — Para a gestão dos serviços locais, creou-se uma camara de *escabinos* (como havia em Hollanda) composta de flamengos e portuguezes. Um dos membros dessa corporação, o *esculteto* (schout) era encarregado da administração e da policia. Era ao mesmo tempo fiscal das rendas publicas, e fazia até de promotor de justiça. Com o tempo tornaram-se estes *escultetos*, principalmente nos pequenos logares, uns verdadeiros flagelos das populações. — Todas essas autoridades eram escolhidas e nomeadas pelo Su-

---

<sup>10</sup> Todos esses emblemas foram gravados em sinetes, e figuravam em todos os papeis publicos.

premo Conselho sobre listas fornecidas pelo Conselho de Justiça. — Estas camaras locais nada valiam sinão como representações decorativas dos municipios; e faziam, em regra, maior mal do que bem, pois os taes *escabinos*, mancomunados com os *escultetos* (estes eram sempre flamengos) cuidavam mais dos proprios ganhos que dos interesses das populações; e sobretudo depois que se lembraram, para aliviar o Supremo Conselho, de dar a essas camaras attribuições judicias, podendo ellas julgar certas causas em primeira instancia. <sup>(11)</sup>

IX. Grandes difficuldades encontrou Nassau quando teve de regular questões mais graves, relativas á ordem social e juridica. Chegou então a commetter os maiores erros e absurdos, que, mais do que tudo, fizeram avultar na consciencia da gente da terra aquella irreductivel aversão que não demonstraria a explodir com mais força em toda parte. Bastaria ver que commettera a ineptia de decretar que na colonia se executasse em tudo exclusivamente a legislação da Hollanda. E mais: num paiz onde mais de quatro quintos da população só falavam o portuguez, declarou que o neerlandez seria a lingua official; estabeleceu que o systema de pesos e medidas seria o vigente em Hollanda; fez vender em hasta publica as propriedades dos antigos moradores que haviam emigrado, e de todos os que, mesmo não tendo sahido, não aceitassem o dominio hollandez <sup>(12)</sup>; confiscou aos lavradores a metade das respectivas colheitas <sup>(13)</sup>; e nas *fazendas*, fez registrar toda a criação para as mesmas fintas. O governo era senhor absoluto de tudo o que estivesse em armazens particulares do Recife e de outras cidades e villas. Quando bem lhe parecia, decretava a suspensão do commercio para fóra, de modo a depreciar as mer-

<sup>11</sup> Menos chegou ainda a valer a tal assembléa politica que Nassau se lembrou de crear. V. *Hist.* IV, p. 404.

<sup>12</sup> Só das propriedades confiscadas arrecadou elle de prompto cerca de 5.000.000 de francos para refazer-se das despesas da guerra.

<sup>13</sup> Nos momentos de apuros, mandavam-se para o interior escoltas armadas a exigir novas porções de farinha e outros generos a lavradores que haviam dado já metade das suas safras. Os lavradores, desesperados, pediam licença para abandonar as terras. É o que se queria: as terras abandonadas eram vendidas.

cadorias armazenadas; e si era necessario, requisitava tudo o que lhe convinha. O commercio de varejo, mesmo na capital, era a penuria mais desesperadora, tanto para os negociantes como para os productores e a população. Das mercearias só podiam sahir artigos vendidos a freguezes que morassem no Recife. Para fóra da cidade, nas imminencias de fome, não sahia... «nem dieta para enfermos... Tudo entrava ali á força, e á força tudo devia ficar ali retido. — Junte-se a tudo isso o monopolio que a Companhia se reservava, e que absorvia toda a vitalidade dos paizes submettidos. Os privilegios da insaciavel empresa abrangiam tudo: industrias, commercio, navegação; e valiam mesmo contra concurrentes hollandezes... (14) — E teve Nassau de fazer ainda muito mais. Aquelle mesmo homem, que entrára no Recife proclamando a liberdade de cultos, algum tempo depois estava prohibindo que os catholicos orassem em publico... Declarou que só eram legitimos os casamentos celebrados por ministros protestantes; e que os padres catholicos não podiam mais *benzer os engenhos*, como era uso em toda a colonia; e só aquelles ministros poderiam fazel-o... E afinal, foi até banir os frades que havia nas provincias...

---

14 «Para que se julgue da execravel tyrannia dos mercadores de Hollanda, basta indicar a differença de preços que teve logo um producto que não era, aliás, de primeira necessidade para todos. Preferimos transcrever as proprias palavras de um autor que não é suspeito, porque o documento é dos archivos de Haya (*O Brazil abandonado*): «Obrigavam (os directores da Companhia) aos negociantes hollandezes que faziam commercio com o Brazil a mandar as suas mercadorias para ali, ou a trazer as de retorno, em navios da Companhia. Queriam que todos os vinhos de Hespanha, das Canarias e de França, e as aguardentes, que lá na colonia são muito apreciadas e necessarias — pôde-se dizer mesmo, sem as quaes não podiam passar os colonos -- queriam que fossem todos *exportados daqui* (da Hollanda) para mais sobrecarregar-os com 50 florins de imposto de *recognitie* por pipa; de sorte que, para haver algum lucro, cumpre vender uma pipa de vinho por 500 ou 600 florins; ao passo que os habitantes do paiz, antes da nossa conquista, podiam comprar do governo hespanhol uma pipa de vinho das Canarias por 130, 140, ou 150 florins». Na proporção desta differença haviam crescido os preços de todos os demais artigos que entravam, principalmente si não eram de producção hollandeza. — E assim é que elles corrigiam o systema de Portugal e de Hespanha...» (*Hist. do Br.*, IV, 418).



X. É assim que os holandeses, na pratica, entendiam a liberdade religiosa. Pouco a pouco, tinha-se imposto uma religião official, com o mesmo inconsiderado desdém com que se impuzera uma lingua do Estado. O synodo instituido no Recife ficou ao lado do Supremo Conselho, como um poder secular. Em assumptos espirituaes, como em certas questões puramente civis, deliberava com a mesma autoridade illimitada e inappellavel com que, na esphera politica e administrativa, o governo dava decretos. Era guarda e fiscal dos bons costumes <sup>(15)</sup>; superintendia o serviço das escolas, dos hospitaes, das misericórdias, dos asylos; policiava o exercicio dos cultos; dirigia a catechese dos indios; e representava perante o Conselho como si fosse um departamento da administração publica. — Com os judeus portaram-se ainda menos cerimoniosamente: as synagogas foram fechadas; e só no interior das proprias casas podiam os israelitas celebrar o seu culto. — Em summa — «as ordenações, diz o insuspeito Southey, relativas á religião indicavam um espirito de intolerancia, que principiára a manifestar-se á medida que os conquistadores se iam tendo por mais seguros». — Entrára Nassau na America ostentando-se inimigo da escravidão; e dentro em pouco mandava tomar posto na Africa para ampliar o trafico. Ali mesmo em Pernambuco mandava recapturar os antigos escravos que tinham abandonado os senhores quando souberam que eram livres... Aos indios disfarçou-se a escravidão sob o nome de *servos*... Mas para que se ha de assignalar-lhes a conducta em relação ás duas raças subalternas, quando se sabe já que os proprios colonos portugueses não viviam em condições muito acima de uma verdadeira servidão? Além de haverem militarizado todo o paiz, obrigando os moradores a servir na milicia da terra sob o mando de officiaes holandeses — chegaram mesmo a escravizar e a vender até brancos vencidos na guerra.

XI. É de justiça reconhecer que nem tudo isso foi obra de Nassau, e que mesmo muita coisa do que fez deve ser attribuido menos a elle proprio do que a exigencias dos que o cercavam, e principalmente da Companhia. Mas isto, que lhe atte-

---

<sup>15</sup> E bons costumes como os holandeses entendiam...

nuaria até certo ponto os erros, em nada podia consolar aquellas populações sacrificadas. — E ahi está como teve o príncipe de enganar-se daquelles enthusiasmos com que chegára a Pernambuco. — Por fim, de 1640 em diante, tem-se a impressão de que elle cai numa quasi abdicação de suas funcções, e foi limitando o seu esforço até annullar-se de todo: em vez de homem de Estado propriamente, ficou, muito desconsolado mas sereno, nas suas expansões de grande alma de artista. E é assim que a sua obra teve de ser menos politica, menos duradoura, menos historica; mas revelou o homem num aspecto mais pessoal e mais sympathico, dados os entraves que encontrou para fazer-se brilhante e grandioso. A sua obra foi Mauritsstad, que valeu incontestavelmente por um bello signal do que teria sido capaz de fazer si não fôra aquella infelicidade de ter vindo como proposto de uma empresa mercantil. — A não serem estes trabalhos do Conde, nada mais tinham os intrusos a indicar como attestado do seu esforço. Mesmo aquelles serviços no Recife não tinham, aliás, de subsistir, e ficaram na historia apenas como um momento que passou. . . O que Nassau ali reunira de mais interessante e valioso carregou comsigo ao retirar-se da colonia. Os palacios que construira, e mesmo uma grande parte da cidade monumental, tiveram os proprios holandezes de demolir em 1645, por necessidades da defesa contra os pernambucanos insurgidos. — Que resta, pois, mais que a memoria de tudo aquillo com que ainda hoje tanta gente se incende de admiração por aquelles intrusos, chegando mesmo a lamentar que se não tivessem elles fixado na terra?

## CAPITULO XIII

### A REACÇÃO CONTRA OS INTRUSOS

I. Si as condições creadas pelos holandezes eram no Recife as que acabamos de ver, facilmente se imagina o que andariam padecendo as populações dos districtos mais afastados. Desde que ali haviam elles posto pé em 1633, o Rio Grande do Norte ficára reduzido quasi que a um simples presidio militar, sempre fortemente guarnecido. Os principaes moradores da antiga capitania tinham, na maior parte, abandonado as suas terras para escapar á furia das quadrilhas depredadoras. Os poucos que se resignaram a permanecer ali viviam como vencidos. — Até 1640, no entanto, não se desvanecera na alma desses poucos submissos a esperança de reparar aquella desgraça. Significa isto que nem os proprios esforços de Nassau conseguiram extinguir os resentimentos que a usurpação tinha gerado. E tanto assim que frequentemente se denunciavam inconfidencias, e até conspirações formaes, naquella atmospherá de terror. — Ainda em 1639, quando correu a noticia de que estava em viagem a esquadra do Conde da Torre, em toda a parte do paiz reduzida ao jugo flamengo, desde Ceará até Alagoas, preparam-se os colonos para operar em terra simultaneamente com as forças de mar; e em alguns pontos, como aconteceu no Rio Grande, chegaram a pôr-se em armas para o momento preciso. — Fracassado aquelle plano, cahiu a capitania do Rio Grande, como todo o districto da Parayba, num completo esmorecimento. Viram-se assim os moradores na contingencia de conciliar-se o mais possivel com a sua sorte. Entregues ao arbitrio dos capitães, sem que o conselheiro encarregado do governo lhes ouvisse as queixas, diri-

giram-se ao proprio Conde de Nassau para que os amparasse contra a tyrannia dos prepostos. Ainda pelos fins de 1643, em carta ao principe, dizia Duarte Gomes da Silveira: «Soffremos, comtudo, senhor, este jugo de mal-contentes com os encargos de quem está sujeito, sentindo comtudo o damno delle e muito mal por conhecermos serem sem ordem dos que tinham poder para castigar culpas, quando as houvera; e si os damnos que padecemos alcançaram a muitos, a mim em particular mais que a todos, como preso e esbulhado de meus bens, sem ordem nem culpa alguma, nem presumpção della, nem causa outra sinão a vontade do director Ypo Eysseus <sup>(1)</sup>, parecendo-lhe que com semelhante rigor *me podia obrigar a dar-lhe por mulher uma sobrinha* que me havia pedido, e eu lhe havia negado por estar em poder de seus pais». Tudo isso se soffria antes que Nassau tivesse imposto a sua influencia no dominio. Mesmo depois continuou-se a soffrer nas capitâneas distantes, por maiores que fossem os cuidados e esforços de Nassau <sup>(2)</sup>, pois as medidas tomadas por acaso do Recife não tinham, nem sempre, execução fóra dali. — Tão humilhados se sentiam os povos que julgavam, ainda assim, grande fortuna a presença daquella figura no paiz, não hesitando muitos homens de consideração em pedir ao principe, quando começaram a correr boatos da sua retirada, que os não abandonasse por piedade, pois servia ali «de amparo de todos».

II. Mas a sahida de Nassau vem aggravar ainda a situação para todos os esbulhados; e foi como um incitamento aos impulsos que andavam latentes naquellas almas tão consumidas de amarguras. — Aliás, a decadencia do dominio holandez pôde entender-se que começa em 1640, com a restauração de Portugal e a revivescencia dos sentimentos da colonia. A retirada de Nassau determina a explosão contra os intrusos. — E então é que sentiram as populações mudar-se em sacrilegos excessos aquella oppressão que as trazia suffoca-

---

<sup>1</sup> Este Ypo (ou Ipo) Eysseus falleceu em 1646 ali mesmo na Parayba.

<sup>2</sup> Já em 1644 dirigiam os povos uma representação ao Supremo Conselho.

das e mudas. Principalmente nos districtos mais afastados do Recife a situação tornou-se para os colonos verdadeiramente angustiosa, pondo-os na contingencia de escolher entre a guerra e a morte. E a capitania do Rio Grande foi talvez de todas a mais sacrificada, devido a circumstancias excepçõaes que para ella aggravaram os males da guerra. É dali que tanto os intrusos como os patriotas retiravam grandes massas de provisões de boca. Raros eram os dias em que não chegavam ao Recife navios carregados de farinha e de gado de corte. As campanhas do interior andavam por isso continuamente batidas de quadrilhas, que tudo iam arrecadando para os sitiados do Recife. — Por sua parte, precisavam tambem os revolucionarios de socorrer-se dali; e os proprios moradores, abandonando suas casas e sitios, traziam a terra em alaridos. — Necessitando de guardar principalmente a sua capital sitiada, tomaram logo os hollandezes a providencia de recolher ali as guarnições dos varios fortes; e mandaram, para substituil-as, sob o commando de officiaes flamengos, quantos indios alliados havia no Recife. Para manter-se a posição do Rio Grande, guarneceram com aquella gente a fortaleza dos Reis Magos, e fortificaram Cunhaú e Potengy (o antigo engenho do Fereiro Torto). — Póde imaginar-se o que fizeram por ali os selvagens, açulados por aquelles capitães odientos e sem lei. Estes proprios ufanaram-se de escrever, logo depois do rompimento da insurreição, aos do Supremo Conselho, dizendo-lhes que os tapuias faziam correrias como tormentas, e que tinham já «morto a todos os portuguezes que puderam haver ás mãos em uma redondeza de vinte leguas (em torno dos postos fortificados) deixando o paiz completamente deserto <sup>(1)</sup>).

III. Com esses horrores julgava o director Paul de Linge (que tinha o governo de toda a provincia da Parayba) conservar os moradores em obediencia. Mas o instincto do

---

<sup>1</sup> V. *Diario ou Breve Discurso acerca da rebelião etc.* — escripto por um curioso que residia no Brazil no começo da rebelião etc. publicado na *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano* (vol. 32, de Abril de 1887, p. 121).

barbaro, estimulado pela maldade dos usurpadores, entregava-se de todo á incrível volupia de sangue, sem necessidade que viesse da guerra, e sem proveito nenhum para os algozes. — É conhecido o caso daquelle judeu hollandez em cuja alma como que se requiñtára toda a ferocidade do indio; e que se fizera famigerado pela inconcebivel bruteza, mal começára o levante dos patriotas em Pernambuco. Desde muitos annos <sup>(1)</sup> vivia entre os tapuias do Rio Grande um flamengo chamado Jacob Rabbi <sup>(2)</sup>. Este aventureiro asselvaára-se completamente, tomando os costumes, os vícios e principalmente a fereza do barbaro. Era o inimigo mais tremendo que tinham os moradores da campa-

---

<sup>1</sup> *Historia do Brazil*, IV, 536.

<sup>2</sup> O fim deste scelerado não podia ser outro. «Esse desastre (o que fizera Camarão na campanha do Rio Grande) não veio só — escreve o dr. Tavares de Lya (*op. cit.* 85). Seguiu-se-lhe o assassinato de Jacob Rabbi, o feroz conselheiro e cúmplice dos tapuias. Estes reclamaram ameaçadoramente a entrega de Gartsman, para vingar nelle a morte de seu cruel alliado. O Supremo Conselho não podia deferir semelhante reclamação; mas inquieto pela attitude que elles poderiam assumir, teve de prender aquelle militar, e commissio-nar os capitães Moucheron e Deniger para, no Rio Grande, syndicarem do facto. Apurou-se do inquerito que, cumprindo ordens de seu superior, coronel Gartsman, o alferes Jacques Boulau mandára dois soldados executarem o crime, que teve logar na noite de 5 de Abril de 1646, a tres leguas de Natal, quando a victima sahia da casa de Johan Miller, onde estivera com o referido coronel e outras pessoas. Quanto ás suas causas, porém, subsistem ainda hoje duvidas bem fundadas, apesar da opinião dos que attribuem ao roubo o movel do homicidio. Rabbi era um allemão aventureiro que estava havia longos annos no Brazil, e que vivendo no meio dos tapuias, que o estimavam, descera com elles, após a conquista da capitania, para as proximidades do forte *Ceulen*, onde residia com uma india que tomara por mulher. Devia ter um rico espolio, adquirido nos morticínios e rapinagens em que se celebrizou; mas esse espolio não era por certo de ordem a fascinar Gartsman, que desde 1634 exercia no Rio Grande influencia preponderante e decisiva. Alli constituiria familia casando com uma portugueza que, depois da matança de Uruassú, fôra amparo e protecção das viúvas de alguns dos trucidados, e se tornou grande proprietario, sendo, portanto, mais natural que mandasse eliminar aquelle faccinora, ou para punir a morte dos parentes de sua mulher, que elle sacrificou, ou para desagravo da offensa que soffrêra em sua autoridade e interesse com a destruição do engenho *Cunhaú*, que lhe pertencia».

na. Amigo dos maioraes daquelles índios, lográra entre elles um grande prestigio; e a um aceno do monstro accorriam pressurosas legiões promptas para tudo. Era o mais temivel cabo de guerra dos hollandezes, merecendo-lhes toda confiança, apesar de israelita. — Obedecendo a ordens recebidas do Recife, reuniu este bandido um grande numero de selvagens, e fez chamar os moradores do Cunhaú e vizinhanças a reunirem-se num domingo (16 de Julho de 1645) <sup>(1)</sup> na igreja do engenho afim de receberem ordens que acabavam de chegar do Recife. Para afastar suspeitas, no mesmo edital em que fazia esta convocação declarava o sclerado, «sob juramento», que a ninguem se faria mal. Nem havia, aliás, razão alguma para receios, pois até aquelle dia tudo andava por ali normalmente, e nem sequer se tinha noticia da insurreição que estava a romper no sul. «Obedeceram os moradores, ficando alguns nas casas do engenho, enquanto a maior parte, depondo os seus bordões no portico, entraram na igreja sem nenhuma desconfiança, apesar de verem ali grande numero de índios. Mal chegára, porem, a missa ao momento da elevação da Hostia, quando os índios, a um signal de Jacob Rabbi, cercaram o engenho e a igreja, cujas portas foram fechadas. Compreendendo então os moradores a sorte que os aguardava, prepararam-se para morrer fazendo juntos um acto de contricção. De facto, penetrando no logar sagrado, passaram os índios todos os homens a fio de espada, ou a pau os mataram; enquanto faziam outros a mesma carneficina nas casas do engenho. Escaparam apenas tres pessoas, que fugiram por cima dos telhados. As victimas foram cerca de 70, inclusive o celebrante padre André de Soveral, venerando nonagenario, morto no altar <sup>(2)</sup>.

<sup>1</sup> O dr. Luna Freire, num trabalho publicado na *Revista do Instituto Pernambucano* (fasciculo 48, de Janeiro de 1896) dá este morticinio como occorrido em 1634; mas é talvez engano, ou incorrecção typographica. Diz ainda que o conselheiro Bullestraten estava nessa occasião no Rio Grande, e no logar do morticinio. Tambem é engano, pois uns dois mezes depois é que o tal conselheiro foi áquella capitania para pôr tudo em ordem... isto é, para ordenar uma nova matança...

<sup>2</sup> Fr. Raphael de Jesus (*Castrioto Lusitano*, ed. de 1844) depois de dar o que acima se resume, escreve (p. 164): «Vestiu-se

IV. Este morticínio do Cunhaú causou em toda parte iminensa consternação; e até parece que chegou a espantar os proprios hollandezes do Recife, pois cuidaram de expedir immediatamente reforços para o norte, e logo depois, ia até o Rio Grande um dos membros do Supremo Conselho. — Por sua parte, os independentes pernambucanos, cujo animo se exaltava com os primeiros successos das Tabocas e da Casa Forte, trataram de enviar soccorros aos moradores do Rio Grande que a impiedade do inimigo se incumbia de sublevar á força. — Na Parayba, assim que se soube daquelle massacre, feito á traição, apressaram-se todos os colonos a pegar em armas. Não demorou que por ali chegassem emissarios dos pernambucanos, os quaes, de concerto com os chefes da terra, foram organizando militarmente os sublevados <sup>(8)</sup>. Fortificaram-se logo, nos engenhos *Espirito Santo* e *Santo Antonio* <sup>(9)</sup>, e ali

---

o sacerdote, poz-se no altar, começou a missa; e ao tempo em que chegou a levantar a Deus se fizeram os indios senhores da porta do templo; o que advertido dos moradores, conhecêram o erro e o perigo a tempo que se valeram do ultimo remedio, que foi pedirem ao céo perdão de seus peccados, tão faltos de tempo que se encontrava nas gargantas de todos a oração e a espada, sem que a dos bárbaros deixasse pessoa com vida. Pela mesma sorte passaram os que se recolheram nas casas do engenho, sinão que irritados do sacrilegio e da perfidia, com as mãos e com os dentes avançaram ao gentio, e buscando a vingança se mettião pelas armas, aonde juntamente achavam a morte e a satisfação, porque abraçados com os inimigos matavam e morriam... Era o sacerdote que celebrava homem de noventa annos, varão de vida exemplar. Temeu que á crueldade se seguisse o desacato, e virado para o gentio lhe disse na sua lingua, em que era perito, que toda a pessoa que nelle tocasse, ou nas imagens e paramentos do altar, lhe ficaria tolhida a parte com que o fizesse. Temeram os indios tapuias, e se retiraram reverentes; outra especie delles, a que chamam pytiguarés, ou mais assanhados, ou menos respeitosa, com crueldade e desprezo lhe tiraram a vida»...

<sup>8</sup> Citam-se como chefes da Parayba e do Rio Grande: Lopo Curado Garro, Francisco Gomes Muniz e Jeronimo Cadena, Antonio Vidal, Simão Soares, Cosme da Rocha, Francisco Leitão e outros. (Segundo o dr. Lyra).

<sup>9</sup> No *Diário* ou *Breve Discurso* lê-se: «A 22 (Outubro de 1645) chegou uma galeota da Parayba com a noticia de que os portuguezes se estavam fazendo mui fortes no engenho de Jonghe Neel». Este Jonghe Neel não é outro sinão o mesmo individuo Jan van Ool, que



formaram centros de resistencia contra os occupantes. — Alarman-se com isso os holandezes; e a guerra, por aquellas paragens, vai ser uma ininterrupta successão de golpes de surpresa e de mortíferas refregas. Recolhem-se os intrusos nos fortes dos *Reis Magos* e do *Cabedelo*, e dali fazem para a campanha as suas rapidas sortidas, seguros de abrigo naquelles postos. — A noticia da horrivel carneficina do Cunhaú fez transir de terror os miseros habitantes do Rio Grande. Os que puderam fugir procuraram o exercito dos patriotas. Os que não alcançaram Pernambuco refugiaram-se naquellas posições da Parayba. Muitos, porém, não tiveram tempo de sahir da capitania; e abandonando as casas e os engenhos, «recolheram-se (uns 70), com suas familias, a um sitio isolado e deserto, umas seis leguas longe de Natal <sup>(10)</sup>, nas vizinhanças do antigo engenho *Ferreiro Torto*. Ali se installaram, prevenindo-se, como puderam, de meios de defesa. — Em volta daquelle arraial começaram a agitar-se os inimigos. Repetiam-se os assaltos e emboscadas, e não cessavam os morticínios, quando o proprio Jacob Rabbi intervem, e consegue ainda tranquillizar aquelles infelizes, assegurando-lhes que tudo aquillo acabaria, e que as barbaridades, que era elle o primeiro a lamentar, eram obra de alguns perversos, que haviam sido já enviados para o Recife a receber a punição daquelles crimes. Pois bem: dentro de uns quatro dias ali se apresentava outra vez o mesmo Rabbi, sup-

---

em 15 de Junho de 1637 comprára em hasta publica os dois engenhos, do *Espirito Santo* e de *Santo Antonio*, que tinham sido confiscados a Manuel Pires Correia.

<sup>10</sup> Não pudemos identificar com precisão e certeza este lugar deserto e isolado. O dr. Tavares de Lyra diz que foi no engenho de João Lostau Navarro que se refugiou aquella gente. Que engenho é este? A proposito escreve adiante o mesmo dr. Lyra: «Segundo Verdonck, existiam na capitania em 1630 dois engenhos: o *Cunhaú* e o *Ferreiro Torto*. Por esta transcrição (de uma nova informação sobre as capitanias do norte) vê-se que dois continuavam a existir: o *Cunhaú* e o *Potengy*; de onde se segue que, ou o *Potengy* é o mesmo *Ferreiro Torto*, cujo nome foi mudado, ou este foi destruido e fundado outro com aquelle nome. Havia no Estado uma tradição de que no engenho que foi do coronel João Pinheiro, ou nas suas proximidades, junto á actual villa de S. Gonçalo, existira outro no tempo dos holandezes».

pondo encontrar desacautelada aquella gente. Com uma legião de indios, foi logo cercando e investindo o arraial. Que haviam de fazer os desventurados naquella contingencia? Preferem sacrificar-se a morrer sem combate. Durou o cerco alguns dias. Como Rabbi se impacientasse daquella resistencia, mandou vir da fortaleza dos Reis duas peças de artilheria, e assestou-as contra o reducto, intimando os sitiados a que se rendessem sob pena de não terem quartel nem as mulheres e as creanças. Tiveram, pois, naquella angustia, de capitular, promettendo-se-lhes protecção á vida, á honra e aos bens. Chegaram mesmo a dar-lhes salvo-conducto em nome do principe de Orange. Pareciam desafogar-se aquellas pobres creaturas. Muitos foram (uns como refens, outros espontaneamente, confiantes no amparo que ali se lhes garantia contra a ferocidade dos indios) recolher-se á fortaleza dos Reis, onde já se achavam abrigados alguns dos mais distinctos moradores de Natal <sup>(11)</sup>.

V. Aconteceu, porém, que ali chegára (2 de Outubro de 1645) Joan Bullestraten, membro do Supremo Conselho, com o fim de tomar providencias contra o espirito de rebelião que se alastrava pelo norte <sup>(12)</sup>. Por ordem desta alma damnada, são

---

<sup>11</sup> Como refens levaram para a fortaleza — Estevam Machado de Miranda, Francisco Mendes Pereira, Vicente de Souza Pereira, João da Silveira e Simão Corrêa. Achavam-se já na fortaleza como refugiados contra o furor dos indios — o vigário padre Ambrosio Francisco Ferro, Antonio Villela Junior, Francisco de Bastos, José do Porto, Diogo Pereira, João Lostau Navarro e Antonio Villela Cid. Estes dois ultimos eram presos. (Seg. Santiago).

<sup>12</sup> Parece evidente que os horrores praticados no Rio Grande e na Parayba tinham por fim derivar lá para o norte a attenção dos pernambucanos, e desafogar os sitiados do Recife. No *Diario* ou *Breve Discurso* encontram-se notas desta natureza: «A 18 (Outubro de 1645) apprehendemos um indio do inimigo, e por elle soubemos da situação deste. Confirmou que os portuguezes partiram para a Parayba, ficando aqui (em torno do Recife) sómente uma parte do seu exercito. Si tivessemos forças, devíamos agora tentar um commettimento notavel; mas não podemos perder gente». E com effeito, as condições da praça do Recife eram afflictivas logo no primeiro anno da guerra. Pelo *Diario* se vê bem isso a todo instante.

todos aquelles homens, refens e refugiados, mettidos em bateis, que seguem logo rio acima, dizendo-se-lhes que iam para o seu arraial, onde o governo fazia questão de que vivessem sob a garantia das leis e das autoridades hollandezas. Foram os desventurados postos em terra a meia legua do arraial, num sitio chamado Uruassú<sup>(13)</sup>, onde foram entregues a uns 200 e tantos indios que os esperavam occultos nos mattos. «Logo que chegaram, receberam ordem de se despir e pôr-se de joelhos. Compreendendo que era chegado o seu fim, obedeceram os miseros com grande paciencia e resignação, erguendo os olhos para o Ceu, despindo-se mutuamente, fazendo actos de devoção, declarando que morriam todos na sua fé, e recusando com firmeza o ministerio de um predicante que se apresentou. Indignados os protestantes com isto, deram a todos taes tormentos<sup>(14)</sup> que para os padecentes a morte já era mercê. Em se-

---

<sup>13</sup> Nota do dr. Tavares de Lyra á p. 74: «Uruassú é hoje uma povoação com 30 fogos e 180 habitantes, no municipio de Macayba. Existe ali uma lagôa piscosa, com 200 metros de extensão e 120 de largura. (Relatorio apresentado ao Governador do Rio Grande do Norte, em 1905, pelo Secretario do Governador. Henrique Castriciano de Souza, parte relativa aos municipios).

<sup>14</sup> Parece que aquelles homens traziam da Hollanda a paixão da tortura. Foi esta no Brazil o grande recurso de que usavam contra os *obstinados e relapsos*. No tal *Diario* encontra-se a todo momento a tortura, e até o ultraje dos cadaveres... com que se edificavam aquellas religiosas almas... Apanharam uma vez umas cartas cifradas que se attribuiram aos dois unicos portuguezes que tinham ficado no Recife depois que rompera a insurreição. «Incontinenti — lê-se no *Diario* (dia 8 de Maio de 1646) — alguns dos conselheiros, acompanhados de soldados, foram á casa dos ditos portuguezes para prendel-os, e exigiram de João Vieira d'Allegro (o escriptor das cartas) que as decifrasse, e declarasse o conteúdo dellas. Vieira recusou fazel-o com grande pertinacia, *pelo que foi levado ao banco dos tratos*, mas ainda assim, nada confessou». — O outro dos taes dois portuguezes, um Francisco Ribeiro, que conseguira esconder-se, foi preso dali a dias, e *posto em tortura*, denunciou um negociante francez, Luiz Heys, que foi preso logo juntamente com um sobrinho. — No dia 30 de Maio do referido anno foi João Vieira d'Allegro «justiçado aqui no Recife: *primeiramente* foi decapitado, e *depois esquartejado*. *Suspenderam os quatro quartos fóra dos nossos fôrtes*, de modo que os portuguezes possam contemplal-os quando bem quizerem, e sirvam de exemplo a todos os traidores». — «Hoje (8 de Setembro de

guida, os barbaros tomam conta daquellas pobres victimas, que foram, ainda vivas, cortadas aos pedaços <sup>(15)</sup>; e nos corpos fizeram taes anatomias que parecem incriveis, arrancando a uns os olhos, e tirando a outros as linguas». — Acabado ali este primeiro morticinio, passaram os holandezes á cêrca ou

1646) foram apoleados dois soldados que queriam fugir para o inimigo». — Faziam timbre os holandezes até de terem *carrasco de officio*. Lê-se a proposito no *Diario*: «No 1.º deste (Abril de 1647) o inimigo apprehendeu o mestre Henrique, *carrasco destas conquistas*, que sahira um pouco para fóra dos nossos quarteis; deram-lhe primeiro um tiro, e depois lhe cortaram a cabeça com o seu proprio facão. *Ha muitos candidatos ao seu emprego*».

<sup>15</sup> Fr. Raphael de Jesus descreve assim aquelle horrendo sacrificio: «Chegou, entretanto, á fortaleza (dos Reis) João Bolastrater, um dos tres do Conselho Supremo, para fazer executar no Rio Grande, como ministro, o que no Arrecife decretára como Juiz, isto é: que todos os portuguezes de sete annos para cima se passassem a espada sem excepção de pessoa. Para dar começo a esta inaudita crueldade mandou vir á sua presença todos os principaes que se achavam encerrados como refens, e lhes disse que a campanha estava livre dos indios selvagens, e nella (havia) presidio para segurança de todos os moradores; que fossem tratar de suas fazendas, visto estar aquella praça falta de mantimentos; e para que o executassem com mais animo, mandava uma companhia de soldados em sua guarda; e que para commodidade de todos lhe pareceu bem que fossem pelo rio ao outro dia (que se contava 3 de Outubro) e nelle achariam barcos prevenidos de todo necessario para a viagem. Mandaram, entretanto, os holandezes emboscar duzentos indios Alarves nas matas vizinhas do porto chamado Hiomaraçu (Uruassú) meia legua distante da cerca onde assistiam os rendidos, os quaes (indios) eram commandados pelo seu maioral Paroupava, estimado do flamengo no gráu em que estimava a Pero Poty. No dia e forma relatada embarcaram-se todos os moradores; navegaram até o porto de Hiomaraçu, onde os deitaram em terra, rodeados da companhia holandea, cujo capitão os mandou despir a todos, e que se puzessem de joelhos... Deram os barbaros holandezes signal aos selvagens emboscados; sahiram estes dos mattos com gestos e gritos tão medonhos que causariam espanto ao insensivel, quanto mais aos humanos destinados a serem a presa daquelles tigres. Mandou então o hereje a um predicante de suas diabolicas seitas que entrasse a pregar-lhes promettendo certezas de gloria e esperanças de vida» aos que se convertessem. Nada conseguindo, tomou o predicante por conta o desaggravo da seita e a vingança das injurias, e começou a atormentar com ás mãos a todos aquelles fieis servos de Deus com tal deshumanidade

arraial, dizendo aos moradores restantes «que o governador da fortaleza os mandava chamar para fazel-os assignar outros papeis em cumprimento de ordens do Recife. Como, porém, aquelles homens presentissem a sorte que se lhes reservava, despediram-se de suas mulheres e filhos, com muitas lagrimas, fazendo orações pelo caminho, redobrando o fervor ao serem cercados pelos indios, e ao verem os corpos dos companheiros que ainda palpitavam. Os opprobrios que praticaram não são criveis, nem se podem narrar sem offender as leis da pudicicia. A um moço, casado, homem bizarro e jovial, amararam a uma arvore, e os proprios hollandezes (como a emular com os barbaros na insania do officio) lhe arrancaram a lingua estando ainda vivo, pondo-lhe na boca em lugar della... E depois de lhe darem muitos tratos queimando-o com ferros em braza, arrancaram-lhe pelas costas o coração». O mesmo fizeram a muitos outros, espetando os corações em estacas. Ao padre Ambrosio Francisco Ferro, vigario de Natal (e que era um dos que se haviam refugiado na fortaleza, e nada tinha com a guerra que se desencadeava) fizeram barbaridades tão infames e taes requintes de crueza, estando ainda vivo, que — diz Southey — «tenho vergonha de escrevel-as... Bem se pôde imaginar o que fariam herejes a um sacerdote tão honrado e virtuoso, só pela ufania de mostrar odio e infligir ultraje á religião catholica...» — Mataram duas filhas de Estevam Machado (já morto) «uma creança de dois annos de idade, que cortaram em duas partes de alto a baixo; outra, uma gentil donzella, venderam aos indios por um cão de caça. Mataram tambem uma filha de Antonio Villela, o moço: sendo

---

que a cada um desejava prolongar a vida para prolongar o martyrio. De cansado desfalheceu o braço da heretica crueza, porém não o valor da catholica paciencia. Retiraram-se os hollandezes, e entraram de refresco os Alarves; e não achando naquelles corpos parte que de novo pudessem atormentar, os foram cortando e dividindo por todas as juntas, até que neste martyrio deram as almas a seu Creador... Horriveis á sua vista deixou a crueldade aquelles corpos, tanto que nem ainda tinham forma de troncos: a muitos abriram, para lhes tirem as entranhas; depois de lhes cortarem as cabeças, as pernas e os braços; ás cabeças tiraram as partes que lhes dão a forma, como olhos, lingua, nariz e orelhas; aos braços tiravam as mãos: ás mãos, os dedos»!...

creança de peito, deram-lhe com a cabeça contra um páu e fizeram-n-a em pedaços. A uma filha de Francisco Dias mataram abrindo-a também em duas partes. A mulher de Manuel Rodrigues Moura, depois de morto o marido, cortaram-lhe as mãos e os pés; e esteve esta creatura a morrer tres dias no chão, junto do cadaver, até que acabou dando a alma ao Creador». — Ficaram, por fim, ainda com vida oito moços, que os proprios selvagens tentaram salvar pedindo aos hollandezes que os deixassem viver no meio delles pelos sertões. Disseram-lhes, porém, os hollandezes que «só si quizessem aquelles sacrificandos assentar praça e tomar armas contra os portuguezes... só assim lhes concederiam as vidas. Responderam os moços que a vida já lhes aborrecia, e que não queriam mais viver depois que viram, sem poder soccorrel-os, matar, ante os proprios olhos, seus paes, parentes e amigos; e *que armas só tomariam por seu Deus, por sua patria e seu rei contra os tyrannos*; que, em summa, por menor mal escolhiam a morte com todos os tormentos... Ouvindo isto os hollandezes, com odio mortifero e grande iracundia, deram áquelles jovens tão graves tormentos que nelles acabaram as vidas. Um delles, chamado João Martins, a novas instancias dos flamengos para que tomasse armas contra Portugal, promettendo-lhe a vida, respondeu sereno e risonho: — *Não me ha de Deus desamparar neste transe... Armas tomei sempre contra tyrannos, e jamais contra minha patria e meu rei...*» E pediu que o matassem logo... *pois estava invejando a morte dos companheiros*, e a gloria que tinham alcançado... E a sanha daquelles cannibae, mais tremenda que a dos outros, cevou-se no sangue daquelle joven heróe tão digno de terra <sup>(16)</sup>.

VI. Pretendem os intrusos, com tão impias atrocidades, conter pelo escarmento a alma dos esbulhados. O calculo, porém, lhes falhava, agora mais do que nunca, e até lhes sahia de todo contraproducente, pois que em vez de acobardarem pelo mar-

---

<sup>16</sup> É preciso que se tenha sempre muito viva na memoria de todos o que foi na America o hollandez para que ao menos não venha a vingar a lenda, que ainda ha quem inculque, do espirito liberal e da consciencia religiosa dos flamengos.

tyrio, de vencerem pelo opprobrio e o massacre, antes moviam, com os crimes nefandos, todo o instincto de vingança em peitos que já ferviam de dôr. E foi assim que por toda parte, no Rio Grande como na Parayba, se formam os primeiros nucleos de reacção, a cuja frente se põem capitães da terra que já estavam de intelligencia com os chefes de Pernambuco. Tinham estes recebido com as mais vivas inquietações as noticias dos acontecimentos do norte; e haviam já expedido os primeiros soccorros á gente do Cunhaú (17). Já se havia formado na Parayba o *Arraial de Santo André* (18), que se tornou o centro de resistencia nas duas capitánias, e onde tinham já os patriotas repellido um ataque de forças que o covarde Paul de Linge (19) mandára contra elles. — Mas os successos subsequentes áquella mortandade do Cunhaú tinham forçado a remessa de novos soccorros com João Barbosa Pinto (em Novembro). Este travou combate com os inimigos nas vizinhanças daquelle engenho, e derrotou-os. Como, porém, soubesse que ao forte *Ceulen* tinham chegado grandes reforços, recolheu-se Barbosa ao arraial da Parayba. — Logo em principios do mez seguinte (Dezembro) parte com sua gente para o norte o grande chefe Antonio Filippe Camarão. No *Arraial de Santo André* combinou com outros chefes os meios de defesa daquelle posição, e a forma de ataques aos inimigos; e dali seguiu para o Rio Grande, varrendo toda a campanha, e foi fortificar-se num excellente posto além da fortaleza dos Reis (*Ceulen*). Dali destacou uma parte das forças com o capitão Jacome Bezerra para o Cunhaú; enquanto elle proprio affrontava os inimigos ao mando de Paul de Linge. Havia este com effeito recebido poderosos reforços, e não demorou em acommetter aquella trincheira dos insurgen-

---

17 *Hist. do Br.* IV, 539.

18 O engenho de S. André, como o de Tibery, pertencia a Jorge Homem Pinto. Este acceitára o dominio dos holandezes para salvar as suas propriedades. Mas só esperava o primeiro signal para o desforço.

19 Este sujeito já havia concertado a entrega do forte do *Cabedello*; mas por infelicidade do capitão Fernão Rodrigues de Bulhões, que lá estava na fortaleza combinando os termos do negocio, divulgou-se o segredo de tudo devido á indiscrição de um padre; e para salvar-se, mandou Linge enforcar o negociador.

tes, que se prepararam para rebater-lhe os golpes. Deram-lhes os holandezes varias investidas; mas rechassados sempre com grandes perdas, abandonaram afinal o campo, deixando uns 115 mortos, muitos feridos, e todas as provisões de boca e de guerra que não puderam conduzir na fuga <sup>(20)</sup>. — Pensou Camarão em tomar immediatamente a offensiva contra o forte; mas reflectindo nos effeitos de um desastre (que seria de temer si o inimigo já tivesse recebido outros soccorros que espera a todo instante) preferiu volver á Parayba, de onde fez partir para o sul o capitão João de Magalhães, a levar aos patriotas a nova daquelle victoria, e conduzindo gado para o acampamento da Varzea.

VII. O emissario de Camarão foi encontrar já o exercito libertador installado no *Arraial Novo do Bom Jesus*. Ali deu informações minuciosas do estado em que se encontram as duas capitánias do norte, e dos soccorros que o inimigo havia recebido do Recife. Á vista da situação da Parayba e do Rio Grande, resolveu-se que partisse para o norte um dos proprios grandes cabos da guerra, afim de dar ao movimento por ali as maiores proporções. — Por fins de Fevereiro (1646)

---

<sup>20</sup> Dá Fr. Raphael de Jesus: «Certificado o Camarão da resolução com que o inimigo se preparava para o buscar, guarneceu o alojamento da forma seguinte: elle com os capitães João Barbosa Pinto e João de Magalhães com as suas companhias e parte de seus indios tomaram á sua conta a defesa da entrada pela parte do sul, como mais proxima á investida do inimigo; e a da parte do norte deu ao capitão Jacome Bezerra com sua companhia e a dos moradores que se lhe tinham aggregado; a frente, que defendia o rio, guarneceu de indios como tambem o tabocal que lhes defendia as costas». ... Ao cabo de varias investidas frustradas, que lhes custaram grandes perdas, «tocou o holandez a retirar, e achou bem poucos dos seus que o pudessem seguir: o quê visto pelos nossos indios, levantaram um barbaro e confuso grito, tocando juntamente seus bellicos instrumentos que entre elles é signal de investir; entendeu o holandez que se dispunham a sahir do alojamento e carregal-o, e se poz em desordenada fuga, na qual todos obedeceram ao medo, nenhum advertiu a falsidade da causa, que não conheceram sinão dentro de sua fortaleza, onde o seguro lhes deixou virar a cara para verem o engano».



estava em marcha pelo sertão o mestre-de-campo André Vidal de Negreiros com seis companhias de guerra. Na Parayba encontrou-se elle com Antonio Camarão e os demais chefes insurgentes. Combinou-se logo um ardil contra as forças flamengas que tinham chegado do sul e protegiam os fortes do Cabedelo e de Santo Antonio. Surtiu effeito a cilada: tendo perdido uns 50 homens dos que desembarcaram para soccorrer o ultimo daquelles fortes, retomou o resto da força precipitadamente os navios, sem se animar a vir outra vez á terra. — Haviam crescido os elementos da reacção na Parayba; mas a tactica dos patriotas não lhes permittia que perdessem tempo em vigiar, ou em fazer frente a forças navaes quando não dispunham de navios. Tudo aconselhava, portanto, que reduzissem todo o seu esforço em tomar conta da terra. — Não sendo mais necessaria a sua presença na Parayba, mandou Vidal guarnecer os postos do Rio Grande pelas forças de Camarão; e deixando tudo por ali em boas condições, voltou para Pernambuco. — Ao saberem que estava Camarão outra vez no Rio Grande, onde senhoreava toda a campanha, alarmam-se os flamengos, e resolvem tomar agora providencias extraordinarias contra os insurgentes que operam no norte. Acabava de chegar da Europa (Julho de 1646) o coronel Schkoppe com uns 2.000 homens, que a muito custo lá se engajaram. Chegára elle com grande presumpção e arrogancia, mostrando-se rude e desabrido com os proprios compatriotas, lançando-lhes em rosto a ineptia com que se deixavam affrontar por uns quantos moradores, mal disciplinados e extranhos a coisas de guerra. Os officiaes flamengos quasi todos o ouviram calados, respondendo-lhe apenas alguns que elle por si mesmo iria ver agora como as coisas hoje eram muito differentes do que elle tinha observado em outros tempos.

VIII. Quer-se acreditar que viera Schkoppe de Hollanda trazendo um plano strategico assentado. Pretendia elle começar uma acção decisiva pelo norte, e vir do Rio Grande victorioso para o sul, reduzindo os rebeldes pela força si elles não preferissem o perdão que ainda uma vez lhes offereceria em nome dos Estados Geraes. — Não se sabe como é que este projecto foi logo conhecido (mesmo antes da chegada de Schkoppe) entre os insurgentes; e apressou-se Vieira, de accôrdo com

os demais chefes, a neutralizar o golpe, ordenando a Camarão que fizesse uma retirada geral dos moradores do Rio Grande e da Parayba. Com muita presteza effectuou-se este exodo da população, comboiada pelas forças, chegando toda ella sem graves accidentes a Goiana, e depois a Igarassú e á Varzea. Foi esta gente distribuida por varios districtos, principalmente nas immediações do Cabo, onde grande numero de familias se estabeleceram e ficaram vivendo até a conclusão da guerra. As duas capitánias abandonadas ficavam em perfeito estado de ruina, e inteiramente desertas de moradores portuguezes. Para os intrusos, no emtanto, ficára em paz... Os indios agora imperavam por ali sem contraste. Aproveitaram-se disto os flamengos: foram reconstruindo engenhos, fazendo plantações, e arrebanhando gado. Burlára-se assim o plano de Schkoppe; mas não perdêra o inimigo uns tantos proveitos. Tendo seguras aquellas paragens, está elle agora tranquillo quanto ás provisões que dali vêm para o Recife. — Por sua vez, no emtanto, não dispensam os independentes aquelle vasto emporio, e não cessam de fazer incursões devastadoras, tanto no Rio Grande como na Parayba. Sabendo agora (por fins de 1647) que os hollandezes têm por lá muitas lavouras, e muito gado reunido, fazem partir para o norte uma expedição, a procura de munições de boca que se diz abundantes nos sertões. Coube agora a vez a Henrique Dias. Com a sua legião avançou o heróe negio até o Cunhaú, saqueando e destruindo todas as posições do inimigo, e trazendo para o *Arraial*, com grande numero de prisioneiros, farta colheita de despojos <sup>(21)</sup> — E

---

<sup>21</sup> «Tinha partido do *Arraial* para a campanha do Rio Grande em 23 de Novembro, 1647, o governador dos minas Henrique Dias com seu terço e algumas companhias do terço do Camarão; e porque no principio de Janeiro de 1648 entrou naquella capitania, guardámos para este logar a narração desta expedição, como para seu proprio tempo. Partiu, pois, Henrique Dias com a gente em que no *Arraial* se reparava menos, para que, escondida a falta, se não divulgasse o intento, e entrasse naquella campanha com o partido de ser primeiro descoberto pelo damno que pelas noticias. Correu Henrique Dias o districto do Rio Grande mettendo tudo a ferro e a fogo. Avistou um sitio, que chamam as Guaraias, onde o inimigo sustentava uma casa forte, no centro de uma lagôa larga e funda, dentro da qual, como em ilha, se alojavam todos os indios e escravos que

assim se leva a guerra nas provincias conquistadas, de lance em lance, cada vez com mais desespero, e mais pontuada de incidentes extranhos.

IX. Afinal, nos annos de 1648 e 1649, os desastres soffridos pelo inimigo corôam-se com as duas grandes victorias

---

o hollandez occupava nas roças e lavouras daquelle terreno, e se recolhiam os fructos e os roubos de que se sustentavam, guardados e defendidos de quarenta hollandezes, que com outros soldados indios guarneciam a fortificação: constava esta da casa forte cercada de duas trincheiras bem obradas. Depois de exhortar seus soldados com palavras de confiança e rosto socegado, disse-lhes o caminho e o modo como haviam de avançar e ganhar a fortificação; e não lhes interpondo duvidas entre o investir e vencer, os metteu no assalto. Lançaram-se á agua, e com ella pela cinta accometteram á escala. Defenderam-se os hollandezes com ardor favorecidos da vantagem do sitio; mas não puderam impedir que os nossos tomassem terra, e ganhassem a primeira trincheira. Entre esta e a segunda se travou renhido combate; mas o furor dos nossos levou o inimigo de vencida, e bem de pressa cahiu a segunda trincheira em suas mãos. O cabo hollandez, vendo perdida toda a esperanza, metteu-se com cinco companheiros numa canôa, furtado aos olhos dos seus, para salvar as vidas. Escalaram os nossos a casa forte com tibia resistencia, e levaram tudo a ponta de espada, não perdoando a sexo nem a idade. Durou o conflicto des da prima da noite até pela manhã; e foi com a claridade do dia que se poude conhecer o estrago. Morreram nesta occasião todos quantos hollandezes, indios e negros havia na fortificação, excepto os cinco que fugiram. Dos nossos perderam a vida tres soldados, e ficaram muitos feridos. Gastou-se o dia, que foi o de 6 de Janeiro de 1648, em recolher os despojos, curar os feridos, enterrar os mortos, e tomar refeição do trabalho entre as congratulações da victoria. — Em 7 do mesmo mez marchou o governador Henrique Dias para o engenho de Cunhaú, onde achou o hollandez bem fortificado, com muita gente de presidio, e não menos soberbo pela ditosa resistencia com que se havia defendido do mestre-de-campo André Vidal, nos dias passados. Fez alto em frente ao inimigo, e a cara descoberta mandou por um trombeta uma embaixada ao flamengo, dizendo-lhe que sem dilação se rendesse, e se lhe fazia bom partido, antes que os seus chegassem a desembainhar a espada, porque com ella na mão, nem a obediencia os obrigava, nem a commiserção os detinha; que achava testemunha desta verdade no successo do dia antecedente, acontecido nas Guarairas: exemplo com que desenganadamente se poderia aconselhar sua deliberação; que se aproveitasse com prudencia da escolha que em sua mão punha a

alcançadas pelos patriotas. É facil imaginar a situação dos intrusos no Recife depois da segunda batalha dos Guararapes. Vivem ali como em agonia: a morte não tarda. Sentem que a presa está a escapar-lhes das mãos. Os poucos annos que ainda passam naquella angustia da praça sitiada são annos de fadigas e afflicções contínuas <sup>(22)</sup>: investidas, refregas dia e noite ali mesmo junto ás trincheiras; mallogro de um desembarque no S. Francisco (1651); novas devastações no Rio Grande por Pinto Barbosa e por Dias Cardoso... e a todo instante o terror que espalham as atoardas de destroço por toda parte. — Pelos fins de 1653 combinam os insurgentes <sup>(23)</sup>, e desferem o golpe mortal. No dia 20 de Dezembro apparecia ao norte de Recife a esquadra de Pedro Jacques de Magalhães. Emquanto este pelo mar bloqueasse a praça, o exercito libertador a atacaria por terra. O plano foi executado com precisão e rapidez. O inimigo ainda resiste alguns dias... para fingir que ha de capitular com a mesma bravura com que entrára na terra alheia... <sup>(24)</sup> — Emquanto na Campina do Taborda (24 de Janeiro de 1654) se concertava a capitulação, faziam os flamengos, illudindo a vigilancia da esquadra bloqueadora durante a noite, partir um official numa jangada para Itamaracá, Parayba e Rio Grande, a dar aos seus aviso do que se estava

fortuna. Perplexo ficou o flamengo com um tal proposito; com palavras equivocas respondeu ao enviado, pensando ganhar tempo com sagacidade; porem Henrique Dias, que conheceu o ardil, mandou segunda embaixada ainda mais terminante; e como tardasse a resposta, sem gastar mais palavras, mandou a seus soldados que toda a lenha, que estava junta para o serviço do engenho, chegassem á fortificação do inimigo em circulo. Executou-se a ordem com extranha presteza; e sem duvida que tudo ardêra, si ao tempo de se lhe pôr o fogo não sahira de dentro uma mulher portugueza, casada com flamengo, pedindo a Henrique Dias quartel para os cercados. Concedeu-lhe as vidas, e lhe abriram as portas. Saquearam os nossos as fazendas, munições e armas; arrasaram a fortificação e o engenho; levaram prisioneiros a todos os rendidos; e assolada a campanha, voltaram para o Arraial»...

<sup>22</sup> Dr.ª Tavares de Lyra — *op. cit.* 100.

<sup>23</sup> *Ibidem.*

<sup>24</sup> Como si fosse uma ironia do destino, é o proprio Schkoppe quem capitula, quem recebe, a 28 de Janeiro, na porta da cidade, ao general Francisco Barreto...

passando, e persuadindo a muitos, tanto holandeses como chefes indigenas, a que se embarcassem e fugissem em navios que para isso já estavam por ali de prevenção <sup>(25)</sup>. De sorte que o mestre-de-campo Francisco José Figueirôa, encarregado de tomar posse de todos os fortes existentes naquellas capitancias, foi encontrar tudo abandonado e deserto <sup>(26)</sup>. — Agora não ha muito tempo nem alma para os regosijos da victoria após uma campanha tão longa e tão dolorosa, e de que sahia flagelada, e ferida de tanto sacrificio irreparavel, a patria que se havia salvo. As capitancias estavam arruinadas, como si fossem um só antigo acampamento devastado pelo saque e pelo incendio. Na terra gloriosa de Camarão <sup>(27)</sup>, que foi uma das mais sacrificadas, e que os intrusos reduziram ao extremo de não ter um colono que a representasse na Assembléa do Recife, em 1640, só ficou, para recordar o jugo flamengo, a tradição, que não morre, de provações tremendas.

*gratias*

---

<sup>25</sup> Os holandeses e indios que se julgavam mais compromettidos pelos actos de vandalismo praticados durante a guerra tiveram a cautela de embarcar de pressa, levando consigo todos os escravos e bens que tinham arranjado.

<sup>26</sup> *Hist. do Br.* IV, 641.

<sup>27</sup> Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 111.

## CAPITULO XIV

### DA EXPULSÃO DOS HOLLANDEZES ATÉ FIM DO SECULO XVII

I. Inicia-se agora, depois do longo interstício da occupação estrangeira, uma phase difficil e penosa para a capitania. Era necessario, antes de tudo, reparar os males da guerra, ao menos naquillo que as furias da conquista não tinham conseguido destruir ou eliminar de todo. Repovoar os campos desertos, refazer lavouras, reconstruir engenhos, restabelecer a confiança geral na ordem politica, e pôr de novo em actividade todas as forças que possam restaurar a economia da terra — eram serviços que iam custar agora muito mais do que nos dias em que ali se entrára. — Havia d. João IV, em 1654, doado a Manuel Jordão a cidade de Natal. <sup>(1)</sup> Como, porém, não tivesse o donatario chegado a entrar na posse della, por ter fallecido «ao cabo da viagem» <sup>(2)</sup>, voltou a cidade ao dominio da Corôa, passando, portanto, a ser «capitania de El-Rei», como eram todas as que ficavam fóra das donatarias effectivas. Em taes condições esteve o Rio Grande do Norte, depois da retirada dos flamengos, algum tempo, provisoriamente sob a autoridade do commandante da fortaleza; pois o primeiro capitão-mór, Antonio Vaz Gondim, nomeado em 1656, só se empossou em

---

<sup>1</sup> Milliet de Saint-Adolphe — II, 438. Diz a proposito o desembargador Vicente de Lemos: «... uma parte do territorio do Rio Grande...»

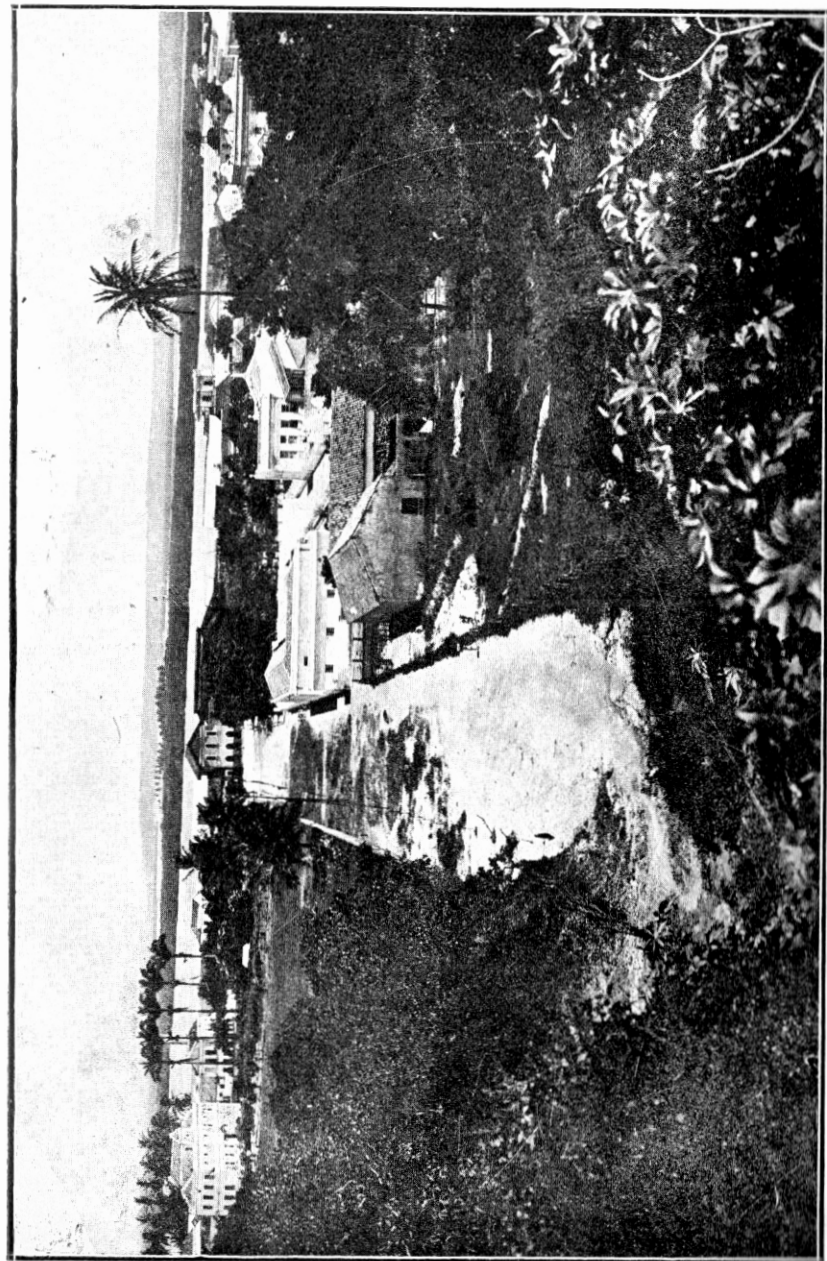
<sup>2</sup> «... por ter naufragado na occasião do desembarque» — explica o desembargador Vicente de Lemos (segundo Ayres do Casal e Thomaz Pompeu).

1657. — Este Antonio Vaz, que é, portanto, o primeiro capitão-mór do Rio Grande, depois da restauração do dominio, era um homem de reconhecida probidade, e muito considerado na Bahia e em Pernambuco, onde prestára grandes serviços na guerra durante mais de 14 annos, tendo começado como praça de pret, e «subido até o posto de quartel-mestré-general e capitão-mór». E', pois, a Antonio Vaz que compete agora uma tarefa, de certo que menos gloriosa, mas seguramente mais ardua e delicada que a das armas. — Começou elle pelas obras que eram indispensaveis, e mais urgentes na fortaleza e na cidade; e guarneceu os dois postos, cada qual com a sua companhia de infantes. (3) Da guarnição da cidade, conforme se tornava necessario, ia destacando piquetes de guarda para os districtos mais afastados; e deste modo conseguiu trazer em respeito e continencia os tapuias, tranquillizando, pela parte do sertão, os moradores. Com isso facilitou a entrada de gente na capitania. Durante os seus seis annos de administração, mais de cento e cincoenta familias de colonos foram estabelecer-se ali. (4) — Os flamengos, que tanto se distinguiram pelo seu odio de seíta, tinham deixado em completa ruina a antiga capella que servia de matriz. Desde que fôra por elles sacrificado, na capella de Uruasú, em 1645, o padre Ambrosio Ferro, não houve mais vigario em Natal até 1656. Nem se encontrava, depois da guerra, padre que se animasse a ir para aquella parochia, por se temerem os indios bravios. Ao cabo de muitas diligencias por parte dos habitantes de Natal, apparece o padre Leonardo Tavares de Mello propondo-se, «elle proprio, espontaneamente», a tomar conta da freguezia «para animar o povoamento da terra». — Este homem exerceu ali, durante muitos annos, acção salutar, não só entre os colonos, como tambem entre os indios. Como a parochia era muito pobre, mal poudo o vigario Leonardo restaurar a antiga capella, até que melhores tempos permittissem

---

<sup>3</sup> Subordinadas estas — dizem autores e documentos — ao governador de Pernambuco. Entende-se que estas forças, sob as ordens immediatas do capitão-mór, ficavam excepcionalmente subordinadas, ou melhor subalternas ao governo de Pernambuco.

<sup>4</sup> Segundo se vê da carta patente pela qual nomeou Antonio Vaz segunda vez capitão-mór do Rio Grande do Norte. (V. documentos annexos á obra do desembargador Vicente de Lemos).



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA  
DA RIBEIRA

História do Estado do Rio Grande do Norte.



a construção de uma igreja decorosa que servisse de matriz. <sup>(b)</sup> — Em poucos annos tinha Antonio Vaz regularizado, tanto quanto era possível, os negocios da capitania. Tinha mesmo oportunidade de normalizar as coisas da administração civil; de prover effectivamente a varios officios do fôro que ficavam dentro de sua competencia <sup>(c)</sup>; de mandar eleger, em 16 de Abril de 1662, os officiaes da camara, havendo já nomeado escriptão para ella. <sup>(7)</sup>

II. A Antonio Vaz succede, em 1663, Valentim Tavares Cabral. Este pernambucano tinha-se illustrado pelo seu valor militar, tanto no reino como em Pernambuco. Já conhecia o Rio Grande, a cuja campanha, durante a guerra, tivera enseo de ir por vezes levando soccorros. Combatera nas duas batalhas dos Guararapes. Alguns annos depois da expulsão dos holandezes fôra á Europa, e lá esteve «no sitio de Badajoz e no cerco de Elvas por espaço de tres mezes, até ser aquella praça soccorrida». <sup>(8)</sup> Na occasião de receber a mercê da capitania, es-

---

<sup>5</sup> Veio isso a fazer-se no tempo do vigario Paulo da Costa Barros, com o concurso dos habitantes. Diz o d.<sup>r</sup>. Nestor Lima (*A matriz de Natal*, p. 24): «A Camara do Senado de Natal, vereando em Novembro de 1672, em presença do desembargador Manuel da Costa Palma e do então vigario Paulo, e tomando na devida conta o estado da Egreja e do culto, nomeou, para angariar os donativos offerecidos, a tres cidadãos probos, aos quaes foi remettida a relação dos promittentes; em Cunhaú, o capitão Pedro da Costa Falheiros; em Guarahyras (Arez) o sargento-mór Francisco Lopes; em Potegy, o capitão Manuel da Cruz Soares. O vigario ficou encarregado da guarda do dinheiro, e de dar inicio ás obras por seu zelo e verdade».

<sup>6</sup> Ainda a 4 de Abril de 1660 nomeava para os officios de tabellião e escriptão de orphãos ao sargento reformado Francisco Rodrigues; e a Francisco de Oliveira Banhos, escriptão das datas e sesmarias. Em Março de 1662 nomeava tambem escriptão do Senado da Camara a Domingos Vaz Coelho; e a 11 de Abril a Francisco Lopes, escriptão da fazenda real (Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.* 22).

<sup>7</sup> Foram eleitos: juiz mais velho, o capitão Francisco Mendonça Eledesma; juiz, Francisco Pires; vereador mais velho, Antonio Gonçalves Ferreira; vereador mais moço, Ignacio Pestana; e procurador Francisco Rodrigues.

<sup>8</sup> Segundo a carta patente pela qual foi nomeado,

tava ainda no reino, e acabava de militar contra a Hespanha. — Nomeado pela patente de 12 de Fevereiro de 1663, para servir por seis annos, embarcou logo depois. No dia 27 de Setembro do mesmo anno, prestou juramento na Bahia, e fez preito e homenagem nas mãos do Vice-Rei Conde de Obidos, indo assumir o exercicio do cargo em Natal, perante o senado da camara, a 5 de Dezembro. — Encontrava a capitania ainda sem recursos, apesar de quanto se esforçara o seu antecessor. Não era facil corrigir aquelle deploravel estado, de coisas em que os intrusos tinham deixado em 1654 a capital. A propria fortaleza precisava ainda de reparos, que só pouco a pouco se iam fazendo. Para esse serviço se reservava uma parte dos dizimos reais, a qual não podia ser desviada para outra applicação. Mas tudo faltava ali, até provisões e mantimentos no presidio. Os que se recebiam de Pernambuco eram escassos <sup>(9)</sup>; e «só com os recursos dos dizimos da terra se poderia acudir de momento ás necessidades da infantaria», enquanto não chegassem providencias do Governo Geral. Em tal embaraço, de accôrdo com o senado da camara, tomaram-se medidas com que se evitou a finta de que já estavam os colonos ameaçados. <sup>(10)</sup> — A não ser o zelo com que tratou de prover a defesa da capitania, e o empenho de attrahir colonos <sup>(11)</sup>, nada mais encontramos de valioso neste periodo administrativo. Já era, aliás, de grande importancia o que fez Valentim Tavares relativamente ao serviço militar. E' neste serviço que vai consistir, na phase que se abre com o repovoamento do sertão, o principal esforço dos capitães-môres, pois os tapuias começam a agitar-se outra vez contra os colonos e os indios aldeados. — Para succeder a este capitão-mór, foi em 1668 (1.º de Fevereiro) nomeado, «por tres annos e o mais até que lhe fosse successor», Antonio de Barros Rego. Tinha este tambem servido no Brazil e na Europa; era galardoado com a Ordem de Christo, e tomára pos-

---

<sup>9</sup> Dr. Vicente de Lemos — *op. cit.* 24.

<sup>10</sup> *Ibidem.*

<sup>11</sup> Fez, nesse intuito, grande numero de concessões de terras, entre as quaes. a de uma sesmaria na ribeira do Ceará-Mirim a João Fernandes Vieira, «a começar da barra do rio correndo pela cosia, até o porto dos Touros, com dez leguas de comprimento e outras tantas para o sertão». (Desembargador Lemos).

se no dia 21 ou 22 de Janeiro de 1670. No seu tempo continuou o senado da camara a clamar para a côrte contra a insufficiencia da guarnição de Natal e de todos os meios de defesa. — E' tam-bem durante este governo que se trata decisivamente de con-struir a igreja matriz. A pequena capella que o padre Leo-nardo Tavares conseguira edificar, não só já era exigua para os fieis da freguezia, como se achava em mau estado. Associa-ram-se agora, para levar avante aquella obra piedosa, o senado da camara, o capitão-mór e o vigario, assim como as pessoas de mais influencia e valimento na cidade. Cuidou-se, com mui-ta solicitude, de angariar entre a população os necessarios re-cursos, e deu-se logo inicio á construcção. — Em 1673 (a 21 de Julho) assume o governo pela segunda vez o capitão-mór Antonio Vaz Gondim. Continuou este a unica politica que na-quelle momento se impunha ás autoridades — a de acautelear as populações principalmente dos campos contra os indios de corso. Fez tambem muitas concessões de terras a novos morado-res; e deu assim um certo incremento á economia geral; e animou, por medidas efficazes, a edificação na cidade. Pro-curou igualmente adiantar as obras da matriz. Tanto acêrca dessa necessidade, como das obras da fortaleza, representou perante a metropole, e conseguiu que se lhe mandasse um engenheiro para examinar esses serviços e orçar as despesas que fosse necessario fazer. <sup>(12)</sup> Alcançou ainda que da real fazenda se lhe dêsse um auxilio para a construcção da ma-triz. <sup>(13)</sup>

III. O successor de Antonio Vaz, Francisco Pereira Gui-marães, foi empossado em 21 de Maio de 1677; e em Novembro do anno seguinte fallecia sem ter feito mais que algumas con-cessões de terras e nomeações de officiaes da milicia. <sup>(14)</sup> To-mou a administração o senado da camara, exercendo essas funcções até 3 de Maio de 1679, quando as passou a Geraldo de Sny provido no cargo pelo Governo Geral até que viesse novo capitão-mór effectivo. — A grande preocupação das au-

---

<sup>12</sup> Carta regia de 26 de Abril de 1674.

<sup>13</sup> Desemb. Vicente de Lemos — *op. cit.* 29.

<sup>14</sup> *Ibidem*, 30.

toridades é sempre a conveniencia de attrahir colonos para a capitania. Já se separára, simplificando-se as respectivas funcções, da do capitão-mór a jurisdição da camara, competindo a esta a expedição de cartas de data no quadro urbano, e ao capitão-mór a concessão de sesmarias. — No tempo de Suny houve ensejo de corrigir-se um dos muitos abusos de que eram sempre victimas os moradores desvalidos. Foi o caso que uns donatarios de terras marinhas, pelas vizinhanças da bahia dos Touros, entenderam que haviam de impedir, nas enseadas da costa, o exercicio da pesca, e tambem de não consentir que os moradores se aproveitassem das salinas. E' de notar que naquellas paragens, tanto uma como outra industria se faziam livremente dès dos primeiros tempos da colonia, e agora tomavam incremento, principalmente a da pesca. Por ali andavam até barcos de pescadores da Parayba e de Pernambuco. <sup>(15)</sup> Ante aquella pretensão dos taes donatarios (cuja concessão havia sido feita pelo Governo Geral, e que por isso se julgavam fóra da jurisdição do capitão-mór) tomou o senado da camara a providencia de representar contra elles perante a autoridade superior do dominio. Declarou então o Governador Geral que a concessão feita não comprehendia as praias, nem o uso das salinas, nem a pesca. <sup>(16)</sup> — Deu-se tambem, durante a passagem de Suny pela administração, um outro facto, e este de molde a mostrar como naquelles tempos falavam forte os Governadores Geraes quando se encontravam com populações ainda mofinas na estreiteza da sua vida incipiente. Tinha um certo Lazaro da Costa Bulhões conseguido a nomeação para dois cargos que ás vezes se reuniam na mesma pessoa — os de Provedor da Fazenda e de *Ouvidor* <sup>(17)</sup> da capitania. O senado da camara, porém, reuniu-se, e tomou a deliberação de

---

<sup>15</sup> *Ibidem*, 31, 32.

<sup>16</sup> *Ibidem*, 32.

<sup>17</sup> Des do tempo de Valentim Cabral já se nomeavam, «por um anno», *ouvidores* para a capitania do Rio Grande do Norte. É preciso, no entanto, entender o que eram esses *ouvidores*, pois propriamente Ouvidor a capitania só veio a ter em 1818, quando foi creada comarca. Até fins do seculo XVII não havia ainda os *juizes de fóra* que depois se crearam. Quando havia, pois, necessidade de acudir aos interesses da justiça em capitánias que não eram comarcas,

fazer sentir ao Governo Geral que se havia resolvido, por um protesto escripto, e assignado tanto pelos officiaes da camara como pelos «homens bons» da capitania, não acceitar ali, como ouvidor, «pessoa que, não sendo lettrada, viesse de outra parte», ou pessoa que não fosse indicada pelo senado, *para não soffrer a capitania as insolencias desses forasteiros como era o actual...* E concluia a representação indicando pessoas de sua confiança para os dois cargos. O Governador Geral, no auge da sua indignação (que com effeito era muito natural) perdeu toda compostura e estourou contra a camara, censurando-lhe em termos desabridos o «atrevimento», e dizendo aos officiaes que não lhes competia tomar assentos de semelhante natureza, e que elles são «inteiramente sujeitos» e o mais que podem é obedecer... <sup>(18)</sup> E a camara só agora teve a prudencia de calar-se...

IV. Tendo Suny adoecido, retirou-se com licença para a Europa. <sup>(19)</sup> — Em Novembro de 1681 assumiu o governo

---

nomeavam-se-lhes *ouvidores* avulsos. Estes podiam ser leigos, e chamavam-se *de capa e espada*. Esses *ouvidores* é que tomaram depois o nome de *juizes de fóra*, e eram nomeados annualmente pelo Governo Geral. Proviam ás coisas da justiça nos *logares*, e davam recurso para os Ouvidores da comarca.

<sup>18</sup> Dizia assim o Vice-Rei (Desembargador Lemos, 32): «Si a provisão que Lazaro de Freitas Bulhões alcançou deste governo para Ouvidor fosse minha e Vmcês deixassem de cumprir, fundados no termo que se tomou em Camara de não acceitar pessoa alguma que não fosse da terra ou lettrado, a resposta da carta, que Vmcês teriam de receber seria mandar vil-os presos para serem castigados, como merece o atrevimento de Vmcês., porque Vmcês. são inteiramente sujeitos e não têm jurisdição para tomar assentos contra as disposições do governo geral; mas supposto a provisão não ser minha, servirá esta de advertencia, a menos que não tornem a escrever-me semelhantes coisas. Tratem de obedecer ao que se lhes ordenar, que sempre é o que mais convem ao serviço de Sua Alteza».

<sup>19</sup> Entre as concessões de terras feitas por este capitão-mór, dá o desembargador Vicente de Lemos a seguinte (p. 33): «O alferes Antonio Lopes Teixeira, escrivão da camara, allegára que, depois da restauração, fôra um dos primeiros povoadores da capitania; requereu por aforamento á camara, mediante o fôro de quinhentos reis annuaes, duas sortes de terras no logar a que chamavam *Náu do*

da capitania Antonio da Silva Barbosa, nomeado tambem pelo Governo Geral para servir interinamente. Proveu apenas alguns postos de infantaria de Ordenanças, e fez algumas concessões de terras; passando, em 1682, a 25 de Maio, a administração a Manuel Muniz, nomeado por patente real. Assim que entrou no exercicio do cargo, procurou Muniz conhecer o estado da capitania, e dirigiu-se logo, primeiro ao Governo Geral, e em seguida, em 1684, directamente ao governo da metropole indicando-lhe as necessidades a que convinha attender com mais urgencia. Observava que a fortaleza dos Reis Magos <sup>(20)</sup> «sendo uma das primeiras do Brazil, não possuia guarnição sufficiente, não passando de umas 15 (e ás vezes menos) o numero de praças ali existentes, «quando outr'ora dispunha de 60 a 70». O material era quasi imprestavel. «Os quarteis estavam arruinados». Em caso de perigo, poder-se-ia contar apenas com uns 80 homens das Ordenanças; e sem duvida essa força insignificante não bastava para defender as povoações da capitania contra o gentio, quanto mais contra alguma aggressão de piratas. <sup>(21)</sup> — Em relação aos colonos <sup>(22)</sup>, dizia o capitão-mór que vivendo disseminados pela

---

*Rifoles*; as quaes lhe foram concedidas a 3 de Setembro e a 1 de Outubro de 1679, tendo por limite o alagadiço que se deu ao sargento-mór Manuel da Silva Vieira. Actualmente acha-se situada nessas terras a Escola Regional de Marinha, e ainda conservam ellas o mesmo nome». E em nota: «O distincto chronista desembargador Luiz Fernandes, investigando a origem do nome *Náu do Rifoles* dado áquella paragem, que demora á margem do rio Potengy, a um quarto de legua da cidade, concluiu com bons fundamentos que provem de ter estado ali com suas náus o capitão Jacques Rifault, sobrenome que o proprio Feliciano Coelho, capitão-mór da Parayba, já escrevia naquelle tempo *Rifoles*».

<sup>20</sup> Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.*, 36.

<sup>21</sup> Apareciam naquelle tempo pela costa navios de corso que inquietavam as populações da marinha. Em uma carta regia de 22 de Junho de 1686, dirigida ao Vice-Rei lê-se que o capitão-mór do Rio Grande Paschoal Gonçalves de Carvalho, ao dar conta do estado da praça e fortaleza, fazia notar como andava «naquella costa um navio de corso que tomou tres barcas...» Em uma outra, de 11 de Janeiro de 1687 dizia o Rei: «Havendo mandado ver o que me escrevestes em carta de 6 de Novembro e 15 de Julho do anno passado acêrca do aviso que tivestes do capitão-mór do Rio Grande

campanha, muito distantes uns dos outros, estavam sem garantias, e sujeitos á hostilidade dos indios, «que traziam sempre viva a lembrança dos flamengos, desejando a presença de qualquer inimigo para bater os moradores». — Já se sentiam, por meados de 1685, quando Muniz deixou o governo, os primeiros signaes da sublevação dos selvagens que vem perturbar a vida da capitania por dez longos annos. — Paschoal Gonçalves de Carvalho, nomeado por patente real de 11 de Outubro de 1684, empossou-se no dia 30 de Agosto do anno seguinte. De entrada, teve este capitão-mór de acudir com providencias excepcionaes á gente do sertão, que começou a ser inquietada pelo gentio, em repetidos assaltos, com que destruiam criações e lavouras. <sup>(23)</sup> O proprio capitão-mór não fez, no primeiro momento, idéa exacta do perigo, presumindo mesmo que facilmente o conjuraria com as poucas forças de que dispunha. Não demorou, porem, que os levantes e correrias tomassem proporções de uma insurreição geral dos indios do sertão, e que veio a pôr em risco, durante tantos annos, a propria existencia da capitania. Foi a ribeira do Assú o centro da rebelião, interceptando-se logo, entre o Rio Grande e o Ceará, todas as communicações por terra. Fizeram os barbaros, de começo, mortandade horrorosa, tendo apanhado quasi de surpresa a maior parte dos moradores. Durante dois annos (1687 a 1688) não arrefeceu o furor das quadrilhas, por não encontrar obice algum nem resistencia aos excessos cruéis com que varriam a terra, «matando toda coisa viva que encontravam, e depois queimando tudo, não deixando páu nem pedra...» <sup>(24)</sup> As ribeiras, tanto do Assú, como do Mossoró, fi-

---

de andar naquella costa um navio de grande força e um patacho de piratas e ter tomado um barco que estava surto nas Salinas, outro que sahira do Recife e quatro que da Parayba iam carregados de assucares para essa capitania, que importavam consideravel fazenda e lançava gente em terra a fazer carnes e aguada e se informavam que gente e força tinha a fortaleza do Rio Grande, do que se inferia que queriam saqueal-a... (V. *Revista do Instituto H. e G. do Rio Grande do Norte*, v. XI, XII, XIII, p. 119 e 120).

<sup>23</sup> Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.*, 36.

<sup>24</sup> *Ibidem*, 39.

<sup>25</sup> *Memoria sobre os indios no Brazil*, por Pedro Carrillo

caram como sob o flagelo de uma tormenta devastadora. E não tardaria que a furia dos insurgidos se extendesse, de um lado até a ribeira do Jaguaribe, e de outro até o Ceará-Mirim, chegando mesmo até as vizinhanças de Natal. <sup>(25)</sup> Os moradores que puderam escapar aos primeiros assaltos refugiaram-se nos postos fortificados, principalmente em Natal e no Ceará. — A camara e o capitão-mór clamaram logo para Pernambuco e para a Bahia, pedindo soccorros urgentes. O mesmo fizeram ao capitão-mór da Parayba. — Enquanto se faziam essas instantes solicitações, seguia para a ribeira do Assú, com as forças que se puderam reunir ás pressas, o capitão Manuel de Abreu Soares; e logo depois mais dois outros capitães com reforços. — Por sua parte, ordenou o Governador Geral, por provisão de 6 de Setembro (1687) que o coronel de Ordenanças da capitania, Antonio de Albuquerque Camara, reunindo toda a força disponivel no Rio Grande, e mais as que se lhe enviassem de Pernambuco e da Parayba, seguisse para o sertão sem demora a combater as tribus sublevadas. <sup>(26)</sup> — Os officiaes da camara agiram naquelles apertos com decisão e valor, não trepidando em seguir, elles proprios, para o Assú com um troço de voluntarios. — Uma providencia muito acertada, que logo se tomára, e que teve grande efficacia naquella penosa conjunctura, foi a de construir-se, em todos os pontos da capitania mais expostos á sanha dos indios, muitas *casas fortes* <sup>(27)</sup>, guarnecendo-as como era possivel, dada a falta de gente de guerra.

-----

de Andrade, impressa no vol. VII da *Revista* do Instituto do Rio Grande, p. 133 a 151.

<sup>25</sup> «Nesta occasião — lê-se na referida *Memoria* — se ajuntaram diversas nações de alarves, e fizeram grandes furias; e junta grande multidão, vieram até os arrabaldes do Rio Grande matando a toda coisa viva que encontravam». «O perigo era tão imminente — diz o dr. Vicente de Lemos (*op. cit.*, 42) — que nas proprias immediações da cidade não se podia contar com a vida. Por vezes, sahiu com forças o capitão Gonçalo da Costa Falleiro a bater os arredores pelo receio de um ataque inopinado».

<sup>26</sup> Desembargador Vicente de Lemos, 39.

<sup>27</sup> *Casa forte* era um posto entrincheirado, e guarnecido de alguns homens. Servia de refugio aos moradores em caso de perigo.



V. Chegára sem graves accidentes ao Assú o capitão Manuel de Abreu com as suas forças; e mal começára a tomar posição por ali quando foi investido, matando-lhe logo os selvagens uns 10 ou 12 homens. O gentio estava incontinente e desaffrontado, abalando de refregas medonhas toda aquella ribeira. Em tal situação de apuros ficou o velho soldado ali com a sua gente, que teve de retirar, ao cabo de uns cinco ou seis mezes, deixando os barbaros senhores de toda a região. <sup>(28)</sup> — O coronel Antonio Camara esteve tambem algum tempo no sertão <sup>(29)</sup>; mas sem melhor successo. Em vez de moderar-se, antes recrudesca a gana dos levantados, por não serem sufficientemente fortes as expedições que os deviam conter pelo escarmanto. — Tão assustadores se tornaram aquelles successos que o Governador Geral quando soube do fracasso daquellas primeiras tentativas, tomou medidas extraordinarias para atalhar o mal antes que alastrasse, como se temia. Ordenou ao capitão Manuel de Abreu (que já se achava na Bahia) que seguisse de novo a toda pressa para

---

<sup>28</sup> *Memoria* de Pedro Carrilho, 142.

<sup>29</sup> «O coronel Antonio de Albuquerque Camara, na perseguição dos indios, subiu até as cabeceiras do rio Assú, onde travou combate; e, diante do numero extraordinario dos barbaros, teve 27 mortos e muitos feridos, perdendo de uns e de outros toda a bagagem, armas e munições; e viu-se obrigado, na refrega do combate, a refugiar-se na *casa forte* da Ribeira de Piranhas, para refazer as forças e pensar os feridos. Os indios mansos que recebêra como reforço ás suas tropas, desertaram quasi todos no correr da acção. Sem recursos bastantes para sustentar as posições, e disto sciente o senado da camara, communicou logo os acontecimentos ao Governador Geral por carta de 28 de Janeiro de 1688, concluindo por considerar a capitania em perigo de ser abandonada pelos colonos, ficando de todo entregue aos barbaros. O Governador Geral, que teve igual communicação do capitão-mór, lançou na Bahia, a 12 de Maio, um *bando*, em nome de Sua Majestade, convidando os foragidos, degredados e criminosos, tanto desta, como das capitancias de Pernambuco, Itamaracá, Parayba, Rio S. Francisco de uma e outra margem, Sergipe d'El-Rei, a se incorporarem ás forças do coronel Antonio de Albuquerque Camara no Assú, sendo perdoados de seus crimes, salvo os exceptuados na lei, a todos aquelles que apresentassem certidão, passada pelo mesmo coronel, de ter feito parte de suas forças». (Desembargador Lemos, 45).

o Rio Grande com 150 infantes e 4 capitães, e que tomasse de passagem mais 25 da praça de Olinda. Igual determinação fez ao capitão-mór da Parayba, afim de que fizesse também partir com 500 homens o capitão-mór dos indios. Mandou ainda o Governador Geral que marchasse promptamente para o norte com 300 homens o mestre-de-campo Domingos Jorge Velho, que se achava com o seu terço de paulistas no rio S. Francisco; e ainda dois capitães-móres da jurisdição de Pernambuco, que estavam promptos para ir com 600 homens contra os Palmares. Essas diversas forças deviam ir bater os sertões do Rio Grande cada uma por sua vez, independentes umas das outras. «E creio — accrescentava o Governador Geral dirigindo-se ao capitão-mór Paschoal Gonçalves — que obrarão muito *pelo interesse dos prisioneiros, que declarei por captivos a todos que tomassem nesta guerra*». <sup>(30)</sup> — Por ahi se descobre pelo menos uma grande parte dos motivos daquelle; grandes alaridos de vingança que convulsionam todo o interior do paiz: havia talvez por ali muita gente que tinha interesse na guerra, desde que pela guerra podia assegurar lucros que não esperava mais da submissão dos indios. O que se queria, breve se percebe, era a *guerra justa*, que em toda a colonia servia de pretexto para se burlarem todas as medidas de protecção do selvagem. <sup>(31)</sup> — Aquellas ordens do

---

<sup>30</sup> Dr. Gonçalves Dias — *Catalogo dos capitães-móres e governadores da capitania do Rio Grande do Norte*. (*Revista do Instituto*, p. 22).

<sup>31</sup> Escreve a proposito o dr. Gonçalves Dias (*Catalogo*, 29): «Sabemos qual era a tatica seguida geralmente pelos colonos, depois das leis que aboliram a escravidão dos indios: era injurial-os nas suas pessoas e propriedades, incital-os por todos os meios á guerra contra os seus vizinhos ou contra os proprios colonos; e daqui tiravam plausivel pretexto para os guerrear e captivar. Isto, que era então geralmente seguido nas demais capitanias, devêra-o ser nesta principalmente, onde por falta de escravos pretos esmorecia a agricultura, e padecia o serviço domestico. Ainda hoje, depois que com a inteira liberdade dos indigenas, a carencia de braços não forja pretexto para os guerrear, a cobiça de possuir terras suas, e de que estão de posse ha muitos annos, terras que seus avós já cultivavam e lavravam; com differente resultado, reproduz os mesmos factos. Durante a minha estada nesta provincia, aconteceu que um fazendeiro, por querer esbu-

Governador Geral foram cumpridas com a possível diligencia. Foi muito importante principalmente o soccorro dos paulistas. Jorge Velho, com os horrores que foi praticando <sup>(32)</sup>, escarmentou as hordas desvairadas, afugentando-as para o recesso das mattas <sup>(33)</sup> — Por pouco tempo, no entanto, se sentiu amainada a insania daquela barbaria. O bandeirante paulista pouco se demorou por ali, voltando logo para o sul, a tomar o encargo de destruir os famosos quilombos de Alagoas. — Em breve, novas lufadas começam a soprar do sertão; e não tarda que se accenda outra vez o incendio geral. E agora o terror domina de tal modo a população e as proprias forças que andavam na guerra — que estas começam a desertar, e as familias se vão retirando da capitania em grande consternação. O capitão-mór, que não era aliás o primeiro a dar provas de valor naquelles transes, entendeu que devia prevenir o abandono da terra ameaçando de castigo os que se retirassem. <sup>(34)</sup> — A administração de Paschoal Gonçalves não deixou de si mais que a lembrança dessa terrivel insurreição de indios que no seu tempo irrompêra. — No que se refere á justiça, foi por

---

Ihar indios mansos de terras que tinham, mas das quaes se perdeu o titulo, ficando apenas, alem do facto, a tradição da longa e indisputada posse; nem só os ia perturbar nas suas plantações, como levou o arrojo a ponto de fazer espingardear a um delles mais renitente. Isto, pois, seria mais frequente em tempos anteriores: e que o não fosse, havia latente, augmentando-se com o tempo e irritando-se com elle, a luta entre as raças e a malquerença da conquista. Veio um dia em que desapareceu essa fingida paz que existia; os indios levantaram-se em massas poderosas, assaltaram os moradores, destruíram as plantações, assolaram as casas, e por tal forma que a 2 de Dezembro de 1687 a camara, ponderando que estavam os indios senhores do Assú e a republica em perigo, e «vendo o pouco fervor com que se havia o capitão-mór Pascoal, accordou na vereação deste dia irem todos os senadores, com as pessoas que os quizessem acompanhar, bater os indios levantados». Nobre esforço, mas do qual se lastima que não fosse tão effectivo, quanto louvavel».

<sup>32</sup> O proprio Governador Geral deu, para a côrte, conta dos excessos praticados, tanto por Jorge Velho como por Manuel de Abreu (segundo se vê da carta regia de 23 de Dezembro de 1691). (*Revista do Instituto do Rio Grande*, XI, 124).

<sup>33</sup> *Memoria* de P. Carrilho, 142.

<sup>34</sup> Dr. Vicente de Lemos — *op. cit.*, 45.

este tempo creada a Ouvidoria da Parayba, abrangendo os termos de Itamaracá e do Rio Grande do Norte. <sup>(35)</sup> — Por meados de 1688 a situação da capitania era realmente dolorosa. Quando ali chegou o novo capitão-mór, encontrou Paschoal Gonçalves «*mettido na fortaleza sem ter voz activa para nenhuma disposição; os moradores recolhidos nas casas fortes; e o gentio sem opposição, destruindo tudo*». <sup>(36)</sup> — A desidia ou esmorecimento de Paschoal na contingencia em que se via a população, é de crer que levasse o Governo Geral a substitui-lo sem demora no cargo, mandando-lhe como successor *por seis mezes* o capitão Agostinho Cesar de Andrade.

VI. O novo capitão-mór era homem energico, intelligente e activo <sup>(37)</sup>, e empenhou-se com esforço na repressão do gentio. Não só expediu reforços de gente para o sertão, como elle proprio não vacillou em marchar contra alguns ranchos de indios que tinham feito paz, e que, no emtanto, quando se viram fortes pelo numero de novo se insurgiram. <sup>(38)</sup>

---

<sup>35</sup> Diz, no emtanto, Milliet de Saint-Adolphe (II, 218) que «havia decorrido obra de meio século (em 1765) depois que aquella malaventurada capitania (Parayba) era disputada em juizo pelos que se diziam *herdeiros do fundador della* (? João Tavares porventura? Porventura Fructuoso Barbosa?) e de seu (?) irmão Pedro Lopes de Souza, quando el-rei d. Pedro II, desejando promover nella o commercio e industria, a declarou *capitania independente*, dando-lhe o nome do rio que rega a maior parte della. Antonio Borges da Fonseca foi o seu primeiro governador em 1685...» — Como se vê, tudo isto está muito confuso. Parece que os taes herdeiros que disputaram com os de Pero Lopes são os de Martim Affonso; mas este não passa por ter sido o *fundador* da Parayba. A povoação, que depois veio a ser capital, já em 1585 era cidade, sob o nome de *Filippéa*. Em 1634, quando cahiu em poder dos holandezes, já contava a capitania uma população não inferior a 7.000 almas. Já trabalhavam ali uns 20 engenhos de assucar. — Como é então que só em 1685 é que veio a ter a Parayba o seu *primeiro* governador? — O que perturbou o chronista foi sem duvida o longo litigio dos herdeiros dos dois irmãos (M. Affonso e Pero Lopes).

<sup>36</sup> Textuaes palavras de Agostinho Cesar de Andrade, successor de Pascoal.

<sup>37</sup> Desembargador Lemos, 47.

<sup>38</sup> «Agostinho Cesar agiu por igual modo — diz o desembargador Vicente de Lemos (p. 48) — em outras occasiões. Assim, acom-

Houve, ainda agora, momentos em que turbas rebelladas viviam a estrondar pelas redondezas, ameaçando a propria capital. Tornou-se tão lastimoso aquelle estado de coisas na capitania; que o senado da camara, em vereação de 2 de Julho de 1689, tomou a extrema deliberação de mandar a Lisboa um procurador seu, incumbido de expôr ao proprio governo do rei a situação desesperadora da capitania. Foi para essa missão escolhido o capitão Gonçalo da Costa Falleiro. Deu-se-lhe um memorial em que minuciosamente se consignavam os reclamos a apresentar ao governo. Devia o representante da camara narrar as calamidades que se estava soffrendo com o levantamento geral dos indios, para que da côrte viessem ordens ás autoridades superiores da colonia, afim de que soccorressem effizamente a capitania. Pediria mais ao rei: — que, attendendo ao estado de pobreza em que se acham os moradores, ao menos se mandasse pagar os fornecimentos que foram obrigados a fazer ás tropas; — que se elevasse ao menos a 30 o numero de praças da guarnição; — que entre as medidas destinadas a conter em respeito o gentio, seria de muita efficacia a fundação de um presidio no Assú, sendo que esta providencia seria ao mesmo tempo prevenção contra «piratas do norte» <sup>(39)</sup> que por ali vinham traficar com os naturaes e insuflal-os a insurgirem-se; — que se tomassem medidas contra abusos commettidos na concessão de terras, dando-se «vinte e trinta» leguas ás vezes a «sujeitos» que não têm meios de as povoar, emquanto que alguns pobres não têm onde fazer suas lavouras <sup>(40)</sup>;

---

panhado de Antonio Gomes de Barros, marchou durante uma noite e foi bater a muitos barbaros que se achavam reunidos a quatro leguas acima do rio Potengy, e poudé, com a força de que dispunha, matar e aprisionar cento e muitos, sem entrar em linha de conta os muitos feridos que foram morrer pelas selvas. Por vezes seguiu a Mepibú acompanhado do capitão Pedro da Costa Falleiro, a organizar forças que deviam subir ao sertão, e uma destas teve destino á serra do Acauan, onde se achavam reunidos perto de 2.000 barbaros, que foram derrotados, e mais de mil prisioneiros.

<sup>39</sup> Seriam talvez flamengos ou inglezes dos que infestavam o littoral do extremo norte.

<sup>40</sup> Acontecia, alem disso — acrescentava o senado no memorial — que as terras concedidas não estavam demarcadas, e que reinava grande confusão entre os condominos e que disso resultavam

— que (voltando aos indios) não se devia mais confiar em accôrds de paz com tal gente, e que o unico meio de remediar o mal de uma vez é «destruir este gentio», fazendo-lhe guerra de exterminio, conforme aconselhava o Governador Geral Mathias da Cunha (<sup>41</sup>); — que, enfim, fizesse o procurador sentir a s. m. que esta deliberação de mandar um emissario á côrte era devida ao desespero em que estavam os povos da capitania, desamparados de todo soccorro nas duras condições a que se viam reduzidos. — Não se sabe si o procurador do senado teria sido feliz em tudo que requeria (<sup>42</sup>); alguma coisa, no emtanto, é de suppôr que tivesse alcançado, pois varias providencias tomadas subsequentemente em relação ao Rio Grande estão de accôrdo com suggestões ou pedidos feitos pela camara. — O mestre-de-campo dos paulistas, logo que se desembarçou no sul, voltou á capitania (<sup>43</sup>), e conduziu para o Assú um reforço de indios que se haviam submettido. Desta medida vão, no emtanto, resultar males imprevisitos. Aconteceu que, perseguidos no sertão, tinham descido á ribeira do Ceará-Mirim, pedindo paz, dois ranchos de indios, um dos quaes composto só de *janduys*, temidos pela sua bruteza e ferocidade. Apesar disso, mandou-se estabelecer, o primeiro daquelles ranchos (o rancho *Silva*) na aldeia do Guajirú, perto de Natal (<sup>44</sup>); e o segundo (o rancho dos *janduys*) no sitio

em todo o sertão duvidas que se resolviam «a pelouradas», convindo, portanto, que s. m. mandasse (como de principio já se fizera) rever as concessões e fazer novas com justiça.

<sup>41</sup> ... «o que só se conseguirá estroindo-se este gentio, e guerreando-se com elle até de todo se acabar, dando-se execução á ordem do Governador Geral Mathias da Cunha...»

<sup>42</sup> O desembargador Lemos não dá coisa alguma; em as cartas regias de vol. XI da *Revista do Instituto do Rio Grande*.

<sup>43</sup> Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.*, 55.

<sup>44</sup> «A aldeia de Guajirú era situada á margem occidental da lagôa do mesmo nome, e distava da cidade de Natal cêrca de tres leguas. Dirigida pelos religiosos da Companhia, tinham estes por superior o padre Gaspar da Silva. Construíram ali um hospicio e uma igreja, sob a invocação de S. Miguel. Actualmente acha-se em ruínas o hospicio. Foi erecta em villa sob a denominação de Villa Nova de Extremoz do Norte a 3 de Maio de 1760 pelo Ouvidor Bernardo Coelho da Gama Vasco, especialmente commissionado pela metropole para erigir em villa todas as aldeias sob a direcção do re-

Cumacan, não longe da referida aldeia. <sup>(45)</sup> A estes primeiros vieram depois reunir-se outros da mesma nação. Não tardou que, engrossado o numero, se sublevassem aquelles indios, obrigando o proprio capitão-mór a sahir contra elles, dando-lhes uma tremenda batida. — Agora, porem, ao entrar outra vez no sertão, entendeu Jorge Velho que devia augmentar o reforço de indios, que leva, com grande numero daquelles aldeados do rancho *Silva*, ficando em Guajirú como refens as respectivas mulheres e filhos. Violencias dessa natureza é que andavam sempre desenganando de concertos com os colonos, aquellas miseras creaturas. — E não bastou isso. Entendeu por sua vez o senado da camara que aquellas mulheres e creanças podiam fazer-se perigosas pondo-se de conluio com o gentio rebelde; e por isso pediu ao capitão-mór que distribuisse pelas familias dos moradores aquella pobre gente. Hesitou a principio Agostinho Cesar <sup>(46)</sup>; mas afinal cedeu, ordenando que o escrivão da camara, juntamente com o procurador, fossem á aldeia do Guajirú, arrebanhassem aquellas mulheres com os filhos, e «as distribuissem pelas casas dos colonos que lhes pudessem dar bom trato, não adquirindo estes direito algum sobre a pessoa daquellas». Houve, no entanto, quem se opuzesse a semelhante expediente, e até o provedor da fazenda, Lazaro de Freitas Bulhões, chegou a representar contra a iniquidade perante o governo da metropole, dizendo mesmo na representação que foi o capitão-mór quem mais se aproveitou da medida despotica «ficando com a maior parte daquella gente». Mandou o rei ouvir sobre o caso ao governador de Pernambuco, ordenando-lhe logo que fizesse abrir devassa contra as autoridades accusadas. Por sua parte, deu-se pressa o Governador Geral em mandar que immediatamente, e «sem excusa possivel, fossem os indios repostos em suas aldeias».

---

ligiosos da Companhia, então expulsos do Brazil pelo alvará de 3 de Setembro de 1759, com sequestro dos bens. No sitio Ceará, a duas leguas de distancia dessa aldeia, nasceu o celebre indio, entre os seus chamado Poty, e mais tarde conhecido na historia por D. Philippe Camarão (Barão de Studart — *Datas e Factos*). Sobre este potiguar, consulte-se a importante monographia do desembargador Luiz Fernandes». (Dr. Vicente de Lemos — *op. cit.*, 48).

<sup>45</sup> Desembargador Vicente de Lemos — *op. cit.*, 48.

<sup>46</sup> *Ibidem*, 55.

VII. É inegavel que Agostinho Cesar conseguiu arrefecer algum tanto os impetos da barbaria sublevada, tomando medidas energicas de repressão, e sendo elle proprio o mais solícito e afoito em dar exemplos de rigor contra os bandos de depredadores. Entre as medidas que poz em pratica, e que desde muito se aconselhavam, figura a fundação de dois postos militares na ribeira do Assú <sup>(47)</sup>. Foi esta seguramente a providencia mais efficaç naquella conjunctura. Aquelles *quarteis* (como se chamaram no tempo) estavam sob o commando do capitão Manuel de Abreu, e eram mantidos com grandes sacrificios, por não ser facil o serviço de aprovisionamento. As difficuldades cresceram; e dentro de alguns mezes taes foram os embaraços em que se viu o commandante que não houve remedio sinão abandonar aquelles presidios. Felizmente dava-se isto no momento em que Jorge Velho voltava do sul; e foi então confiado a este, e depois a Mathias Cardoso, a guarda daquelles postos. — Só assim se assegurava alguma ordem nos sertões; e até muitas malocas chegaram a entrar em paz com os colonos. Mal, no entanto, se afrouxava um pouco a vigilancia, e a acção e esforço daquellas guardas — recommçavam logo as correrias e depredações, principalmente da parte dos janduys <sup>(48)</sup>, unicos, entre os natuaes, que só a força de armas se deixavam subjugar. — Agostinho Cesar excedeu o prazo de interinidade para que fôra nomeado, e prestou bons serviços á capitania naquella phase penosa. <sup>(49)</sup> — Em 1692 (a 22 de Agosto) é empossado o novo capitão-mór effectivo, Sebastião Pimentel. — Os indios já se assanhavam outra vez, sentindo fracos os meios de repressão

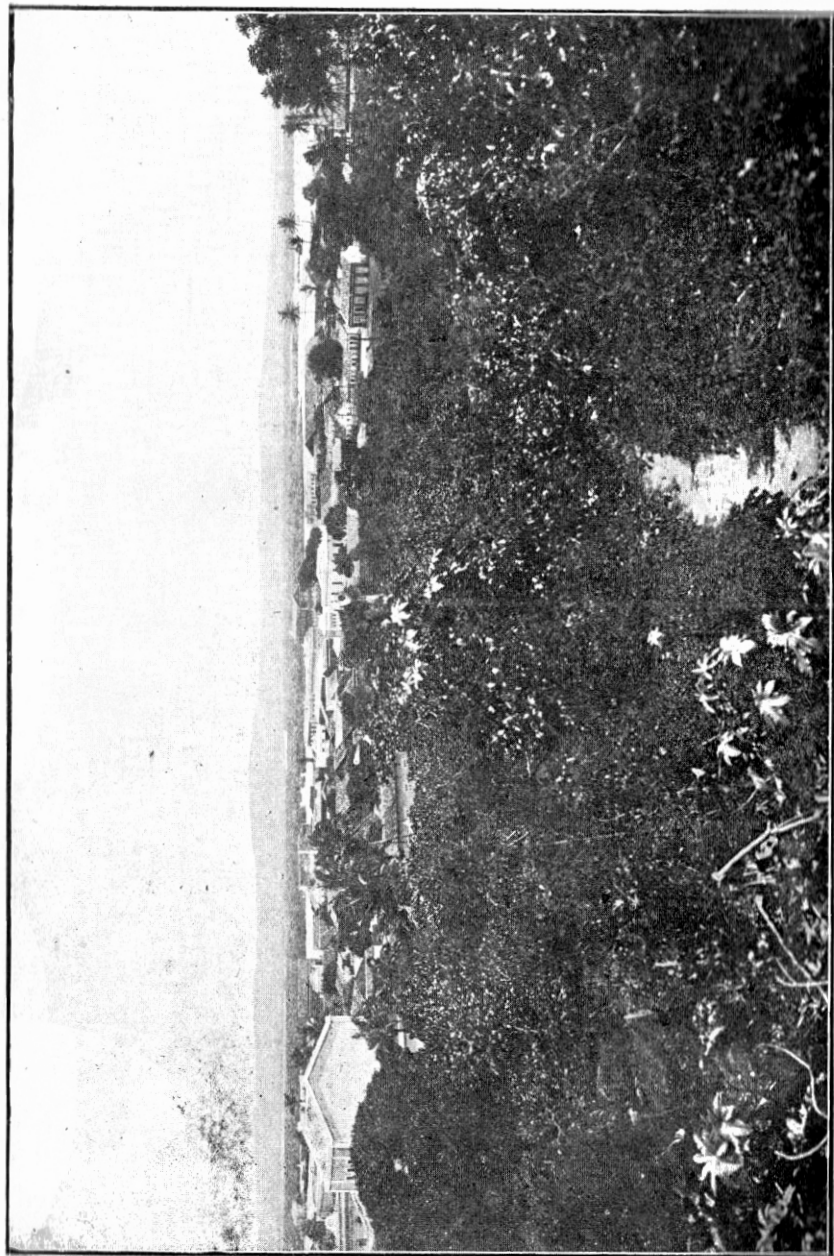
---

<sup>47</sup> *Ibidem*, 56.

<sup>48</sup> *Ibidem*, 57.

<sup>49</sup> E no tempo deste capitão-mór (em 1689) que se põe uma providencia tomada pela côrte, mas á qual não faz referencia o desembargador Lemos, nem alguns outros autores modernos. Alludimos ao acto de concessão da *cidade de Natal*, ou da propria capitania do Rio Grande, *como condado*, a Lopo Furtado de Mendonça (segundo Milliet, II, 73). Segundo Varnhagen, foi o *Rio Grande do Norte* doado, não a Lopo, mas a Francisco Barreto, e que tocou, com o titulo de condado, a uma filha do general donatario, casada, ou que veio a casar-se com o almirante Lopo Furtado de Mendonça. — Parece que tal concessão não passou dos papeis.





RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA  
DA RIBEIRA

que se lhes oppõem. O terço de paulistas de Mathias Cardoso, que guarnecia os quartéis do Assú, já estava, de 800, reduzido a 200 homens, havendo a maior parte desertado porque não se lhes pagava o soldo. A camara de Natal continúa bradando para a côrte; e diz agora ao rei que sem pelo menos 4 *quarteis* bem guarnecidos não haverá ordem na capitania; e que esta se acha no risco de ficar deserta, pois os moradores estão emigrando. <sup>(50)</sup> Crearam-se com effeito mais dois *quarteis*, um no Jaguaribe e outro no Piranhas, guarnecidos, como passou a ser o do Assú, por gente do terço dos pretos (terço *Henrique Dias*). <sup>(51)</sup> — Para immediações daquelles presidios foram-se passando, agora mais confiantes, muitos colonos e indios mansos. Só assim, lentamente, e a custa de paciencia e coragem, é que se vai tornando possível o povoamento daquellas terras. — Veio Sebastião Pimentel a fallecer em 3 de Outubro (1693) assumindo o governo os officiaes da camara. — Era «miseravel» o estado da capitania, em consequencia de quasi oito annos de luctas continuas contra os indios. Os colonos, desamparados de soccorros efficazes, viam-se mesmo na contingencia de emigrar; pois nem na cidade se sentiam seguros, por andar sempre insufficientemente guarnecida a propria fortaleza. <sup>(52)</sup>

VIII. Volta ao governo da capitania (em 1694) Agostinho César de Andrade, nomeado ainda interinamente pelo Governador Geral. — As condições em que se encontra o Rio Grande são peiores do que nunca talvez; pois agora nem mais se conta com a gente de Jorge Velho e de Mathias Cardoso no sertão. O terço dos pretos guardava apenas o Assú. Todas as demais ribeiras estão desamparadas. A insurreição alastrava-se des da Bahia até o Ceará, estando todo o interior

---

<sup>50</sup> Carta do senado da camara ao proprio Rei, datada de 28 de Agosto de 1692. (V. desembargador Lemos, 59).

<sup>51</sup> Isto se vê da carta regia de 8 de Novembro de 1697 a Cactano de Mello e Castro (*Revista do Instituto do Rio Grande*, vol. XI, p. 126).

<sup>52</sup> Dizia a camara ao Rei que os 20 homens dos terços de Pernambuco quasi nunca assistem na fortaleza, porque fazem ausencia para os seus terços, ás vezes sem tornarem a voltar...

sob o tropel devastador dos indios. Mas, de todas as capitánias daquela vasta zona, a do Rio Grande é que soffre mais com a guerra. — Não esmorece, no entanto, o capitão-mór. Cuida de expedir os possíveis soccorros para as zonas de mais perigo, e principalmente de prover e reforçar os *quarteis* do Assú, do Piranhas e do Jaguaribe. O pavor que os indios espalhavam era tal que os esforços do capitão-mór encontraram tropeços da parte da propria população da cidade, aterrorizada com a imminencia de ataques. Teve Agostinho Cesar de pôr-se até em collisões com a camara <sup>(53)</sup> para soccorrer os moradores do sertão. — Não teve, no entanto, ensejo de completar a execução dos seus planos, por ter passado (em Julho de 1695) a administração ao capitão-mór effectivo Bernardo Vieira de Mello. <sup>(54)</sup> — Foi este muito solícito em proseguir

---

<sup>53</sup> Escreve o dr. Vicente de Lemos (*op. cit.*, 64): «Achando-se doadas todas as terras da capitania (deve entender-se — terras litoraneas) com mais de cento e cincoenta leguas de costa, dizia Agostinho Cesar á camara que devia entender-se pela dita ordem que as terras a conceder-se seriam as mesmas já doadas, entre as quaes muitas havia deshabitadas e devolutas. E como, entre os ranchos reduzidos a paz, se encontrava o do principal Canindé, intitulado rei entre os seus, baptizado sob o nome de João Fernandes Vieira, foram a este doadas as terras sitas na ribeira do Jundiaperoba em Goiáninha, tapera de Lucas Gonçalves, e mandava o capitão-mór que assim se cumprisse. O senado da camara ponderou a Agostinho Cesar, em carta de 1 de Março, quanto á fundação dos arraiaes ser uma medida de presente inopportuna, porque ficariam os moradores da cidade desamparados da defesa de suas familias, pela obrigação que tinham de seguir. Demais, achava-se o governo entabulando pazes com o gentio. Considerava, portanto, de melhor acerto aguardar o soccorro prometido pelo Governador Geral para formação dos arraiaes, fazendo-se antes algumas correrias e apertos aos barbaros, que se veriam assim obrigados a vassalagem». Não acquiesceu o capitão-mór a nada disso, e revidou com longo officio ás ponderações do senado. E parece que nisso ficou o conflicto, pois não demorou Agostinho Cesar a deixar o governo (Julho de 1695).

<sup>54</sup> Recorda o desembargador Lemos (p. 68) que «foi este notavel pernambucano que no senado da camara de Olinda, a 10 de Novembro de 1710, veio a levantar o primeiro brado republicano na America, propondo a formação de um patriciado, ao qual ficassem entregues os destinos de Pernambuco, livre de qualquer tutela, á semelhança da republica de Veneza».

a campanha de repressão do gentio. Começou por preencher as vagas que se tinham dado em varias companhias de Ordenanças, nomeando para ellas os que se haviam recommendado por serviços nas luctas contra o gentio. No intento de reconstituir os postos militares do sertão, e augmentar o povoamento que a tanto custo se fazia, partiu Vieira de Mello com algumas forças para o Assú, e levando muitos colonos que por ali se foram estabelecer. — Posto em ordem, e bem fortificado o arraial,olveu, ao cabo de dois mezes, o capitão-mór para Natal. — A barbaria mostrava disposição de socego á medida que se povoavam, assim, cautelosamente e com segurança, as paragens maritimas. Ao menos essas iam ficando mais ou menos livres de incursões devastadoras. — Pelo discernimento e força de vontade com que punha tudo em ordem, inspirou Vieira de Mello geral confiança á população: e isso, mais do que tudo, contribuiu para que muitos colonos fossem procurando a capitania. — Ao mesmo tempo, não se esquecia a questão das terras, negocio que sempre dava motivo a grandes queixas, devido aos abusos que se praticavam nas concessões. Havia um sem-numero de sesmarias completamente despovoadas e incultas. Sesmeiros de leguas ás dezenas residiam fóra da capitania. Já se clamára muitas vezes contra isso; e agora, de accôrdo com o Ouvidor e com o capitão-mór, ainda uma vez representou contra taes irregularidades o provedor da fazenda. — A metropole tomou então uma medida geral, ordenando que em todas as capitanias se chamassem por editaes todos os donatarios a povoar as respectivas terras, e a medil-as e demarcal-as dentro do prazo de um anno, sob pena de se considerarem caducas as concessões, dando-se então as terras a moradores da capitania, observando-se o regimento em vigor. (55)

---

55 Dr. V. de Lemos, 73. Segundo o regimento de terras, deviam limitar-se as sesmarias a tres leguas quadradas a cada sesmeiro. «Em outra carta — acrescenta o citado autor — que no anno seguinte dirigiu ao Capitão-general de Pernambuco, esclareceu ainda El-Rei que as pessoas que obtiveram sesmarias de muitas leguas, mas que as houvessem povoado e cultivado, com essas pessoas não se entendessem, por terem cumprido a obrigação do contracto; mas, no caso contrario, quando (a sesmaria) excedesse de tres leguas de cum-

IX. Pela carta regia de 18 de Novembro de 1697, foi Bernardo Vieira reconduzido no cargo por mais tres annos. A propria camara de Natal tinha pedido isso; e deve notar-se que a metropole raramente attendia a taes representações. — Póde dizer-se que Bernardo Vieira restaurára a vida normal na capitania. Não só havia reduzido o gentio todo a uma perfeita paz, como revelára no governo «muito zelo e boa disposição», pondo em ordem todas as coisas da administração e da justiça. Em todos os sertões havia socego, e o Rio Grande enfim entrava numa phase de renascimento geral, «com grande principio de povoação». <sup>(56)</sup> — Continuando a sua tarefa, procurou agora Vieira de Mello resolver o problema da catechese, seguramente ali formidável, mais que em nenhuma outra parte da America oriental, devido á indole irredutivel e á fereza daquellas tribus do sertão. Planeou estabelecer arriaes de indios mansos nas ribeiras do Assú e do Mossoró, e outras, cada qual com os seus missionarios, e guarnecidas de forças das Ordenanças. Essas missões serviriam ao mesmo tempo de guardas da paz e de centros de redução para o selvagem bravo. — Estas e outras medidas acertadas puzeram aquellas regiões no maior socego, permittindo que affluissem para ali grande numero de moradores, e que se desenvolvessem rapidamente a criação e a lavoura. <sup>(57)</sup> — Ia tudo encaminhado com tanta fortuna, quando entrou o mestre-de-campo do terço dos paulistas, Manuel Alvares de Moraes Navarro, a perturbar a vida daquellas reduções, no Assú e no Jaguaribe, suscitando, entre os aldeados e os indios do sertão, conflictos e luctas que lhe dessem pretextos para intervir nas desordens e arrebanhar escravos. O povo de Na-

---

prido e uma de largo, ou legua e meia em quadro, se doasse o excesso a quem denunciasse, ou a quem apparecesse, pondo mais a obrigação do dizimo a Deus e a do foro, segundo a grandeza e a bondade da terra».

<sup>56</sup> Carta regia citada, de 18 de Nov. de 1697, dirigida ao senado da camara. Observa o desembargador Lemos (p. 74) que até então era a primeira vez que o Rei attendia a representações de tal natureza.

<sup>57</sup> Desembargador Vicente de Lemos, 75.

tal, indignado contra Navarro <sup>(58)</sup>, foi ao senado da camara, em sessão, e reclamou que se intentasse o meio mais prompto de «atalhar aquella ruina». <sup>(59)</sup> Deu a camara todas as providencias que estavam a seu alcance, e não demorou que produzissem ellas o effeito desejado, restabelecendo-se a tranquillidade em toda a capitania. <sup>(60)</sup> — Encerra-se assim o seculo XVII com a ultima phase da administração de Vieira de Mello, que deixa o Rio Grande do Norte, si não em condições de franca prosperidade, pelo menos com a sua vida geral normalizada, e podendo agora encaminhar-se decisivamente nos seus destinos. <sup>(61)</sup>

---

<sup>58</sup> Diz, no entanto, Pedro Carrilho em sua *Memoria*: ... «Finalmente, chegou áquellas campanhas o mestre-de-campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, com o terço da gente de S. Paulo, que V. M. foi servido mandar assistir naquellas conquistas. E vieram logo os gentios barbaros mais vizinhos, com temor e receio, e com côres de nova paz, a offerecerem-se por amigos. Mas sempre perseverando em suas más manhas, furtando e matando gados pelos campos e carascos, que é certo o rifão antigo — que o lobo muda o pelho mas não o vezo. Persuadido o dito mestre-de-campo dos moradores de Jaguaribe, com queixas que lhe faziam, das nações dos piacús, lhes deu e mandou dar algumas assaltadas; mas, logo teve duvidas acêren dos presos que tinha feito, por dizerem que se não podiam 'cativar por não ser a guerra justa. E como querendo o dito mestre-de-campo dar no gentio janduy das ribeiras do Assú, por achar que lhe haviam faltado com a fidelidade que lhe haviam promettido; mas elles, tanto que tiveram noticia, marcharam caminho da cidade do Rio Grande com pretexto de nova paz, valendo-se do patrocínio do capitão-mór; e com pretexto de missões os amparou este; e se suspendeu logo a execução, mas elles não permanecerão nas missões».

<sup>59</sup> O desembargador Lemos transcreve do Barão de Studart a integra da representação do povo á camara.

<sup>60</sup> Navarro foi preso por ordem do proprio Rei, e teve de defender-se, queixando-se então de quantos lhe contrariaram os planos.

<sup>61</sup> Bernardo Vieira de Mello governou ainda a capitania até 14 de Agosto de 1701.

## CAPITULO XV

### ADMINISTRAÇÃO DA CAPITANIA DURANTE O SECULO XVIII

1. Vai começar o novo seculo com uma questão, que deu, por longo tempo, motivos de queixas e instantes reclamos das populações do Rio Grande. Estivera a capitania até então sujeita directamente ao Governo Geral. Entendeu, no entanto, agora a metropole, vendo as coisas de longe, que seria mais conveniente subalternizal-a ao governo de Pernambuco, por ficar este menos distante della. Sem ouvir as populações interessadas, expediu o governo de Lisboa a carta regia de 11 de Janeiro de 1701, pela qual se tornou a capitania do Rio Grande (e Assú — diz o Rei) sujeita ao governo de Pernambuco. <sup>(1)</sup> — Esta medida muito desgostou os moradores <sup>(2)</sup>; e apressou-se o senado da camara a representar contra ella perante o proprio Rei. Na representação dizia-se que, quanto ao serviço militar, era com effeito semelhante mudança muito util; e naturalmente, porque de Olinda, mais perto que da

---

<sup>1</sup> A carta regia é dirigida ao governador de Pernambuco, sem nenhum aviso se dar ao governo do Rio Grande, e parece que nem ao da Bahia. É isto o que se infere de duas outras cartas regias de 1702, de 1700 e tantos e de 1704 (V. *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, XI, 144, 155, e '156). Foi por uma comunicação do Conselho Ultramarino ao governo da capitania que se teve noticia directa da resolução tomada. O curioso 'é que só em 1701 (carta regia de 19 de Julho) é que se fez sciente da medida o Governo Geral; e ainda isso por haverem occorrido duvidas entre este e o governo de Pernambuco.

<sup>2</sup> Dr. Gonçalves Dias — *Catalogo*, 26.

Bahia, podia ser o Rio Grande soccorrido em caso de perigo. Mas — ponderava o senado — que para aquillo que respeitava á justiça, a providencia não convinha, «porque as appellações e aggravos vão (hoje) para a Parayba, e dali para a Bãhia; e é grande descommodo á justiça estar sujeita a duas vontades». Pedia, por esta razão, a camara que ao menos se modificasse a ordem nesse sentido, isto é, conservando-se o Rio Grande dependente da Bahia em tudo que se referisse ao fôro, visto não haver em Pernambuco Relação». — Ao mesmo tempo dirigia-se a camara ao governo de Olinda pedindo-lhe que não puzesse em execução a reforma até que a côrte tomasse conhecimento e decidisse do reclamo. — Por sua parte fez o governador de Pernambuco sentir ao Rei a reluctancia com que no Rio Grande se recebêra aquella medida. <sup>(3)</sup> Muito seccamente declarou a metropole que a de Pernambuco «havia de ter na capitania do Rio Grande e Assú aquella mesma jurisdição que tinha nas demais capitánias» que lhe eram sujeitas.

II. Os povos do Rio Grande, porem, não se resignaram, e foram clamando, por quasi todo um seculo, contra aquella subalternidade, que afinal se lhes tornára humilhante, alem de contraria aos seus interesses. A dependencia em que se puzera a capitania não tardou que se fizesse extensiva a toda a sua vida administrativa e economica, gerando-se mesmo por fim, entre Rio Grande e Pernambuco uma certa rivalidade e competição que só vieram a cessar lá por 1817. Para isso corriam principalmente as autoridades de Pernambuco, tratando os moradores do Rio Grande como população submettida, e considerando a capitania como porção incorporada no dominio daquella capitania geral. Em 1713 o Ouvidor Geral de

---

<sup>3</sup> Carta regia de 28 de Janeiro de 1702. O governo de Pernambuco accrescentava, na consulta que fez, que os officiaes da camara de Natal tinham «repugnancia em executar a ordem regia» por estarem «persuadidos de uma carta que o Ouvidor Geral Christovam Soares Raymão havia escripto para que vos (ao governador de Pernambuco) não obedecessem, como o capitão-mór do Rio Grande vos tinha avisado por carta sua que com a vossa remettestes». Isto quer dizer que a providencia na propria Bahia não fôra recebida sem desgosto.



Pernambuco chegou a suggerir ao governo da metropole a vantagem de supprimir-se o cargo de capitão-mór do Rio Grande <sup>(4)</sup>, e propondo que os capitães de infantaria que iam annualmente commandar a fortaleza suprissem a falta do capitão-mór. Na côrte não se julgou descabida aquella representação, tanto mais que o Ouvidor falava em poupar-se o soldo dos capitães-móres. Pediu-se informações ao governo de Pernambuco. Quaes tivessem sido essas não sabemos: naturalmente não combinaram com o parecer do Ouvidor Geral, visto como não se fez a supressão indicada. — Pelo mesmo tempo, denunciava-se para a metropole (e agora o denunciante era o proprio governador de Pernambuco) o facto de se arrogarem os capitães-móres do Rio Grande a attribuição de «passar provimentos de officios e de alguns postos e jurisdição». Mas o capitão-mór em exercicio explicou, apresentando documentos, que seus antecessores estiveram sempre, sem controvrsia, na posse de semelhante jurisdição; e o Rei decidiu, ouvido o Conselho Ultramarino, que se praticasse «neste particular o que até agora se observava», tanto em relação aos postos como aos officios. <sup>(5)</sup> — Tudo isto deixa bem claro como era irritante e oppressiva aquella subordinação em que se puzera a capitania, e contra a qual sempre se clamou.

III. Em 1741 (sem falar do que se repetiu em varias epocas) tanto o governo do Rio Grande como o de Pernambuco dirigiram-se ao Conselho Ultramarino ponderando-lhe como «havia desunião entre os dois governos». <sup>(6)</sup> A camara de Natal fazia sentir que «esta capitania era uma das mais antigas, das que mais tinham soffrido com os barbaros, não falando

---

<sup>4</sup> Assim como do Ceará. E dava o Ouvidor como razão para isso umas alterações — dizia — havidas «na capitania do Ceará contra o capitão-mór della»; e portanto, a conveniencia de se evitarem semelhantes desordens que todas procediam dos excessos com que os ditos capitães-móres (o do Ceará já culpado, e o do Rio Grande *podendo vir a incorrer em culpa...*) tratavam aos moradores e indios pelas suas conveniencias e negociações». (Carta regia de 11 de Maio de 1715. V. *Revista cit.*, 157).

<sup>5</sup> Carta regia de 22 de Dezembro de 1715.

<sup>6</sup> Dr. Gonçalves Dias — *Anotações ao Catalogo*, p. 37.

nos hollandezes; e comtudo uma das mais atrasadas, porque os de Pernambuco até haviam mandado retirar o terço dos paulistas com que a Bahia gastava mil cruzados por anno que ficavam na terra»; e ainda uma vez pedia «que ficasse a capitania como d'antes, sujeita ao Governo Geral». — Em 1799 clamaram os povos do Rio Grande para o proprio Rei, pedindo-lhe que os libertasse daquella sujeição <sup>(7)</sup>; e o ministro d. Rodrigo Coutinho respondeu á camara de Natal que o Principe Regente não julgava «ainda conveniente ao seu real serviço uma semelhante desmembração». <sup>(8)</sup> — Ainda em 1808, a mesma camara representou perante o Principe; e agora extendia-se em razões contra a angustiosa situação em que se viam os povos, padecendo «muito nas delongas de suas *dependencias civis, politicas, militares e commerciaes*; pois todas ellas necessitam de passar pelo obliquo caminho de Pernambuco para chegar ao throno real, tribunal regio e praça do commercio da côrte; de sorte que todos os generos de commercio, vindo a, ou indo desta capitania para a metropole na-

---

<sup>7</sup> «Esta cidade — dizia a camara — cabeça da capitania do Rio Grande do Norte, que se acha situada setenta leguas ao norte de Pernambuco, e que se estende pelas margens para o norte outras setenta leguas, e pelos sertões mais de cem pelo rumo do poente, tem bellos portos maritimos e bons surgidouros, porquanto o desta cidade franqueia entrada a embarcações de alto bordo; bem como a enseada Pititinga e Bahia Formosa, alem de outros portos que dão entrada a sumacas grandes. Quanto a generos de exportação, aqui se fabrica assucar excellente, e os cultores deste importante genero desfallecem no augmento dos seus cannaviaes, porque sempre lhes tem sido difficil a extracção para Pernambuco, pela falta de embarcação que frequente o porto, não haver uniformidade em os mesmos cultores para fomentar sua sahida, cuja inacção talvez os tenha reduzido a penuria. Aqui produz excellente algodão... O *pão-brazil* desta capitania é o melhor... Os outros generos de primeira necessidade, quaes são farinha de mandioca, arroz e milho, para haver fartura não depende sinão das estações favoraveis, porque as terras têm toda capacidade para os produzir. Em todas as margens do Oceano braziliense de que V. Majestade é senhor, não tem salinas mais preciosas nem mais abundantes do que as desta capitania, quaes são as do Assú e do Mossoró, e ellas são bem capazes não só de fornecer este continente com a sua producção, mas a todo o mundo»... etc.

<sup>8</sup> G. Dias — *Anotações*, 37.

cional *pagam dois riscos, dois fretes, duas commissões.* <sup>(9)</sup> — Pois não foi, nem agora, a camara attendida. Nem dali a poucos annos quando mais uma vez clamou, appellando «para a piedade» do Regente, e supplicando-lhe que mandasse desannexar de Pernambuco a capitania, e da Parayba a comarca do Rio Grande. <sup>(10)</sup> — Só em 1817, por occasião do movimento revolucionario que de Pernambuco repercutiu fortemente no Rio Grande, é que a capitania começou a sacudir a insupportavel tutela. — Pelo que se expõe ahi póde julgar-se o que foi a vida daquellas populações durante cento e tantos annos. <sup>(11)</sup>

IV. A Bernardo Vieira de Mello succede, a 15 de Agosto de 1701, Antonio de Carvalho e Almeida, que administrou a capitania por pouco mais de um anno, nada se sabendo do que tivesse feito. — O mesmo se póde dizer dos capitães-móres que se succedem até Domingos Amado. <sup>(12)</sup> Entrara este no governo da capitania a 12 de Junho de 1715. Durante a administração do seu antecessor, soffrêra o Rio Grande uma das usuaes tyrannias com que o governo de Pernambuco andava sempre molestando as populações da capitania. Acabava-se de sentir ali a repercussão das desordens occorridas em Pernambuco em tempo do governador Sebastião de Castro Caldas (guerra dos *Mascates*). Mal reprimira, menos pela força que pela astucia e perfidia, aquelle movimento, e logo volvia Felix Machado as vistas para o Rio Grande, como si quizesse punil-o de alguma falta ou desazo. Bem sabia elle sem duvida que processos eram efficazes para assanhar a barbaria, e pôr em sustos os colonos numa terra onde o sertão continuava sob o dominio do gentio mais rude, mais insubmisso e tremendo que

---

<sup>9</sup> Carta ao Principe (V. *Revista* cit., 162).

<sup>10</sup> Carta ao Regente (V. *Revista*, 169).

<sup>11</sup> Em condições talvez ainda peiores esteve a Parayba durante longos annos, e principalmente no que se referia ao commercio.

<sup>12</sup> Foram: Sebastião Nunes Collares (Dezembro de 1703 a Novembro de 1708); — André Nogueira da Costa (de Novembro de 1703 a Novembro de 1711); — Salvador Alvares da Silva (de Novembro de 1711 a Junho de 1715); e Domingos Amado.

se conheceu no Brazil. <sup>(13)</sup> Fosse ou não com o pensamento maligno de suscitar novos disturbios entre os naturaes e os colonos, o que é certo é que o governo de Pernambuco toma, em 1713, uma medida tão fóra de todas as normas que autoriza perfeitamente a suspeita de intentos illegitimos em relação aos povos da capitania: ordenou que «todos os tapuias

---

<sup>13</sup> Eram os indios *janduis*, acêrca dos quaes nos dá Pedro Carriho (na *Memoria* citada no capitulo precedente) informações que nos autorizam a ter esses selvagens como os mais embrutecidos que se encontraram na America oriental. «Estes, barbaros homens, ou homens barbaros, que sem duvida estes deviam de ser aquelles, *ynosentauros* (gynocentauros? Centauros) que fingiram os poetas meios homens e jumentos; e verdadeiramente assim o parecem nos effeitos, no uso e no trato. Não têm fé, nem lei, nem piedade. O seu deus é o seu ventre, e nada mais lhes dá cuidado. Alegam-se muito quando vem a lua nova, porque são muito amigos de novidades. Contam os tempos pelas luas. Têm seus agoiros e erronias (superstições), como no cantar das aves e grunhir dos bichos. Têm muitos feiticeiros, e agoireiros que lhes adivinham os bens ou males que lhes hão de succeder, e aos quaes dão inteira fé e credito; e não fazem nem otram coisa alguma sem que primeiro os mandem adivinhar. Estes impios, desde meninos, se martyrizam, todos os machos furando os beiços da parte de baixo junto á barba, e mettem-lhe um torno ou batoque de pau ou pedra da grossura de um dedo. E vão sempre alargando, até fazerem da largura de uma moeda de duas patacas, pouco mais ou menos, como querem. Depois de serem homens fazem outros muitos furos pelas faces do rosto e cantos da boca, ou beiços e orelhas, ventas dos narizes, e mettem-lhe tornos e pedaços de paus extraordinarios com que se fazem disformes e horrendos. Exercitam-se desde meninos em destrezas e forças, como lutar, correr, saltar, e levantando grandes pesos aos hombros correm tres e quatro leguas sem descansar. E desta sorte ganham premios, que entre elles, os maiores, vêm a ser moças formosas por mulheres. Finalmente correm um dia todo sem cansar. Não têm outro exercicio, nem occupação de lavoura, nem planta; trato nem distrato algum, nem officio nem beneficio, nem usam de letras, livros nem escripturas, porque nenhum delles sabe ler nem escrever. Não sabem dar noticias da sua progenie, casta ou descendencia, nem observam leis, que somente crêm o que lhes diz o seu feiticeiro, como tenho dito. Não gostam, nem usam de fabrica alguma de vestir... somente os homens fazem um annel de palha... e as mulheres põem uma folha ou raminho... parece que á imitação de Eva e Adão quando peccaram. E desta sorte acima declarada, sem mais cobertura alguma, nem por calma nem por frio, os vemos andar em toda parte e lugar, a todo o genero criados ao rigor do tempo sem casas, aldeias nem jazigo ou

do Rio Grande, de 7 annos para cima, *lhe fossem remettidos para se venderem no Rio de Janeiro*». Era a primeira vez que a temeridade da violencia se atrevia a tanta insanía e a crueldade tão absurda. Senado da camara e povos bradaram contra aquella incrível barbaridade: e o Rei se apressou em suspender, pela carta de 9 de Maio de 1714, o *bando* que fôra lançado.

V. Não era este um facto excepcional nas relações dos dois governos: o capitão-general de Pernambuco vivia opprimindo e vexando continuamente tanto o capitão-mór e o senado de Natal como as populações do Rio Grande, e isto com capricho e ostentação que cresciam á vista da insistencia com que se representava contra a subalternidade em que estava a capitania. <sup>(14)</sup> — De facto, a camara de Natal não se desilludia com as decepções que lhe vinham da côrte. Alem de pedir sempre que a desligassem daquella obediencia a Pernambuco, ainda por este tempo (em carta de 28 de Julho de 1717, reclamava para si os mesmos privilegios de que gosavam Evora, Braga e Porto. O Rei passou-lhe uma aspera reprehensão, dizendo-lhe (a 7 de Maio de 1718) que se contentasse com as prerogativas das Ordenações, «esperando <sup>(15)</sup> — escrevia a majestade inexoravel — que vos façais dignos, pelo tempo adiante, de que mereçais que eu use convosco, neste particular, da minha real attenção». A camara, porem, não embatucou: offereceu ao Rei as provas de que já era digna das honras que pedia, enumerando até os serviços que tanto a actual como as

---

logar certo. São uns espiritos *ambolaticios*, andam sempre de corso, vagabundos pelos montes e valles, atrás das caças e feras e raízes e fructos agrestes de que se sustentam, e a Divina Providencia os mantem... São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes agrestes, que a muitas levam vantagens nas forças, na ligeireza do correr e nos usos e costumes. E, ainda são mais inuteis (*ynutis*) e indómitos do que os mesmos brutos irrationaes, porque não ha animal ou fera que coma outra da sua especie, como estes alarves, que comem uns aos outros, os parentes aos parentes, pais e mãis aos filhos, e os filhos aos pais e mãis... E si lhes mandam enterrar os filhos que morrem, os vão depois desenterrar para os comerem como, *é seu uso...*»

<sup>14</sup> V. Revista, XIV, 64, 65, 73, 75, etc.

<sup>15</sup> G. Dias — 41.

camaras passadas tinham prestado á monarchia. <sup>(16)</sup> Provavelmente quem agora embuchou foi o Rei.... e talvez por isso mesmo é que nada concedeu do que o senado requeria.

VI. A Domingos Amado succede Luiz Ferreira Freire, que toma posse a 3 de Julho de 1718. Era este um homem desabusado, e que só devêra o cargo a que o exalçam a serviços de guerra que tinha prestado no reino. <sup>(17)</sup> Deixára a familia em Portugal; e viera para o Brazil dir-se-ia persuadido de que vinha viver em terra de selvagens, onde os seus máus instinctos teriam largueza, e a sua vontade seria lei. Por mais que se saiba quanto era dominante e terrível na colonia a superstição da autoridade, custa acreditar que uma população supportasse por mais de tres annos os destemperos e vesanias de semelhante creatura. <sup>(18)</sup> Mal se animou a camara a di-

<sup>16</sup> *Ibidem*, 53, onde se encontra na integra a replica da camara.

<sup>17</sup> Desembargador Vicente de Lemos — parte inedita do interessante trabalho tantas vezes citado.

<sup>18</sup> Escreve o dr. G. Dias (*Anotações*, 38): «Luiz Ferreira Freire, capitão-mór, indispoz-se gravemente com o senado, e com muitos dos moradores. Representou o senado que elle commettia roubos e violencias, e era homem de máus costumes. Furtou uma moça donzella («de nome Maria de Sá, filha de Matheus Rodrigues de Sá, residente na cidade» — explica o desembargador Vicente Lemos) da qual fez sua amasia, poz-lhe casa («recolheu-a o capitão-mór á propria casa» — diz o desemb. Lemos); e para a servir tomou á força a escrava de um vereador, que ainda era parente da mesma moça, por nome Manuel de Mello de Albuquerque. O vereador recorreu á justiça, obteve mandado para a entrega da escrava; mas Freire tanto intimidou os officiaes de justiça, que nenhum se quiz prestar á execução do mandado. Então recorreu o offendido ao governador de Pernambuco, Rolim de Moura, que mandou ordens mais positivas; mas longe de surtirem effeito, Freire manda prender a Albuquerque, mettendo-o na *casa escura* da forteza, onde jazeu quarenta dias. No emtanto, o senado, indo em corpo representar que a prisão de Manuel de Mello offendia os seus privilegios, não foi attendido. Veio nova ordem de Pernambuco para que o commandante militar soltasse a Manuel de Mello, e assim se fez; mas Freire, sahindo á noite, acompanhado de alguns soldados, e de Francisco Ribeiro Garcia, capitão da guarnição, forçou a enxovia para dar soltura a um escravo do mesmo capitão; e arrombariam tambem a casa de Manuel de Mello, si a sua senhora, abrindo a porta, lhes não houvesse entregado a escrava que servia á barregã. Dias de-

rigir-se ao proprio Rei, por duas vezes (pelo menos) denunciando os abusos de força e os escandalos que o homem perpetrava; e expondo os vexames que se soffriam, «não só com este (supposto fossem os desacertos deste os mais excessivos) mas *com todos* (os capitães-móres), pois obram como abso-lutos, na maxima de que a providencia de V. M. está longe, de onde não pôde chegar com a brevidade de que carecemos»; e pedindo que, *pelo amor de Deus*, se favorecesse a pobre capitania contra semelhantes vexações. <sup>(19)</sup> Não se conhece ne-

---

pois, a 22 de Fevereiro de 1722, das 7 para as 8 horas da noite, foi ferido com um tiro, do qual morreu ao setimo dia. (Carta do senado ao Ouvidor, datada de 2 de Março). — Na mesma data (a 2 de Março) communicou o senado ter ficado com o governo, como já se havia praticado por morte de dois capitães-móres, Francisco Pereira Guimarães e Sebastião Pimentel. Abriu-se devassa pelo assassinio de Luiz Ferreira Freire; mas não se descobriu o réu, ou réus do attentado. Havia, contudo, graves suspeitas de que nisso tivesse o senado tido parte, imputação que este perante o Rei attribuiu aos apauiguados do fallecido governador, querendo que os autores, bem que não confessos, fossem os irmãos da raptada. O facto é que a estes somente parece culpar a tradição; ainda que indispostos todos os moradores com o capitão-mór, e empenhado o senado na luta, não me admiraria que este, ou mais alguém, houvesse contribuido para a catastrophe. Conta-se que o velho pai da moça raptada, indo queixar-se ao capitão-mór, e pedir que lhe fosse restituída a filha, soffrera no palacio nova injuria do proprio capitão-mór, que o mandára retirar da sua presença, ameaçando-o de mais severo procedimento si persistisse em suas queixas. Não se sabe si nesta occasião o chegára a esbofetear. Sahi o velho do palacio da cidade, sentido ao mesmo tempo da não reparação do agravo antigo, e da recente violencia de que era victima indefesa: os filhos que vinham para a cidade o encontraram no caminho, lastimando-se e chorando, e lhe prometteram vingança. Algum tempo depois foi morto o capitão-mór, e a arma com que se commetteu o assassinio, ainda hoje (dizem) se conserva entre os membros daquelle familia, que residem em Periperi».

<sup>19</sup> «Pois não só o povo, como este senado, se vê abatido, desprezado, sem estimação; pois cada dia é enxovalhado dos capitães-móres, especialmente que endo fazer as suas obrigações, pois lh'o perturbam por serem contra a usura dos seus negocios, que trazem, e máus exemplos que nos trazem á terra, e finalmente vivendo nella e obrando pelas leis da vontade, destruindo e desobedecendo em tudo ás do reino e ordens de V. M., como o que governa de presente (era Freire) tem feito, e á sua intimação em tudo o ajudando como fiel

nhuma providencia com que da côrte, ou de Pernambuco, se tivesse acudido áquella gente. O que se pôde pensar é que, sendo communs taes clamores, nenhuma attenção mais na côrte se lhes dêsse. Uma nota é preciso, aliás, não esquecer tambem: por mais que abusassem, por scelerados que fossem, taes capitães-môres (e talvez por isso mesmo...) tinham sempre o seu partido, chegando mesmo ás vezes a fazerem-se chefes de malta na cidade. <sup>(20)</sup> Naturalmente esses asseclas, em regra de uma fidelidade incondicional e illimitada, teriam o cuidado de desfazer as queixas dos povos, e dar testemunhos em favor dos tyrannetes. — Afinal, o resultado do que se passa agora na capitania era de prever: o que os justos reclamamos se desenganaram de alcançar, intentou e conseguiu a vingança dos mais offendidos: o capitão-mór foi assassinado. <sup>(21)</sup> A metropole mandou devassar do crime; mas coisa alguma se apurou quanto ao criminoso. <sup>(22)</sup> — Ao menos assim, revidando pela força aos excessos da força, salvára-se o decôro de toda uma população.

---

companheiro Francisco Ribeiro Garcia, capitão de uma das companhias da guarnição da fortaleza desta praça, e o padre Antonio de Andrade Araujo, coadjutor da matriz desta cidade, como mais miudamente nesta mesma occasião, em outra (carta) mandamos a V. M.». (Carta da camara de Natal ao Rei, datada de 29 de Dezembro de 1721).

<sup>20</sup> V. nota precedente.

<sup>21</sup> V. notas atrás.

<sup>22</sup> Desembargador Lemos — *op. cit.* parte inedita. Aliás, pelo que se vê de uma representação do senado da camara ao Rei, datada de 22 de Fevereiro de 1725, sabia-se bem quaes eram os autores do homicidio. «Entre os nunca vistos — dizia a camara — nem experimentados absurdos, que nesta afflicta capitania commetteu o capitão-mór, antecessor do presente, Luiz Ferreira Freire, foi um delles o de deshonestar uma mulher recolhida com um honesto titulo em casa de seu pai, de cuja usava com tal publicidade que a tinha posta em uma casa de sua mão, si bem que com a promessa de a casar antes de acabar o seu governo, cujo fim esperavam uns irmãos e parentes da dita mulher, que vendo lhe chegava cada dia successor, e não experimentando o cumprimento da promessa, se resolveram, como homens que não tinham que perder, e juntamente com mulatos, cuja mescla de sangue parece os habilitou mais atrevidos e furiosos, a atirar-lhe á espingarda, do que resultou morrer no dia setimo», etc.



VII. Assumiu a camara provisoriamente o governo da capitania a 1 de Março (1722). Já estava, havia quasi um anno, nomeado José Pereira da Fonseca para succeder ao capitão-mór fallecido. A 8 de Março tomou elle posse perante o senado da camara. Parecia, a principio <sup>(23)</sup>, ir bem no governo; mas logo não poudé dissimular-se, tornando-se austero demais e arrebatado. Maltratava a quem lhe ia á casa; outras vezes, nella se fechava dias inteiros, para não falar ás pessoas que eram obrigadas a procural-o em razão do seu officio. Indispoz-se, portanto, com os moradores. Não lhe havia aproveitado a lição do antecessor; e quasi que lhe aconteceu o mesmo que a este. <sup>(24)</sup> A camara de Natal endereçou ao Rei (naturalmente sem nenhum proveito) uma tremenda representação contra elle. <sup>(25)</sup> — A 18 de Janeiro de 1728 passou Fonseca a administração a seu successor, Domingos de Moraes Navarro, a respeito de quem nada conseguimos encontrar. Apenas poderia citar-se como de seu tempo a iniciativa, que tomou o senado de Natal, de pedir ao Rei a criação «de um hospício» onde alguns padres (Jesuítas ou Franciscanos) pudessem recolher-se e ensinar grammatica latina, preparando moços para as ordens sacras; pois havia falta de sacerdotes na capitania, como reconheçêra o bispo dioceno em visita pastoral por aquelles tempos. <sup>(26)</sup> Foi esse instituto creado a 21 de Julho de 1731.

---

<sup>23</sup> Desembargador Lemos — *op. cit.*, parte inedita.

<sup>24</sup> Parece que este homem entrára em Natal já prevenido contra a população, e principalmente contra a camara. «Soffreu mais tarde — diz o dr. Vicente de Lemos (*op. cit.*, parte inedita) — um tiro, do qual ficou illeso. A metropole (em carta regia de 1 de Junho de 1726) mandou que o Ouvidor da comarca da Parayba, annexa á do Rio Grande do Norte (sic) devassasse do attentado e, prendendo o seu autor, o remetteste para a Bahia, por cuja Relação devia ser julgado. Não conseguiu a devassa descobrir o criminoso».

<sup>25</sup> V. Gonçalves Dias — *Anotações* 50. — Por sua parte, o capitão-mór também representa. (V. *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, XI, 175, e XIV, 32).

<sup>26</sup> Dá o dr. Gonçalves Dias como sendo o capitão-mór João de Barros Braga quem requerêra ao senado a criação de uma cadeira de grammatica latina. Parece que se engana. Em 26 de Janeiro de 1728 mal acabava de empossar-se o capitão-mór Domingos de Moraes Navarro; e quem pediu aquella criação não foi o capitão-mór ao senado, mas o senado ao Rei, como se vê da carta regia de 26 de Março

VIII. A Domingos Navarro succede, a 19 de Março de 1731, o capitão-mór João de Barros Braga. Era este um homem digno, progressista e philanthropo, de irreductivel austeridade, mas affavel e simples. Prestára ao seu paiz os melhores serviços durante toda uma existencia, áchando-se já de idade avançada, mas ainda forte. Em suas novas funcções agora auxiliou muito os Jesuitas na obra da catechese. Velou solícito pela ordem em toda a capitania, e «foi o melhor defensor que tiveram os povoadores, pois despendeu muito da sua fazenda em construcções para a defesa de todos, e muitas vezes suppriu com mantimentos aos indios novamente aldeados, largando-lhes a colheita de roças inteiras». <sup>(27)</sup> Cuidou ainda Barros Braga de promover a construcção de quartel para a infantaria da guarnição, dirigindo-se nesse sentido ao governo de Pernambuco, e em seguida ao proprio Rei. Pediu o soberano informações ao capitão-general, como fazia invariavelmente <sup>(28)</sup>; e nada mais. Ou de Pernambuco foi parecer contrario (como é provavel) ou então, lá na côrte, nenhum caso se fez daquillo; pois o quartel só dali a uns oitenta annos é que se veio a construir em Natal, e ainda assim a expensas da população, que fez timbre de não depender do real erario. <sup>(29)</sup> — Teve, no emtanto, o capitão-mór Barros Braga os seus máus momentos no correr do seu governo, devido ao excesso de autoridade com que se conduziu em relação a um tapuia. Havia esse indio commettido varias mortes, e por ultimo assassinara o proprio amo. Entendeu o capitão-mór que não era o caso de adiar com as delongas de um processo, a punição do criminoso, e mandou arcabuzal-o summariamente. Reprovou-se na côrte, ou fingiu-se reprovado semelhante illegalidade, e mandou-se ti-

---

de 1729. (V. *Revista* citada, XIV, 41). O que se deu foi que a creação do instituto se effectuou já no tempo do successor de Navarro: dahi talvez o equivoco.

<sup>27</sup> G. Dias — 41.

<sup>28</sup> Bastaria isto para dar-nos idéa do que foi aquelle regimen da colonia. Todos os reclamos voltavam da côrte, ao cabo de mezes, e até de annos, *para informar*; e a maior parte das representações ficavam ali. Entre 50 cartas regias, pelo mennos 45 vinham só pedindo informações.

<sup>29</sup> Dr. Nestor Lima — *O quartel militar de Natal*, 8.

rar devassa para ser o capitão-mór julgado pela Relação da Bahia. Passou logo esta mandado de prisão contra elle <sup>(30)</sup>, confiando-se a execução ao Ouvidor da comarca <sup>(31)</sup>. Mas o governador de Pernambuco, ponderando que o capitão-mór exercia um cargo que lhe fôra conferido por especial mercê do Rei, não podendo, portanto, «ser tirado d'elle sem ordem expressa do proprio soberano», negou o «cumpra-se ao mandado da Relação. Parece, aliás, que tudo se fazia menos por amor á lei que por affectado escrupulo de formas, pois ninguem estava convencido do crime que se queria punir. Por fim, mandou o Rei que se esquecesse o negocio e se impuzesse silencio á devassa, limitando-se a advertir ao capitão-mór «que lhe não tocava sentenciar os delinquentes». <sup>(32)</sup>

IX. A Barros Braga succede, a 22 de Outubro de 1734, João de Teive Barreto <sup>(33)</sup>, de cuja administração nada sabe-

---

<sup>30</sup> G. Dias — 42.

<sup>31</sup> Parayba e Rio Grande do Norte formavam, desde principios do seculo XVIII, uma só comarca, até 1813 (segundo Milliet). O dr. Tavares de Lyra dá 1818; e parece que tem razão, podendo ter-se até como descuido de revisão o que se encontra em Milliet.

<sup>32</sup> Dr. Vicente de Lemos — *op. cit.*, parte inedita.

<sup>33</sup> Em uma carta regia de 1736 (V. *Revista* citada, XIV, 76) accrescenta-se-lhe o sobrenome de Menezes. Mas em duas outras do mesmo anno, já figura só João Teive Barreto. — Uma outra duvida que não pudemos desfazer por falta de documentos é esta: entre Barros Braga e João de Teive, a julgar por uma carta regia de 8 de Julho de 1732 (V. *Revista*, XIV, 55) houve um capitão-mór de que não nos fala G. Dias nem o desembargador Lemos: é um Manuel Leite Peixoto, por signal que sujeito meio desarvorado. Delle diz o Rei dirigindo-se ao governador de Pernambuco: «Sou informado que o capitão-mór dos districtos do Rio Grande Manuel Leite Peixoto pretende fazer culpa da mesma gente que governa por esta lhe impedir o despotico procedimento com que altera os tributos em tudo, fazendo vexações notorias, dizendo ser tudo por ordens, que não mostra e contra as que ha publicas, sendo difficil o remedio por ficar distante tresentas leguas da cabeça (sic) e os povos recorrerem ao ultimo remedio de desampararem as casas e fazendas, intimidados de maiores insultos, e que como o dito capitão-mór ha seis annos tem arcabado o seu posto, se faz ainda mais insoffrivel, devendo ser tirado d'elle para utilidade publica e socego daquellas terras». A hypothese de que o incidente da devassa acêrca do arcabuzamento do tapuia tivesse arre-

mos. E no entanto, durou ella mais de cinco annos. — Em 1730 (a 18 de Dezembro) é empossado Francisco Xavier de Miranda Henriques. Governou este por quasi doze annos; chegando a fatigar os povos, ao ponto de haver o senado da camara (com a cautela de só se abalançar a isso depois que soube da nomeação do successor) escripto ao Rei fazendo-lhe sentir os inconvenientes de extender-se tanto o periodo de certas administrações. <sup>(34)</sup> — Succedem-se agora varios capitães-móres <sup>(35)</sup> até 1770. Nesta epoca (pela carta regia de 12 de Dezembro) tomou a metropole a deliberação de regular a successão dos capitães-móres por uma ordem fixa e geral, determinando que o governo e administração da capitania, sempre que faltasse capitão-mór de patente regia, ou nomeado interinamente pelo governador de Pernambuco, fossem exercidos por uma Junta, composta do Ouvidor da comarca, do commandante da fortaleza, e de um membro do senado da camara. Foi quasi o mesmo que supprimir o cargo de capitão-mór, como propunha já em 1713 o Ouvidor Geral de Pernambuco. De 1774 até 1816 apenas houve cinco capitães-móres de patente, sendo ainda um destes interino. — A primeira Junta formou-se naquelle mesmo anno de 1774, por ter fallecido (a 28 de Setembro) o capitão-mór Joaquim Felix de Lima, que exercia o cargo desde 14 de Junho de 1760. Compoz-se ella do commandante das tropas José Baptista Freire e do juiz ordinario Joaquim Luiz Pereira. O Ouvidor da Parayba, que devia completal-a, raramente entrava em funcções. Em vez do juiz ordinario, declarou logo o governador de Pernambuco que devia

---

dado o capitão-mór Barros Braga do cargo por algum tempo, exclue-se á vista do que se lê na carta regia quando observa que *o tal Peixoto havia seis annos tinha acabado o seu posto. Aquelle districtos do Rio Grande dirá mesmo capitania do Rio Grande do Norte?*

<sup>34</sup> «Temos por noticia — dizia o senado (carta de 23 de Abril de 1751) — que se acha provido Pedro de Albuquerque e Mello para capitão-mór desta capitania... diremos a V. M. que os governadores estarem mais de tres annos causa grande descommodo ao povo; porque se afeiçoam a algumas pessoas, e por razão destas fazem injustiças».

<sup>35</sup> Foram: Pedro de Albuquerque e Mello, de 30 de Maio de 1751 a 4 de Dezembro de 1757; João Coutinho de Bragança, de 4 de Dezembro de 1757 a 14 de Junho de 1760; e Joaquim Felix de Lima.

o cargo tocar ao vereador mais velho. Até Maio de 1782 fez Baptista Freire parte da Junta, mudando annualmente apenas o vereador. De 1782 até 1791 funcionou com o membro do senado o successor de Freire no commando da força, João Barbosa de Gouveia.

X. Nada pudemos saber do que tivessem feito essas juntas. Provavelmente não deixaram coisa alguma digna de registro. O que parece, no entanto, conjecturavel é que as populações não desgostassem do expediente. Offerecia elle com effeito vantagens que deviam recommendal-o numa terra cuja vida andava constantemente perturbada pelos caprichos e desazos, e sobretudo pelo irritante autoritarismo dos capitães-móres, de ordinario muito convencidos da sua importancia e da sua força. Entregue a pessoas de consideração na capitania, associadas á autoridade militar (e ainda com o prestigio do juiz superior da comarca) não ha duvida que a administração assim parecia mais apta a conciliar-se com o sentimento dos moradores, e principalmente com as circumstancias em que se encontra aquella porção do dominio; devendo ainda notar-se a conveniencia de se mudar todos os annos exactamente o membro da Junta mais ligado aos interesses locaes. — Só esta nova forma de autoridade e de processo administrativo explicaria aquella inalteravel paz em que andaram os povos por ali durante mais de quarenta annos, comquanto quasi inteiramente abandonados da metropole (e talvez até por isso mesmo...). Ao dar com este largo hiato nas suas chronicas, tem-se a impressão de que o Rio Grande do Norte estacionára perto de meio seculo, ou mesmo que recahira na existencia tolhida e penosa dos primeiros tempos. Sondando-lhe, porem, os symptomas da vida pelo pouco que se surprehende em alguns documentos, o que se sente é o contrario. Por aquelles tempos é que se crêam definitivamente na capitania as grandes industrias que vão reerguel-a. É certo que a cidade de Natal pouco avultava; mas é preciso não esquecer que não é, pelo menos nem sempre, por semelhante expoente que se ha de julgar o estado das varias capitancias. É exactamente fóra dos grandes nucleos de população que se ha de procurar a obra do colono. E sobretudo em capitancias como a do Rio Grande, onde não havia relações directas com o exterior, os proveitos

do commercio não eram bastantes para a formação de centros notaveis de riqueza. — É, portanto, nos campos que se encontram indícios de quanto se fizera neste periodo de revivescencia. Adiantára-se extraordinariamente o povoamento das zonas ruraes. A industria do assucar tomára grande incremento; assim como a do algodão, que não demoraria muito a sobrelevar aquella. Alem dessas, as culturas do tabaco, do milho, da mandioca e outras fizeram do Rio Grande «o celeiro do norte», e a «terra de mais abundancia» naquella porção do paiz. Tambem, nas grandes fazendas do interior, tomára a criação tanta importancia, que só o Rio Grande suppria as capitánias vizinhas. A exploração das salinas (principalmente do Assú e do Mossoró) as mais ricas da America, andára tolhida pelo monopolio, e pelas outras medidas excepçionaes com que a metropole protegia sempre os similares lá do reino; mas assim que se viu livre <sup>(36)</sup>, tomou rapido impulso, tornando-se um dos mais valiosos elementos economicos da capitania.

XI. Por principios do seculo XIX, já se elevava a população do Rio Grande a 50.000 almas <sup>(37)</sup>; e a receita proveniente dos dizimos, a qual não chegava alguns annos antes a 2.000\$000, attingia agora a mais de 15.000\$000. — Quer tudo isto dizer que no Rio Grande do Norte, como em todas as demais capitánias, o maior obstaculo á acção do esforço geral e do espirito proffessista, eram quasi sempre os máus governos. Des do momento em que a iniciativa e actividade das populações se sentiam desembaraçadas da prepotencia dos capitães-móres <sup>(38)</sup>, transformava-se a situação em toda parte só pelo trabalho pacifico e fecundo dos colonos. — Em 1791 (a 12 de Agosto) assume o governo da capitania Caetano da

---

<sup>36</sup> O monopolio do sal só veio a cessar em 1798 (V. volume V da *Hist. do Brazil*, 567).

<sup>37</sup> Milliet, II, 440.

<sup>38</sup> E tambem do fisco. Os taes *contratadores* (os que contratavam com a provedoria a arrecadação dos dizimos) eram sempre dos maiores flagelos que cahiam sobre os pequenos productores. Com o expediente de entregar a administração a homens da terra de combinação com o chefe das tropas e o Ouvidor, até o serviço fiscal tinha de fazer-se menos oppressivo.

Silva Sanches, nomeado interinamente pelo governador de Pernambuco. Parece que deu provas de moderação e bom senso em quasi seis annos de exercicio do cargo, vindo a tornar-se effectivo pela patente de 27 de Março de 1797. Fallecendo, porem, a 15 de Março de 1800, retomou o governo a antiga Junta, formada agora pelo commandante Antonio de Barros Passos e o vereador mais velho Luiz Antonio Ferreira. — Continuou esta Junta (substituindo-se apenas annualmente o vereador) até Agosto de 1802. Neste anno, vem como capitão-mór de patente o sargento-mór de infantaria Lopo Joaquim de Almeida Henriques. E vem como para reforçar as razões com que se preferia ali o governo daquellas Juntas, sempre tão moderadas e conciliadoras. «Homem despotico e violento»<sup>(39)</sup>, commetteu toda especie de arbitrariedades»<sup>(40)</sup>, aproveitando-se do cargo para alargar os seus lucros. Os clamores do senado da camara foram afinal ouvidos na côrte; e de lá se expediu ordem ao governador de Pernambuco para que tomasse providencias energicas e immediatas contra aquella autoridade desatinada. Destituído do cargo, intimou-o o governador, em nome do Rei, que se retirasse incontinenti para Pernambuco<sup>(41)</sup>. — Entra ainda uma vez a Junta provisoria em funcções (a 19 de Fevereiro de 1806), composta do coronel de infantaria miliciana Joaquim do Rego Barros e do vereador mais velho Luiz Antonio Ferreiro, alem do Ouvidor da comarca. — A 23 de Março de 1806 assume o governo o capitão-mór de patente José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. — Succede-lhe em 1812 (a 22 de Janeiro) Sebastião Francisco de Mello e Povoas; e a este, em fins de 1816, José Ignacio Borges, que foi no posto apanhado pela revolução de 1817.

---

<sup>39</sup> G. Dias — 43.

<sup>40</sup> «Mandou — accrescenta G. Dias — fazer roçados de mandioca pela tropa em logares por onde hoje se estende a cidade (Natal), e plantações de melancia, de que tirava a parte do leão. Homens brancos foram vistos em dia claro, amarrados ao pelourinho, e surrados — como ladrões de melancia!»

<sup>41</sup> ...«no prazo de oito dias *si tantos forem precisos...*» — dizia-lhe o governador Miranda Montenegro. (G. Dias — 43).

## CAPITULO XVI

### O REGIMEN COLONIAL SOB OS SEUS VARIOS ASPECTOS

I. Era a mesma em todo o dominio a ordem politica e administrativa; mas ha, a respeito de certas capitancias, particularidades que é preciso assignalar quando se quer ter uma idéa exacta do que foi, durante o periodo colonial, a vida de taes circumscripções sob os varios aspectos que a caracterizaram. A do Rio Grande do Norte era uma dessas capitancias que se encontravam em condições especiaes. Compreendida em donataria que tinha sido abandonada pelos respectivos concessionarios, teve de ficar logo, desde fim do seculo XVI, sob a autoridade directa da corôa, como «conquista de el-Rei». Era administrada por um capitão-mór, subalterno, primeiro do Governador Geral, e mais tarde, de 1701 em diante, do governador de Pernambuco. Desde 1660 tiveram os capitães-móres um regimento proprio, dado pelo vice-Rei conde de Obidos (a 1.º de Outubro). Esse regimento <sup>(1)</sup> limitava-se, no emtanto, quasi que a regular apenas as relações entre o capitão-mór e os governadores das capitancias vizinhas. É mais pelas ordens avulsas, e as praxes, que se iam estabelecendo e fixando, que se tem de julgar as funções e as competencias da autoridade superior da capitania. — Em regra, o capitão-mór era nomeado pela metropole, e para servir por tres annos. Este prazo quasi sempre se ampliava; e houve casos em que os capitães, mesmo sem renovação de patente, ficavam por muitos annos no

---

<sup>1</sup> Já o resumimos no cap. X.



posto. Si o nomeado estava em Lisboa, lá mesmo, antes de partir, prestava homenagem ao Rei. Si já estivesse no Brazil, teria de preencher essa formalidade perante o Governador Geral, e depois de 1701, perante o governo de Pernambuco. Muitas vezes, si o nomeado, mesmo achando-se no Brazil, estava longe da Bahia, dispensava-se-lhe a cerimonia da homenagem. Em qualquer caso tinha de empossar-se perante a camara de Natal; prestava então juramento, lavrando-se disso um termo em livro especial. O senado da camara ás vezes recusava a posse, mesmo a capitão-mór de patente regia, sob pretexto de alguma infracção de lei ou de praxe antiga. — Era muito restricta a jurisdicção dos capitães-móres: pôde-se mesmo dizer que elles nada faziam sinão de accôrdo com o seu superior hierarchico, principalmente depois que passaram a ficar sujeitos ao governador de Pernambuco. Quando muito, tinham certa autonomia nos negocios communs da administração; isto é, nomeavam escrivães (da camara, da provedoria, das justicas locais, etc.); proviam certos cargos das Ordenanças (e nisto eram sempre amofinados pelo governo de Olinda); faziam concessões de terras (tambem neste particular muito contestados pelo dito governador); reprimiam levantes de indios, pedindo, quando necessario, soccorro, não só para Pernambuco, mas para qualquer das capitánias vizinhas. Podiam dirigir-se ao proprio Rei para representações, queixas e reclamos. As ordens da metropole, no emtanto, vinham sempre por intermedio do governador e capitão-general, sem cujo parecer não se attendia na côrte a solicitação alguma. — Os capitães-móres eram, de ordinario, muito propensos a abusar da sua autoridade; notando-se que para isso quasi sempre contavam com a connivencia, ou pelo menos com a indifferença e desidia do governo de Olinda. Emquanto estavam bem com o superior na ordem politica, nada temiam, e tornavam-se não raro os maiores flagelos das populações. Quasi sempre, os excessos, por elles praticados desaffrontadamente, só se corrigiam pelo proprio Rei.

II. Uma autoridade que des dos primeiros tempos tendia a contrastar com a dos capitães-móres, e que estes andavam a encontrar no seu caminho para conter-lhes os desman-

dos, era a do senado da camara. <sup>(2)</sup> A primeira vereança de Natal foi constituida, depois da expulsão dos hollandezes, em 1662, por eleição de 16 de Abril. A eleição era feita pelos «homens bons» da terra. <sup>(3)</sup> Estes «homens bons» formavam uma especie de aristocracia, conservando-se assim, por annos e annos, em certo circulo o governo e administração da cidade. Compunha-se de cinco membros o senado, sendo um juiz mais velho, um juiz mais moço, dois vereadores (um mais moço e outro mais velho); e um procurador. Alem desses officiaes, tinha a camara o seu escrivão, a principio nomeado pelo capitão-mór, e depois pela propria camara, quasi sempre por simples portaria do juiz mais velho, que era o presidente do senado. <sup>(4)</sup> Constituidos pela corporação, mediante processos que ella superintendia, havia outros funcçionarios, como os almotaceis, os alcaides, os thesoureiros. <sup>(5)</sup> Os almotaceis eram

---

<sup>2</sup> O titulo de *senado* era privativo de certas camaras, ás quaes o Rei concedia especialmente como alta mercê e grande honra. Mas quasi todas as camaras, nos tempos da colonia, usaram desse titulo, sendo mesmo a usurpação tolerada expressamente pelo Rei.

<sup>3</sup> Era este o processo da eleição: No fim de cada anno convocava-se o povo por um bando. Entendido que povo era apenas a parte da população constituida pelos *homens bons* da terra. Estes elegem cinco ou seis eleitores, e estes escolhem os juizes, vereadores e o procurador da camara. Da primeira camara por diante, o processo era mais simples. Os juizes e vereadores nomeavam os officiaes que deviam servir nos tres annos subsequentes, fechando em papel separado os nomes dos escolhidos. Os tres papeis são bem dobrados e envolvidos em cêra, formando cada um uma pequena esphera a que se chamava *pelouro*. No principio do anno ia o capitão-mór, e outras autoridades que estivessem na terra, assistir á cerimonia da abertura dos *pelouros*, e portanto á eleição da nova camara. Os *pelouros* estavam encerrados num cofre pequeno fechado a tres chaves, que ficavam em poder de tres officiaes responsaveis pela inviolabilidade da urna. Abria-se então o cofre e os tres *pelouros* passavam para a copa de um chapéu, de onde uma creança extrahia um dos tres que era logo aberto, e em seguida proclamados os eleitos, que prestavam immediatamente o juramento da lei entrando em exercicio.

<sup>4</sup> Em algumas camaras, como as da Bahia, do Rio, e outras, o senado era mais numeroso. Havia ainda o *syndico*, que fazia de *prefeito* e tambem presidia ás sessões. Depois que se creou o *juiz da fôra*, nos logares onde o havia, era este o presidente do senado.

<sup>5</sup> Nos municipios de mais importancia havia ainda muitos outros funcçionarios.

dois, e serviam por um mez. Nos tres primeiros mezes, eram os juizes e vereadores do anno transacto; e para os seguintes elegiam-se os melhores homens da terra. O cargo de almotaçel correspondia ao de fiscal das camaras de hoje; mas aquelles tinham attribuições muito mais amplas. — Os alcaides eram escolhidos pelo senado, e serviam por tres annos; mas a escolha devia ser confirmada pelo Rei. Prestavam fiança antes de entrar em exercicio. Tinham sob sua guarda a policia da cidade. Nas grandes capitães, e nas cidades de mais importancia, havia um corpo de alcaides, com o seu alcaide-mór. — O senado da camara regulava, pois, toda a vida do municipio, e regia a ordem na cidade. No paço do senado, como nas republicas italianas da Idade Media, centralizava-se a vida local: ali se celebravam todos os actos publicos; ali tomavam posse as autoridades superiores da capitania ou do districto, e fazia-se o registro de titulos de todos os funcionarios; ali reunia-se o povo para exercer o seu direito de representação e de queixa. — Nos primeiros tempos de Natal, era o capitão-mór quem concedia as cartas de data no quadro urbano. Logo, porem, que entrou em funcções regulares a camara, assentou-se que esta ficaria com plena jurisdicção exclusiva na area da cidade, e o capitão-mór conservaria a competencia, que sempre teve, de conceder sesmarias. <sup>(6)</sup> — É facil de ver que a autoridade e o valimento politico das camaras, durante a colonia, se mediam pela importancia das cidades e villas; mas ainda as dos pequenos nucleos, que não tinham a coragem de enfrentar os capitães-móres, e de clamar perante o proprio Rei <sup>(7)</sup>: mesmo essas se arrogavam poderes, que nem sempre ficavam dentro da esphera de competencia marcada pela metropole; e nos limites do municipio exerciam mando supremo, ingerindo-se em tudo quanto respeitava aos negocios e in-

---

<sup>6</sup> Comquanto a capitania toda não fosse mais que um municipio até fins do seculo XVIII, a camara de Natal nunca se arrogou a competencia de conceder sesmarias — competencia que sempre se restringiu aos capitães-móres, por mais que a estes proprios quizessem contestal-a alguns governadores.

<sup>7</sup> A camara de Natal chegou a mandar um delegado seu á côrte. Outras camaras de capitães importantes mantinham na côrte um representante permanente.

teresses das populações. A camara de Natal, por exemplo (como outras nas mesmas condições) sem saber si agia de accôrdo com as leis, taxava salarios de artezãos e artífices, jornal de indios e trabalhadores ruraes; marcava o preço a artefactos de officios mecanicos (8); á carne, ao peixe, á farinha, ao sal, á aguardente, ao algodão (em panno e em fio), ao assucar, etc (9) A principio, a camara só podia corresponder-se directamente com o capitão-mór e com os Governadores; e só por intermedio destes é que fazia reclamações para a côrte. Com o correr dos tempos, no entanto, começou a dirigir-se ao proprio Rei; e o que é certo é que muitas vezes não se dedignava o soberano de responder aos reclamos em carta endereçada á camara. Além de certas funcções judiarias que accumulava, uma alta competencia do senado, e que lhe accrescentava enormemente a autoridade, era a de substituir os capitães-móres sempre que estes viessem a faltar. No Rio Grande do Norte, alem das substituições eventuaes em varias epocas, houve um periodo (de 1774 a 1817) em que o governo esteve, quasi sem interrupção, a cargo de uma junta, formada por um dos juizes da camara e pelo commandante da tropa. — Como todas as outras, hauria tambem a camara de Natal muita força do proprio povo, sem cujo concurso não se tomavam as grandes resoluções de geral interesse. Aliás, era o proprio governo da metropole o mais solícito em recomendar sempre que em todos os casos excepcionaes fos-

---

8 A cada officio dava a camara o seu regimento, nunca, porem, deixando de ouvir os artífices interessados. Ainda em 1791, deu-se regimento para o officio de sapateiro, para o de alfaiate e para o de ferreiro. Para dar uma amostra: um alfaiate não podia levar por um vestido de droguete mais de 3.200; por uma vestia de seda, aberta ou abotoada, mais de 640 reis; por uma casaca de panno, ou baetão, mais de 800 reis; por uma farda de official agaloada, mais de 4.000; por uma saia de seda (para senhora) mais de 640 reis. Um sapateiro não podia cobrar por uns sapatos de cordovão forrados, mais de 840, «sendo o feitio um sello; por uns sapatos de veado, mais de «duas patacas e quatro vintens, etc. O *sello* vale pataca e meia (480 reis). — Todos os officiaes deviam ter nas suas tendas, á vista dos freguezes, uma copia authentica do respectivo regimento.

9 E ainda «às proprias manufacturas do reino», a julgar pelo que diz João Lisboa extensivo a todas as camaras da colonia.

sem ouvidos os povos. Do segundo seculo em diante, tomando o exemplo das camaras da Bahia, de Olinda e outras, começou a de Natal a admittir uma especie de tribuno ou procurador, sob o nome de *mester*, como representante das classes populares junto ao senado, incumbido principalmente de concorrer com os juizes e vereadores na funcção de regular o preço das coisas e dos officios. <sup>(10)</sup> Chegava tambem a camara a mandar procuradores á côrte, quando se tratava de altas questões vitaes para a cidade ou para a capitania.

III. No que respeita ás justiças fez parte o Rio Grande do Norte da comarca da Parayba até 1818, epoca em que, por alvará de 18 de Março, foi desmembrada para formar uma comarca nova, abrangendo toda a capitania, e tendo séde em Natal. <sup>(11)</sup> A comarca da Parayba fez parte do districto da relação da Bahia até 1821, quando se creou a Relação de Pernambuco. A justiça local no Rio Grande dava, pois, recurso para o Ouvidor da Parayba; este para o Ouvidor Geral de Pernambuco (de 1701 em diante), e este para o tribunal superior da Bahia. <sup>(12)</sup> — No municipio, as autoridades judicarias eram: os juizes ordinarios, os vereadores, o juiz de orphãos (de 1731 em diante) e os juizes de vintena. Os juizes ordinarios, com os vereadores, formavam o senado da camara, e eram, como se viu, eleitos annualmente. Exerciam a inspecção da policia urbana, feita pelos alcaides. Traziam vara vermelha, como symbolo da sua autoridade. Equivaliam aos juizes de paz dos tempos do imperio. Processavam feitos: de plena alçada, sobre bens de raiz, e sobre moveis, de 1.000 reis para cima. Julgavam, sem appellação nem agravo, até á quantia de 600 reis nos bens moveis; e até 400 reis nos bens de raiz. Davam audiencia duas vezes por se-

---

<sup>10</sup> No Maranhão, deu-se-lhe o titulo de *Juiz do Povo*, e depois *Procurador do Povo*.

<sup>11</sup> Comprehendia os municipios de Natal, de S. José de Mipibú, de Villa de Arez, de Canguaretama, de Ceará-Mirim, de Assú, de Villa do Regente (hoje Port'Alegre).

<sup>12</sup> Nos casos da lei, havia ainda, como se sabe, recurso do tribunal superior da Bahia para a Casa da Supplicação, até 1808, de Lisboa, e depois, do Rio de Janeiro.

mana; e nos impedimentos eram substituídos pelos vereadores. Não percebiam custas. Ordenavam prisões, e conheciam das que fossem feitas pelos alcaides, nos casos em que estes tinham competência. Exerciam a jurisdição do juiz de orphãos na falta deste, «guardando-lhe e cumprindo o respectivo regimento». No crime, julgavam, com os vereadores, e em ultima instancia, os pequenos furtos, e as injurias verbaes. — Quando se creou o cargo de *juiz de fóra* (por fins do seculo XVII) passaram a este muitas das attribuições do juiz ordinario, ficando este quasi que apenas com as funcções administrativas do concelho. — O juiz de orphãos (de 1731 em diante) devia ser maior de 30 annos e casado; e servia por um triennio, podendo ser uma ou mais vezes reconduzido. Prestava fiança de 400\$000, e alem dos honorarios, percebia custas. — Os vereadores, alem da administração do concelho, tinham certa jurisdição cumulativa no crime, como se vê acima. — Os juizes de vintena eram escolhidos pelo senado da camara, e serviam por um anno, nos povoados e aldeias. Variava-lhes a alçada entre 100 e 400 réis, conforme a população do bairro. Parece que eram os *juizes pedaneos* dos primeiros tempos <sup>(13)</sup> — Creado o juiz de fóra, foi este o verdadeiro chefe da justiça e da propria administração no termo. Devia o juiz de fóra ser formado; trazia vara branca; e substituiu o Ouvidor da comarca nos seus impedimentos e ausencias. <sup>(14)</sup> — Alem desses funcionarios, havia ainda em Natal escrivães (da

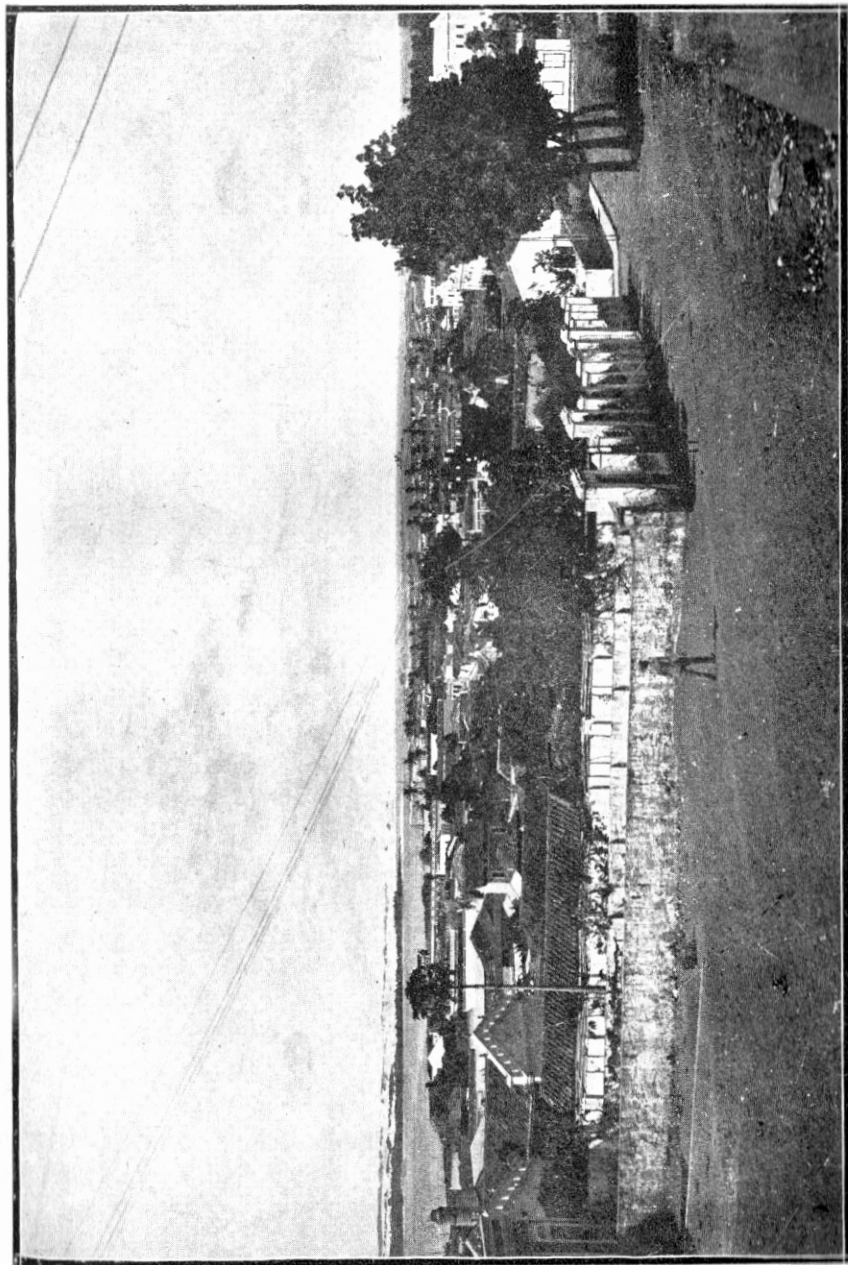
---

<sup>13</sup> Chamavam-se, nos primeiros tempos, *juizes pedaneos* porque julgavam *de pé*, sem muitas formalidades, e sem processo escripto.

<sup>14</sup> Tinha ainda o juiz de fóra competência para *constranger* o alcaide a servir e guardar a cidade, de noite e de dia, com os officiaes indicados pela camara, e a fazer o serviço de policia e segurança; e os almotaceis a cumprirem as obrigações do seu officio. Provia sobre os estalajadeiros, taxando e pondo preço ás casas, camas, mantimentos, etc. Procedia a devassas sobre mortes, violentação de mulheres, incendios, fuga de presos, arrombamento de cadeias, moeda falsa, resistencia, carcere privado, furto de valia de marco de prata, fazendo elle proprio as inquirições. Conhecia dos feitos de injurias verbaes, e abria devassa acêrca dos juizes que antes haviam servido. Tinha alçada até a quantia de 4\$000 nos bens de raiz, e até 5\$000 nos moveis; e nas penas que impunha, até a quantia de 1\$000, *sem appellação nem agravo*.

camara, da provedoria de fazenda, do juizado de orphãos, da almotaceria) tabelliães (de notas e registros, do judicial) e outros officios, cuja serventia era vitalicia. — Como acontecia em toda parte, a maior praga dos ultimos tempos na capitania do Rio Grande eram as questões de fôro... as demandas, como com tanta propriedade se dizia. Primeiro, até principios do seculo XVIII, todos podiam advogar ou «ser procuradores de partes». Havia então rabulas tremendos, que chegavam a fazer fortuna e a imperar na terra. Os mais espteros mancommunavam-se com os escrivães, e ás vezes até com os juizes: e então estavam feitos. Quando os dois flagellos se punham de accôrdo contra algum malsinado, o melhor que o misero podia fazer era mudar de terra. Póde imaginar-se o que não teria um pobre homem de padecer num paiz onde se prendia uma creatura pela divida mais insignificante, ou por andar na propria roça levando comsigo, para o seu serviço, uma faca de ponta (e isso ainda quando era necessario um pretexto!). Basta saber-se que pela minima falta, real ou supposta, podia um juiz sem consciencia mandar um pai de familia morrer em Angola... — Em 1725, pensou a côrte que impediriã taes abusos prohibindo o exercicio da advocacia aos que não fossem lettrados de titulo. A medida era inexequivel, pois eram rarissimos os homens formados que vinham para o Brazil; e esses mesmos ficavam sempre nos maiores centros. Quer isto dizer, que a ordem da metropole ficou de lado. Aliás, o privilegio dos bachareis não é que viria acabar com os abusos e pôr mais alguma ordem nas coisas da justiça. Vinham sempre esses profissionaes legitimos lá do reino com maior gana de riqueza do que os outros; e aqui eram, de ordinario, muito protegidos pelos juizes, quasi sempre antigos collegas de universidade. As correições e as syndicancias nem sempre corrigiam os destemperos do pessoal do fôro.

IV. Quanto ao regimen tributario, nada era differente do que se observava nas demais capitancias. Eram estes os impostos que se pagavam: alem do dizimo ao Rei, como grão mestre da Ordem de Christo — o quinto sobre metaes e pedrarias; as cisas, as alcavalas, a chancellia, a portagem, as taxas de engenhos, molinetes, fabricas etc. O dizimo real consistia na decima parte de tudo o que se produzisse, mesmo dos



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PANORAMA  
DA RIBEIRA



generos e coisas para o proprio consumo ou uso do produtor. <sup>(15)</sup> O quinto era a quinta parte do metal ou pedras preciosas que se extrahissem. Sobre venda ou compra de imoveis pagava-se a cisa; e a alcavala era paga pelo vendedor sobre as vendas ou trocas que fizesse na praça. O imposto de chancella (sello) é o que se devia por todo papel destinado a fazer fé publica. A portagem era devida pelas embarcações; e pagava-se nos portos, tanto de mar como de rios, e tambem pelo trafego nas estradas, pela passagem nas pontes e balsas etc. <sup>(16)</sup> Sobre engenhos, molinetes, officinas, fabricas, açougues, etc., pagava-se uma taxa fixa. Alguns destes impostos só foram creados em principios do seculo XIX. Alem de taes impostos ordinarios, havia ainda certas contribuições excepçionaes, como as *fintas* ou *derramas*, os *donativos*, os impostos de prazo etc. Sempre que era preciso occorrer aos encargos de um serviço para que não havia credito ou receita normal, o capitão-mór, ou o senado da camara lançava uma *finta*; isto é, requisitava o que era necessario, dividindo o onus pelos habitantes, segundo as posses de cada um. Era muito commum este recurso quando se tinha de pagar as tropas, ou quando se devia emprehender alguma expedição contra os indios. — *Donativo* era o nome que se dava á contribuição destinada a formar o dote das princezas, ou a occorrer aos gastos de nupcias de algum principe. <sup>(17)</sup> — O imposto de prazo era-o só de nome. Para alguma obra nacional de grande importancia decretava a corôa um imposto extraordinario, que se pagaria só durante um determinado tempo. Quasi sempre, no entanto, si o imposto tinha pegado, continuava a cobrar-se mesmo depois de findo o prazo. — A repartição encarregada de arrecadar esses impostos era a Provedoria de Fazenda, creada em 1724 (carta regia de 29 de Julho). Anteriormente havia só

---

<sup>15</sup> Nas capitánias particulares, o donatario tinha direito á redimção de taes productos, isto é, á decima parte do que se arrecadava para o Rei.

<sup>16</sup> Em 1744 rendeu o imposto de portagem no porto de Natal 13\$000. Em principios do seculo XIX, já rendia 103\$333.

<sup>17</sup> Em 1732 ainda a camara de Natal pediu com insistencia ao proprio Rei que «a allviasse do «donativo» que se lhe impoz para os casamentos dos Principes»... (V. *Revista*, XIV, 54).

um almoxarifado. A Provedoria tinha este pessoal: o Provedor <sup>(18)</sup>; o almoxarife (thesoureiro) <sup>(19)</sup>; o escrivão <sup>(20)</sup>; dois praticantes, um porteiro e um continuo. O farrancho era grande para coisa tão pequena; pois a repartição quasi que se limitava ao serviço de fazer os contractos de arrematação. E foi mesmo por isso de certo que, alguns annos depois de creada a Provedoria, já o proprio governador de Pernambuco lhe propunha a extincção. <sup>(21)</sup> — Alem do contencioso fiscal, tinha o Provedor outras competencias: julgava causas e feitos relativos a sesmarias, com alçada até 10\$000, dando, dahi para cima, appellação e agravo para o Provedor Mór; arrecadava bens de defuntos e ausentes; inspeccionava o trabalho dos engenhos e fabricas, o commercio de cabotagem, etc. — Isso tudo, no emtanto, não era grande coisa na capitania; pois, a não ser para os fins do seculo XVIII, quando teve incremento a vitalidade geral, a Provedoria pouco mais tinha que fazer ali sinão os contractos para a cobrança de impostos. — Era esta a forma usual de arrecadação, entendendo a metropole que assim se evitavam os riscos e prejuizos da cobrança directa, e se simplificava um serviço que era em toda parte o mais penoso e o menos satisfactorio. Faziam-se taes contractos no ultimo trimestre do anno, chamando-se, por editaes, concurrentes para a cobrança de cada contribuição, uma por uma, segundo a especie da materia tributada. Corrido o prazo do edital, era a arrecadação adjudicada a quem mais offerencia, dando sempre o arrematante fiadores idoneos. O prazo de taes contractos variava, conforme as ordens que vinham da côrte. Quasi sempre eram feitos por um triennio. — Nos processos de lici-

---

<sup>18</sup> Tinha 180\$000 de vencimentos annuaes, alem de propinas dos contractos de arrematação, e de custas de demarcação de terras. Era nomeado pela côrte.

<sup>19</sup> Ganhava 80\$000 por anno. Era nomeado por 3 annos e pelo governo da metropole, mediante concurso.

<sup>20</sup> Ganhava primeiro 50\$000; e depois (de 1798 em diante) 80\$000. Quem o nomeava, e lhe estabelecia o ordenado, era o governo de Pernambuco e sobre deliberação da Junta da Real Fazenda.

<sup>21</sup> «Estes provedores da Fazenda — dizia o governador — não têm outro exercicio mais do que arrematarem os dizimos...» (*Revista*, XIV, 45).

tação davam-se ás vezes as fraudes mais escandalosas: ora faziam as Provedorias vingar as suas preferencias escolhendo os licitantes que mais lhes convinhão; ora, alteravam, depois de feita a adjudicação, as condições dos contractos, de modo a favorecer os protegidos; e ás vezes até se mancomunavam com especuladores na exploração de lucrativos arrendamentos. Procurava a metropole reprimir os abusos; mas quasi sempre sem successo. Afinal, ordenou que se remetterssem para a côrte todos os lanços, afim de que lá se fizesse a escolha dos rendeiros. Nem assim cohibiu de todo a especulação; pois o Provedor, de concerto com o capitão-mór <sup>(22)</sup>, tinha sempre meios de burlar as providencias da metropole <sup>(23)</sup>. — Mal se pôde agora fazer idéa das contingencias a que se reduziam os miseros contribuintes. Si os impostos já eram gravosos, imagina-se o que seriam exaggerados pela ganancia dos arrematadores. Estes, no Rio Grande, como em toda parte, constituíam verdadeiras quadrilhas, que devastavam principalmente os districtos ruraes. Os que conseguiam um arrendamento formavam logo o seu exercito de rafeiros, que farejavam tudo nas zonas mais isoladas.

V. Para se ter as proporções da tyrannia com que semelhante regimen fiscal aggravava a penuria dos pequenos productores, é preciso ainda não perder de vista outras circunstancias. Para tornar mais perturbadora da vida geral essa cobrança de impostos por arrematação, concorria ainda, durante todo o periodo da colonia, a escassez do meio circulante, dando logar a complicações que nunca se puderam evitar. A principio não havia dinheiro sinão na capital; e ahi mesmo só nas mãos dos ricos e dos grandes traficantes. No interior, até meados do seculo XVIII, não se conhecia moeda. O pagamento de impostos, como de salarios etc., e todas as transacções, era feito em mercadorias. O escambo era a unica forma de aquisição usual. Os artigos mais estimados constituíam ver-

<sup>22</sup> O capitão-mór devia estar presente ao acto da arrematação.

<sup>23</sup> As vezes os que tinham feito maiores lanços, para serem preferidos, pediam depois ao Rei uma redução, fazendo muitas allegações, que os Provedores confirmavam.

dadeiro padrão de valores para a permuta; taes como, por exemplo, o assucar, o algodão e o pau-brazil. Esses artigos tinham preço fixo e corriam como dinheiro. <sup>(24)</sup> — E quando se começou a introduzir a moeda, a desordem foi ainda maior; pois então é que se viu quanto já estava arraigado, e difficil de mudar, o uso antigo. Não houve meio de estabelecer logo a equivalencia da moeda <sup>(25)</sup> e do preço das coisas e dos serviços. O salario de 20\$000, quando satisfeito em especie, reduzia-se a 10\$000 quando pago em moeda. Um artigo que custava 200 reis antes, passava a custar 100, e até menos quando teve de ser pago em dinheiro. E para a balburdia geral contribuia muito o governo da metropole alterando continuamente o valor do metal amoedado; e ainda mais do que isso, a especulação que se fazia com as moedas, de ouro e de prata sobretudo. <sup>(26)</sup> — Do que se acaba de ver, sente-se quão afflictivas deviam ser as condições em que se encontram, principalmente nas zonas do interior, quantos viviam do trabalho e produziam alguma coisa. O especulador desaffrontado inda passava, desviando as investidas, ou subtrahindo-se á voracidade do abutre; mas as populações em geral eram tosquias sem piedade e de todos os modos.

VI. Já pela natureza do regimen, já pelas condições em que se via o Rio Grande, pôde calcular-se que não seria grande coisa o commercio da capitania nos tempos da colonia. As industrias que se faziam fontes da economia geral, temos visto que eram as do assucar, algodão, pau-brazil, tabaco, e ainda arroz, feijão, milho, mandioca, alem de especiarias e drogas; a da criação de gados, a da pesca, a da exploração

---

<sup>24</sup> A vara de algodão tecido reputava-se por 200 reis. Em novelos — 100 e ás vezes menos. — O curioso é que mesmo esta *moeda* se falsificava, mettendo-se dentro dos novelos pedaços de páu, trapos, etc...

<sup>25</sup> A primeira que se introduziu foi a moeda de cobre.

<sup>26</sup> Açambarcava-se moeda como hoje se açambarcam generos de consumo para os valorizar. Por sua vez, os ourives cerceavam a moeda, diminuindo-lhe o peso sem prejuizo do valor. Contra isso estabeleceu-se que nenhuma moeda corresse sem orla e serrilha; mas então preferiram os ourives fundir moedas para a fabricação de joias e baixellas.

de salinas, e a das madeiras de construção. A maior parte de taes industrias andaram sempre amofinadas pelo fisco, pelos monopolios, pelas restricções de toda ordem com que se as embaraçava (<sup>27</sup>), e principalmente pelas difficuldades de transporte, quer em terra, quer, sobretudo, no mar. Isto tudo sem pôr em conta os entraves naturaes, como as seccas e as inundações, com que tinha de lutar ás vezes o lavrador. Os productos da pequena lavoura só contavam, em regra, com o consumo interno, limitando-se os productores á troca e barganha entre os municipios, os povoados e sitios. (<sup>28</sup>) Para fóra da capitania exportavam-se gados (bovino e cavallar), peixe de salga (<sup>29</sup>), farinhas, arroz, feijão, e alguns outros. Tudo isso, a muito custo, sahia para as capitancias vizinhas, especialmente para Pernambuco. Antes da grande secca de 1790-1793, só para Pernambuco iam annualmente de 15 a 16.000 cabeças de gado de córte. Foi sempre o Rio Grande que suppriu de cavalhadas, para os engenhos, aos proprietarios de Pernambuco e de outras capitancias do norte. (<sup>30</sup>) — Como generos de exportação para fóra do paiz, sabe-se que figuravam já, por meados do seculo XVIII, pelo menos o algodão, o pau-brazil, drogas medicinaes, e outros. — Mas imagine-se como seria feito esse commercio com o exterior, devendo, tanto a exportação, como a importação de artigos europeus, fazer-se por intermedio de Pernambuco, que era o porto de escala das frotas. Eram estas sujeitas a monções; e muitas vezes os pequenos navios, que faziam a cabotagem entre Natal e Recife, chegavam a este porto depois que os comboios transatlanticos tinham zarpado. Outras vezes, si alcançavam as frotas, já estavam tomadas todas as praças; e quer num, quer noutro caso, tinha o exportador de armazenar em Recife as mercadorias,

---

<sup>27</sup> Quanto á sorte dos pequenos lavradores, ver *Historia do Brazil*, V, 502 etc.

<sup>28</sup> Para isso concorreram as feiras, des dos primeiros tempos. Ainda hoje, subsiste o uso das feiras semanaes em quasi todos os Estados do norte.

<sup>29</sup> Por principios do seculo XIX calculava-se em 70.000\$000 o valor do peixe exportado, e feito o calculo segundo os preços da terra.

<sup>30</sup> V. *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, VII, 156, 164, etc.

á espera de outra monção. — Em taes condições, esse commercio offerecia vantagens muito precarias. O commerciante precisava de grandes capitaes de reserva para poder conjurar as crises que frequentemente o affrontavam: crises que afinal tinham de reflectir sobre os pequenos productores. O exportador fazia as suas provisões nas feiras, ou comprando as colheitas. Quando em Natal e em outros postos já estavam cheios os armazens, e faltava transporte, naturalmente cessavam as compras, e os generos baixavam de preço. Si houvesse extensos capitaes, evitar-se-iam semelhantes males; mas, nem sempre o exportador da terra dispunha de sufficientes recursos para vastas operações difficilmente liquidaveis. E o que acontecia então era de prever: a maior parte das casas exportadoras eram pernambucanas, e até algumas estrangeiras, tendo todas os seus agentes na capitania, encarregados de comprar no Rio Grande e expedir em tempo os carregamentos para Recife. Contra essas casas poderosas não havia concorrência possível. Os proprios senhores de engenho e os agricultores mais fortes não conseguiam libertar-se de taes contingencias. — Por outro lado, os commerciantes de Pernambuco tinham de facto igualmente o monopolio da importação; e do mesmo modo que regulavam, como bem lhes parecia, as compras no Rio Grande, impunham preços ás mercadorias que só elles recebiam da Europa. <sup>(31)</sup> — Esta situação das industrias e do commercio durou até quasi a epoca da independencia, ou pelo menos emquanto a capitania esteve sujeita ao governo de Pernambuco.

VII. No que respeita á vida religiosa, nunca sentiu o Rio Grande do Norte o peso com que de ordinario a autoridade ecclesiastica tornava ainda mais oppressivo e penoso o regimen colonial em quasi todo o paiz. Não se conhece nas chronicas da terra nenhum desses successos que em muitas capitancias tornaram famosos alguns prelados. — Natal, e outras freguezias que com o tempo se crearam, rendiam obe-

---

<sup>31</sup> Contra isso, havia apenas, lá uma vez ou outra, o recurso dos mercatores ambulantes que appareciam, precursores dos modernos mascates. Mas, por isso mesmo, eram estes muito perseguidos pelo alto commercio do Recife.

diencia, no fôro espiritual, primeiro ao bispo de Pernambuco, e depois (já na Republica, em 1893) ao da Parayba, do qual só se desmembrou em 1909 para formar uma nova diocese. — As varias freguezias andavam quasi sempre vagas. Só a da capital nunca deixou (passado o periodo da occupação hollandeza) de ter o seu vigario; ou, na falta deste, o respectivo coadjutor. Era difficil, naquelles tempos, encontrar sacerdotes para as parochias que não fossem muito rendosas. — Em regra, os padres que regeram a vasta freguezia de Natal foram homens pacificos e prudentes, sabendo conciliar-se com os costumes e a indole da população. Que nos conste, não houve, durante trescentos e tantos annos de colonia, sinão um caso de queixa dos fieis contra o seu pastor: foi o caso do vigario Paulo da Costa Barros, contra o qual se levaram denuncias ao bispo diocesano. Mas, mesmo neste caso, a devassa ordenada não confirmou, pelo que parece, as accusações. (32) — Nas outras freguezias, o serviço do culto e da assitencia religiosa, era feito quasi sempre por ministros coadjutores, em visitas periodicas. Os Jesuitas é que suppriam afinal as necessidades das almas em toda parte. — O povo do Rio Grande foi sempre muito religioso, não havendo nunca, no emtanto, cahido em excessos de superstição ou de fanatismo. É mesmo possivel que isso se explique pelas tradições de solido fundo moral que se encontram na psychologia do norte-rio-grandense, typo americano fortemente caracterizado. Pelo menos, o sentimento de ordem, o espirito de justiça, o habito do trabalho e o instincto — dir-se-ia — de disciplina, é que fizeram ali o milagre de formar a indole pacifica da propria população dos campos. É realmente curioso que o sertão do Rio Grande do Norte nunca tenha soffrido (33) influencia do

---

32 V. Dr. Nestor Lima — *A matriz de Natal*, 49.

33 Senador Eloy de Souza — artigos publicados na *Republica*, de Natal. — Nesses artigos de imprensa, escriptos sem preocupação e quasi dia a dia, revela o dr. Eloy de Souza as qualidades do seu espirito, da sua cultura, e sobretudo, da sua excellente compleição moral. Ao mesmo tempo mostra-se um escriptor discreto, sereno e brilhante, e com perfeita experiencia do officio. Vamos, com a devida venia, aproveitar, para este e outros capitulos do nosso trabalho, muitos desses artigos com que, por uma deferencia especial a que fomos grato, o dr. Eloy de Souza nos auxilia.

banditismo, que tantos males tem feito em sertões de outras zonas. Tão notavel particularidade deve ter sem duvida causas multiplas e remotas, algumas das quaes não seria difficil assignalar mesmo sem sahir das proporções deste trabalho. Entre essas causas, talvez não seja das menos ponderosas o modo como se fez por ali o povoamento do sertão. Este se foi desvendando pouco a pouco, á medida que o indio se afastava ou se submettia; e os primeiros que iam entrando logo se fixavam, com as respectivas familias, em sitios apraziveis, tendo a fortuna de encontrar, naquella natureza maravilhosa, condições excepçionaes para a vida dos primeiros tempos. A felicidade só dependia então da segurança com que se vive; e isso, menos pela força que pelo accôrdo moral, se alcança mais facilmente entre os humildes. — Mas de certo que só a circumstancia de terem sido homens dignos os pioneiros da avançada para o sertão seria insufficiente para explicar as virtudes do sertanejo rio-grandense, não só subsistentes mas accentuadas até os nossos dias. Em verdade <sup>(34)</sup> parece tambem acceitavel, como uma das razões da relativa paz em que sempre viveram ali as populações do interior, a maior proximidade em que ficam do littoral, accidente topographico que não favorece tanto os sertões do Ceará e da Parayba (assim como os de outros Estados do norte) isolados, pela maior distancia, do influxo civilizador da costa. Gradativamente o arraial, o povoado, a villa, a cidade foram, com o desenvolvimento economico, embora lento, creando relações de commercio e relações sociaes, orientadas, do mar para o interior, pelos grandes rios, e pelas estradas, que partiam dos portos da extensa orla littoranea, pouco flagelada pela pirataria do periodo colonial. Essa circumstancia facilitou o intercurso dos habitantes do sertão com os das regiões maritimas, e permitiu a propagação das feiras, que desde afastadas epocas vêm exercendo benefica influencia como factor de civilização, pon-do em frequente contacto as populações das differentes zonas. É sabido como taes certames tem sido durante seculos uma escola pratica, onde com o escambo das mercancias se faz tambem a permuta das ideas. A intelligencia do sertanejo, o

---

<sup>34</sup> Dr. Eloy de Souza.



seu atilamento, a sua vivacidade, o seu espirito de iniciativa, abriram-se nesse convívio, fizeram-se na experiencia desses concertos, que começaram por necessidades de ordem economica; mas que com o correr do tempo se tornaram verdadeiros centros de educação. E é sem duvida devido a isso que não chegou ali o analfabetismo a exercer em sua plenitude a acção nefasta que exerceu em outros sertões, principalmente do sul do Brazil. Póde ainda attribuir-se á mesma circumstancia em grande parte a fortuna de ter ficado o sertanejo do nordeste quasi completamente immune de muitos dos grandes vícios coloniaes, que retardaram, em alguns pontos até hoje, o desenvolvimento das populações isoladas: a jogatina, a vadiagem, o espirito de malta, e outros.

VIII. Devemos indicar ainda pelo menos dois outros factos que não podem ser esquecidos quando se estudar direito esses phenomenos peculiares á população sertaneja do Rio Grande do Norte. É o primeiro desses factos aquelle, que já suggerimos, da acção salutar que teve na vida dos colonos o prestigio de algumas familias, que pela sua compos-tura moral, pela sua probidade e pelo seu valimento, influíram beneficemente no convívio geral das varias zonas, e sobretudo nas do interior. Ainda hoje se encontram por ali verdadeiros typos representativos desse antigo patriciado indigena, e graças aos quaes «a ordem publica e o respeito aos direitos individuaes puderam ser mantidos independentemente da intervenção directa e coercitiva do poder legal». <sup>(35)</sup> — O outro daquelles factos é a munificencia da natureza rio-grandense. Terra da abundancia — era chamada aquella nos tem-

---

<sup>35</sup> Acrescenta o dr. Eloy de Souza em seguida: «Com o augmento da população, desenvolvimento economico, subdivisão da propriedade, o governo pelos seus órgãos legitimos foi naturalmente se substituindo na autoridade daquelles patriarchas, fortalecida então por um conjuncto de circumstancias locais que só ao tempo cabia remover. Isto não quer dizer que os homens bons houvessem deixado de influir com o seu conselho na vida sertaneja. Ao contrario, ainda existem no Rio Grande do Norte varões de incontestavel prestigio no seio das populações do interior; e entre estes nos, occorre citar o coronel José Bezerra, veneranda figura justamente respeitada e querida num vasto circulo da região de alem Borborema».

pos da colonia. Para que este povo seja feliz, e suppra até com os fructos do seu trabalho as proprias capitancias vizinhas — dizia em 1799 a camara de Natal em representação dirigida ao Rei — é bastante que lhe «sejam favoraveis as estações». Ahi ha de estar sem duvida um dos grandes coefficients do character do sertanejo. — Concluimos, pois, que a semelhantes tradições e assignaladas circumstancias, tem de attribuir-se a particularidade, que referimos, de ser o norte-rio-grandense um especime distincto e dos mais interessantes da nossa ethnographia nacional. — Em resumo, os habitantes do nordeste brasileiro <sup>(36)</sup> são dotados de excellentes qualidades: são francos, hospitaleiros, generosos, e de uma coragem proverbial. «O seu trabalho é mais activo que o do gaúcho do sul; as suas aptidões são tambem differentes, e a sua tarefa mais difficil». O vaqueiro do sertão, desprezando perigos, caça e persegue, através da catinga, o gado bravo, com afoiteza e impetuosidade que os obstaculos não esmorecem. «Montado no pequeno cavallo sertanejo, nervoso e agil, parecem ambos movidos pela mesma vontade tenaz e intelligente, para alcançar o gado fugido. Não podendo recorrer ao laço do gaúcho, agarra o vaqueiro do norte o animal pela cauda, e num movimento destro e seguro, levanta-o do chão, e faz-lhe perder o equilibrio, obrigando-o a rolar no solo — taes a força e a velocidade empregadas. De um salto instantaneo, está o vaqueiro ao lado da rez, e passa-lhe a perna entre os chifres», subjugando assim o animal. É caçador tão habil quanto pastor vigilante e activo, e não receia, acompanhado ou sósinho, pôr-se em busca da onça, até matá-la, ou fazendo-a fugir. <sup>(37)</sup> — Graças a essas qualidades do sertanejo, é o Estado do Rio Grande do Norte um dos mais ordeiros e dos mais prosperos da União. Ali não ha, principalmente nas zonas ruraes, sinão actividade e trabalho, e como consequencia disso — ordem e abundância.

---

<sup>36</sup> Barão Homem de Mello — *Geographia — Atlas do Brazil*, 27.

<sup>37</sup> *Ibidem*.

## CAPITULO XVII

### COSTUMES, USOS, FESTAS, TRADIÇÕES

I. Sob um ponto de vista geral, seria curioso, e altamente interessante, um estudo em que se acompanhasse até a America o adventicio europeu (<sup>1</sup>) sahindo do seu *habitat* de origem, em condições tão excepcionaes, e aqui modificando-se em meio physico inteiramente novo, e em contacto com os dois outros grandes elementos ethnicos que entraram no caldeamento geral, que tem de dar a raça historica. Si é possível determinar desde já uma orientação segura quanto aos processos aqui seguidos pelo immigrante, ou quanto ao modo como dos differentes factores se vem formando o typo que se desenvolve e accentúa, outra não ha de ser talvez aquella sob a qual se considere o brasileiro (qualquer que seja a zona onde se fixaram os antigos colonos) como um exemplar novo, que se destaca e separa, sob todos os aspectos, das suas raças matrizes. Dentro de pouco mais de um seculo, havia já na colonia uma população perfeitamente discriminada das tres raças, e distincta pelo seu character — pelo seu espirito de independencia, pela sua grandeza de animo, pelo seu devotamento á terra; pela amplitude dos horizontes moraes, pelas idéas, tendencias e aspirações; pelo sentimento religioso, pela concepção do direito e pela propria lingua. Não seria mais possível reconhecer, por exemplo, num norte-rio-grandense de meados do seculo XVII, o portuguez nato ancestral. Do mesmo modo que dos dois outros especimes — o indio e o negro

---

<sup>1</sup> *Historia do Brazil*, V, 673, etc.

(cujo sangue fôra alterado em duas ou tres gerações) — não subsistem sinão certos vestígios de característicos mais ponderosos e fundamentaes, por sua natureza mesma menos facéis de apagar. — Talvez ainda mais do que simplesmente a differençar-se é preciso ver aqui o novo typo em formação; pois o que se observa como dominante neste phenomeno não será propriamente antipathia pela mais forte das raças originarias, ou pela civilização que se transplanta; mas é seguramente uma desconfiança resentida, uma attitudo como de protesto instinctivo, um desamor que é quasi repulsa por tudo quanto vem da metropole, porque tudo o que vem de lá é gravame para as populações que se installam e crescem aqui, renovadas de sangue, de alma e de fortuna. Nem é só o descendente do portuguez, modificado pelo cruzamento, que apresenta esta curiosa particularidade: o mesmo se dá em relação ás duas outras raças que entraram na fusão geral. Sabe-se que o mameluco (branco+indio) foi o maior inimigo que tiveram os selvagens puros; e não se ignora que o mulato (branco+negro) tem pelo negro uma quasi aversão. Si isto não é menos que peculiar á psychologia das raças mixtas, será preciso acrescentar ainda, ao que pudesse ter o individuo novo, oriundo do portuguez, o que havia mais a accentuar nelle a birra pela patria de origem, resultante do modo como se fez a colonização do paiz. É isto o que se vê, sobretudo de meados do seculo XVII em diante, em todas as espheras da vida colonial, e que podia andar mais ou menos disfarçado na situação em que se viam os colonos, mas que nem por isso estava menos, latente, no espirito de todos elles. Nos usos e costumes, nas relações sociaes; no modo de ver o bem publico e de considerar a autoridade; e de sentir a justiça; no seio da familia; no exaggerado sentimento do seu valor, no orgulho da sua força; como no enthusiasmo do destino, no instincto apurado, na propria forma do culto, em toda a sua existencia social em summa — o brasileiro (como todo americano) separa-se, pois, não apenas politicamente, mas como individualidade historica inteiramente renovada, da sua patria de origem.

II. Dentro destas reflexões de ordem geral, vejamos agora, em relação ao Rio Grande do Norte, o que foi a vida, o espirito, a maneira de ser do colono, tanto na sociedade como

na familia. — Natal, que é o primeiro nucleo de população que ali se forma, até principios do seculo XIX não passava, pelas suas proporções, de uma pequena aldeia. <sup>(2)</sup> A povoação ficava quasi toda limitada no alto da collina que é hoje a parte alta da cidade. À margem do Potengy não havia mais que uma linha interrompida de casas, na maioria armazens de commercio. Aquelle quarteirão urbano consistia <sup>(3)</sup> em uma grande praça, tendo ao centro a igreja matriz; e aos lados, mais duas igrejas (a de S. Antonio e a do Rosario), a casa do governador, a casa da camara e a cadeia publica. <sup>(4)</sup> Da praça central sahiam tres ruas, pode-se dizer que apenas demarcadas, pois eram muito poucas as casas, de um lado e de outro. Nenhuma dessas ruas, nem mesmo a praça, era calçada. Quando muito, as melhores casas tinham na frente um calçamento de tijolos. As casas eram todas terreas, sendo muito poucas assoalhadas e cobertas de telhas, e rarissimas tendo o tecto forrado de taboas. Os moveis, no commum das habitações, reduzem-se aos indispensaveis para a cozinha, para as alcovas e para a sala de refeições (em regra cama, ou rêde de dormir, e mesa). <sup>(5)</sup> São raras as cadeiras. Para a mesa de jantar usam-se longos bancos, dos lados. — A população de Natal não passaria então de uns 1.000 a 1.200 habitantes; devendo observar-se, no emtanto, que o maior numero de moradores viviam nos sitios, engenhos e fazendas, só vindo á cidade nas occasiões de festas, ou por necessidade de negocios. — Não havia illuminação publica. Só nos casos excepçionaes se illuminava a cidade, empregando para isso velas de cêra, ou candeias de azeite, feitas de cascas de laranja. Do mesmo recurso se valiam nas casas; e tambem se usava, principalmente

---

<sup>2</sup> Koster (por 1810 ou 1811) admirou-se muito de que se dêsse o nome de cidade a um grupo de casas menor do que muitas aldeias.

<sup>3</sup> H. Koster, I, 121.

<sup>4</sup> Era commum (e este uso veio até nossos dias nas villas e cidades do interior) reservar, no mesmo edificio em que funcionava a camara, uma parte que servia de cadeia.

<sup>5</sup> *Breve Discurso sobre o estado das quatro capitánias conquistadas*, memoria escripta em hollandez; pertencente ao Archivo de Haya; traduzida e impressa no fasciculo n. 34, p. 173 da *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*.

nos engenhos, fachos de pau-de-arco. <sup>(6)</sup> — Em regra, de noite poucas pessoas saem de casa; e quando isso é necessario, e a noite está escura, é preciso levar uma lanterna. — As familias só se visitam por motivos muito especiaes; pois, de ordinario, as senhoras ficam sempre no seu lar, e o mais que lhes é permittido é ir á missa aos domingos. As visitas não se fazem sem aviso; e as damas nunca se sujeitam a ir a pé; vão sempre conduzidas num palanquim. — As senhoras do povo, ou das familias menos ricas, não costumam mostrar nenhum cuidado no trajo, sahindo todas, para a igreja ou para visitas, vestindo camisa e saia de chita, coberta a cabeça e o corpo com largo chale de côr, e calçando chinellos sem meias. — Depois da chegada da côrte ao Rio de Janeiro, mudou, quasi que instantaneamente, o modo de viver das familias, mesmo nos logares mais reconditos do interior. Entrou até o luxo nos maiores centros, e sobretudo na capital. Como de um dia para outro, passaram as mulheres em Natal a trajar-se com certa elegancia. Quem não mandava buscar a Pernambuco, ou ao Rio de Janeiro, ricos vestidos de sêda não era gente. De qualquer modo, porem, as damas de educação nunca iam á igreja sinão com perfeito recato, levando véus pretos que lhes velavam a fronte. <sup>(7)</sup> — Os homens vestiam-se antes de maneira mais simples: calção e jaqueta de panno grosso, e na cabeça, gorro de couro ou chapéu de palha muito largo. Em dias de cerimonia, os que podiam accrescentavam ao trajo ordinario uma capa de tecido mais fino. Depois do seculo XVIII, introduziu-se entre as classes mais abastadas o casaco francez e o chapéu de tres bicos. As alpercatas foram de uso geral; e os tamancos ainda mais. Só nos ultimos tempos é que se generalizou o uso de sapatos. Nos sitios, e mesmo na cidade, as pessoas do povo andavam quasi sempre descalças. — Desde que as coisas começaram a mudar por influencia da côrte, já as pessoas de mais nota, principalmente as que exerciam cargos publicos de certa importancia foram adoptando trajos mais finos. O requinte do gosto estava sempre em trazer joias de brilho, mesmo que fossem falsas; em ostentar baixellas de prata, e arreios de metal bem brunido.

---

<sup>6</sup> Koster, II, 157.

<sup>7</sup> Koster, I, 125.

III. Como em todas as capitánias, encontrava-se no Rio Grande do Norte uma classe de homens que se distinguiam pela sua fortuna, ou pelo seu poder ou prestígio: eram os descendentes dos primeiros povoadores, e dos que tinham exercido os mais altos cargos da republica. Formavam a nobreza da terra <sup>(8)</sup>, e eram muito ciosos dos seus creditos e valimentos, e faziam muita questão de titulos e honrarias. Procuravam com empenho munir-se de privilegios, de favores excepcionaes e regias mercês com que se assegurasse a sorte da familia. <sup>(9)</sup> — O preconceito dessa aristocracia de aldeia conservava os cargos, principalmente os de eleição, quasi sempre num dado circulo de pessoas. O adventicio era tratado, si não propriamente com menospreço, pelo menos como gente que devia «não sahir do seu lugar». <sup>(10)</sup> — Não raro, aquelles nobres tinham tambem, e ás vezes na mais alta dose, o seu orgulho de familia, menos no emtanto presumpção de sangue azul que empáfia de posição ou de fortuna. Um artezão, por mais digno que fosse, nem nos postos do exercito poderia servir hombreando com moços de familia. Não era tanto questão de côr propriamente <sup>(11)</sup>, mas de officio. Primeiro, os pardos e os filhos escurios tinham de alistar-se em batalhões especiaes, porque não se lhes permittia que figurassem ao lado dos brancos. Mais tarde proscreveu-se a distincção; mas ficaram os prejuizos, e subsistiram até os ultimos dias do regimen. Eram tão irreductiveis aquelles fidalgos, e tão ciosos da sua nobreza que chegaram a conseguir que se estabelecessem «multas contra os que, na eleição da camara, votassem em pessoas indignas...»

---

<sup>8</sup> *Historia do Brazil*. V, 701, 715.

<sup>9</sup> E afinal tudo conseguiam na côrte, até alvarás concedendo cargos que se vierem a crear; outros, *promettendo* cargos; ou assegurando numa familia a *propriedade* de um officio; ou garantindo a uma menina, filha de *pai*, a posse de um rendoso lugar *para aquelle que com ella se casar*, e outras coisas de igual jaez. Mandava-se ás vezes da côrte dar emprego a um determinado individuo. Outras vezes, autorizava-se um funcionario a renunciar o cargo em favor da filha tal, isto é, de quem viesse a casar com ella...

<sup>10</sup> *Hist. do Braz.* V, 702.

<sup>11</sup> Aliás, em 1732, pediu a camara de Natal que se excluíssem do serviço da republica os mulatos e mamelucos, *por haver ali muitos homens brancos que os possam occupar*.

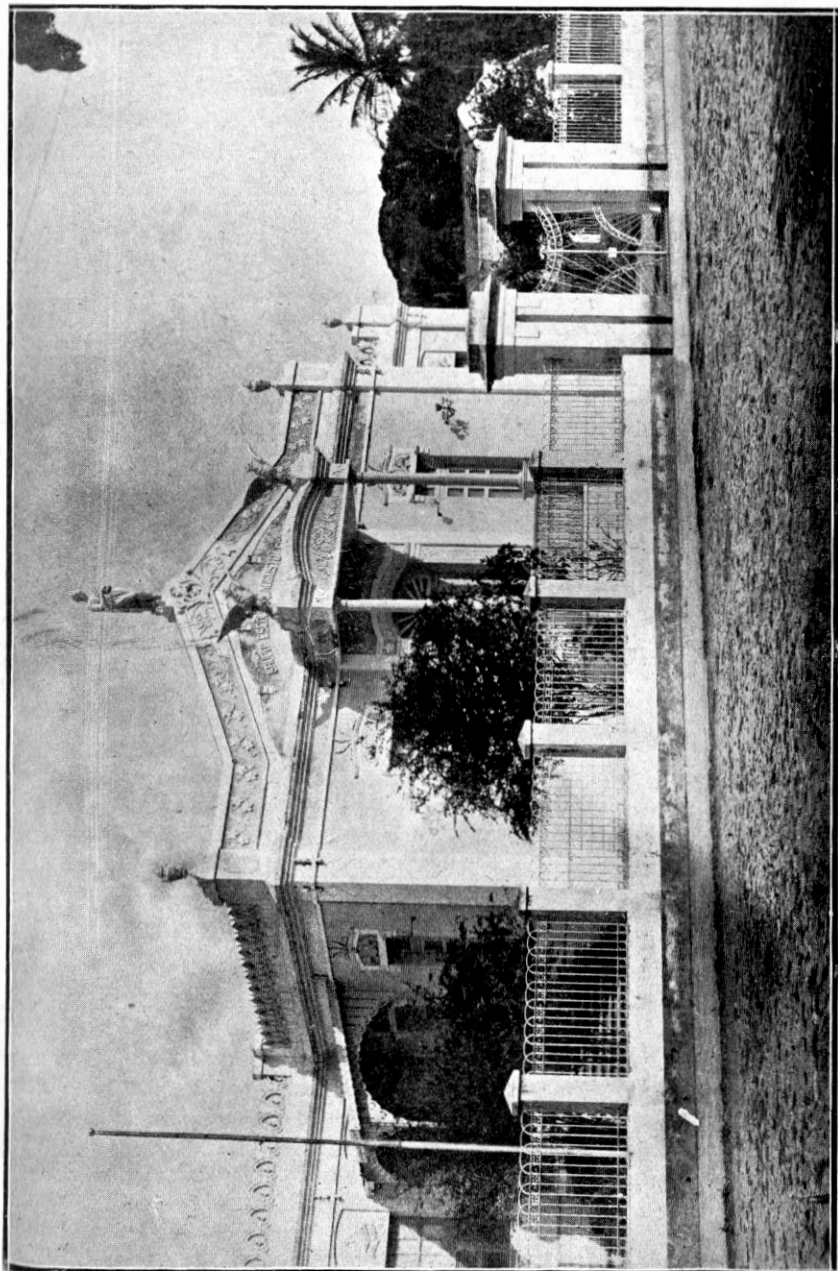
O mais legitimo dos brancos era desestimado se exercia alguma arte ou officio mecanico. As proprias artes liberaes depreciavam, até a propria musica. — É preciso notar, porem, que esse orgulho de nobreza andava longe de significar que se acolhessem mal todas as pessoas, mesmo não conhecidas, e até estrangeiros. Pelo contrario: a hospitalidade foi sempre a virtude que se praticou mais espontaneamente em toda parte, tanto na cidade como nos sitios, entre os ricos e os poderosos como entre a gente humilde. O dever de hospedar com franqueza e liberalidade entrára, desde cedo, nos costumes da terra. — Aliás, dava-se isso muito naturalmente. Por aquelles tempos não se encontravam, quasi nunca, estalagens nem nas villas, nem nos caminhos. <sup>(12)</sup> Os viajantes tinham de recorrer a casas particulares; e os moradores mais abastados montavam até commodos especialmente destinados a hospedes, separados dos aposentos, ou mesmo da casa da familia. <sup>(13)</sup> Uma

---

<sup>12</sup> Ainda em 1809 ou 1810, diz Koster que não havia em Recife, nem na villa de Olinda estalagem alguma.

<sup>13</sup> Koster foi hospedado magnificamente no engenho Cunhaú pelo coronel André de Albuquerque. «No dia seguinte — diz elle (I, 106) — chegamos a Cunhaú, engenho de assucar pertencente ao coronel André de Albuquerque Maranhão. É este o chefe do ramo Maranhão da numerosa e distincta familia dos Albuquerque. É um homem immensamente rico em propriedades territoriaes. A plantação de canna occupa, ao longo do caminho, uma extensão de quatorze leguas; e o proprietario acabava de comprar novas terras adjacentes. Disseram-me que outras que ainda possui elle no sertão, e onde faz criação de gados, não medem menos de trinta ou quarenta leguas, e destas leguas que não se vencem sinão em tres ou quatro horas de marcha. Eu trazia para o coronel algumas cartas de parentes e amigos seus de Pernambuco. Encontrei-o sentado á porta, em companhia do seu capellão, e de muitos de seus feitores e empregados. Ali tomavam o fresco. O coronel é um homem regulando uns trinta annos, bem parecido, de estatura um pouco acima da media; de maneiras cheias de cortezia, como as de todos os brasileiros que receberam alguma educação. Mora no engenho, e possui grande escravaria e serviçaes. É commandante de um regimento de cavallaria da milicia do Rio Grande; e relativamente ás condições do paiz, dizem que conserva em boa ordem esse corpo de tropas. Veio elle a meu encontro assim que apeei; apresentei-lhe minhas cartas, que deixou para ler depois. Convidou-me a sentar, e procurou saber os fins da minha viagem. Levou-me em seguida aos aposentos destinados a seus hospedes, a pouca distancia dos seus proprios. Ahi achei uma boa cama. Trouxe-





RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — GRUPO ESCOLAR  
«AUGUSTO SEVERO»

certa prevenção com pessoas desconhecidas não passava, pois, de simples medida que se diria de policia domestica e de cautela contra surpresas desagradaveis. — É pela mesma razão que em Natal (como em todas as povoações e villas da colonia) as pessoas que chegavam, não só de fóra da capitania ou do paiz, como do sertão, eram obrigadas, ou a exhibir passaportes (ou cartas de segurança), ou a apresentar-se ás autoridades promptificando-se a dar todas as informações que lhes fossem pedidas. <sup>(14)</sup>

IV. Na propria cidade, como nos sitios, os homens viviam sempre armados. Não havia serviço algum de vigilancia policial, nem mesmo de noite. Mal a camara procurava impedir abusos que se tornavam mais perigosos. O alcaide, como guarda da cidade, andava pelas ruas escuras; mas não

---

ram-me agua quente numa bacia; e tudo o mais que me era necessario se me serviu promptamente. Tudo tinha um certo ar de magnificencia; até as toalhas eram guarnecidas de rendas. Assim que me preparei, contava que me convidassem a jantar; mas, com mais do que simples grande admiração minha, só lá para uma hora da madrugada é que um creado me veio chamar. Fui encontrar, na sala de jantar, uma grande mesa servida de profusão de iguarias, e em quantidade que daria para umas vinte pessoas. Sentamo-nos á mesa o coronel, seu capellão, uma outra pessoa e eu. Tinha eu satisfeito o meu appetite, quando fui surprehendido por um novo serviço, e tão abundante como o primeiro; e em seguida ainda um outro composto pelo menos de umas dez especies de doces. No Recife, o jantar não podia ser melhor, nem mais brilhante; creio mesmo que um epicurista inglez se teria deliciado naquella mesa. Só lá para as tres horas pude recolher-me aos meus aposentos. Minha camara era excellente, e tanto mais a apreciei quanto era certo que não podia esperar ali semelhante conforto. No dia seguinte, não quiz o coronel que eu sahisse sem almoçar. Serviram-nos então chá, café e bolos: tudo excellente. Levou-me depois a ver os seus cavallos, e insistiu commigo para que escolhesse um e levasse em logar do meu, afim de que na minha volta encontrasse este em melhor estado. Pediu-me tambem que deixasse em descanso as bestas de carga, servindo-me de algumas suas até a volta. Recusei, porém, taes offerecimentos, agradecendo-lhe muito, pois os meus animaes estavam ainda em bom estado. Refiro estas minucias para fazer sentir com que amenidade são os estrangeiros tratados neste paiz».

<sup>14</sup> Koster foi recebido com muita deferencia: o quê não dispensou, entretanto, que o governador lhe pedisse o passaporte.

fazia mais do que prender em flagrante. Por isso mesmo, eram frequentes os tiros durante a noite, para espantar os gatumos e salteadores, contra os quaes convinha estar sempre de sobreaviso. — As ruas estavam, de ordinario, cheias de vaccas e cavallos, cabras, porcos e cães. Ahi não estava, no emtanto, o maior perigo. O que era preciso evitar, ás vezes travando verdadeiros combates, era a frequencia de facinoras bohemios, bandidos de profissão a que se dava o nome de *valentões*, e que foram, em toda parte, a praga mais nefasta daquelles tempos, principalmente nos suburbios, nos sitios mais isolados, e sobretudo nos caminhos desertos. O *valentão* era producto acabado da vida licenciosa dos sertões, onde nos principios do povoamento as indoles mais rudes ficavam livres, entregues ao imperio exclusivo da força. Era uma figura degenerada do velho cavalleiro andante <sup>(15)</sup>: vivia de rixas, procurando questões

---

<sup>15</sup> Segundo Koster, «o intento do *valentão* é fazer-se tão famoso pela sua coragem que só a sua presença seja bastante para conservar em respeito quantos porventura tivessem intenção de perturbar a ordem, julgando-se elle autorizado a vingar, tanto as proprias, como as injurias feitas aos amigos. Não admittia que houvesse disputas em que não fosse interessado de direito. A cerca de uma legua de Jaguaribe, cruzam-se dois caminhos. Vicente (é o pagem de Koster) me diz que naquelle ponto se encontram ás vezes alguns *valentões*, obrigando os passantes a bater-se com elles, ou então a descer do cavallo, a tirar o chapéu, e a conduzir o animal pela redea enquanto o tiverem á vista. Taes bravos tinham ao pescoço collares de contas verdes, vindas da Africa, aos quaes attribuiam a maravilhosa propriedade de proteger contra todos os perigos aquelles que os trazem. Taes collares eram obra dos pretos *mandingueiros*. Os *valentões* eram sempre seguidos de cães de um tamanho e força extraordinarios; e pareciam estes animaes possuir uma coragem igual á dos donos. Ensinava-se-lhes beber aguardente, o quê faziam á primeira ordem do respectivo senhor, dando a crer assim que eram dotados de qualidades sobrenaturaes. Tinha Vicente conhecido muitos *valentões*; e estava firmemente persuadido da virtude daquellas contas verdes. Acreditava elle tambem que os cães recebiam de seus donos certas qualidades que os tornavam superiores ao resto da especie. A physionomia do bom mulato mudava inteiramente quando começava a contar-me alguma de taes historias. Tinha habitualmente uns ares secos; mas, referindo-se a *valentão* tomava ares ferozes muito desagradaveis. Quando eu lhe dizia as minhas duvidas sobre a efficaçia das contas verdes contra uma bala certa, elle ficava furioso; mas não deixava de misturar a essa paixão um sentimento de quasi piedade.

pelas estradas, pelos bairros, pondo em terror ás vezes povoações inteiras, e afoitando-se até a entrar de noite na cidade. Aproveitava-se quasi sempre das festas, das feiras, para alardes e façanhas. Chegavam a juntar-se em bandos para proezas de escarmento. — Isto, no entanto, só se deu nos ultimos tempos, e durou pouco: a velha tradição teve de esquecer-se encontrando-se com tradições mais fortes. — Mas é assim que os homens mais pacificos e morigerados se viam na continencia de precaver-se contra a audacia desses vagabundos es-turdios: dahi a necessidade de viver na praça quasi com as mesmas precauções com que se vivia na roça.

V. Na cidade, a vida domestica não era muito mais que uma ampliação do modo de viver nos campos. O chefe de familia era a unica figura que se fazia sentir no convívio

---

por um homem que não tinha visto aquelles tempos fecundos em maravilhas. Elle parecia contente de que taes tempos fossem passados, não seni uma especie de respeito, aliás, por homens cuja vida se passára no meio de perigos. Apesar da força dos encantamentos, os valentões morriam quasi sempre de morte violenta; mas Vicente attribuia esses accidentes a algum acaso infeliz que fazia com que as contas verdes, no momento fatal, não estivessem em contacto com o corpo daquelle que tinham a virtude de proteger. Não é Vicente a unica pessoa de quem ouvi historias de *valentões*. Em nota, conta Koster o seguinte caso: «Um rico proprietario, irritado com alguns excessos commettidos por um desses valentões, homem branco, dissera que, si o encontrasse algures, lhe daria umas chicotadas. A ameaça chegou aos ouvidos do *bravo*, e algum tempo depois encontravam-se por acaso os dois homens num atalho. O valentão estava armado de pistola, espada e punhal. Convidou o proprietario a parar, dizendo que alguma coisa tinha a dizer-lhe. Pediu-lhe primeiro uma pitada de tabaco, e depois offereceu-lhe da sua propria boceta. Repetiu-lhe então as palavras injurias taes quaes lhe haviam sido referidas. O desgraçado proprietario, conhecendo o perigo que corria, deu de esporas a seu cavallo; mas o caminho, até uma certa distancia, não offerecia desvio algum. O valentão ajoelhou-se, e fez fogo; e o tiro teve o effeito desejado... O *valentão* continuou tranquillamente o seu caminho, e logo na primeira povoação por onde passou, deu elle mesmo noticia do crime... Este homem afinal foi preso, julgado e enforcado na Bahia, por diligencia do irmão da victima. Não poudeser executado em Pernambuco porque se tratava de um branco. Teve logar esta aventura a pouca distancia de Jaguaribe, haverá uns 15 annos» (fins do seculo XVIII).

local. A sua autoridade no lar quasi que se podia dizer absoluta e suprema. A ordem interna da casa, no entanto, ficava inteiramente entregue á esposa. Esta dirigia todos os serviços da casa, e tinha sob suas ordens tanto os filhos como os escravos e aggregados. O poder exercido por ella sobre todos chegava a ser verdadeiramente tyrannico, mostrando-se, não raro, de tyrannia mais impiedosa que a do marido. — A familia tinha uma convivencia muito limitada. Mal sahia do fundo do lar em certos dias, como dissemos, para ir á igreja, ou para alguma visita a parentes muito intimos; e então levavam as senhoras o rosto coberto de um véu. Tanto na igreja, como em casa, sentam-se no chão, sobre tapetes, ou sobre esteiras. Nas habitações meros pobres havia, na sala de entrada, onde se recebiam as visitas, um estrado, que se reservava para as pessoas de distincção. — Mesmo em casa, no entanto, a muito raras visitas appareciam as raparigas. Estas nem ás janellas tinham permissão de mostrar-se; para a rua só olhavam através das rotulas. — Os casamentos faziam-se, de regra, como funcção que se regulava antes de tudo pelas conveniencias de familia. O noivo, só por acaso, poderia ter a fortuna de ver a noiva antes do dia das nupcias. Os pais é que resolvem tudo, sem nada dizer sequer á interessada; e faziam questão de dar primeiro as filhas mais velhas e as menos prendadas. <sup>(16)</sup> O acto do casamento era celebrado com grandes festas; e si a familia tinha recursos, com toda pompa

---

<sup>16</sup> Sabe-se que naquelles tempos o capitão-mór era uma autoridade que tudo podia quando sabia querer. Tambem se sabe que um dos maiores flagelos para a gente miuda foi sempre, durante o periodo colonial (e até prolongando-se pelo imperio) o recrutamento para o serviço militar. Para se fazer uma ligeira idéa do que isto era, daremos aqui este pedaço do segundo volume de Koster, p. 163: «Um moço de familia respeitavel foi conduzido á presença de um certo capitão-mór; e este lhe propoz a alternativa de desposar uma rapariga que elle nunca tinha visto, ou ser soldado. O rapaz preferiu o ultimo partido: foi enviado para Recife, e ali alistado...» E adiante: «Durante algumas semanas todo o paiz pareceu desolado pela guerra civil. Bandos de homens armados appareciam por toda parte procurando os refractarios. Nem na propria casa estava um homem seguro...» Durante o imperio, continuou a vergonhosa tyrannia; e a republica, dando-lhe uma côr differente, não lhe teve repugnancia.

e ostentação. Os noivos iam, com grande acompanhamento, a pé, até a matriz, onde tinha logar a cerimonia. Ao chegar, de volta, á casa dos pais, eram recebidos com muito estardalhaço, muitas flores, musicas e foguetes. — Os baptizados e os funeraes faziam-se igualmente com solennidade. <sup>(17)</sup> — Como o antigo romano, o *homem bom* da cidade quasi que não convive com a familia. Passa o dia, ou na camara, ou na casa do capitão-mór, ou nas *rodas*. Ha uma quasi completa segregação da prole; homens e mulheres, des da primeira idade, vão separando-se ali debaixo do mesmo tecto. — Á mesa ordinariamente senta o senhor da casa, e quando muito os filhos já casados, e ós hospedes de consideração. Nos dias de banquete, tomam os homens assento de um lado, e de outro da mesa, as damas. O almoço, o jantar, ou a cêia é servida de uma só vez; isto é, todas as iguarias são logo expostas aos commensaes, e cada um se serve do que prefere. Come-se com os proprios dedos. Só muito tarde é que se adoptou o uso de talheres. O que se podia fazer de mais gentil ao vizinho era cortar a carne (com uma das poucas facas que havia na mesa) e offerecer-lhe assim. Aliás, usava-se da carne com muita parcimonia. As refeições consistiam ordinariamente em farinhas, pirão, legumes, peixe, alguma caça, ovos, leite e fructas. O vinho raramente figurava, mesmo na mesa dos ricos. O café só começou a ser usado (e só pelos abastados da cidade) dos fins do seculo XVIII em diante: foi o succedaneo do chá da India.

VI. Entre as festas religiosas, as mais communs em Natal (como em todas as outras capitánias) eram as da Trindade, da padroeira da parochia, e da Natividade, alem das de

---

<sup>17</sup> Na cidade o cadaver era *guardado* pelos parentes e amigos durante a noite, e com muitas orações, não sendo estas, no emtanto, incompatíveis com certos excessos de mesa. Si o defuncto tinha de vir para a freguezia, a trasladação era feita com grande acompanhamento. O cadaver era conduzido em rêde (de algodão ou de cipó), e assim mesmo, ou em maca, era levado ao cemiterio. Só os ricos tinham (e isso mesmo nem sempre) a felicidade... de ir para a cova accomodados no seu caixão.

S. Antonio e de S. João. A festa da Trindade, ou do Espírito Santo, era sempre a mais popular e ruidosa. Era feita a expensas de duas das mais ricas familias da terra: um cavalheiro, que tomava o titulo de *imperador do Divino*; e uma dama, que se desvanecia de ser a *imperatriz*. Eram escolhidos á sorte todos os annos, quando não havia festeiros de promessa. Alguns mezes antes da festa, andava pelos arrabaldes um bando a esmolar, formado de um violeiro cantador, que era o mestre, um ou mais adufeiros, muitos coristas, e um rapaz ou rapariga que conduzia a bandeira, e multidão de devotos. Ia esta gente pelos sitios e povoados, em alegria alleluial, pondo tudo em apparatus, recebida por toda parte com grandes expansões, e hospedada com farturas e honras, como visita edificante. Era no arraial um dia feliz aquelle em que apparecia a bandeira do Divino. — Estas folias recolhiam-se á cidade nas vespervas da grande cerimonia final da festa; e então, durante os tres ultimos dias de novenas, faziam-se, agora com mais pompa, as mesmas visitas domiciliarias que se haviam feito nos bairros. — Dos principios do seculo XIX em diante foi a festa da Trindade perdendo pouco a pouco o aspecto delirante e quasi profano dos tempos coloniaes. — A festa da padroeira (Nossa Senhora da Conceição) <sup>(18)</sup> celebra-

---

<sup>18</sup> Segundo Koster. — Mas o dr. Nestor dos Santos Lima escreve o seguinte (*A Matriz de Natal*, 40): «A PADROEIRA. — Manda a sinceridade afirmar que sobre alguns pontos não existe concordancia nos escriptores, nem uniformidade na tradição oral. É bem possível que no meu espirito haja duvidas a respeito, e que, si o digo, é movido pelo desejo de provocar uma contradicta e poder ser restabelecida a verdade historica. Entre todas importante, surge a controvérsia em relação ao orago dos natalenses. Contam que, a principio, a parochia era dedicada a Santa Quiteria: referiu-o o vigário João Maria, e agora dá-se-lhe visos de verdade. Em desfavor dessa tradição disse Frei Agostinho de Santa Maria (*Sanctuario Mariano*, 351 etc.): «... foi levantada (conquistado o Rio Grande) uma parochia que se dedicou á Rainha dos Anjos, Maria Santissima, com o titulo de Apresentação, quando seus Santissimos Pais, Joaquim e Anna, a foram offerer no Templo, sendo de idade de tres annos. Na capella-mór se collocou, pouco depois, um grande e formoso quadro de pintura, em que se vê o mesmo mysterio da Senhora historiado». Acresce, das investigações feitas, que a tradição é infirmada pelos documentos; num dos quaes se lê, em Junho de 1660, esta declaração — «Matriz



va-se a 8 de Dezembro. Alguns dias antes, o vigário designava as pessoas a custa das quaes se deviam fazer as despesas com as varias cerimoniaes. Começava-se tambem por uma serie de novena's, terminando-se com missa solenne e procissão. — As festas do Natal, de S. Antonio e de S. João faziam-se como em toda parte, sendo as duas ultimas pode dizer-se que mais festas de rua que de igreja. A do Natal (a *missa do gallo*) abalava toda a população da redondeza, affluindo nesse dia para a cidade; e gente que caminhava dois e tres dias ás vezes, só por aquella fortuna. — Todas estas commemorações religiosas faziam-se com muito enthusiasmo, e sempre misturando-se os actos do culto com folguedos e regabofes, jogos publicos, fogos de artificio etc. — As mais apparatusas, porém, foram sempre as festas de S. Antonio, S. João e S. Pedro. Consistiam em uma ou varias grandes fogueiras (nas maiores praças da cidade) <sup>(19)</sup>, em volta das quaes a multidão troçava a noite toda. Com o correr dos tempos, de festejos publicos

---

de Nossa Senhora da Apresentação de Natal». Embora não tendo sido a padroeira, existiu na Matriz, é verdade, um vulto de Santa Quiteria, talvez o primeiro ali venerado. Pelo menos, o vigário Bartholomeu, referindo uma nota do vigário Dornellas, de 10 de Março de 1799, certificava que aos cantos do altar lateral existia um altar de Santa Quiteria. E certo é que deteriorando-se com o correr dos annos a ponto de tornar-se incapaz do culto, a referida imagem foi enterrada debaixo do Altar-mór, onde a encontraram em excavações ultteriores, quando o vigário João Maria executava ali uns reparos. Não obstante estar muito mutilada, foi entregue ao cidadão José Joaquim Pereira do Lago, em poder de cujos descendentes é possível que ainda exista. — Diz-se tambem que a actual imagem da Padroeira de Natal aqui chegou casualmente, aos 21 de Novembro, de certo anno do seculo XVIII. Encontraram uns pescadores, no alto mar, um caixão fechado, e conduzido á praia e aberto, nelle se encerrava uma perfeita imagem do Rosario; a qual, sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação, é venerada no altar-mór da Matriz, por licença do ordinario olindense. Garantiram-me pessoas de fé ter sido, ha annos, encontrado e lido, no Archivo da Intendencia desta cidade, um documento que comprovava o providencial acontecimento. Debalde, porem, agora procurei tal documento ou livro: encantou-se, parece. E a tradição não é desmentida: donde acetal-a eu, com reserva, pelo seu cunho sentimental».

<sup>19</sup> Era tambem S. Antonio festejado nos bairros, e até nos sitios mais isolados, com excepcional arruido.



que eram (e até officiaes, pois a camara fazia a despesa da fogueira) reduziram-se a funcções populares e domesticas, fazendo cada familia a sua fogueira, á frente da casa, e festejando a seu modo o santo de predilecção. Como se sabe, foi S. Antonio o santo portuguez de mais devoção em toda a colonia. Era tido como o protector da terra, pelo seu prestigio e valimento junto ao Deus dos exercitos. <sup>(20)</sup> S. João Baptista era igualmente muito popular em todas as capitancias. Nota-se, nas cerimonias que subsistiram em relação a este santo <sup>(21)</sup>, alguma coisa de mysterio cabalistico, pelo menos em certas praticas, que talvez ainda hoje se encontrem muito desfiguradas em povoados do interior. Parece que costumavam os devotos, acompanhados de charanga e cantando, ir alta noite, em procissão, ao rio ou á fonte proxima, immergir na agua a imagem do santo para que fizesse elle a cada um a graça desejada.

VII. S. Benedicto e a Senhora do Rosario eram os advogados dos escravos; e por isso, muito raras haviam de ser as cidades e villas onde não houvesse uma irmandade dos pretos e uma capella sob invocação de um daquelles bemaventurados. Natal tinha a igreja do Rosario (como tinha tambem a de S. Antonio) onde se celebravam as devoções. — Um officio cultual muito generalizado na colonia era o *terço*. Mesmo nos sitios onde não havia uma ermida, ou onde faltava um padre para as grandes solennidades, cantava-se um *terço*, como se fazia lá no reino. É sabido como a origem desta reza se perde nos primeiros tempos da Igreja; e reduzia-se a repetir em côro cinco vezes (terça parte do Rosario) a oração dominical, acompanhada cada vez de dez Ave-Maria. Quando a celebração era mais solenne, rezava-se o rosario inteiro. Era isto feito com grande recolhimento e compunção, vestigio, sem duvida, daquelles dias virgens do Christianismo nascente. Em toda parte, na colonia, enxertavam-se nesta pratica religiosa infini-

---

<sup>20</sup> Chegou por essa razão a ter patente militar em todas as capitancias, pagando-se-lhe soldo, e rendendo-se-lhe honras militares.

<sup>21</sup> *H. do Brazil*, V.

dade de orações; e com isso se suppriam, nos bairros longínquos, os apparatus da liturgia catholica. O celebrante, ou melhor, o ministro ou director do terço (o *capellão*, como se chamava) si não era possivel contractar um sacerdote, era sempre um velho do povoado, especie de patriarcha, de *pai de terreiro*, que se dava ares de pessoa sagrada, muito conhecido e venerado no bairro, e alguns com fama extensa nas vizinhanças. Como na cidade, tambem nas pequenas povoações ou mesmo nos sitios do interior, começavam as festas por novenas de terços á noite, encerrando-se com um terço de mais pompa na manhã do decimo dia, e procissão á tarde. O esplendor de taes commemorações estava em reunir muita gente, e em queimar muitos fogos; e os actos do culto completavam-se em todos os lares com banquetes e bailes. Em regra, associavam-se ás cerimoniaes religiosas muitas festanças e diversões profanas. Principalmente na cidade, era commum tomarem parte nas grandes festas annuas os negros e os indios, com suas dansas e farças, arremedando tradições ás vezes já perdidas lá no reino, e misturando-lhes costumes e folguedos proprios.

VIII. Si as festividades de igreja se iam desfigurando, pôde imaginar-se como andariam as festas exclusivamente profanas, mais á mercê, por sua propria natureza, da indole da massa popular. Eram estas menos frequentes; e tinham lugar em certas datas historicas, como a do descobrimento, e depois de 1640, a da restauração, e outras da monarchia; e tambem nos dias faustos da cidade. Consistiam taes celebrações em luminarias, bandas de musica pelas ruas; *encamizadas*, *cavalhadas*, *operas* (representações theatraes) etc. As luminarias eram os signaes mais suggestivos de publico regosijo. Faziam-se por meio de velas de cêra ou de candeias, como na illuminação commum. (22) Como em todas as cidades do Brazil, havia em

---

<sup>22</sup> Em 1729 celebraram-se em Natal festas publicas pelos desposorios do Principe do Brazil com a Princeza das Asturias. Duraram os festejos nove dias successivos, «com comedias e varias festas de cavallo e outras celebridades, illuminando-se tres noites todas as ca-

Natal uma banda de musica, mantida por associação particular e com auxilio da camara. Mesmo quando não havia celebração official, em dias de gala, a charanga, com uma cauda immensa de entusiastas, sahia a passeio pela cidade, dando alvorada; e á noite, repetia o passeio, parando á frente da casa de cada autoridade e das grandes figuras da terra. <sup>(23)</sup> Era de uso rigoroso que a autoridade, ou o maioral, ouvida a primeira peça de musica, apparecesse a uma das janellas, e dêsse os vivas de estylo, sempre correspondidos com vehemencia pelas turbas. <sup>(24)</sup> — As *encamizadas* eram comedias ou farças ao ar livre, nas quaes tomavam parte sujeitos phantasiados a caracter. — A *opera* representava-se num salão fazendo de palco; pois durante o periodo colonial não havia na cidade theatro publico. — A *cavallhada* era reminiscencia dos antigos torneios de cavallaria. Usava-se muito em Natal, e em outros centros mais populosos do interior. — Em geral, muito pouco se dansava nos tempos da colonia. Parecia haver até um certo prejuizo contra esse modo de manifestar alegria. É possivel que restasse na indole do colono algum escrupulo em admittir a dansa como só diversão profana; tanto assim que se usava dansar nas igrejas, conciliando-se a folgança com o respeito devido ao recinto sagrado. — Em Natal, no emtanto, sempre se dansava alguma coisa, principalmente depois da vinda da

---

sas da cidade, avantajando-se (a illuminação) nas ruas, pois se accendiam nellas 80 luzes cada noite...» O interessante é que a camara fizera a despesa com a illuminação, mas depois pediu ao Rei que, a exemplo do que se fazia em outras capitancias, se lhe «dessem propinas e cêra»... O Rei mostrou-se muito commovido com aquellas manifestações de fidelidade; mas isso não impediu que, por sua parte, tomasse a cautela de se informar (do governador de Pernambuco) sobre si com effeito se haviam gasto mesmo as quatro arrobas de cêra que allegava a camara, e si eram devidas as propinas. (Carta regia de 23 de Agosto de 1730. V. *Revista*, XIV, 43).

<sup>23</sup> Era uma grande honra ter musica á porta em taes dias. Quasi sempre o dono da casa offerecia refrescos, ou qualquer coisa de beber aos musicos.

<sup>24</sup> Saber dar esses vivas não era para todos; e quantos não faziam fiasco engasgando-se... Só os mais intelligentes, e que passavam como *aguias* na cidade, é que eram habéis em dar os vivas adequados ao dia, ou allusivos ao facto que se celebrava.

côrte. Havia mesmo dansas ao ar livre, entre rapazes e raparigas phantasiados, ou com algum distinctivo proprio da funcção. A diversão mais estrondosa era o *fandango*; o qual pouco a pouco foi sendo excluido da cidade, e refugiando-se nos bairros da vizinhança e povoados do interior. — Os pretos tinham as suas *congadas* e *marujadas*. Eram tradições de guerras entre regulos africanos, e entre christãos e mouros. Faziam-se por occasião das grandes festas, tanto das religiosas, como das profanas. — Das festas ruidosas da colonia, a mais destemperada era a do carnaval. Como em todo o paiz, chegava o entrudo a revestir no Rio Grande do Norte um caracter de selvageria que mal se póde hoje imaginar. <sup>(25)</sup>

---

<sup>25</sup> Koster descreve os horrores do entrudo: os banhos geraes, as luctas tremendas a mancheias de polvilho; e outros excessos. E diz que os padres e as velhas eram sempre os mais assanhados...

## CAPITULO XVIII

### O QUE SE PASSA PARTICULARMENTE NAS CAPITANIAS DO NORTE DEPOIS DA CHEGADA DA CÔRTE

I. Vinha a côrte portugueza encontrar, em 1808, nos dominios americanos em geral um povo, si não em plena maioridade, pelo menos prospero e forte, e começando a ter decisiivamente uma consciencia muito nitida do seu destino. Para se ter disso exacta idéa, bastaria ver o desenvolvimento que tinham tido os mais importantes nucleos de vida e de trabalho, e principalmente as condições em que se encontra em toda parte o espirito das populações em principios do seculo XIX. E particularmente na porção do paiz mais em contacto com o mundo através da metropole, deviam notar-se, bem flagrantes e impressivos, os signaes de que o velho systema da colonia já não é sufficiente para regular aqui a existencia da sociedade nova que se formára. — Não foi só o esforço de tresentos annos que creou a situação a que se allude. Não é só ao valor da economia interna, nem ao orgulho da riqueza que se hão de attribuir a fortaleza moral, as tendencias, os sentimentos — tudo isso, em summa, que se revela em todas as classes como prova de que ha uma opinião publica no paiz. — Para esse estado do animo geral é preciso admittir a contribuição de mais de um factor extrinseco, devido a circumstancias que vieram influir em nossa vida e orientar toda a nossa formação historica. — Antes de tudo, convem notar que em contraste, agora incisivo mais do que nunca, com a prosperidade da colonia estavam os processos do governo e administração, que Portugal aqui mantinha, tão oppressivos como nos primeiros tempos, e até cada vez

menos supportaveis, pelo crescente rigor com que eram praticados. As desordens intestinas nas varias capitancias, e as verdadeiras revoltas politicas que se deram em algumas dellas accusam sempre excessos de autoridades e abusos de funcionarios, que se punham em collisão com a altivez e independencia dos colonos. Póde affirmar-se categoricamente que foi o regimen colonial, durante tres seculos a pesar sobre as populações, que as induziu a sentir como os seus interesses se separavam dos da metropole, e como com a monarchia portugueza se havia tornado incompativel a sorte da patria nova creada neste lado do oceano.

II. A essas disposições do espirito publico viera juntar-se, pelos fins do seculo XVIII, a invasão das novas idéas que agitavam a Europa. Por mais cuidado que tivesse o governo portuguez em evitar-lhes o contagio, aqui, mais ainda que no reino, foi sensivel a repercussão da tormenta. — Já a independencia das colonias inglezas da America do Norte havia actuado em todos os maiores centros do dominio; e a historia do movimento que lá triumphára, os nomes dos heróes que se haviam glorificado, as excellencias da propria lei fundamental do novo Estado que se constituira — echoavam por aqui, em toda parte, produzindo enthusiasmos, passando pela voz dos mais cultos á alma das massas, a nutrir aspirações, e a gerar anciedades, fazendo sentir melhor o que tinha de iniquo e doloroso a condição em que ainda estava o Brazil. — É per isso mesmo que a vinda inesperada da côrte vem despertar um sentimento como de revivescencia em toda a colonia. Ao espanto do primeiro momento succede a esperanza de que tudo venha agora a mudar na politica e administração do dominio. Explica-se isso. Em grande parte, os defeitos do regimen, e os maiores gravames de que soffrem os povos, attribuem-se principalmente á circumstancia de estar muito distante a autoridade suprema. Passando agora a ter a sua séde no proprio paiz, é natural que a acção directa e prompta do governo viesse corrigir erros e abusos que se suppunha menos inherentes á natureza das instituições que devidos áquella circumstancia. Dahi a espontaneidade dos festejos e as alegrias com que se recebe a familia real. O jubilo em todas as capitancias

não foi menos vivo e estrondoso, nem as manifestações de todo genero menos expansivas do que tudo que se fizera no Rio.

III. Não demorou, porem, que fosse cahindo em si daquellas illusões a alma da terra, e arrefecendo a exaltação dos primeiros dias. Ninguém tinha pensado que tão cedo viessem motivos de desgosto e amargas queixas toldar aquellas alegrias, e pôr-se em contraste com as festas em que se abrira o coração de todos. Dentro em pouco passava a ser a côrte mais uma excrescencia incommoda e penosa do que a portadora da era nova com que se haviam illudido as populações de todas as capitánias. Estava de todo desfeita aquella confiança que a trasladação da côrte havia inspirado: e inicia-se, formal e decisivo, o conflicto do espirito novo com o velho regimen. A colonia retoma o seu caminho: e agora de uma vez convicta de que com effeito a causa do mal reside no apparelho que a prende e suffoca. A revolução pernambucana de 1817 é a primeira explosão que denuncia como o sentimento nacional se tem divorciado daquella ordem politica que só a força poderá continuar a manter. Não só pela sua extensão, como pelo que significou, aquelle successo não deixa mais duvida quanto ao rumo que a nação vai seguir na sua historia. Ha quem queira ver ali apenas o desejo de independencia politica sem nenhuma idéa de exclusão ou preferencia em materia de instituições. Mas, si fosse apenas isso aquelle movimento, como se explicaria o que se deu ali mesmo em Pernambuco logo depois de proclamada a separação no Ipiranga?

IV. O que se vai passar ali no norte em 1817 é sem duvida nada menos que uma formal e violenta manifestação do que anda, mais ou menos latente, em todas as capitánias, mas sobretudo naquella vasta porção do nordeste de que Recife é centro; e cá no sul, em Minas e no Rio de Janeiro. — Desde muitos annos, aliás, que se poderiam indicar, em todos esses nucleos de força e de cultura, os symptomas mais evidentes de que o regimen da colonia estava de todo compromettido com os sentimentos dos povos; e que a presença da côrte não fizera mais que confirmar no animo geral os motivos de aversão aos intentos da metropole. — Sabe-se que uma das grandes familias mais antigas da colonia, a dos Al-

buquerque, tinha tomado em todo o norte um prestígio preponderante. Os seus diversos ramos estenderam-se por todas as capitanias do Brazil oriental, des do Maranhão (e talvez do Pará) até a Bahia. Alem de representantes dessa família, em todas essas capitanias contavam-se homens notaveis, quer pela sua fortuna, quer pela sua cultura, e já dominados das novas idéas e anciosos por mudar aquella ordem de coisas que a monarchia portugueza parecia disposta a manter inalteravel na America, enquanto o velho mundo se levanta e revive. — É conhecido, desde fins do seculo XVIII, o famoso *Areopago de Itambé* (junto á divisa das duas capitanias de Pernambuco e da Parayba) fundado pelo celebre paraybano Dr. Manuel de Arruda Camara e por outras figuras conhecidas. Desse club fizeram parte, entre outros, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seus irmãos Luiz e José, os padres João Ribeiro, Antonio de Albuquerque Montenegro, e outros. Esse club era uma sociedade secreta <sup>(1)</sup>, muito de proposito situado ali na raia das duas capitanias, e que, congregando os homens mais distinctos, e de mais valimento de uma e de outra parte, se tornára um centro de convívio, de estudo e de propaganda das novas doutrinas que lavram na Europa, e sobretudo das aspirações que se geram na consciencia dos mais cultos. — Alem dessa de Itambé, crearam-se logo, depois outras agremiações, disfarçando-se sob o titulo de *academias*; taes como as do *Paraíso* e do *Cabo* (ou *Suassuna*, porque nesta preponderavam os Albuquerque).

V. A vinda da côrte não muda, sinão por alguns instantes, o sentimento geral dos pernambucanos. <sup>(2)</sup> Tinham es-

---

<sup>1</sup> O dr. Mario Carneiro do Rego Mélo publicou em 1909, em Pernambuco, um livro sob o titulo de *A Maçonaria no Brazil*. Nesse trabalho estuda elle a influencia que a maçonaria teve em quasi todos os grandes movimentos politicos da nossa historia. Em 1912, o mesmo autor nos deu um novo livro sob o titulo de *A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817*, no qual estuda «a acção que a maçonaria teve em píncipios do seculo passado, cooperando de modo tão efficaç para o golpe patriótico que ella propria realizou, cinco annos mais tarde, a 7 de Setembro de 1822».

<sup>2</sup> Por pernambucanos aqui é preciso entender os povos das tres



tes, com effeito, aproveitado alguma coisa das vantagens que a mudança da séde da monarchia importára para o paiz. Com a abertura dos portos tomára o commercio largo incremento. A ampliação do commercio influira fortemente sobre a lavoura, as industrias, em geral sobre a economia interna de todo o nordeste. — Não ha povo, porem <sup>(3)</sup>, que se contente apenas com a prosperidade material. Sob outros aspectos, o estado daquellas capitánias, ali pelas vespéras da revolução, era mais doloroso talvez do que nos tempos que precedem immediatamente a chegada do Rei. Começava-se por sentir em toda parte que, á medida que se desenvolve e augmenta a riqueza pelo trabalho, mais pesada se vai fazendo a mão insofreavel do fisco e a impiedosa tyrannia das justiças. Não era só o gravame de contribuições que se exaggeram com as exigencias da côrte: outros muitos flagelos cahiam sobre os povos, como pragas que se multiplicam e não acabam nunca. Com a fuga da familia real tornára-se afflictiva a situação lá no reino, e a emigração tomou o character de um exodo espantoso. Quasi toda a gente que sahia do reino procurava o Brazil. Aqui, em vez de mandar <sup>(4)</sup> distribuir terras entre os imigrantes que se amontoavam em differentes pontos do littoral sem terem o que fazer, ordenava o governo que *em todas as capitánias onde aportassem ou permanecessem, fossem sustentados pelas autoridades, accomodados como fosse possivel, e empregados nos cargos que vagassem*. De forma que, ou eram empregados publicos para terem o que comer; ou ociosos accomodados e sustentados, sem limitação de tempo, com o dinheiro dos contribuintes. — Chegaram as coizas a extremo tal que as camaras das varias capitánias tiveram de clamar, em 1815, para o proprio Regente contra os abusos. E uma dessas corporações, a camara de Igarassú, animou-se a fazel-o em termos de desusada vehemencia. Em vez de aperceber-se das desidias e iniquidades, ao menos para ouvir os agravos

---

capitánias pelo menos — Pernambuco, Parayba e Rio Grande do Norte — pois as duas outras dos extremos norte e sul (Ceará e Alagôas) não estavam de todo fóra da influencia dos grandes chefes do Recife.

<sup>3</sup> Prefacio do dr. M. L. Machado á *Historia da Revolução de Pernambuco* do Monsenhor Muniz Tavares.

<sup>4</sup> *Ibidem*.

e estudar os fundamentos do reclamo, insuflou-se de indignações o governo do Príncipe, e até de suspeitas, não propriamente contra a camara, mas contra a pessoa que redigira a representação... E por isso ordenou ao governo da capitania, não que conhecesse dos motivos daquella queixa, mas que tratasse, com todas as cautelas, de conhecer o official audacioso que a escrevera; e de indagar ao mesmo tempo si havia por ali «outras pessoas que, *por suas opiniões e discursos*, fossem perigosas...» O alarma produzido na côrte por aquelle grito de misericórdia evidenciava-se bem no cuidado com que se recommendou ao governador que fizesse taes perquisições «com a circumspecção e segredo que este negocio exige» (dizia o ministro marquez de Aguiar); «da mesma sorte (accescentava) que este aviso é escripto, *que vai sen numero*, por se ter confiado somente ao official maior desta Secretaria de Estado, que o fez e registrou *no livro secreto*».

VI. Pessoas «perigosas» decerto que as havia em todas as classes, pois o descontentamento era geral e irreprimivel naquellas capitancias. — Pelo que se vê em Pernambuco pôde julgar-se do que vai por todas as outras. Nas ruas de Recife e de Olinda não havia policia... pela simplez razão de que se não encontrava quem quizesse servir de graça... Imagine-se em que condições se andaria vivendo nos districtos mais escusos da provincia. Os roubos, os disturbios, os assassínios, de regra ficavam impunes; e quando as victimas iam queixar-se ao governador, o mais que obtinham era o paternal conselho de «não sahir de noite, e de ter as portas bem fechadas». — A justiça vivia entregue aos potentados e aos ricos. Tudo se fazia por dinheiro. — O governador Miranda Montenegro era um homem que para aqueles tempos poderia bem passar por digno, si não fôra aquella eiva de absurdo regalismo que o punha como em adoração diante do throno. Ali no governo de Pernambuco (e notavelmente depois que se trasladára a côrte para o Rio) dir-se-ia que não tem elle mais consciencia da sua função, limitando-se a remetter para o real erario toda a receita arrecadada, como si agradar ao seu senhor fosse o seu maior cuidado. Alem disso, era muito fraco de coração, e de uma ineptia pesada; e confundia aquella moderação e paciencia, que estavam muito na sua indole, com a

mais assombrosa desidia pela causa publica. — É por isso mesmo que em grande parte lhe toca a responsabilidade do que se vai dar em Pernambuco, onde exercera o seu cargo por cêrca de trese annos; pois, no estado em que se encontrava a colonia em geral, a ordem dependia sempre do prestigio dos governantes e das sollicitudes de uma boa administração com que attenuassem os males do systema.

VII. A todos esses fundos motivos de queixa, desde 1815, em consequencia das complicações do sul, juntavam-se excepcionalmente outros, que vinham como de proposito para provocar a explosão de coleras que se andavam reprimindo. O primeiro foi o atraso no pagamento do soldo ás tropas. A isso accresceu logo o recrutamento, e ainda as contribuições extraordinarias determinadas pelas guerras do Prata. — É, pois, desse mal-estar, sentido em todas as capitánias, mas principalmente nas do Brazil oriental (as que tiveram sempre, durante o periodo da colonia, a vida mais dramatica e atormentada) que vai sahir mais aquelle protesto de 1817. — Dos primeiros impulsos, que nascem numa ou noutra alma, vai-se logo passando a generalizar na vasta provincia a sensação daquelle transe. Em breve se extendem os entendimentos para o norte e para o sul; e as primeiras figuras das varias capitánias começam a mover-se quasi sem mais as reservas dos velhos tempos. Agita-se, discute-se por toda parte, como num extranho renascimento de coragem — nos clubs, nos conventos, nos salões, nas ruas, nos caminhos. É principalmente no convivio das altas classes que se incuba a nova idéa. — De taes disposições surgem facilmente opiniões e alvitres, que pouco a pouco se concretizam em planos, e que rapido avassalam os mais resolutos e altivos. Logo se vão fazendo os conciliabulos sem mais precauções, quasi á luz do dia. E não só lá na terra onde vai irromper o incendio, mas em todo o paiz entendem-se as lojas maçonicas; e dá-se áquelles anceios a significação, que realmente tiveram, e o encanto de uma grande causa, em que a patria se confunde com a humanidade. (5) Por fins de

---

5 Num banquete houve quem se levantasse para propôr um brinde nestes termos: *Vivam os brasileiros e morram todos os marinhoeiros!*

1816 dir-se-ia que em Pernambuco se conspira abertamente e com enthusiasmo. As reuniões de patriotas fazem-se como festas civicas. Nos banquetes excluem-se iguarias e licores que vêm do reino: exactamente como certos fidalgos detestavam acespipes só porque eram coisas do Brazil... <sup>(6)</sup> Os proprios brin-des feitos ás senhoras davam a medida e o tom do espirito geral, e sobretudo da aversão votada pelos filhos da terra ao portuguez reinól. <sup>(7)</sup> — Em princípios de 1817 podia considerar-se como tramada a conjuração contra o governo do Rei, e em taes condições que se diria formidavel. — Hoje não seria mais possivel duvidar-se de que o projecto de independencia não se limitava a Pernambuco e ás outras capitánias que logo a acompanharam. Em todas estas, como em outras muitas capitánias, os melhores elementos estavam de concerto com os grandes chefes pernambucanos: elementos tão poderosos, e tudo urdido com tal segurança e decisão que, em outras circumstancias, ter-se-ia anticipado alguns annos, dando-lhe naturalmente outras feições, a obra de 1822.

VIII. Desde 1814 pelo menos que o padre João Ribeiro, o capitão Theotônio Jorge, o commerciante Domingos Martins, e outros homens de prestigio e de acção residentes em Recife, tratavam com chefes politicos do Maranhão, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Parayba, da Bahia, e até do Rio de Janeiro. — Em 1815 ia Domingos Martins ainda uma vez á Europa, onde ha razões para crer que estava relacionado com lojas maçonicas fortemente empenhadas em estimular e proteger os movimentos americanos. Falava-se muito mesmo em accórdos com politicos e militares do reino; e comquanto a

---

*Marinheiros*, como se sabe, era o nome pelo qual, des da guerra dos *Mascates* (1710), se designavam os portuguezes. — Em outro jantar, na casa de Barros Lima (o *Leão coroadado*) fez José Mariano de Albuquerque o seguinte brinde a uma senhora brasileira casada com portuguez: *A saúde das senhoras brasileiras que não tiverem duvida de matar os marinheiros seus maridos!*...

<sup>6</sup> É conhecido o caso daquelle ministro de d. João, o conde de Anadia; o qual não comia nem bolos em que entrasse farinha de mandioca...

<sup>7</sup> V. nota 5.

respeito nada de positivo se indique, deve notar-se que a noticia dos successos de Pernambuco foi coincidir lá com a mallograda tentativa de Julho. — Enquanto Domingos Martins ia a caminho da Europa, não descansavam aqui os seus companheiros de conjuração. Theotonio Jorge vinha ao Rio, onde se contava com o apoio de homens eminentes, segundo algumas versões até no seio do governo. Testemunhos de autoridade indiscutivel autorizam a crer-se que, a julgar pelas adhesões que se tinham como firmes no Rio de Janeiro, a revolução do norte não faria mais que «adiantar de cinco annos o grito do Ipiranga». <sup>(8)</sup> — Pelo mesmo tempo ia Francisco de Paula disfarçadamente até as capitánias do norte. Visitava Parayba, Natal, Aracaty; e só não chegára a Fortaleza por ter desconfiado de que os seus intuitos tivessem chegado aos ouvidos do governador Manuel Ignacio Sampaio. <sup>(9)</sup> Mas em Aracaty esteve alguns dias, pondo-se de intelligencia com varios conjurados já de aviso, tanto na villa, como em logares vizinhos. Havia então em Aracaty uma familia modesta, mas conhecida e estimada pelo character altivo de alguns de seus membros, taes como os irmãos Costa (Antonio, Joaquim e Manuel) homens de côr, muito populares naquella redondeza. Com estes e outros combinou Francisco de Paula os ultimos passos para o levante planeado; volvendo dali o chefe pernambucano com a certeza de que os habitantes do valle do Jaguaribe ficavam promptos para o rompimento ao primeiro signal. Um pouco antes, o mesmo Francisco de Paula e Philippe Neri fizeram longa temporada em Natal, fingindo que estavam ali por necessidade de negocio, chegando Neri a estabelecer-se com casa de commercio. De Natal sahiam em demoradas excursões pelo interior, espalhando com habilidade por toda parte suggestões que despertavam sentimentos e preparavam disposições para o momento propicio. — De volta do Rio de Janeiro, estivera Theotonio Jorge na Bahia, entendendo-se com muitas pessoas de influencia já de concerto com os chefes pernambucanos. Na antiga metropole colonial, *toda a população grada* era partida-

---

<sup>8</sup> *Historia do Brazil*, VII, 352.

<sup>9</sup> Barão de Studart — *O movimento de 1817 no Ceará*, 4.

ria da revolução <sup>(10)</sup>; e isso mesmo pareceu denunciar-se logo depois, quando o conde dos Arcos, para poupar o sacrificio de tantos compromettidos, e talvez para se pôr a si mesmo a salvo de perigos, tratou muito solícito de abafar tudo. — Documentos valiosos e até factos incontestaveis cõrroboram, pois, a versão de que o pensamento daquella causa estava muito vivo em quasi todas as capitánias, e de que só a falta de cohesão entre as populações, e de uma direcção suprema do plano, é que explica o fracasso do que se tramára. Estava tão generalizada aquella idéa, não talvez de fazer a revolução pela Republica, mas de a fazer pela independencia, que na occasião em que ia responder *pelo seu crime*, dissera Frei João da Conceição Loureiro (guardião do convento de S. Francisco de Recife) no momento de ser algemado para desembarcar na Bahia — que «si se houvesse de tratar daquelle modo todos os cúmplices que existiam nas differentes capitánias da America, *não eram bastantes nem todos os navios que el-rei tem para os conduzir, nem todos os ferros para os prender*». — Nos seus agapes, levantavam os conjurados enthusiasmas saudações á patria futura <sup>(11)</sup>; e aquella coragem desaffrontada que mostravam, fazendo tudo já ostensivamente, não se explicaria sinão como filha da grande confiança que tinham na victoria da causa. Si o proprio D. Pedro, que começava a ser tão querido dos brasileiros, era tido, e depois accusado como participante do plano! <sup>(12)</sup>

---

<sup>10</sup> \*Conselheiro Antonio Pereira Pinto (*Revista do Instituto* XXIX, II, 43).

<sup>11</sup> O proprio Montenegro, no seu officio de 9 de Abril, dirigido da Ilha das Cobras ao conde da Barca, diz tudo minuciosamente. Num documento ha um trecho que parece deixar entrever que até o mesino Caetano Pinto era accusado como mettido, ou pelo menos como conivente na conspiração. É este: «Alguns procurarão *perder-me tambem* (diz elle) para encobrirem os seus erros com o sacrificio da minha reputação; e outros, de uma infame seita tão espalhada pelo mundo, para offerecerem mais uma victima ás suas occultas e falsas divindades».

<sup>12</sup> «Especie de d. Miguel ao avêssô, d. Pedro era, desde 1817, accusado de cúmplice da revolução republicana de Pernambuco». (Oliveira Martins — *O Brazil e as colonias portuguezas*, 105). Em outra parte, extranha o historiador portuguez que os pernambucanos tivessem sido abandonados principalmente pelas capitánias do sul. «Por-

IX. Ao que se passava em Pernambuco, e decerto nas outras capitánias, não era extranho o governador Montenegro. Nem seria preciso reconhecer nelle algum atilamento para saber o que, pelo menos *na cidade, ninguém ignorava*. <sup>(13)</sup> — Mas elle nunca deu credito ao que se lhe dizia, e talvez menos por desidia do que pela incredulidade, em que estava, de que houvesse alguém capaz de conceber o sacrilegio de inconfidencias e revoltas contra a majestade para elle intangivel. Para tornal-o mais incredulo ainda, concorrêra, um anno antes, uma sedição de negros que se lhe denunciára com tanto estrepito, e que afinal o induzira a cahir em ridiculo... — Entretanto, boatos aterradores, e até avisos e denuncias formaes (si bem que anonymas) chegavam constantemente á côrte, endereçados ao proprio Rei. <sup>(14)</sup> Não se sabe direito, mas é mais que provavel, que da côrte se expedissem notas e recommendações a Montenegro acêrca daquellas coisas; ainda mais naquelle tempo em que a monarchia andava tão perseguida de azares. E porque os avisos eram ali muito claros, era natural que por fim não pudesse mais o governador de Pernambuco, sem risco de graves compromettimentos, fazer-se surdo a semelhantes atoardas. — De fins de 1816 em diante continuaram a chegar-lhe denuncias, e insistentes conselhos para que tomasse medidas promptas no sentido de acautelar a ordem publica. Era Montenegro um homem avesso a violencias, mais alma piedosa para a paz que animo austero de politico para as crises. Agora, no emtanto, cumpria-lhe dar conta de tudo ao governo do Rio, tanto para orientar-se bem seguro, como para pedir soccorro de forças com que se habilitasse a agir desassombrado. Talvez tivesse mesmo elle o intuito de prevenir quaesquer projectos de desordem fazendo correr boatos exaggerados sobre taes providencias. Enganava-se, porem, suppondo que se tratava apenas de velleidades de descontentes muito faceis de

---

que — pergunta elle — não acudiram S. Paulo e Minas ao grito da independencia do norte?» A mesma pergunta esteve nos labios de todo mundo em 1824, e sobretudo em 1835: «Porque S. Paulo e Minas não acudiram aos pernambucanos, e depois aos rio-grandenses do sul durante aquella campanha homérica de dez annos?»

<sup>13</sup> Tollenare — *Notas dominicaes*, 176.

<sup>14</sup> Dr. Mello Moraes, pai — *Historia das Constituições*, 175 etc.

dissipar: quando sentiram aquelles indícios de suspeita e prevenção, em vez de se conterem, antes dispuzeram-se os patriotas, firmes e decisivos, para anticipar, si fosse necessario, a data do rompimento da revolta. — Chega afinal um momento em que Montenegro não poudé mais nem esperar por instrucções da côrte para sahir da passividade em que, se mantinha. Os mais fieis á realza já attribuiam á inexgotavel tolerancia do governador a audacia crescente dos dyscolos. Seria mesmo de recear que o clamor dos portuguezes chegasse a repercutir na côrte com mais do que desar para o delegado da côrôa.

X. Foi um pequeno incidente, occorrido por occasião de uma festa popular na Estancia, que mais impressionou o espirito de Montenegro: incidente, aliás, comquanto muito commum, bem proprio, pela sua natureza, para denunciar o estado dos animos na capitania. Foi o caso que na festa com que se commemorava annualmente num logarejo uma victoria contra os hollandezes, occorreu o facto de haver um preto, official do regimento dos Henriques <sup>(15)</sup>, castigado um portuguez que ousava proferir palavras injuriasas contra os brasileiros. Grande sensação causou aquillo em toda a capitania; e no Recife, teve-se o facto como symptoma alarmante. — Deliberado a sahir da sua culposa inacção, vai, no emtanto, o governador desatinadamente, em vez de conter como presumia, precipitar os acontecimentos. Entendeu que devia dar primeiro uma ordem do dia aos dois regimentos entre cujos officiaes reinava com mais calor o espirito de partido. Si o movel do intento era congraçar brasileiros e portuguezes, é de lamentar que não acertasse com os meios; pois os conselhos, que dava nessa ordem do dia, levavam de mistura as mais insultuosas allusões aos delatados patriotas — «homens malvados», que só procuram «tirar alguma vantagem das desgraças alheias...» No dia seguinte (5 de Março) fez ainda correr uma proclamação, endereçada ao povo pernambucano, aconselhando paz e fraternidade, e mais do que tudo, a tradicional submissão ao soberano que todos andavam *jubilosos de possuir neste he-*

---

<sup>15</sup> Chamava-se Roberto Francisco Cabral o alferes preto a que se allude (segundo o dr. Machado).



*mispherio*... Parece que o que elle quer agora é disfarçar as providencias planeadas, e illudir os conjurados inspirando-lhes uma falsa segurança. É evidente, porem, que o illudido era elle; pois com semelhantes recursos não fazia mais do que assustar uma população, que andava sem duvida insoffrida e quasi afflicta, mas que, extranha em geral ao plano combinado entre os patriotas, só agora comprehendia que alguma coisa de extrema gravidade estava para dar-se.

XI. No mesmo dia á tarde, muito instigado pelos elementos portuguezes, convocou Montenegro para o dia seguinte um conselho de generaes da guarnição, indicando assim que não queria tomar só por si a responsabilidade de medidas contra os denunciados. — Foram logo avisados disso os comprometidos na conjuração; e seguros e resolutos, congregaram-se todos elles na manhã de 6 em casa de Domingos Martins, aguardando o resultado do conselho militar. — Tão persuadidos estavam da sua força os generaes portuguezes, e tão desapercebidos da situação dos animos — que julgaram desnecessario, antes de se tornarem effectivas as medidas a que iam recorrer, tomar precauções contra possiveis emergencias recceadas pelo governador. — Logo pela manhã de 6 de Março reuniu-se o conselho, em sua quasi unanimidade formado de portuguezes; pois dos generaes presentes só o brigadeiro José Peres Campello era brasileiro. — O modo como se manifestaram alguns desses homens naquella sessão vale muito como symptoma do fundo rancor que lavrava entre pernambucanos e peninsulares. <sup>(16)</sup> O tenente-coronel Alexandre Thomaz (que era ajudante de ordens do governador) insistiu na opinião de que os conjurados deviam ser attrahidos ao palacio do governo, e ahi mesmo assassinados. Por fortuna dos miseros, tanto o governador como o brigadeiro Campello, encontraram, contra a insanias de semelhante alvitre, apoio no marechal José Roberto, homem moderado e respeitavel; e fechando ouvidos a excessos de paixão, conseguiram os menos imprudentes que se tomasse apenas a providencia de prender os indigitados, tan-

---

<sup>16</sup> Escreve o dr. Machado no seu prefacio á edição de Muniz Tavares (LXI, nota 1).

to militares como civis, e envia-os para o Rio de Janeiro. A prisão dos civis <sup>(17)</sup> devia ser effectuada pelo marechal José Roberto; e a dos officiaes, pelos chefes dos respectivos regimentos: e tudo naquella mesmo dia, de uma para duas da tarde.

XII. Dos civis parece que só Domingos Martins chegou a ser preso. O brigadeiro Salazar procedeu com certa discreção, e sem escandalo fez recolher á fortaleza das Cinco Pontas o ajudante do seu regimento, Manuel de Souza Teixeira. Com igual tino e prudencia não soube agir o commandante de artilharia, brigadeiro Manuel Joaquim Barbosa de Castro. Tinha este de effectuar a prisão de cinco dos officiaes do seu regimento. Portuguez orgulhoso <sup>(18)</sup>, violento e desabusado, presumiu que nenhum dos seus subalternos se arriscaria a desrespeital-o face a face. Com esta presumpção, mandou avisar os officiaes do seu regimento para que, na hora indicada, se apresentassem no quartel. Quando estiveram todos reunidos, começou Barbosa de Castro a falar muito destemperado, em tom aspero e insolente, da agitação da provincia, e declarando que sabia como no seu regimento é que se aninhavam os principaes agitadores. Julgando-se offendido, rebateu o capitão Domingos Theotónio Jorge dizendo-lhe que elle, chefe, e não os seus officiaes, é que merecia censura por se haver bandeado com o partido portuguez, oppressor dos brasileiros. Barbosa, desconcertado com a exprobração, ordenou com arrogancia que se conduzisse preso o temerario que ousára insultal-o. E voltando-se logo em furor para o capitão José de Barros Lima, deu-lhe voz de prisão. Nem havia pronunciado bem a palavra, quando viu o intimado erguer-se com a violencia do raio, desembainhar a espada, e acommettel-o. Em vão procurou o brigadeiro defender-se: foi morto a estocadas. Havia entre os

---

<sup>17</sup> Eram estes: Domingos José Martins, Antonio Gonçalves da Cruz (o *Cabugá*), José Maria de Bourbon, Vicente Ribeiro dos Guimarães Peixoto, o padre João Ribeiro, e talvez mais um ou outro. Os militares eram seis, entre os quaes Theotónio e Barros Lima. Diz, no entanto, Tollenare que eram 70 as pessoas que deviam ser presas.

<sup>18</sup> Dr. Muniz Tavares — *op. cit.*

officiaes presentes dois portuguezes, sendo os demais brasileiros. Estes, provavelmente todos envolvidos na conspiração, ficaram como estarecidos diante do lance tragico imprevisito; enquanto os dois portuguezes (capitão José Luiz e tenente Luiz Deodato) desapareciam no meio do tumulto.

XIII. Tinha explodido a mina preparada. — Fugindo desvairado da sala, fôra o tenente Deodato levar ao governador a noticia do successo. Ainda incredulo do que ouvia, expediu Montenegro o seu ajudante de ordens, tenente-coronel Alexandre Thomaz, a verificar o que se havia passado. Mas encontrando o quartel em alvoroço, e pretendendo a gritos conter os soldados, cahiu Alexandre Thomaz traspassado de balas. O tumulto, do quartel propaga-se rapido pelas immediações, e invade logo todos os bairros. Os clamores pelas ruas confundem-se com o soar dos rufos e clarins tocando a rebate. Em todas as igrejas vibram os sinos; e fecham-se as casas, tanto as de negocio como as de familia. Era como um subito desencadear de tormenta. — No meio da multidão incendiada, que percorre as ruas, andava um homem, que ia fazer-se uma das mais notaveis figuras daquella jornada: era o padre João Ribeiro, bello typo de liberal da America, amando religiosamente a justiça, tendo um profundo culto pela razão humana, e uma grande paixão da patria. — Sabendo que a revolta estava triumphante, e que os amotinados já estavam em marcha sobre o palacio, tomou Montenegro o expediente de sahir dali e refugiar-se na fortaleza do Brum. Ali deu ainda algumas ordens no sentido de frustrar os planos dos revoltosos; mas tudo inutilmente: os patriotas dominavam em toda a cidade. — No dia seguinte (7 de Março) pela manhã, intima-se o governador a que se renda, e cai a fortaleza em poder dos insurgentes. Dali a dias é Montenegro enviado para o Rio de Janeiro, onde chega a 25 de Março.

XIV. Desassombrados de toda resistencia, cuidam os revolucionarios de installar no Recife o novo governo. Organizam (no mesmo dia 7) uma Junta Provisoria <sup>(19)</sup>, que é im-

---

<sup>19</sup> Compunham a Junta Provisoria do Recife: o padre João Ribeiro Pessoa de Mello Montenegro, o capitão Domingos Theotônio Jorge

mediatamente empossada entrando em funções. Toma essa Junta a direcção do movimento, orientado ostensivamente no sentido republicano. — Começa o novo governo a trabalhar com grande actividade, decretando sem demora as medidas mais importantes, tendentes a repôr os negocios publicos em andamento regular sob a nova ordem politica. Proscreveram-se os titulos nobiliarchicos e privilegios de classes. Decretou-se o tratamento de *vós* e de *patriota*. Aboliram-se alguns impostos creados recentemente, e que provocavam protestos geraes. Resolveu-se não demittir nenhum funcionario publico, chamando-se todos a occupar os respectivos cargos «como dantes». Aboliu-se o estanco real do *pau-brasil*; assim como todos os monopolios, isenções de direitos, favores especiaes etc. Creou-se tambem a bandeira da Republica, e o novo laço nacional —, dominando em taes symbolos as côres azul e branco. Chegou-se mesmo, em uma das sessões da Junta, a estudar a convocação de uma constituinte assim que se tivesse certeza das adhesões com que se contava em outras capitánias. — A cidade de Recife tomou logo, dentro de poucos dias, o seu aspecto normal. Aquella nova ordem de coisas, que tornára a principio tanta gente apprehensiva, começou a inspirar sympathias mesmo aos mais incredulos e avessos a reformas de perigoso radicalismo. Todas as repartições entraram a funcionar muito regularmente. O commercio reabriu, e as proprias transacções com o exterior tomaram outra vez o seu curso como dantes. Alguns consules puzeram-se em relações com o governo provisorio; e até um delles, o da Inglaterra, pediu que a Junta o reconhecesse como tal. — Para que se completasse aquelle geral concerto, fez-se entrar logo na vida da terra um elemento novo e de vasto alcance: montou-se no dia 8 de Março, no Recife, a primeira officina de impressão que ali se conheceu, aproveitando-se o material que um negociante inglez tinha mandado vir da Europa. O *Preciso* foi o primeiro papel impresso que sahio daquella typographia. Era um manifesto (datado de 10 de Março) em que se declarava a forma republicana do novo governo.

---

Martins Pessoa (ou só Domingos Theotonio Jorge Pessoa), o dr. José Luiz de Mendonça, Manuel Corrêa de Araujo, e Domingos José Martins.

## CAPITULO XIX

### A REVOLUÇÃO DE 1817 NO RIO GRANDE DO NORTE

I. Como em todas as capitanias do nordeste, desde algum tempo antes de 1817 que se preparavam no Rio Grande elementos para a revolução republicana, com que se planeava realizar a independencia. Em toda parte, a melhor gente da terra parecia sentir chegado o momento em que não era mais licito a ninguém continuar, em criminosa passividade, a sofrer os vexames e os antigos males do regimen colonial. Officiaes de milicia civil e de linha, chefes políticos, advogados, padres (1), até funcionarios de categoria e mesmo ouvidores, contavam-se, de regra, entre os suspeitos das novas doutrinas e idéas avançadas, que invadiam de uma vez a consciencia dos colonos. As diversas capitanias daquella zona estavam, desde muito, estreitamente relacionadas, não cessando de se corresponderem os homens de mais valia, muitos dos quaes vieram a ser, em seguida, os chefes da rebellião nas varias localidades. Entre as capitanias menos distanciadas o trabalho de propaganda era ainda mais permanente e activo, visitando-se frequentemente os mais empenhados em dispôr os animos para a conjuração que se alastrava. — Em Natal, o que se urdia era feito, a principio sobretudo, com a precisa cautela, como naturalmente acontecia em todas as outras ca-

---

<sup>1</sup> É curioso que o clero colonial andasse sempre á dianteira em todos os movimentos contra aquella ordem politica. Na revolução de 1817, contando só os que foram processados, figuraram cerca de cincoenta padres e cinco frades.

pitaes, onde as autoridades eram mais vigilantes. Os entendimentos faziam-se de preferencia nos logarejos, nos sitios escusos, onde era mais facil guardarem-se as necessarias reservas. — No Rio Grande, o chefe de mais prestigio, tanto pela posição como pela familia, era o coronel de cavallaria miliciano André de Albuquerque Maranhão, grande proprietario, senhor de engenhos, e seguramente das maiores fortunas da capitania naquelles tempos. Era moço ainda e forte <sup>(2)</sup>; e comquanto não tivesse instrucção apreciavel, não era destituído de intelligencia e perspicacia; de maneiras insinuantes, e de um natural communicativo, muito simples e delicado, supprindo por essas qualidades o que lhe faltava de educação. Resaltavam-lhe no caracter a franqueza e sinceridade, o sentimento de justiça e o instincto liberal.

II. Vivia o coronel Maranhão mais habitualmente no seu grande engenho de Cunhaú, a algumas leguas da capital. Tinha ali um arremedo de *côrte*, estando sempre cercado de parentes e amigos, tendo muitos feitores, o seu capellão, e numerosa criadagem. — Havia no Rio Grande um outro agricultor de igual nome e que se costumava distinguir por André de Albuquerque Maranhão *da Estiva* (nome da fazenda de sua propriedade) e que era capitão-mór das villas de Arez e Villa-Flôr. Era primo e muito amigo daquelle primeiro André. — Tinha ainda o futuro mallogrado chefe da revolução, no Rio Grande, outros primos, entre os quaes o tambem coronel de milicias Luiz de Albuquerque Maranhão, do engenho Belem. Alem desses, contavam-se, tanto no municipio de Natal e outros do Rio Grande, como em todas as capitancias do norte, grande numero de figuras da extensa familia do rico proprietario do Cunhaú. — Ao lado desses, e no circulo de influencia de André de Albuquerque, e com este intimamente entendidos, estavam muitos dos homens mais considerados de Natal e de villas do interior; taes como o coronel Joaquim José do Rego Barros, Manuel Ignacio Pereira do Lago, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, padres João Damasceno Xavier Car-

---

<sup>2</sup> Já nos referimos a este homem no capitulo XVII. Koster dá a respeito delle umas boas notas, que no referido capitulo registramos.

neiro, Feliciano José Dornellas (vigario da capital) e Antonio de Albuquerque Montenegro (vigario de Goianinha) e outros, principalmente da villa de Port'Alegre. Com esses homens vivia André a conferenciar, primeiro muito cautelosamente, reunindo-os em Cunhaú, ou no engenho Belem, ou no sítio Ribeiro, e noutros pontos, fóra da cidade para não despertar suspeitas. — Não se descuidavam esses chefes conjurados de enviar prepostos para todas as villas, e até para o Ceará e o Piauy, incumbidos de ir inculcando no animo das populações a idéa do que se planeava. — Um dos pontos, que no interior se tornaram centros de agitação mais notaveis, foi a região do Apody, sobretudo uma paragem magnifica, onde, ao alto de serras destacadas de vastas planuras, ficavam algumas povoações já bem regulares, sendo as mais importantes a villa do Regente <sup>(3)</sup>, as freguezias da Serra do Martins, do Pau dos Ferros, do Patú e outras. Constituiu-se ali, principalmente naquella villa e na Serra do Martins, um núcleo poderoso de exaltados, que pouco a pouco foram espalhando a semente das novas idéas por toda a ribeira, e logo pelo valle do Jaguaribe e grande parte do interior do Ceará e do Piauy.

III. Pelo menos desde alguns annos antes de 1817 (des do governo de José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, de 1806 a 1811) começara-se no Rio Grande do Norte decisivamente, e de intelligencia com os chefes de Pernambuco e da Parayba, aquelle trabalho de preparar o espirito das populações para o levante. Com o exito que ia alcançando a propaganda, animavam-se os mais convictos, e faziam-se cada vez mais afoitos, não trepidando por fim no intento de attrahir para a causa os proprios funcionarios, os militares de officio, e até autoridades. <sup>(4)</sup> De alguns dos mais

---

<sup>3</sup> Hoje Port'Alegre. Até 1833 tinha o nome official de *Villa do Regente*, comquanto a população já preferisse Port'Alegre, nome que se fez official naquella epoca. (V. Dr. Tavares de Lyra — *O Rio Grande do Norte*. 72).

<sup>4</sup> D. Isabel Gondim — *Sedição de 1817 na capitania, ora Estado do Rio Grande do Norte*. Diz d. Isabel que dá, neste livro, testemunho directo de muitos factos, por ter ouvido a respeito pessoas contemporaneas. Encontramos, aliás, não poucos enganos em varios

altos prepostos do Rei ali se diz pelo menos que eram conniventes com aquellas tendencias, e nem se oppunham formalmente mesmo a intenções menos innocuas, ou a tentativas mais audaciosas. E particularmente, do capitão-mór que governava no momento em que estoura a conspiração, áffirma-se que não era extranho ao que se tramava. Tinha elle sahido recentemente de Pernambuco, onde occupára o cargo de ajudante de ordens do governador Miranda Montenegro. <sup>(5)</sup> Assegura-se que era um espirito de certa cultura, de sentimentos liberaes, e quanto moderado e prudente até quasi a fraqueza, nunca dissimulando, sinão tendo-as apenas em reserva, as suas sympathias pelas novas correntes moraes que em toda parte andam movendo as consciencias. Em Pernambuco sempre fôra amigo intimo do padre João Ribeiro, e de outros patriotas. Parece mesmo que entre estes era tido como um adepto fiel e companheiro; e não seria de extranhar que tivesse até contrahido com elles o compromisso de servir a aspiração commum em qualquer oportunidade que se lhe proporcionasse. <sup>(6)</sup> Em summa, o que é facto é que ainda hoje a sua conducta é muito

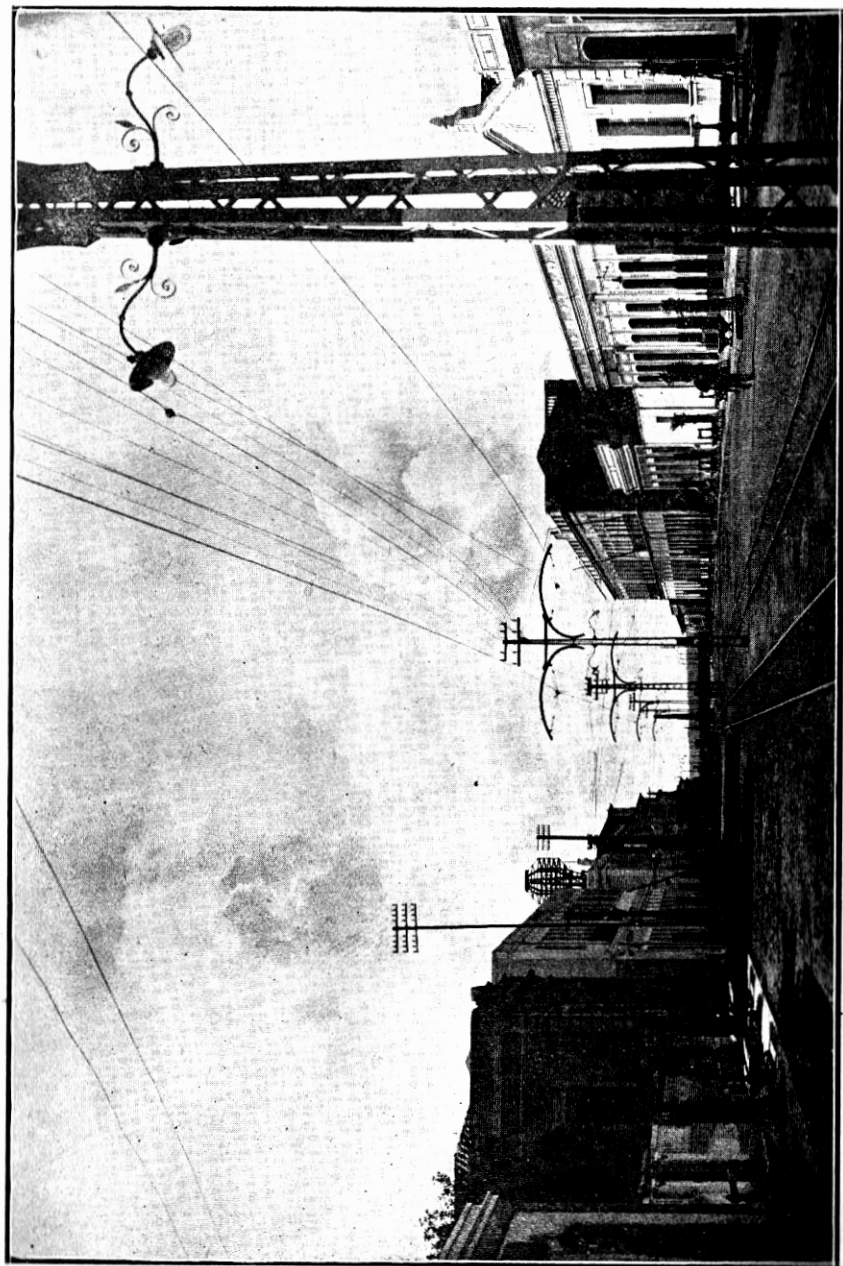
---

dos capitulos desta obra, naturalmente devidos a lapsos de memória. Isso, no entanto, não diminúe o valor do livro. — Quanto ao esforço com que os chefes procuravam attrahir as autoridades, escreve d. Isabel: «As principaes autoridades, que vinham dirigir os negocios publicos da capitania, eram por aquelles chefes politicos attrahidas, notando-se entre ellas José Francisco de Paula, o tenente José Francisco de Almeida e Albuquerque, Sebastião de Mello Povoas, além de outros: e depois do regresso do Reverendo João Damasceno, o governador tenente-coronel de artilharia José Ignacio Borges. Em uma e outra casa dos mencionados sitios (*Belem e Ribeiro*), aliás bastante espaçosas e commodas para a epoca, offereciam-lhes banquetes com o apparato de serviço, de baixella de prata, principalmente Damasceno, que era de uma prodigalidade excessiva».

<sup>5</sup> Segundo o desembargador Lemos (Inedita, tira 12) tinha José Ignacio Borges o posto de sargento-mór de infantaria, quando foi nomeado, por tres annos, governador do Rio Grande do Norte pela carta patente de 5 de Fevereiro (4 de Março — dá o dr. T. de Lyra) de 1816. Assumiu o exercicio do cargo perante o senado da camara de Natal, no dia 16 de Novembro do mesmo anno.

<sup>6</sup> Affirma d. Isabel Gondim que Borges era membro do club *Paraíso*. (*Op. cit.* 12).





RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — AVENIDA  
TAVARES DE LYRA

discutida. (7) Qualquer, porem, que venha a ser o juizo definitivo da historia, não affectará um ponto que está perfeitamente liquidado e que parece envolver tanto Borges como Miranda Montenegro numa nuvem, si não propriamente de suspeitas, ao menos de umas desconfianças que se não desfizeram até hoje: quando sahiu de Pernambuco, pelos fins de 1816, já eram por ali evidentes os signaes da tormenta, que

---

7 A proposito escreve o dr. Tavares de Lyra (*Algumas notas sobre a historia politica do Rio Grande do Norte*, 15): «Espirito culto (Borges) e dotado de apreciaveis talentos, conheceu bem depressa os fundos desgostos e o geral descontentamento que lavravam na capitania; e, com louvavel solcitude, procurou captar a estima e o apoio dos que, pela sua influencia, estavam no caso de tornar mais facil a sua acção administrativa. Essa attitudo — que não logrou evitar na capitania a repercussão do movimento revolucionario de Pernambuco, victorioso no Recife a 6 de Março de 1817 — foi mais tarde acoi-mada de vacillante e dubia, sendo fóra de duvida que, num momento dado, ella se tornou realmente inexplicavel. (Em uma carta — dá'em nota — dirigida ao rei pelo senado da camara de Natal, e que se encontra á pag. 8 do Livro de Registro de Provisões do mesmo senado, correspondente aos annos de 1820 a 1829, existente no Instituto Historico, lê-se que o governador (José Ignacio Borges) *não duvidou quebrar o juramento prestado nas sagradas mãos de V. R. M., quando abandonou esta cidade ao chefe dos rebeldes, figurando ser por elle preso...* A sua ida ao engenho Be'em é — qualquer que seja o modo de justifica-la — um acto, si não criminoso, pelo menos imprudente e leviano ante a imminencia de uma sublevação. Ella importou no abandono da capital, em occasião em que mais necessaria se fazia a presença do representante do poder publico, afim de organizar a resistencia e dar homogeneidade aos elementos de defesa de sua autoridade, vigiando pela manutenção da ordem e da segurança, que, ainda mesmo que não estivessem ameaçadas internamente, corriam serio\*perigo nas fronteiras. É verdade que José Ignacio Borges condemnára explicitamente a revolução, declarando a capitania desligada de Pernambuco, e creando uma alfandega em Natal; mas muitos outros, inclusive André de Albuquerque, o fizeram tambem, sem que isto tivesse sido obstaculo á sua posterior adhesão. Brasileiro, natural de uma capitania que, proclamando-se independente, se constituiria em republica, é bem possivel que os seus sentimentos patrioticos o arrastassem, pelo coração, a uma posição, si não de franca solidariedade, de sympathica expectativa ante os successos da revolução, que collimava acabar com as irritantes desigualdades a que davam vulto a inepecia e falta de tacto das autoridades portuguezas. Não se póde, entretanto, com dados seguros, affirmar a sua cumplicidade com os chefes do movimento...»

dentro de tres ou quatro mezes desabára. Segundo autoridades de nota <sup>(8)</sup>, era Borges no Recife suspeito ao partido portuguez, tanto por ser amigo do padre João Ribeiro, como «pela frequencia com que visitava as casas dos pernambucanos distinctos por sentimentos philanthropicos: instruido nos votos dos patriotas brasileiros, e approvando-os... parecia o homem feito para as revoluções...» e por isso «todos se li-sonjeavam» de o ter como do seu gremio. <sup>(9)</sup>

IV. Em Natal devia Borges ter sentido, portanto, como o pensamento da revolução abria caminho em toda a capitania; e não consta que tivesse tomado nenhuma providencia no sentido de prevenir successos que podiam prever-se. Articula-se ainda contra Borges o facto de ter logo recebido, dos chefes pernambucanos, aviso confidencial do que se passára em Recife no dia 6 de Março. Consta mesmo que por essa occasião lhe fizeram sentir como era chegado o ensejo propicio de dar provas dos seus sentimentos liberaes. Outras circumstancias e particularidades que se vão seguir mostram bem, ou que Borges era homem de uma timidez e vacillação que raiavam por incrível desidia ou inepecia; ou então, que é inex-

<sup>8</sup> Entre outras, Muniz Tavares.

<sup>9</sup> A respeito de José Ignacio Borges, escreve o dr. Oliveira Lima (*Notas sobre a Historia da revolução de Pernambuco em 1817*; de Muniz Tavares): «Fizera José Ignacio Borges sua carreira militar como artilheiro, tendo o curso de mathematicas. Fôra ajudante de ordens de Caetano Pinto, mas a revolução já o encontrou no governo assumido em 1816. Deposto pelo movimento local, contra o qual se pronunciára, zelando suas proprias responsabilidades, foi mandado preso para as Cinco Pontas. Logo depois, o almirante Rodrigo Lobo despachou-o a retomar seu cargo na capitania que conseguiu então fazer de toda autonomia de Pernambuco, dotada de alfandega, junta de fazenda, trem militar, etc. Deixou o posto a uma junta constitucional por occasião do movimento que se generalizou no Brazil, mas figurou mais tarde na politica do imperio, sendo escolhido senador em 1826, quando se constituiu a Camara Alta, e entrando no ministerio de 7 de Abril de 1831, o primeiro da Regencia, e noutro gabinete em 1836. Reformára-se em 1831 com a graduação de marechal de campo, e falleceu em 1838. Legou fama de espirito energico, desassombrado, amante da verdade e coherente com seus principios. (Pereira da Costa — *Dicc. de Pernambucanos Celebres*).

plicavel, sem desabono para a sua lealdade monarchica, a facilidade com que se entregou aos chefes da revolução no Rio Grande. — Tres dias depois dos acontecimentos de Recife chegava a Natal (na noite de 9 de Março) um vago boató, pondo em sustos mais a população que o capitão-mór. Cuidou este de certificar-se do que tinha occorrido, mandando tomar informações de pessoas vindas do sul; mas em vão, pois que os viajantes, ou receosos de indiscrição, ou mesmo porque tudo ignorassem, nada adiantaram. Na noite de 12, porem, <sup>(10)</sup> teve o capitão-mór, por directa communicação de Recife, cabal certeza da rebellião victoriosa em Pernambuco. E então começou a agir. No dia seguinte (13 de Março) deitou proclamação aos povos do Rio Grande. Nesse papel, que foi, em forma de edital, distribuido por todas as vilas e povoações da capitania, recordava elle a «innata fidelidade para com o legitimo soberano», e declarava cortadas todas as relações com Pernambuco até que se restabelecesse a ordem, concluindo por lembrar o juramento, que se prestára, de «obediencia e vassalagem a el-rei nosso senhor».

V. Aos chefes de forças armadas (e eram só as de milicias) não se sabe direito o que elle quiz dizer ou ordenar, Faz sentir que não duvida da «adhesão e amor destes povos ao nosso legitimo soberano»; e limita-se a recommendar que as tropas milicianas se «separem dos desgraçados vassallos» que se levantaram. E o que parece trahil-o naquelle commedimento de linguagem é a prudencia com que pede instantemente aos commandantes que lhe respondam depressa. Percebe-se claro que antes de tudo o que deseja elle é sondar o animo de todos os chefes, e principalmente do mais prestigioso de todos, o coronel André de Albuquerque. — Accusou este, logo no dia 14, o officio do capitão-mór; e conforme ordenára este, promettia ir pessoalmente assegurar-lhe que suas ordens seriam cumpridas. <sup>(11)</sup> Como, porem, tivesse tido noticia de que

---

<sup>10</sup> É o proprio Borges que diz na memoria que depois escreveu sobre os acontecimentos de 1817 no Rio Grande do Norte. «Na noite de 12 — escreve elle — tive cabal certeza da rebellião...»

<sup>11</sup> Diz André que «estava a partir para essa cidade, como me

a Parayba se havia tambem levantado, não poudé o coronel cumprir a promessa, por ter de acudir de preferencia a guardar com mais cuidado a fronteira com aquella capitania. <sup>(12)</sup> — Emquanto se correspondia com o capitão-mór assegurando-lhe plena adhesão, ia o coronel reunindo em Cunhaú todas as forças de que podia dispôr. Estavam ali muito sollicitos, e promptos para tudo, os seus cabos de confiança. — Certo de que os caminhos do sul estavam fechados, ficou Borges, ou pareceu ficar, perfeitamente tranquillo. <sup>(13)</sup> — No dia 22 de Março, porem, pela manhã, recebe o capitão-mór dois officios de Cunhaú, e com a mesma data; num dos quaes lhe dava o coronel André, em termos um tanto velados, conta de «alguma molleza e cansaço» que devisára nos soldados e em alguns officiaes do seu regimento». — Esta nota serviu de pretexto para o grande erro que o capitão-mór vai commetter, e do qual nunca se poudé justificar, comquanto por isso muito se esforçasse. Pretexto, sim, é o que foi, e não motivo legitimo para que Borges tomasse a extranha resolução de ir

---

*havia determinado no mesmo officio de 13 do corrente...» Não se vê, no entanto, semelhante ordem (para ir o coronel á cidade) na copia impressa entre os documentos que Borges juntou á referida memoria. Como será isso então?*

<sup>12</sup> No officio de 15, do quartel de Cunhaú, tem André este periodo em que se descobre alguma coisa do que lhe andava no animo: «O Altissimo, fortificando com seus auxilios a *minha constancia e fidelidade* ao nosso Soberano e Rei d. João 6.º, Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, em Africa Senhor de Guiné, da Conquista Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, *ha de permittir* que eu unido aos meus subordinados, e habitantes destes districtos, *possamos* repellir o attentado desses infelizes facciosos e rebeldes».

<sup>13</sup> Dispensou até forças que lhe offerença o coronel Luiz de Albuquerque, como se vê do seguinte: «Recebi (dizia elle a Luiz em officio de 18 de Março) o seu officio datado de hontem com a noticia que lhe deram os portadores da Utinga. Como, porem, tenho a fronteira segura com os combatentes que actualmente se acham debaixo das ordens do coronel da divisão do sul, emquanto delle não receber parte das operações militares que tiver feito em consequencia dos movimentos que houverem acontecido na Parayba, *não resolva* a organização de corpos de defensa nessa Villa de S. José, *até porque receio incomodar essa gente em uma quadra tão arriscada, sem um motivo legitimo*».

em pessoa procurar no seu quartelém Cunhaú aquelle homem, que estava cercado de forças fieis, e que era figura oracular na poderosa familia e em toda a capitania. É, pois, mais do que provavel que — ou de conluio já com André, ou para não arriscar no lance uma attitude decisiva sem estar de concerto com o mesmo <sup>(14)</sup> — é que o capitão-mór se põe a caminho, deixando apenas em Natal o capitão Germano com a pequena força de guarnição.

VI. Sahiu José Borges acompanhado só do escrivão da camara Manuel José de Moraes, e de um pagem <sup>(15)</sup>, e sem haver dado a Germano instrucção alguma. — Partiu de Natal, a cavallo, «na tarde do dia 23» <sup>(16)</sup>; e foi «pernoitar» no engenho Belem, de Luiz de Albuquerque Maranhão, primo de André <sup>(17)</sup> — Em Cunhaú soube que o coronel tinha ido para Goianinha, e tomou presto o caminho daquella villa, onde chegou pela manhã de 24. <sup>(18)</sup> — Ali foi apaar-se mesmo na frente da casa de André, que o recebeu com toda a deferencia e affabilidade. — Depois do jantar, encerraram-se os dois numa sala, e ahi conferenciaram por algum tempo. Não se sabe positivamente o que se passou nessa conferencia. A aceitar-se o que diz Borges, versou o colloquio simplesmente sobre detalhes do serviço de vigilancia e defesa a cargo do coronel, e tambem sobre o que deste se esperava quanto ao encargo

---

<sup>14</sup> O dr. Muniz Tavares assegura: «O Governador Borges antes de apostatar resolveu observar a vereda, que seguiria aquelle rival».

<sup>15</sup> Aliás, diz Borges, na sua memoria-defesa, que foi acompanhado do seu secretario e de seis officiaes de milicia. Do secretario — é exacto; mas quanto aos seis officiaes, nada encontramos que com isso combine.

<sup>16</sup> Recebêra pela manhã desse mesmo dia o officio de André, datado da vespera, dando a gente «com alguma molleza e cansaço».

<sup>17</sup> Convem notar que o engenho Belem distava de Natal dez leguas. Para vencel-as, tendo sahido á tarde, teve Borges de fazer grande esforço.

<sup>18</sup> Tudo isto de accôrdo com o proprio Borges, quanto a datas e distancias. Ora, Goianinha dista de Natal umas 15 leguas. Para estar ali na manhã de 24 tendo sahido de Natal na tarde de 23, era preciso que o pernoite no engenho Belem fosse apenas um descanso de minutos.

que se lhe confiára — tendo-se André mostrado muito convencido das razões do capitão-mór. <sup>(19)</sup> — Acabada a entrevista, despediu-se Borges, não parecendo descontente ou malavindo, pondo-se, pelas 5 da tarde, de volta para a capital, indo outra vez pernoitar no engenho Belem. — Assim que sahira o capitão-mór, chegou á casa de André o vigario da freguezia, padre Antonio de Albuquerque Montenegro, patriota exaltado, intimo amigo e confidente do coronel. Alarmado com a inesperada presença do governador na villa <sup>(20)</sup>, ia ansioso saber o que passava. Explicou-lhe então André, como acima se vislumbra, dizendo-lhe que o homem «com subterfugios, intentára arrastal-o á defesa da monarchia». <sup>(21)</sup> O vigario, enfurecido, «increpa-lhe a covardia de não ter prendido o seductor», e aconselha-o a reparar a ineptia sahindo-lhe immediatamente no encalço. Parece que André só esperava ouvir

---

<sup>19</sup> Escreve Borges (na citada memoria): «*Appareceu-me com effeito (o coronel André) ás 3 horas da tarde, desculpando-se com a demora do portador do aviso; e depois de conferenciarmos sobre lotações de presidios, serviço economico do acampamento, arranjos de viveres, etc., demonstrei-lhe plenamente quaes eram os seus reaes interesses naquella conjunctura; e tendo-se-me mostrado assás convencido das minhas razões, apartei-me delle ás cinco horas...*» Mas então... á *molleza da gente* que presumia Borges curar? Na sua memoria diz elle que á vista do officio de André dando-lhe os soldados do regimento «com alguma molleza e cansaço», «julguei — escreve — dar um passo acertado em vigorar com a minha presença os animos tibios e enfraquecidos dos povos que mediavam entre a cidade e a fronteira do sul...» Mas disto parece que se desapercebeu ao encontrar-se com o commandante da fronteira... Acrescenta Borges na sua memoria que foi a Goianinha «concebendo tambem a esperanza de que avistando-me com aquelle Chefe (André) *podia despertar-lhe imagens convenientes* affirmado (?) *na continuação de fidelidade...*» Quer isto dizer que, ao partir para o quartel de André de Albuquerque, já o capitão-mór sabia das disposições do coronel alguma coisa; ou mesmo já *desconfiava da fidelidade* do chefe da divisão do sul... Como é então que foi procural-o sosinho e desacautelado? — Segundo André, o fim da visita de Borges não foi outro, pretendendo o capitão-mór induzil-o a tomar partido pela ordem legal. — Tudo isto parece tão artificial que não é possível ver este caso sem desconfiança de que por ali anda realmente algum conluio. Tudo se fez como seguindo-se um plano assentado.

<sup>20</sup> Continúa a farça...

<sup>21</sup> Muniz Tavares, CXXIII.

aquillo, mais mandado que conselho: com alguns officiaes á frente de uma escolta <sup>(22)</sup>, partiu o proprio coronel; e alta noite, foi alcançar, e poz em cêrco, a casa onde dormia o governador incauto. Ao amanhecer abriram-se as portas, e sem causar surpresa a ninguem, entrou André com dois officiaes, foi aos aposentos de Borges, e deu-lhe voz de prisão. Não se mostrou o homem espantado, nem disse palavra de queixa ou exprobração. Continuou a ser ali tratado com os mesmos respeito, até que alguns dias depois seguiu para Pernambuco <sup>(23)</sup>, tendo lavrado ao sahir um protesto, que com certeza entrára na composição feita. <sup>(24)</sup>

VII. Passava-se aquella scena da prisão na manhã de 25. Mandou logo André á cidade um dos seus officiaes com a noticia do que se acabava de dar, e levando ordem para que o commandante da guarnição (Antonio Germano) o provedor da Fazenda (Manuel Ignacio Pereira do Lago) o coronel de milicias Joaquim José do Rego Barros, e outros, comparecessem no engenho Belem com toda urgencia. — Foi sem du-

---

<sup>22</sup> «Mais de 400 homens — diz Borges — incluindo o regimento de cavallaria miliciana que estava na fronteira».

<sup>23</sup> Diz Borges que «foi rogado, e até urgido, com ameaças, para aceitar o governo em adjunto com elles, e depois *para entrar em artigos de capitulação*», a exemplo do que tinham feito Silveira na Parayba, e Caetano Pinto em Pernambuco. Mas Borges os «reprehendeu com dignidade e desprezo», dizendo-lhes que «com rebeldes e traidores não se negociava, nem ainda sobre a segurança da minha pessoa, a qual entregava á disposição de sua vontade». Saberá sem duvida elle que estava bem entregue.

<sup>24</sup> Foi assim redigido o protesto: «O abaixo assignado, Governador desta Capitania por sua Majestade Fidelissima, actualmente preso no Engenho de Belem, ao chamado Governo Provisorio, protesta pela aggressão feita, ou que se possa fazer dos seguintes artigos: Primeiro: — Pelos improscriptiveis e inalienaveis direitos de soberania de S. Magestade ao territorio desta capitania. Segundo: — Por todo o armamento, e munições de guerra que se acharem nas Estancias militares. Terceiro: — Pelo numerario que existir nos seus cofres, e o que houver de entrar por conta dos pagamentos que se estão a vencer. Quarto: — Pelas vidas e fazendas de seus fieis vassallos existentes na Capitania. — Engenho de Belem na Capitania do Rio Grande do Norte, 3 de Abril de 1817. — *José Ignacio Borges*».



vida isso um acto mais de cautela que de receio. Contava elle com a adhesão de todos aquelles officiaes e funcionarios; e alem disso, estava apoiado de grandes forças, pois tinha a seu lado, não só o seu regimento e outros da divisão do sul, como grande numero de voluntarios, e ainda esperava o soccorro que por precaução pedira ao governo provisorio da Parayba. No outro dia (26 de Março) appareceram todos aquelles, sem signaes de constrangimento, sinão de certo espanto á vista do governador deposto, e do grande bulicio militar que ali havia, pois tinham chegado a Belem os paraybanos de José Peregrino. — Resolveu-se então que todas as forças ali reunidas marchassem para a capital, ficando no engenho apenas a gente necessaria para guarda do prisioneiro, sob as vistas do coronel Luiz de Albuquerque. Foram adiante os que tinham vindo a chamado de André; e no dia 28 chegavam a Natal os rebeldes. Adiantára-se a recebê-los nos suburbios, com os soldados da guarnição, o commandante Antonio Germano, procurando-se emprestar áquillo tudo um certo ar de apparato festivo e de auspicioso acontecimento.

VIII. Mas deviam ter tido logo a mais cruel desillusão os chefes revolucionarios. O povo parecia mais curioso e assustado do que propenso aos mesmos enthusiasmos daquellas almas. Uma quasi apathia geral sentiam em toda a cidade, como no interior da capitania. <sup>(25)</sup> Nenhum symptoma de alegria ou de pesar, nem ao menos entre a officialidade da guarnição. Não havia ali um espirito que insuflesse alento e vida nova naquelles peitos; nem um homem mais esclarecido «que lhes apontasse as vantagens do governo livre»... — E foi sem duvida essa indifferença que actuou no animo de André para fazer-se agora resoluta a força, como quem chegara a um ponto da jornada de onde não era mais possivel retroceder sem maior desastre. Aquella mesma passividade do povo afinal o estimulou, dando-lhe a medida das condições em que era forçoso agir. Reflectiu que «si os habitantes do Rio Grande não se mostravam sectarios das novas idéas, tambem não corriam ás armas para defender a tyrannia» que se atacava.

---

<sup>(25)</sup> Muniz Tavares, CXXXV.

«É já melhorado — ponderou — o escravo que não beija os ferros». Dahi a contingencia em que se viu de fazer por imperio o que no animo daquella gente não fazia a «esperança da liberdade». — No mesmo dia, hasteou-se muito alto, na praça da matriz, uma grande bandeira branca, symbolo da revolução. — No dia seguinte (29 de Março) convocou André de Albuquerque os principaes da cidade para uma reunião geral no edificio da Provedoria de Fazenda; e ali se constituiu uma Junta Provisoria, que ficou, com applausos de todos, composta de André, como chefe da força publica, e do vigario Feliciano José Dornellas, coronel miliciano Joaquim José do Rego Barros, capitão de linha Antonio Germano Cavalcante de Albuquerque, e capitão de milicias Antonio da Rocha Bezerra. Em seguida, acompanhados do povo e da tropa, foram os eleitos incorporados á igreja matriz, onde se celebrou solenne officio de graças.

IX. Tinha-se, pois, installado o governo republicano em Natal. — Deu-se conhecimento de tudo aos governos de Pernambuco e da Parayba. Por ordem, ou por insinuação de André, cancellaram-se formulas, extinguiram-se emblemas e todas as exterioridades do regimen monarchico; e tratou-se com presteza de propagar o movimento por todas as villas e povoações da capitania. Expediram-se para todos os pontos emissarios da revolução, incumbidos de a proclamar como victoria já alcançada nas tres capitães, e como em vespervas de triumpho em todo o paiz. No sul da capitania, André (de Estiva) que fôra até S. Miguel e descera até a Bahia da Traição, conseguia adhesão entusiastica naquellas paragens; e dali volvéra levantando o novo pendão por onde passava — em Villa-Flôr<sup>(26)</sup> em Goianinha, em Arez<sup>(27)</sup>, em S. José de Mipibú, etc. Para o interior se foi extendendo o dominio dos insurgentes, assustando as populações, mas com vivo contentamento dos que esperavam pelo incendio. Principalmente na ribeira do Apody, região das mais bem povoadas da capitania, a noticia do que

---

<sup>26</sup> Hoje Canguaretama. Villa-Flor é apenas um bairro ou povoado do municipio. (V. dr. Lyra — *op. cit.* 69).

<sup>27</sup> V. dr. T. de Lyra, 69.

se passára em Natal foi pôr em larga expansão o sentimento dos moradores, movido pela gente de mais valia em toda parte. Na villa do Regente (Port'Alegre) desde muito que se centralizára a propaganda; e agora, assim que se soube das occurrencias da capital, agitaram-se os chefes, tanto da villa, como da Serra do Martins, de Pau dos Ferros, de Catolé do Rocha (Parayba), do Patú, de toda aquella redondeza. Convocou logo o coronel de milicias José Francisco Vieira de Barros uma reunião de todos os chefes das vizinhanças. Celebrou-se a assembléa na casa do vigário, padre João Barbosa Cordeiro, e a ella compareceram representantes de todas as localidades daquelle sertão. Deliberou-se, no meio de geral exaltação, adherir formalmente á Junta Provisoria de Natal, dando-se logo a esta, bem como ao governo de Recife, e por emissarios <sup>(2)</sup> especiaes, conta de tudo; e da sessão lavrou-se acta que foi por todos os presentes assignada. Houve nesse dia (10 de Maio) grandes festas na villa. O vigário, por occasião da missa conventual, subiu ao pulpito e exhortou os seus parochianos a servir a patria agora livre. — Os levantados do Apody cuidaram, com esforço e diligencia, de levar a rebellião ao Ceará, expedindo proprios para as villas mais pro-

---

<sup>28</sup> Manuel Fernandes Pimenta, de Catolé do Rocha, foi nessa occasião mandado a Pernambuco. — A proposito lê-se num artigo do *Commercio de Mossoró*, de 25 de Março de 1910, transcripto no n. VIII da *Revista do Instituto do Rio Grande*: «O seminarista José Ferreira da Motta, que se achava no seminario de Olinda, reunido a uma pleiade de collegas, havia adherido ao movimento republicano de Pernambuco, e escreveu a seu pai capitão José Ferreira da Motta (do Apody, e que foi dos que assignaram a acta da reunião de Port'Alegre) para mandar uma pessoa de confiança a Pernambuco afim de receber instruções sobre os planos revolucionarios. Na reunião politica de Port'Alegre foi escolhido o sargento-mór Manuel Fernandes Pimenta para ir a Pernambuco entender-se com os chefes revolucionarios. Manuel Fernandes, disfarçado em boiadeiro, seguiu até Itabaiana, e dali foi a Pernambuco (Recife) donde, depois de conferenciar com os chefes republicanos, voltou sem encontrar embaraços na viagem. Proclamado o Governo republicano de Natal, foi escolhido (?), para fazer parte do governo provisorio de André de Albuquerque, o coronel de milicias José Francisco Vieira de Barros. Essa noticia foi recebida em Port'Alegre com vivas á Republica, havendo passeata e grandes regosijos no povo».

ximas, e espalhando noticias e proclamações, com que se foram exaltando as populações do Jaguaribe. <sup>(29)</sup>

X. Constituida de elementos tão dispares e incongruentes a Junta Provisoria de Natal, não demorou que se fossem sentindo difficuldades de toda ordem, oriundas, não só da incapacidade daquelles homens, como do estado de penuria economica em que se achava a capitania. Estava, não ha duvida, André de Albuquerque sinceramente animado de intenções patrioticas. Não tendo, porém, com os seus companheiros de governo, uma perfeita unidade de vistas, viu-se logo como isolado de quasi todos, a carregar, elle só, com o peso de situação tão falsa. Homem destituído de indispensavel cultura ou siquer, de natural habilidade para aquellas arduas funcções, nem ao menos poude supprir essa falta pelo concurso de bons amigos pessoases, ou dos mais entusiastas da causa. — Entre esses estavam alguns parentes que lhe eram dedicados, e os padres João Damasceno e Antonio Montenegro <sup>(30)</sup>, seus grandes amigos. É nestes ultimos, particularmente no padre Damasceno, que se inspirava o chefe da insurreição. — Mas isso mesmo, que se fez tão sem geito, não contribuiu pouco para os embaraços em que ficou o coronel, pois nos collegas de Junta se foi accentuando aquelle constrangimento com que se viam ao lado de um homem que parecia mais propenso a ouvir os amigos e parentes que a obrar de conselho com os membros do governo. <sup>(31)</sup> — Compreendeu André as condições em que o deixavam, e não vacillou em permanecer naquella po-

---

<sup>29</sup> No vol. VIII da *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte* (pgs. 70 a 76) encontram-se algumas cartas dirigidas a varias pessoas do Ceará por chefes norte-rio-grandenses.

<sup>30</sup> Já se viu que este era vigário de Goianinha; e como fôra o instigador de André de Albuquerque para que prendesse o governador Borges. Com o successo da revolução, estava frequentemente em Natal, ao lado do coronel, seu intimo amigo.

<sup>31</sup> Na opinião do dr. Muniz Tavares, o coronel André de Albuquerque não sabia nem aproveitar-se da sua fortuna, pois alem de «desprovido de dotes naturaes», era «mesquinho»; e tendo «muitos inimigos gratuitos, não possuia um amigo sincero». — Quanto á mesquinaria, não sabemos si é justo o historiador da revolução, pois consta que, ao chegar á casa da Provedoria de Fazenda em Natal, declarou

sição, amparado pelos seus intimos, e sobretudo pela tropa da Parayba. Enquanto tivesse a sustentado o prestigio e a coragem patriotica de José Peregrino (a grande alma republicana que afinal a perfidia sacrificou lá na propria terra) estaria desassombrado, por mais que em volta de si andasse sentindo o mysterio e os vinhos olhares que o espreitam. — Commetteu, portanto, bem se vê, em tal conjunctura (si é que tinha della uma clara consciencia) o imperdoavel erro de não ganhar ao menos a affeição dos soldados do presidio: o que ser-lhe-ia facil mediante certas liberalidades, sendo homem de fortuna. Nem sequer se lembrou de manter em Natal uma parte do seu regimento de cavallaria, entre cujos officiaes e praças contava com pessoas de confiança. <sup>(32)</sup>

XI. Significa tudo isto que a sua autoridade ali assentava sobre bases muito frageis. No dia em que lhe faltasse o contingente paraybano, ficaria inteiramente sem meios de acção, e entregue aos azares da sorte. — E foi o que não tardou a acontecer. José Peregrino, chamado com instancias da Parayba (onde o governo revolucionario se via em apuros) não poudo mais permanecer em Natal. — Com a partida daquella, que era a unica força em que podia confiar <sup>(33)</sup>, explodiu a reacção

---

que contribuia, por si e pela familia, com 50.000 cruzados para a revolução.

<sup>32</sup> Diz d. Isabel Gondim, e parece com bons fundamentos, que a mãe de André, d. Antonia Josepha do Espirito Santo Ribeiro, é que se oppunha a que o filho «commettesse» liberalidades... Era ella «meeira da avultada fortuna da casa de Cunhaú, que elle administrava como coherdeiro, depois do fallecimento do pai».

<sup>33</sup> Escreve o dr. Ascendino Carneiro da Cunha (*A revolução de 1817 na Parayba do Norte*, 1914): «José Peregrino Xavier de Carvalho, o expedicionario do Rio Grande do Norte, voltava de sua missão, felizmente cumprida, acudindo a chamado urgente de Amaro Gomes Coitinho, ainda esperançoso de com o auxilio de seu destemido companheiro de armas jogar a ultima cartada. Os realistas, porem, lançaram mão de uma tactica ignobil: o temperamento impressionavel e affectivo do advogado Augusto Xavier de Carvalho, pai do jovem patriota, foi explorado sem escrúpulos. Era esse Augusto Xavier portuguez de nascimento, de intelligencia não vulgar, pacifico, amantissimo da familia e cheio de serviços ao governo real, no desempenho de impor-

que andava latente. Desde muitos dias que entre os proprios membros da Junta se tramava contra o chefe da revolução. Em memoriaes, que depois escreveram, foram elles proprios

---

tantes commissões, como procurador da corôa e fazenda, e auditor da gentê de guerra... Figura como patriota, e até como membro do governo republicano provisorio; mas a verdade é que sempre fôra um dedicado á realleza, e só o acrysolado affecto paternal o levou a acceitar, muito a conta-gosto, o cargo de inspector do Thesouro durante a vida ephemera da republica da Parayba... Quando no dia 9 de Maio os clarins troaram no bairro das Trincheiras, annunciando a chegada do denodado patriota, o povo correu ao seu encontro, não para acclamar-o como pensam alguns commentadores, mas para ver o drama, semelhante aos da Roma heroica, que ali se ia desenrolar; pôis, nas Trincheiras estavam o advogado Augusto de Carvalho e sua mulher. Avistando o filho, elle com a imagem de Christo em punho, e ella segurando os peitos emmurchecidos pelo tempo, supplicavam — pelo Salvador dos homens, pelos peitos que amamentaram o jovem republicano — a rendição da brava e pequena tropa. Gemia o velho portuguez: «Filho, depõe essas armas; aqui já não ha patria; a patria é o Rei; só elle pôde dirigir-nos — assim nos dá a consciencia e a lei». Responde Peregrino: «É possivel que com a experiencia dos annos não tenhais adquirido o conhecimento dos homens! Por qualquer motivo vos deixastes seduzir! Como podeis acreditar as promessas de monstros que acabam de postergar as mais sacrosantas leis da natureza! Como não reconheceis que o maior perigo do vosso filho consiste unicamente em depôr as armas que a patria lhe confiou, e que ora reclama que a maneje em seu socorro! Não é claro que os nossos inimigos enviando-vos confessam a sua ignobil fraqueza e attestam a coragem da brava gente que tenho a fortuna de commandar? Meu bom pai, retrocedei á vossa casa; ide annunciar aos vossos committentes, eu vos rogo, declarai-lhes francamente que o vosso filho é digno de vós, que não sabe transigir com os seus deveres; que elle e seus camaradas perecerão com a patria, si o fado adverso tem decretado que elle pereça». — «Viva a patria!» — respondeu electrizada a pequena tropa. Mas, os velhos insistiram, e tão miseraveis e commovedores ficaram sob o peso da dôr e do medo que os esmagava que o filho cedeu... Sombrio, humilhado, recolheu a força ao quartel, e voltou á casa paterna sem procurar nem ver os seus companheiros da revolução. Nos dias 14 e 17 o governo real interino assenta prender os chefes e pessoas que tomaram parte na insurreição de Março e sequestrar seus bens. Foram logo presos e postos a ferros, com outros, José Peregrino e seu pai. No Recife foram enforcados Amaro Gomes Coitinho, Francisco José da Silveira, Jose Peregrino e padre Antonio Pereira, cujas cabeças e mãos vieram salpresas, e aqui expostas respectivamente no Zumby, na praça da Cadeia (hoje da Intendencia) no bairro de Trincheiras, e na villa do Pilar».

que confessaram toda a perfidia. <sup>(34)</sup> — No mesmo dia em que José Peregrino deixára Natal <sup>(35)</sup>, rompeu o tumulto que se havia machinado. <sup>(36)</sup> Um grupo de mercenários, já prompto para isso, sahiu pelas ruas aos gritos de — «viva el-rei, nosso senhor». Acudiu a força de Antonio Germano, com quem tudo se concertára; e a essas turbas vão logo juntar-se os companheiros de André, como si naquelle momento sacudissem he-

<sup>24</sup> Joaquim José do Rego Barros escreveu longo memorial de-  
testando a revolução, e dizendo que assim que André o forçara a en-  
trar no governo republicano, ficou esperando pelo bloqueio de Per-  
nambuco para «prenderem (elle e os conjurados) André e levantarem  
o estandarte real». «Com estas — diz — e outras muitas esperanças  
com que tão bem fui consolado por Antonio José de Souza Caldas,  
*fui soffrendo a falta de ouvir soar o nome real*». — Confissão seme-  
lhante faz Antonio da Rocha Bezerra. — O mais desaffrontado foi o vi-  
gario Dornellas. «Combatido — escreve este — destes diferentes assal-  
tos, quando no dia 2 de Abril vem á minha casa o capitão de Or-  
denanças José Alexandre Gomes, e como conhecia muito bem os meus  
sentimentos, me communicou que estava juramentado com o capitão Fran-  
cisco Philippe, o alferes Antonio José Leite, e mais outros convidados  
por elles, para na primeira occasião executarem a grande e heroica  
empreza da feliz restauração desta capitania á posse antiga e dominio  
de S. Majestade. Eu não só aprovei o seu projecto, *mas ainda mesmo  
me offereci a cooperar para tudo quanto fosse a bem do real ser-  
viço, e dar todos os avisos necessarios para obrarmos de concerto*.  
Muitas vezes em minha casa conferenciamos juntos, e *lhes dava a sa-  
ber os projectos do governo anarchico* para melhor se saberem dirigir  
em tão melindrosa collisão». *Continui a assistir ás sessões, não como  
usurpador da jurisdição de El-Rei meu Senhor, mas como fiel servi-  
dor do meu Bemfeitor e Fidelissimo Soberano*. Mudei o projecto de  
sahir desta freguezia no de ficar nella, *afim de animar occultamente os  
meus parochianos a tão santa empreza, e até mesmo (seja-me lícito  
dizer em minha defeza) no confissionario os exhortava, aos pais e mãs  
de familia a serem sempre fieis ao seu Rei, ...e nas missas conven-  
tuaes lhes fazia rezar uma Salve Rainha por tenção para a qual eu  
applicava pelo meu soberano*». Qualifica de — *adoravel e augusto* —  
o nome do Rei. — Que coragem de homem!

<sup>35</sup> Foi a 25 de Abril. O dr. Muniz Tavares dá 23, pelo menos  
nas duas ultimas edições que conhecemos, a 2.<sup>a</sup>, de 1884, e a 3.<sup>a</sup>, que  
é a commemorativa de 1917. É engano do autor, ou de copista.

<sup>36</sup> Não esperavam os reacconarios mais que a retirada dos pa-  
raybanos, porque já sabiam que Recife estava bloqueado, e em vespas  
de sahir o governo revolucionario.

roicamente um jugo que os opprimia. Todos protestavam agora, ainda que um pouco tarde, contra o sacrilegio que se havia perpetrado contra a realza, e do qual só um homem se tornára responsável. A um signal dado pelo sino da matriz, os restauradores da majestade ultrajada, seguidos da tropa e do povo, dirigem-se para o palacio do governo, e o invadem de tropel. Chegando á sala onde trabalhava André sem suspeita de nada, é o proprio Antonio Germano quem lhe dá voz de prisão. Na sua surpresa e espanto, levanta-se o coronel, talvez para defender-se ou para evadir-se <sup>(37)</sup>, quando é mortalmente ferido de um golpe á traição <sup>(38)</sup>; e assim mesmo é preso

<sup>37</sup> Segundo o dr. Muniz, foram-lhe á casa, e o encontraram na cama. Pelas proprias palavras: «... o povo, e tropa o *surprenderam no leito*, e com tom ameaçador perguntaram-lhe: — «Quem vive?» Estupefacto respondeu elle humilmente: «Viva El-Rei». Não obstante esta resposta, intimaram-lhe a prisão. Obedecia sem articular palavra, quando um infame portuguez, official de milicias, com execranda cobardia o apunhalou».

<sup>38</sup> O assassino, segundo o major Codeceira (*Exposição de factos* etc.) foi um Antonio José Leite, commerciante em Natal e official miliciano. É exacto que este Leite desde principios de Abril se conlujava com outros para aquillo. — D. Isabel Gondim diz, no entanto, que o matador foi Francisco F. Fonseca. Dá que o referido Leite estava, no effeito, presente; e que no momento em que André pareceu querer atirar-se por uma janella á rua, o dito Leite, affectando cordialidade, «extendeu-lhe o braço sobre os hombros, como para impedir esse desastre e exclamou: — «Não faça isto, sr. coronel!» — ao mesmo tempo que o official de 2.<sup>a</sup> linha, ou de policia Francisco F. da Fonseca, á traição, por baixo da mesa, lhe crava a espada no baixo ventre, região inguinal!» Adiante, porem, á p. 41, escreve a mesma D. Isabel: «Havendo corrido o boato de ter sido um cadete da companhia do capitão Antonio Germano quem déra o golpe mortal no desventurado André de Albuquerque, *apressou-se Antonio José Leite em prestar uma justificação para provar ter sido elle o autor do ferimento de que resultou áquelle a morte!* — Por um tal serviço fôra depois galardoado pelo governo real com a nomeação de tenente-coronel de milicias e a condecoração do habito de Christo, solicitadas ao mesmo governo por seus delegados para estimular dedicações ao rei, extirpando o sentimento de liberdade. Alguem disse ter o referido Leite mostrado a lamina da espada com que se achava armado no conflicto do dia 23 de Abril embebida em sangue; si o fez, a embebeu no que então esguichava pela sala do palacio com a idéa de assumir a autoria dessa abominavel tragedia, sem calcular as funestas consequencias que poderiam



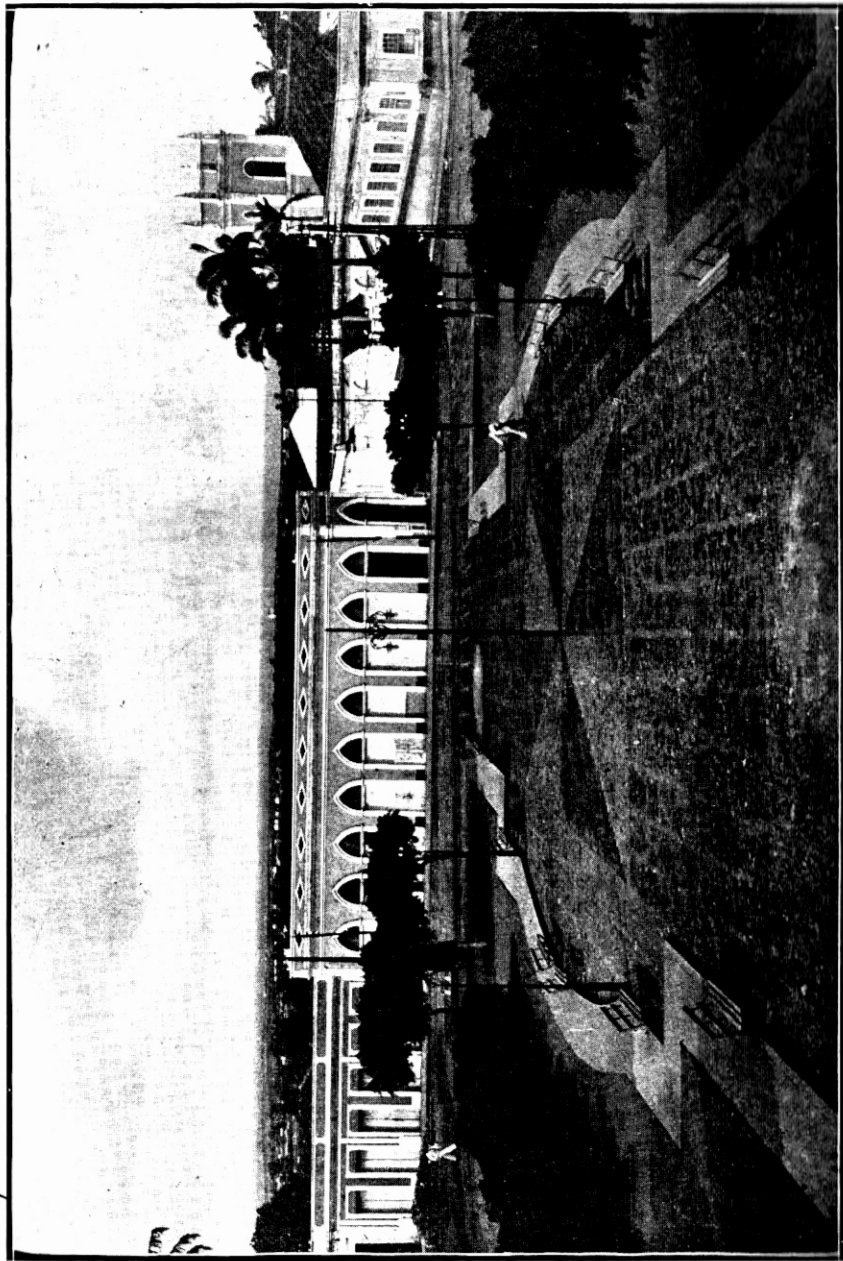
e carregado de ferros, e mettido no calabouço da fortaleza dos Reis, onde falleceu na manhã seguinte. <sup>(39)</sup>

XII. Estava restaurada ali a legalidade, e satisfeita a vindicativa colera da soberania offendida. — No outro dia (26 de Abril) reuniu-se a camara; e depois de um solenne pro-

---

sobrevir, como effectivamente sobrevieram. Entretanto, *o verdadeiro autor* não lhe disputou a responsabilidade, a que assim poderia fugir». — Parece, portanto, que D. Isabel confirma que o assassino foi mesmo o tal Francisco Fonseca. — Quanto á sorte de Antonio Leite, escreve D. Isabel (*op. cit.* 87): «O pungente resentimento da morte e dos ultrajes ao coronei André de Albuquerque, a digna familia o conservou, dando treguas á vingança que pretendia tomar; e Antonio José Leite de Pinho, que tão ostensivamente alardeára haver praticado o traçoieiro apunhalamento, ficou-lhe sob as vistas. Depois da independencia, e das agitações da primeira phase da monarchia, quando se desanuiaram os horizontes... deliberou-se em conselho de familia a execução da premeditada vindicta. O desventurado Leite pôde escapar a diferentes emboscadas... segundo a credulidade de muitos pela virtude de um Santo Lenho que trazia ao pescoço. Afinal, foi morto a punhaladas na tardinha de sexta-feira de Passos, do anno de 1834, quando havia chegado da procissão, e sentando-se a uma cadeira na calçada de sua casa, sita á rua da Conceição na capital, dezesete annos depois do tragico assassinato de André de Albuquerque».

<sup>39</sup> Diz o major Codeceira que André de Albuquerque falleceu *no mesmo dia* em que foi ferido; mas o assento de obito dá 26, como se vê: «Aos vinte e seis d'Abril de mil oitocentos e dezesete falleceu da vida presente nesta freguezia, tendo recebido os sacramentos da Penitencia e Unção, o coronel André de Albuquerque Maranhão, branco, solteiro, com a idade de quarenta annos, pouco mais ou menos. Foi sepultado nesta matriz envolto em uma esteira, depois de ser encomendado pelo R. Coadjutor Simão Judas Thadeu, de minha licença. E para constar fiz este assento, que assigno. — Feliciano José Dornellas, vigário collado». (V. *Revista do Inst. do R. G. do Norte*. v. III, I, 166). — Dão todos os chronistas que André soffreu grandes insultos em caminho para a fortaleza. O proprio cadaver soffreu os mais sacrilegos ultrajes. Escreve D. Isabel Gondim que «Quando foi posto em terra o cadaver, no primitivo corredor da igreja matriz onde teve sepultura, um *cavalheiro* monarchista, J. A. de Quintal, para melhor assignalar-se por certo ao seu partido, tomando as esporas, subiu ao corpo da illustre victima, que pisou com a sola dos sapatos, e esporcou-o, como fazia á propria cavalgadura, acto de canibalismo com que o deshumano monarchista queria persuadir que cortaria a esporas as entranhas dos patriotas, a quem davam tambem a alcunha de *cavallos*».



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PRAÇA 7 DE  
SETEMBRO — LADO NORTE

testo de fidelidade, «ratificando (como diziam os juizes do povo) dali por diante a nossa fiel vassallagem ao nosso amabilissimo soberano», pelo qual «daremos a vida sem a *menor sandade della...*» — resolveu-se organizar governo interino, na forma da lei que regulava casos taes, isto é, constituindo uma Junta composta do vereador mais velho tenente Antonio Freire de Amorim, do commandante da tropa capitão Antonio Germano Cavalcante de Albuquerque, e do provedor da Fazenda Real tenente-coronel Manuel Ignacio Pereira do Lago. Esta Junta nada teve que fazer ali de excepcional, pois a cidade entrou em plena normalidade, como si nada tivesse havido. — O mesmo não se deu, porém, nalguns pontos do interior. Assim que entrára em exercicio esta Junta interina, expedira proprios para os diversos logares dando noticia dó que se fizera, para que em toda parte se hasteasse tambem a bandeira real. Mas os positivos que se dirigiam para a região do Apody foram coincidir em caminho com uma força paraybana que levava o mesmo rumo. Era essa força commandada por um Miguel Cesar, emissario dos rebeldes de Pernambuco, ao qual se juntára, como representante do governo paraybano, o terrivel agitador David Leopoldo Targini. Prendendo os correios, soube destes Targini, e pelas cartas, o que se déra em Natal; e sem esmorecer com o desastre, accelerou a marcha, e foi entrar na villa do Regente com aquelle apparatus de forças. Encontrando apoio nos chefes mais entusiastas, que eram o vigario João Barbosa e o sargento-mór Vieira de Barros, poz Targini em agitação todos aquelles contornos, e conseguiu ainda formar ali uma nova Junta Provisoria, que substituisse na capitania do Rio Grande a que fôra dissolvida em Natal. <sup>(40)</sup> Puzeram-se em grande actividade aquelles exaltados, mantendo em armas alguns grupos em toda a ribeira do Apody, e planeando logo invadir o Ceará por ali, enquanto pelo districto de Icó avançariam com o mesmo intuito outras forças que se esperam da Parayba. <sup>(41)</sup>

---

<sup>40</sup> Formaram essa Junta, que foi organizada no dia 10 de Maio: o vigario João Barbosa Cordeiro, o tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, o sargento-mór José Francisco Vieira de Barros, o capitão Manuel Joaquim Palacios, e o tenente Filippe Bandeira de Moura.

<sup>41</sup> A força paraybana ás ordens de Targini ia com instrucções

XIII. Mas durou muito pouco aquelle novo alento. Suspeita-se mesmo que Targini tivesse guardado reserva quanto ao fracasso da revolução em Natal; pois só assim se explicaria aquella velleidade que em uma semana estava desvanecida. — Logo que se teve por ali noticia do que acabava de occorrer em Natal, e em seguida na Parayba, e principalmente do bloqueio de Recife pela esquadra de Rodrigo Lobo <sup>(42)</sup>, desilludiram-se, e de uma vez esmoreceram aquelles pobres homens, e «como o relampago desapareceu» a nova Junta. — Tambem não tardou a quédá de Pernambuco: e tudo se desfez, como um sonho, na alma daquella gente, a afundar agora na immensa tristeza que vai cahir sobre a terra. — Aliás, na capitania do Rio Grande não se fez tão torva, como nas outras, a carranca dos algozes. A varias circumstancias deve attribuir-se essa fortuna. Antes de tudo, aquella «illusão da liberdade» ali foi perfeitamente innoxia. A revolução não sacrificou pessoa alguma; nem se fez detestada por vioências que o governo do Rei em tempos normaes nunca vacillou em praticar. Além disso, a reacção se fez pelos proprios que tinham acompanhado o chefe do movimento, sobre quem cahiu toda a culpa do ultraje feito á lei. Foi o misero André de Albuquerque, por isso mesmo, o unico martyr da idéa republicana ali. Houve naturalmente muitos delatados pelo escrupulo dos fieis... <sup>(43)</sup>;

---

para reunir-se no Ceará a 800 homens de Pombal e de Souza, dirigidos pelo vigario José Ferreira Nobre, padre Luiz José Corrêa de Sá e seu filho o sargento-mór Francisco Antonio, e o capitão-mór Patricio José de Almeida. (V. Barão de Studart — *O movimento de 17 no Ceará*, 15).

<sup>42</sup> Logo que tornára rigoroso o bloqueio de Recife, destacára Rodrigo Lobo alguns navios menores para as costas do norte, bloqueando assim igualmente a Parayba e o Rio Grande. Bastava isso para quebrantar o animo daquella gente.

<sup>43</sup> Os reus do Rio Grande do Norte classificados pela alçada foram os seguintes: — «*Reus em pena de morte natural airoz*: Principaes cabeças: — André de Albuquerque Maranhão, fallecido; — Padre Antonio de Albuquerque Montenegro, vigario de Goianinha, fugido; — Padre João Damasceno Carvalho da Cunha (aliás João Damasceno) Xavier Carneiro) visitador, fallecido (a bordo da embarcação que o conduzia para o Recife). — *Reus a punir com penas immediatas*: — David Leopoldo Targini — carcere perpetuo, ou galés perpetua; — André de Albuquerque Maranhão (da Estiva); — Luiz de Albuquerque Maranhão; — outro Luiz de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Belem —

mas nenhum desses soffreu pena capital. Como para dar ainda mais valor a essas circumstancias, deu-se o caso de ter voltado á capitania como governador o proprio José Ignacio Borges. Este de certo, não só não teria graves queixas contra os que o haviam deposto, como é provavel que se não sentisse com muita coragem de punir em outros uma culpa de que em consciencia talvez se apercebesse de não estar de todo isento. E a prova está sem duvida em que foi elle o primeiro a defender aquelles homens que tinham acompanhado o coronel André, é exacto, mas que tinham tambem reagido contra o mesmo... quando souberam que a revolução no sul perecia. Tendo-os encontrado, ao chegar a Natal, «em plena liberdade», não os quiz prender sem primeiro advogar-lhes a causa perante Luiz do Rego Barreto, que acabava de chegar a Pernambuco. <sup>(41)</sup> — O já famigerado capitão-general fingiu não attender ás insinuações de Borges, e os homens foram presos e remettidos para Recife — é evidente que menos por intenção de severidade que por mero capricho dos juizes — mas nem por isso deixando de apavorar as populações com taes apparatus de escarmento. <sup>(45)</sup> — O mais que soffreram

---

degredo perpetuo em fortalezas de Portugal; — *João Manuel da Pulação*; — *Luiz Pinheiro de Oliveira*; — *Manuel Antonio Moreira* — degredo de dez annos para Moçambique; — *João Ribeiro de Siqueira e Aragão* — degredo de dez annos para a India; — *José Ignacio Marinho*, ausente — degredo de dez annos para Moçambique. — *Reus a perdoar*: — *Antonio da Rocha Bezerra*, *Padre Feliciano José Dornellas*, *Antonio Ferreira Cavalcanti*, *Antonio Germano Cavalcante de Albuquerque*, *Joaquim José do Rego Barros*, *Filippe Bandeira de Moura*, *Manuel Joaquim Palacios*, *José Joaquim Vieira de Barros*, *Leandro Francisco Bessa*, *Padre João Barbosa Cordeiro* (para este pedia-se degredo de cinco annos para Angola); *Francisco Marçal da Costa Mello*, *José Ignacio de Albuquerque Maranhão*, *José da Costa Bezerra*, *João Saratva de Moura*, *Manuel da Natividade Victor*, *Manuel Ignacio Pereira do Lago*, *Pedro Leite da Silva*. — Esta lista era apenas uma nota do Juiz Osorio.

<sup>44</sup> V. officio de 14 de Julho de 1817, na *Revista do Instituto do Rio Grande do Norte*, VIII, 57.

<sup>45</sup> Refere D. Isabel Gondim o caso de uma menina, de nome Maria Angelica, filha de Joaquim José do Rego Barros, a qual tanto se impressionou com a prisão do pai que se deixou morrer de inanição.

aquelles inculpados foram as amarguras da longa reclusão, pois muitos, quasi todos, só vieram a volver aos lares depois da revolução do Porto (1820), tendo alguns fallecido no carcere e tendo sido outros perdoados, pela carta régia de 6 de Fevereiro de 1818.

## CAPITULO XX

### NO MOMENTO DA INDEPENDENCIA

I. Volvendo agora á capitania que tinha governado, e onde soffrêra as humilhações de ser deposto e preso, não podia Ignacio Borges ter ali reentrado com o mesmo antigo prestigio. E mal sabia elle ainda que para reduzir-lhe a acção naquelle posto sobreviriam — quasi que se pôde dizer, assim que reassumira o cargo — factos e circumstancias novas, e de natureza tal que contribuiriam, não só para diminuir-lhe a propria autoridade, como para perturbar-lhe toda a penosa tarefa da administração em condições de si mesma tão difficeis. Essas circumstancias e factos vão decorrer da situação em que se começava a sentir no paiz o espirito geral naquelle momento, em que se crêa para a monarchia portugueza a larga e ingente crise que a vai pôr em afflicções, e a que não se sabe como é que não veio mesmo a sossobrar. — Havia uns dez annos que se trasladára a côrte para o Rio. Emquanto o Rei aqui parecia só preocupado em dar ao Brazil uma perfeita preeminencia sobre as outras secções do Reino-Unido, lá na antiga metropole os acontecimentos do seculo faziam a sua obra. Livre de Napoleão, nem por isso ficava o velho Portugal immune do novo espirito que o curso glorioso tinha insuflado em toda a alma da Europa. O povo portuguez respira desafogado ao voltar a si daquella syncope terrivel, que chegara a ter apparencias de morte. Despertando, e sentindo que ainda tem viva a sua consciencia nacional, é que elle comprehendeu a extensão dos destroços que as tormentas tinham deixado, e as miseras condições em que ficára. E, assim como por si mesmo havia feito a expulsão do invasor, e de-

fendido a patria, abandonada pelo Rei, encoraja-se agora para cuidar, tambem por si, dos seus proprios destinòs. Desde muito antes de 1817 que lá na Europa começa a manifestar-se (mesmo naquella atmospherá fechada de miseria e despotismo) <sup>(1)</sup> o novo alento que se diria insidiosamente o francez inspirára na raça exausta. — E então é que se viu um espectáculo curioso: a Regencia reconstituída, composta de fanaticos do regalismo impenitente, a perseguir sem piedade a todo mundo que se mostrasse suspeito de sympathia pelo invasor — agora ausente, é certo, mas ainda perigoso, e talvez mais perigoso do que nunca. <sup>(2)</sup> Foram sem conta as victimas illustres da famosa Junta, onde um estrangeiro odioso tinha voto decisivo. — Não era isso sinão symptoma do que lavrava em todas as classes, mas principalmente entre as mais distinctas pela cultura.

---

<sup>1</sup> «É realmente horrivel a phase que, ás aggressões francezas, se segue para Portugal. As populações estavam empobrecidas. Os invasores tinham talado o paiz, e destruido todos os elementos da sua vida economica. Os que não podiam emigrar para o Brazil expunham-se lá a toda sorte de misérias. Chegou a ser necessario que do Brazil se soccorressem as populações do reino. Para attender ás necessidades da guerra, tinha-se militarizado o paiz. Os perigos não cessaram logo com a expulsão dos francezes. Enquanto estes permanecessem em territorio de Hespanha, Portugal não se sentiria desassombrado... A massa enorme de gente mobilizada sahia das lavouras e das outras industrias. Como era possivel, nas condições em que se via o reino, sustentar aquelles exercitos?... Vai então o governo da Regencia valendo-se dos expedientes mais absurdos e iniquos, martyrizando uma população já fatigada de tantos martyrios».

<sup>2</sup> «Passar por adherente de francezes, lido nos seus livros, politicos ou litterarios; filiado, ou participante em sociedades maçonicas — era o mais grave dos crimes... Não se contentavam de condemnar os que tinham acompanhado os exercitos francezes: iam mais longe os tribunaes — processavam-lhes as esposas e as filhas. A mulher do general Manuel Ignacio Martins Pamplona foi condemnada por ter acompanhado seu marido á França. O mesmo succedeu á condessa de Ega. As filhas do conde de Ega foram processadas, e jazeram presas por algum tempo nas cadeias, até que foram afinal absolvidas. Alem do marquez de Loulé, condemnaram-se alguns amigos e adherentes seus, sob o pretexto de com elle terem trocado communicações». (Pereira da Silva, II, 6 etc.).



II. Esse estado de animo do povo portuguez vinha repercutir no Brazil, e mais ainda em algumas provincias do que no Rio de Janeiro. Não havia forças humanas que pudessem impedir aqui a invasão das novas idéas que agitam os povos do velho mundo. Os que voltam de viagem pelos paizes da Europa trazem o virus. Estudantes brasileiros que por lá se contaminam tornam-se vehiculos do contagio. A imprensa, que já tinhamos em liça, tanto lá como no Rio, vai clandestinamente infiltrando nos animos a semente condemnada. Não se passa coisa alguma em Lisboa que não se venha a saber aqui, e a commentar cada vez com mais desassombro. Já não se faz mesmo em Portugal coisa alguma sem concerto com os irmãos da America. Pouco importam os insuccessos. O rigor dos castigos já não escaurmenta a mais ninguem. Ha quem sustente que a tão discutida conjuração de Julho lá, fôra tramada com chefes de alto valimento no Brazil. Mesmo sem ter provas documentaes disso, o que se póde avançar é que semelhante accôrdo, longe de extranho, seria muito natural, dadas as relações em que viviam liberaes dos dois mundos. E não seria já para seduzir os mais incredulos a coincidencia do que se havia lá planeado com o movimento de Pernambuco e outras provincias do norte, e que apenas de uns mezes teve de antecipar-se ao que lá abortára?

III. Não é possivel, pois, que naquelle mudar de estação só Ignacio Borges, que era, aliás, um homem de certa instrucção e de idéas que se não podiam conciliar com o regimen subsistente — não é possivel que só elle não sentisse o que se vai passando no mundo. Foi naturalmente por isso mesmo que elle voltou ali, não sem resentimentos apenas, mas até muito disposto a reconciliações, tanto por uma tolerancia bem calculada com a disposição do espirito geral, como pela solicitude com que tratou dos interesses da capitania. Nutrindo taes designios, parece que comprehendeu claro as condições em que tinha de agir. O estado economico, que a revolução aggravára enormemente, não lhe permittia coisa alguma na parte administrativa da sua tarefa. A esse respeito, o mais que se lhe antolhou possivel foi reduzir a despesa enquanto procurava melhorar a receita ampliando-lhe as fontes naturaes; isto é, animando a lavoura e outras industrias pelo alargamen-

to do commercio, sobretudo externo. — Avulta-lhe, pois, agora no espirito aquella velha questão que havia mais de um seculo preocupava toda a população do Rio Grande — a da dependencia, em que desde 1701 ficára, do governo de Pernambuco. Já na occasião em que se recebêra em Natal (12 de Março) a noticia das occurrencias do Recife, aproveitára-se Ignacio Borges daquella circumstancia para dar cumprimento a uma carta regia, cuja execução não se sabe como é que o governo de Pernambuco tinha conseguido protelar por tanto tempo. A carta de 28 de Janeiro de 1808, franqueando ao commercio de todas as nações amigas os portos do Brazil, não deixára mais duvida quanto ao direito, reconhecido a todas as capitánias, de fazerem commercio directo com o exterior. Fôra ainda a referida carta regia confirmada por uma outra de 18 de Junho de 1814. Apesar disso, o governo de Recife, «sob futeis pretextos», havia prohibido aos capitães-môres do Rio Grande que entrassem nas vantagens da execução de taes decretos.

IV. Ao assumir o governo da capitania pela primeira vez, em fins de 1816, apressou-se Borges a levar o caso ao conhecimento de S. M. em officio datado de 23 de Dezembro do mesmo anno. <sup>(3)</sup> Nenhuma solução tinha tido ainda esse recurso, quando sobrevieram os acontecimentos de 6 de Março em Pernambuco. Entendeu Borges chegado o ensejo de fazer o que não tinha sido possivel até ali; e sem esperar mais por ordens da côrte, declarou, a 13 de Março, rotas todas as relações com a provincia sublevada, e «desligando-se da subordinação em que estivera a capitania», creou logo, a 16 de Março, uma alfandega em Natal, apoiado naquellas cartas régias de 1808 e 1814. <sup>(4)</sup> — Como sabemos, não teve este acto

---

<sup>3</sup> De um dos officios que Borges dirigiu (a 31 de Maio de 1817) a Rodrigo Lobo antes de partir de Pernambuco para Natal a reassumir o cargo de que uns tres mezes antes havia sido deposto.

<sup>4</sup> Officio de Borges a todas as camaras da capitania. «Havendo (diz elle ás camaras) os funestos e detestaveis acontecimentos, que tiveram logar na villa de S. Antonio do Recife, na tarde do dia 6, desligado esta capitania da condição de subalterna, em que estava ao governo daquella, como já fiz certo pelo meu edital de 13, tenho determinado estabelecer no porto desta cidade, em conformidade da carta

execução em consequencia dos successos já conhecidos. — Retomando agora, a 17 de Junho, o seu posto, cuidou Ignacio Borges de tornar effectivo o que uns tres mezes antes tinha decretado. A alfandega, no entanto, como era do regimen, só veio «a ter existencia» por decreto real de 3 de Fevereiro de 1820. <sup>(5)</sup> Pela carta régia de 12 do mesmo mez e anno, estabelecia-se em Natal uma Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda, a qual se installava no dia 17 de Setembro do anno seguinte. <sup>(6)</sup>

V. Mas Ignacio Borges não se limitou a isso. Já era muito decerto emancipar a capitania na sua vida economica: o que era preciso, porém, fazer de uma vez era tornar de todo independente de intermediarios, e só subordinada directamente ao governo central, a administração rio-grandense em todos os varios departamentos. Para isso, convinha ao mesmo tempo, e fôra aliás desde muito instantemente reclamado, que na esphera da justiça sobretudo se alcançasse a indispensavel autonomia. Esforçou-se muito por essa aspiração o governador; e conseguiu que por alvará de 18 de Março de 1818 fosse a capitania do Rio Grande desmembrada da comarca da Parayba, para formar uma nova comarca. — Tendo-se completado esta medida por aquella de 1821, e estabelecida definitivamente correspondencia directa com a corte, estava, pois, o Rio Grande do Norte erigido em provincia, igualado, portanto, por este predicamento politico ás demais circumscripções administrativas do reino do Brazil. — Incontestavelmente tudo isso correspondia

---

regia de 28 de Janeiro de 1808, e decreto de 18 de Junho de 1814, uma alfandega para nella se receber, e serem despachadas, as fazendas e generos da Europa, conduzidos em navios nacionaes ou estrangeiros... etc. Com esta medida, e declaração que fiz no meu edital de 13, ficarão os habitantes dessa villa na intelligencia de não dirigirem os seus effeitos a outra parte, que não seja aos armazens desta cidade, a esperar nelles a sua venda».

<sup>5</sup> No acto de Borges está a data de 16 de Março; mas Gonçalves Dias (*op. cit.* 43) dá 20 de Março. A data do decreto real creando a alfandega só encontramos em Milliet.

<sup>6</sup> Doc. n. 8 entre os com que o dr. Tavares de Lyra instrue as suas *Algumas notas sobre a historia politica do Rio Grande do Norte*. (V. *Revista do Inst. Hist. do R. G. do N.* — V — I — 66).

a exigências naturaes das populações; mas não seria justo desconhecer os serviços nesse sentido prestados por Ignacio Borges. — E no emtanto, nem pela sinceridade com que procurou recommendar-se á *sympathia* e estima dos rio-grandenses, poude elle atravessar ali sem desgostos, e até sustos e inquietações, os seus tres annos e tanto de administração. Aquelles signaes que sentira ao reencetar o seu governo foram-se accentuando de mez para mez, como si se acompanhasse por ali as transformações que se operam no senso politico, tanto em Portugal como no Brazil.

VI. Principalmente depois daquelle anno critico de 1817, o estado da opinião publica em ambos os paizes denunciava-se cada vez mais clara em contraste com a ordem de coisas que d. João VI inconscia ou desavisadamente se obstinava em manter nos seus dominios, emquanto na Europa e na America se vão agitando os povos como num alvorecer de era nova. Si o representante da dynastia tivesse a seu lado ao menos um estadista de tino e visão profunda para entender aquelle momento, é possível que os successos tivessem tido outro curso. Aliás, não faltavam homens propriamente: o que faltava era um rei. Homens havia-os de certo. Bastaria nomear um Silvestre Pinheiro, ou um Palmella. Mas estas figuras andavam como esquivas no meio daquelle côrte emperrada. D. João tinha mais confiança nos seus aulicos; e estes, ou por estreiteza de espirito, ou por uma absurda fidelidade ás velhas instituições, eram avessos a tudo que fosse mudar a orientação da politica real. Como é que se havia de conservar no meio de um mundo que se reconstitue, a monarchia portugueza irreductivel? — é a pergunta que andava nos labios de toda gente. Só os palacianos, cégamente aferrados á realza absoluta, ficavam extranhos a tudo, indifferentes aos signaes dos tempos, surdos aos rumores da tormenta. Os homens notaveis que vinham de Portugal chegavam anciosos por dar avisos do que lá se passa, na esperança de prevenir catastrophes imminentes. Aqui, no emtanto, encontravam uma côrte em perfeita estagnação; e o mais que faziam era assustar o monarcha desapercebido, e forçal-o a pedir a alguem que lhe indicasse as soluções preferiveis. No dia seguinte, porém, esquecia-se de taes velleidades...

VII. E no entanto, a situação de angustia em que se vêem lá na Europa os miseros subditos do pobre soberano era bem conhecida. Os portuguezes foram abafando as suas queixas até a queda de Bonaparte. Antes de 1815, comquanto estivessem livres da occupação estrangeira, viviam ainda assombrados e inquietos. Com o desvalimento de Bonaparte, esperavam que afinal se normalizassem as condições do reino. Esperavam mesmo que alliviados daquella oppressão e grande medo em que os trazia o Imperador, cuidassem agora os governantes de reparar os seus erros e excessos reconciliando-se com a nação. E tão viva era a confiança em melhores dias que lá, mais ainda que no Brazil, se festejou com enthusiasmo a queda do dictador da Europa, e se receberam como em triumpho as tropas auxiliares de volta daquella fatigante campanha — Como se enganavam, no entanto, aquellas almas! Os infortunios, que lhes haviam crescido com a paz interna, iam tornar-se agora insupportaveis. Sem mais preoccupações e receios de castigos que pudessem vir de fóra, a Regencia ufana se entrega ás tyrannias com que humilhava tão cruelmente a triste patria esquecida de seu rei. — Que grandes lições iam deixando aquellas guerras contra um homem, que em toda parte a ordem vigente fazia passar, ora por um grande bandido feliz, ora por um admiravel apostolo de novos tempos. Os dois povos da peninsula, sobre todos, muito deviam aproveitar de taes lições. Emquanto o governo de Lisboa se torna mais despotico e feroz do que antes, o trefego e impenitente Fernando VII, ao reentrar na Hespanha amparada pela coalisão victoriosa, apressa-se em abolir a Constituição de 1812, em dissolver as Côrtes, e declarar nullas todas as leis que as mesmas haviam elaborado, restaurando assim o governo absoluto. Livres da vergasta do Imperador, todos os despotas encrespavam logo os sobrolhos para os povos desamparados.

VIII. De Portugal vinham clamores instantes para a America: clamores, no entanto, nunca ouvidos deste lado do Atlantico, onde havia talvez mais motivos para que se illudissem todos os asseclas da velha ordem. — Depois, desengannado, o desespero emmudeceu. Mas emmudeceu para conspirar. Como o Rei e a côrte, no seu refugio da America, per-

manceiam indifferentes aos agravos, era forçoso recorrer a mais imperiosos reclamos; e em vez de obter pela supplica, conquistar pela vontade propria e pela força. — Eis ahi como se preparou e veio a explodir a revolução de 1820. — No Brazil, de cuja attitude ia depender a sorte do movimento com tanta fortuna operado lá na Europa, a repercussão daquelles acontecimentos vem crear uma situação bem curiosa. Em todas as nossas provincias a noticia produziu grande sensação, seguida immediatamente de uma larga agitação do espirito publico. Formaram-se logo no paiz duas correntes de opinião — a dos que adherem francamente á revolução do Porto, e a dos que, não vendô naquelle movimento mais que rebeldia contra os «sagrados direitos de el-rei nosso senhor», preferiam conservar-se fieis á velha realza tal como sempre fôra. Aquella primeira corrente era muito mais poderosa: não tanto, porém, que pudesse imperar desassombrada em todas as provincias. Dahi os motins e desordens que em quasi todas as capitães occorreram ao constituirem-se as Juntas Provisorias conforme as ordens que vinham de Lisboa. Afinal, as tendências que a propaganda liberal havia creado, e o entusiasmo das populações pela victoria dos proprios subditos reinôes contra o regimen sob que gemem todos os povos da monarchia, tudo facilitaram naquelles primeiros momentos.

IX. Mas aquella corrente victoriosa em todas as provincias trazia em si mesma muitos germens de dissensões futuras. Era ella formada, tanto de portuguezes filiados ao liberalismo triumphante lá na antiga metropole, como da enorme maioria dos brasileiros, por indole inclinados a applaudir todo esforço tendente a modificar o systema politico que a côrte do Rio, em vez de corrigir, tinha tornado mais gravoso. Foi por isso aquelle instante o unico em que estiveram unidos, e a postos «pela mesma causa», portuguezes e brasileiros, até então separados por uma rivalidade de tres seculos. — Não durou, com effeito, mais que um instante o tal consenso, pois que logo se viu que anda longe a causa de ser a mesma para os dois partidos em tregua. Os primeiros, quanto a aspirações politicas, faziam só questão de implantar em todo o reino o regimen constitucional, abolindo o governo absoluto; emquan-

to os brasileiros, além dos beneficios que esperavam da nova ordem de coisas que se conquista, viam ainda na reforma um caminho aberto para a independencia. E ahi estavam as origens de todos os embaraços e complicações que sobrevêm, tanto para d. João VI, como principalmente para d. Pedro. Aquellas Juntas constitucionaes, que se organizaram em todas as provincias, ficaram, sobretudo depois da partida do rei, quasi todas vacillantes entre as Côrtes de Lisboa e o Principe Regente. Mesmo porque, na maioria das provincias de ordem secundaria, onde não era ainda cohesa e forte a opinião publica, ninguém se moveu antes de saber qual seria a attitude das grandes provincias. Em muitas, afinal, foram os proprios respectivos governadores que se puzeram á frente do partido adiantado quando viram o Pará, a Bahia, Pernambuco, e a propria côrte do Rio de Janeiro adherindo á revolução de Agosto. Foi só então mesmo que se levantaram todas as populações.

X. O Rio Grande do Norte, nesta phase, dá-nos uma idéa bem suggestiva da situação que se generalizára no paiz. Ali não tinha José Ignacio Borges conseguido, como vimos, apesar dos seus esforços, impôr-se á estima geral. Os seus proprios intuitos de conciliação e de paz o comprometteram principalmente com os regalistas que o fracasso da revolução exaltára. O governador cada vez menos cuidado tinha em dissimular as suas sympathias pelo que se vai fazendo lá no reino, e logo que sentiu no paiz, em torno de si, os arruidos precursores da tormenta, mostrou-se de todo propenso a tomar francamente o seu partidô. Isso, no entanto, não impediu que os adversarios (isto é — os que lhe punham em duvida a lealdade com a causa da realza) disputassem o mesmo partido assim que viram o rumo seguro que as coisas tomavam. E então começam ali a pôr-se em collisões dois grupos que disputam o mesmo lugar ou a mesma attitude. E agora é que se apercebeu direito Ignacio Borges de como lhe vinha diminuir a autoridade moral aquella mesma causa, pela qual tanto se esforçara, da integração politica e administrativa da provincia. O proprio ouvidor que installára a comarca, creada em 1818, foi o primeiro a aproveitar-se das condições em que

a encontrou. Portuguez desabusado, (7) espirito mesquinho e sem escrupulos, não trepidou o dr. Mariano José de Britto Lima em pôr-se logo á frente do grupo contrario ao governador. Valendo-se do seu prestigio de juiz, creou em todas as localidades os maiores embaraços á administração publica, prevenindo e instigando autoridades e funcionarios contra Borges.

XI. A situação, á mercê de taes elementos, e em conjunctura tão grave, não demorou que se complicasse cada vez mais. Logo que se retirou d. João VI, e os acontecimentos do Rio de Janeiro tomaram a directriz que era de prever, accenderam-se ainda mais por toda parte as discordias. Enquanto se tratava de uma reforma das instituições que o proprio soberano apoiava, nada se poderia esperar dos realistas mais que a docilidade com que acompanharam o governador em todas as demonstrações por aquella causa. E tanto assim que o juramento da Constituição, que as Côrtes de Lisboa houvessem de votar, foi feito com toda solennidade em Natal no dia 24 de Maio de 1821, tendo comparecido no paço do senado, a convite do governador, toda gente de ambos os partidos até em ares de congraçamento. (8) — Quando, porém, começou o conflicto entre d. Pedro, alliado dos brazileiros, e as Côrtes, que se empenhavam em reduzir o Brazil outra vez á condição de simples colonia — as duas antigas facções (no

---

<sup>7</sup> Antes de retirar-se de Natal, cuidou Ignacio Borges de munir-se de documentos contra o ouvidor; e das ordens que expedia nesse sentido se vê de que natureza eram os abusos que se attribuiam ao incontinente juiz. Dizendo fazel-o por ordem do Desembargo do Paço — cassava provisões a funcionarios e os substitua por gente sua, sem dar conta dos direitos e donativos que deviam pagar; ordenava suspensão de outros, e só fazia cessar essa suspensão por motivos de pouca lizura; cobrava das camaras exorbitantes quantias a titulo de despesas de correcção; exigia da propria camara de Natal «100\$000 pelas suas aposentadorias», annualmente; etc.

<sup>8</sup> Estiveram presentes ao acto cento e tantas pessoas de representação e que subscreveram o auto de juramento; inclusive o governador, o ouvidor, a officialidade da guarnição e das Ordenanças, e funcionarios etc.: em summa — «clero, nobreza e povo» — como se registrou no referido documento.



Rio Grande como em todas as outras provincias) foram-se abrindo de novo e separando: uns — os inspirados e dirigidos pelo ouvidor, prestando obediencia ás Côrtes; e Ignacio Borges com os brasileiros, fazendo causa com o Principe Regente. -- Deve notar-se, no entanto, que os menos afoitos eram aquelles primeiros: no meio daquellas complicações, vendo sempre mais confusa a situação, não permittindo nenhuma previsão certa do que está para vir — a facção recolonizadora não tinha coragem para arriscar-se abertamente a compromettimentos perigosos. Nada podendo tentar contra Borges, que se mostrava prudente e judicioso, tratou de contemporizar, seguindo-lhe os passos cautelosamente, e só a hostilizar-o por insidias.

XII. De seu lado, vendo sem duvida a situação com mais segurança, cuidou o governador de levar a sua função com muita calma e paciencia, enquanto preparava elementos com que viesse a dar um golpe de morte naquelles discolos da grande justiça que se pleitêa. Para isso se foi munindo de documentos, principalmente contra o ouvidor, que era a alma damnada de tudo; e planeou vir elle proprio ao Rio entender-se com o governo do Principe. Com este intuito pediu reservadamente uma licença, e ficou aguardando o momento opportuno de ausentar-se de Natal sem riscos de prejudicar a situação que havia creado. — Por meados de Agosto, uns tres mezes depois de ter sido ali jurada uma Constituição que ainda se estava fazendo, recebe Ignacio Borges o decreto de 8 de Junho (1821) pelo qual ordenava o Principe Regente que se jurassem tambem no Rio Grande do Norte, como se havia feito no Rio de Janeiro e nas demais provincias, as Bases da Constituição Portugueza formuladas pelas Côrtes constituintes. Officiou logo o governador ao senado da camara, ao corregedor da comarca e a todas as demais autoridades e funcionarios, assim como deu daquillo communicação ao povo, marcando o dia 29 de Agosto para aquelle acto, a que se deu grande solennidade. <sup>(9)</sup> E com effeito, mesmo aquelles que pareciam mais

---

<sup>9</sup> Dirigiu-se tambem ás outras camaras da provincia, ordenando-lhes que fizessem celebrar igual juramento segundo as instrucções que a todas deu.

vacilantes, ou que se mostravam mais constrangidos concorrendo a semelhantes formalidades reguladas e presididas pelo governador — mesmo esses compareceram na sala da camara sem resaios de máu grado, antes affectando, por astucia ou receio, perfeita conformidade com tudo o que se fazia, simplesmente, é claro, porque não atinavam com o que se pudesse fazer sinão aquillo mesmo. — Chegou Borges a persuadir-se de que os seus sentimentos estariam sendo melhor comprehendidos: não, no emtanto, ao ponto de dar uma orientação nova á sua politica. Iria accetando a adhesão e concurso de toda gente; mas ficaria sempre com os seus.

XIII. Afinal, os adversarios, por sua parte, não mudavam tambem sinão de tactica. Faziam com o governador o que este com elles ia fazendo. Sob aquellas apparencias de bom entendimento, lavrava nos dois partidos inconciliaveis a mesma opposição e a mesma gana. O pleito por ali só se decidiria quando se desnublassem os horizontes, e a solução viesse de fóra. — Tinha-se Ignacio Borges posto de intelligencia com os liberaes de Pernambuco, e mesmo em relações com as mais conhecidas figuras entre as que no Rio dirigiam a grande causa. Estava elle convencido de que os negocios entre Portugal e Brazil tomavam decisivamente uma significação de guerra aberta entre dois povos; e de que o Principe Regente não disfarçava mais as suas propensões pelos brasileiros. Via em todas as provincias a collisão travada, e em toda parte um espirito nacional a revigorar-se para affrontar aquellas Côrtes de Lisboa, que aspiram tudo, é certo, mas para o reino de lá, comtanto que o resto da monarchia se conserve como dominio, sob o mesmo regimen da colonia. Via elle a agitar-se em todo o paiz, como sob impulsão de fortes lufadas, que retemperam ambientes até ali fechados, uma larga e activa propaganda pelo Principe, que se apresenta como um emissario do destino, e incarnação viva do ideal dos brasileiros. <sup>(10)</sup> — Mas estava Ignacio Borges ancioso por enten-

<sup>10</sup> Ali mesmo no Rio Grande fazia-se desde algum tempo, insidiosa e activa, a propaganda da independencia. De uma nota da commissão do nosso Instituto Historico (sendo relator o dr. Basilio de

der-se pessoalmente com os amigos do Recife, e sobretudo com os chefes do Rio, para saber até onde devia ir e como convinha operar na provincia sem discrepar do plano que seguia o movimento geral. O que o faz hesitante é o receio de

-----

Magalhães) acerca de um ponto da *Historia da independencia*, do visconde de Porto Seguro, vê-se o seguinte: «Na *Biographie universelle et portative des contemporains*, publicada em 1836, ao tractar de Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond e da parte importante que este eminente brasileiro tivera nas luctas em prol da independencia de sua patria, appareceu o trecho seguinte: «Le mouvement du Rio Grande do Norte fut déterminé par un jeune littérateur français, M. Eugène Garay de Monglave, que le goût des voyages avait attiré dans ce pays». Commentando esse passo, assim se exprime Drummond, nas suas *Annotações*, á pag. 26: «Este facto é desconhecido, quanto a mim pelo menos. Póde ser seja verdadeiro; mas neste caso deve ser sabido e constar em alguma parte. Naquelle tempo não ouvi falar d'elle, nem que nenhum francez influísse na deliberação do Rio Grande do Norte em se reunir ao Rio de Janeiro para a independencia. Na minha emigração em consequencia da dissolução da Assembléa Constituinte, conheci em Paris este Eugenio Garay de Monglave, e com elle tractei até ao meu regresso para o Brazil. Era moço de boas maneiras, escriptor publico, e falava a lingua portugueza. Traduziu e publicou em francez alguns romances portuguezes. Dizia-me que aprendêra a lingua no Brazil, e que estivera no Rio Grande do Norte, mas nunca me falou dessa parte, que tomára nos acontecimentos politicos daquela provincia. Mas, seja como fôr, este topico é tão extranho á minha biographia, que o não relevo aqui, sinão como esclarecimento para a historia em geral». Parece que o conselheiro Drummond nunca teve occasião de ler a *Correspondance de don Pèdre Premier, empereur constitutionnel du Brésil, avec le feu roi de Portugal don Jean VI, son père durant les troubles du Brésil; traduite sur les lettres originelles; précédée de la vie de cet empereur et suivie de pièces justificatives*, ed. de 1827, publicada em Paris por Eugène de Monglave, e dedicada a Pedro I. Si o egregio amigo dos Andradas houvesse saboreado essa interessante obra, ali se lhe depararia, á pag. 352, o periodo seguinte: «M. Menezes de Drummond, qui, durant son séjour à Pernambuco, avait concerté le mouvement de Parayba, Ceará, Alagoas et Rio Grande do Norte, où, malgré une maladie cruelle, je secondais de tout mon pouvoir ses efforts patriotiques, n'eut pas plutôt vu ces villes se rallier au gouvernement de Rio de Janeiro, qu'il partit pour Bahia, encore occupée par les portugais». Eis ahí a fonte em que a *Biographie universelle* hauriu a informação que estampou ao tractar de Drummond, que ignorava, entretanto, o adminiculo de Eugenio Monglave, apesar de enfermidade cruel, aos patrioticos esforços do indeslembravel brasileiro, afim de obter a adhesão do Rio Grande do Norte á causa da independencia...»

entregar o governo ao ouvidor e ao chefe da guarnição, como se fazia sempre nos impedimentos do governador. — Não demorou, porém, que os proprios successos passados em outras provincias lhe suggerissem os meios de acautelar em Natal a preeminencia do seu partido. Assim que em Pernambuco se organizára, como tinham determinado as proprias Côrtes, uma Junta Constitucional, entendeu Borges que o mesmo expediente podia tomar sem que se lhe extranhasse o gesto. Cumpria-lhe, aliás, evitar ali o que não evitou em Pernambuco a astucia de Luiz Barreto: isto é — que os adversarios se lhe adiantassem na iniciativa de formar aquella Junta.

XIV. Havia já Ignacio Borges recebido communicação da licença que pedira; e com o motivo de ausentar-se da provincia justificou a providencia, que deu como deliberação sua, apoiada no exemplo de Pernambuco. Fez para isso lavrar (a 9 de Novembro) edital convocando os eleitores de parochia a reunirem-se em Natal; e como havia o ouvidor feito igual convocação para celebrar a Junta de Comarca no dia 3 de Dezembro (1821), marcou logo aquelle mesmo dia para a eleição da Junta Provisoria. — Nesse dia, perante a camara em sessão, leu Ignacio Borges «em alta voz a licença que havia obtido de S. A. Real para ir á cidade do Rio de Janeiro», e declarou «que depunha de si» a autoridade que lhe havia sido conferida por El-Rei, entregando-a á Junta Provisoria que ia ser eleita. — Retirou-se em seguida do recinto, para que a eleição se fizesse livremente. — Bem se vê que era mais um luxo de escrupulo que escrupulo legitimo. Ignacio Borges tinha preparado tudo para a sua facção; e os que iam receber os suffragios daquelle eleitorado haviam sido por elle escolhidos. — Apresentaram-se, na verdade, muito poucos eleitores, havendo parochias (como a da Villa do Principe <sup>(11)</sup>, a da Villa de Arez, a de Port'Alegre) que não se representáram por mais de dois eleitores, e até por um só, como aquella primeira. Mas isso em geral se explicava menos como protesto da facção opposta que pelas difficuldades com que de districtos mais afastados se podia acorrer á capital. Aliás, só nesta paro-

---

<sup>11</sup> Hoje Caicó (V. Dr. Tavares de Lyra — *op. cit.* 72).

chia é que se vê como houve realmente abstenção quasi completa do partido portuguez. Naturalmente para isso contribuiu, antes de tudo, a duvida em que estavam todos quanto á natureza daquelle expediente. Não havia ordem directa e formal, nem do Rio, nem de Lisboa, para que se constituísse aquelle governo; e aquillo visto só como iniciativa de Borges, devia talvez ter parecido aos adversarios como erro, ou pelo menos como passo arriscado que viesse em seu favor.

XV. O que é certo, seja como fôr, é que ao todo concorreram ao comicio apenas 43 eleitores, e que da propria capital só compareceram sete, e entre estes nenhum que não fosse do partido do governador. — Foram eleitos para compôr a Junta Provisoria: presidente, o coronel Joaquim José do Rego Barros; secretario, Manuel de Mello Montenegro Pessoa; e membros — padre Francisco Antonio Lumache de Mello, coronel Luiz de Albuquerque Maranhão, capitão Antonio da Rocha Bezerra, sargento-mór Manuel Antonio Moreira, e capitão Manuel de Medeiros Rocha. — Formara-se esta Junta de conformidade com o decreto das Côrtes de 1º de Setembro de 1821, que regulava o processo da eleição para as provincias de primeira ordem. — Mas alguns dias depois de eleito e empossado o novo governo, recebe a camara de Natal um outro decreto das Côrtes, de 29 daquelle mesmo mez e anno, estabelecendo, para as provincias de segunda ordem, o numero de cinco membros, inclusive o presidente e o secretario. Tambem por aquelles dias recusou-se a Junta da Fazenda a pagar os honorarios devidos aos membros do governo, por serem sete em vez de cinco. Não havia remedio sinão modificar a constituição da Junta de accôrdo com o ultimo decreto. Entendeu então a maioria della que devia sahir da conjunctura despedindo os dois collegas que tinham sido menos votados...

XVI. Via-se bem como era um tanto artificial aquelle trabalho. Não é de extranhar, portanto, que o grupo do ouvidor Britto folgasse de ver a crear-se assim uma situação que poderia vir a ser-lhe facilmente exploravel. — Logo que Borges se ausentou, puzeram-se em grande assanho aquelle chefe esturdio e seus proselytos, oppondo á acção da Junta toda

ordem de embarços. A tensão dos animos em Natal tornou-se tão grave que o novo governo deitou manifesto, dirigindo-se ao povo rio-grandense, exhortando-o a unir-se para salvar a ordem e os interesses da provincia, que os inimigos da patria tentavam comprometter. Não trepidou a gente do ouvidor em mandar, durante a noite (de 4 para 5 de Janeiro) rasgar a proclamação do governo affixada nos logares publicos. Emquanto isso, fazia correr na cidade, entre os asseclas, uma representação endereçada ao presidente do senado, na qual se protestava contra a Junta em funcções por ser illegitima, e se requeria que se fizesse nova eleição de accôrdo com o decreto de 29 de Setembro. E no emtanto, não se esperou nem que o senado da camara tomasse deliberação sobre o reclamo: lançou-se logo mão de um recurso mais prompto e efficaz que se havia predisposto. — Nada havendo conseguido da camara, pensaram primeiro os reaccionarios em dirigir-se ao ouvidor, como expediente mais seguro. Ao ter conhecimento disso, desandou a Junta para os processos da violencia, a que via os adversarios tão propensos. Fez prender o ouvidor, que era a alma damnada de tudo (12), e tambem o capitão de cavallaria miliciara Joaquim Torquato Soares Raposo da Camara, primeiro signatario da representação do povo dirigido á camara.

XVII. Des dos primeiros dias de Dezembro que Antonio Germano, commandante da guarnição, estava sendo cabalado pelo ouvidor e seus amigos para uma attitude decisiva diante de taes complicações. Já sabemos que Germano era um espirito falso e manhoso; e na situação em que se via a provincia era muito facil jogar com aquella força, que havia mais de dois annos não era paga. Começou-se ali, no quartel, por actos de indisciplina com que o astucioso commandante se fingia molestado para melhor poder agir. — Logo se espa-

---

12 Foi o ouvidor preso com effeito no dia 4 de Fevereiro. Segundo se lê na representação feita á tropa, cercaram-lhe a casa, «invadindo o interior della, de onde o mandaram conduzir para uma prisão infecta na fortaleza da barra... incommunicavel até da sua familia, tendo-lhe feito invadir e devassar o seu gabinete tão sagrado pelo cargo que occupa...»

lharam pela cidade taes rumores sobre as disposições da tropa que o governo exigiu a presença de Germano em palacio. Mas Germano deu qualquer futil pretexto para não attender ao convite da Junta. — É que tudo estava preparado. Chega o momento opportuno. Appella-se para a força, como em extremo de salvação publica; e na manhã de 7 de Fevereiro (1822) sai Germano do seu quartel á frente do batalhão de linha, e marcha para a praça da matriz. Ali, diante do edificio da camara estende os soldados, de armas embaladas; e seguido de muita gente, sóbe ao paço, onde já estava o senado reunido; e dá-lhe conta do que succede na cidade, requerendo-lhe, «como commandante da força armada», a installação de um governo temporario para reger a provincia até que se constituísse uma Junta Provisoria de conformidade com as ordens das Côrtes. Ouviu aquillo a camara sem espanto, e apressou-se em «deliberar» que «á vista do expendido, os mesmos cidadãos e povos que se achavam presentes» passassem a eleger o governo temporario. <sup>(13)</sup> Corrido o escrutinio, sahiram eleitos Francisco Xavier Garcia (presidente), Mathias Barbosa de Sá (secretario), Francisco Xavier de Souza Junior, Ignacio Nunes Corrêa Thomaz e Pedro Paulo Vieira (vogaes). Os eleitos, que estavam presentes, prestaram logo juramento <sup>(14)</sup> empossando-se do cargo.

XVIII. No mesmo dia levou a camara ao conhecimento da Junta Provisoria o que tinha acontecido, dizendo-lhe que «pelos povos da cidade e pela força publica» fôra obrigada a formar um governo temporario, ao qual entregára a administração da provincia até que se elegeisse uma Junta legal. <sup>(15)</sup> — No dia seguinte (8 de Fevereiro) communicou o senado ás demais camaras da provincia aquellas occurrencias, marcando logo

---

<sup>13</sup> De tudo se lavrou acta que foi assignada em primeiro logar pelo major Antonio Germano e por toda a officialidade do batalhão.

<sup>14</sup> Na propria redacção da acta se consignava que os presentes juravam «manter e guardar perpetuamente a Constituição da monarchia, obediencia ás Cortes e a El-Rei Constitucional o sr. d. João VI.

<sup>15</sup> Palavras textuaes. — A camara entendeu que era o caso de agradecer a Antonio Germano «a prudencia e conhecimento com que desempenhou as funcções do seu cargo...»

o dia 18 de Março para eleição da nova Junta Provisoria. Algumas camaras (como as da Villa da Princeza, de Port'Alegre e do Principe) protestaram energicamente contra aquelles anarchicos processos, declarando que não reconheciam o que se acabava de fazer em Natal. <sup>(16)</sup> — Isso, no entanto, não obistou

---

<sup>16</sup> Como diz com razão o dr. Tavares de Lyra, vale a pena registrar o protesto da camara da Villa da Princeza: RESPOSTA da camara da Villa da Princeza ao officio da camara de Natal: «Fomos entregues do officio que V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> em data de 8 deste mez nos dirigirão participando-nos com termos enfaticos o sucedido nessa capital no dia 7 do mesmo mez, o que já sabiamos por seguídas noticias, e não faremos ver a V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> o que realmente aconteceu e como foi tecido esse ardid e por quem, porque não tentamos indagar nem disputar com argumentos os perversos pretextos de que se valêrão homens facciosos por genio e por interesses particulares, e que sempre estão promptos a fomentar sedições e pôr em effeito muitas, valendo-se para isso das palavras — bem publico —, e — direito de cidadãos —; e fazendo apparecer uma pequena porção de individuos de seu lote e força armada, assentirão logo que estão autorizados para fazer e commetter os mais horribes attentados, bem como esse que aconteceu ahí na manhã do dia 7 deste. Nós estamos mais que persuadidos que V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> nos fazem ver o contrario do que sentem, pois que foram reunidos á casa do concelho dessa cidade á força de baionetas; como nos dizem se virão obrigados pelos povos da mesma cidade e batalhão da 1.<sup>a</sup> linha, e cercados delles nos escrevem; e onde existe a força não ha liberdade de pensar e de cumprir o dever; porem nós que estamos em liberdade e sem temor desses guerreiros intrepidos, pensamos melhor e com mais acerto cumprimos o nosso dever; e fiquem V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> de uma vez entendidos que o senado desta villa e seu termo é composto de homens, e não de ovelhas que seguem para onde as conduz o pastor, inda de má fé; e os habitantes deste termo, assim como sabem obedecer as leis e superiores legitimos, tambem têm coragem para repellar e castigar a facciosos que offendem a El-Rei, as Côrtes e a Nação. O governo instalado no dia 7 pela força armada é illegitimo, rebelde e criminoso, a quem não obedecemos, e só reconhecemos por nosso legitimo governo ao repellido dessa capital pela força, pois que foi eleito segundo o decreto das Côrtes pelos votos dos eleitores representantes dos povos de cada uma das parochias com toda liberdade e franqueza; isto é o que se chama povos, e não a tropa e uma pequena porção de individuos facciosos dessa capital que não tem direito algum de assumir ahí os direitos e vontades de milhares de habitantes e das autoridades de toda a mais provincia; e o contrario é quererem aquelles com o nome de cidadãos illudir-nos; porem o tempo dos prestigios estão passados, e a idéa que V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> fazem dos sertanejos, é mui contraria



a que o governo temporario continuasse impavido a fazer a sua politica de conluio com o senado da camara. — Mal se havia empossado, fez a nova Junta relaxar a incommunicabilidade do ouvidor e do capitão Raposo da Camara, dando-lhes a fortaleza por menagem. O ouvidor, porém, não se satisfiz com isso: requereu o cancelamento da devassa, a immediata soltura e a reintegração «como si nunca tivesse estado fóra do cargo». Ao mesmo tempo o senado da camara reclama do governo temporario, e este na mesma hora o attende, a liber-

---

dos seus procedimentos. Depois das Côrtes haverem decretado a forma da eleição dos governos das provincias, não podemos crer que haja ordens e nem poder no povo de installar governos temporarios, como V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> nos dizem fóra este installado e empossado nas determinações das ordens, salvo si estas foram do chefe do batalhão em armas, e só poderá ter effeito no recinto do alcance de suas balas; não que o decreto citado no officio de V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup>, de 29 de Setembro de 1821 determine um semelhante recurso revoltoso, nem que V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> sejam autorizados para convocar eleições, e simplesmente para presidir a ellas, sendo ordenadas por autoridades superiores. Podemos asseverar a V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> que nós contamos com a união das duas villas vizinhas de Port'Alegre e do Principe, porque os seus habitantes nossos irmãos e amigos são dos nossos mesmos sentimentos e defensores dos direitos da Nação e das ordens das Côrtes e de Ei-Rei constitucional, que severamente castigão, como esperamos aos autores do referido excesso praticado nessa capital. A Junta de Eleitores uma vez desfeita jamais se pode ajuntar segunda vez sem ordem das Côrtes, como determinam as instrucções, que fazem parte das Bases da Constituição, e como a tropa com o seu chefe ali fez tudo, fação tambem eleitores e quantos governos quizerem, pois que sabe toda esta provincia muito bem o que se passou e o que aconteceu, era desnecessaria a eleição que V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> incompetentemente convocão, e assim como o chefe da tropa bradava uniformemente — «O batalhão não quer esse homem eleito», — «O batalhão quer a Pedro ou Paulo» — do mesmo modo dizemos nós cheios de razão e legitimo direito — Não queremos esse governo temporario por que é illegitimo, criminoso e rebelde; e são estes os nossos sentimentos e ultimas palavras, regulem-se V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup> por ellas até que a Providencia nos offereça occasião favoravel. — Deus Guarde a V.<sup>s</sup> S.<sup>s</sup>. — Villa da Princeza, em vereação de 23 de Fevereiro de 1822. — *Gonçalo Lins Wanderley, João da Fonseca Silva, João Luiz de Araujo Picado, José Varella Barca, Francisco Antonio de Oliveira Cabral*. — O senado da camara de Natal, julgando-se offendido, representou contra a camara insubmissa, tanto perante o governo temporario, como perante o proprio D. João VI. Taes representações, porem, nenhum effeito tiveram.

dade do magistrado e do outro preso. <sup>(17)</sup> — Tinha, pois, o partido-portuguez montado o seu aparelho de dominio, julgando-se agora ali muito senhor da situação.

XIX. Não tardaria, no entanto, a desenganar-se. As situações nas provincias tinham de reflectir os acontecimentos do Rio de Janeiro e de Lisboa. Desde 9 de Janeiro (o dia do *fico*) que era preciso escolher entre D. Pedro e as Côrtes. Mudava assim, portanto, com a natureza da causa, o sentido daquellas luctas em que andavam as duas correntes de opinião. E agora, o partido que mingua no Rio Grande é o reco-lonizador, e tanto pelas defecções abertas, como pelo retrahimento que impõe a incerteza de um futuro que parecia approximar-se rapidamente. — A prova disso logo se teve ao eleger-se no dia 18 de Março a nova Junta. Nem foi necessario seguir-se o exemplo dos pernambucanos oppondo uma Junta de patriotas (a de Goiana) á Junta de Luiz Barreto (a de Recife): constituiu-se um novo governo provisório com tendencias de conciliação — que era o meio de disfarçar a attitudede, que se foi accentuando, no sentido de apoio a D. Pedro. Dos 43 eleitores de parochia que se haviam reunido no dia 3 de Dezembro agora comparecem 19 apenas. Estes com mais cinco que não tinham figurado naquella sessão, compõem o corpo eleitoral, assim reduzido, portanto, a quasi metade do que havia sido da primeira vez. Além disso, mesmo entre aquelles 24 eleitores houve grandes divergencias, dando-se o caso de não terem os eleitos recebido, nenhum delles, mais de 10 a 12 votos, e até um obtido apenas 5. O proprio presidente recebeu oito suffragios. — Estas circumstancias deviam ter logo desnorteado aquelles reaccionarios que se presumiam victoriosos. — Os eleitos (padre Manuel Pinto de Castro, Manuel Antonio Moreira, João Marques de Carvalho, Agostinho

---

<sup>17</sup> E no entanto, o ouvidor substituto fez ver ao governo temporario que «as devassas obrigam, não só aos ditos presos (o ouvidor Britto Lima e o capitão Raposo da Camara) como tambem ao suspenso José Ferreira Dias, escrivão da ouvidoria, sobre o qual mandei passar mandado para ser capturado».

Leitão de Almeida e Thomaz de Araujo Pereira) entraram immediatamente em exercicio. <sup>(18)</sup>

XX. Depois das devidas communicações ás camaras e a todas as autoridades da provincia, dirigiu o governo provisório uma proclamação aos povos, aconselhando «paz e harmonia», e correndo «um véu sobre os acontecimentos passados», na esperança de que «de hoje em diante todos se tratem como irmãos». <sup>(19)</sup> — Os signaes de que se sentem, na provincia, as primeiras claridades do dia que raia são cada vez mais evidentes. Indicio cabal dos sentimentos que vão orientando a nova Junta viu-se logo nos mais conhecidos e exaltados da facção portugueza, principalmente na officialidade do batalhão de linha, que era sempre o instrumento do ouvidor Britto Lima. Não trepidaram alguns daquelles officiaes em fazer demonstrações publicas e acintosas contra o governo. <sup>(20)</sup> Chegaram mesmo a dar motivos a que as populações de Natal e de outras villas vizinhas se queixassem á camara, e esta representasse perante a Junta contra os inconsiderados que punham em perigo a ordem, e a tranquillidade das familias. A Junta, por sua parte, não vacillou: tomadas as necessarias cautelas, ordenou que fossem excluidos da guarnição trese alferes, fazendo-os retirar immediatamente para Pernambuco, a esperar ali ordens da autoridade superior. — Por sua vez, entendeu o ouvidor Lima que a situação para elle se nublava, e preferiu retirar-se em gozo de licença. — Esmorecia assim toda velleidade de reacção; e mesmo que ainda guardasse algum resentimento contra um ou outro chefe liberal, não tinha a Junta bastante força nem para ficar em espectativa no meio daquelle ambiente. Emquanto se davam na provincia taes successos, a repercussão dos acontecimentos do Rio ia fazendo a sua obra. D. Pedro

---

<sup>18</sup> Excepto Thomaz de Araujo Pereira. Este só se empossou mais tarde.

<sup>19</sup> Cuidou particularmente a Junta de se conciliar com os discolos das villas da Princeza, de Port'Alegre e do Principe, enviando para ali um dos seus proprios membros.

<sup>20</sup> Era sempre Antonio Germano com as suas insidias. Este homem nem mesmo como um ambicioso estouvado se póde ter: parecia mais um leviano inconsciente á mercê de todas as explorações.

havia rompido abertamente com' as Côrtes, e punha-se ao lado dos brasileiros sem mais dissimulação alguma. Estava travado formalmente o conflicto entre a velha metropole e o Brazil.

XXI. Das grandes provincias do norte a maior parte se desligavam do Rio de Janeiro, conservando-se fieis ao juramento prestado á constituinte de Lisboa. Em todas ellas, porém, a corrente nacionalista se avoluma, e ameaça assoberbar os partidarios das Côrtes. Nas provincias menos importantes era de quasi hesitação o estado do animo publico. Os que se sentem mais dominados do ideal de patria livre, esses mesmos vão com toda prudencia para não sacrificar a causa por movimentos precipitados. — Os propagandistas da emancipação politica, porém, não descansam. Por todos os meios procuram estimular a alma nacional em todas as provincias, expedindo-lhes emissarios (<sup>21</sup>), espalhando gazetas e pamphletos por toda parte. Do Rio de Janeiro não cessava Ignacio Borges de corresponder-se com os seus amigos do Rio Grande, trazendo-os de tudo scientes, e suggerindo-lhes o que convinha fazer-se em proveito da independencia, cujo pensamento avassalava todos os espiritos. — Em Natal chegou um momento em que os mais devotados não vacillaram em arriscar-se a manifestações menos vagas e dubias. Tendo-se entendido com os officiaes da guarnição, resolveram levar ao senado da camara uma representação dos povos e das tropas, para que se reconhecesse a regencia de D. Pedro «com delegação do poder executivo no reino do Brazil, *tal qual o exerce em Portugal el-rei Dom João VI, sem restricção alguma*». Foi a camara incorporada ao palacio do governo, onde entregou a representação á Junta Provisoria. No mesmo instante resolveu a Junta attender áquelle reclamo geral, e determinou o dia 13 de Julho para o acto solenne.

XXII. Não excluindo nunca a hypothese de algum imprevisto que viesse complicar a situação, combinaram-se a Junta, a camara e o commando da guarnição, para dar ao que

---

<sup>21</sup> Já se viu em nota anterior o que fazia o conselheiro Drummond em Pernambuco, e Monglave no Rio Grande do Norte.

se ia fazer um sentido que em caso algum compromettesse a ninguém. Lavraram-se por isso duas actas: a primeira, subscripta pelos officiaes do senado, pelos membros da Junta e pelo commandante do batalhão de linha, na qual se registrava que os povos e as tropas tinham pedido «o juramento da ratificação de obediencia ao soberano Congresso Nacional, a El-Rei constitucional o Sr. D. João VI, e de novo ao Principe Regente do Reino do Brazil, o Sr. D. Pedro de Alcantara»... Na segunda acta, pelos mesmos subscripta e pelo povo, explicou-se tudo, e declarou-se que a assembléa unanime votava pela «conservação» de S. A. Real no Brazil com o poder executivo, etc. <sup>(22)</sup> Deu-se sciencia de tudo aos commandantes de milicias, aos capitães-móres de Ordenanças, e ás camaras, para que em todas as villas da provincia se prestasse igual juramento. — Em toda parte foi com effeito celebrada entusiasticamente a adhesão ao principe D. Pedro. — E assim, sem mais luctas nem dissensões ruidosas, sem grandes choques e desordens, passou-se ali a phase de transição, que parecia tão difficil, e que foi realmente em outros pontos do paiz tão tormentosa. Encontrava-se a provincia — dir-se-ia, sem que as populações disso se apercebessem — em situação inteiramente nova e como já em plena normalidade. Desapparecêra a facção regalista; e os poucos que restavam della andavam mo-finos, contendo-se em prudente reserva. A Junta Provisoria, subordinando-se ao governo do Rio, não disfarçou mais a sua fidelidade á causa nacional. Mesmo antes de 7 de Setembro pode-se dizer que no Rio Grande já se considerava como declarada a independencia; pois, para a Junta Provisoria teve essa alta significação o decreto de 3 de Junho, pelo qual D. Pedro convocara uma Constituinte para o Brazil. <sup>(23)</sup> A 2

---

<sup>22</sup> V. acta na integra, entre os documentos a que já nos referimos, publicados pelo dr. Lyra nos dois volumes do n. V da *Revista*.

<sup>23</sup> É o que se deprehende de um officio da Junta á camara de Port'Algre, e no qual se lê: «Quando recebemos o Decreto do Soberano Congresso de Portugal, de 7 de Junho do corrente anno sobre a abolição dos impostos das carnes verdes, farinha de mandioca, sellos de heranças e legados, como tambem das decimas das casas em que residem os proprietarios que por sua pobreza não as possam pagar, acompanhado o referido decreto pela Carta de Lei de Sua Majestade Cons-

de Setembro a Junta prevenia-se para impedir o desembarque de tropas portuguezas em Natal, conforme ordenava o Príncipe Regente por decreto de 1º de Agosto. — Por fim, a 25 de Novembro, fez a Junta publicar por bando em Natal e em todas as villas da provincia, o decreto de 18 de Setembro contra todos os que se mostrassem infensos á independencia. D. Pedro dizia-se ainda — Príncipe Regente — mas havia dado já o grito do Ipiranga, e jurára defender o Reino do Brazil, como seu Perpetuo Defensor. Até que enfim, a 11 de Dezembro (1823) solennizava-se em Natal com grandes festas a acclamação de D. Pedro como imperador do Brazil. — Tudo, pois, ali, melhor ainda que nos grandes centros, tinha apparencias de mutações de drama, que com certeza uma grande parte dos espectadores andavam muito longe de entender sinão como lances de fortuna.

---

titucional de 9 do dito mez e anno, já haviamos recebido o decreto de 3 do mesmo mez. em que S. A. R. o Príncipe Regente e Defensor Perpetuo do Reino do Brazil declara a independencia deste Reino, mandando installar nelle uma Assembléa constituinte e legislativa: motivos estes que nos induzem a levar este negocio á real presença de S. A. R. para deliberar...» etc.

## CAPITULO XXI

### O RIO GRANDE NA REVOLUÇÃO

DE 1824

I. Situação curiosa, comquanto creada por phenomenos perfeitamente naturaes na genese e na evolução historica de todo agrupamento humano — é a que sobreven, no Rio Grande do Norte, ao facto da independencia, e que era extensiva ás demais capitánias. Como si se sentissem despeados (de um momento para outro) daquelle regimen que os toliha, descaem agora para as competições pessoaes, e entram em luctas, todos os ambiciosos de mando, que andavam antes numa forçada continencia. A causa suprema reúne todos os elementos; mas entre aquelles entusiastas do ideal victorioso, logo no dia seguinte ao do triumpho, começava a lavar a discordia. Já naquelles dias em que D. Pedro de uma vez rompe com as Côrtes, e os partidos que se hostilizam na provincia á porfia se apressuram a adherir-lhe, os proprios membros daquella segunda Junta Provisoria se punham em dissensões, não trepidando a maioria della em excluir violentamente dois dos collegas, fazendo-os substituir por outros num simulacro de eleição: (1) — Os motivos de semelhante excesso eram da mesma natureza dos de outros que ali já se haviam praticado. Quando uma ou outra das figuras da farça não se mostrava muito

---

<sup>1</sup> A maioria da Junta eliminára João Marques de Carvalho e Agostinho Leitão de Almeida, elegendo-se para os logares desses a José Correia de Araujo Furtado e o padre João Francisco Pimenta.

fiel e attenta ao ponto, os mais fortes por uma união mais íntima e perfeita cuidavam logo de desembaraçar-se della sem nenhuma cerimonia. — Os dois agora condemnados, ao saberem que se fazia contra elles correr uma representação «popular», como era de costume para taes expedientes, recorreram ao senado da camara, pedindo-lhe que, de accôrdo com a força publica, tratasse de evitar tão graves abusos. Avisavam ainda o senado de que, para o premeditado escandalo, alguns membros da Junta se queriam aproveitar da ausencia ou impedimento de outros. Um daquelles dois ameaçados chegou a espalhar proclamação, endereçada principalmenté ao collegio eleitoral em vespas de reunir-se.

II. Recebendo o reclamo-denuncia que se lhe apresentou, dirigiu-se a camara ao commandante da guarnição, expondo-lhe tudo, tornando-o responsavel pelo que houvesse, e requerendo-lhe, em nome do Principe Regente, que tomasse providencias para «desfazer tão desastrado procedimento»; e concluia por protestar «contra a falta de diligencia e de medidas» de cautela. — Tudo isso se escrevia e registrava, mas o contrario é que se fazia, como quasi sempre. — No dia seguinte a taes manobras, a 11 de Novembro (1822) estava o senado reunido na matriz, e procedia á eleição de dois novos membros da Junta Provisoria, «em logar (palavras textuaes da acta que se lavrou) de João Marques de Carvalho e Agostinho Leitão d'Almeida *que são expedidos do dito governo*»... <sup>(2)</sup> — Estava agora muito cohesa e forte a Junta desmandada. A camara convidou os dois eleitos a tomarem posse. Communicou-se ás demais camaras da provincia que no dia 11, estando reunido o corpo eleitoral para eleger um deputado á Constituinte convocada por D. Pedro, ali «appareceu um requerimento do povo de Natal e convizinhas villas, e outro da tropa de primeira linha, contra os membros desta Junta F. e F. para que fossem depostos»... e chamada a camara, elegeram-se dois

---

<sup>2</sup> Mas, *expedidos* (ou talvez *expellidos*) por quem? Ah! para correr a essa interogação é que se usava aquella forma. Ninguém os *tinha expedido*... mas elles sahiram...



em logar dos mesmos. <sup>(3)</sup> — Desandando agora para um completo desbragamento, tendo o apoio da camara e da guarnição, foi a Junta reconstituída commettendo arbitrariedades de toda ordem, decretando prisões «por crimes imaginarios»; e tanto em Natal como em outros municipios trazendo as populações em continuos alarmes. — Pelo que parece, o fallaz e perfido Germano tinha sido alliciado com astucia para aquella nova façanha. Como de certo entrára no conchavo, não se sabe como, nem por que artes, metteram-se de intelligencia com o batalhão de linha «alguns eleitores e povos da cidade», e elegeram Antonio Germano «para o posto de Governador das Armas da Provincia». Mas neste momento, desconfiando um pouco da fortuna, foi elle mais cauteloso do que os outros. Convidou-o a camara a empossar-se do novo cargo; e elle compareceu na sala do conselho, mas para dizer que não tomava posse de semelhante posto «sem que decidisse S. A. o Principe Regente, a quem se havia dirigido, *por haver na eleição attributos contrarios á boa ordem*»... <sup>(4)</sup>

III. Veio em seguida disfarçar por instantes aquelles dissidios a noticia da aclamação de D. Pedro como imperador. — Esta phase de desordens, que se seguira á retirada de Ignacio Borges, parecia distrahir o animo geral até do que de mais importante se vai passando fóra da provincia, tanto no Rio de Janeiro como em Lisboa. Havia-se já, em Dezembro (oito) de 1821, eleito Affonso de Albuquerque Maranhão e Antonio de Albuquerque Montenegro <sup>(5)</sup> deputados ás Côrtes

---

<sup>3</sup> Não consta que as villas do Principe, de Porto Alegre e da Princeza tivessem repetido agora a sua tremenda indignação...

<sup>4</sup> «Declarou mais que, não obstante isso, se empregava com todas as suas forças, *como o tem feito*, em defesa da sagrada causa do Brazil, não querendo outra recompensa sinão sendo o primeiro a dar a vida por ella».

<sup>5</sup> Gomes de Carvalho (*Os deputados brasileiros nas Côrtes Gerais de 1821*) dá primeiro Antonio de Albuquerque Montenegro, e depois Antonio de Albuquerque Montenegro Moura. Ha de ser algum engano, pois trata-se, pelo que parece, do padre Antonio de Albuquerque Maranhão, vigario de Goianinha, e que tomára parte muito activa na revolução de 1817. Este homem, logo depois do fracasso daquelle

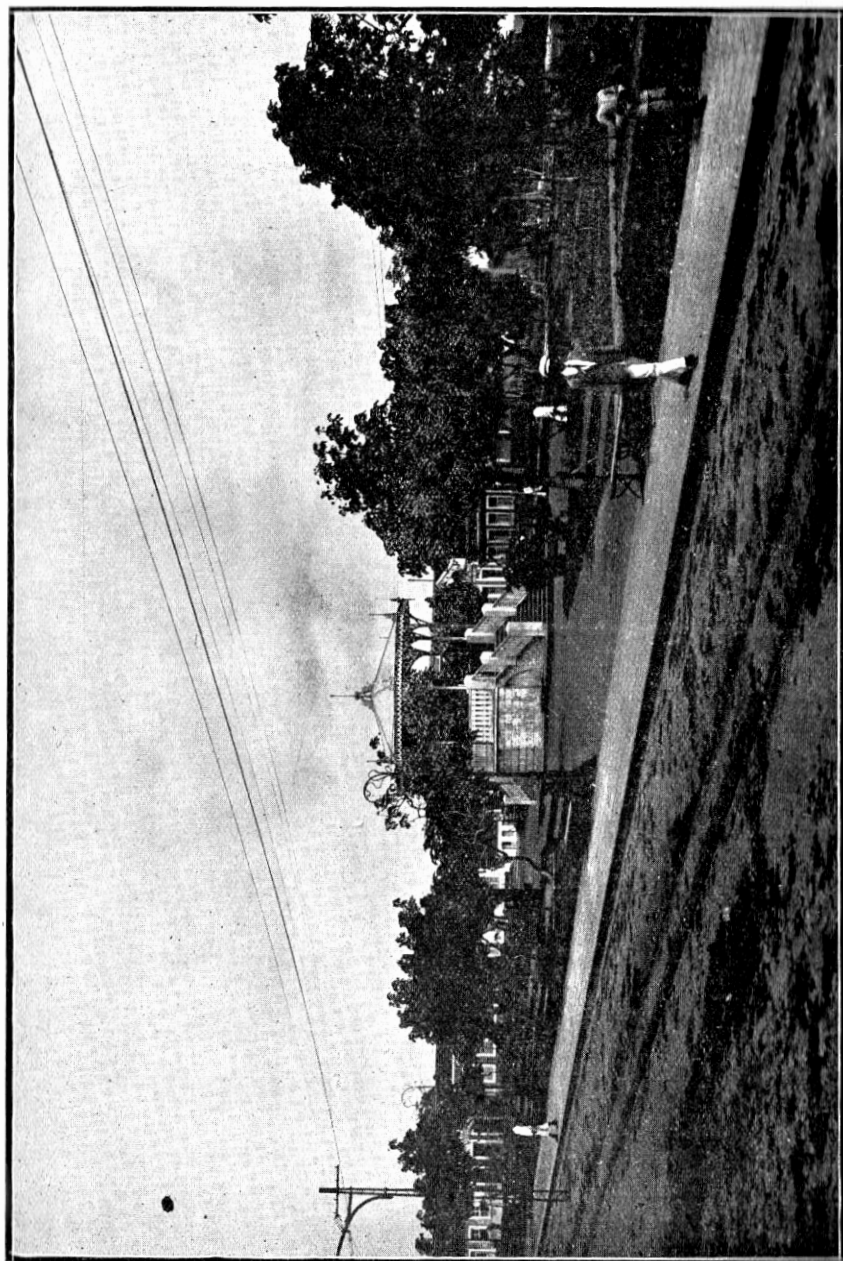
Geraes de Lisboa, e Gonçalo Borges de Andrade, supplente. Ainda não se havia dado o rompimento do Príncipe com a metropole; mas isso estava imminente, pois o pensamento da independencia tinha conquistado o espirito publico em toda parte. Como acontecia em todas as outras provincias, no Rio Grande do Norte ninguem dava já grande importancia á obra que se fazia em Lisboa, principalmente depois que se viu o intuito daquelles revolucionarios a respeito do Brazil. Explica-se assim o facto (que por lá se accusava como anomalo, e até calculado contra a união da monarchia) de não haverem muitos dos representantes do reino americano chegado a tomar assento naquelle congresso. Os mais retardatarios, sobretudo, quasi todos se recusaram a exercer no seio de uma assembléa hostil um mandato que de antemão sabiam sem proveitos para o paiz, e muito menos para a respectiva provincia. — É assim que Affonso Maranhão nem se deu o trabalho de ir a Lisboa. O mesmo fez o supplente Gonçalo Borges. Albuquerque Montenegro, porém, era homem de combates, e parecia gostar das posições arriscadas. Embarcou, pois, para a Europa, embora já pelos fins da sessão das Côrtes, exactamente quando o caso do Brazil era a nota dominante no desconcerto daquella convenção. Mal chegára a Lisboa, enviou o seu diploma á mesa do congresso. Foi logo reconhecido, e convidado a tomar assento. Mas, de relance, vira Montenegro o estado de coisas que fôra encontrar em Lisboa, e sentiu claro as disposições dos patriotas e liberaes de lá para com o Brazil; e entendeu que a sua abstenção teria o valor de protesto formal contra aquelles regeneradores que só queriam regeneração para si... Resolveu, pois, imitar o seu collega da Parayba (padre Virginio Campello) e outros, cuja firmeza «honra sobremaneira a energia e patriotismo desses modestos deputados que passam no fundo da Historia». <sup>(6)</sup> — Igualmente no meio da indifferença de todos os grupos, e dos proprios eleitores <sup>(7)</sup>, effectuára-se, no dia 11 de Novembro, a eleição de um deputado á Constituinte

---

movimento, desaparecêra do Rio Grande, havendo quem pense que se tivesse refugiado em algum paiz da Europa ou da America.

<sup>6</sup> Gomes de Carvalho — *op. cit.* 396.

<sup>7</sup> Concorreram ao comicio desta vez apenas 18 eleitores.



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — JARDIM E PRAÇA  
«ANDRÉ DE ALBUQUERQUE»

convocada por D. Pedro em 3 de Junho. <sup>(8)</sup> Foi eleito o Dr. Francisco de Arruda Camara; e como supplente, o Dr. Thomaz Xavier Garcia de Almeida Castro. <sup>(9)</sup> Foi este o que tomou assento, por não haver comparecido aquelle; mas (como Dario nas cidades fugindo de Alexandre) o representante rio-

<sup>8</sup> Segundo as instrucções que acompanharam o decreto, a eleição se fazia por dois graus, como se continuou a fazer por muito tempo durante o imperio. Os votantes elegiam os eleitores de parochia, e estes por sua vez nomeavam o duputado.

<sup>9</sup> Num trabalho sobre *Frei Miguelinho* e publicado na *Revista do Instituto Historico e Geogr. do Rio Gr. do Norte* (p. 181 do vol. V, I) nscreve o dr. Manuel Dantas, referindo-se a D. Bonifacia Pinto Garcia de Almeida: «Foi mãe de uma descendencia illustre. Residindo sempre no Natal, casou com o portuguez Francisco Xavier Garcia de Almeida, que foi professor de Grammatica Latina nesta cidade. Tiveram desse consorcio os seguintes filhos: Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Brigadeiro José Xavier Garcia de Almeida, Padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, e Joaquim Xavier Garcia de Almeida. Todos mais ou menos distinguiram-se. Joaquim Xavier foi inspector da Thesouraria de Fazenda em algumas provincias e official maior da Secretaria do Imperio; o Padre Antonio Xavier foi conego honorario e pregador da Capella Imperial, lente de Philosophia no Atheneu Norte-Rio-Grandense, Vice-Presidente da Provincia e deputado á Assembleia Provincial nos biennios de 1835-37, 1838-39, e 1840-41; José Xavier foi engenheiro militar, em cuja carreira chegou até o posto de brigadeiro, e representou o Rio Grande do Norte, como Deputado Geral, na 10.<sup>a</sup> legislatura, de 1857 a 1860; Thomaz Xavier foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça, deputado por esta então provincia á Constituinte de 1824 (aliás 1823), presidente, por duas vezes, da Bahia e Pernambuco.— O conselheiro Thomaz Xavier, sobrinho de *Miguelinho*, por uma dessas crueis ironias da sorte, tornou-se um algoz dos revolucionarios de 1824 em Pernambuco, lavrando, como juiz relator da celebre e sanguinaria Commissão Militar do Recife, as sentenças que condemnaram á morte Frei Caneca, Lauro Fontes, Antonio Moraes, Agostinho Bezerra, Antonio do Monte, Niculáu Martins Pereira, Heide Rodgers, Francisco Antonio Fragoso, dr. Manuel de Carvalho Paes de Andrade, Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, Tenente-Coronel José Antonio Ferreira, dr. José da Natividade Saldanha, Capitão José Francisco de Pinho Carapeba, Antonio de Albuquerque Montenegro, Tenente Mendanha, Capitão Francisco Leite, Capitão José Gomes do Rego Casumbá e major Emiliano Benicio Mundurucú. A Historia é inexoravel com os sentimentos liberticidas do conselheiro Thomaz Xavier, principalmente por mentir aos sentimentos de sua familia, onde era apañagio o amor á liberdade. Ainda hoje, que oitenta e

grandense só entrou na Constituinte para sahir... pois apresentou-se uns dias antes da dissolução. <sup>(10)</sup>

IV. Como dissemos, essas coisas nenhum interesse despertavam agora na provincia, onde todos se preocupam apenas com os negocios da terra, e cada um, portanto, com a situação da politica local, pois os desmandos se generalizam, e só não degeneraram no momento em verdadeira guerra civil devido a medidas do governo que se consolidava no Rio. As desordens da capital se estendem a muitas das localidades do interior, onde surgem animosidades contra os chefes que se degladiam e as proprias camaras que se hostilizam. Chegaram algumas dessas corporações a declarar-se abertamente contra o senado de Natal, e até a prevenir-se de forças para resistir-lhe os impetos de mando. A camara de Port'Alegre que preponderava no sertão do Apody, tornou-se um centro de agitação, que não deixou mais um momento de socego aos que em Natal se disputavam a preeminencia politica na provincia. Parecia uma liga formal contra a Junta Provisoria, e dominando toda aquella extensa e rica zona, e alargando a sua influencia pela contigua do Seridó — todo o interior da provincia, portanto. Não tendo alcançado que se creasse, como reclamára <sup>(11)</sup>, um batalhão de primeira linha, para guarnecer

---

sete annos são passados (escrevia o autor em 1907) sente-se como que esvoaçar o sôpro gelido da morte, quando se lê a assignatura de Thomaz Xavier na sentença condemnatoria dos patriotas de 24, e custa-se a crer como poudé elle — quentes ainda as cinzas de *Miguelinho* — tornar-se o algoz da liberdade! — A respeito de Thomaz Xavier existe, como documento curioso da epoca, uma procuração para a morte, passada pelo dr. Natividade Saldanha, nos seguintes termos: «Pela presente procuração, por mim feita e assignada, constituo por meu bastante procurador na provincia de Pernambuco, ao meu collega o doutor Thomaz Xavier Garcia de Almeida, para em tudo cumprir a pena que me fôr imposta pela commissão militar, podendo até morrer enforcado, para o que lhe outorgo todos os poderes que por lei me são cónferidos. Caracas, 3 de Agosto de 1825. — *José da Natividade Saldanha*».

<sup>10</sup> Tomou assento no dia 25 de Outubro; e no dia 12 de Novembro a assembléa era dissolvida. Nesses 19 dias o desembargador Thomaz não deu signal de si, a não ser votando com a maioria.

<sup>11</sup> A camara de Port'Alegre requereu ao Governo Geral a criação de um batalhão de linha. O Governo mandou o reclamo á Consti-

aquella região, resolveu a camara de Port'Alegre, de accôrdo com as outras que a apoiavam, prover a propria defesa por meio de voluntarios, com que pudessem contar em qualquer eventualidade. É preciso mesmo attribuir a essa decidida attitude das camaras daquelles sertões alguma continencia que ainda guardavam os facciosos da Junta Provisoria e da camara de Natal.

V. Tambem o que muito lhes esmorece a audacia para mais lastimaveis desvarios é o extremo de penuria em que se encontra o thesouro publico. De certo que para isso não concorriam menos os desconcertos dos chefes politicos do que a irregularidade da arrecadação, no interior sobretudo. Em taes apuros se viu a Junta de Fazenda para acudir ás despesas publicas que não hesitou em recorrer ao Governo imperial, pedindo licença para arrematar 2.000 quintaes de *pau-brazil* e com o producto do negocio alliviar-se de encargos inadiaveis. Encaminhou-se o pedido á Constituinte; mas a commissão de Fazenda entendeu que o expediente não era legitimo, e opinou que se mandasse supprir a insufficiencia de recursos pelo thesouro de Pernambuco, «que já tem accrescimos» — dizia o parecer. <sup>(2)</sup> — Em taes condições, quem mais se sentia affrontada era a Junta Provisoria. Sempre que os embarços financeiros não permittiam ao menos trazer em dia o soldo da tropa, já se sabe que havia razões muito serias para que se inquietassem os membros do governo. — E agora (primeiros mezes de 1823) ia a Junta entrar numa crise a que não poderia resistir. Desde aquelles dislates de Novembro (destituição de dois dos seus membros, eleição de Germano para Comandante das Armas, etc.) começou ella a inspirar suspeitas á propria camara de Natal, com cujo concurso aliás tinha contado para os desatinos que praticára. Teria o senado agora suas boas razões para melindrar-se. Em grande parte, esse concurso era devido ao prestigio daquella guarnição, que Ger-

---

tuinte. A commissão de Força Publica foi de parecer que enquanto não se regulasse definitivamente a distribuição de tropas no império, não convinha crear corpos avulsos.

<sup>12</sup> *Annaes da Constituinte*, II, 218.

mano sempre andava manobrando muito a geito. Mesmo dentro do quartel, entre officiaes e inferiores, vivia elle fazendo astuciosamente a sua politica de intrigas, servindo de instrumento ás facções, mas parecendo sempre como de fóra dos conluios. Havia de chegar, no emtanto, o dia em que os mesmos que o exploravam tomariam folego contra elle, apercebendo-se de que o commandante da força era a causa de todas as complicações.

VI. Logo depois do acto de aclamação do imperador (a 22 de Janeiro de 1823) dirigiu-se a camara de Natal ao governo do Rio, expondo-lhe as condições em que estava a provincia, e dando queixa formal contra o commandante da guarnição e contra a Junta Provisoria. <sup>(13)</sup> Solicito o Governo imperial em corrigir o espirito de motim que alastrava por todo o paiz, respondeu á representação do senado prometendo-lhe que tomaria immediatas providencias com que se tranquillizassem os povos. Assumia assim a camara, ufana e corajosa, a direcção dos negocios naquelle transe, julgando-se amparada pela grande força moral que lhe vai da côrte. Tomando desassombrada e altiva o seu papel, deitou manifesto aos natalenses, dando-lhes conta da communicação que recebêra directamente da Secretaria do Imperio acêrca das medidas com que se ia normalizar a situação da provincia. — Não se deixou, no emtanto, nem por isso a Junta acabrunhar; pareceu antes disposta a não ceder o seu posto sem accrescentar alguma coisa aos seus creditos de autoridade forte e decidida. Mal corrêra o manifesto do senado, mudaram as disposições do animo publico, principalmente no quartel da tropa, onde Germano, de intelligencia com a Junta, começou a perseguir alguns inferiores que se lhe não mostravam muito fieis. E foi até induzir aquelle sempre malavisado governo a mandar prender uns dois ou tres sargentos, que ficaram incommunicaveis na

---

<sup>13</sup> Outras camaras (como as de Estremoz e de S. José) secundaram a de Natal nos reclamos feitos ao Governo imperial. Tambem o corpo eleitoral se dirigira ao imperador protestando contra os excessos da Junta.

fortaleza. <sup>(14)</sup> Aproveitou a camara o ensejo daquelle escandalo para dirigir-se á Junta em termos desabridos, extranhando-lhe a arbitrariedade, e dizendo-lhe que ia dar daquillo promptamente sciencia ao Governo imperial. <sup>(15)</sup> Assustou-se com isso Antonio Germano. Tambem o incorrigivel fautor de todas as desordens já se sentia compromettido com os seus proprios commandados; e ao risco de mais graves emergencias preferiu dar por finda a sua não invejavel carreira das armas: pediu a sua reforma. Por decreto de 21 de Julho (1823) era Antonio Germano de Albuquerque reformado, e passava, a 30 de Setembro, o commando da guarnição ao capitão da primeira companhia Vicente Ferreira Nobre. — Incontestavelmente a camara tinha vencido o pleito. A Junta Provisoria estava com os seus dias contados.

VII. Em Janeiro de 1824 recebia a camara de Natal uma copia authentica da carta de lei de 20 de Outubro, que estabelecia provisoriamente a nova fôrma de governo para as provincias. Segundo essa lei, as Juntas Provisorias eram abolidas, devendo assumir o governo em cada provincia o presidente do senado da camara da respectiva capital, até que se nomeasse o presidente effectivo. Cumpria ainda á camara, nos termos da referida lei, mandar eleger seis conselheiros da pre-

---

<sup>14</sup> Foram os sargentos Manuel Pegado de Albuquerque e José Lucas Soares, e o furriel Pedro José da Costa Barros.

<sup>15</sup> O officio da camara mostra como ella já estava segura contra a Junta e contra o proprio commandante da guarnição. Dizia ella á Junta: «É-nos *sobremaneira extranho* o procedimento de mandarem Vs. Exs. prender incommunicaveis nas infernaes cadeias da fortaleza dos Santos Reis os sargentos Manuel Pegado de Albuquerque e José Lucas Soares, e o furriel Pedro José da Costa Barros, por crimes imaginarios, arguidos pelo commandante das armas, apoiado por Vs. Exs., *que mais do que ninguém o conhecem e sabem a malicia do calumniador*, e antevêm de mãos dadas o artificioso fim para que essas prisões irregulares se poem em pratica, a despeito da harmonia que para inteira quietação desta provincia lhe recommenda S. M. Imperial em participação a nós dirigida pelo Secretario do Imperio em data de 24 de Março deste corrente anno, o que já officiamos a Vs. Exs. em data de 10 de Maio preterito. Queiram, pois, Vs. Exs. satisfazer-nos com a sua instructiva resposta *para a levarmos á presença do mesmo augusto senhor, que não deixará de pôr termo a tão maligna arbitrariedade*».



sidencia, de accôrdo com as mesmas instrucções que já se haviam dado para o processo de eleição — Ficou a camara um pouco vacillante, e foi necessario que o ouvidor da comarca, dr. José do Rego Bezerra, interviesse energicamente (e não se sabe com que autoridade) para decidir a camara a mover-se. É de crer que a indecisão dos vereadores se explicasse, menos pela incerteza do papel que lhes cabia no caso, do que pelos rumores, que foram correndo, de que os asseclas da Junta tramavam qualquer coisa para evitar a posse do delegado imperial (<sup>16</sup>), que já estava nomeado, e que se esperava em Natal por aquelles dias. Mas o ouvidor foi categorico e imperioso: mostrando-se admirado de que se não houvesse ainda posto em execução a lei de 20 de Outubro, «ordenou» á camara que mandasse *já e já* dissolver a Junta Provisoria, e substituil-a pelo vice-presidente». Creou então coragem o senado, e notificou á Junta que se dêsse por extincta depondo o governo nas mãos do seu substituto legal. Ao dirigir-se á Junta expirante, fazia a camara sentir que, além de ter-se de cumprir a lei, os povos da capital se declaravam sem liberdade, para a eleição que se ia fazer, enquanto a Junta não se dissolvesse. (<sup>17</sup>)

VIII. Desmentindo o que se propalava, o presidente da Junta (o qual se viu logo isolado) respondeu incontinentemente á camara dizendo-lhe que estava prompto a entregar o governo assim que se apresentasse o que devia assumil-o; «porque — ob-

---

<sup>16</sup> Em novo officio, de 24 de Janeiro de 1824, dizia a camara á Junta: «Tendo-nos sido sensíveis os clamores de todas as camaras e povos desta provincia, as queixas contra essa Junta do Governo Provisorio, abolida pela carta de lei de 20 de Outubro de 1823, e devendo ser dissolvida succedendo-lhe o governo que lhe manda crear pela sobredita carta de lei, reclamando novamente os povos desta capital que se não pode proceder com a devida liberdade e inteireza ás eleições dos Conselheiros e Vice-presidentes sem que essa Junta Provisoria se dissolva e deponha o governo nas mãos do actual presidente desta camara que por bem adequado do art. 19 da sobredita carta de lei deve ficar governando interinamente enquanto se elege os sobreditos Conselheiros, ou chega o Presidente e Secretario nomeados por S. M. I., contra os quaes se nos representa que se procuram assignados para por meio de uma anarchia nova deixar de os empossar...»

<sup>17</sup> V. nota precedente.

servou — não devo abandonal-o, sim delle fazer entrega». No mesmo dia (24 de Janeiro) empossou-se, com effeito, do governo o presidente da camara Manuel Teixeira Barbosa. — Sentiu este em torno de si os mais alarmantes signaes de discordia, e pareceu assustado dos tumultos que se prenunciavam nos primeiros dias. Afinal, confortado de apoio pelos homens mais prudentes e pacificos, deliberou-se a tomar a solemnidade dos grandes perigos, e proclamou aos natalenses com muito enthusiasmo, appellando para os seus sentimentos de ordem, afim de se corrigirem os males que a intriga e a ambição dos «mandões têm acarretado» para os povos, e encerrar-se de uma vez para sempre aquelle periodo de anarchia. (18) Expediu circular ás camaras da provincia, pedindo-lhes que o ajudassem naquelle intento de restabelecer o socego geral, e mandando que todas, por sua vez, fizessem publicar no respectivo districto a mesma proclamação que remetia por copia. — Pelos termos desse e outros actos, comprehende-se que não podia ser mais afflictiva a situação em que se encontra Teixeira Barbosa desde que tomára o governo. — Não era só o espirito de indisciplina e de motim, insuflado pelos exploradores do momento. Ás velhas dissensões e ao vicio da desordem juntava-se agora o estímulo da borrasca que sopra do sul. Desde alguns dias que insistentes boatos e atoardas traziam em desassocego as familias, enchendo de inquietações um governo que de si mesmo não tinha prestigio, nem recursos, nem habilidade para manter-se no meio dos novos embaraços que sobrevêm.

---

18 «O vosso heroismo — dizia o presidente interino — mil vezes maior do que as vossas forças e faculdades arrebatam a attenção dos que vos observam em todas as vossas resoluções politicas; os sabios, os guerreiros, e toda classe de theoricos têm que admirar-vos e invejar-vos! Nenhum povo, nenhuma provincia, ainda mesmo do abençoado Brazil tem mudado o seu governo sem que lhe custe a preciosa vida de cidadãos, quasi sempre da maior estima. Só vós, oh Natalenses, modelos da santa regeneração, só vós, oh symbolos do verdadeiro patriotismo, sabeis bridar as vossas paixões, disputar a sangue frio os vossos direitos, e applicar o remedio da lei ás vossas necessidades. Necessitaveis de remover a desconfiança, a intriga e monopolio, e quantos males o egoismo dos mandões vos havia acarretado; tudo felizmente conseguistes no dia 24 de Janeiro proximo, dia memoravel na historia da nossa provincia...» etc.

IX. Sabe-se como a noticia da dissolução da Constituinte (por acto violento e desastrado do imperador) foi recebida principalmente nas provincias do norte. Em toda parte as desconfianças levantadas contra D. Pedro faziam presentir successos, que não demorariam a dar-se. Das queixas e dos protestos mais ou menos formaes passou-se rapidamente á repulsa desabrida pelas armas, declarando-se a revolução em Pernambuco (desde Dezembro de 1823) <sup>(19)</sup> como desfecho dos factos com que tanto se exacerbára o animo publico. Desde principios de Abril (1824) que se começa a agitar mais a provincia do Rio Grande quando ali aportára um emissario de Paes de Carvalho. Preparando-se para romper decisivamente com o governo do imperador, cuidou o presidente de Pernambuco de pôr-se em relações e entendimentos com os chefes mais prestigiosos das outras provincias do norte, enviando para todas ellas prepostos de confiança que se encarregassem da propaganda contra D. Pedro e de apparellhar meios e forças para o planeado rompimento. Expedira para Natal (em Março) um Januario Alexandrino, ajudante de cirurgia de um dos batalhões de Pernambuco. <sup>(20)</sup> Ia este homem muito disfarçadamente, como attendendo a reclamo do governo rio-grandense para o serviço de vaccinação contra a variola. Munido de cartas, impressos e proclamações, seguira o cirurgião com outros emissarios, incumbidos de igual tarefa em outras provincias, embarcando-se na escuna de guerra *Maria Zeferina* <sup>(21)</sup>, que por ordem do presidente corria os portos do norte a serviço da causa que se lançava, e que conduzia agora uma typographia para o Ceará. <sup>(22)</sup> Manuel Teixeira Barbosa, o presidente interino do Rio Grande, alarmou-se com aquillo, principalmen-

---

<sup>19</sup> Desde 13 de Dezembro de 1823 podia considerar-se como insurgido o governo de Pernambuco, por mais que demorasse ainda mais de seis mezes a declaração formal de Paes de Carvalho.

<sup>20</sup> Conselheiro Antonio Pereira Pinto — *A Confederação do Equador* (Rev. de Inst. XXIX, II, 128); e documentos originaes do Archivo Nacional.

<sup>21</sup> Comunicação do presidente interino Teixeira Barbosa ao Governo imperial (*Documentos originaes do Archivo*).

<sup>22</sup> Iam tambem na *Maria Zeferina* varios officiaes para o Ceará e Pará, onde Paes de Carvalho contava com o concurso de chefes de valimento.

te porque não se animava a lançar mão da força publica em tal caso, contra a qual tinha algum motivo de suspeita. Convocou por isso um grande conselho <sup>(23)</sup>, que se reuniu no dia 11 de Março, e formado do que havia de mais notavel e representativo em Natal. Ao cabo de muita discussão, deliberou a assembléa: — conservar na provincia os europeus (queria dizer — portuguezes) casados e solteiros, que não tenham dado motivos de desconfiança de serem contra a sagrada causa da independencia; — «devolver, para as provincias de onde vieram, todos — europeus e brasileiros — que tivessem chegado a Natal sem passaporte»; — «deportar para fóra do paiz» todos os que se mostrassem infensos á independencia; — levantar um emprestimo de 20.000\$000 na praça, hypothecando-se o *pau-brasil* armazenado (e outras medidas de administração. <sup>(24)</sup>)

X. Apoiando-se nessas deliberações de ordem geral, tornou Teixeira Barbosa o expediente de ordenar que deixasse aquelle navio immediatamente o porto com as pessoas que tinha trazido, sob pena de ser tratado como inimigo. — Os effeitos, porém, daquella visita eram inevitaveis. Os animos em Natal como que se accenderam de subito, parecendo que estava imminente uma explosão. Inteiramente tolhido em semelhante transe, e nada podendo fazer de efficaz em tão graves emergencias, limitou-se o presidente interino a fazer publicar a proclamação de Taylor, de 8 de Abril, dirigida aos pernambucanos. — Mas a situação tornava-se insustentavel, sendo Teixeira Barbosa forçado a transferir para o quartel da guaranição a séde do governo; e insistiu então para que o alliviasse daquella carga esmagadora o presidente já nomeado, que ainda estava no districto da Villa do Principe, como retruso na sua fazenda do Molungú, hesitando em metter-se naquella balburdia. — Afinal, conseguiu-se que Thomaz de Araujo Pereira prestasse juramento e entrasse em exercicio (no dia 5 de Maio). — Não se comprehende como este pobre homem poudes manter-se uns quantos mezes ali naquelle posto. Além de velho

---

<sup>23</sup> Officio de Teixeira Barbosa ao Governo imperial. (*Docs. do Archivo*).

<sup>24</sup> Este emprestimo foi annullado pelo Governo do Rio.

e achacado, tinha ainda a infelicidade de estar quasi inteiramente cego; e pôde imaginar-se de que ordem era o sacrificio que se lhe impoz, forçando-o a assumir um cargo de que desde logo não desejou sinão demittir-se. — Dava-se ainda o caso de que naquelle momento se aggravavam as condições do governo. Com a suspensão do bloqueio do Recife <sup>(25)</sup>, coincidindo ainda com as noticias recebidas do Ceará, exaltaram-se os republicanos em toda parte. Da provincia da Parayba, o governo que os insurgentes formaram na villa do Pilar <sup>(26)</sup> dirigiu-se ao presidente do Rio Grande, communicando-lhe os acontecimentos, dizendo-lhe quaes as disposições dos paraybanos adherentes á revolução, e dando-lhe conta de que acabava de receber de Pernambuco o 1.º batalhão de Caçadores com tres bocas de fogo. Queria isto dizer que os levantados da Parayba estavam fortes, e capazes de ameaçar o Rio Grande si este por sua vez não se insurgisse.

XI. Não ficou em simples aviso o governo revolucionario da Parayba: expediu bandos armados para a fronteira do norte. Ao mesmo tempo, os legalistas da provincia contigua acódem á dita fronteira, e pedindo, por sua vez, auxilio ao presidente rio-grandense. — Sentiu-se Araujo Pereira em grandes apuros. Convocou um conselho de notaveis, menos por necessidade de apoio que para resalva sua. Parece, no emtanto, que a reunião foi muito reduzida, limitando-se a comparecer os amigos do presidente, ou os que por dever de officio eram a isso obrigados. Assim mesmo deliberou aquelle conselho quasi faccionario mandar uma deputação a Pernambuco, e que de caminho para o sul se entendesse com os insurrectos da Pa-

---

<sup>25</sup> Alarmado com a noticia de que se aprestava em Lisboa uma esquadra contra o Brazil, ordenou o Governo imperial que na bahia do Rio se concentrassem todas as forças navaes; e Taylor teve de levantar o bloqueio do Recife, retirando-se para o sul. Foi isto que exaltou as populações do norte, as quaes, nada sabendo dos motivos que a haviam determinado, tomou a suspensão do bloqueio como victoria dos revolucionarios pernambucanos.

<sup>26</sup> Era presidente temporario da revolução Felix Antonio Teixeira de Albuquerque.

rayba. Elegeram-se logo os emissarios, que foram o padre Francisco da Costa Seixas, José Joaquim Fernandes de Barros e José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro. Essa embaixada pouco effeito foi produzir na Parayba, e quasi nenhum no Recife, a não ser a illusão de que os pernambucanos tinham o concurso pelo menos das tres primeiras provincias do norte. — Assim que se puzera a commissão em marcha para o seu destino, fez o Araujo Pereira (tambem de accordo com o que se havia resolvido em conselho) sahir para o sul uma força de linha de 50 homens sob o commando do alferes Miguel Ferreira Cabral. — Comquanto mais tarde os adversarios lhe fizessem grande carga de accusações perante o governo imperial <sup>(27)</sup>, não ficaram bem evidentes até hoje os sentimentos do presidente, e os intuitos com que se tomára esta ultima providencia. Falava elle muito em «salteadores» e em «choques de tropas», sem, no emtanto, dizer quaes eram as forças cujo encontro «queria evitar» (pois na fronteira e immediacões andavam imperiaes e revoltosos) nem dizia quaes eram os salteadores. Confessava-se «sem outro interesse mais do que desejo de acertar e de reger os povos que lhe foram confiados» *debaixo das leis do mesmo Imperante* (28); mas falava tambem no seu intento de «promover a *pacificação de ambas as forças*». A julgar pelo que disseram delle depois os fieis do imperador já victoriosos, não restaria duvida de que Araujo Pereira se inclinava a amparar os revolucionarios. Estaria mesmo desde muito de entendimentos com Paes de Carvalho, que «o havia seduzido», como disse depois o presidente interino Moraes Navarro. — Por outro lado, extranha-lhe o conselheiro Pereira Pinto que se tivesse negado a attender a sollicitações de Felippe Nery, presidente da Parayba; e que, no emtanto, se mostrasse rude e violento em seguida, fazendo indebitas insinuações áquelle presidente resignatario, e com exigencias arrogantes de quem manda, e fazendo «graves censuras á administração de Nery, e vivos encomios aos que tinham tomado o

---

<sup>27</sup> Isso mesmo se vê de toda a correspondencia do governo de Natal com o da côrte, durante o anno de 1824 e 1825.

<sup>28</sup> Fala do presidente perante a camara de Natal na sessão do dia 8 de Setembro, de 1824.

tado da revolução». <sup>(29)</sup> O que se infere dos documentos conhecidos é que Araujo Pereira, ou queria disfarçar a sua sympathia pelos revolucionarios, ou então que estava coacto diante de um movimento tão complicado e cuja sorte não podia prever.

XII. Seja como fôr, o que é certo é que, logo depois de haver expedido para o sul aquella força com o alferes Cabral, tomou a resolução de fazel-a regressar immediatamente, por ter tido aviso de que da Parayba vinham forças legalistas muito superiores a encontro daquella expedição. — Havia o presidente mandado tambem para a fronteira, incumbido de sondar ali a situação, o tenente José Domingues Bezerra de Sá; e este se apressa agora (2 de Setembro) a avisal-o de que a expedição regressava, sim, mas já engrossada de reforços de voluntarios de S. José «afim de levantarem a bandeira republicana em Natal». Assustou-se, ou fingiu assustar-se com isso o presidente <sup>(30)</sup>; e deu rebate, «pondo a praça em defesa». Confiou tudo aos commandantes da primeira e da segunda linha, capitão Vicente Ferreira Nobre e sargento-mór Joaquim José da Costa. <sup>(31)</sup> — Ao approximar-se da cidade, no presidio da Bica, <sup>(32)</sup> officiou o alferes Cabral ao presidente, dizendo-lhe que não sabia como seria recebido, e que por isso se prevenira de elementos para entrar á força de armas. Houve grande afflicção na cidade á vista de todo aquelle apparato de guerra. — É neste momento que Antonio Germano tenta fazer mais uma sortida heroica, atrás da fortuna que sempre lhe fugia. Vendo quanto era premente a situação, vai ao quar-

---

<sup>29</sup> *Op. cit.* 129. Não sabemos em que documentos se encontrem estas coisas.

<sup>30</sup> Isto pelo que parece. Mas dos documentos fornecidos pelos proprios figurantes nada se póde julgar com segurança; pois naquelles tempos era de cautela escrever sempre uma coisa e fazer outra.

<sup>31</sup> Eram conhecidos imperialistas. É extranho que lhes entregasse Araujo a guarda da cidade. Mas elle o fez porque não tinha outro expediente a tomar. Logo, porem, se apercebeu disso, e quiz corrigir-se entregando a defesa a Antonio Germano.

<sup>32</sup> A cidade estava guardada por dois presidios ou postos militares, installados no caminho do sul.

tel <sup>(33)</sup>, e offerece os seus serviços ao presidente angustiado. Depois de consultar aquelles commandantes, entregou Araujo a defesa da praça a Germano, certo de que este conseguiria *pacificar ambas as forças* (naturalmente a que ia entrar e a da guarnição, que estava prompta para recebê-la).

XIII. Mas Antonio Germano já não tinha prestigio nem astucia para a funcção, que para sempre lhe escapára, de fazer e desfazer situações. Ao apresentar-se no quartel dando logo as primeiras ordens, viu-as desrespeitadas pelo proprio commandante da primeira linha. — Em grande despeito, mas ainda com ares de quem se vinga privando de concurso tão valioso o presidente em conjunctura tão difficil, declarou então Germano que «não era responsavel por mais nada». <sup>(34)</sup> Que havia, em taes apertos, de fazer Araujo Pereira sinão appellar para a misericordia dos que «ameaçam» a cidade? Recorreu, pois, á gente mais considerada da terra; obteve cartas para os officiaes das tropas que chegam, e dirigiu-se elle proprio ao commandante Cabral instando para que não lançasse a população em desespero, e entrasse em paz na praça consternada. Mas um alferes, que sahira com as cartas e officios para a força ameaçante, volta dentro de alguns minutos, declarando que as guardas da praça não lhe permittiram passar sem licença do capitão Vicente Nobre e do sargento-mór da segunda linha, e que estes lhe negaram essa licença. — Estava assim aquella sombra de governo como immobilizada diante de taes embaraços, quando pelas 3 da tarde daquelle dia (5 de Setembro) <sup>(35)</sup> recebe um emissario de Cabral, dizendo-lhe, em nome deste, que a gente, de volta da fronteira, ali estava, á vista do segundo posto de guarda, acompanhada de um corpo de patriotas que se lhe juntaram no sul; e que esperavam

---

<sup>33</sup> Vai ao quartel, ou foi chamado por Araujo quando viu que não podia contar com os commandantes da primeira e segunda linha.

<sup>34</sup> E des daquelle momento Germano sahiu da cidade e escondeu-se. Depois veio ao Rio, passando por Pernambuco. Segundo mais tarde informou Moraes Navarro, havia na Secretaria do Governo, em Natal, ordem de prisão contra Germano.

<sup>35</sup> Fala de Araujo perante a camara, em sessão do dia 8 de Setembro.



todos as ordens do presidente para entrar em paz, pois achavam-se receiosos dos boatos que corriam quanto á attitude da guarnição, e ao modo como seriam recebidos na cidade. Creando um pouco de alento, foi Araujo em pessoa, acompanhado do emissario de Cabral, ao segundo presidio, e pediu aos respectivos commandantes, com muitas razões, que deixassem entrar a expedição. Reluctando muito em acceder «á supplica do presidente», consentiram afinal os commandantes do posto que entrassem as forças de primeira linha comtanto que depuzessem as armas; e que os voluntarios absolutamente não entrariam. Vendo que o rompimento se tornára inevitavel, exhortou Araujo aquelles homens, falando-lhes pelo imperador, e propondo aos dois partidos, e «afiançando em nome de S. M.», uma amnistia geral, e «tornando réu de culpa ao que trahisse esta proposição». O alvitre teve effeito, «sendo por todos acceito, e applaudido em alta voz». Ordenou então o presidente que entrasse a força de linha, e que os voluntarios abaracassem ali, fóra da cidade.

XIV. Muito longe, porém, se estava da «concordia» que Araujo planeára quando vira imminente o desastre da revolução. O batalhão que entrára puzera-se logo em collisões com o resto da guarnição, que tinha agora bons motivos para ostentar muito firme a sua heroica lealdade ao imperador: pois desde 18 de Agosto ultimo estava de novo bloqueado o porto de Recife pela esquadra do almirante Cochrane, enquanto de Alagôas marchava para o norte a brigada do coronel Francisco de Lima e Silva. Estas grandes razões é que punham em confusão os animos em Natal, como em todo o norte. — Mas os voluntarios, que tinham ficado fóra da cidade, sentiram logo os grandes perigos que ali corriam; e durante aquella mesma noite (de 5 para 6 de Setembro) puzeram-se em fuga para o sul, procurando a villa de S. José. Quando, pela manhã de 6, foi uma escolta receber as armas daquella gente, já nada mais encontrou. O presidente, apprehensivo com aquella evasão, e apertado com os protestos e clamores dos imperialistas, fez partir immediatamente, no encalço dos fugitivos, o sargento Nicacio, com ordem de fazer desarmar os voluntarios. — Os commandantes da guarnição, porém (Vicente Nobre e Joaquim da Costa) não se satisfizeram com essa providencia; e dei-

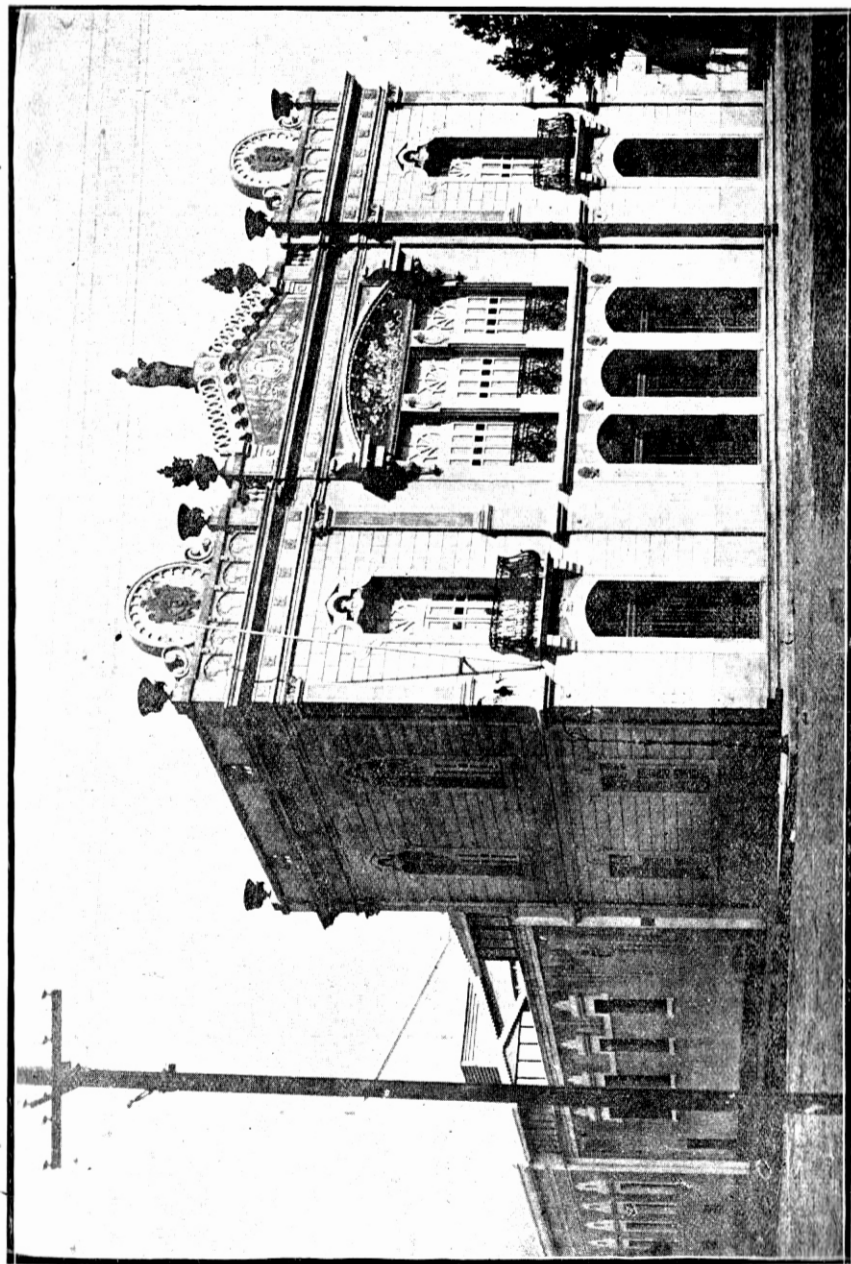
xando a margem o presidente com a sua dubia politica, em que ninguem mais confiava, tomaram ostensivamente o mando. Fizeram logo prender o alferes Cabral e outros officiaes que tinham voltado do sul, assim como alguns funcionarios civis que se haviam tornado suspeitos. Em seguida prepararam uma escolta para ir alcançar aquelles profugos, sem se importarem com as ordens que tinham sido dadas por Araujo. Reclama este a presença dos commandantes em palacio; mas o capitão Vicente Nobre apenas responde verbalmente que não o attende porque está occupado em dispôr a expedição contra os voluntarios... Ordena Araujo que não se expeça semelhante força, declarando que aquelles desgarrados haviam já entregue as armas. O capitão Vicente, porém, declara peremptorio que a expedição agora é que se ha de fazer... Ordena ainda Araujo que sejam soltos os officiaes que tinham sido presos arbitrariamente; e o capitão diz-lhe categorico — «que os presos se não soltavam»... — Thomaz de Araujo Pereira não era mais, portanto, autoridade ali.

XV. Ante aquella desusada attitudo dos commandantes da praça, pediu-lhes então o presidente que escolhessem entre os eleitores de parochia (entre os da capital e do Assú — dizia) uma pessoa que lhe succedesse na presidencia, nos termos da lei de 20 de Outubro; mas os homens lhe responderam que o ultimo alistamento eleitoral estava nullo, e que si Araujo quizesse demittir-se — que passasse o governo á camara de Natal. — Sentiu o proprio Araujo que não havia outro expediente. Convocou, pois, a camara, e perante ella expoz aquellas occurrencias, concluindo por declarar que, não sendo mais possivel fazer-se obedecer, depunha o cargo nas mãos do senado. Não o fez, porém, sem protestar contra as violencias que soffria, responsabilizando, «perante Deus, e perante o imperador constitucional», todas as pessoas que para ellas tinham concorrido. — Assumiu então a camara provisoriamente o governo da provincia, e apressou-se em communicar tudo ao chefe da esquadra imperial, almirante Cochrane. — Estava, portanto, plenamente restaurada a autoridade de d. Pedro ali, onde propriamente não chegou, aliás, a ser negada, e mais pela hesitação de todo mundo entre o imperador e a nação, do que porque não houvesse vontade de a negar. Com Araujo Pereira estaria talvez

a grande maioria da provincia; mas contra elle esteve a força de linha desde que viu que o conflicto se decidia pela victoria da causa imperial. — E era assim por toda parte. — Agora parecia, com effeito, mais complicada a situação nas provincias. Não se tratava mais de escolher entre Portugal e o Brazil: perdera-se, por isso, aquelle forte sentimento que unia todos os brasileiros em torno da grande aspiração. Disputa-se agora em outro terreno. Collidem agora o espirito liberal, que subsistia das tradições da colonia, e o velho espirito que resurgia em d. Pedro, alarmando a alma nacional. Mas os estigmas do antigo regimen estavam ainda muito vivos; e pôde-se dizer que em todo o paiz aquelles estouvamentos, com que d. Pedro surprehendia os seus entusiastas da vespera, produziu mais sustos e queixas que repulsa formal — sobretudo depois que se viu que a força ainda estava com elle. Tudo isto ha de ver-se particularmente em seguida na provincia do Rio Grande, como em todas as que não tinham voz na alta politica, e andavam sempre acompanhando as outras. — É assim que pelas provincias foi amortecendo o espirito tradicional. Revive um pouco durante a Regencia, para logo recahir em somno mais profundo durante quasi todo o segundo reinado. — É por isso mesmo que se extranha e lamenta, entre os proprios que fazem apologia do imperador, o excesso de crueldade com que se puniram os criminosos daquelle crime de 24. <sup>(36)</sup> É que não havia mesmo nenhum meio de reconciliação de d. Pedro com os brasileiros.

---

<sup>36</sup> O luxo de rigor tocou a verdadeira impiedade; e sabe-se que o mais impiedoso fôra o proprio D. Pedro, mais que os seus ministros pelos reinos. Os chefes militares, ao sahir do Rio, recebiam recommendações formaes para serem inexoraveis.



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — THEATRO  
«CARLOS GOMES»

## CAPITULO XXII

### ATÉ A ABDICAÇÃO

1. Estava em Natal victorioso o partido de d. Pedro. Agora, ali como em todo o paiz, consiste a grande virtude em dar provas de a ferro á causa pessoal do imperador. É certo que não havia muito enthusiasmo; havia, porém, segurança na facção triumphante: dispunha da força de linha, e sabe que nas aguas da costa andam os navios do temeroso mercenario. Cochrane, desde alguns dias que anda fazendo mais pelo terror que pelas armas. Lima e Silva estava a apoderar-se de Recife. Tinha-se já por inteiramente perdida a revolução; e bastava isso para que os imperialistas de Natal estivessem muito ufanos. — Era afinal ali como em toda parte. Liquidada a questão externa, feita a independencia, entrou a agitar-se o espirito de facção, como si o instinto geral procurasse rumos no horizonte que se lhe havia aberto. — Em tal situação, só uma força vai regulando a conducta de todos, e nutrindo, portanto, os dissidios: é a do centro. O Rio de Janeiro é que orienta as provincias; e como no Rio as situações tambem mudam, e ás vezes imprevisitamente — dahi todas as desordens nas provincias. — Não se poderia dizer, aliás, que só o partido preponderante na capital do imperio é que tivesse adhesões no paiz. Contra essa absoluta hegemonia do centro houve protestos até pelas armas. Á medida, porém, que se via como a autoridade central conseguia reprimir taes protestos, ia tambem nas provincias arrefecendo o animo de todos os refractarios a uma ordem politica que nunca se fazia definitiva. De facto, só com o segundo reinado é que se normaliza a situação do paiz. De facto, sim, porque a paz em que entrou o imperio,

depois da dissolução da constituinte, era mais fructo de escarmentos que de consciencia serenada; devida, menos ao funcionamento normal das instituições juradas, que á continência que vinte annos de repressões tinham imposto aos sentimentos e tendencias que estavam mais com as tradições dos brasileiros. E o que é exacto é que tão fortes eram essas tendencias e sentimentos que não se os pôde ter como esvaecidos mesmo sob a alta autoridade moral do segundo imperador, mais patriarcha do seu povo que chefe de Estado. O que se deu apenas foi que, desilludidas de tentativas por processos que as condições do paiz tornavam inuteis, as tendencias do espirito geral contemporizaram até que lhes fôsse possível recorrer á efficacia do unico processo que parecia valioso — o da força. E no dia em que tiveram por si a grande razão da força, essas tendencias abriram afoitamente o seu caminho derribando as instituições. — É isto o que se sente em todo o longo periodo da nossa historia, que se inicia com a independencia e vem até o 15 de Novembro.

II. O fracasso da nova revolução pernambucana clareou no Rio Grande, como em toda parte, a situação naquelle momento. Mesmo os que não se entregam áquella dolorosa fidelidade a d. Pedro (e esses constituem muito mais que a maioria) guardam agora uma prudente reserva, só quebrada aliás pela propria significação dessa attitudo; pois era bastante não estar com o poder que vencêra para inspirar suspeitas aos vencedores. Estes é que se julgavam agora desvanecidos do seu heroismo, gloriosos de haverem «desaggravado a lei». E é disso que fazem grande empenho em dar provas ao poder soberano. — Assim que assumira o governo, como presidente da camara de Natal, o primeiro cuidado de Moraes Navarro (1) foi fazer uma reacção tremenda, perseguindo quantos tinham apoiado aos, ou mesmo dado algum signal de sympathia pelos pernambucanos. Foram logo presos o padre Costa Seixas, José J. G. de Moraes Navarro, o alferes Miguel Ca-

---

<sup>1</sup> Deposto Thomaz de Araujo Pereira no dia 8 de Setembro, fôra immediatamente empossado Lourenço José de Moraes Navarro, presidente da camara de Natal.

bral, o seu ajudante, e outros militares, o procurador da Fazenda Joaquim José de Mello, o guarda-mór Braz Ferreira Maciel, e muitos outros. Foram todos, em numero de treze, enviados para a côrte, e com a nota de «influidos violentos». Dizia o presidente interino, ao pedir a Cochrane que lhe mandasse um navio para o porto de Natal, que era preciso prender o resto dos patriotas e escarmental-os; pois muitos andavam já foragidos. O pobre velho Araujo Pereira, mal deixára o posto de amarguras, refugiára-se no sertão; e de lá, apprehensivo e temeroso, insistia em ser admittido a justificar-se. <sup>(2)</sup> Ainda em officio de 24 de Novembro (e não se sabe porque tão tarde) <sup>(3)</sup> communicava Navarro ao ministro do Imperio a «demissão espontanea» que do governo fizera Araujo Pereira, e com forte carga contra este, dando-o como «envergonhado das traições que se lhe propuzeram do dia 2 até o dia 8 de Setembro». <sup>(4)</sup> — Felizmente foi de muito curta duração o governo de Navarro: o novo presidente da camara substituiu-o a 20 de Janeiro de 1825. Era Manuel Teixeira Barbosa, homem moderado e conciliador, gosando além disso de muito prestigio na terra. Durante uns quatro mezes poudes elle conter ali os animos exaltados daquella facção que anceava por tirar todas as vantagens do triumpho alcançado. — O governo do imperador, entretanto, si bem que tivesse vencido, parecia, meio assustado, desconfiar da propria fortuna; e apressou-se, por isso, a collocar em todas as provincias pessoal da sua immediata confiança. Para a presidencia do Rio Grande do Norte foi nomeado o dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva.

---

<sup>2</sup> Em longa exposição (de 13 de Novembro) explicava os seus actos, e pedia licença para se justificar, e defender-se das calumnias que lhe arravam.

<sup>3</sup> Talvez isso se explique. Tomando conta do governo, passou Moraes Navarro a corresponder-se com o chefe da esquadra imperial. Cochrane era naquelle momento o «representante da lei». Logo depois, assumiu o governo de Pernambuco o brigadeiro Lima e Silva, como governador militar, e delegado directo do governo imperial.

<sup>4</sup> E accrescentava: «... pois sendo elle (Araujo Pereira) o presidente da provincia, foi igualmente banido de suas amizades, e levado ao partido de Manuel de C. Paes de Andrade, intruso presidente de Pernambuco, com quem se correspondia, e entre os dois se havia consum-

III. O fructo dos desmandos em que tinha andado a provincia desde 1821 ia fazer-se agora sentir bem amargo. O estado das finanças era verdadeiramente desesperador. O functionalismo não era pago havia muitos mezes; e já não havia sequer com que pagar a tropa da guarnição; nem a policia. Os soldados desertavam por motivo de penuria, procurando recursos de vida no interior. Todos os serviços estavam desorganizados. Escolas publicas não funcionavam; nem repartições fiscaes; nem as proprias camaras em muitas villas. Até a justiça parecia abandonada. Eram os destroços da anarchia, que por ali passára como um vendaval. — Além de tudo isso, ainda reboavam em toda a provincia os echos do tufão. Corria ainda a devassa, menos pelo interesse da justiça ou da ordem legal que por um luxo do regalismo impiedoso. Dominava ainda de tal modo o pavor no animo das populações que não tinha sido possivel fazer a eleição de camaras e demais autoridades locais. Em summa, era de extrema angustia a situação. — Dahi a esquivaça dos homens mais conscientes da sua responsabilidade em tomar a tarefa da administração. Só se podia mesmo contar para isso com os mais devotados da causa imperial. — Já se sabe, portanto, de que estofa será o homem que vai para o Rio Grande. — De caminho para Natal, sciente já das condições em que ia assumir a administração, entendeu-se Castro e Silva em Recife com o brigadeiro governador militar, pedindo-lhe dinheiro e soldados. Mas Lima e Silva não o poudo satisfazer. — Ao chegar á capital rio-grandense, sentiu Castro e Silva toda a verdade das informações que tinha colhido. Assim que foi empossado (a 21 de Março de 1825) <sup>(5)</sup>, dirigiu-se outra vez a Lima e Silva, expondo-lhe o estado de anarchia e penuria em que encontrára a provincia, e reiterando-lhe com muitas instancias o pedido de auxilio em dinheiro e em forças militares. <sup>(6)</sup> Desculpou-se ainda o

---

mado uma liga fraternal e estavel defensiva e offensiva, contra o Governo do Rio, cuja concordata remetti com outros papeis»... etc.

<sup>5</sup> Dão alguns autores 22 de Maio, provavelmente por algum lapso de copia.

<sup>c</sup> Em officio de 30 de Março ao brigadeiro Lima e Silva, dizia o presidente: «Pela copia n. 1 verá V. Ex. o estado anarchico do interior desta provincia, achando-se coactas as autoridades, e o governo



brigadeiro, allegando que Pernambuco ainda se via em piores condições por falta de recursos. De modo que nem dinheiro nem soldados.

IV. Isso, no entanto, não impedia que Castro e Silva dêsse logo provas de si, fazendo-se inexoravel com os liberaes, e pedindo ao governo do Rio que usasse de todo rigor com os presos que estavam em Pernambuco, de viagem para a côrte. — Sentindo umas tantas anomalias no ambiente da propria capital, entendeu que devia tomar por si mesmo certas medidas excepcionaes de policia, lembrando o que tinha havido de mais torpe nos tempos coloniaes. (?) — Desenganado de obter

---

sem forças para cohibir taes excessos. Alem das setenta mortes que tem havido no termo de Port'Alegre, occorreu ainda ha pouco o seguinte: sendo presos 13 homens por queixas dos liberaes, e conduzidos para esta capital, sahiram-lhes a caminho os mesmos que tinham requerido a prisão, suppõe-se que mancomunados com a mesma escolta, e passaram a fio de espada todos os presos, que tinham sido do numero dos fieis subditos que defenderam os direitos majestaticos e a integridade do imperio, pois tal é a sorte aqui dos imperiaes — furtos, ferimentos, insultos e parçadas». — Não se sabe si esta historia está bem contada. Aquelles treze homens eram *tapuios*, que os imperiaes haviam posto em campo contra os republicanos, e que naturalmente não se haveriam recommendado muito pelos seus bons instinctos, aqulados galhardamente pelos patronos. Parece que a prisão daquelles homens tinha mais por fim protegê-los que punil-os. Ao saber do massacre dos miseros, ordenou logo o presidente que se abrisse devassa contra os matadores. O juiz ordinario, porem, não teve ceremonias, nem usou de circumloquios: respondeu-lhe que tinha medo de fazer isso, porque as mortes «foram feitas por uma porção de homens furiosos». — De um officio de Antonio Fernandes Pimenta ao presidente Castro e Silva se vê que os indios faziam correrias por todo o sertão, assaltando engenhos e viajantes etc. A proposito das 70 mortes no districto de Port'Alegre, dizia o juiz ordinario que nenhuma devassa tinha aberto «com medo de que cresça o numero de bandidos, pois — completava — dentro de minha propria casa já mataram um». E avisava que fazia a participação com aquella franqueza para «V. Ex. ficar na intelligencia de que não sou desobediente ás leis, e nem omisso em as cumprir, sim o temor da morte é a causa de não ter cumprido minhas obrigações». (Officio de 4 de Março de 1825 do Ouvidor pela lei).

7 Por acto de 14 de Abril decretou elle que á vista da perturbação da ordem e segurança pelos multiplos furtos, roubos, assassi-

alguma coisa em Pernambuco, passou Castro e Silva a dirigir para o Rio os seus clamores, fazendo sentir a Estevam Ribeiro de Rezende (que parecia ser no ministerio o seu protector) <sup>(8)</sup> a necessidade de lhe serem attendidas as solicitações, sob pena de cahir a provincia numa desordem geral e talvez difficilmente reparavel, pois — dizia — sendo a tropa pouca e má, o que caracteriza a situação da provincia são «mortes, resistencias armadas, ferimentos, pancadas, insultos por toda parte».

— Parece que os sustos dos ultimos successos occorridos em alguns pontos do interior é que o levavam a carregar um pouco as côres do quadro; mas não ha duvida que se tornavam indispensaveis urgentes e severas medidas de repressão. Principalmente na zona do Apody reinavam ainda resentimentos e odios que a todo instante explodiam. De Port'Alegre (villa do Regente) recebiam-se continuas noticias dos grandes alaridos em que andavam todos os povoados dos districtos limitrophes com o Ceará e mais vizinhos do Piauhhy <sup>(9)</sup>, que se dizia «infestados de bandos de ladrões e facinorosos». O que mais alarmava o presidente eram uns clamores de «gente má», dando os «li-

---

nios e mais excessos, por falta de policia, estabelece as seguintes regras para o policiamento da cidade: — Todo transeunte é obrigado a parar na rua para ser inquirido, sob pena de resistencia. Depois de corrida a caixa das 9 ninguem será isento de ser apalpado e revistado, e antes mesmo **dessa** hora havendo suspeita. — Os escravos a qualquer hora. — Fica prohibido de noite parar nas esquinas, nos quintaes e nas ruas; dar assobios, ou quaesquer signaes. — Serão presos os mascarados, os embuçados, e os que trouxerem chapéus desabados, os homens vestidos de mulher e as mulheres vestidas de homem, e entregues ao Juiz Territorial para processal-os. — Todo o que fôr encontrado, depois do toque de recolhida, em venda ou taverna, sendo livre será preso e pagará 2\$; na reincidencia, o dobro, e assim progressivamente. Sendo escravo, irá para o calabouço, onde será castigado com açoites. O dono da taverna será preso tambem, e pagará 4\$; o dobro na reincidencia. — Quem achar pasquim é obrigado a rasgal-o, sem publicar o que continha. Etc.

<sup>8</sup> O futuro conde de Valença foi o 3.º ministro do imperio no gabinete de 14 de Novembro de 1823; e esteve no cargo até Novembro de 1825, tendo nelle entrado em Outubro do anno precedente.

<sup>9</sup> Dizia Castro e Silva — «territorio limitrophe com o Ceará e Piauy...»

beraes ou anarchistas» <sup>(10)</sup> como de volta aos seus lares e amparados pelas proprias autoridades locais. Ora, o que se dava não era mais do que isto: os que se haviam comprometido na revolução, e que andavam foragidos, entenderam agora que deviam aproveitar-se da amnistia geral concedida aos revolucionarios pernambucanos. Alguns delles foram mesmo reintegrados nos empregos publicos que occupavam antes da revolução. Na sua curteza de vistas e cega intolerancia, julgou Castro e Silva que tanta pressa e sem-cerimonia não eram menos que irreverencia com a majestade aggravada; e pediu informações aos juizes, e á camara, que, entendia elle, estava assumindo cumplicidade principalmente com Leandro Francisco Cavalcante, «o maior dos anarchistas daquella villa», pois «havia até tomado armas contra o imperador». A camara confirmou sem reboço as denuncias <sup>(11)</sup>, mas defendendo o empregado readmittido e outros antigos rebeldes. Não quiz Castro e Silva perder aquelle magnifico ensejo de novas demonstrações do seu lealismo: expediu para Port'Alegre um destacamento de linha sob as ordens de um «official habil, prudente e são», que-ria dizer «dos seus». <sup>(12)</sup> — Essa pequena força nada achou que fazer naquella villa; e teve o presidente, com as mesmas razões com que a expedira, de mandar que se recolhesse a Natal... Não quiz, no entanto, perder a oportunidade de pedir, ainda uma vez, ao governador das armas de Pernambuco que lhe enviasse logo dois destacamentos, um para Port'Alegre, e outro para a Villa da Princeza. Como de outras vezes, não obteve nem resposta.

---

<sup>10</sup> ... «... liberaes e anarchistas, que são synonymos» — dizia Castro e Silva ao ministro do imperio.

<sup>11</sup> «A camara — escreveu o presidente ao ministro da Justiça — sem provimento meu, por seu livre arbitrio, reintegrou no seu officio o escrivão Leandro Francisco Cavalcante, o maior dos anarchistas daquella villa, que até marchou com tropas; e finalmente o desmascarado apoio que observe nas autoridades da dita villa com os facciosos, dando attestados e informando-me falsamente das suas conductas quando sobejamente estão provadas de revolucionarias á vista de escriptos seus...» etc. (Officio de 17 de Julho de 1825).

<sup>12</sup> Era um alferes Caria; e foi por mar, e tendo reunido mais algumas praças em dois portos intermediarios, chegou a seu destino com um total de 30 homens.

V. Foi este o grande defeito de Castro e Silva: o seu espirito de parcialidade, aliás parecendo em contraste com o seu sentimento do bem publico. Mesmo quando se occupava em algum serviço util á provincia, nunca se esquecia de que o seu primeiro cuidado tem de ser aquelle de que fôra especialmente incumbido — o de guardar com zelo supersticioso a causa que tinha triumphado. Chegou, por isso, ás vezes a excessos, mais lamentavejs pelo ridículo que pela crueldade. Si do Rio lhe pediam informes e suggestões acêrca das pessoas que melhores serviços tinham prestado ao paiz, adivinhava logo o sentido da lembrança <sup>(13)</sup>, e\* solícito recommendava só os mais apaixonados imperialistas. <sup>(14)</sup> O seu prejuizo contra os liberaes exaggerava-se até uma verdadeira obsessão. Nem quando pedia — com instancias de commover — matricula para os filhos em escolas officiaes, e a custa do Eêstado, deixava de explicar que o fazia, não só por falta de meios, como «por perseguições de *anarchistas*», que o tinham posto na contingencia de pedir... <sup>(15)</sup> — E naquelles dias inventavam-se culpas, e até crimes bem curiosos. Para fazer um homem suspeito, e considerado mesmo por infiel, era bastante que não dêsse provas bem cabaes de fidelidade. Uma palavra escapada, um riso inopportuno, um simples gesto desaperecebido punha uma creatura em máus lenções com a policia. Um dia recebêra o

---

<sup>13</sup> Como se havia compromettido com a nação, entendeu o imperador que lhe cumpria corrigir os desatinos á custa de munificencias. Inundou o paiz de commendas, no intento de refazer o seu partido e restabelecer o perdido prestigio.

<sup>14</sup> Com o quê, é evidente que não servia do melhor modo ao seu imperial amo. O que d. Pedro queria era chamar os aproveitavejs, e não os já aproveitados. Da lista de «bons servidores da patria», enviada pelo presidente, o primeiro foi Manuel Teixeira Barbosa. De João Marques de Carvalho, o impenitente regalista, diz — «benemerito militar, que se mostrou sempre constante e fiel a S. M.». Outros muitos foram apontados, mas só como benemeritos «pela sua fidelidade». Era esta a grande virtude do tempo.

<sup>15</sup> Em carta de 8 de Novembro de 1825, dirigida ao ministro do imperio, diz elle que não pôde educar os dois filhos por falta de meios, e devido a perseguições de *anarchistas*; e pedia matricula delles á custa do Estado em alguma academia do Rio, ou do estrangeiro. Parece que o ministro não deu ouvidos á supplica. Elle, porem, não desanimou, e continuou a pedir. É natural que o tenha conseguido.

presidente uma denuncia (tinha-se creado, como em todas as crses semelhantes, o vicio da delação) mas uma denuncia que fôra daquelles tempos havia de ser mais que singular: o juiz ordinario da villa de S. José, capitão Joaquim Torquato, nas alegrias de uma festa, tinha feito uma «saude a Bolivar» (16)... Pareceu isso a Castro e Silva muito grave como symptoma, e até, em virtude do cargo que exercia aquelle entusiasta do heróe republicano, assumia proporções de um verdadeiro attentado. Ordenou, portanto, immediatamente ao Ouvidor pela lei que abrisse devassa para se conhecer de tão repellente delicto. Que havia de fazer o Ouvidor substituto sinão dar conta do seu officio processando o juiz destemperado? Mas uma duvida sobreveio. Não era propriamente duvida: o Ouvidor teve medo de se afoitar demais a ter contra o juiz ordinario um rigor de que amanhã poderia estar sendo tambem escarmentado. Resolveu então ir á capital entender-se com o presidente, fazendo-lhe sentir que hesitava em suspender o referido juiz por lhe parecer que a competencia para isso era exclusiva do Conselho presidencial. O presidente convoca o seu Conselho; e este decide que o juiz ordinario é «reu de culpa», e como tal devia ser punido. E o pobre homem foi suspenso do cargo por ter feito uma saude a Bolivar... não se sabendo si a isso se reduziu apenas a punição de crime tão horrivel...

VI. Além desses cuidados que o absorviam, teve ainda Castro e Silva de empregar todo o seu esforço em isolar dos rumores e perigos, que andavam por fóra, a provincia cuja guarda se lhe confiára. Naquelle momento, o trabalho mais fatigante dos governos subalternos consistia em ter sempre ouvidos attentos aos boatos de aggressão pelo mar. Os grandes inimigos eram muitos, mas principalmente os dois que traziam agora em afflicções os «legalistas» — os dyscolos da causa imperial e os corsarios do Prata. Um navio que apparecia á barra causava sustos na cidade. (17) Chegou-se a manter na

---

<sup>16</sup> Dizia Castro e Silva que, alem de fazer uma saúde publica «ao Bulivar» (*sic*), ainda Torquato o «appellidára de Restaurador de Montevideo»... De que Bolivar se trataria?

<sup>17</sup> Em Janeiro (1826) entraram no porto de Natal dois brigues inglezes. Correu logo que essas embarcações traziam armas para os

costa um serviço permanente de vigia <sup>(18)</sup>, não se podendo dizer o que é que sobressaltava mais — si as tentativas attribuidas aos «anarchistas», si os corsarios de Buenos Aires, com os quaes o imperador se andava batendo por causa da Cisplatina. — Tudo isso dá idéa da situação a que se reduziu a vida no Rio-Grande do Norte, como em todo o paiz. O partido pessoal de d. Pedro tinha creado essa supertensão de zelo, que a surpresa da dissolução com que elle se mostrára forte, e ainda o escarmento da revolução pernambucana contribuiam para que tomasse uns ares de função heroica. O paiz estava em paz; e no emtanto, os realistas continuavam irreductiveis, fechados na sua attitude de guerra. — Provalmente sabiam todos quanto vale aquella paz. Era o socego do pavor, imposto pelo desconhecido. Ninguém sabia até onde seria capaz de ir a temeridade daquella indole impulsiva» que ficou, unica e inexoravel, imperando no paiz. Os menos previdentes e mais estultos preferiam estar com a fortuna do dia, e tirar della todos os proveitos, sem se aperceberem de algum gesto esquivo que ella pudesse ter no dia seguinte. Nem para esses, e ao menos como attenuantes das paixões mais iniquas, valiam os ensinamentos daquella crise. — O governo da côrte afinal é que fizera nascer e nutria taes tendencias erigindo em virtudes civicas a adhesão absoluta e o devotamento incondicional á pessoa do imperador. Tão vigilante andava e tão suspeito, mais ainda das provincias que do proprio ambiente do Rio, que chegou a instituir uma especie de policia imperial em toda

---

«anarchistas»; e foram ellas interdictadas, ordenando-se que lhes fosse examinada a carga que os respectivos commandantes diziam ser de sal, mas de que se desconfiou, por allegarem elles que enganados tinham aportado ali quando o seu destino era o Rio Grande do Sul. Foi feito o exame, revolveu-se todo o sal a granel; mas não se encontrou «artilharia alguma», e só na camara do *Juno* (o outro brigue chamava-se *Flôr da Bahia*) foram encontradas duas espingardas velhas. O presidente, o Conselho e todo o mundo tinham perdido o seu tempo e o seu zelo, e dos sustos restou só o desapontamento.

<sup>18</sup> Crearam-se postos de vigilancia nas immediações dos portos, e um serviço continuo de informações e avisos. É verdade que os perigos eram pelo menos exaggerados, sinão mesmo imaginários; mas tambem as precauções custavam pouco. Os taes guardas da costa contentavam-se com a diaria de... 90 reis.

parte. Os presidentes de provincia iam da côrte com a recommendação especial de cuidarem, antes de tudo, de estar sempre alerta contra o mais ligeiro signal de indocilidade. Eram, mais prepostos de um chefe omnipotente, ou espiões de um tyranno resabiado de todo mundo, do que delegados de um governo constitucional. Não tranquilllos daquella confiança posta em taes commissarios do soberano, ordenaram ainda os ministros de d. Pedro a todos os presidentes de provincia que de quinze em quinze dias, ou mesmo todas as semanas, dêssem para a côrte communicação do estado do animo publico. Entre a correspondencia que subsiste nos archivos encontram-se continuamente officios de tres ou quatro linhas dando a nota tranquillizadora: «Esta provincia vai em paz inalteravel».

VII. O minimo facto, o mais insignificante incidente passado na côrte, ou em alguma provincia, era logo noticiado aos presidentes de todas as outras, com muitas reservas e cautelas, e sem faltar nunca a segurança de que o governo imperial tinha conjurado a velleidade, e ia certo da sua força. — Em principios de 1829, o presidente José Paulino, que succedêra a Castro e Silva <sup>(19)</sup>, recebia de José Clemente um officio noticiandô «haver apparecido em Pernambuco um principio de rebellião contra a forma de governo monarchico constitucional jurado». <sup>(20)</sup> E fechava o aviso com a advertencia de que «o imperador espera do zelo de V. Ex. que saberá obstar qualquer tentativa no Rio Grande do Norte». — Infelizmente para J. Paulino, não havia nem sombras de perigo na provin-

---

<sup>19</sup> Castro e Silva, tendo de tomar assento na Camara dos Deputados como representante do Ceará, passou a 1 de Maio de 1826 a administração a Antonio da Rocha Bezerra (do Conselho do Governo); e este a transmittiu, a 21 de Fevereiro de 1827, ao novo presidente effectivo José Paulino de Almeida e Albuquerque. — Este veio alguns annos depois a ser assassinado em Pernambuco.

<sup>20</sup> Era a noticia fundada em communicação do presidente de Pernambuco; e basta isso para se ficar certo de que tudo se exaggerava, pois o que os presidentes queriam era recommendar-se ao imperador pela presteza e energia com que suffocavam toda manifestação de insubmissos. E para que a energia valesse era preciso que a insubmissão fosse grave. Sabe Deus quantos chegavam a insuflar descontentamentos para terem ensejo de dar provas de si...

cia, mesmo porque as taes occorências de Pernambuco eram simples espalhafatos que as proprias autoridades preparavam. Em todo caso, aproveitou ensejo o presidente para dizer ao ministro, em resposta, que desde que chegára a Natal andava cuidando de «estirpar o mal da anarchia»; e assegurou que nada receava do povo que governa, «que na maioria é manso e bom». — E é assim que tem de ir a vida naquelles tempos, cuidando cada qual de si; e para isso fazendo, pois, alguma coisa de valia, cada um no seu papel, des do presidente e dos maioraes da politica, até o ultimo serventuario e o mais desabusado vivedor. E pela conducta dos chefes póde avaliar-se a dos outros. — Aquelle presidente Castro e Silva, que acabava de sahir, deputado, e já figura portanto da situação, nas vespervas de retirar-se para a côrte, mais uma vez pedia collegio para os filhos. E agora já eram tres em vez de dois. E isto fazia elle sem nenhuma cerimonia, mesmo no relatorio official que remetteu ao governo dando conta da administração encerrada. Nesse relatorio menciona os grandes serviços que tinha prestado na presidência do Rio Grande.

VIII. E de certo que alguma coisa havia mesmo Castro e Silva de ter feito ali. Em collaboração com o Conselho Geral é exacto que não se deslembrára do ensino publico, da viação para o interior; e até de melhorar as condições e o aspecto da capital, regulando-lhe a edificação, a policia etc. Procurara tambem fomentar o trabalho agricola, sobretudo protegendo os pequenos lavradores contra a prepotencia dos grandes proprietarios. — É igualmente exacto que o maior numero de taes serviços figuravam apenas nas actas do Conselho... Mas era isso mesmo o bastante para Castro e Silva e seus conselheiros, na contingencia em que se viam ali — sem recursos para realizar coisa alguma, e obrigados a cuidar, primeiro que tudo, da tarefa que se lhes impunha, e que consistia em «velar pelo sagrado prestigio da imperial majestade». — Naquelle relatorio a que acima alludimos, ha uma nota curiosissima, ainda como caracteristica daquelle momento, e esta de duas côres — uma da qual se vê como vivia aquelle pharisaico regalismo, e outra que não disfarça aquella espessa improbidade das administrações, que a impunidade systematica tornara como que usual. O que succede agora é uma prova



de que realmente o governo do imperador procurava reagir contra a desfaçatez dos escandalos, e mostra ainda que tanto o lealismo daquelles homens como a honestidade dos funcionarios não passavam, na maioria dos casos, de virtudes de figuração: isto é, qualidades que não estavam propriamente no character, sinão que se ostentam por artificio, para augmentar o credito pessoal e fazer jus ás munificencias do alto.

IX. Vale, pois, a pena referir o successo, porque só elle accentúa, tanto a figura de um homem, como o espirito de uma epoca, que ainda não estava encerrada. — Foi este o caso: em principios de Abril (1826) apresenta-se em Natal um sr. José da Costa Albuquerque Mello, levando muitas cartas de amigos de Pernambuco, recommendando-o a Castro e Silva. A pretensão de Albuquerque Mello, que era grande negociante em Recife, não era menos do que passar um importante contrabando de *pau-brazil*. Precisava para isso da connivencia do presidente, a quem offerecia, como premio de serviço tão relevante, a quantia de 100.000 cruzados. Prova isto pelo que parece — si de provas ainda se precisasse em questões de tal natureza — que o negocio não tinha nada de extranho, ou excepcional. Sabe-se mesmo que eram feitas francamente operações dessa ordem. Não accedeu, porém, Castro e Silva a semelhante proposta; e ás cartas dos amigos de Pernambuco respondeu com discreta, mas eloquente indignação. — Até ahí, muito bem. Mas de certo não se comprehende direito uma virtude que faz praça de si; e a de Castro e Silva fez mais do que isso: cuidou de documentar-se para se encarecer. Reuniu attestados com todos os luxos de authenticidade — testemunhas de confirmação, firmas reconhecidas, etc. <sup>(21)</sup> Tudo isto juntou elle

---

<sup>21</sup> E fez isso como quem esperava por semelhante victoria, com apressuramentos de desafogo. O padre Manuel Pinto de Castro attestou que se achava em palacio quando Albuquerque Mello foi procurar o presidente, em cujo gabinete viu os dois conferenciando em reserva; e que ao retirar-se o negociante, ouvira de Castro e Silva a declaração do que se acabava de dar. Occorria isto num domingo, 6 de Abril; e já no dia 8 estava escripto, e com todas as formalidades, o attestado. — Agostinho Leitão de Almeida, que era secretario do presidente, forneceu tambem documento igual com a mesma data.

ao relatório que enviou para a côrte, no qual enumerava os seus serviços, inculcando o zelo que mostrou na administração, cortando abusos e desregramentos, e — dizia — «resistindo até á corrupção nas arrematações». E acrescentava: «Foi nesta conjuntura que *deixei de ficar rico, por preferir a minha honra* a todas as riquezas adquiridas por taes meios, vendendo-me pobre por se ter acabado o que possuia», entre outras causas, «já pelas extraordinarias despesas que tenho feito desde 1822 *para sustentar illesa a minha fidelidade, já pelos estragos dos anarchistas...*» Fez publicar num pequeno jornal da capitania vizinha (a *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*) todos os documentos, entre os quaes se contava ainda uma mensagem da camara de Natal ao imperador, apontando a inverossimil probidade daquelle presidente, que rejeitára a «grande peita de 100.000 cruzados para consentir um contrabando de *pau-brazil*», e pedindo com instancia a conservação de tão digno administrador. — O que é ainda mais para admirar que tudo isso é o desassombro com que Castro e Silva fez correr copias das cartas que recebêra de amigos de Pernambuco recommendando o contrabandista; e tambem das respostas que lhes dêra.

X. Coisas de semelhante natureza estereotypam uma epoca. Os melhores homens eram como Castro e Silva. Póde imaginar-se como andaria o resto. Quem guardava um certo tento e compostura em questões de moral é que preferia arranjar-se com mais habilidade e apparencias de nobreza, e por meios menos escabrosos. .. pois que afinal o imperador agora é quem mandava... — Manuel Teixeira Barbosa era um dos homens que, desde 1821, passavam em Natal como dos mais considerados pelo seu character. Havia substituído presidentes da provincia por mais de uma vez, e nunca deixava de ser consultado em todos os casos difficeis. Delle recebera Castro e Silva o governo. Tendo exercido interinamente a administração durante dois mezes, parece que Barbosa entrára demais nos honorarios que lhe competiam, sendo de crer mesmo que o fizesse de boa fé, por algum engano de contas. O que é certo é que foi intimado a restituir ao thesouro a quantia de 668\$852, que recebêra demais como presidente interino. Como havia prestado bons serviços durante a phase aguda do conflicto entre d. Pedro e a nação, julgou-se Teixeira Barbosa com o direito de pedir

ao imperador a relevação daquelle compromisso. A petição foi informada pelo presidente Castro e Silva, repetindo este apenas, como razões de alta ponderação, os elogios que já havia feito á «fidelidade» do supplicante. — E assim faziam todos os «fieis». Depois da revolução de 1824, todo mundo péde alviçaras pelo heroismo de que tinha tido a felicidade de dar provas. A correspondencia official, daquelle anno até 1831, está repleta de petições desse genero, sempre muito documentadas, e com a informação do mesmo teor pelo presidente: «digno pela sua provada fidelidade á pessoa do imperador». — E assim se foi vivendo, não só no Rio Grande do Norte, como em todas as demais provincias, até o desfecho do 7 de Abril.

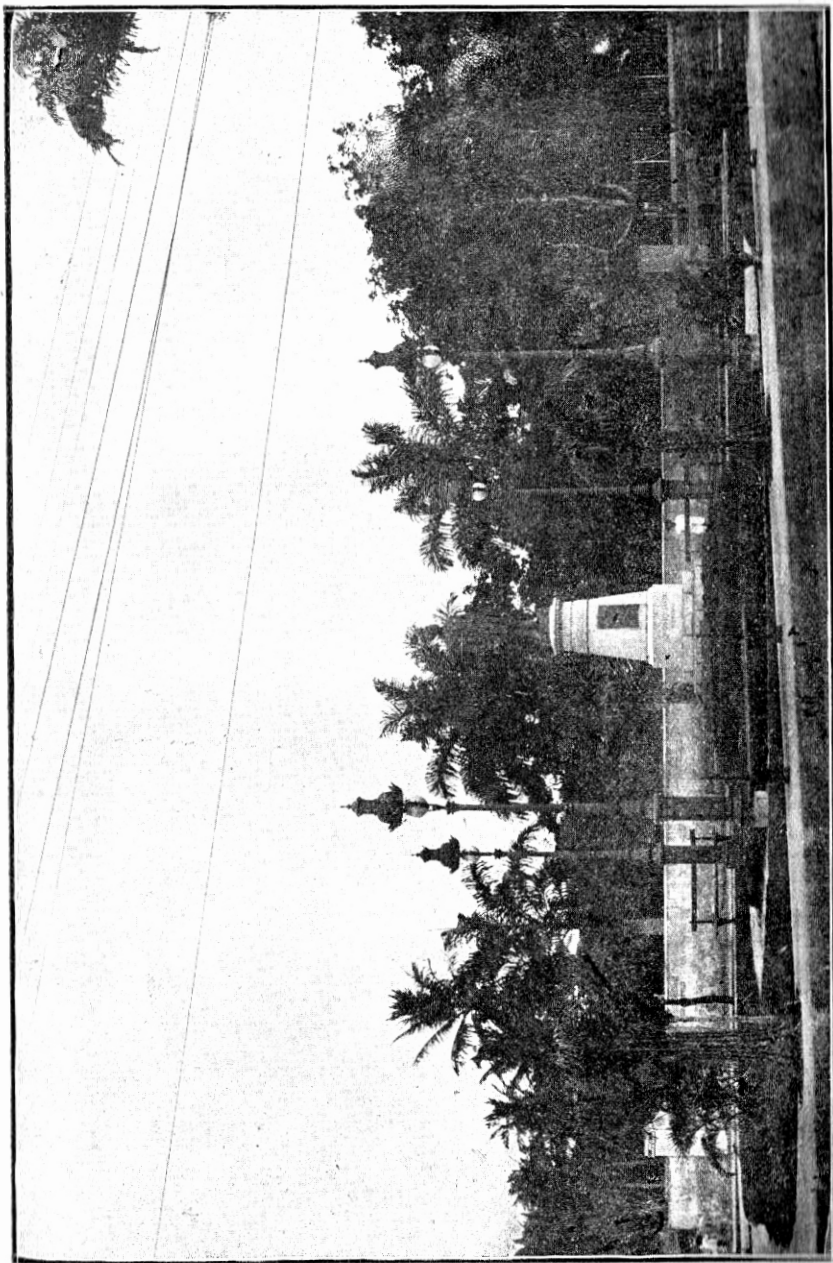
XI. O governo imperial, no emtanto, nutrindo taes tendencias, galardoando sempre as minimas demonstraões de «fervor», nem por isso se sentia mais tranquillo; e a sua grandeancia continuou, até o fim, a ser aquelle intento de isolar dos acontecimentos do Rio a opinião das provincias, como si fosse isso humanamente possivel. — Á medida que a situação se vai aggravando para d. Pedro, apuram-se os cuidados e redobram-se o rigor e a vigilancia. Não seriam, porém, taes cautelas que chegassem a impedir que todos os successos da cõrte repercutissem por todo o paiz, comquanto sempre tardiamente, e mais assustando e confundindo o animo geral do que fazendo outros males, pois os acontecimentos se atropelam de tal modo que não deixam tempo a impressões duraveis. — Os presidentes, por sua vez inquietos no seu espanto, limitam-se a ter mão na força publica, e a expedir, de sete em sete dias, para a cõrte a senha de que *vai tudo em socego*.<sup>(22)</sup> — E assim vai aquella afflicção em crescendo até a surpresa de 1831. Não significa isso que o paiz confiasse na normalidade daquella politica artificiosa que d. Pedro havia creado. O que surpreendeu foi o desenlace. Sabe-se como pelas provincias resoavam os factos que se desenrolam no Rio, onde se jogam os destinos da nação, e de onde se espera quasi sempre a palavra de

---

<sup>22</sup> Pela portaria de 29 de Novembro de 1830, quando as coisas no Rio foram assumindo gravidade excepcional, ordenou-se aos presidentes que passassem a dar de 7 em 7 dias os avisos recommendados.

ordem. O mesmo atraso e a forma vaga com que se conhecem as coisas passadas na côrte augmentam em toda parte o estado de vacillação, o medo e o terror em que andam os proprios sequazes do imperador, cujo enthuusiasmo se vai contendo prudentemente, e esfriando, á medida que se accentuam aquellas sombras de um desconhecido amargurante. Apesar de tudo, no emtanto, muito poucos pensariam na solução imprevista a que se iria chegar.

XII. Do mez de Setembro (1830) em diante é que se desenha em torno de d. Pedro toda a acuidade daquella crise. Começara-se a quebrar como de subito aquella paz simulada, que todos aspiravam, mas em que ninguém cria. O mal estava menos talvez nos homens do que «no unico homem que tinha vontade e fazia politica». As figuras mais notaveis daquelles dias tinham de condemnar-se a ficar sempre marcadas do estigma de «suspeitos ao throno»; e os que teimavam em conciliar-se com os processos imperiaes teriam de ir, no governo, sacrificar a fama que tinham feito. E quantos pagaram duramente a coragem de semelhante obstinação. — Pelos fins de 1830 estava de novo travada violentamente a lucta entre a corôa e a legislatura. A situação se parece muito com a de 1823, pois d. Pedro estava inteiramente divorciado do parlamento. Apenas agora não se abalançaria elle a empregar contra as Camaras o expediente da dissolução. No systema representativo e parlamentar, é claro que não ha politica possivel sem a cooperação das Camaras, principalmente sem o apoio formal do ramo temporario da legislatura. D. Pedro não entendia essas cousas, nem se apercebeu nunca dessa necessidade de accôrdo com a Camara quatriennial. Por isso andavam quasi sempre os seus ministerios em minoria no parlamento; de sorte que — aberta a collisão — as medidas legislativas que se tomavam eram, de regra, imposições feitas ao gabinete ministerial. Dahi as conjuncturas em que se via continuamente o governo, tendo de executar leis promulgadas contra as suas proprias idéas. Eram fataes, portanto, aquelles permanentes conflictos em que viviam ministros e Camaras. — E explica-se, pois, como para os fins de 1830 estava o governo imperial «olhado com aversão; seus delegados nas provincias, impopulares»; e como havia por todo o paiz «uma extrema irritabili-



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — ESTATUA  
AUGUSTO SEVERO NO «SQUARE» DO MESMO NOME

dade do animo publico». (23) A agitação «propaga-se com a celeridade e violencia do incendio; e o desprestigio do imperador ia numa espantosa progressão. Todos delle se desilludem á medida que o viam tão voluvel, e tão inconsciente dos perigos, e tão versatil nos proprios sentimentos que procurava affectar, indicando sempre pelos seus actos que a sua preocupação é desprender-se das leis para imperar livremente em Portugal e no Brazil». E quando sentiu que os brasileiros não eram tão doces como elle suppunha, foi-lhe despertando na alma o velho instincto: em breve ficou sendo só portuguez. — É de crer que por fim elle proprio comprehendeu como se havia enganado, e então se dispoz a entrar afoitamente na phase da liquidação, presumindo talvez que ainda lhe fosse favoravel a sorte num pleito decisivo. Ora, tanto pela sua indole, como pela completa ausencia de espirito do regimen, nunca se sujeitaria elle ás injuncções que lhe fazem de todos os lados: e portanto d. Pedro e os brasileiros se encontram assim como dois contendores num repto tremendo.

XIII. Não demorou que a fatidica viagem a Minas (fins de Dezembro de 1830) lhe puzesse tudo muito claro, como prova cabal e amarga de que não podia mais valer-se do seu ascendente pessoal. Conhecendo-se as condições do animo geral naquella terra, poder-se-ia ter como imprudencia aquella excursão. Não era, porém, d. Pedro homem que recuasse tão prompto dos seus impulsos: iria saber si com effeito está perdida, como lhe dizem, aquella entusiastica popularidade de 1822. Si ainda estiver bem viva, como espera; si a sua presença fôr bastante para levantar em seu favor a alma de Minas, volverá ufano e retemperado, disposto a affrontar a intransigencia dos constitucionaes. — O desengano, porém, foi cruel. Em algumas localidades, o menos que lhe fizeram foi recebê-lo com frieza e reserva. Em muitas encontrou a população nos templos, em orações pela alma de Badaró. Em outras teve de entrar ao som de sinos dobrando a finados. O ministro do imperio, Silva Maia, que o acompanhou, foi — como por acinte a elle — derrotado nas urnas. — Mortificado com esses reveses, e com as mani-

---

23 Armitage, 284.

festações que o assombram, chega á capital da provincia, «onde vai completar, com uma das suas notas esturdias, o insuccesso daquella visita». Ali, «como quem desespera de reconciliações impossiveis», e resolve entrar em combate, dirigiu aos mineiros uma proclamação que «acabou de alienar da sua pessoa algum resto de sympathia de que ainda gosava». Nessa proclamação accusava os liberaes de desorganizadores, e attribuia-lhes o intuito de illudir os povos com planos revolucionarios, sem attenção ao bem da patria. Incepava-os de «escreverem sem rebuço, e concitarem os povos á federação». Appellava para os mineiros, exhortando-os a não se deixarem enganar «por doutrinas que tanto têm de seductoras quanto de perniciosas»; e concluia: «Ajudai-me a sustentar a Constituição tal qual existe e nós juramos. Conto convosco. Contai commigo».

XIV. Pessimo effeito produziu no animo publico aquella desastrada mensagem, «tanto pelos pensamentos irritados, como pelas phrases azedas e crespas»; e contribuiu fortemente para mais «aggravar a indisposição que lavrava contra o imperador, não só em Minas, como em todas as outras provincias». <sup>(24)</sup> No Rio de Janeiro particularmente os principios que ella enunciava foram considerados como uma declaração de guerra. <sup>(25)</sup> — Tinha, pois, d. Pedro tirado a prova que desejava, e sentia-se numa conjunctura irremediavel. Desenganára-se completamente. — A sua chegada ao Rio confirma-lhe a lição daquella dolorosa experiencia, «pondo em conflicto violento as duas correntes em que estava outra vez dividido o paiz, tão inflammadas de paixões como nos dias da independencia. Ao saberem do que se passára em Minas, prepararam-se os portuguezes e todos os devotos do imperador para festejar o seu regresso á côrte com demonstrações que o desaggravassem daquellas affrontas. E vêm estão as arruaças, e os disturbios principalmente daquella noite que ficou sendo conhecida na historia por *noite das garrafadas*. — Era o epilogo do primeiro reinado. D. Pedro cai agora como em delirio. Sentindo, ás ultimas horas, um medo supersticioso, como horror de castigo, o seu instincto

---

<sup>24</sup> Cons. Pereira da Silva, 439.

<sup>25</sup> Armitage, 293.

humano reaparece no meio da catastrophe, e tenta a salvação. Aquella noite tragica de 6 para 7 de Abril tem uma solennidade lugubre de camara de agonizante.

XV. O desdobramento de todos aquelles successos, como actos de drama, até a scena final, ia sendo conhecido nas provincias com muita delonga, sobretudo naquellas que pela difficuldade de communicações, se achavam mais isoladas da côrte. A do Rio Grande do Norte estava entre estas ultimas, como já vimos. A Natal só por miados de Maio é que chegou a noticia da abdicação. E por isso mesmo, isto é, porque levassem mais de um mez para echoar por ali os lances da tragedia, o estado do animo publico, havia mais de tres mezes, era, na provincia, de uma desorientação e estonteamento que cresciam com as horas, pondo em consternação principalmente as figuras da situação dominante. O presidente interino, Rocha Bezerra, que andava, desde Dezembro, encarecendo semanalmente aquella plenitude de paz em que ia, já a 26 de Abril começou a alterar a formula estimada: disse para o Rio que a tranquillidade continuava mesmo depois de divulgadas as noticias acêrca dos acontecimentos das noites de 12 a 14 de Março; mas que passados alguns dias começaram a apparecer pasquins convidando os natalenses a expulsar da cidade os portuguezes. <sup>(26)</sup> No dia 3 de Maio avisa ao governo imperial de que depois que se conheceram em Natal os factos occorridos na Bahia nos dias 4 e 5 de Abril, tem havido algumas rivalidades entre exaltados de ambos os partidos, «maxime do lado dos europeus». <sup>(27)</sup> — Mas a directriz dos successos no Rio definia-se afinal nitidamente: e então os horizontes se

---

<sup>26</sup> Dizia o presidente ao ministro do imperio: «Comunico... que depois que se divulgaram noticias acêrca dos acontecimentos do Rio nas noites de 12 a 14 de Março, continuou a provincia tranquilla alguns dias, e ainda continúa, supposto tenham apparecido tres pasquins convidando os Natalenses a espancar os europeus e lançal-os fóra da provincia... Nenhum effeito, no emtanto, tiveram taes pasquins *devido ao zelo das autoridades*».

<sup>27</sup> Os portuguezes contavam sempre com a victoria de d. Pedro, e não esmoreciam nunca de todo. Si mesmo depois da abdicação continuaram a esperar pela volta *do seu rei*...



foram também clareando em Natal. Todo mundo logo se desafogou: uns — a maioria — desassombrando-se nos seus palpites, e nos anseios que andavam suffocados; outros, os fluctuantes, procurando seus novos logares, esquecendo heroicidades passadas. Em officio de 17 de Maio, ao visconde de Goiana, dizia o presidente interino que se recebera em Natal «com grande satisfação» a portaria de 7 de Abril dando a noticia de haver o imperador abdicado a corôa em seu tilho. Apresentava felicitações ao ministro, e dava conta de haver transmittido a todas as camaras a boa nova, ordenando-lhes que puzessem luminarias por tres dias successivos. Em Natal espalhou-se, por editaes, aquella comunicação, tendo despertado entre os povos o maior prazer e enthusiasmo que é possível... e sendo unanime o regosijo... (28) — As situações mudavam-se assim — com grande alegria mesmo daquelles que andavam alegres por motivos oppostos aos que os alegam agora...

XVI. Mas o coronel Antonio da Rocha Bezerra, quasi no dia seguinte ao dessas expansões, teve os seus alarmes, e bramou para o Rio. O partido dos ex-«anarchistas» não ficou bem satisfeito sem corrigir a velha era por alguma façanha que fizesse sensível a mudança operada. Tramou-se mesmo a deposição do presidente interino e de outras autoridades conhecidas como adeptas da facção portugueza. E tinha-se já para isso a cumplicidade de alguns officiaes da tropa. Na noite de 20 de Maio, houve rebato nos quarteis. A população assustada corre para o palacio do governo. O presidente inte-

---

<sup>28</sup> «Cabendo-me — dizia Rocha Bezerra — a honra de accusar com grande satisfação a recepção da portaria de V. Ex. de 7 de Abril findo, juntamente com o exemplar dos decretos da mesma data sobre a abdicção do imperador na pessoa do Principe Imperial, a nomeação da Regencia Provisoria, a deposição do ministerio, e a nomeação do actual, pelo que novamente rendo a V. Ex. as devidas felicitações: cumpre-me certificar a V. Ex. que tendo feito, não só distribuir pelas camaras, mandando pôr luminarias por tres dias successivos, como publicar por editaes os referidos decretos; e nesta cidade a mesma portaria de V. Ex. tem-se desenvolvido, e manifestado por tão faustas noticias o maior prazer e enthusiasmo que é possível nos povos desta capital. Havendo tranquillidade e ordem nos festejos, sem que haja contestações nem rivalidades...»

rino, mais assustado ainda, convoca immediatamente o seu Conselho; e este resolve mandar uma commissão do seu seio ao quartel de linha, para saber officialmente do commandante da força insurgida o motivo daquella extranha attitude. Respondeu desabridamente o official que as tropas exigiam: — a demissão do commandante das armas, coronel Pedro José da Costa Pacheco; — a demissão do commandante do batalhão de Caçadores; — a suspensão de outros officiaes, e do secretario do governo Antonio Pedro d'Alencastro <sup>(29)</sup>: todos como suspeitos ao systema constitucional. Impunham ainda que o coronel Pedro Pacheco deixasse a provincia dentro de tres dias. Tudo isto exigia-se por escripto, com a assignatura de 12 ou 13 officiaes. <sup>(30)</sup> — Em tal aperto, resignou-se o Conselho a

<sup>29</sup> Este parece que era um dos mais fanaticos do imperador, de quem se fizera até compadre, levando d. Pedro e d. Amelia para padrinhos de uma filha que recebêra na pia baptismal o nome de *Amelia Carotine* d'Alencastro. Na cerimonia do baptizado representaram d. Pedro e d. Amelia o presidente Bezerra e o commandante das armas Costa Pacheco. O facto se dera pelos fins de 1830. — Este Antonio Pedro d'Alencastro foi demittido logo depois da abdicação; e disso queixou-se ao ministro Lino Coutinho, nestes termos, depois de apresentar-lhe felicitações pela nomeação: «Aproveito o ensejo de dizer que me acho injustamente demittido de Secretario da Presidencia, para onde fui violentamente mandado em fins de 1828, pelo *nefando Ministerio Clementino*, para ser acomodado um *columna* (partidario de d. Pedro) solteiro na Secretaria da Presidencia do Ceará, onde me achava *não* havia ainda um anno». Conta então como viera preso de Goiás, e como andava perseguido pelo poder. E pergunta: «Será possível, Exm.<sup>o</sup> Sr., que nesta epoca, *em que de todo tem baqueado o despotismo*, eu seja obrigado a mendigar emprego?» E lembrava a presidencia do Ceará ou do Rio Grande do Norte. Não consta, no entanto, que se lhe tivesse feito a... devida justiça.

<sup>30</sup> Era o proprio Rocha Bezerra que narrava para a cõrte em officio de 24 de Maio, poucos dias depois de haver chegado a Natal a noticia do 7 de Abril: «No dia 20 do corrente, pelas 7 da noite tocou-se alarme nos quarteis do batalhão de Caçadores de 1.<sup>a</sup> linha n. 21; e logo convocando eu o Conselho, reuniram-se em minha casa, quando dirigindo o Juiz de Paz Bartholomeu da Rocha Fagundes um officio ao official á testa daquella força ali reunida, indagando o fim que tinha, teve em resposta (pela Commissão do Conselho) que as tropas exigiam por escripto: — 1.<sup>o</sup> demissão do Commandante das armas coronel Pedro José da Costa Pacheco, que deverá deixar a provin-

ceder á intimação, para evitar que se alterasse o publico socego. E foi ainda além daquelles reclamos, votando, «sob proposta do proprio presidente interino», que «fosse suspenso de qualquer commando todo o official qu não fosse brasileiro nato». — Dando para o Rio noticia destas occurrencias (em officio de 24 de Maio) dizia o mesmo Rocha Bezerra que o fim do levante era depô-lo do governo, e «que só a tropa o impedira». Acrescentava que em Goianinha havia «o mesmo furor contra europeus». Alguns dias depois (por officio de 30 de Maio) fazia sentir ao ministro do imperio que des daquelle motim o governo se achava em Natal «inteiramente coacto pelos principaes cabeças anarchicos». <sup>(31)</sup> — No interior da provincia havia tambem disturbios de identica natureza: quer dizer — consequencias de indisposições que se haviam creado sobretudo des da revolução de 1824. <sup>(32)</sup> — Esse estado de coisas continua por muito tempo. Esperava-se que a agitação

---

cia dentro de tres dias, chamando-se para substitui-lo um official *brasileiro nato*; 2.º demissão do commandante do batalhão 21 de Caçadores de 1.ª linha, tenente-coronel João Marques de Carvalho; e suspensão dos capitães Estevam de Oliveira Pinto e José dos Santos Carrea; 3.º que de nenhuma maneira seja entregue o commando do batalhão de 2.ª linha ao tenente-coronel Antonio José Leite de Pinho; 4.º suspensão do secretario do governo Antonio Pedro d'Alencastro, por suspeito ao systema constitucional».

<sup>31</sup> E nomeava como taes: o alferes de Ordenanças Manuel Gabriel de Carvalho; o escrivão Joaquim José Pinto; o capitão do Estado-Maior José Lucas Soares Raposo da Camara, e o cunhado deste João Alvares de Quental. Alguns — dizia elle — eram seus inimigos pessoais declarados; e contra esses dava queixa formal, assegurando que continuavam a hostilizar-o, teimando em desapossal-o da vice-presidencia á ponta de baionetas, para então se perpetrarem certos e premeditados assassinios: o que tem sido obstado pelo conceito que mereço da tropa e do povo, adquirido pela idade de mais de 70 annos, e *pelos ferros que arrastei á cidade da Bahia pela liberdade da patria desde 1817 até 1821*. Bem se vê que *só agora* é que se animava elle a recordar os seus sacrificios... Antes, seria imprudencia e grande perigo só o pronunciar ou escrever sem horror as palavras *liberdade*, ou *liberal*, ou mesmo *patria*...

<sup>32</sup> Nas villas de S. José e de Extremoz houve levantes contra os respectivos vigarios, e por motivos politicos. O presidente não teve remedio sinão chamar os vigarios para Natal, e enviar para as ditas villas alguma força.

viesses a cessar com a chegada do novo commandante das armas, José Carlos Teixeira Junior. Chegára afinal este a 13 de Junho; e com effeito acalmou-se um pouco o espirito publico. Mas, não durou a estiada. Já por fins de Setembro, clama outra vez para a côrte o presidente interino. Recomeçára, «com aspecto bem aterrorador», a dominar a indisciplina e o espirito de sedição entre a tropa de primeira linha. Attribuia-se isso principalmente a contagio das desordens que lavravam nas outras provincias, particularmente nas da Parayba e de Pernambuco. <sup>(33)</sup> — Também já estava o presidente em divergencia com o commandante das armas, a quem se imputavam agora todos os destemperos que se iam dando em Natal. <sup>(34)</sup> — Por

---

<sup>33</sup> Um destacamento que chegára da Parayba a Natal puzera a cidade em grande alarme. Cuidou o presidente interino de fazer essa gente seguir depressa para Pernambuco; mas os soldados levantaram-se fazendo exigências absurdas, e declarando formalmente que não embarcariam si não fossem satisfeitos. Combinou logo Bezerra, com o commandante das armas, umas tantas providencias, entre as quaes, a de recolher na fortaleza da Barra todas as munições de guerra, e de armar algumas milicias e paisanos para dominar os rebeldes. Occupavam-se disso, quando receberam comunicação do que se acabava de dar em Pernambuco. Sabe-se quanto foram graves os successos occorridos no Recife na noite de 14 para 15 de Setembro. Os batalhões de Caçadores de 1.<sup>a</sup> linha n.<sup>os</sup> 13 e 14, e o corpo de artilharia insurgem-se contra a officialidade e o commando das armas; e saem os soldados para as ruas, e tomam conta da cidade, arrombando portas, assassinando, roubando, incendiando, e praticando toda sorte de horrores. No dia seguinte (16) «uma legião patriótica de estudantes, milicianos e alguns cidadãos, consegue bater a soldadesca insurgida, sendo presos e deportados para Fernando de Noronha mais de 800 e tendo sido mortos e feridos em combate cêrca de 300». — Estes successos causam grande impressão em Natal, sobretudo por se temer que os soldados da guarnição tomassem o exemplo dos de Recife. Convocou, por isso, o presidente o seu Conselho; e resolveu-se imitar os pernambucanos nas medidas tomadas contra os sediciosos: deu-se baixa a 88 praças, que foram constringidas a deixar a provincia.

<sup>34</sup> Em officio de 9 de Novembro de 1831 dizia o presidente interino ao ministro do imperio: «Quando a portaria do ministro da Justiça aqui chegou já na provincia existia um partido anarchico, cujos principaes membros eram e são o capitão de 1.<sup>a</sup> linha addido ao Estado Maior do Exercito, José Lucas Soares Raposo da Camara, e o intitulado negociante Manuel Gabriel de Carvalho; e como tenha este partido augmentado extraordinariamente de influencia com a chegada

fim, só depois que se conheceu a orientação do novo governo do Rio é que se foram contendo mais as facções. A Regência tomára a si o encargo de reagir contra os dois extremos — os obstinados partidarios de d. Pedro <sup>(35)</sup>, e os republicanos, —: tarefa ingente, de que não se sabe por que maravilhas de coragem e esforço conseguiu ella dar conta. <sup>(36)</sup> — Significa isto que ainda vai muito longe de normalizar-se a vida da provincia, principalmente porque continuam a ser motivos de competições de grupos as intrigas e as falsas esperanças que as duas correntes espalhavam, creando dissensões por toda parte, e os maiores embaraços á autoridade da Regência.

do novo commandante das armas major de milicias José Carlos Teixeira Junior, *que se fez cabeça de anarchistas, ramificados de Pernambuco* etc....

<sup>35</sup> Como se sabe, d. Pedro, mesmo depois que se retirou para a Europa, continuou a ter aqui um partido (*caramurú*), o qual só desapareceu com o fallecimento do Principe.

<sup>36</sup> Feijó, assim que entrára para o ministerio, apressou-se em recommendar para as provincias extrema vigilancia com os perturbadores da ordem. «Por esta occasião — dizia elle ao presidente do Rio Grande do Norte — cumpre-me participar a V. Ex. que ao governo consta existir nesta cidade uma sociedade secreta que, tendo por fim proclamar o systema republicano, procura ramificar-se por todas as provincias do Brazil, para que V. Ex. por todos os meios ao seu alcance obste a que ahi se estabeleça tal fóco de perturbações e desordens, ou quando já esteja estabelecido, procure aniquillal-o na conformidade das mesmas (?) leis». — Emquanto se tomavam taes precauções contra os republicanos, mandava-se (aviso de 18 de Agosto) «demittir os *extrangeiros* (já se sabia que eram os portuguezes...) que se acharem empregados na provincia». Só se encontrou um alferes de Ordenanças, e um inferior de milicias.

## CAPITULO XXIII

### A ADMINISTRAÇÃO, DE 1831 ATÉ 1889

I. Durante o periodo regencial, a situação nas provincias continuou a ser precaria, caracterizada pelas mesmas luctas de facções que se seguiram á independencia. Em toda parte, o que nutre animosidades e dissidios é aquella impressão, que perdura muito viva no animo geral, de que nada se normalizou ainda na ordem politica, e os governos que se formam no Rio não deixam por emquanto de ser provisórios. Dahi as incertezas e vacillações, por um lado, e por outro as esperanças com que os grupos se põem numa incessante agitação — uns cuidando de defender e guardar as posições; outros, anciosos de que lhes toque a vez de as occupar. Ensaia-se assim o jogo, que não demoraria, dos dois partidos a que se reduziram as facções, partidos chamados constitucionaes, e que, não obstante, perderam a monarchia. (1) — No Rio Grande do

---

<sup>1</sup> Sim: perderam a monarchia depois que não tiveram mais a função que tinham tido na organização do imperio, e reduziram-se a converter o Estado em verdadeiro syndicato. Longe de nós negar que homens notaveis fizessem mais questão de idéas que de vantagens do poder. Mas esses homens notaveis não eram muitos, e tinham de viver na dependencia dos respectivos partidos. Estes partidos é que andavam sempre extranhos a tudo quanto fosse causa nacional, idéas e aspirações patrióticas. Só sabiam que é no poder que os grandes chefes distribuem os empregos e os bons negocios, e é só isto que a todo bom politico interessa. Como era possível que, de olhos que não viam sinão isso, se lembrasse alguém de ter pelo regimen, ou pela forma de governo, uma attenção ao menos que ninguem tinha siquer pelas coisas que interessavam á vida do paiz? Dahi a indifferença de todo mundo por tudo que não fosse o poder. E ninguem ignora como no dia se-

Norte, além das proprias dissensões em que andam os politicos des do susto da abdicação, sobrevêm os alarmes em que Pinto Madeira punha o Ceará e as provincias contiguas. — É bem conhecida aquella anarchia que se alastrou por todo o paiz nos primeiros dias da Regencia, e que em muitos pontos se prolongou até a maioridade, como repercussão dos movimentos do Rio. Parece mesmo que, para os fins de 1831, os partidarios do imperador abdicante chegaram a tramar um vasto plano de perturbação do paiz, como meio de preparal-o para a solução que tinham calculado, e que não era outra sinão a volta de d. Pedro. Aos successos occorridos no Rio corresponderam manifestações da mesma natureza no Pará, no Maranhão, na Parahyba, em Pernambuco, em Minas, em S. Paulo, no Ceará, e em outras provincias. <sup>(2)</sup> De todas, a mais atormentada de luctas foi a do Ceará. Era ali desde muito conhecido um antigo militar, Joaquim Pinto Madeira, que deixára, dos tempos em que militára, uma grande fama de imperioso, violento e cruel, e que se fizera ainda notavel pelo seu aferro á pessoa\* do imperador. Surprehendido pelos successos de 7 de Abril, retirou-se Pinto Madeira para uns sitios que possuia no districto da villa do Jardim. Os mais entusiastas da revolução liberal que depuzera o imperador não se puderam conter ali sem algum desforço contra o celebre caudilho. Por sua vez, não se deixára este quebrantar no seu retiro; e quando sentiu sussurros de odio em torno de si, cuidou de acautelar-se; e gosando de certo prestigio no interior da provincia, assim que soube como os seus adversarios se moviam, reuniu gente e preparou-se para os rebater. A tal extremo, porém, chegaram logo as coisas que Madeira tomou a resolução desesperada de levantar um grito de rebellião formal na villa do Jardim (por meados de Dezembro de 31). Em

---

guinte ao da proclamação da republica, os dois partidos monarchicos disputavam a prioridade de adhesão á sedição militar victoriosa. Dos dois, o conservador (exactamente o que parecia mais ligado ao throno) foi o que se republicanizou mais depressa e com mais ancia, pela razão de ter tido a fortuna de se achar no ostracismo quando se fez a republica: aproveitou o ensejo de... «subir»... O liberal tambem não se esforçou menos por entrar logo; mas não foi tão feliz.

<sup>2</sup> V. *Historia do Brazil*, VIII, 319 etc.

principios de Janeiro seguinte estava elle dominando na villa do Crato, onde estabeleceu um governo <sup>(3)</sup>, e se manteve durante muitos mezes, trazendo em convulsões todo o sertão cearense.

II. Esses successos teriam necessariamente de repercutir nas provincias limitrophes. Pelos fins de Janeiro (1832) começaram a correr em Natal uns boatos que desde alguns dias inquietavam todas as populações da ribeira do Apody; e não demorou que as camaras municipaes alarmadas clamassem para a capital. Da camara de Port'Alegre recebeu o presidente interino uma communicação dando Pinto Madeira e o vigario de Jardim como tendo invadido varias localidades do sertão do Ceará, havendo-se já apoderado, ao cabo de mortifero combate, da villa do Crato. Transmittia tambem a camara a noticia de que os rebeldes se preparavam para avançar na direcção do norte; e que da villa de Icó ameaçada lhe haviam pedido soccorro. Reuniu immediatamente Rocha Bezerra o Conselho Presidencial; e este, na conjunctura em que se via a administração, sem recursos e sem soldados, limitou-se a mandar algumas praças para Port'Alegre, afim de guardar ao menos a fronteira. — Passados, porém, alguns dias chegam clamores do proprio governo do Ceará; e teve-se de fazer seguir ás pressas para aquella villa uma pequena força que foi possivel destacar da guarnição. Ao mesmo tempo vêm avisos de que ha symptomas de sympathia pelos insurgentes em alguns districtos vizinhos do Ceará, e até na villa do Assú. Foi então necessario levantar voluntarios, e guarnecer melhor varias posições e principalmente toda a zona fronteira. — A situação para o presidente interino não podia ser mais delicada. A medida que desfalca as já exiguas forças de que dispõe na capital, vão os adversarios politicos erguendo a cabeça, e pondo-o em cada vez maiores embarços. Para aggravar-lhe as condições, em vez de lhe mandar um commandante das armas que o auxiliasse, entendeu o Governo Imperial que devia supprimir ali o commando da guarnição, dividindo a direcção da

---

<sup>3</sup> Deu-se o nome de *Republica do Cariry* ao dominio de Pinto Madeira no sertão cearense.



tropa pelos chefes de corpos, e tornando assim mais difficil a cohesão e unidade de estas da força publica. — Estavam em Natal os negocios na maior complicação, quando chegou o presidente effectivo dr. Joaquim Vieira da Silva e Souza, empossando-se no dia 22 dê Fevereiro (1832). Cuidava a Regencia que assim remediaría aquella situação, pondo na presidencia um homem de sua confiança e extranho ás dissensões locaes. Mas Rocha Bezerra tinha o seu grupo, e não depoz armas ao deixar o governo, antes parecendo agora mais livre para agir. Por sua parte, não cessaram os liberaes de consideral-o como suspeito á nova orientação que tinha tomado a politica geral. — No meio dessas facções, mal poude o novo presidente manter um simulacro de ordem; pois o que mais concorria para a continua agitação em que andavam, principalmente na capital, os grupos que se hostilizam, eram as noticias que se iam espalhando, tanto da revolta no Ceará, como dos motins e sedições do Rio. <sup>(4)</sup>

III. No espirito publico, principalmente em Natal, tambem actuava, como incentivo de inquietações e desordens, o character precario das administrações, que se succedem quasi que de seis em seis mezes, e até menos. O dr. Vieira da Silva, tendo assumido o governo em Fevereiro, já em Outubro (8) o deixava, sem contar uns vinte dias de interrupção por molestia. <sup>(5)</sup> — O padre Manuel Pinto de Castro, que o substituiu, não era sem duvida um homem de espirito conciliador e moderado; e com as suas interinidades na administração parece que não fazia mais do que exacerbar os odios dos facciosos. — A 23 de Janeiro (1833) chegava a Natal o novo presidente dr. Manuel Lobo de Miranda Henriques. Chegára felizmente a tempo de evitar maiores destemperos dos dois grupos que mais encarniçadamente se degladiavam — o do coronel Rocha Bezerra, que sahira da politica de d. Pedro, e

---

<sup>4</sup> Sobretudo os successos de 3 e 17 de Abril, occorridos na côrte, puzeram os animos numa grande agitação em toda a provincia.

<sup>5</sup> Tendo adoecido, passou a administração no dia 4 de Setembro ao presidente do Conselho, padre Manuel Pinto de Castro, e só no dia 24 o retomou.

o dos liberaes, que estavam agora chefiados pelo proprio Ouvidor da comarca. (6) — Mas, não tinha ainda o dr. Miranda Henriques um mez de governo, quando recebe a noticia de estar demittido, e nomeado em seu logar o coronel André de Albuquerque Maranhão Junior. Com isto assanham-se os asseclas de Bezerra, por terem certeza de que Maranhão Junior não aceitaria o governo, e este viria assim a cair outra vez nas mãos do padre Manuel Pinto. E com effeito: não parecia falsa a expectativa. Mas falhou. O que se fizera no Rio Grande fizera-se igualmente na Parayba, onde Maranhão Junior, mal assumira a administração, e já fôra removido para a contigua provincia. — Molestado com isto, porém, entregou o governo da Parayba a seu substituto, e retirou-se para o seu engenho (*Tapecirica*), de onde pediu dispensa da nova presidencia que lhe deram. Até ahi sahira tudo como haviam calculado os amigos do padre Manuel Pinto. Mas dahi por diante é que se lhes burlou a esperança; pois o Governo Imperial ordenou a Miranda Henriques que só passasse o exercicio do cargo a seu legitimo successor, conforme pedira, em representação, o Juiz de Paz da capital. (7) — De facto, a 31 de Julho (1833) entregou elle o governo ao novo presidente effectivo, dr. Basilio Quaresma Torreão.

IV. Teve este de pôr em acção todo o seu esforço para restabelecer a tranquillidade na provincia. Começou por promover a remoção do Juiz de Direito da comarca, dr. Antonio

---

<sup>6</sup> Era de tal intensidade a effervescencia dos animos em Natal que o Juiz de Paz, José Alexandre Gomes de Mello, em officio ao ministro do Imperio (de 14 de Fevereiro) se lamentava de ter tomado posse do cargo, «por ver — dizia elle — que era melindrosa a epoca pela intriga em que se achava o meu districto, e que via a qualquer momento arrebentar uma sedição que cada vez mais se ia ateando, pelo calor que lhe dava o vice-presidente padre Manuel Pinto de Castro, a ponto de seu sequito a nenhuma autoridade temer nem respeitar...»

<sup>7</sup> Dizia Gomes de Mello no seu citado officio ao ministro do Imperio que «si tivermos essa infelicidade (de ver o padre outra vez na administração) será infallivel a desordem». E querendo prevenir essa desordem, dirige-se á Rêgencia pedindo — que Miranda Henriques fique no governo, ou então que só deixe a presidencia nas mãos do seu legitimo successor.

de Cerqueira Carvalho da Cunha Pinto Junior, que se havia feito chefe de grupo ali mesmo onde tinha a função de distribuir justiça a todos. *Alás*, o proprio magistrado, sentindo que perdêra a confiança publica e se incompatibilizára com muita gente da terra, foi o primeiro a pedir que o removessem, — Como durante o primeiro reinado, cumpria agora aos presidentes de provincia ser muito solícitos particularmente na parte politica da sua missão. O que se fizera naquelles tempos contra os sentimentos liberaes, fazia-se agora contra os que sonhavam com a volta de d. Pedro. A propria Regencia communicou para toda parte que havia um plano organizado de chamar outra vez ao governo do imperio o Duque de Bragança, e que era necessaria toda prevenção contra manejos desses inimigos do Brazil. Transmittia logo Torreão esse aviso a todas as camaras da provincia, e ficou perfeitamente inteirado de que por ali não havia perigos de semelhante natureza; pois a quasi unanimidade da população não cessa de dar provas das suas tendencias liberaes; e si ha — accrescentava em officio ao ministro do Imperio — quem nutra esperanças de que volte aquelle terrivel estado de coisas, esses guardam com muita discrição as suas falsas esperanças. — Não obstante estar assim seguro, tomou o presidente, de accordo com o Conselho, umas tantas precauções até contra a invasão das idéas restauradoras, que se pregavam em todas as provincias, das quaes «felizmente se acha livre agora o Rio Grande do Norte». (8)

Entre as medidas de cautela, e de natureza mais pratica, esteve a criação de uma «guarda de cavallaria» de sessenta praças, formada de «moços solteiros, desembaraçados e patriotas», recolhidos nos varios municipios. Essa guarda, sob o commando do proprio presidente da provincia, estaria sempre de promti-

---

8 O Conselho autorizou especialmente o presidente da provincia a «tomar todas as medidas no sentido, não só de obstar a entrada do inimigo, mas até mesmo de impedir idéas *caramuruanas*, de que felizmente ora se achava livre a provincia». E accrescentava o dr. Torreão, no officio que sobre este assumpto escreveu ao ministro do Imperio: «Ouso asseverar a V. Ex. que em toda esta provincia não se descobre nem o menor indício deste infame partido; e si o ha, seus membros são tão matreiros e occultos que não se deixam lóbrigar».

ção, para ao primeiro signal acudir a qualquer ponto onde se suspeitasse «o mais pequeno fóco de partido retrogrado».

V. Foi o presidente Quaresma Torreão um dos que melhor se recommendaram á sympathia dos rio-grandenses, tanto pelo seu esforço na manutenção da ordem, como pelo empenho com que cuidou dos interesses da provincia. Durante a sua administração, de quasi tres annos, só na villa de Port'-Alegre um grupo de desordeiros pretendeu perturbar o sossego publico; mas foram logo reprimidos; e o districto, que era o mais sujeito a frequentes commoções, entrou em paz. — Teve o dr. Quaresma Torreão ensejo de pôr ali em execução a reforma constitucional de 1834, indo em pessoa, no dia 2 de Fevereiro de 1835, apresentar o seu relatório á primeira Assembléa Legislativa que se installava na provincia. <sup>(9)</sup> Todos os differentes serviços lhe mereceram attenção e solicitude: o ensino publico, a prophylaxia contra a variola (que lavrou por aquelle tempo «com aspecto horrivel»); a construcção de varias obras, tanto na capital como no interior; etc. Infelizmente, o estado das finanças era de completa penuria, resentindo-se a propria economia geral da desidia das passadas administrações, que tinham tido os seus cuidados absorvidos pelos desregramentos da politica. O grande mal da provincia, quanto aos recursos financeiros principalmente, continuava a ser a difficuldade da exportação pelo porto de Natal, devida á insufficiencia de transporte directo até para os mercados internos. Emquanto não se resolver esse embaraço, não haverá esforço que valha por parte da administração. Os dois productos de mais valor — o algodão e o assucar — eram, quasi que em massa, desviados para as provincias limitrophes, em cujos portos pagavam o dizimo, dando isso logar a grandes irregularidades de arrecadação, e a despesas exa-

---

<sup>9</sup> Assignalou o presidente essa circumstancia dizendo que não falava mais perante um simples Conselho «cujas attribuições mesquinhas limitavam seus membros a meros projectistas; mas aos dignissimos representantes da Provincia reunidos em Assembléa Legislativa, que vão decidir dos destinos de uma porção interessante do imperio».

geradas com as repartições fiscaes. <sup>(10)</sup> — O remedio para isso esperava-se do centro, emquanto o espirito de iniciativa não induzisse a provincia a confiar mais no proprio que no esforço alheio. Chegou o presidente a fazer convite formal a negociantes, nacionaes ou estrangeiros, que se quizessem estabelecer em Natal «afim de absorverem — dizia elle — as produções agricolas do paiz, sómente com o onus de fornecerem os agricultores de tudo quanto lhes aprouver, garantindo-lhes o governo toda protecção, commodidade, e auxilios que estivessem a seu alcance». Nesse proposito de resolver o problema que mais interessava á economia interna, estava o presidente com o apoio solícito de todas as camaras. Não era facil, no entanto, conseguir a solução por esse modo, que era realmente pratico, mas que encontrava insuperavel obice na carencia de capitães para extensas operações de liquidação demorada. Só mais tarde, quando avultou a massa de produção exportavel, é que se estabeleceram em Natal grandes casas. — Além de haver encarado com largueza de vistas essas questões que entendiam com o desenvolvimento material da provincia, teve ainda Torreão a coragem de instituir novas normas no serviço administrativo, principalmente no sentido de pôr em ordem as varias repartições, de cohibir a incuria e a improbidade dos funcionarios, não trepidando em estender a sua energia até os proprios juizes e ás camaras municipaes. <sup>(11)</sup>

---

<sup>10</sup> Até a remessa das rendas arrecadadas para Natal era difficil, devido a riscos de mar e das quadrilhas de salteadores em terra. No relatório do presidente se vê esta nota: de 10 contos remittidos do Ceará só se aproveitaram 800\$! Cremos que haja ahi talvez algum engano de cifras. Provavelmente em vez de 800\$ seriam 8 contos. Mesmo assim, era muito cara a remessa. Diz o presidente que só o paquete que conduziu o dinheiro cobrou 200\$. — A grande quantidade de productos, principalmente de algodão em rama, que se levava para fóra, dava-se como proveniente das provincias contiguas por cujos portos sahia. Milhares de varas de algodão fabricadas na provincia passavam como industria das outras por onde se exportavam. O mesmo acontecia quanto ao assucar.

<sup>11</sup> A camara de Natal viu-se com elle em serios apuros. Quando desanimou no esforço de corrigil-a e encaminhal-a melhor, chegou a dizer ao Governo Imperial (officio de 18 de Julho de 1834): «Um dos elementos que aqui encontrei mais difficil de combater é a camara

VI. A 1 de Maio de 1836 passou o dr. Quaresma Torreão o governo ao novo presidente dr. João José Ferreira de Aguiar. Encontrou este uma questão de natureza um tanto melindrosa, e que por pouco ia dando causa a uma verdadeira guerra civil na zona do Assú. Havia a Assembléa Provincial, em sua primeira reunião em 1835, supprimido a villa de Angicos, creada havia cêrca de dois annos pelo extinto Conselho Presidencial, annexando-lhe o districto ao da Villa da Princeza (depois, em 1845, cidade do Assú). A isso se oppoz fortemente a população de Angicos, até que afinal clamou para o Rio. O governo da Regencia não attendeu á representação, e mandou que a lei se cumprisse mesmo que fosse preciso empregar a força. Coincidia essa ordem com a chegada do novo presidente; e era grande a agitação entre as populações das duas villas, na imminencia de entrarem em conflicto material. Aos processos violentos, porém, preferiu o dr. Ferreira de Aguiar os meios suasorios, e conseguiu acalmar os animos com a promessa de que a villa supprimida seria sem demora restaurada. Com effeito, dali a mezes era cumprida a promessa (pela lei de 13 de Outubro de 1836) com a mais viva satisfação dos habitantes da nova villa. — Pouco esteve na administração o dr. Aguiar; pois, logo em 1837 (a 26 de Agosto) passava o cargo ao dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa. Pareceu este meio desconsolado de o haverem posto em theatro tão pequeno. Começou achando tudo muito triste, ruim e atrasado. A capital — deploravel... «As ruas em miseravel estado, sem calçamento, e entulhadas de areia; sem agua, sem illuminação, sem cadeia, e sem nada. E como encontrára tudo assim, assim mesmo deixou tudo uns sete mezes depois, por ter sido assassinado nas vizinhanças da cidade. (12)

---

municipal desta cidade, affeita desde muito tempo á indifferença, ao desleixo e a malversações, e não é possivel chamal-a a ordem, e menos fazer que os membros actuaes dêem conta das quantias recebidas da Fazenda em 1832 para obras publicas, sustentação de presos pobres, vaccinação, reparos da cadeia; parcellas que montam a 1.257\$. Dizia francamente que hesitava em entregar á camara as quotas do novo orçamento.

12 Não pudemos verificar a causa deste assassinio. Pelas entrelinhas dos documentos subsistentes, parece que o homem não teve

— No seu tempo installou-se a Thesouraria Provincial, e a Mesa de Rendas de Macau. — A receita publica diminuiu ainda; attribuindo-se isso ao desvio do algodão e do assucar para outras provincias. E como para mais complicar os embarços com que se faz a arrecadação, o presidente de Pernambuco resolveu agora não permittir que se continue a fazer em Recife a arrecadação de direitos pertencentes ao Rio Grande.

VII. No dia 11 de Abril (1838) assumira o governo, como 6.º vice-presidente, o dr. Joaquim Ayres de Almeida Freitas; para o transmittir, dahi a 15 dias, ao coronel Manuel Teixeira Barbosa, 3.º vice; e este por sua vez ao 2.º, dr. José Valentino Dantas Pinagé. Não se demorou tambem este no exercicio do cargo; e talvez devido a isso, nada fez, a não ser alguma obra na cidade. É no seu tempo, no entanto, que a receita publica passa a crescer como subitamente, elevando-se, de 15.009\$162 no exercicio de 1835-1836, a mais de 55 contos no de 1837-1838. Explicava-se isso, não só pelo incremento da industria do assucar, como principalmente pela melhor arrecadação. <sup>(13)</sup> — A 3 de Novembro de 1838 assumiu o governo o presidente effectivo dr. Manuel de Assis Mascarenhas. Muito se interessou este administrador pelo ensino e pelas obras publicas. A provincia continuava dividida em duas comarcas — a de Natal e a do Assú, cada uma com sete termos. Segundo a defectiva estatistica baseada em informações dos párochos, a população da provincia orçava por 80.530 almas, inclusive 10.189 escravos. Desde alguns annos que vão sendo certos districtos flagellados pela variola e ás vezes pelas intermittentes. Não havia, nem na capital, um medico siquer; e com muito empenho procura-se agora supprir essa necessidade. — Na primeira sessão da Assembléa, de 1840 (installa-

---

muita prudencia nas suas aventuras intimas. O facto, segundo o que apuramos, deu-se nas raias da cidade. Foram tres os assassinos. Estes fugiram, e não puderam ser apanhados. Nada teve aquillo com a politica; e por isso nada alterou os animos, nem mesmo produziu grande sensação na cidade.

<sup>13</sup> A divida activa era, naquelle tempo, de 6.944\$656; e a passiva pouco excedia de 9 contos.

da a 7 de Setembro) poudo o dr. Mascarenhas annunciar que se achavam concluidas as obras da casa para as funcções da legislatura e para o Thesouro Provincial. — Quanto aos inconvenientes do regimen fiscal em vigor, propoz o presidente á Assembléa, como meio pratico de, sem sacrificar a arrecadação, supprimir agencias nas provincias vizinhas, a cobrança do imposto sobre o algodão antes que este producto sahisse para fóra. — Nota-se que a receita, que no exercicio de 1838 — 1839 se elevára a 67.512\$285, no de 1839-1840 baixára a 55.940\$823. Attribuia isso o presidente ao apparecimento de uma praga (o mal do *mofo*) que prejudicára a lavoura do algodão. — Nos ultimos mezes do seu governo, teve Mascarenhas de pôr a provas a sua coragem e prudencia na pacificação da zona do Assú, onde grupos de varios chefes politicos chegaram a pôr em grande risco a ordem publica. Havia sido annullada a eleição que se fizera de vereadores para a camara da villa da Princeza; e dera isso logar a viva exacerbação de animos principalmente entre Juizes de Paz e vereadores cuja eleição se annullára. O Juiz Xavier, processado pelo respectivo supplente, procurou em Natal o dr. Mascarenhas; e com as razões deste pareceu conciliado. Mas de volta para o Assú, foi pregando abertamente a desordem. Pela manhã do dia 13 de Dezembro, quando se devia realizar a nova eleição, apresenta-se Xavier ás portas da matriz, acompanhado de umas 70 pessoas armadas. O intuito destes homens era impedir que os adversarios votassem. As autoridades fizeram partir incontinente para o pateo da matriz o destacamento de policia. É este, porém, recebido a tiros pelos desordeiros, e trava-se então ali uma lucta feroz, de que resultaram umas 10 ou 12 mortes de ambos os lados. Produziu o successo viva impressão em toda a provincia; e o presidente Mascarenhas deliberou partir em pessoa para o Assú, com uns 200 homens que poudo ás pressas reunir. Não teve necessidade de empregar mais que o seu espirito conciliador. Tudo entrou em socego. Como medida de precaução, no emtanto, deixou na villa da Princeza toda a força policial durante seis mezes.

VIII. Removido para a provincia de Sergipe, a 6 de Julho (1841) passou o dr. Mascarenhas a administração ao 1.º vice-presidente, coronel Estevam José Barbosa de Moura,



durante cuja interinidade nada houve que mereça referencia, a não serem alguns contractos para construcção de estradas. <sup>(14)</sup> — Mas o dr. Mascarenhas não accitou a presidencia de Sergipe; e conseguiu, ao cabo de alguns mezes, voltar para a do Rio Grande do Norte, empossando-se a 4 de Dezembro do mesmo anno. Uns tres mezes depois, no entanto, deixava outra vez a administração (e agora parece que para tomar assento na Camara dos Deputados); mas já em Maio (31) assumia pela terceira vez o governo em Natal, onde permaneceu por mais uns cinco mezes. — Naquelles tempos, as presidencias de provincia constituíam um como apprendizado para a alta administração do paiz. Não se fazia (sinão excepcionalmente, é claro) carreira politica sem começar pelas provincias, e muito felizes eram os que encetavam a vida logo numa presidencia, mesmo de 3.<sup>a</sup> ordem. Raros foram os homens, entre as grandes figuras do imperio, que não tiveram de fazer esse noviciado. Muitos percorriam tres, quatro e mais provincias <sup>(15)</sup>, e então, na maioria dos casos, alternando o exercicio do cargo com o de mandato legislativo. <sup>(16)</sup> — Estas administrações de mezes não podiam deixar de ser estereis. Na sua primeira presidencia (de 31 de Maio a 15 de Novembro) não consta que o dr. Mascarenhas tivesse prestado ao Rio Grande mais que este serviço: conseguiu arranjar para a capital um medico de partido. <sup>(17)</sup> — Substituiu-o, ainda uma vez o coronel Barbosa de Moura; sendo este, alguns mezes depois (em Julho de 1843) por sua vez substituido pelo capitão-mór André de Albuquerque Ma-

---

<sup>14</sup> Tambem nas villas mais importantes cuidou-se de construir casas de camara e cadeias.

<sup>15</sup> Sempre bachareis ou militares, eram os escolhidos para o governo das provincias. Tambem alguns medicos. Muitos, aliás, ficavam no noviciado; e ás vezes, para esses, a função administrativa tornava-se uma verdadeira profissão, passando de umas para outras, sempre das menores para as maiores. Só não tinham direito a aposentadoria no officio... como bem mais tarde, em alguns Estados, a Republica inventou para certos cargos de commissão.

<sup>16</sup> Já naquelles tempos, como se vê, havia isto. Não foi a Republica que creou a «profissão do serviço publico». Apenas pôde dizer-se que ella aperfeiçoou o systema.

<sup>17</sup> Foi o dr. José Bento Pereira da Motta o primeiro medico «de partido publico» que teve a cidade de Natal (em 1842).

ranhão «por ter sido o mesmo Barbosa exonerado da vice-presidencia». — Os administradores que se succedem até 1849 <sup>(18)</sup> quasi que se limitam ao mero expediente. — Em 1845, foi a provincia atormentada de quadrilhas depredadoras que infestavam todo o interior, principalmente Maioridade, Seridó <sup>(19)</sup>, Acary, Estremoz e S. Gonçalo. Parecia esta nova calamidade uma consequencia da secca que flagelava o sertão espalhando a miseria e a fome. O dr. Moraes Sarmento, que, de todos os presidentes daquella época, foi o que ali ficou mais tempo (uns dois annos e meio) procurou minorar os dois males, comquanto sem grandes provêitos por escassez de recursos. Quiz elle crear meios especiaes de construir certas obras publicas para que não tinha elementos na receita ordinaria: tentou a execução de uma lei que havia concedido uma loteria, cujos beneficios deviam ser applicados a taes obras. Logo, porém, se reconheceu a impraticabilidade do expediente: não havia muita gente que quizesse jogar; e além disso, os vendedores não davam conta direito dos bilhetes vendidos. Burlada assim

---

<sup>18</sup> O capitão-mór André de Albuquerque Maranhão passa a 8 de Janeiro de 1844 o governo ao presidente Francisco de Queiroz Coutinho Mattoso Camara: este, a 19 de Julho, ao presidente brigadeiro Wenceslau de Oliveira Bello; este, a 28 de Abril de 1845, ao presidente dr. Casimiro José de Moraes Sarmento; este, a 9 de Outubro de 1847, ao 1.º vice João Carlos Wanderley; este, a 5 de Dezembro de 1847, ao presidente dr. Frederico Augusto Pamplona; este, a 31 de Março de 1848, ao 1.º vice Wanderley; este, logo a 29 do seguinte mez, ao presidente desembargador Antonio Joaquim de Siqueira; este, a 25 de Novembro de 1848, ao vice-presidente Wanderley; este, a 24 de Fevereiro de 1849, ao presidente dr. Benevenuto Augusto de Magalhães Taques; este, a 2 de Dezembro, ao presidente dr. José Pereira de Araujo Neves; e este, a 15 de Março de 1850, ao vice-presidente Wanderley. Verifica-se, portanto, que no espaço de 6 annos houve no Rio Grande do Norte onze mutações na administração da provincia. Não se podia esperar milagres de semelhante regimen. — Acêrca de algumas dessas administrações instantaneas não se encontra entre os documentos do Archivo Nacional nem signal de vida: é como si não tivessem existido.

<sup>19</sup> Este municipio, creado ainda nos tempos coloniaes (em 1788) teve o predicamento de cidade sob o nome de Príncipe, em 1863. Depois da Republica, em 1890, deu-se-lhe o nome de Seridó, que sempre tivera entre o povo. Mudou-se-lhe, no emtanto, logo depois, ainda em 1890, o nome pelo de Caicó.

a tentativa, aconselhou depois o desembargador Antonio de Siqueira á Assembléa que pedisse á Legislatura Geral uma quota das loterias da côrte. — Em 1847 cessou a secca; e inicia-se uma phase de revivescencia geral. O algodão continuava a soffrer o mal do *mafo*, apenas um tanto attenuado. O assucar, porém, parecia ter até lucrado alguma coisa com a secca, havendo augmentado a producção notavelmente. Os portos principaes da provincia (Natal, Assú e Macáu) já eram mais frequentados. Com isso, reanima-se a população.

IX. Tendo o presidente dr. Araujo Neves fallecido repentinamente (a 15 de Março de 1850), teve João Carlos Wanderley de assumir ainda uma vez o governo. Em seu relatorio, apresentado á Assembléa, diz Wanderley que a revolução pernambucana de 1848 «viera até a Parayba, poupando o Rio Grande, graças ao espirito de ordem dos rio-grandenses». Dá conta, no emtanto, de algumas desordens, tanto no sul (principalmente em Goianinha) como no alto sertão, em toda parte com visos de que não seriam menos que serodia repercussão dos acontecimentos de Recife. Em Goianinha parece realmente que os effeitos do contagio se manifestaram apenas em alguns encontros de chefes e facções locaes, em questiunculas de mandões que se perseguem e se vingam. Na zona do Apody os successos tiveram mais gravidade. Desde Abril de 1849 que se desconfiava da attitude extranha assumida pelo Juiz Municipal da cidade de Imperatriz <sup>(20)</sup>, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante, apoiado pelo Juiz de Direito da comarca, dr. João Valentino Dantas Pinagé. <sup>(21)</sup> Quando nos primeiros mezes de 1850 se nomearam para ali novas autoridades policiaes, declararam os dois juizes rebeldes que as não reconheceriam, e que estavam dispostos a não cumprir nem as ordens emanadas do governo da provincia. Não ficando só em taes pro-

---

<sup>20</sup> A villa de Maioridade foi creada em 1841. Em 1847 foi elevada a cidade, sob o nome de Imperatriz. Em 1890 passou a chamar-se Martins, que é afinal o nome da tradição.

<sup>21</sup> Este dr. Pinagé era figura politica no Rio Grande do Norte, tendo já occupado a administração como 1.º vice-presidente, de 3 de Julho a 3 de Novembro de 1838.

testos, puzeram-se em movimento, e alliciando gente, occuparam Imperatriz e a então villa do Apody, declarando que permaneceriam em armas até que fossem destituídas aquellas autoridades policiaes. Fez então o vice-presidente em exercicio, José Carlos Wanderley, seguir para aquella comarca o tenente Joaquim Francisco de Paula Moreira, com 50 praças. Alguns dias depois, chegava a Natal e assumia o governo o dr. José Joaquim da Cunha; e parece que mais por isto que pela intervenção dessa força logo se restabeleceu a ordem. — A administração do dr. Cunha foi perturbada (em 1852) por novos disturbios na comarca de Maioridade. <sup>(22)</sup> — É no tempo deste presidente que se monta uma nova typographia <sup>(23)</sup>, onde já foi impressa a mensagem presidencial endereçada á Assembléa Legislativa. — Ao dr. Cunha succede em 1852 (a 10 de Julho) o dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho, durante cuja administração nada ocorreu de excepcional.

X. A 24 de Outubro de 1853 assume o governo da provincia o dr. Antonio Bernardo de Passos, que por cerca de tres annos e meio prestou bons serviços. Logo em começo teve de reprimir (em Janeiro de 1854) excessos de alguns facinoras que pelas vizinhanças do sitio de Timbaubas, emboscados no matto, «fizeram fogo sobre uma escolta de 19 praças em diligencia contra alguns criminosos». Bastou felizmente a presença do chefe de policia para que ficasse por ali tudo em paz. — Tambem por principios do anno seguinte houve umas certas commoções no logar Tamatanduba (districto de Villa-Flor) parecendo que se tratava ali de protestar contra alguma lei de excepção contra pequenos lavradores. <sup>(24)</sup> —

---

<sup>22</sup> Segundo as communicações feitas ao ministro do Imperio, toda a comarca de Maioridade e districtos convizinhos do Rio Grande e do Ceará foram alarmados por um grupo de bandidos, capitaneados por José Brillhante de Alencar. Chegaram a travar lucta com a força publica, sendo afinal presos.

<sup>23</sup> Como havemos de ver em capitulo proprio, a primeira imprensa estabelecida em Natal (1833) foi a do allemão Carlos Eduardo Müller.

<sup>24</sup> Dizia o presidente no seu relatorio á Assembléa (1.º de Julho de 1855): «Um facto inesperado, sem causa justificativa nem consequencias, deu-se em principios deste anno no logar Tamatandu-

Esses factos, afinal circumscriptos a pequenas localidades, passavam sem grandes arruados. — O maior mal com que luctou o governo por este tempo (1856) foi a invasão do cholera-morbus, que poz em verdadeira consternação toda a provincia, fazendo só na sua primeira apparição mais de 2.500 victimas. <sup>(25)</sup> E quando parecia que o mal tinha cessado, eis que reaparece em varias localidades do interior. E as calamidades por ali nunca vinham só, mas acompanhadas de outras, que eram como consequencias fataes, tanto das seccas como das epidemias. A cada flagello juntava-se sempre o terror espalhado pelos bandidos, que se aproveitavam do quebranto geral para as grandes façanhas. — E no emtanto, a situação economica da provincia não parecia resentir-se de taes desastres. Desde que se havia normalizado a ordem politica, entraram as forças economicas em geral num periodo de desenvolvimento que se accelerava de anno para anno. Tanto a receita publica e o activo commercial, como o alargamento de todas as fontes de riqueza proveniente do trabalho agricola; o povoamento do sertão, os varios serviços que mais de perto entendem com os destinos da terra — tudo vai numa regularidade e progressão de organismo que venceu as crises da sua infancia e entrou em pleno crescimento. <sup>(26)</sup> Para dar uma idéa disso, antes que cheguemos a encarar a historia da provincia sob esses varios aspectos, bastaria iudicar o accrescimento das rendas publicas,

---

ba. Alguma gentalha concorreu armada a assistir á Missa de 1 de Janeiro na capella da povoação, declarando que queriam ouvir ler o papel do cativoiro. Ameaçaram pessoas distinctas que se achavam presentes: pronunciaram-se em geral contra os senhores de engenho. Nada mais fizeram, porem, que taes arruaças; e sahiram dizendo que voltariam no dia 7, uma vez que não se lera o tal papel. Mas tudo ficou em paz.

<sup>25</sup> «Entra o terrivel flagello, e a par delle declara-se a fome nas comarcas do Agreste — escrevia o presidente. Nesta capital, a quarta de farinha, de 160 e 200 reis, chegou a 800. Dias passaram depois em que não houve nenhuma. Outro tanto succedeu com o pão, a bolacha, o arroz etc.». O commercio paralysoou; e o presidente teve de mandar abrir casas para venda de generos de consumo, não só em Natal, como em todos os outros municipios assolados.

<sup>26</sup> E isto veremos melhor na parte em que tratarmos especialmente da economia interna, da instrucção publica, da imprensa, e das lettras e artes.

não interrompido mesmo nos annos mais climatericos, pois de uma receita de 76.742\$142 em 1853, passou-se em 1856 a um total de 136.436\$103.

XI. A 1 de Abril de 1857 assumiu a administração o desembargador Bernardo Machado da Costa Doria. Pouco mais de um anno esteve no governo, continuando a acção dos seus antecessores, principalmente em trabalhos de açudes no sertão, e de aterros que se faziam desde muito na capital. Teve tambem de agir inexoravelmente contra um grande numero de «criminosos de qualificação» que, uns já sentenciados, e outros sob pronuncia, zombavam das autoridades <sup>(27)</sup> — O vice-presidente dr. Octaviano Cabral Raposo da Camara, que substituiu o dr. Costa Doria (a 19 de Maio) passou logo a 18 de Junho (1858) o governo ao presidente effectivo, dr. Antonio Marcellino Nunes Gonçalves. Comquanto não permanecesse no cargo mais que um anno e poucos mezes, foi o dr. Nunes Gonçalves um dos administradores mais operosos que teve a provincia. Luctou de principio com certos embaraços, provenientes sobretudo do máu estado sanitario <sup>(28)</sup> Mas as excellen-

---

<sup>27</sup> Dizia o dr. Costa Doria, no relatorio com que passou o governo ao vice-presidente dr. Octaviano Cabral: «Procurei dar caça a criminosos julgados, ou pronunciados. Miguel Eduardo Freire, ex-delegado de policia e presidente da camara da villa de Touros; o vigario de Estremoz Candido José Coelho; o sanguinario Antonio Ribeiró de Paiva; José dos Santos Caria Junior, os escrivães Manuel Antonio Chaves e João José de Mello, todos aparentados e protegidos, foram arrastados a prisões publicas. O major João da Silveira Borges; o tenente-coronel Manuel André Torres Galvão, e o celebre José Brilhante de Alencar, que não puderam ser capturados, acoados pela policia, andam foragidos, alguns até fóra da provincia. A diligencia mais importante que tive em vista realizar era a prisão de André de Albuquerque Maranhão Arco-Verde, homem poderoso e membro de uma grande familia, que era pela voz publica accusado de haver assassinado, entre outros muitos infelizes, a um irmão e a sua propria mulher; essa diligencia, porem, frustrou-se porque, no momento de cercar-se a casa do criminoso, estava elle nos paroxismos da vida, e foi mister que o deixasse a Justiça humana quando o chamava, e ia tomar-lhe contas a Justiça Divina».

<sup>28</sup> Extincto o cholera morbus, sobrevêm a variola e uma gripe com character epidemico, mas benigna. Notava o presidente que a

tes condições das finanças e da economia geral permittiram que se fossem ampliando as vistas da administração. Melhorou-se muito o ensino publico, augmentando o numero de escolas primarias, e creádo-se na capital um lyceu de artes e officios. A agricultura tomou «espantoso desenvolvimento»; mas — dizia o presidente — o velho problema continuava sem solução: Natal «está como isolada na provincia», pois todos os productos da criação e da lavoura «se escôam pela Parayba e Pernambuco». E como todo o mal se explicava pela insufficiencia dos meios de transporte, esperava-se agora conjural-o pela providencia com que o Governo Imperial acudira ao commercio, subvencionando um serviço regular de navegação que aproveitasse aos portos da provincia. Por sua parte o governo rio-grandense reforçou com um subsidio adicional os favores concedidos á companhia. Mas infelizmente logo se viu como esta era pouco solícita em cumprir os seus deveres, e ao ponto de ter o presidente de suspender-lhe o subsidio, representando contra ella perante o Governo Imperial. — Insistia ao mesmo tempo o dr. Nunes Gonçalves perante a Assembléa Provincial pela necessidade de melhorar a viação para o interior. — A 4 de Outubro de 1859, tomou posse o novo presidente dr. João José de Oliveira Junqueira. Esteve apenas pouco mais de seis mezes no exercicio do cargo. — Por este tempo (Outubro de 1859) era creada a capitania do porto de Natal. Assignalou o dr. Junqueira o seu curto prazo de governo inaugu-

---

mesma epidemia tinha invadido as provincias do Pará, do Maranhão e do Ceará. — Dá conta, no seu relatorio á Assembléa, de uns motins occorridos no municipio de Sant'Anna do Mattos por causa de uma imagem. «Ali — diz — fôra subtrahida uma imagem da Senhora da Piedade, de propriedade particular, mas depositada na igreja da freguezia para o culto dos fieis. A policia descobre a imagem em poder da mulher de Florindo José dos Santos, a qual se dizia dona da dita imagem, recusando entregal-a, e nisso foi amparada pelo marido, amigos e parentes. Dahi ultrajes, provocações e vozerias nas ruas; afinal attitude ameaçadora dos que disputam a posse da imagem, e logo, agitação que parecia degenerar em motim». O delegado requisitou forças para manter a ordem; e o presidente chegou a mandar para ali o proprio chefe de policia, e este verificou que tudo tinha sido muito exagerado pelo delegado de policia... e o motim deu em nada...

rando a iluminação publica da capital. — Succede-lhe (a 28 de Abril de 1860) o dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior. Em pouco mais de um anno prestou sempre este presidente alguns serviços, especialmente á cidade de Natal e á ordem publica no interior. <sup>(29)</sup> — A este, depois de pequena interinidade do respectivo substituto legal <sup>(30)</sup>, succede a 17 de Maio (1861) o dr. Pedro Leão Velloso. A provincia transformava-se, encaminhada decisivamente na sua vida geral. Contava ella por esta epoca 23 municipios, distribuidos por 6 comarcas (18 termos). Havia 18 delegacias de policia e 46 subdelegacias. Calculava-se a sua população em 200.000 habitantes. O serviço de navegação tinha melhorado muito. A exportação tomára grande incremento. — Succedem-se agora tres vice-presidentes, que nada fizeram de notavel. <sup>(31)</sup> — A 30 de Julho de 1863 assume o governo o presidente dr. Olyntho José Meira. As condições sanitarias eram dolorosas ainda, continuando a variola, a febre amarella, e o proprio cholera a flagellar alguns pontos da provincia. — Como tivesse negado sancção á lei do orçamento, votada em fins de 1863, convocou o dr. Meira a Assembléa para, em sessão extraordinaria, dar-lhe nova lei de meios (13 de Junho de 1864). — Começam a echoar na provincia os successos que se vão dando no extremo sul: os incidentes da campanha no Estado Oriental, e logo os da guerra contra o dictador do Paraguai. A exhortação do Governo Imperial ao voluntariado produziu em toda a provincia um vasto movimento de entusiasmo. Raros foram os municipios de onde não affluissem patriotas, distinguindo-se, entre todos, os de São José, de São Gonçalo, de Goianinha, de Ceará-Mirim, e da capital. Na cidade de São José de Mipibú,

---

<sup>29</sup> Fizera capturar nada menos de 64 criminosos, sendo 17 por homicidio.

<sup>30</sup> O dr. Figueiredo Junior entregou a 16 de Maio de 1861 o governo ao vice-presidente coronel Antonio Galdino da Cunha.

<sup>31</sup> O dr. Leão Velloso passou a 14 de Maio de 1863 o governo ao tenente-coronel Trajano Leocadio de Medeiros Murta; e este, alguns dias depois, a 26 de Maio, ao coronel Antonio da Cunha; e este (a 27 de Julho do mesmo anno) ao primeiro vice-presidente dr. Vicente Alves de Paula Pessoa; e este, tres dias depois, entregou a administração ao novo presidente effectivo. — Por 1862 houve ainda casos de cholera em algumas localidades; e tambem de variola.



o proprio vigario, padre Joaquim Severiano Ribeiro Dantas, declara-se prompto e decidido a sacrificar a vida pela causa da patria; e confirmando pelos actos o incendimento do protesto, põe-se á frente de uma «brilhante companhia de voluntarios», e marcha para a capital, onde se apresenta ao governo. (32)

XII. Ao novo presidente, dr. Luiz Barbosa da Silva, passou o dr. Olyntho a administração no dia 21 de Agosto de 1866. — Continúa a ser a guerra o grande assumpto do dia. A provincia tem sabido contribuir com o seu contingente de sacrificios naquelle transe (33); e ainda assim, não cessam as autoridades de excitar o patriotismo dos norte-rio-grandenses. — Desde algum tempo vinha dando signaes — e agora cada vez mais vivos — uma questão que afinal só se veio a resolver em nossos dias: a de limites com as provincias de Parayba e do Ceará. — Até 1870 succedem-se, mais ou menos rapidamente, varias administrações quasi todas interinas (34), a respeito das quaes pouco mais se encontra que o simples expediente. A receita continúa em progressão, sendo constantes os saldos nos varios exercicios. Em 1869 elevou-se ella a mais de 400 con-

---

<sup>32</sup> «Naquelle municipio — dizia o presidente em seu relatório á Assembléa — lavra o patriotismo em chammás, que se extendem alterosas por toda parte. São José de Mipibú é já um nome historico pelo que se vai ali passando de presente».

<sup>33</sup> As primeiras levas de patriotas que seguiram para a côrte logo em 1865 excederam a 300.

<sup>34</sup> O dr. Luiz Barbosa da Silva passou o governo (a 25 de Abril de 1867) ao 2.º vice coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas; este (a 13 de Maio do mesmo anno) ao dr. Gustavo Adolpho de Sá; este (a 29 de Julho de 1868) ao 6.º vice-presidente vigario Bartholomeu da Rocha Fagundes; este (a 6 de Agosto seguinte) ao 2.º vice, coronel Ribeiro Dantas; este (a 19 do referido mez) ao 1.º vice dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra; este (a 1 de Setembro do mesmo anno) ao presidente dr. Manuel José Marinho da Cunha; este, alguns mezes depois (a 10 de Março de 1869) ao 4.º vice Pedro de Alcantara Pinheiro; este, menos de um mez depois (a 12 de Abril seguinte) ao presidente dr. Pedro de Barros Cavalcante de Albuquerque; este (a 19 de Fevereiro de 1870) ao 3.º vice dr. Octaviano Cabral Raposo da Camara; e este (a 22 de Março de 1870) ao presidente dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha.

tos, inclusive um saldo accumulado de quasi 189 contos. — No dia 22 de Março de 1870 toma posse o presidente dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. — Estava acabada a guerra. Em Agosto recebiam-se em Natal com muitas festas os voluntarios que tiveram a fortuna de voltar do Paraguai. — A grande causa agora instituida, ali como em todo o paiz, era a do elemento servil. A Assembléa Provincial, em sua sessão de 1870, votou (lei n.º 617, de 3 de Junho) uma verba especial para manumissões. Já não se faziam festas na provincia sem a nota philanthropica despertada na alma popular. <sup>(35)</sup> — Por este tempo entra evidentemente a provincia numa phase nova. A cidade de Natal toma um aspecto de renovação. Acha-se já ligada, por uma ladeira calçada e de suave declive, a cidade alta ao bairro commercial á margem do rio. Tem já illuminação regular a kerosene, e alguns chafarizes publicos; muitas ruas calçadas e alguns predios de vista. Ajardina-se a praça fronteira ao palacio do governo. Tem já uma Bibliotheca Publica, comquanto não sejam muitos os leitores. Tem muitas escolas, e um hospital de caridade com proporções para receber até 200 enfermos. A receita publica da provincia deixa um saldo, accumulado em tres exercicios, de quasi 250.000\$000. A população já se eleva a perto de 270.000 habitantes. — Por ahi se vê como o Rio Grande do Norte conta com largos elementos proprios para a sua prosperidade futura.

XIII. Depois de uma interinidade de alguns mezes do 4.º vice-presidente dr. Jeronymo Cabral, assume o governo o novo presidente effectivo dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque, a 17 de Agosto de 1871; mas para passal-o antes de um anno (a 11 de Junho de 1872) áquelle mesmo vice-presidente; e este, por sua vez, alguns dias depois, ao capitão João Gomes Freire. — Como se está vendo, não se havia corrigido ainda, nem se corrigirá tão cedo, aquella instabilidade das administrações. — A 1 de Julho (1872) empossa-se o dr. Henrique Pereira de Lucena. Havia a Assembléa, para melhor assignalar esta epoca na historia da provincia, autorizado

---

<sup>35</sup> A recepção dos voluntarios foi commemorada com a libertação de «tres escravinhas menores».

(lei n. 630, de 26 de Novembro de 1870) o governo a contractar, com o engenheiro João Carlos Greenbalgh e o major Affonso Paula de Albuquerque Maranhão, a construcção de uma estrada de ferro, da capital para o valle do Ceará-Mirim, passando por S. Gonçalo; e de uma ponte metalica sobre o Potengy, em Rifoles. Foi agora (a 8 de Junho de 1872) lavrado o respectivo contracto. — O presidente Lucena observa que o «commercio de Natal vai ainda inteiramente avassalado ao de Pernambuco»; e parece que reduzia esse inconveniente ás condições do porto, suggerindo por isso á Assembléa Provincial a idéa, que a todos pareceu pouco feliz, de mudar a capital para outro ponto. Indicava mesmo uma paragem na varzea da Carnaubinha, fronteira a Guarapes <sup>(36)</sup>. — Ao dr. Lucena seguem-se duas interinidades, e depois, a 17 de Junho de 1873, a presidencia do dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho. — Melhoram muito as condições do porto de Natal. Já se faz algum commercio directo com a Europa; e a cabotagem augmenta consideravelmente. — Por decreto do Governo Imperial de 15 de Dezembro de 1872 creára-se em Natal uma Companhia de Aprendizes Marinheiros, que se installou (a 12 de Agosto de 1873) com 76 menores. A população da provincia eleva-se a 300.000 almas. Já se ostentam em Natal muitos predios de gosto, entre os quaes o da Assembléa, cuja construcção começára em 1865, terminando agora, em 1872, tendo custado 139.169\$000. Já se cogita da construcção de predios escolares. Estão abertas bibliothecas publicas em Mossoró, em Assú, e em S. José, além da de Natal. A 1 de Março de 1874 installava-se a Escola Normal, creada um pouco antes. — A 10 de Maio de 1875 passava o dr. Bandeira de Mello a administração ao novo presidente dr. José Bernardo Galvão

---

<sup>36</sup> E exhortava os representantes da provincia a cuidar especialmente da capital: «Considerai que são já decorridos 273 annos (em 1872) que Natal é capital da provincia, e que seu aspecto é o de uma villa insignificante e atrasadissima do interior. Considerai que a provincia é um corpo sem cabeça, e que é devido exclusivamente a esta circumstancia que ella se conserva á retaguarda de todas as suas irmãs». Provavelmente exagerava, pois Natal, por este tempo, já não era a aldeia de Koster. Ao menos esse pessimismo do presidente servia de estímulo á população.

Alcoforado Junior. Com o major de engenheiros Thomaz Antonio Ramos Zany contracta o governo o levantamento de uma carta chorographica da provincia. Desde 1874 que se cuida de fundar engenhos centraes no interior, tendo sido agora contractado o primeiro no municipio de Ceará-Mirim. Contracta-se tambem a construcção de uma nova estrada de ferro entre Natal e Nova-Cruz. — A 6 de Junho de 1875 inaugurava-se a exposição provincial preparatoria da de Philadelphia em 1876.

XIV. Assume o governo (a 20 de Junho de 1876) o dr. Antonio de Passos Miranda. Acabavam de dar-se em varias localidades da provincia alguns movimentos sediciosos, devidos á execução da nova lei do recrutamento. Nas comarcas de Canguaretama, de S. José, e de Mossoró deram-se desordens muito serias. Na villa de Goianinha houve tres mortes «por imprudencia do povo, que aggreuiu a tropa fazendo fogo sobre ella». Houve ali momentos de verdadeira demencia. Homens e mulheres invadiam as igrejas em alaridos, interrompendo os trabalhos do alistamento, atacando os funcionarios, rompendo os livros e as listas, etc. O curioso é que o presidente da provincia explicava todo o furor popular como protesto «contra a igualdade entre cidadãos aptos para o serviço militar, estabelecida pela respectiva lei... <sup>(37)</sup> — Ao dr. Passos Miranda succede (a 18 de Abril de 1877) o dr. José Nicoláu Tolentino de Carvalho. Deu-se por este tempo um facto de consequencias tristissimas, e que dá idéa do modo como em pontos do nosso interior tratavam os mandões a misera população desvalida. Dizia o presidente José Nicoláu, em seu relatorio á Assembléa, que João de Albuquerque Maranhão Cunhaú, senhor do engenho da *Estrella* em Bahia Formosa (logar do termo de Canguaretama) «movia demanda contra os habitantes daquelle lugar», conseguindo afinal sentença de despejo contra elles. Armado da sentença, tratou João Cunhaú de executal-a, obtendo do juiz executor uma escolta de praças de

---

<sup>37</sup> Era assim que o presidente via talvez; mas a explicação parece absurda. O que é verdade é que os cabeças da sedição em Goianinha foram processados, e absolvidos.

policia para auxiliar os officiaes da execução. Feita esta á força, cuidou Cunhú de demolir as casas despejadas. Chegou a destruir 11 dessas casas. As familias assim violentadas foram a Natal queixar-se... e não se sabe si alcançaram alguma coisa, sendo mais provavel que o governo declinasse de seus ouvidos uma queixa tão disparatada... Sabendo, porém, Cunhaú que aquelles intrusos ainda teimavam contra o seu direito, fez annunciar no bairro que na manhã de 10 de Agosto (1877) voltaria para devastar tudo, e expellir dali os que o não reconhecessem como senhor e lhe pagassem os devidos fôros. Com effeito: acompanhado de uns 30 homens chegou Cunhaú naquella manhã ao povoado, e deu ordem para effectuar-se a destruição do restante das casas, começando-se pela de um Francisco Magalhães, que parecia ser o mais obstinado em não abandonar os seus ranchos. Tendo reunido alguns amigos, oppoz Magalhães uma resistencia tenaz ao intento de o expulsarem; e «trava-se então uma lucta desesperada e horrivel», da qual sahiram dois mortos e muitos feridos. Agora é que o presidente tomou providencias: ao ter noticia do successo, fez partir para Bahia Formosa o chefe de policia, e a ordem foi logo restabelecida. Não se sabe como é que foi João Cunhaú processado; mas sabe-se que foi algum tempo depois absolvido pelo jury de Canguaretama. É tambem certo que o vice-presidente dr. Bezerra Montenegro referiu tudo isto á Assembléa em termos de profunda indignação.

XV. É neste anno de 1877 que começa a calamidade da mais horrivel das seccas que flagelaram as provincias do nordeste no seculo passado. Quasi todos os sertões do Rio Grande do Norte foram attingidos pela intemperie. As populações abandonam os sitios do interior procurando as cidades e villas. O governo mostrou-se solícito e incansavel. Fundou varios hospitaes para soccorrer os que, fugindo á fome, cahiam victimas das epidemias. E para abrigar de prompto os retirantes, em vez de os accumular nas povoações, creou uma colonia agricola, que serviu em seguida de modelo para outras. — O dr. Tolentino passa (a 6 de Março de 1878 <sup>(38)</sup>) o governo ao

---

<sup>38</sup> Este, dá o sr. Galvão (*Relação* p. 121) como tendo assu-



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — OBELISCO NA  
AVENIDA «TAVARES DE LYRA»

vice-presidente dr. Manuel Januario Bezerra Montenegro. Teve este a fortuna de presidir o Rio Grande do Norte no anno em que para a provincia se realizaram dois factos memoraveis na sua historia: — a inauguração do telegrapho electrico em Natal, a 4 de Agosto de 1878 <sup>(39)</sup>; — e, a 1 de Outubro do mesmo anno, a dos trabalhos de construcção da estrada de ferro de Natal a Nova-Cruz. Póde fazer-se idéa do largo estímulo de coragem que valeram para as populações esses grandes acontecimentos. — Seguem-se, durante mez e meio, tres rapidas interinidades <sup>(40)</sup>, depois das quaes assume o governo o presidente dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado. Fundou este mais tres nucleos de indigentes acossados da secca, em terras frescas do Pitimbú e do Cajupiranga. Continúa-se a melhorar a capital. Estavam adiantadas as obras do caes. Concluiu-se na Ribeira o mercado publico. O estado do interior mudára com o apparecimento das primeiras chuvas. Muitos retirantes que se haviam agglomerado em diversos pontos do littoral tinham volvido a seus lares. — Ao mesmo tempo se restabelecia o socego no sertão, «graças á morte do famigerado bandido Jesuino Alves de Mello (o terrivel Jesuino Brilhante, como era conhecido) que desde muito trazia em sustos a população de grande zona do interior. — O presidente dr. Alarico José Furtado, que succedêra a 1 de Maio de 1880 ao dr. Lobato, passa o governo ao vice-presidente dr. Fonseca Morato; e este, a 1 de Junho de 1881, ao dr. Satyro de Oliveira Dias. A Assembléa Provincial, que devia instalar-se no dia 15 de Maio, não o fez por não haver comparecido um só dos seus membros. Em Agosto, para quando fôra adiada, ainda não se poudé instalar pela mesma razão; tendo sido novamente adiada para 20 de Outubro. E ainda inutilmente por mais vezes, tendo só vindo a reunir-se no dia 9 de Fevereiro de 1883. — O dr. Satyro Dias entregou a administração ao vice-presidente

---

mido outra vez a administração a 4 de Outubro do mesmo anno; e entre estas duas interinidades pôe o presidente dr. Eliseu de Souza Martins, a respeito de cujo governo nada encontramos entre os documentos do Archivo Nacional.

<sup>39</sup> Passaram-se nesse dia 187 despachos, e receberam-se 95.

<sup>40</sup> Bezerra Montenegro passou (a 31 de Janeiro de 1879) o

Morato (a 16 de Março de 1882). Contrata-se por este tempo o estabelecimento de mais alguns engenhos centraes nos valles do Cunhaú, do Capió, e no Ceará-Mirim. — A 13 de Abril do mesmo anno assumia o governo o presidente dr. Francisco de Gouvêa Cunha Barreto. Foi este o presidente que poz em melhores condições a illuminação da capital, tendo para isso mandado vir da Europa 100 lampeões com os respectivos postes de ferro. Chegou, no seu relatorio, a extranhar que não se tivesse ainda realizado ali tal melhoramento, quando outras cidades menos importantes de outras provincias já o tem, «sendo — accrescentava — além disso certo que uma capital não deve viver nas trevas»...

XVI. Ao cabo de algumas administrações acerca das quaes nada encontramos de notavel <sup>(11)</sup>, assume o governo (a 22 de Outubro de 1885) o presidente dr. José Moreira Alves da Silva. Este homem fez ali um grande arruido, principalmente nos serviços que se referiam á instrucção publica. Tinha sido feito o anno passado uma reforma do ensino, nomeando-se por essa occasião muitos professores para novas escolas primarias. Agora, deixa-se tudo isso sem effeito. E não ficou ahi a reacção, mas estendeu-se a outros ramos da administração publica, fazendo-se uma derrubada geral em todas as repartições. — Esta epoca (1885-1887) assignala-se, tanto no Rio Grande do Norte quanto em todo o paiz, por um largo movimento de iniciativas, de reformas e de revivescencia geral, como havemos de ver opportunamente. Em 1886 recebeu o governo, do ba-

---

governo ao dr. Mathias Antonio da Fonseca Morato; este (a 7 de Fevereiro) ao dr. Euclides Deocleciano de Albuquerque; e este (a 11 de Fevereiro) ao dr. Vicente Ignacio Pereira.

<sup>41</sup> Ao dr. Ribeiro Dantas passou o governo (a 21 de Julho de 1882) o dr. Cunha Barreto. A 22 de Agosto de 1883 assume o governo o presidente dr. Francisco de Paula Sales. Este o entrega (a 19 de Julho de 1884) ao dr. Ribeiro Dantas; este (a 30 de Setembro de 1884) ao presidente dr. Francisco Altino Corrêa de Araujo; este (a 11 de Julho de 1885) ao vice-presidente Ribeiro Dantas; e este (a 22 de Setembro do mesmo anno) ao vice-presidente dr. Alvaro Antonio da Costa.



charel Ferreira França, uma proposta para estabelecer a iluminação electrica da capital «sem augmento de despesa». <sup>(42)</sup> — Depois de uma administração interina de alguns dias <sup>(43)</sup>, tomou posse o presidente dr. Antonio Francisco Pereira de Carvalho (a 11 de Novembro de 1886). Fez este de novo a reforma do ensino, agora autorizada por lei especial. <sup>(44)</sup> Teve ensejo de commemorar no Rio Grande do Norte com festas ruidosas a lei da abolição. — Ia o dr. Pereira de Carvalho levando serenamente o seu governo quando foi surpreendido com a sua remoção para a provincia do Piahy. Nem ao menos tivera disso communição pelo ministro do Imperio; pois veio a conhecer o acto só pelo *Diario Official*, como si se tratasse de qualquer empregado de secretaria. Com justa razão muito resentido, passou no mesmo dia (10 de Agosto de 1888) o governo ao vice-presidente dr. Costa Barros; e pediu demissão pelo telegrapho, allegando não poder seguir para o Piahy por motivos de ordem privada. — A 14 de Outubro entregava o vice-presidente a administração ao dr. José Marcellino da Rosa e Silva. — Foi este encontrar ali os dois velhos partidos constitucionaes numa collisão que nada mais era que muito commum naquelles tempos. A lucta estava travada para a installação da Assembléa Provincial recentemente eleita. Cada partido (eram 14 liberaes e 1 conservador de um lado, e 9 conservadores do outro) elegeu a sua mesa, tendo-se a minoria governista reunido para isso na sala da camara. O presidente da mesa liberal pediu providencias ao presidente da provincia; e como este lhe respondesse que nada lhe competia fazer, dirigiu-se ao ministro do Imperio, emquanto a Assembléa se declarava em sessão permanente. Pelo que parece, o Governo Imperial resolveu o caso, pois a 1 de Novembro installava-se a legislatura. Aproveitou-se então da victoria a maioria (a qual, como se viu,

---

<sup>42</sup> Esta tentativa não deu fructo. A iluminação electrica veio só mais tarde. Mesmo o gaz só se installou depois de 1876.

<sup>43</sup> Do dr. Luiz Carlos Lins Wanderley, de 30 de Outubro a 11 de Novembro de 1886.

<sup>44</sup> O pretexto que tivera o presidente Alves da Silva para annullar a reforma de 1883 fôra a circumstancia de ter sido feita a autorização na lei do orçamento.

não era grande) e foi hostilizando a administração adversa. Começou por negar-lhe orçamento. Convocou-a o presidente para isso em sessão extraordinária; mas esta não se pôde effectuar por falta de numero. Resolveu-se então aguardar a sessão ordinaria de 1 de Junho (1889). Mas as mesmas manobras burlaram toda esperança de lei de meios. <sup>(45)</sup> Até que, operada a mudança de situação com o ministerio liberal de 7 de Junho, tudo entrou afinal em ordem. A Assembléa, que pela ultima vez fôra adiada para 1 de Setembro, logo se reuniu a 16 de Julho. — Estava-se nas vespersas da mudança radical. Ninguém de certo presentia claro coisa alguma: dir-se-ia, no em-

---

<sup>45</sup> Eram curiosas aquellas luctas. No Rio Grande o que parece é que os dois partidos estavam quasi equilibrados, ou pelo menos que nenhum dos dois tinha força para sobrelevar inteiramente o outro. No dia 6 de Janeiro de 1889, vespera da reunião extraordinária convocada, o presidente da provincia communica ao ministro do Imperio que havia na capital numero sufficiente de deputados; mas que, desconfiando das intenções da maioria, pedira á mesa da Assembléa que lhe dêsse sciencia de estar a legislatura prompta para ser installada. A mesa declara que já havia feito a communicação que lhe cumpria. Estavam na capital 11 deputados conservadores, mas estes declaram que não comparecem... para não approvar o orçamento... Os outros não podiam fazer casa, pois não passavam agora de 11 tambem (tinha baixado o numero de liberaes). Não obstante, reúnem-se estes 11 mesmo, elegem mesa, e officiam ao presidente da provincia. Como fosse isso illegal, entendeu o presidente que devia adiar a sessão para 10 de Março. Não houve ainda numero para a installação; e em tal contingencia resolve-se aguardar a reunião extraordinária de 1.º de Junho. Na vespera desse dia o presidente José Marcellino telegrapha ao ministro do Imperio: «A Assembléa Provincial compõe-se de 12 liberaes e 12 conservadores, estando 2 destes dependendo de reconhecimento. Reunidos os liberaes em sessões preparatorias, rasgaram, depois de aberta a Assembléa, o diplomá de um conservador que obtivera mais 109 votos que o seu competidor; isto fizeram para terem maioria». E consultava o ministro sobre o caso. Por sua parte, o presidente da mesa liberal telegrapha ao ministro: «A Assembléa, reunida em sessões preparatorias. Compareceram 12 deputados todos opposicionistas, e espera-se mais um que está já em caminho. Consta, entretanto, que apesar de não haver orçamento, a Assembléa vai ser adiada. Os amigos da administração faltaram». E consultava igualmente o ministro. — O presidente adiou com effeito a Assembléa para 1 de Setembro.

tanto, que anda nos ares uns tantos presagios... Aquelle resto de anno escôa-se quasi como em afflicções. Succedem-se os administradores de mez em mez, e ás vezes em dias. <sup>(46)</sup>. — Até que se tem ali a surpresa dos acontecimentos de 15 de Novembro. <sup>(47)</sup>

---

<sup>46</sup> O dr. José Marcellino passára (a 15 de Junho) o governo ao vice-presidente Costa Barros; este (tres dias depois) ao tenente-coronel Ribeiro Dantas; e este (a 12 de Julho) ao presidente Fausto Carlos Barreto, o qual esteve pouco mais de 3 mezes no governo, passando-o logo (a 23 de Outubro) ao tenente-coronel Dantas.

<sup>47</sup> O ultimo telegramma, passado pelo coronel Ribeiro Dantas ao ministro do Imperio, é de 14 de Novembro. Dava noticia dos horrores da secca, e da consternação que por isso lavrava na provincia.

## CAPITULO XXIV

### DESENVOLVIMENTO ECONOMICO EM GERAL

I. Des dos primeiros tempos, as duas mais notaveis industrias, que constituiram no Rio Grande do Norte o fundamento de toda a economia interna, foram as do assucar e do algodão. Ao lado dessas, no emtanto, não se poderiam esquecer outras que muito concorreram para a prosperidade da antiga provincia, hoje um dos Estados mais ricos da Federação. Entre estas podem destacar-se as da criação, e da pesca, a das madeiras de construcção; além de muitas extractivas para que se encontram fartos elementos nas varias zonas do sertão. <sup>(1)</sup>

---

<sup>1</sup> Uma das materias extractivas peculiares ao Estado é a carnaúba — diz o Barão Homem de Mello — palmeira «da qual se extrai a cêra empregada na fabricaçã de velas, susceptível das mesmas applicações que a cêra de abelhas. Essa elegante palmeira é abundante nos seis Estados comprehendidos entre Pernambuco e o Maranhão; e encontra-se no de Matto-Grosso, onde é conhecida sob o nome de *carandá*. Tem a vantagem de resistir ás maiores seccas, e a de ser aproveitada em todos os seus elementos. Além da cêra extrahida das folhas (0,70 X 0,50) que constitue a principal riqueza da «providencia do sertão», a madeira é empregada na construcção; as raizes possuem qualidades depurativas; as folhas servem para cobrir as choupanas; a fibra é utilizada na fabricaçã de chapéus, esteiras e rêdes; as fructas são um excellento alimento, e o interior da haste dos novos arbustos fornece uma farinha nutriende, grande recurso dos habitantes no tempo da secca. — O Estado do Rio Grande do Norte produz uma média de 350 a 400.000 kilogrammas de cêra, de um valor de 2 a 2\$500 o kilo, numa producção total, para o Brazil, de 2.500.000 a 3.000.000 de kilos. Nesta producção do Estado, o municipio de Assú figura em primeiro logar com 160.000 ks. Seguem-se os municipios de

A propria montanistica já deu ali proveitos, pois nos tempos da colonia <sup>(2)</sup> houve mineração de ouro e prata no Apody e no Seridó. As minas de enxofre, de gesso, de mica, e de salitre, de Santa Cruz, de Curraes Novos, e de Acary ficam á flôr da terra, e tão abundantes e de tão facil extracção que desde muitos annos os moradores dali se aproveitam dellas para as suas necessidades locais. — Entre as materias extractivas, a de mais valor foi sempre o *pau-brazil*, o de mais preço nos mercados europeus, e cuja exportação teve a maior importancia até meados do ultimo seculo. — Mais importante ainda que esta, veio a tornar-se a industria das salinas, que se creou des dos primeiros dias, e que hoje constitue uma das mais valiosas fontes de riqueza do Estado. <sup>(3)</sup> — Mas de todos os elementos com que conta para a sua vida economica o Rio Grande do Norte, os de maior valia foram sempre, desde principio, aquelles dois primeiros — a canna e o algodão. E nos tempos coloniaes, mais ainda o algodão que a canna, tanto pela facilidade da respectiva cultura, como pela preferencia que, entre os de outras capitánias, tinha o producto rio-grandense nos mercados. O assucar luctou sempre com grandes embaraços no inicio da industria, devidos principalmente ás difficuldades de fabrico. Os engenhos eram poucos <sup>(4)</sup>; e como os pequenos lavradores ficavam na dependencia dos raros grandes proprietarios, pôde-se dizer que semelhante industria se limitava, para as populações ruraes, á simples lavoura da canna, em taes condições de pouco proveito para ellas. — Só muito mais tarde, depois da independencia, é que o assucar se tornou uma verdadeira grande industria, base de toda a economia interna da ex-provincia durante muito tempo, até que foi outra vez vencida pela do algodão.

---

Mossoró (45.000 kilos), Apody (42.000 ks.), Macau e Augusto Severo. — A carnaubeira attinge 10 a 12 metros de altura. Multiplica-se espontaneamente nas florestas, nas margens dos rios da zona oriental e no sertão».

<sup>2</sup> Dr. Manuel Dantas — *O Rio Grande do Norte* (citado pelo dr. Tavares de Lyra).

<sup>3</sup> «O Estado possui em Mossoró e Assú as salinas mais importantes do Brazil». (B. Hom. de Mello — *op. cit.* 26).

<sup>4</sup> Não houve mais que dois durante o perido colonial.

II. Mesmo depois da independencia, ainda esteve a industria assucareira no Rio Grande como entravada durante muitos annos, e talvez principalmente por circumstancias de ordem politica que perturbaram toda a vida da provincia até um pouco além de 1840, podendo-se affirmar que só depois que se normalizou a situação do imperio é que veio a tomar notavel incremento. Basta notar que durante todo o periodo colonial não havia mais que dois ou tres engenhos de assucar na provincia. Nos tempos da Regencia fundaram-se mais alguns. Mas em 1845 já se contavam 43 engenhos e 93 enghocas. Entre os engenhos havia 32 de moendas de ferro. A exportação de assucar, só pelo porto de Natal, foi, em 1847, de 11.304 arrobas. Não se inclue ahi, pois, o producto que sahia, não só pelos outros portos da provincia, como o que se derivava para as provincias contiguas. — Em 1851, a massa exportada elevou-se a 35.511 arrobas de varias classes. E já, tres annos depois, em 1854, ascendia a 80.749 arrobas. — Em 1859, funcionavam 156 engenhos em crescente prosperidade. A producção era de 350.000 arrobas, fóra a aguardente que a maior parte, principalmente dos pequenos engenhos, fabricavam. — E uma nota interessante é preciso consignar aqui: todo o trabalho das fabricas era feito quasi exclusivamente por braços livres. — Em 1861 estavam em plena actividade 173 engenhos de ferro, e apenas 12 enghocas. Iam estas, portanto, sendo eliminadas por aquelles. A producção, só nas comarcas de Natal e de São José, era de 375.000 arrobas, não sendo exaggerado calcular em mais de 700.000 arrobas a producção total da provincia. — De 1865 em diante, começa a lavoura da canna a ser sobrelevada pela do algodão; e não demorou que o fosse igualmente por outras industrias, sobretudo pelas do sal e da criação. Os senhores de engenho desanimam; e por fim, muitos delles abandonam a canna pelo algodão. — Procurou-se depois evitar a decadencia de tão importante ramo da agricultura creando engenhos centraes, no intuito de estimular os pequenos lavradores offerecendo-lhes vantagens mais compensativas do que antes. <sup>(5)</sup> Mas as iniciativas quasi sempre fi-

---

<sup>5</sup> A lei provincial de 3 de Setembro de 1874 creára favores ás empresas que se propuzessem a estabelecer engenhos centraes nas gran-

cavam nas concessões de favores; e nem tal recurso valeu. — O proprio Governo Imperial tentou atalhar o descalabro da industria. Attribuindo-o mal, não á preferencia que se dava a outras culturas, mas á insufficiencia, tanto de grandes engenhos, como dos processos de fabricação, pensou em algum expediente nesse sentido. Pediu ao governo da provincia estatísticas e conselhos que pudessem orientar-lhe a acção. <sup>(6)</sup> Parece, no emtanto, que tudo se reduziu ainda ao papelorio. A industria do assucar tinha de decrescer sem remedio; devendo dizer-se que ali se deu isso muito naturalmente, e sem abalo nem prejuizo da economia geral, pelo menos no momento. <sup>(7)</sup>

---

des zonas assucareiras. Lavrou-se logo o primeiro contracto com Pedro H. Waken para fundar um desses engenhos no municipio de Ceará-Mirim. Em seguida, novo contracto com Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, para outro engenho no valle do Capió. — Esses concessionarios nada fizeram; até que depois (em 1882) pediram autorização para passar os respectivos contractos a outros emprezarios. Waken vendeu a concessão á *Brazilian Sugar Factories Company Ltd.*; e Maranhão a Bowen. Não sabemos o que fizeram os novos concessionarios; apenas encontramos a nota de que em 1887 ainda a companhia tivera prorogado o prazo para estabelecimento de um engenho central em S. José de Mipibú.

<sup>6</sup> O presidente transmittia ás camaras municipaes a ordem que recebêra, juntamente com os quesitos propostos aos entendidos e aos senhores de engenho. Algumas camaras interessaram-se pelo assumpto e enviaram memoriaes. O coronel Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão forneceu ao governo as seguintes informações: «1.500 kilos de canna em *maçapé* fresco produziram 800 kilos de caldo com 10 graus Beaumé. Essa quantidade de caldo deu 130 kilos de assucar bruto, perdendo-se no bagaço cêrca de 20 %, devido á imperfeição dosapparelhos de moagem. Em *maçapé* secco, dá a canna 12 graus Beaumé. Em paúes, apenas 8. — A camara de S. José de Mipibú deu tambem informações. «As lavouras — dizia — do valle de Capió produzem 40.000 sacos de 75 ks. de assucar americano bruto, nos annos de inverno regular; nos de inverno irregular, 15.000». Propunha, como medida para corrigir os invernos nocivos, a abertura de exgotos por meio de canaes. No referido municipio, alem da canna, cultiva-se o algodão, a mandioca, e cereaes. Dali se exporta ainda a borracha da mangabeira. — Os engenhos, mesmo os de ferro, são movidos por animaes; nenhum a vapor, nem a agua. — A camara reclamava um banco agricola. — Outras camaras deram informações da mesma natureza. Quasi todas pediam banco.

<sup>7</sup> Não é possivel, no emtanto, que se condemne definitiva-

Não houve mais que a substituição de um por outro ramo de lavoura.

III. A cultura do algodão, por muito mais facil, foi sempre a que os pequenos lavradores preferiram. Nos tempos da colonia chegaram os senhores de engenho a lançar mão de medidas iniquas para constringer os colonos a plantar canna em vez de algodão. Despeada afinal da contingencia em que se via de ceder a embaraços de semelhante natureza, tomou logo essa lavoura rapido impulso, por mais forte que fosse a concurrencia que lhe fez a da canna até certa epoca. Em 1848 já sahiam só pelo porto de Natal, num semestre, quasi 6.000 arrobas de algodão em pluma. Na agencia da Parayba (tambem de Julho a Dezembro) registravam-se 1.500 arrobas; na de Aracaty, 1.000. Em 1851, só pelo porto de Natal, expediram-se 13.528 arrobas. — Mas é de 1860 em diante que começa a avultar a producção. <sup>(8)</sup> Em 1866 já se elevava a safra a 140.000 arrobas. E tornou-se desde então o elemento economico mais extenso e de mais importancia na provincia. — Além de com essas duas principaes, tem o Rio Grande do Norte a fortuna de contar com outras que se devem classificar como grandes industrias, taes como as do sal, da criação, de madeiras, e muitos outros productos principalmente agricolas. — Des da independencia que se foi ali reagindo em todas as espheras de actividade contra a rotina colonial. Em 1827 o presidente da provincia representava perante o Governo Imperial contra o estado de tolhimento em que se sentiam as populações, devido sobretudo á falta de transporte marítimo. Fazia então sentir que o Rio Grande só precisava de importar fazendas e ferragens; e que em troca poderia exportar assucar, algodão em rama, couros salgados, sola, pelles miudas, em cabello e curtidas, azeite de mamona, farinhas, feijão, milho, fumo em corda, sal, cêra preta, gados, peixe secco, e salgado de barril, tartarugas, baunilha, pau-brazil, queijos, etc... —

---

mente no Rio Grande do Norte semelhante industria. A exclusão della não é mais que fructo da alta do algodão.

<sup>8</sup> Em 1865 o preço medio do algodão era de 15\$000. Era, no emtanto, muito sujeito a subitas oscillações.



Mesmo com a insufficiencia de transportes, já não era inferior a importação a 300 contos, contra 420 de artigos exportados. Mas a exportação se fazia quasi toda pelo porto de Pernambuco. Também a importação não era directa: dava-se graças quando iam aos portos da provincia navios estrangeiros vender artigos de producção européa ou americana. — Era tão sensível a situação de angustia que embaraçava o commercio que o presidente da provincia tomou com empenho a iniciativa de remediar semelhante estado de coisas. Começou por nomear (a 7 de Julho de 1827) uma commissão que se incumbisse de estudar as causas das condições precarias em que se achava a economia geral. Essa commissão apresentou diversas memorias, principalmente sobre a lavoura e a pecuaria; e o presidente remetteu tudo ao Governo Imperial. Este, porém, limitava-se a dar muito bons conselhos no sentido de fomentar-se a iniciativa privada, enviando com esse fim alguns exemplares de uma publicação sobre a natureza e organização de sociedades anonymas.

IV. Alguns annos depois da maioridade, foi mudando aquella situação de quasi penuria em que se via o commercio da provincia. Já em 1852, entravam só no porto de Natal 129 navios de cabotagem, e 9 de longo curso. Em 1853, a navegação costeira se fez ainda mais activa, elevando-se a 145 o numero de navios entrados. O porto de Macau, de Julho de 1853 a Maio do anno seguinte (11 mezes) foi frequentado por 84 navios, sem contar o grande numero de barcas e canoas que trafegavam entre o referido porto e os de Pernambuco, da Parayba e do Ceará — A criação de gado *vacuum* — diz o presidente da provincia em seu relatorio á Assembléa Legislativa — é «uma industria que tem attingido o maior grau de desenvolvimento». Em 1860, só nas comarcas de Natal, de S. José, do Assú, de Seridó e de Maioridade, havia 1.104 fazendas de criação, podendo a provincia exportar annualmente, no minimo, umas 60.000 cabeças de gado bovino. Calculava-se que em toda a provincia fosse o numero de fazendas agricolas superior a 2.000. Começava-se a exportar queijos. Em 1859, só pelo porto de Macáu sahiram 132 arrobas. — A pesca tomava tambem notavel incremento. Para se ter idéa das proporções que alcançava esta industria, das mais antigas da

terra, é bastante saber-se que em 1853 o dizimo do peixe exportado pelo porto de Natal attingiu a 46.417\$000; devendo não esquecer-se que em toda a região marítima era o peixe a base da alimentação geral. — A agricultura tinha «espantoso desenvolvimento», principalmente a lavoura da canna. Em 1845 havia na provincia apenas 5 engenhos (nos tempos da colonia nunca passaram de 2): quatorze annos depois, o numero de engenhos, como já vimos, era já de 156. — A exportação de madeiras já é um elemento regular de receita. — No quinquennio de 1855 a 1859, a importação total ascendeu a 4.125:547\$314; sendo, de cabotagem, 2.048:706\$584; e directa, de . . . . 2.076:840\$730. Nesse mesmo periodo, a exportação foi de 4.955:383\$793. Deve notar-se que no ultimo exercicio do periodo (1859-1860) a exportação fôra de 232:478\$432 apenas; e que no exercicio seguinte (1860-1861) logo se elevou a 3.027:762\$657! — Em 1861 o trafego marítimo foi feito por 180 navios (16 de longo curso e 164 costeiros). Uns 12 ou 13 annos depois, o valor official da exportação em um semestre, só pelos portos de Natal e de Mossoró, era de 671.928\$669. E no emtanto, escasseára a navegação, reduzindo-se o numero de navios a 88 (20 directos, e 68 apenas de cabotagem). — Em 1874, já operava em Natal uma casa estrangeira de grosso trato. Esperava-se supprir assim até certo ponto a insufficiencia dos meios de transporte. É curioso, no emtanto, que essa empreza mercantil não dêsse os resultados que se calculavam. Natal continuava a resentir-se das condições em que se via, devidas principalmente ao isolamento em que estava dos mercados. Eram até preferidos outros portos, mesmo da provincia (como os de Mossoró e de Canguaretama) sem contar os das provincias vizinhas. — Ainda assim, não se deixa a capital da provincia cahir em desanimo.

V. O grande mal era sempre o da deficiencia de recursos de expansão para o movimento economico que de meados do ultimo seculo se foi fazendo na provincia. O mais sensível dos obices que encontrava o commercio era o da difficuldade de viação interna, além da de transporte marítimo. As communicações com o interior, principalmente, eram quasi as mesmas dos tempos coloniaes. — Em 1826, o presidente pedia colonos estrangeiros, e um banco, «ou filial de algum do Rio».

«Só assim — dizia — sahirá a provincia da inacção, pobreza e desgraça em que se acha o commercio e a agricultura». O commercio é que era preciso amparar de medidas que o despeassem de entraves. A lavoura já prosperava, ou melhor, já monopolizava toda a actividade das populações do sertão. Mas a lavoura sem mercados é impossivel; e como procurar mercados sem condições de viabilidade? <sup>(9)</sup> Tanto não era a agricultura que se achava pobre que, logo depois da independencia, os proprios moradores do sertão cuidaram de abrir estradas por sua conta, pois era só disso que tinham necessidade, cada vez mais imperiosa á medida que melhoravam as condições da navegação para fóra. <sup>(10)</sup> — Em 1836 dizia o presidente que para o interior da provincia não havia propriamente estradas, mas apenas algumas «veredas». — De 1840 em diante procurou o governo resolver esse problema vital por meio de contratos com particulares; mas sem grande proveito. — Em 1882 inaugura-se o trafego no primeiro trecho da estrada de ferro de Natal para o sul; e logo em Março do anno seguinte entravá em trafego toda a linha até Nova Cruz, numa extensão de 120 kilometros. Contratava-se depois a primeira secção da hoje Central do Rio Grande do Norte, cujo ponto terminal deve ser Caicó. — Mas essas estradas (mesmo depois de concluida a morosa construcção desta ultima) não são mais que linhas mestras do systema de viação do Estado. Não dispensam, nem jámais dispensarão, grande numero de caminhos de rodagem convergentes, que aproveitem a toda extensão das varias zonas do interior.

---

<sup>9</sup> As difficuldades de circulação determinaram o recurso das feiras no interior, ás quaes já fizemos referencia em capitulo anterior. «Recuando — dizia o presidente da provincia em 1861 — ante os grandes embaraços que se oppoem á communicação entre Natal e o interior, preferem os vendedores vender nas feiras, De Natal vão os negociantes comprar nas feiras proximas para revender na cidade com grandes lucros. Para acabar com os atravessadores, pensa-se na extincção das feiras; mas o expediente não é razoavel, sendo preferivel melhorar condições que facilitem a concorrência».

<sup>10</sup> Já em 1826 resolvía-se abrir á custa dos proprietarios a estrada de Natal a Peixe-Boi, e daqui para Agua Doce, desviando-se os morros do caminho antigo.

VI. Além de por esses embaraços da circulação interna, foi a vida da provincia frequentemente perturbada por dois grandes flagelos, que em regra se multiplicavam em outros cada qual mais funesto. Era o primeiro o das seccas. Estas calamidades têm naquella terra, como em toda a região do nordeste, as suas lugubres legendas des dos primeiros dias da colonização. <sup>(11)</sup> Depois da independencia, soffreram as populações do sertão as seccas de 1824, de 1845, de 1871, de 1877, de 1889, além de outras menos assoladoras pela sua pouca duração. A mais tremenda foi a de 1877. <sup>(12)</sup> — Essas calamidades traziam sempre o seu cortejo de horrores, principalmente a

---

<sup>11</sup> O deputado, hoje senador pelo Rio Grande do Norte, no seu já citado discurso na Camara em 1906, depois de descrever a vivas côres a secca de 1791 a 1793, uma das mais horribes, si não a mais horrivel de quantas têm flagelado o norte, profere: «De um seculo antes (1692) data a primeira secca verificada no Ceará, commum, ao que parece, a toda a bacia do S. Francisco... Seguiram-se outras seccas até a epoca a que alludi, mais ou menos extensas, mais ou menos perniciosas na sua obra de devastação. Entre essas, cumpre destacar a de 1722 a 1727, que não só comprehendeu todo o Rio Grande do Norte e o Ceará, mas, ainda o Piauy e a Bahia, onde até as fontes da capital ficaram estanques, conforme refere o senador Pompeu... No Rio Grande do Norte — refere Ignacio Nunes Corrêa de Barros — «morreram muitas creaturas humanas a fome e a necessidade, e outras escaparam sustentando-se em couros e bichos immundos»... No seculo passado, os annos de 1824 a 1825 foram de excepçoes soffrimentos para as populações de Pernambuco, Parayba, Rio Grande do Norte e Ceará... O anno de 1845 foi tambem calamitoso... O Rio Grande soffreu ainda mais (que o Ceará)... Chego, sr. presidente, á secca de 1877: e como não tenho o interesse nem a preferênça de emocionar a Camara narrando o que foi essa innominada odysseia, contandô as scenas de horror jamais excedidas e raramente igualladas na historia do soffrimento humano, fujo com pena de mim mesmo á dôr de lembrar que um dia já houve no meu paiz, em que o pai faminto devorára o filho pequenino, e fogueiras crepitaram em plena Fortaleza, num ensaio infeliz de incineração dos cadaveres que as vallas extensas e profundas não mais comportavam... Computar em 90.000 os mortos do Rio Grande do Norte não será exeggerado, attendendo-se a que, somente em Mossoró, pequena cidade do littoral, succumbiram a fome, e de varias doenças, 35.000». Depois de 1877 tem sido ainda o Rio Grande do Norte assaltado pela calamidade da secca, sendo a ultima bem recente, em 1919.

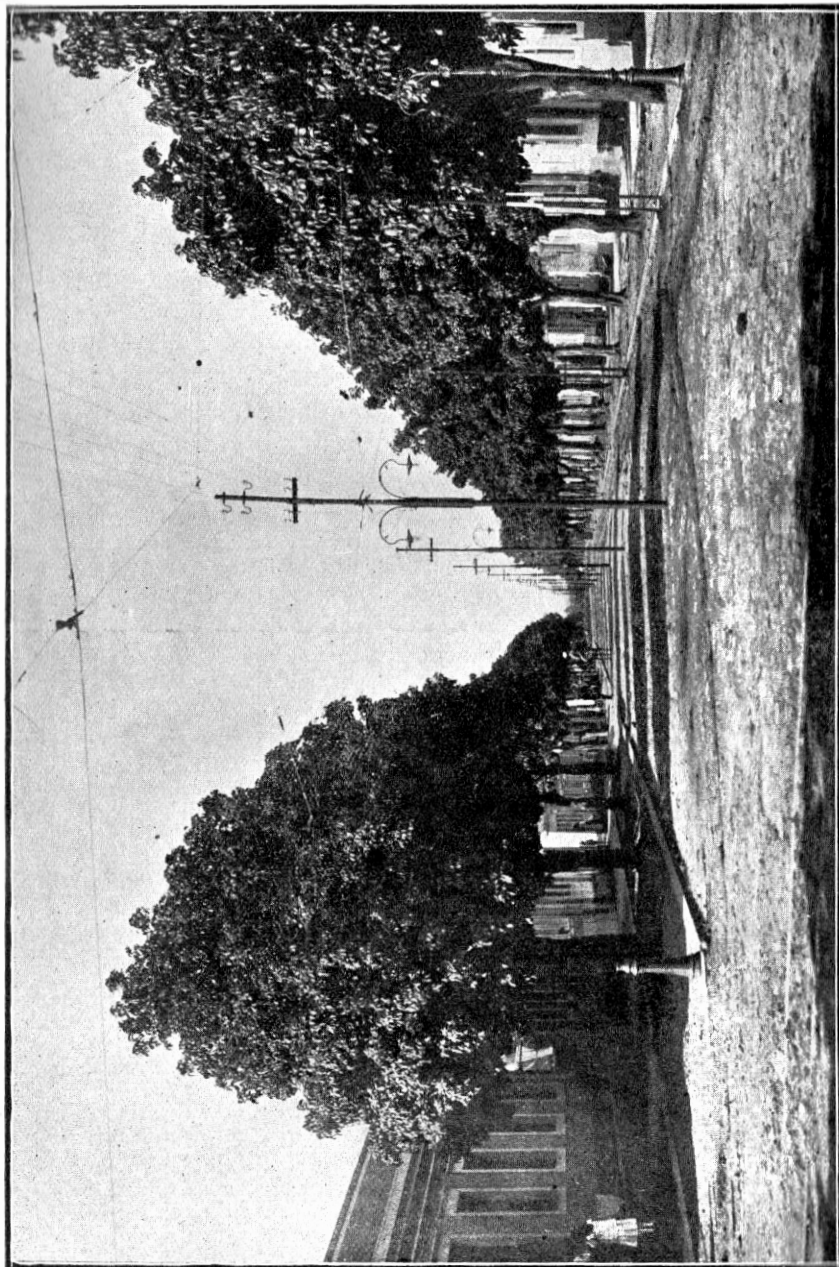
<sup>12</sup> V. nota precedente.

fome e o crime. Acossados da penuria geral, ou aproveitando-se disso, quadrilhas de assassinos e ladrões devastavam sobretudo os sitios e os pequenos povoados do interior, augmentando assim os soffrimentos das miserâs familias, e pondo em afflicções os poucos que se salvavam da fome. — Além das seccas, a praga das epidemias tambem vinha, com frequencia consternadora, fazer na provincia a sua ceifa medonha, principalmente desde que se foram fazendo mais estreitas as relações com o exterior. Em 1850, a febre amarella (que tinha feito a sua primeira apparição na Bahia e em Pernambuco em 1686-1692) visitou pela primeira vez o Rio Grande do Norte. <sup>(13)</sup> Felizmente, reduziu-se o novo flagelo ás zonas maritimas. Ainda assim, largo tributo impoz ás populações, tendo colhido, só em Natal e em S. José, mais de 200 victimas. — Dali a uns cinco annos, em 1855, zombando das precauções que se tomaram para evital-a, soffreu a provincia a invasão do cholera-morbo, comquanto causasse mais pavor do que damno. — Em 1862-5, em algumas localidades foram ainda as condições sanitarias alteradas pelo cholera, pela febre amarella, e a variola. — Foi este ultimo o terrivel mal que perseguiu muitos pontos da provincia com mais frequencia, si bem que com intensidade decrescente, sobretudo entre os annos de 1834 a 1860. — Tambem o beriberi appareceu em 1885, tendo grassado em Natal com alguma força».

VII. Mesmo luctando contra todos esses accidentes, a provincia do Rio Grande do Norte era uma das que melhor poderiam servir de exemplo para provar-se como no Brazil as opulencias do elemento passivo nunca sobrelevaram a capacidade da raça. Ali o progresso, vencendo todos esses e outros obices, tem sido constante, embora lento até certa época, para fazer-se rapido e seguro nos nossos dias. Nada conseguiu sobrepujar, ou siquer diminuir a actividade e esforço das populações, numa terra com effeito de recursos inexgotaveis de toda ordem, comquanto batida periodicamente de crises climatericas só por si capazes de assoberbar as raças mais for-

---

<sup>13</sup> Como se sabe, desta investida do terrivel morbo só ficaram livres a provincia do Rio Grande do Sul, e as centraes.



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — AVENIDA  
«RIO BRANCO»

tes. — As provas disso temos visto em varios capitulos deste trabalho, por mais deficientes que sejam. Si aos dados, mesmo incompletos, que se apresentam aqui acêrca do desenvolvimento material da ex-provincia, fosse necessario adduzir ainda alguma coisa, poderiamos registrar outras informações que por sua natureza parecem mais proprias ainda para dar idéa do que tem sido no Rio Grande do Norte a energia do homem na conquista da riqueza, sobretudo depois da independencia. Si bem que não tenhamos estatisticas perfeitas que nos habilitem a offerecer aos leitores um quadro synoptico de que ressaltasse toda a evolução da economia geral na provincia, até 1889, não nos julgamos, todavia, desobrigados de fazer o que está a nosso alcance, e tentar ao menos supprir essa carencia de documentação apresentando, como expoente da fortuna economica da terra, os dados que se seguem relativos ás finanças publicas.

VIII. Durante o periodo colonial, a receita do Rio Grande do Norte nunca se elevou a mais de 15 a 20 contos. Mesmo depois de 1822, só muito lentamente é que se foi ella ampliando, ainda assim com oscillações determinadas por varias causas, extranhas á actividade das populações. Ainda em 1835, não excedia de 15.009\$162 o total da arrecadação, para uma despesa de mais do triplo (46.617\$760). — Mas já em 1838-1839, a renda do exercicio se elevava a 67.502\$285, deixando um saldo de 3.107\$773, pois a despesa fôra de 64.394\$512. Era, no emtanto, excepcional esse subito augmento. Uns dez annos depois, ainda a receita normal regulava por 50 contos. — É de 1850 em diante que ella vai progressivamente, como se pôde ver do seguinte quinquennio:

1853-1854 . . . . .	76.742\$142
1854-1855 . . . . .	95.296\$973
1855-1856 . . . . .	121.341\$588
1856-1857 . . . . .	136.436\$103
1857-1858 . . . . .	186.442\$000

E é notavel que já no exercicio subsequente (1858-1859) subisse a receita a 239.597\$000, para uma despesa de 113.259\$000; pois a arrecadação excedêra aos calculos orça-

mentaes, attribuindo-se isso ao grande desenvolvimento da agricultura. — Naquelle mesmo quinquennio, a receita entrada nos cofres do thesouro geral foi em:

1853-1854, de . . .	166.447\$532
1854-1855, de . . .	125.506\$367
1855-1856, de . . .	293.314\$067
1856-1857, de . . .	304.725\$574
1857-1858, de . . .	398.965\$664

Bastaria esta demonstração para dar uma idéa da franca prosperidade em que ia a provincia. Uma população, cujo trabalho já supportava, em 1858, o pesado tributo de 585.407\$664 podia dizer-se perfeitamente encaminhada para os seus dias de verdadeira abastança. — Aquelle augmento de anno para anno continuou até os ultimos dias do imperio. Cinco annos depois, a receita da provincia era:

Em 1863-1864, de . .	182.415\$671
Em 1864-1865, de . .	229.518\$506
Em 1865-1866, de . .	269.192\$429
Em 1866-1867, de . .	186.888\$755

Alguma oscillação que se sentia era devida ao preço do algodão, que variava muito. — Em 1870 elevou-se a receita a 426.353\$864; devendo notar-se que a receita geral dera nos tres ultimos exercicios um saldo de 244.835\$924. No exercicio de 1871-72, subiu ainda a receita provincial a . . . 466.282\$965, contra uma despesa de 410.818\$525. Em 1879-1880, arrecadaram os cofres da provincia 450.368\$547. Dahi em diante foi crescendo até 1889.

IX. Não seria possivel um quadro mais impressivo e confortante do que esse que ahi deixamos, nas suas linhas geraes é certo, mas ainda assim sufficiente para destacar aos olhos do leitor a vida esforçada e fecunda desta circumscripção do paiz, das menos notaveis pela extensão do territorio, e no emtanto das mais dignas de grande futuro, e não menos péla



actividade de seus filhos que pelas munificencias da sua natureza. Já se póde presumir, pelos dados que ahi se expõem, como, na phase a que os restringimos (isto é, da independencia até o fim do imperio) se transformava aquella terra, a despear-se corajosamente dos entraves que a tinham embaraçado durante mais de dois seculos. — A população da provincia, que em 1826 não passava de 70.000 almas <sup>(14)</sup>, em 1850 excedia de 160.000. Estava, naquella epoca, a provincia dividida em 3 comarcas judiciais, contando 16 municipios (4 cidades e 12 villas) e 25 povoações. Dez annos depois, em 1860, era a população calculada em 200.000 almas. Em 1870 registravam-se 262.307 <sup>(15)</sup>, inclusive 2.471 estrangeiros. Estava a provincia (em 1876) dividida em 11 comarcas, com 20 termos. Em 1889 a população excedia de 370.000 almas. — Podia, pois, o Rio Grande do Norte considerar-se das mais felizes entre as provincias do imperio. — A sua capital, em 1826, não passava de um pequeno e modesto nucleo de população — cidade mais pelo titulo que pela sua importancia. Mesmo na provincia havia municipios mais populosos. Não contava então mais que 6.922 almas (1.472 fogos); enquanto que S. José de Mipibú já apresentava 11.097; e Estremoz, 9.919. <sup>(16)</sup> Continuou Natal a sua vida mofina até além de meados do seculo. O commercio da provincia se fazia, na maior parte, por outros entrepostos; e todo o mal se attribuia ás condições do porto. Em 1860 começa-se a cuidar de corrigir os inconvenientes que á navegação franca de grandes navios apresentava a entrada da barra. <sup>(17)</sup> — Por essa epoca vão tambem os presidentes da

---

<sup>14</sup> Os recenseamentos eram feitos periodicamente pelos parochos ou pelas autoridades policiaes; e comquanto muito imperfeitos, não se julgava que fossem mais defeituosos que os poucos que se fizeram de conta do Governo Imperial.

<sup>15</sup> O recenseamento geral de 1 de Agosto de 1872 (faltando 26 parochias) dera 217.991. O numero de estrangeiros não passava de 417. E no entanto, em 1870, o chefe de policia, com o concurso dos seus delegados, já havia apurado 2.471. O proprio chefe de policia julgava o serviço deficiente, e estimava a população da provincia em 300.000 almas.

<sup>16</sup> Villa-Flôr tinha (em 1826) 4.525 almas (835 fogos). A villa de Arez contava 5.025 almas (1.216 fogos).

<sup>17</sup> Parece que foi o engenheiro hydraulico Berthott o primei-

provincia pondo mais empenho em melhorar a capital. Inaugura-se a illuminação publica. Já vimos como se iniciou o serviço com 60 lampeões muito velhos e estragados, <sup>(18)</sup> que se mandaram comprar em Pernambuco. <sup>(19)</sup> Mais tarde renovou-se o material, installando-se lampadas já montadas em postes de ferro. — Repara-se a igreja matriz, construindo-se-lhe a torre, onde foi assentado um relogio publico. — Continuava o serviço de aterro e do caes do Salgado (entre a alfandega e o morro do Rosario). — Por 1870 fazia-se o calçamento da ladeira que da cidade alta leva ao bairro commercial. — Em 1880 concluiu-se a construcção do mercado publico. — Com a inauguração da estrada de ferro para o sul (em 1882) toma a cidade rapido incremento. A sua população é de cêrca de 20.000 almas em 1889. <sup>(20)</sup> O porto já estava muito melhorado, sendo o mais frequentado da provincia, com excellente e amplo ancoradouro. — Estava, pois, preparada para fazer-se em breve uma das mais bellas capitães do norte.

---

ro encarregado de estudos do porto de Natal. Aliás, exaggeravam-se os defeitos da barra; tanto assim que, mesmo antes de qualquer melhoramento, ali entravam e saham, sem riscos nem difficuldades, embarcações de grande calado.

<sup>18</sup> Havia entre os taes lampeões até alguns já com remendo DE PAPELÃO *pintado de preto*... E no emtanto, custára cada um 41\$000.

<sup>19</sup> Correspondencia do presidente da provincia com o ministro do Imperio.

<sup>20</sup> A população da provincia era calculada em cêrca de 380.000 almas.

## CAPITULO XXV

### O ENSINO PUBLICO DURANTE O IMPERIO

I. Durante o periodo colonial não houve, em parte alguma do Brazil, ensino publico propriamente. Nos maiores centros os Governadores, quando muito, auxiliavam com exiguos favores uma ou outra aula particular, pondo sempre, no entanto, maior cuidado em proteger as *salas* em que algum padre ensinava principalmente o latim. Naquelles tempos era uma grande honra, e um alto motivo de ufanía, o poder engrolar alguma coisa da lingua de Cicero; e em todas as capitánias, as villas mais insignificantes disputavam com esforço a gloria de ter uma «cadeira apparatusa onde alguma celebridade pontificasse lendo e explicando Eutropio». — Mas os proprios mestres para o ensino primario eram rarissimos, e menos porque não houvesse vontade de aprender alguma coisa, ou de dar alguma instrucção á infancia, do que pela falta de pessoal apto que quizesse ensinar. Mesmo mais tarde, quando os governos da já provincia começaram a interessar-se pela causa do ensino, o maior obstaculo que encontravam era a carencia de homens competentes para o officio. — Era, portanto, nos tempos da colonia, geral o analphabetismo; e só a gente abastada e de certa importancia, que se educava fóra, é que constituía excepção á regra. — Só depois da independencia é que se começou a falar em ensino publico. A principio, mais porque os exemplos iam do Rio, da Bahia e de Pernambuco, do que por uma legitima solicitude pela causa. Os presidentes afinal não faziam mais do que attender, como lhes era possivel, as recommendações que recebiam da côrte, e cumprir as ordens

que se lhes davam; pois tudo dependia immediatamente do Governo Imperial. As medidas mais insignificantes relativas á instrucção tinham de ser tomadas no Rio. Em 1826, a nomeação de professores de primeiras lettras, feita pelo presidente da provincia, devia ser confirmada pela Secretaria do Imperio. Muitos titulos ficavam ali mezes, e até annos inteiros; e ás vezes só dali sahiam á força de reiteradas solicitações do presidente. — Por aquelles tempos, os honorarios de um professor de escola primaria era de 75\$000 annuaes. <sup>(1)</sup> Attribuindo principalmente a isso, com toda razão, a escassez de pessoal docente, empenharam-se os presidentes da provincia pela elevação desses vencimentos a 20\$000 mensaes: — Em 1828 dizia ainda para a côrte o presidente dr. José Paulino que na cidade de Natal «não havia collegio algum, ou casa de educação». E foi isso talvez o que induziu o Governo do Imperio a ordenar ao seu delegado que lhe indicasse o melhor ponto da provincia onde conviesse montar uma Escola de Estudos Menores. O presidente indicou a capital, «onde já havia — informava — uma casa ao uso da Escola, de Ensino Mutuo, devida ao zelo do Commandante das Armas Wencesláu de Oliveira Bello, que a fez com donativos, e a offereceu ao governo provincial para o dito fim».

II. O anno de 1827 marca uma epoca notavel na historia do Rio Grande do Norte; pois foi então que, por lei de 15 de Outubro, se crearam na cidade de Natal as tres primeiras escolas de instrucção primaria, duas para o sexo masculino, e uma para meninas. Foram por essa occasião creadas mais doze escolas elementares nas villas de Estrémós, do Principe, da Princeza (aqui duas, uma para cada sexo), e nas povoações de Goianinha, de Papary, de S. Gonçalo, de Touros, de Acary, de Mossoró, de Guamaré, e da Serra do Martins. — Estava já, pelo que parece, posto em solução o problema. A velha mania, no emtanto, ainda imperava: aquella mesma lei dotára de aulas de latim, não só a capital, como as villas do Principe, da

---

<sup>1</sup> É evidente que por esse preço não se encontrariam muitos mestres numa terra onde um pescador, ou qualquer homem do campo facilmente ganhava mais de 6.260 reis por mez.

Princeza, e de Port'Alegre. — O curioso é que todas essas cadeiras, tanto as de latim, como as de primeiras letras, eram providas mediante concurso; e isso parece indicar que havia já muita gente que as quizesse. O concurso era feito perante o Conselho Presidencial, e com certa solennidade. O titulo de mestre, no emtanto, como dissemos, devia ter a ratificação da Secretaria do Imperio, isto até, pelo menos, 1830. — No periodo da Regencia, os presidentes que iam para as provincias mostravam-se muito preocupados com as coisas do ensino; é certo, entretanto, que por via de regra mais attendendo ás recommendações dos ministros, e ao movimento geral da opinião publica, do que sinceramente interessados por um serviço quasi inglorio, pois muito raramente deixava vestigios bem visiveis. Por isso mesmo os relatorios presidenciaes andavam sempre muito cheios de prosa longa e bonita, mas escassos de factos. Tudo ficava mais no papel do que em trabalhos apreciaveis. — Em 1835, não havia na provincia mais que 22 cadeiras de instrucção primaria, e dessas mesmo só estavam providas pouco mais que a terça parte (16). Entre estas 16, só havia 3 para o sexo feminino (na capital, na villa da Princeza, e em S. José). Mas a desta ultima villa não tinha professora. — Já funccionava, no emtanto, em Natal, o *Athenaeu do Rio Grande do Norte*, recentemente creado. Parecia este instituto, em seus principios, mais apparatuso do que util. Imagine-se que o curso comprehendia as seguintes disciplinas: rhetorica, philosophia, mathematica, francez e latim. A lingua nacional, nem a geographia e a historia, ao menos do Brazil, não eram coisas que se ensinassem a rapazes. Quanto a isso, era bastante o que elles levavam da escola primaria. <sup>(2)</sup> — Não teve o instituto, em seu primeiro anno, mais que uns 40 alumnos. Desses, no emtanto, só fizeram exames uns dois ou tres. — Com este resultado pouco animador, diminúe ainda a frequencia do estabelecimento. Havia professores que não tinham sequer um ouvinte. — O proprio governo comprehendeu que era pre-

---

<sup>2</sup> Aliás, nas escolas primarias daquelles tempos não se sabia que o Brazil tinha uma historia, quanto mais uma geographia. Quanto á lingua, mal sahiem os meninos tendo de cór aquellas regras dos mestres Corujas.

ciso reformar aquella casa, e pôl-a em outras condições. Em 1837, o presidente Silva Lisboa propõe a suppressão das cadeiras de latim e de philosophia, suggerindo á Assembléa Legislativa da provincia que em logar dessas materias, se creasse um curso de agricultura pratica e veterinaria. Era o primeiro signal de reacção contra a impiedosa rotina.

III. Nesse mesmo anno (1837) havia na provincia 30 escolas primarias (27 para meninos e 3 apenas para o outro sexo), e 5 aulas de latim (inclusive a do Atheneu). Daquellas escolas, porém, só estavam providas as 3 do sexo feminino, e 19 do outro. Nas escolas que funcçionavam a matricula não excedia de 443 alumnos dos dois sexos (do feminino apenas 50). Para uma população de 70.000 almas, essa matricula não representava muito mais de 0,6 por cento; devendo ainda notar-se que nem todos os matriculados frequentavam a escola. Era mesmo enorme a deserção. E isso se attribuia principalmente á falta de professores idôneos. — Em 1840, o numero de escolas para meninas era ainda o mesmo (3); e o de escolas para o outro sexo augmentára de uma, elevando-se agora a 20 providas. A matricula, no emtanto, já era muito maior, sendo de 727 meninos e 107 meninas. — Começa-se então a cogitar do preparo do pessoal docente. O presidente Assis Mascarenhas péde á Assembléa autorização para incumbir um moço de estudar na Escola Normal da provincia do Rio de Janeiro. Tratava-se naturalmente de estudar a organização do Instituto; pois o que já estava mais que reconhecido era a necessidade inadiavel de um curso normal para formação de professores. Passa-se, no emtanto, ainda muito tempo a esperar por isso. — Quatorze annos depois, em 1854, o numero de escolas era, para meninos, de 29; e de 5 para meninas; estas com 185 alumnas, e aquellas, com 1234 alumnos... matriculados. — Mas o espirito dos governantes já se ia impressionando de coisas mais praticas em materia de educação. Em 1858, propunha o presidente Nunes Gonçalves a criação de um educandario para orphãos desvalidos, e outro para orphãos. A Assembléa muito solicita esposou a idéa; e pela lei n. 376, de 9 de Agosto do mesmo anno, creava-se o primeiro estabelecimento. Poz o presidente com muito empenho mãos á obra, e a 2 de Dezembro inaugurava-se o collegio. O nu-

mero fixado de alumnos era de 20, logo nos primeiros dias preenchido. Começou a funcionar em predio alugado, sendo primeiro Director o professor Francisco José Pereira Cavalcante de Albuquerque. A instrucção ali ministrada limitava-se ás primeiras letras, principios de moral e religião, geometria e mecanica industrial, e musica. Ao mesmo tempo que fazia o curso de instrucção, o alumno aprendia um officio. Havia officinas de alfaiate, de sapateiro, de carapina, de pedreiro, de serralheiro, de marceneiro, de canteiro e de tanoeiro. Estas quatro ultimas não foram logo montadas por falta de alumnos. — Já se gastava com o ensino publico em geral 61.000\$000. Não entrava nesta somma o custo de predios para alguns estabelecimentos, taes como os do Atheneu, e o do lyceu que se havia fundado, e para o qual, dado o accrescimo do numero de alumnos que logo teve, se exigiram novas e mais amplas acommodações. — A lei provincial n. 378, de 16 de Agosto de 1858, concedeu o subsidio de 1.200\$000 annuaes a cada um dos estudantes Francisco Gomes da Silva Junior e Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco para estudarem engenharia civil na Europa. <sup>(3)</sup>

IV. De 1870 em diante é que se póde dizer se institue na provincia a causa do ensino popular. Por esse tempo já funcionavam 74 escolas, havendo ainda 16 cadeiras por prover. Já recebiam instrucção elementar 2.518 creanças dos dois sexos. Isto, além dos proveitos de muitas escolas particulares. — Tambem não se esquecia a sorte dos adultos sem recursos; pois em Natal se installava (a 25 de Março de 1870) a primeira escola nocturna, com 38 alumnos. — Em 1868 creára-se a Bibliotheca Publica da capital. A principio encontrou certos

---

<sup>3</sup> Partiram os dois moços a 19 de Março de 1859, com destino a Paris. Nada mais encontramos a respeito delles nos documentos que examinamos. Numas notas, porem, que devemos á obsequiosidade do dr. Nestor Lima, encontra-se a seguinte referencia a um delles: «FRANCISCO GOMES DA SILVA. Nasceu em Natal, no anno de 1836, e falleceu no Recife a 28 de Outubro de 1880. Distincto jornalista, philosopho, jurista e politico». É de crer, portanto, que não tenha chegado a Paris, ou não tenha feito lá o curso de engenharia, e que afinal se tivesse formado em direito em Pernambuco.

embaraços, naturaes a toda instituição nova, extranha aos hábitos da população. Depois, começou a ser frequentada com muito proveito. A exemplo desta primeira, crearam-se algum tempo depois Bibliothecas Publicas em Mossoró, em Assú, e em S. José. — Aspira-se agora a equiparação do Atheneu ao Collegio Pedro II; e nesse sentido os presidentes da provincia se esforçam perante o Governo Imperial. — Começa-se tambem a pensar na construção de predios especiaes para as escolas publicas; e não demorará que se tome decisivamente essa idéa com verdadeiro devotamento e enthusiasmo. — Subia (em 1873) o numero de cadeiras publicas providas para o ensino primario a cêrca de 100, com 4.854 alumnos. Contavam-se ainda 41 estabelecimentos particulares, entre os quaes 22 nocturnos. Para o ensino secundario havia já 15 institutos (11 officiaes e 4 particulares) com uma frequencia total de perto de 200 rapazes. — De 1874 em diante augmentou notavelmente a matricula nos cursos secundarios, devido á criação (a 2 de Outubro de 1873) de uma Delegacia Especial da Inspectoria Geral da côrte. Desde que os preparatorios para a admissão nas academias podiam ser feitos em Natal, ninguem mais havia de fazer fóra os estudos preliminares. Multiplicaram-se assim os cursos propedeuticos em toda a provincia. — Neste mesmo anno de 1873, por lei de 5 de Agosto, decretou-se um imposto cujo producto seria applicado á construção de casas para escolas. Logo no anno seguinte construíram-se em Natal os dois primeiros predios desse genero. Bastou isso para que em outros municipios as proprias populações cuidassem de imitar a capital no auspicioso movimento. Até aos logares inais humildes chegou o enthusiasmo por aquella obra, em que todas as classes á porfia emulavam galhardamente. No povoado de Parelhas, por exemplo (municipio de Jardim do Seridó) o professor José Gomes de Souza, com o concurso da população, conseguiu construir uma boa casa para a escola local. Foi até, por esse relevante serviço, agraciado pelo Governo Imperial com o gráu de cavalleiro da Ordem da Rosa. — Em muitos outros municipios, notavelmente na villa do Principe, em Canguaretama, em Ceará-Mirim, em Mossoró, etc., dir-se-ia que o espirito popular sentia um estimulo novo para tomar a si aquella que se tornára com effeito a causa do dia para todas as populações. Em Ceará-Mirim, um lavrador do municipio, o coronel



Manuel Varela do Nascimento, fez o donativo de 5.000\$000 para a construcção de um predio escolar na villa. <sup>(4)</sup> Emulando com a philanthropia do benemerito fazendeiro, comprometteu-se na mesma occasião o Juiz Municipal do termo, dr. José Ignacio Fernandes Barros, a fornecer o mobiliario para a escola que se ia levantar. E effectivamente o fez, tendo até o capricho de fazer vir dos Estados Unidos todo o material de instalação, o que havia de mais perfeito lá no paiz classico do ensino publico. — Pelo mesmo tempo, os emprezarios da navegação do rio Mossoró offerecem ao governo da provincia 2.000\$000 para a instrucção publica.

V. O anno de 1874 assignala-se pela installação da Escola Normal, a 1 de Março. Tinha sido creada pela lei n. 671, de 5 de Agosto de 1873. <sup>(5)</sup> Este estabelecimento, que desde muito era reclamado como o meio mais pratico de apparellhar o pessoal docente para o ensino primario, de cuja falta se resentia tanto a administração, não deu a principio os fructos que se esperavam. E muito naturalmente, desde que as cadeiras dessa classe continuaram a ser providas mediante concurso livre, isto é, franqueado a todos os candidatos, diplomados ou não. Em taes condições poucos se sujeitavam a tão longos estudos que nenhuma vantagem excepcional lhes offercia. O abandono da Escola Normal não depunha, pois, contra ella, mas contra o regimen. Supprimil-a, como suggeria o presidente da provincia em 1876, teria sido um gravissimo erro. O que convinha era adaptal-a ao fim para que fôra creada. E foi isso o que se fez uns 3 ou 4 annos depois, libertando de concurso, e dando-lhes preferencia, os professores normalistas. Entendeu a administração que seria melhor sacrificar

---

<sup>4</sup> Já se podia dizer ali que não era só a America do Norte que tinha o direito de desvanecer-se dos seus Peabody. Feitos os devidos encontros, a philanthropia dos norte-rio-grandenses, nesta obra especial do ensino, tinha tambem do que orgulhar-se.

<sup>5</sup> Tambem se installava, como já se disse em outro capitulo, a 12 de Agosto (1873) uma Companhia de Aperndizes Marinheiros, que foi logo muito frequentada. Contava, no primeiro anno de funcção, 76 menores. — Algum tempo depois creava-se tambem uma escola regimental para as praças da guarnição.

no momento alguma coisa, para instituir o ensino em melhores condições com professores idoneos. Deixou-se de prover algumas cadeiras que iam vagando, e outras que não tinham frequencia devido a causas que se ligavam ao professorado: e só vieram outra vez a ser providas com pessoal preparado na Escola. — Este movimento salutar começou-se por 1877. Era Director da Instrucção o dr. Manuel Dantas, «tendo até hoje — dizia o presidente á Assembléa Legislativa — exhibido as melhores provas da sua intelligencia e dedicação ao serviço publico». Contavam-se, até um pouco antes, na provincia 69 escolas para o sexo masculino, e 32 para meninas. Pois bem: logo em 1877 deixaram de ser providas 24 escolas, principalmente daquellas primeiras. Enquanto isso, ao mesmo tempo que se garantiam vantagens aos que tivessem o curso norinal, cuidava-se de supprir a falta momentanea de escolas publicas animando a iniciativa particular, que álias foi sempre, mesmo nos tempos da colonia, de grande efficiencia no ensino. Attrahidos pelas disposições com que tanto o governo da provincia como as camaras municipaes nos respectivos districtos, protegiam todo esforço no serviço da instrucção, até alguns estrangeiros cultos appareciam por ali tomando logar entre os disseminadores do ensino. Entre alguns desses estrangeiros que se tornaram conhecidos e benemeritos na terra, conta-se um francez, Louis Carloman Capdeville, que dirigiu na villa de Ceará-Mirim <sup>(6)</sup> um collegio (*S. Miguel*) installado em 1878. — Desde 1874, sustentava a provincia, na Escola de Bellas Artes do Rio de Janeiro, um moço que revelára aptidões para a pintura. <sup>(7)</sup>

VI. Ia-se em breve entrar num periodo, em que mais, pelo que parece, se aspira e aneia do que se trabalha effectivamente. Não era isso, no emtanto, um morbo regional: em todo o paiz se sente o mesmo prurido de reagir contra a rotina, principalmente em questões de ensino popular, que se

---

<sup>6</sup> Logo depois (em 1882) era elevada ao predicamento de cidade, por lei n. 837, de 9 de Junho.

<sup>7</sup> Era o estudante Francisco Lopes Galvão Sobrinho, a respeito de quem nada mais encontramos nos documentos do Archivo.

diria a grande superstição do tempo, absorvente de todas as solitudes e dedicações. Os presidentes de provincia iam da cõrte com a preocupação de alguma coisa fazer pela instrucção, como si reflectissem por toda parte o pensamento dominante. Os que nada faziam pela causa suprema do dia nada tinham feito, nem dado provas de si. É evidente que muito raros poderiam indicar trabalhos realizados; mas a todos era facil sahir discretamente proclamando, em termos patrioticos, a sua adhesão ao sagrado ideal. Com um pouco de rabulice litteraria tudo se conciliava. Dahi a nota de rigor em todos os relatorios. — Afinal, não deixava mesmo isso de produzir algum bem. Trazer sempre muito viva, no espirito das populações, a questão do ensino, de certo que já era alguma coisa. Os mais afoitos, quando nada era possivel no terreno pratico, inventavam uma reforma, coisa talvez um pouco menos idealista que uma simples longa prosa de mensagem. E então dava-se quasi ordinariamente o caso, na maioria das provincias, de fazer cada presidente a sua reforma do ensino. É excusado dizer que nenhuma dellas, em regra, adiantava coisa alguma. Nem era mesmo isso o que se queria, nem sempre; mas deixar vestigios de uma fecunda administração, que recommendasse o administrador... E assim se ia vivendo, e se viveu até o fim. — No Rio Grande do Norte, a primeira reforma que se fez foi a de 1881. Por ella creou-se o Conselho Litterario, com delegados em todos os municipios. <sup>(8)</sup> O mais ficava no mesmo. E o estado da instrucção — dizia o presidente da provincia — «era desanimador». Tinha passado o periodo de entusiasmo de uns 10 annos antes. — Dali a uns dois ou tres annos, nova reforma. Supprime-se o Conselho e as delegacias litterarias. Cream-se muitas cadeiras em todos os povoados e bairros, e nomeam-se grande numero de professores, não normalistas e sem concurso. É principalmente para isso que serviam as reformas. — Mas um vice-presidente que veio depois, o dr. Alvaro Costa, declarou sem effeito essa reforma e todos os actos que tinham sido expedidos em virtude della. <sup>(9)</sup> O fundamento desta resolução era,

---

<sup>8</sup> Eram 30 os delegados litterarios.

<sup>9</sup> Já vimos em outra parte como o vice-presidente Alvaro Costa cassou a nomeação de 29 professores, mandando por em concurso as respectivas cadeiras.

dizia o presidente, o facto de ter sido feita semelhante reforma illegalmente, pois a autorização para isso fôra enxertada nas disposições transitorias do orçamento. O que parece, no emtanto, é que se queria mesmo aquella reforma. Tratou-se, pois, de obter da Assembléa uma autorização regular; e a 11 de Janeiro de 1887 foi expedido o novo Regulamento da Instrucção Publica. Restabeleceu-se por ella o Conselho Litterario, que fôra extinto em 1883; e foram renovadas as nomeações para o magisterio. Elevara-se o numero de escolas em função a 152 (com uma frequencia de 3.382 e matricula de 4.584). — Fôra da acção official, muito pouco se fazia agora. Não se contavam na provincia mais que uns seis estabelecimentos particulares. — É nestas condições que o novo regimen vai encontrar no Rio Grande do Norte o ensino publico.

## CAPITULO XXVI

### A IMPRENSA ATÉ 1900

1. Mesmo depois da independencia, durante muitos annos, passou a propria capital da provincia sem os grandes proveitos da imprensa. Os actos officiaes de maior importancia eram publicados fóra, no Rio, ou nas provincias contiguas. (1) Só nos primeiros tempos da Regencia é que se cogitou de crear em Natal o primeiro periodico. A iniciativa foi do padre Francisco de Britto Guerra, «um dos filhos da provincia que mais serviços lhe prestaram na primeira phase de sua organização politica». (2) Apareceu, com effeito, por principios de 1832, o primeiro periodico que figura na historia da imprensa do Rio Grande do Norte — o *Natalense*. Não havia ainda typographia na provincia. A pequena gazeta era impressa no Maranhão, depois no Ceará, e por ultimo em Pernambuco. (3) — Póde imaginar-se o que seria, por esta circumstancia, aquella tentativa. Não passaria de «amostra do panno», mais despertando curio-

---

<sup>1</sup> Em 1826, o presidente Castro e Silva fez publicar na *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte* umas representações de tamaras, e reclamos «dos povos» a seu favor. Num officio pelo mesmo dirigido ao ministro do Imperio pedindo alviçaras pelos serviços prestados, encontra-se intercalado um eexmplar da edição daquella gazeta, de 25 de Março do referido anno.

<sup>2</sup> Desembargador Luiz Fernandes — *A imprensa periodica no Rio Grande do Norte* (na *Revista do Instituto Historico*, que se publica em Natal). É por este interessante trabalho principalmente que nos vamos guiar neste capitulo. — O padre Francisco de Britto Guerra foi mais tarde senador do Imperio pelo Rio Grande do Norte.

<sup>3</sup> Dr. Luiz Fernandes — op. cit.

sidade, que offerecendo proveitos. Isso mesmo, no entanto, já era alguma coisa, pois fez bem sentida a necessidade de crear-se em outras condições, o novo e poderoso propulsor da vida local. Não demorou que os estímulos insuflados por aquelle ensaio viessem produzir menos fanados fructos. Congregaram-se logo alguns espiritos <sup>(4)</sup>, em torno do pensamento de dar áquelle signal o valor de uma legitima aspiração patriótica; e constituíram uma pequena sociedade mercantil para aquisição de um prélo com o indispensavel material de composição; <sup>(5)</sup> e no dia 2 de Setembro desse mesmo anno (1832) installava-se na capital a Typographia Natalense. <sup>(6)</sup> Ahi «passou então a ser impresso, com o mesmo nome, aquelle filho errante do jornalismo indígena». — Mas essa officina era muito rudimentar, e os artistas não pareciam muito mais que aprendizes, ou mesmo simples curiosos. O jornal sahia horivelmente mal impresso. As publicações officiaes continuaram a ser feitas fóra da provincia quasi sempre, até 1878, data <sup>(7)</sup> em que passaram a fazer-se em Natal definitivamente. Até em Ouro

---

<sup>4</sup> Foram Bazilio Quaresma Torreão, José Fernandes Carrilho, e Urbano E. da Silva Costa.

<sup>5</sup> Formou-se a sociedade com o capital de 2.000\$000, dividido em 40 acções de 50\$000. A pequena typographia foi comprada no Recife; e contractou-se no Rio de Janeiro um compositor, o allemão Carlos Eduardo Müller. Este ensinou a alguns moços alguma coisa do officio, e ao cabo de um anno retirou-se. O primeiro relatóriô, que vimos impresso entre os documentos examinados no Archivo Nacional, é o do dr. Dantas Pinagé, em 1838. Sahu da Typographia Natalense (na rua do Meio). A impressão era muito ruim. Provavelmente por isso foram os subsequentes relatorios impressos fóra quasi sempre, em Pernambuco, em S. Luiz do Maranhão, no Rio de Janeiro, em Maceió, e até em Ouro Preto. Em 1852, o relatorio do dr. Cunha foi impresso mesmo em Natal, mas na typographia de J. M. Navarro. Tambem o do dr. Costa Doria em 1858 foi estampado em Natal, na officina do *Liberal Rio-Grandense*; na qual foi igualmente impresso o relatorio do presidente Junqueira, em 1860. O do dr. Leão Vellozo, em 1863, sahu da typographia do *Dois de Dezembro*. — É de 1878 em diante que os relatorios passam a ser definitivamente impressos em Natal, salvo um ou dois que ainda foram impressos fóra.

<sup>6</sup> Custou a typographia 1.590\$000. Deu logo no primeiro anno um deficit de 61\$970, conforme se verifica do respectivo balanço.

<sup>7</sup> Parece que logo depois melhorou alguma coisa; pois é certo que, pelo menos em 1836, ou principios de 1837, sendo director da

Preto mandavam-se imprimir peças officiaes, como aconteceu ainda em 1861 com o relatório do presidente José Bento. — Comquanto não fosse propriamente uma officina de obras, e os seus trabalhos andassem muito longe da perfeição de hoje mesmo nos Estados, prestava, no entanto, a pequena typographia, que se montára, um grande serviço dando como era possível aquelle periodico — o *Natalense* — que foi abrindo caminho a outros esforços. — Muito ao contrario do que se poderia pensar, a apoucada gazeta não se limitava a dar noticias, principalmente de fóra, que interessassem aos leitores: entrava nos casos do dia, discutindo idéas e principios, analysando actos de autoridades, sem mesmo excluir os do governo da provincia. Desse modo exerceu grande influencia em todos os circulos, sobretudo entre os politicos. Sabe-se que naquelles tempos, tanto na côrte como nas provincias, e principalmente nas provincias, o jornal era uma força incomparavelmente maior ainda que hoje. Havia, pôde dizer-se, uma como verdadeira superstição pela lettra de fôrma. Coisa que apparecesse impressa era coisa grave e solenne. Ameaçar alguém de levar um caso ao jornal (de o «pôr nas folhas» — como se dizia) valia mais do que apontar-lhe uma arma de fogo. Por isso mesmo, a função da imprensa em todas as questões, mesmo em todas as luctas civis que agitaram então o imperio, nos dias da Regencia particularmente, teve uma importancia de que hoje nem podemos fazer uma ligeira idéa. E assim se explica a multiplicidade de jornaes, na maioria de vida ephemera, que se publicavam em todas as provincias. Cada partido, cada facção fazia grande empenho de ter o seu órgão de combate, como um centro de acção cuja força todo mundo sentia. E até, logo depois, não se formava um grupo de moços estudiosos nutrindo aspirações litterarias, ou uma associação de classe funcionando com certo entusiasmo, que não quizesse logo consagrar a sua existencia e os seus ideaes por alguma publicação, que o mais das vezes não daria sinão duas ou tres edições, mas que em todo caso já fazia esse grande bem de estimular por um momento tendencias que anceavam por accen-

---

Typographia Natalense o dr. Dantas Pinagé, ali se imprimia os papéis de expediente da Assembléa Provincial, as leis, etc.

tuar-se. <sup>(8)</sup> — O *Natalense* parece que por fim se metteu bem na politica, por mais cautela que tivesse em relação a coisas do governo. Publicou-se durante uns cinco annos <sup>(9)</sup>; e dir-se-ia que tinha vingado no seu meio, como exigencia da vida local, quando em 1837 teve de suspender a publicação, por incompativel com os processos de um presidente que deixou na provincia reputação nada invejavel. <sup>(10)</sup>

II. Alguns mezes depois que começára a publicar-se o *Natalense*, apparecia, impresso na mesma officina, o *Tesoura* (em 1833). Passava como orgão de uma facção politica. Pouco durou, no emtanto. — Muito mais longa duração não teve o *Publicador Natalense*, que parece ter sido um continuador da primeira gazeta publicada na capital. Pelo menos não se esqueceram os seus directores do que tinha acontecido em relação ao *Natalense*, pois o novo jornal trazia no cabeçalho, «como divisa», o § 4.º do artigo 179 da Constituição: «Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras, escriptos, e publicar-os pela imprensa...» etc., — como uma advertencia aos Silva Lisboa que viessem. — Em 1842 já não existia o *Publicador*, nem mesmo a Typographia Natalense, que não se sabe que sumiço levára. — Passam-se agora alguns annos sem nenhuma publicação feita na terra. Os proprios actos officiaes de excepcional importancia são publicados nos jornaes das provincias vizinhas. Levou isto os presidentes a cogitar da fun-

---

<sup>8</sup> Entendem alguns pessimistas que isso era mais um vicio ou mania do que propriamente desejo de esclarecer a opinião ou de proclamar as boas causas. Mas é uma perfeita illusão supôr que esses jornaes de provincia servissem mais para divertir que para aconselhar. Quantos dos homens que vieram a figurar na politica do Imperio, e até nos movimentos litterarios dos grandes centros tinham feito o seu primeiro apprendizado na pequena imprensa das provincias!

<sup>9</sup> Segundo o desembargador Luiz Fernandes, o *Natalense* dizia-se jornal «politico, moral, litterario e commercial».

<sup>10</sup> Esse presidente foi o dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, a quem já tivemos ensejo de referir-nos em outro capitulo. Diz o dr. Luiz Fernandes que «era cognominado — o *Parrudo*», e «que por seus repetidos actos de prepotencia e libidinagem, foi (como já vimos) assassinado no dia 11 de Abril de 1838, na propria choupana de suas entrevistas amorosas, no sitio *Passagem*, suburbio desta cidade».



dação de uma imprensa official. Compraram-se, em 1847 ou 48, os tipos; mas faltava o prélo. — É afinal a lucta dos dois partidos, que se haviam integrado durante a Regencia, que vem tornar sentida fortemente a necessidade de imprensa. Foi a opposição conservadora (*saquarema*) que iniciou campanha contra os liberaes (*luzias*), fazendo publicar o *Nortista*, que era impresso no Ceará. Por isso mesmo pouco successo teve, pois apparecia de quando em quando, perdendo quasi sempre de oportunidade o que vinha a ser publicado. Inscrevia no alto da primeira pagina o lemma, que era expressivo da orientação do partido — MONARCHIA E LIBERDADE. <sup>(11)</sup> — Alem dessa, faziam os conservadores correr outra folha, o *Brado Natalense*, que se sabia redigido pelo dr. Dantas Pinagé. <sup>(12)</sup> — Por sua vez, entenderam os liberaes que precisavam tambem de um órgão de defesa e de ataque, e mandaram tirar, na capital do Maranhão, o *Sulista*. <sup>(13)</sup> Era este dirigido pelo proprio dr. Moraes Sarmento, que disputava na occasião uma cadeira de Deputado pelo Rio Grande do Norte. — Passado o pleito eleitoral, cessaram essas folhas.

III. Mas o prurido de publicidade ia cada vez mais vivo, principalmente entre os politicos; e para mais assanhal-o concorria agora mais uma tentativa como aquella de Quaresma Torreão em 1832. Conseguiu J. M. Navarro, em 1851, montar uma officina typographica, mediante o concurso de alguns chefes conservadores, entre os quaes o dr. Jeronymo Cabral e seus irmãos, que eram os mais exaltados. Nessa modesta typographia imprimiu-se, em 1852, o relatorio do presidente dr.

---

<sup>11</sup> Os liberaes inverteriam apenas os termos, dizendo — LIBERDADE e MONARCHIA. Os proprios conservadores, aliás, no ostracismo, não duvidariam em fazer a inversão; assim como os outros, quando no poder, não se recusariam a mudar o seu.

<sup>12</sup> Este dr. João Valentino Dantas Pinagé tinha occupado já, havia mais de 10 annos, o governo da provincia como 2.º vice-presidente. Era agora juiz de direito da comarca de Imperatriz, e por esta razão não figurava ostensivamente como redactor da folha. Parece que era um homem de temperamento irrequieto e combativo.

<sup>13</sup> Tambem foram impressos alguns numeros em Pernambuco. O dr. Luiz Fernandes dá este como um novo jornal, com o mesmo titulo do que se imprimia no Maranhão.

José Joaquim da Cunha, apresentado á Assembléa Provincial. Ali se imprimiram tambem as leis e demais actos do governo. — Surgiram logo, em 1851, varios periodicos impressos nessa officina: o *Constitucional Nortista*, o *Clarim Natalense*, e o *Paladino*, dos quaes só um, o *Clarim*, subsistiu até 1852. É excusado dizer que eram todos do partido conservador. — Os liberaes sentiram-se tolhidos e affrontados, sem contarem com jornal que os defendesse. Para isso era preciso montar tambem uma officina propria; e o dr. Moreira Brandão, chefe liberal, com o concurso dos correligionarios, dentro de poucos mezes installava a sua Typographia Nacional, onde começou, ainda em 1851 (a 7 de Setembro) a publicar-se o *Argos Natalense*, como órgão do partido. Em 1852 passou este periodico a intitular-se *Jaguary*, como se sabe nome indigena do indio Simão Soares, que no tempo dos flamengos se havia celebrizado pela fidelidade que guardou aos portuguezes, comquanto tivesse contra estes grandes motivos de queixa. Trazia, por isso, o *Jaguary*, «no alto da primeira pagina, a figura de um robusto indio hasteando com garbo uma bandeira, na qual se lia a palavra CONSTITUIÇÃO». — Neste anno de 1852, vieram á tona, e com a mesma instantaneidade afundaram, nada menos que mais dez periodicos. <sup>(14)</sup> A unica coisa que deixaram parece que foram os nomes. — Esse enxame de publicações dá idéa de como andava por ali em ebulição o espirito publico. Era tal a ancia de *dizer* — que, não sendo facil imprimir, começaram a pullular folhas manuscritas, uma forma do velho pasquin, talvez não menos odiosa que a antiga. <sup>(15)</sup> — Tambem tão vivo enthusiasmo era natural que não durasse muito. Nenhum daquelles tentames deu mais que

---

<sup>14</sup> Foram: o *Campones*, a *Careta*, o *Corujão*, o *Jacaré*, o *Fagote*, o *Jurupary*, a *Matraca*, o *Morcego*, o *Mosquito*, e a *Rosa*.

<sup>15</sup> «Como vêm os leitores, o restabelecimento da imprensa no Rio Grande do Norte foi recebido com enthusiasmo pelos natalenses, que em pouco mais de um anno atiraram á luz da publicidade nada menos de 15 periodicos, entre politicos, com pretensões a litterarios, ou simplesmente recreativos. Eram frageis borboletas da imprensa, que desappareciam apenas ensaiavam os seus primeiros vôos no ceu das letras patrias. Mas nasceram e viveram, e isto basta para encarecer-nos o esforço e a boa vontade de seus redactores». (Dr. Luiz Fernandes).

umas poucas edições; todos acabaram em 1852. E o furor amainou. Só dahi a uns quatro annos é que vem um novo jornal, o *Liberdade*, orientado pelos liberaes. Publicou-se até os primeiros mezes de 1857. — Em 1858, ainda como órgão liberal, sai o *Rio-Grandense do Norte*, que durou uns quatro annos. <sup>(16)</sup> — Por sua vez, como sempre acontecia, deram os conservadores a sua folha, o *Dois de Dezembro*, cujo titulo explica os sentimentos que o tinham feito nascer. <sup>(17)</sup> Encetára a sua publicação em principios de 1859; e desappareceu em 1862.

IV. De 1860 em diante raramente declina aquella febre de publicidade. Da esphera politica vai passando a outros circulos, e pondo em agitação todas as ambições de renome. Naquelle mesmo anno, sahiram dos prelos uns tres periodicos: o *Artilheiro*, o *Natalense*, e o *Estudante*. Os dois ultimos diziam-se criticos e recreativos. O *Estudante*, como o nome está dizendo, era um pequeno quizenario de rapazes, discolos ou despeitados do *Natalense*. O pronunciado espirito de discussão e de combate creava a mania dos grupos, da qual ficava sempre alguma coisa de util. — Além dessas folhas impressas, distribuiam-se tambem outras tantas manuscriptas — todas com pretensões litterarias, que se reduziã a troças com os collegas e a glosa de casos locaes. <sup>(18)</sup> — Em 1861, continuou ainda por mezes a publicar-se o *Estudante*, e mais tres novos — o *Recreio*, o *Beija-Flôr*, e o *Professor*. O *Beija-Flôr* era jornal de moços, e substituiu o *Estudante*. Puzera-se logo de birra com o *Recreio*, que pertencia a outro gremio de estudiosos. Estes mostravam-se mais ponderados que «os meninos do *Beija-*

<sup>16</sup> Era redigido pelos drs. Moreira Brandão, Luiz Carlos Wanderley, Vicente Ignacio Pereira e Luiz Rodrigues de Albuquerque.

<sup>17</sup> Muita gente estará esquecida de que o dia 2 de Dezembro era o natalicio de D. Pedroll. A direcção politica do novo jornal era do dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante, «um dos chefes de mais prestigio da provincia no regimen decahido».

<sup>18</sup> Diz o dr. Luiz Fernandes que leu o 2.º numero de um desses jornaesinhos, a *Lanterna*; e que este attribuiu ao apparecimento do seu 1.º numero a publicação de dois outros — o *Espalha-Brazas* e o *Alfange*.

*Flôr*», que eram mais travessos que outra coisa». O *Recreio* era feito com mais gravidade, e obedecia a intuitos mais legitimos; e do numero de seus redactores destacavam-se jovens que vieram a ser mais tarde dos melhores nomes da litteratura do norte, e alguns até grandes figuras na alta politica do Imperio, como o celebre orador parlamentar e jornalista politico, padre João Manuel. Entre os que se fizeram reputação litteraria, estavam os poetas Lourival Açucena e Francisco Othilio, e d. Isabel Gondim. — O *Professor* nada tinha com o magisterio: presumia exercer funções de mestre, e de palmatoria em punho, mas só contra a rapaziada esturdia do *Beija-Flôr*. — Dentro do mesmo anno de 1861 acabaram todos esses pyrilampos do jornalismo. — Em 1862 apparecem quatro novas gazetas: o *Correio Natalense*, o *Progressista*, o *Barbeiro*, e o *Arrebol*. Os tres primeiros eram politicos: um do partido conservador (o *Correio*); o *Progressista*, órgão do partido da Liga no Rio Grande do Norte; <sup>(19)</sup> e o *Barbeiro*, dos liberaes intransigentes, que fizeram opposição desabrida ao presidente Leão Velloso. <sup>(20)</sup> — A quarta publicação deste periodo (o

<sup>19</sup> Em 1862 formou-se o ministerio chamado *da liga*, constituido sob a influencia do Marquez de Olinda e Marquez de Abrantes (30 de Maio). A tentativa inspirada pelo imperador durou até 15 de Janeiro de 1864, quando cahiu o ministerio da liga, organizando-se o ministerio liberal com Zacarias. Esses manejos repercutiam nas provincias, onde se formou, com fracções dos dois partidos, o partido «progressista».

<sup>20</sup> Para ter-se uma idéa dos destemperos de linguagem com que este, sobretudo, aggreidia o presidente e os seus amigos, basta citar o seguinte trecho do artigo de apresentação: «Tenham paciencia, meus senhores, que o destino do *Barbeiro*, é forte, e ninguem o demove do seu proposito. O *Barbeiro*... ha de barbear... ha de barbear. Tudo, ou quasi tudo neste mundo é destino ou fatalidade. Nascem uns com vocação... de caloteiros... ou de grandes bandalhos; outros com a bôça (*sic*) da falsidade... ou da adulação, da picardia, da vileza: o que muito é, pois, que o *Barbeiro* seja naturalmente dotado da mania de escanhoar a todos esses bipedes pretenciosamente racionaes? Eis ahí, pois, a explicação de sua profissão. E ninguem se engane: os *Cambaios*, os *Tamanduás* ou *bobos de palacio*, os *Ferreiros da maldição*, ou *rabos de ovelha*, os *Etiopes nedios, niveos*, os *Papa-meis* (baixas alcu-nhas com que o terrivel escanhoador mimoseava o presidente Leão Velloso e seus amigos) tudo enfim quanto fôr sendeiro, ou idiota,

*Arrebol*) era semanal, distribuindo-se aos domingos. — Durante os annos de 1863 e 1864 só se publicaram em Natal dois jornaes novos <sup>(21)</sup>, pois o *Correio Natalense* durou até 1868, e o *Progressista* até 1866. — Neste mesmo anno começou a publicar-se sob o primitivo titulo de *Rio Grandense do Norte*, com que apparecêra em 1858 (durando até 1862) como órgão do partido liberal. Desfizera-se a Liga, e os dois partidos constitucionaes retomaram o seu posto de combate. Alguns dos membros do partido progressista aproveitaram agora, no entanto, o ensejo de se filiarem no partido de que antes tinham sido adversarios. — O *Rio-Grandense do Norte* já era bi-semanal, e durou até 1869.

V. Com a ascensão do partido conservador em 1868, tratou-se em todas as provincias de arregimentar o partido liberal, que muito despeitado deixára o poder, onde se mantivera apenas por uns dois annos e meio. No Rio Grande do Norte é um antigo conservador que se incumbiu de promover e dirigir a formação do directorio liberal. Começou o dr. Amaro Bezerra por mudar para o de *Liberal do Norte* o titulo do periodico que continuava a publicar-se desde 1862 como órgão conservador. <sup>(22)</sup> — Revidaram logo os adversarios ao movimento dos liberaes, publicando o *Conservador*, sob as vistas de uma das correntes em que se dividira o partido. Resentidos com o presidente Pedro de Barros, que mostrava preferencias pela facção dos Cabraes, resolveram os chefes da facção contraria (a dos *bonifacistas*) suspender a publicação do jornal. Em 1870 conseguiu o novo presidente Carneiro da

---

estupido, ou jumento, como, por exemplo, uma *Pinta-cega*, será digno da navalha do *Barbeiro*».

<sup>21</sup> Foram: o *Guarda Nacional* (em 1863), e o *Atalaia* (1864), tendo este a particularidade inverosimil de ser gratuito...

<sup>22</sup> O dr. Amaro Bezerra explicou a sua posição, dizendo-se «encarregado pelo Centro Liberal da Côrte de promover a instalação e organização do directorio do partido nesta provincia, commissão que sobretudo prezava, não só como uma distincção pessoal, mas principalmente porque se lhe dava occasião e meios de servir mais effizamente a idéa liberal e a causa do partido a cuja sorte o unia indissoluvelmente o mais subido ponto de honra e com o qual o identificava o baptismo da adversidade commum». (Dr. Luiz Fernandes).

Cunha harmonizar os dissidentes; e então reappareceu o *Conservador*, como órgão do partido. Pelos fins de 1872, suspendeu outra vez a publicação. — Passaram-se uns dez ou onze mezes sem folha official, não tendo, portanto, nem os actos do governo a necessaria publicidade. Em Outubro de 1873 reenceta o *Conservador* a sua publicação, vivendo agora até 1881. — Em 1870 só deu signal de vida o *Lirio*, «fructo de velleidades de moços esperançosos», e que não durou mais que alguns mezes. — Em 1871, sai o *Parasita*, folha tambem litteraria. — Em 1872 relampejou o *Constitucional*, dizendo-se órgão conservador, mas de facto, creado só com o fito de auferir proveitos das subvenções officiaes. Mudadas as coisas com a posse de novo presidente, cessou a publicação no mesmo anno, passando o *Conservador* a entrar no cofre das graças. — Com este competia o *Liberal do Norte*, que trocára em 1872 o titulo pelo de *Liberal* simplesmente, e sob a direcção agora do dr. Moreira Brandão, por se haver o dr. Amaro Bezerra retirado da provincia. Com frequentes, mas curtas interrupções, publicou-se o *Liberal* até 1883, batendo até então na provincia o *record* de longa vida. — O anno de 1873 só viu dois novos jornaes — o *Baliza*, humoristico, e a *Luz*, folha de propaganda maçonica, distribuida gratuitamente uma vez por semana. Este vinha combater principalmente o clericalismo, assanhado com a famosa questão dos bispos. <sup>(23)</sup> E acabou com ella. — Em 1874 sahia, como órgão de uma associação litteraria, a primeira revista que se publicou em Natal, o *Echo Miguelino*, redigida por uma pleiade de moços, a cuja frente estavam José Theophilo Barbosa e Joaquim Fagundes. — <sup>(24)</sup> — Em 1875 apparecia uma folha independente,

---

<sup>23</sup> Dizia no seu artigo-programma (a 1 de Março de 1873): «Um semelhante titulo (*A Luz*) nenhuma idéa pretenciosa envolve. O seu fim é combater a hypocrisia, a ambição, a avareza e os embustes dos Jesuitas; mostrar que as doutrinas maçonicas, longe de estarem em antagonismo com as de Jesus Christo, como elles e o sr. Bispo (d. Vital) pretendem fazer acreditar, antes com ellas prefeitamente se harmonizam; e finalmente que são elles, e não os maçons, que se acham fóra da lei evangelica».

<sup>24</sup> Poder-se-ia só por esta publicação julgar do largo espirito daquella mocidade natalense. — Veremos isso no capitulo seguinte.

a *Voz do Povo*, declarando-se *orgão de crenças livres*. Sentiu-se que este euphemismo — crenças livres — disfarçava tendências republicanas. — Nesse mesmo anno publicaram-se mais quatro novos periodicos <sup>(25)</sup>, entre os quaes se destacou o *Iris*, fundado por Joaquim Fagundes. Publicava-se duas vezes por mez; era dedicado ao bello sexo; e trazia como lemma a phrase de m. de Stael — O GENIO NÃO TEM SEXO. Durou até 1876; e pode-se dizer que morreu com o esparçoso e mallogrado espirito de que foi o ultimo esforço. — Nesse mesmo anno appareceu um novo jornal da mocidade natalense, o *Potengy*. Era impresso na officina do *Conservador*, e dizia-se litterario e noticioso, fazendo grande questão de não se immiscuir em coisas da politica. Nem por isso, no entanto, se livrou da megera, começando por admittir em suas columnas uns artigos e correspondencias que eram do agrado dos liberaes, e que por isso mesmo irritaram os politicos do outro partido, cujo orgão não titubeou em ameaçar os rapazes de fechar-lhes as portas da officina que tão de boa vontade se lhes franqueára, mas «onde não se dá entrada a demolidores da obra em que ali se trabalha». A corrigir-se do seu desaperecimento, preferiu o *Potengy* desaparecer.

VI. Os liberaes deram em 1877 um novo jornal, o *Ceará-Mirim*; mas de pouca duração. Substituiu apenas o *Liberal* em uma das suas interrupções. — São ainda desse tempo a *Situação* e a *Rosa*; este, pequeno jornal de estudantes. A *Situação* dizia-se orgão conservador, comquanto não fosse official do partido. <sup>(26)</sup> — Nenhum desses periodicos passou de

---

<sup>25</sup> Foram o *Iris*, o *Alpha*, o *Crepusculo*, e o *Espirita*; os 4 primeiros de feição litteraria; e o ultimo, como lhe resalta do titulo, dedicado á propaganda da moderna feição da philosophia espiritualista.

<sup>26</sup> A *Situação* era de iniciativa e de redacção do dr. Henrique Camara. Este, que até então redigira o *Conservador* (que era o orgão do partido) entendeu de retirar-se por motivo de melindre moral, no dia em que o governo da provincia, no contracto para a publicação dos actos officiaes, exigiu do proprietario da officina a clausula de que o jornal *nada publicaria contra o governo*. É certo tambem que havia já sobrevindo uma certa desintelligencia entre o dr. Camara e o presidente da provincia, dr. José Nicoláu Tolentino de Carvalho.

1877. — No anno seguinte, o velho liberal João Carlos Wanderley, espirito combativo, e apaixonado pela vida de imprensa, fazia correr o *Correio de Natal* <sup>(27)</sup>, «folha politica, moral e noticiosa». Durou até a quêda da monarchia. — Em 1879 publicou-se a *Reforma*, órgão liberal, mas em divergencia com o jornal do partido, que hostilizava o presidente da provincia. Em 1883 cedeu o logar ao órgão do partido. — De 1880 a 1885, fagulharam, como pyrilampos, chusmas de jornalecos, quasi todos humoristicos, feitos por grupos de moços. <sup>(28)</sup> Alguns eram, no emtanto, bem redigidos. Traziam até producções, em prosa e em verso, que não eram inferiores ao que hoje se vê na boa imprensa do tempo. <sup>(29)</sup> O *Liberdade*, que é dessa epoca, era órgão liberal. Durou mais de quatro annos, e só cahiu em 1889, com o advento da Republica. <sup>(30)</sup> Em 1886

---

<sup>27</sup> Viera Wanderley outra vez para a capital, sahindo da cidade de Assú, onde havia fundado um jornal em 1867, e que durára uns dez annos.

<sup>28</sup> Foram, em 1880, o *Alviçareiro*, e a *Idéa*; em 1881, a *Luz*; em 1882, a *Juventude* e a *Mocidade*; em 1883, a *Aurora*, a *Gargalhada*, o *Gaiato*, e o *Echo Juvenil*; em 1884, a *Actualidade*, e o *Cri-Cri*; em 1885, o *Pandego*, e a *Liberdade*.

<sup>29</sup> O *Pandego*, por exemplo, inseria no seu numero 10.º annuciado que ia morrer, o seguinte: «Dizem os nossos poetas e os afamados philosophos: *Victor Hugo não morren!* Eis uma novidade que já nos tardava. Mas a verdade, e verdade cruel, é esta: o *homem seculo* disse adeus a sua netinha Joanna, pediu uma oração a todas as almas, cerrou os olhos, e lá se foi... deixando para sempre este mundo, tão cheio de *brocas*, *minhocas* e *pororocas*. Querem saber de uma coisa? Muito mais feliz que o exilado de Jersey foi o *Pandego!* É serio. Não riam. Porque o *Pandego* annunciou a sua morte; disse no n.º 10 que ia morrer, e chegou a escrever o seu *epitaphio* em composição tarjada; e, quando todos o julgavam frio, gelado, defunto, em putrefacção talvez — eil-o a quebrar a tampa do seu tumulo, surgindo da feral mansão, de olhos arregalados, respirando mais que uma baleia. Isto, sim, é que é *não morrer!*»

<sup>30</sup> O redactor do *Liberdade*, dr. Amaro Bezerra, retirou-se então da politica, e algum tempo depois veio a fallecer no Rio de Janeiro. Delle diz o desembargador Luiz Fernandes: «O dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante nasceu em Pernambuco no dia 15 de Janeiro de 1825; formou-se em direito pela faculdade de Olinda em 1847, e veio no anno seguinte para o Rio Grande do Norte, onde fez toda a sua carreira politica, tendo sido eleito deputado á Assembléa Geral em oito legislaturas, e em seis á Assembléa Provincial».



apresentam-se duas gazetas — o *Cara-dura* e o *Sorriso*. O primeiro era satirico, e zurzia impiedosamente os politicos, sobretudo os liberaes. <sup>(31)</sup> O *Sorriso* era puramente litterario. — Em 1887 só apparecêram pequenas folhas consagradas ás letras; <sup>(32)</sup> entre as quaes o *Albatroz*, que era orgão do «Club Primeiro de Maio», e o *Cysne*, do «Comité Litterario». — Em 1888 publicaram-se: a *Gazeta de Natal*, o *Boletim da Libertadora Norte-Rio-Grandense*, o *Cascabulho*, e o *Corisco*. O primeiro desses jornaes era propriedade do padre João Manuel, e redigido por um parente deste, o dr. Oliveira Santos, e pelo dr. Antonio de Amorim Garcia. A *Gazeta de Natal*, como toda a imprensa dos dois partidos em todas as provincias, «defendeu o throno até os ultimos momentos da monarchia». <sup>(33)</sup> — A segunda dessas publicações era orgão da So-

---

<sup>31</sup> Para amostra aqui registamos o seguinte que nos dá o desembargador Luiz Fernandes:

#### CANÇÃO DE UM CARA-DURA

Passarei vida alegre e feliz,  
Navegando num mar de ventura:  
Fui nortista e tambem liberal  
E me ufano de ser cara-dura.

Sem a teta não posso passar;  
Quem não gosta de estar no poder?...  
Quem não sabe levar esta vida  
Venha, venha commigo aprender.

Uma carla filada eu terei  
Para as trevas do mundo espancar,  
Mesmo sendo um juiz em Argel,  
Cara-dura sempre hei de ficar.

Não importa que o mundo me aponte  
Como chaga nojenta, sem cura;  
Eu detesto os doestos do mundo  
E me ufano de ser cara-dura.

<sup>32</sup> O *Albatroz*, o *Cysne*, o *Veritas*, e o *Pigmeu*.

<sup>33</sup> «Quando — escreve o dr. Luiz Fernandes —, em principio de Julho, sob a direcção do dr. Pedro Velho, appareceu a *Republica*, presurosa sahiu-lhe ao encontro a *Gazeta de Natal* defendendo o partido conservador e os seus chefes de accusações que lhes fazia o orgão do nascente partido republicano, «sahido — como dizia — da phantasia de sonhadores *sans culottes*; e ainda a 16 de Novembro, publicando o seu numero 144, mantem-se no mesmo posto, e nenhuma

cidade Libertadora Norte-Rio-Grandense. Fôra essa sociedade fundada a 1 de Janeiro de 1888, pelo dr. Pedro Velho. Consagrava-se com enthusiasmo á causa da abolição, e teve grande successo em toda a provincia. Alguns dias depois de installada, deu o seu primeiro *Boletim*, publicando um manifesto ao povo rio-grandense, pregando altamente a extincção immediata da escravatura. Tal foi a influencia desse grupo de philanthropos e patriotas nos sentimentos geraes da população que em poucos mezes estavam redimidos os municipios de Mossoró <sup>(34)</sup>, de Caraúbas <sup>(35)</sup>, e de Triumpho <sup>(36)</sup>; as cidades de Assú, da Penha, e do Jardim; as villas de Macayba e de Papary, e o povoado de Utinga. Nesses logares não havia mais escravos desde 8 de Janeiro de 1888. Quando se promulgou a lei de 13 de Maio, cêrca de metade dos municipios da provin-

palavra diz sobre os notaveis acontecimentos que na vespera mudaram completamente as instituições politicas do paiz. Firmada, porem, a Republica, aceitou-a a *Gazeta* como um facto consummado, e continuou por mais um anno; mas já não figuravam no cabeçalho os nomes dos redactores; por divisa tinha adoptado a da bandeira republicana — ORDEM E PROGRESSO —, e publicava-se somente aos sabbados».

<sup>34</sup> «Foi o primeiro municipio — diz o dr. Luiz Fernandes — que se libertou na provincia. Esse acontecimento, que os mossoróenses solennizaram com muitas festas e grande enthusiasmo, e é hoje perpetuado por uma pequena estatua da Liberdade, erecta na praça da Redempção da bella cidade séde do municipio, realizou-se no dia 30 de Setembro de 1883».

<sup>35</sup> Livre a 30 de Março de 1887, a esforços do popularissimo e muito estimado parcho da freguezia, conego Pedro Soares de Freitas, que, sem associação abolicionista, nem auxilio de qualquer outra especie, mas servindo-se unicamente de seu prestigio pessoal, de sua palavra eloquente e cheia de amor, conseguiu que os seus parochianos, levados por um sentimento de piedade christã, proclamassem livre a sua terra, mais de um anno antes que a lei declarasse extincta em todo o paiz a negra e ignominiosa mancha da escravidão». (Dr. Luiz Fernandes).

<sup>36</sup> «A Caraúbas seguiu de perto o municipio do Triumpho, ou Campo Grande, como é vulgarmente conhecido, libertando-se completamente no dia 25 de Abril daquelle mesmo anno (1887): para o quê muito concorreu a propaganda activa e patriotica da sociedade abolicionista que se organizou no municipio sob a presidencia do digno cidadão Francisco Pinheiro de Almeida Castro». (Dr. Luiz Fernandes).

cia estavam livres, devendo notar-se que a Libertadora contava proclamar até 31 de Dezembro do referido anno a redempção completa da provincia. Basta ver que a lei aurea encontrou apenas no Rio Grande do Norte uns 300 e poucos escravos, de perto de 4.000 que subsistiam ao encetar-se o trabalho daquella sociedade.

VII. Em 1888 publicaram-se mais dois jornaes novos — o *Cascabulho*, órgão do club «Vinte e seis de Abril», formado por estudantes; e o *Corisco*, folha humorística, emula daquella primeira. — Em 1889 sahiram o *Punhal*, o *Primeiro de Março*, o *Periquito*, o *Tentamen*, a *Republica*, a *Inspiração*, o *Norte--Rio-Grandense*, e o *Porvir*. De todos era o mais importante a *Republica*, que o dr. Pedro Velho fundava algum tempo depois da abolição. Deve-se recordar que no Rio Grande do Norte já havia muitos republicanos, e até subsistiam ali muito vivas as tradições das velhas luctas de 1817 e 1824. Facto curioso é, naquelles tempos, o de já publicar-se, numa cidade do interior (a do Principe) um jornalzinho (o *Povo*) com tendencias francamente republicanas. — No mesmo anno em que se organizava em Natal o novo partido, apparecia, como seu órgão, a *Republica* (a 1 de Julho de 1889).<sup>(57)</sup> — Sob o novo regimen, passou logo a *Republica* a ser

---

<sup>57</sup> Segundo o dr. Luiz Fernandes, a *Republica* imprimia-se na officina do *Correio de Natal*. Havia o illustre norte-rio-grandense dr. Ferro Cardoso, residente em Paris, offerecido ao partido republicano da provincia um pequeno prelo; mas este nenhum serviço prestou por ter chegado a Natal quebrado. Teve-se por isso de recorrer á typographia daquella gazeta. A *Republica* tinha o seu escriptorio á rua Visconde do Uruguai n. 6; sahia todas as segundas-feiras; e custava a assignatura annual 5\$000. «Era bem escripta, e foi bem recebida pela imprensa local, excepção da *Gazeta de Natal*, que, considerando-a producto da phantasia de sonhadores *sans culottes*, logo lhes sahiu ao encontro, defendendo o throno e o partido conservador, de que era órgão, das accusações que lhes fazia o novo paladino da imprensa indigena». Até a queda da monarchia, deu a *Republica* 20 edições. De 15 de Novembro em diante passou a ser folha official, tendo o dr. Pedro Velho adquirido a propriedade da officina onde era impressa, e que era do velho Wanderley. — Em 1897 passou a publicar-se a *Republica* diariamente.

folha official do governo do Estado, até 1891. <sup>(38)</sup> — Dos outros jornaes, que se começaram a publicar em 1889, só o *Norte-Rio-Grandense* era politico. Dizia-se «democrata sem jaça, e francamente republicano»; mas parece que fazia o proposito de ser «imparcial» — o quê significava certamente que não morria de amores pela nova situação sobrevinda. — Em 1890 iniciaram sua publicação nada menos de dez jornaes. <sup>(39)</sup>. Quasi

---

<sup>38</sup> Ao celebrar o seu primeiro anniversario a 1 de Julho de 1890, dava o seguinte: «Foi no dia 1 de Julho do anno passado que a Republica appareceu na imprensa, movimentando o espirito democratico, que despontava em nosso horizonte com o suave diluculo do glorioso dia 15 de Novembro. Eram então bem poucos os crentes da idéa nova, e a orthodoxia monarchica impunha aos seus adeptos e *janisaros* os mais rigorosos preceitos. O visconde de Ouro Preto assumira a alta administração do Estado assignando com os representantes da monarchia o solemne compromisso de exterminar os republicanos, e amordaçar por esse modo a propaganda democratica. A esta capital já haviam chegado o celebre presidente Fausto Barreto e o seu *fidus Achates* dr. Amaro Bezerra, com uma *legião* de sobrinhos e *filhotes* congeneres... Vinham inaugurar o dominio despotico de que os investira o orgulhoso estadista que organizára o gabinete 7 de Junho. O dr. Amaro Bezerra allegava *posse velha de quarenta annos* como titulo á sua dominação: os sobrinhos entravam no dominio desta terra... simplesmente *par droit de naissance*... A sêcca attingia o seu apogeu... Ensaiaava-se... o trabalho eleitoral. Para logo, os arautos do despotismo, simulando os *bandos* do antigo governo absoluto, fizeram sentir, de localidade em localidade, que os republicanos não teriam quartel, constituíam um partido fóra de toda protecção legal... A violencia começou, e dentro de pouco tempo recrudesca de maneira espantosa... Foi em tal conjunctura, affrontando as iras do poder arrogante, corrompido e corruptor, arcando valentemente com difficuldades de toda sorte, que o nosso digno chefe, dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, fundou este periodico, que redigiu até o dia 15 de Novembro, apenas ajudado por seu irmão, o nosso talentoso collega Augusto Maranhão». — Em 1891, começou a ser a *Republica* redigida por uma commissão composta dos drs. Nascimento Castro, Ferreira Chaves Filho, Braz de Andrade Mello e Augusto Maranhão, sob a direcção do dr. Pedro Velho. Nomeado desembargador do Superior Tribunal de Justiça, deixou o dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho a redacção, em Julho de 1892. Em 1895 (Abril) entraram a redigir a *Republica* os drs Tavares de Lyra e Eloy de Souza.

<sup>39</sup> Foram: o *Vigia*, a *Sentinella*, o *Diario de Natal*, a *Evolução*, o *Rio Grande do Norte*, a *Tribuna Juvenil*, a *Patria*, o *Potiguarania*, a *Mocidade*, e o *Quinze de Novembro*. Quasi todos surgiam

todos desapareceram dentro de mezes. O unico que viveu alguns annos foi o *Rio Grande do Norte*. Era de caracter politico, dizia-se órgão republicano, e parece que disfarçava intuitos como o *Norte-Rio-Grandense*. <sup>(40)</sup> — Em 1891 só se publicaram dois jornaes novos — o *Santelmo* e o *Artista*. Durou o primeiro até 1893, inclusive uma interrupção de uns oito mezes; e era mais dialectico e litterario que politico. O *Artista* era «órgão democratico», e dedicava-se á defesa dos interesses da classe. — O anno de 1892 viu tres periodicos <sup>(41)</sup>, nenhum dos quaes teve grande duração. Um outro, o *Nortista*, era de propriedade e redacção do professor Elias Antonio Ferreira Souto; e começára a publicar-se em S. José de Mipibú. Depois, em Março de 1893, trasladou-se para Natal. Em 1895 passou a circular diariamente, sendo, pois, a primeira folha quotidiana que teve o Rio Grande do Norte. Por fim, mudou o nome no de *Diario de Natal*, e viveu mais algum tempo, cessando a 3 de Setembro de 1895. — Quatro folhas mais appareceram em 1893 <sup>(42)</sup>. Entre essas o *Pastor*, que se dedicava á propaganda do protestantismo. O *Garoto* era humoristico e caricato. O *Athleta* era órgão de um club de estudantes (o Gremio Litterario Natalense). — O *Estado*, que appareceu em Outubro de 1894, e durou alguns mezes, dizia-se «politico e noticioso». — O *Oasis* teve mais longa vida, pois

---

e fundavam. Houve até um, o *Diario de Natal*, que não durou muito mais de 15 dias.

<sup>40</sup> «A principio — escreve o dr. Luiz Fernandes — esteve de accôrdo com a *Republica* na defesa da politica do antigo chefe republicano e governador provisorio, dr. Pedro Velho; mas, por occasião do golpe de Estado com que o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso Nacional, mudando completamente a situação politica do paiz, declarou-se partidario desse acto, e constituiu-se no Estado órgão da politica do dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, governador eleito em seguida. Passou então a publicar o expediente do governo e actos officiaes, até o dia 28 de Dezembro de 1891, quando, em virtude do contra-golpe ou reacção que fez o marechal Deodoro resignar o poder e entregal-o ao vice-presidente marechal Floriano Peixoto, foi deposto o governador Miguel Castro, e substituido por uma junta governativa, voltando o dr. Pedro Velho, como chefe genuino do partido republicano no Estado, a assumir a responsabilidade de sua direcção».

<sup>41</sup> O *Caixeiro*, o *Potiguar* e o *Colibri*.

<sup>42</sup> Foram: o *Patrão*, o *Pastor*, o *Garoto*, e o *Athleta*.

durou uns dez annos. Começou a publicar-se no dia 15 de Novembro de 1894, como órgão do gremio litterario «Le Monde marche», fundado um pouco antes por iniciativa de Benvenuto de Oliveira. No seu artigo programma, declarava que se absteria de «questões politicas, sendo seu objectivo principal a sagrada causa da instrucção». E conservou-se fiel até o fim a esse programma. <sup>(43)</sup> Deu a sua ultima edição a 31 de Dezembro de 1894, deixando na historia das lettras norte-riograndenses as mais brilhantes tradições, pois nelle esplenderam muitos dos espiritos de mais valor na intellectualidade de Natal. <sup>(44)</sup>

VIII. Dos tres novos jornaes que se publicaram em 1895, tiveram alguma duração o *Seculo* e o *Diario de Natal*. O primeiro destes apresentou-se (a 11 de Maio) como folha de propaganda religiosa, <sup>(45)</sup> — *Diario de Natal* era o novo nome que adoptára o *Nortista*, o periodico do professor Elias Souto, fundado em 1892, e que passava agora a ser quotidiano. Um assalto que soffreu a officina do *Diario* obrigou-o a suspender a publicação enquanto se reparavam os danos, montando outra vez uma typographia propria. — Em 1896 fallecia o professor Elias Souto. Dahi a pouco foi o material da officina destruido por um incendio, e a folha teve de suspender ainda uma vez a publicação, mas reaparecendo logo depois. — O terceiro periodico de 1895 era um órgão de classe (*Monitor Postal*). — Em 1896 figuram dezeseis publicações <sup>(46)</sup>, todas desaparecendo quasi com a mesma rapidez

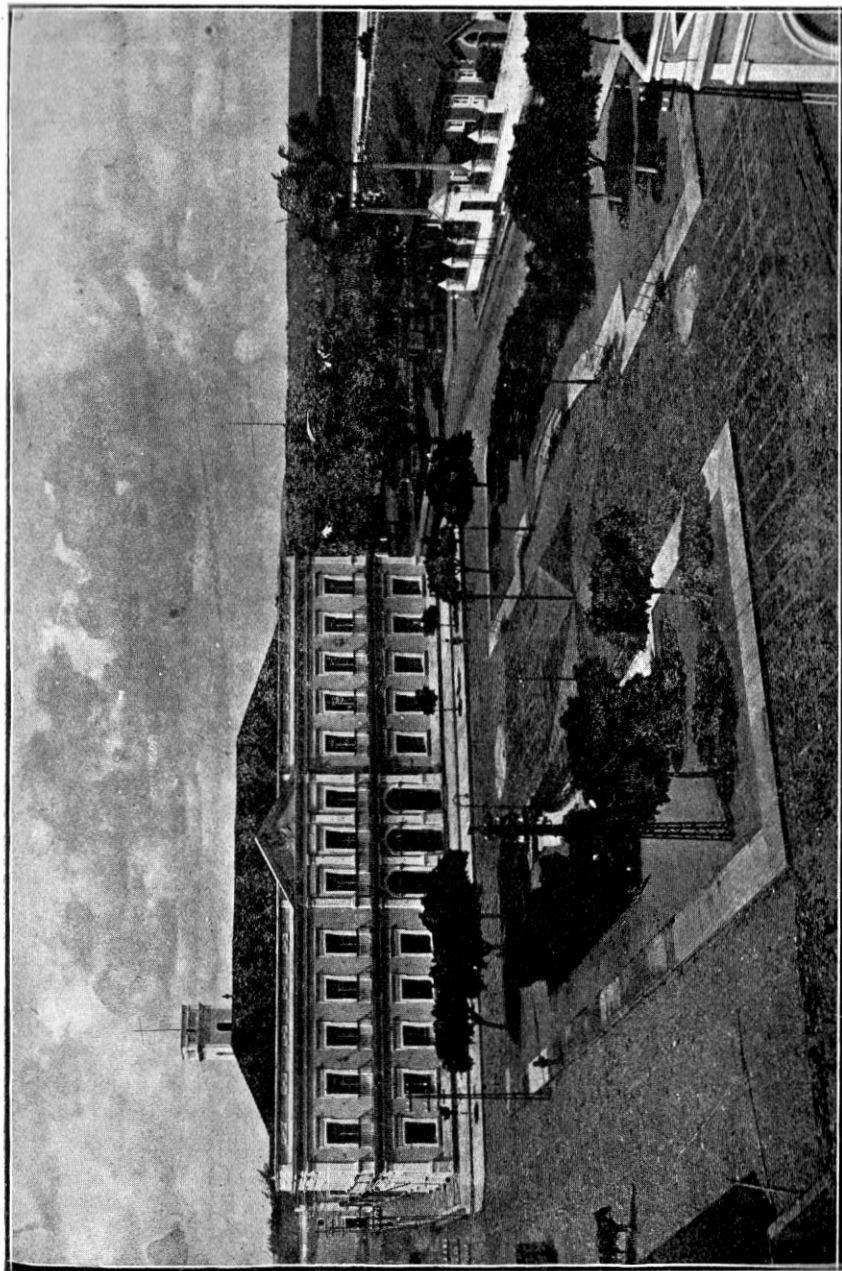
---

<sup>43</sup> Benvenuto de Oliveira foi incontestavelmente a alma do *Oasis* e do club «Le Mond Marche».

<sup>44</sup> Entre outros, o já citado Benvenuto de Oliveira, José Prospero, Segundo Wanderley, Auta de Souza, Maria Carolina, Sebastião Fernandes, etc.

<sup>45</sup> Era publicado pela Associação Evangelica, creada em Natal. De 1896 em diante teve redactores ostensivos, entre os quaes o reverendo pastor dr. Jeronymo Gueiros.

<sup>46</sup> São: o *Echo*, o *Tagarella*, o *Peralta*, o *Fantoche*, o *Futuro*, o *Phonographo*, o *Trem*, o *Machinista*, o *Planeta*, o *Binoculo*, a *Onça*, a *Bala*, o *Passageiro*, o *Carlos Gomes*, o *Guaracy*, e o *Jacobino*. O



RIO GRANDE DO NORTE — NATAL — PRAÇA 7 DE  
SETEMBRO E PALACIO DO GOVERNO

com que vinham a publico. — No anno seguinte surgiram uns sete jornaes <sup>(47)</sup>. A *Tribuna* e o *Oito de Setembro* foram as tentativas mais serias. A primeira era órgão do «Congresso Litterario» <sup>(48)</sup>, e tomou, logo depois, a forma de revista. <sup>(49)</sup> Publicou-se até 1904. O *Oito de Setembro* era tambem uma revista, consagrada á propaganda do catholicismo. Durou uns dez annos. O *Iris* cessou logo no anno seguinte. Os demais sumiram-se dentro de poucos mezes. — Das muitas publicações que se iniciaram em 1898, a tentativa de maior successo foi a *Revista do Rio Grande do Norte*, sob a direcção do dr. Antonio de Souza. O seu primeiro numero appareceu no dia 10 de Janeiro, um pouco depois da data commemorativa da fundação de Natal (1597). Era tempo ainda de celebrar o facto auspicioso, e nessa edição figurou um bello artigo sob o titulo de «Tres seculos». <sup>(50)</sup> — Os ultimos jornaes do seculo foram o *Genio*, a *Abelha*, e a *Espora*. <sup>(51)</sup> — Eis ahi como em sessenta e tantos annos (de 1832 a 1900) a imprensa de Natal se representa pela enorme cifra de 150 publicações de varios generos. Muitas dessas não passaram de meros tentames mallogrados; mas um grande numero dos jornaes que registramos eram muito bem escriptos, defendiam as melhores cau-

*Carlos Gomes* era uma polyanthéa dedicada ao glorioso artista, cujo passamento acabava de dar-se (16 de Setembro) na capital do Pará.

<sup>47</sup> A *Tribuna*, o *Iris*, o *Oito de Setembro*, o *Trepador*, o *Raio X*, o *Diario Semanal* (*sic!*), o *Recreio*, e o *Eden*.

<sup>48</sup> Eram redactores da *Tribuna*: José de Viveiros (redactor-chefe), Ezequiel Wanderley (secretario), Manuel Coelho, Francisco Palma e Antonio Marinho. — Depois teve outros muitos.

<sup>49</sup> As outras folhas de 1897 foram: o *Estudo*, o *Progresso*, o *Orador*, o *Rato*, o *Catita*, a *Mensagem*, e a *Miscellanea*.

<sup>50</sup> Destacamos desse artigo este trecho: «A cidade de Natal, antiga villa dos Reis, completa hoje (25 de Dezembro de 1897) trescentos annos. Iniciada em 25 de Dezembro de 1597 por Manuel de Mascarenhas, que, de pazes feitas com os valentes Potyguares, começou com elles e alguns colonos a construcção do pequeno nucleo — conta ella, tres seculos depois, pouco mais de dez mil habitantes. Não ha necessidade de mais simples nem mais forte argumento para demonstrar a fraqueza das origens, a incapacidade ethnologica que tres seculos apenas foram sufficientes para fazer conhecer».

<sup>51</sup> Todos de feição litteraria. A *Espora* era um jornalzinho de meninos.



sas, e professavam as mais plausiveis idéas, podendo alguns considerar-se como fazendo honra á cultura da terra.

IX. Fóra da capital, em algumas outras cidades da antiga provincia, não teve a imprensa periodica menos importancia relativa. A do Assú precedeu, sob este aspecto, ás demais cidades do interior. De 1867 a 1900 ali se publicaram mais de quarenta gazetas, algumas até de longa duração. A primeira foi o *Assuense*, impressa em typographia propria por A. C. Wanderley e José Rodrigues da Silva. Era folha liberal, e durou até 1873. — Em seguida appareceram: o *Dois Amigos* (semanario), a *Lanceta* <sup>(52)</sup>, o *Vagalume*, e o *Sertanejo* (orgão conservador, que se imprimia em prélo da empresa. <sup>(53)</sup>) — O *Correio do Assú*, que veio á luz em 1873, era o novo nome adoptado pelo *Assuense*. Durou até 1877. Nesta epoca, mudou-se o proprietario (o referido João Carlos Wanderley) para a capital, onde continuou, em 1878, a dar a folha sob o titulo de *Correio do Natal*. — Em 1874 houve mais tres jornaes — o *Escova*, o *Muleta*, e o *Verão*, tendo-se apenas este ultimo mantido até 1875. — Neste anno, vislumbaram ali no sertão mais duas estrellas cadentes (a *Primavera* e o *Trovador*) — O *Jornal do Assú*, que começa em 1876, era o mesmo *Sertanejo* do professor Elias Souto. Em 1885 passou a intitular-se *Assuense*, estampando-se em officina propria. — O *Brado Conservador* iniciou a publicação tambem no mesmo anno (1876), e manteve-se até 1900. Era de propriedade e redacção do coronel Antonio Soares de Macedo, e imprimia-se igualmente no velho

---

<sup>52</sup> Publicação indeterminada. O seu programma era expresso na seguinte quadra:

«A *Lanceta* só trabalha  
Quando tenha o que fazer;  
Do contrario está parada  
Não fará sangue correr.»

<sup>53</sup> «Em 1873 — escreve o dr. Luiz Fernandes — fazendo João Carlos Wanderley aquisição de um novo prelo, vendeu o que possuía — um velho prelo de páu — ao professor Elias Antonio Ferreira Souto, que, fundando o *Sertanejo*, nelle o imprimia».

prelo de madeira, onde começára Wanderley a trabalhar. <sup>(54)</sup> Depois o coronel Soares adquiriu melhor material. — Em 1877 apparecem na cidade do Assú mais seis folhas, todas litterarias. <sup>(55)</sup> — Em 1879 surgiram tres periodicos, todos de vida ephemera. <sup>(56)</sup> — Em 1881 só se publicou um jornal novo — a *Saudade*, de feição litteraria. — Em 1884, sahiram alguns numeros da *Abolição*. — Em 1885, apparecem o *Cacete* e o *Assuense*, nome este que tomou o *Jornal do Assú* do professor Elias Souto. Este novo *Assuense* pretendia reatar as tradições do antigo, que tinha sido propriedade de João Wanderley. — Em 1887, publicam-se o *Trabalho* e o *Pince-nez*. — Em 1888 vem á tona a *Situação*, para sumir-se dentro de mezes. — Em 1889, o *Planeta* teve igual sorte. — Em 1890, vêm o *Brado Federal* (nome que passára a ter o *Brado Conservador*) e o *Republicano*, inscrevendo no alto da primeira pagina o lemma ORDEM E PROGRESSO. — O anno de 1892 só contou a pequena folha litteraria o *Observador*. Os tres annos seguintes não viram nenhuma nova tentativa. Dir-se-ia que os espiritos estavam meio aturdidos com as coisas da politica. — Em 1896, só figura o *Estudante*. — Em 1897, volta um pouco a febre: surgem a *Gazeta do Assú*, a *Eschola*, a *Espora*, e a *Semana*. Só este ultimo teve alguma duração, chegando até 1901. — Em 1898, sahiram quatro novas publicações, todas litterarias. <sup>(57)</sup> — Em 1899 publica-se a *Crença* («folha catholica e popular»). — E em 1900, o *Pintasilgo*. — Nada menos de 44 gazetas publicaram-se, pois, na cidade de Assú, dentro do periodo de 1867 a 1900.

X. Em Mossoró apparece a imprensa um pouco mais tarde que no Assú. O primeiro jornal que ali se publicou foi

---

<sup>54</sup> Deve estar sem duvida todo o material dessa officina guardado algures como precioso objecto de archeologia historica para a terra potiguara.

<sup>55</sup> Foram: a *Aurora*, a *Rosa*, o *Lirio*, a *Saudade*, o *Beija-Flôr*, e o *Echo do Sertão*; nenhum dos quaes passou de 1877.

<sup>56</sup> O *Echo Assuense*, o *Liberal Assuense*, a *Aurora Juvenil*. Todos cessaram mesmo em 1879.

<sup>57</sup> O *Livro*, o *Vigia*, o *Dois de Março*, e a *Luz*.

o *Mossoróense*, em 1872. Era folha politica, dizendo-se órgão do partido liberal. Seu proprietario e redactor foi Jeremias da Rocha Nogueira. — No mesmo anno em que teve de cessar o *Mossoróense*, fuzilou o *Recreio Familiar* (1876). — E só uns vinte e cinco annos mais tarde (em 1901) é que apparece ali uma nova publicação — o *Echo*. <sup>(58)</sup> — Em Macau, só em 1886 é que se introduz a imprensa, com o *Macauense*, fundado pelo professor Elias Souto. Durou até Maio de 1889. Durante esse anno de 1886 e o seguinte fizeram-se ainda outras tentativas. <sup>(59)</sup> — Em 1888, vem a *Buzina*; e em 1889, o *Raio* <sup>(60)</sup> sem fazerem, aliás, grande barulho. — Em Ceará-Mirim inicia-se a imprensa com a *Escola*, em 1887. <sup>(61)</sup> E até 1900 publicaram-se ali mais quatro gazetas, todas de curta duração. <sup>(62)</sup> — Na cidade do Principe (depois Seridó, e mais tarde Caicó) começou a publicar-se o primeiro jornal (o *Povo*) em 1889 <sup>(63)</sup>, conservando-se até 1892. Depois desse, só em 1900 appareceu o *Seridó*. — Em S. José de Mipibú, é ainda o professor Elias Souto que funda a imprensa, dando primeiro, em 1891, o *Ensaio*, que tomou alguns mezes depois o titulo de *Nortista*. <sup>(64)</sup> Além deste, só se publicou ali, até 1900, o *Dia*. — Na villa

<sup>58</sup> O *Echo* durou até 1902. Dahi em diante publicaram-se outros jornaes; em 1902, um novo *Mossoróense* (que durou até 1908) e a *Idéa*; em 1903, o *30 de Setembro* e o *Passa-Tempo*; em 1904, o *Commercio de Mossoró*, o *Mensageiro*, e a revista *União*; em 1905, o *Santelmo*; em 1907, a *Alvorada*.

<sup>59</sup> Appareceram: o *Patusco* em 1886; e em 1887, o *Ramalhete*, o *Raio X*, e o *Palhaço*.

<sup>60</sup> Depois appareceram outras folhas de vida ephemera, taes como o *Correio de Macau*, em 1904; e a *Industria*, em 1907.

<sup>61</sup> Era redigida pelo dr. Meira e Sá, com a collaboração dos drs. Vicente Pereira, Olyntho Meira e Ronaldsa Brandão.

<sup>62</sup> Foram: o *Santelmo*, o *Ensaio*, o *Democrata*, e o *Município*.

<sup>63</sup> Era propriedade de José Renaud, e redigido por Diogenes da Nobrega e Olegario Valle; e depois «pelo academico Manuel Dantas, hoje conhecido como um dos mais notaveis jornalistas do Estado».

<sup>64</sup> Como já vimos, o professor Elias Souto mudou-se de S. José para Natal em 1892, e aqui continuou a publicar o *Nortista*, em 1893. Este homem se fez uma das mais bellas figuras da moderna historia do Rio Grande do Norte. Foi elle o mais infatigavel entre os apostolos que teve ali a imprensa.

de Curraes Novos, surgiu a primeira folha em 1900. <sup>(65)</sup> — Deste resumo se vê que em todo o Rio Grande do Norte, durante 68 annos (de 1832 a 1900) foram feitas mais de duzentas publicações. Evidentemente dá isto idéa de uma tendencia que se póde ter como característica do espirito norte-río-grandense. Não serão muitas, entre as antigas provincias, sem mesmo exceptuar as maiores e mais ricas, que possam contar tão grande numero de jornaes.

---

<sup>65</sup> Em Macahyba appareceu em 1893 uma polyanthéa dedicada ao grande pontifice *Leão XIII.* — A primeira folha publicada em Curraes Novos foi o *Echo do Norte*, «jornalzinho manuscrito, redigido por Ulysses Telemaco e Abilio Chacon. — Depois publicaram-se outras.

## CAPITULO XXVII

### AS LETTRAS NO RIO GRANDE DO NORTE

I. Si fosse ainda necessario mostrar como trabalhos da natureza desta pequena historia não interessam apenas aos Estados de que se occupam, mas entram no dominio dos interesses geraes do paiz, bastaria adduzir, a outras muitas que já foram dadas, as provas que vão resaltar do presente capitulo, no qual procuraremos suggerir uma idéa do que tem sido a vida intellectual no Rio Grande do Norte desde começos do seculo passado. Aqui vai ver o leitor como o nosso espirito regionalista nos fechou a propria actividade litteraria (naturalmente o circulo em que são mais legitimas as tendencias para o convivio e a fraternização) fechou-nos, dizemos, em cada Estado da Republica, podendo affirmar-se que todos, ainda sob este aspecto, se desconhecem tanto, ou mais do que, em certos casos, nações differentes, distanciadas pela raça e pela lingua. A litteratura norte-rio-grandense é uma das mais notaveis entre as poucas de que se póde orgulhar a Federação Brasileira; e no emtanto, ha de ser muito raro o nome de prosador ou de poeta que tenha conseguido transpôr as fronteiras daquella terra, e fazer-se verdadeiramente nacional. Mesmo nos centros de maior valor ignoram-se completamente até as mais illustres entre as figuras que fazem honra ao sentimento e á intelligencia daquelle nobre e heroico povo do norte. No proprio Rio de Janeiro, a não serem os de Nisia Floresta e Auta de Souza (<sup>1</sup>), não haverá provavelmente quem possa,

---

<sup>1</sup> Mesmo estes nomes, aliás, nem figuram até hoje nos ensaios de historia litteraria que conhecemos.

citar ao menos, nenhum outro nome das lettras rio-grandenses. — O que acontece quanto ao Rio Grande do Norte dá-se igualmente em relação aos demais Estados. Vivemos inteiramente estranhos uns aos outros. E não deixará talvez de haver casos em que cheguemos a desdenhar-nos, sem sequer inquirir si o nosso desdenho pelo vizinho é injusto e absurdo. — Pois bem: ahi está mais uma razão para explicar a conveniencia e até a necessidade de trabalhos deste genero: é por elles que viremos a conhecer-nos em todas as espheras da nossa vida, e principalmente naquella em que os nexos moraes prendem mais fortemente as almas — a esphera do pensamento e do labor mental. — Por isso mesmo ampliaremos agora, tanto quanto nos fôr possível, a parte documentaria da narrativa, de modo a facilitar aos que nos lerem uma impressão directa e viva do que tem sido o espirito norte-rio-grandense sob o ponto de vista da cultura e da aptidão para as lettras.

II. Durante o periodo colonial nada sabemos de manifestações de esforço litterario na terra potiguar, a não serem algumas chronicas de valor exclusivamente historico. É só depois da normalização da ordem politica no segundo reinado, ou um pouco antes com a fundação da imprensa, que se começa a sentir, e já bem claro, algum symptoma de que ha por ali almas anciosas de falar a almas. Dir-se-ia que a mocidade, agitada de nobres impulsos, esperava impaciente por aquelle estímulo novo do jornal, onde, mais que as dissenções politicas, logo se foi reflectindo a intelligencia dos mais afoitos. Não demorou que se iniciasse um longo movimento de grupos e associações, cada qual com o seu orgão na imprensa, estabelecendo-se entre todos uma forte emulação, sem nenhum prejuizo da geral convivencia. — É assim que o desenvolvimento litterario no Rio Grande do Norte se faz parallelamente com o do jornalismo. Neste se encontram alguns homens politicos, sem preocupações litterarias; mas entre os intellectuaes de aspirações mais altas, não haverá sinão muito raros que se não tenham feito na imprensa periodica. Isso mesmo já vimos no capitulo precedente; onde, no emtanto, indicamos apenas, sob a sua feição de jornalistas, muitos dos que depois se destacaram, principalmente como poetas, nas duas ou tres gerações que lá esplenderam antes da Republica. — Incontestavelmente

a mais notavel figura das lettras na antiga provincia — e tanto pela grandeza da sua obra, como pela singularidade edificante da sua vida — é Nisia Floresta, o culto espirito, a alma entusiasta e generosa, cujo nome transpoz as raias da patria, e chegou a fazer-se sentir até entre vultos da alta intellectualidade européa. É, no emtanto, tão pouco popular no seu paiz, e talvez mesmo na sua terra natal <sup>(2)</sup>, que parece mais uma notabilidade do velho mundo, ou quando muito menos nossa que estrangeira, só ligada ao Brazil pelo accidente do nascimento, e pelo culto, que conservou lá fóra, do seu amado torrão.

III. Nasceu Nisia Floresta Brasileira Augusta <sup>(3)</sup> na hoje villa de Papary, a 12 de Outubro de 1809, e veio a fallecer em Rouen (França) a 24 de Abril <sup>(4)</sup> de 1885. Não sabemos onde se educou; mas parece verificado que, mesmo antes de mudar-se para a Europa, tinha já, pelo menos, preparo sufficiente para o magisterio, pois durante muitos annos dedicou-se ao ensino «no sul do Brazil». Ignoramos tambem quando enviuvára, sendo, entretanto, certo que em 1856 já era viuva <sup>(5)</sup>, e que tinha seguido para a Europa dois annos antes; pa-

---

<sup>2</sup> Aliás, os conterraneos da notavel escriptora não a esqueceram inteiramente. Tanto em Natal como na villa de Papary celebrou-se em 1909 o centenario de Nisia Floresta. Parece, no emtanto, que a commemoração teve mais o character de festa de intellectuaes que o de verdadeira consagração popular.

<sup>3</sup> Alguns dos apontamentos de que nos servimos para esta secção nos foram obsequiosamente fornecidos pelo distincto professor e homem de lettras dr. Nestor Lima. Quanto a Nisia Floresta, devemos-lhe, alem de outras informações, uma relação das obras publicadas pela illustre escriptora. — É de lamentar que nos sejam escassos os dados acêrca da vida, tão cheia de vicissitudes, da grande figura, pois a sua biographia ainda não foi escripta, que o saibamos. Apenas, segundo o dr. Constancio Alves, a extincta revista *O Novo Mundo* deu-lhe uns traços biographicos em 1872.

<sup>4</sup> O dr. Constancio Alves dá 20 de Maio; mas o dr. Nestor Lima dá 24 de Abril.

<sup>5</sup> Escreve o dr. Constancio Alves: «Mas o outro pontifice, creio, o seu espirito de Americana admirou e o seu coração de Brasileira venerou — sem restricções. Nisia Floresta encontrou Augusto Comte quando este chegava ao fim dos seus dias, mas veio a tempo

recendo, pois, provavel, que tivesse enviuvado ainda no Brazil. — Sentindo que seu espirito anceava por horizontes mais vastos, partiu para a Europa em 1854, talvez sem intenção de deixar para sempre a patria; a qual, no entanto, nunca mais teria de ver. — Igualmente nada nos dizem as informações a nosso alcance quanto á vida da escriptora no velho mundo. Não se sabe si viajou muito; apenas ha certeza de que esteve na Allemanha, em Portugal, na Italia (aqui uns tres annos), e por ultimo viveu longos annos em França até fallecer. Em toda parte não cessou de estudar, de interessar-se pelas grandes causas do tempo, trabalhando sempre com ardor, tendo escripto muitos livros em varias linguas. Os primeiros foram escriptos ainda no Brazil. Tinha 24 annos de idade quando estreou com o *Direitos da Mulher*, em 1833. Em 1845 publicou *Conselhos a minha filha*. Deu em seguida, antes de sahir do Brazil, mais

---

de lhe captivar a sympathia por demonstrações de adhesão e respeito. E da impressão causada pela nossa patricia dizem bastante estas palavras do mestre, citadas pelo respeitavel sr. Teixeira Mendes: «En Août (de 1856) je dois d'abord marquer mon premier contact direct avec la noble veuve brésilienne, qui m'offre, de cœur, d'esprit et de caractère, tous les indices d'une précieuse disciple si je puis assez transformer ses habitudes métaphysiques». Nisia Floresta mostrou desvelo pelo fundador do positivismo. Contribuiu com cincoenta francos para a subscrição destinada a sustentar Augusto Comte. Visitou-o, honrou a memoria de Clotilde. Escreveu-lhe Augusto Comte sete cartas, que o Apostolado Positivista Brasileiro reuniu num folheto. Creio que não ha profanação em transportar para este roda-pé (do *Jornal do Commercio*) a seguinte, que me parece a mais expressiva, acêrca das relações entre o mestre e a discipula: «Madame. Je lus hier votre digne effusion, et j'éprouve ce matin le besoin de vous en remercier cordialement. C'est le complément durable du premier hommage féminin rendu jusqu'à présent à celle qui, par moi, régénère son sexe, à la chaste inspiratrice qui mérite si bien la sentence de Petrarche:

*Tre dolci nomi á in te raccolti:  
Sposa, Madre e Figliuola.*

«Votre charmante composition est irrévocablement placée dans le tiroir sacré qui ne contient que la correspondance exceptionnelle. — Respect et sympathie. — *Auguste Comte*». Esta carta é de 29 de Agosto de 1857. Foi uma das ultimas escriptas pelo fundador do positivismo, que dias depois fallecia. A discipula sobreviveu-lhe vinte e oito annos».



uns tres ou quatro livros<sup>(6)</sup>. E a prova de que já era uma escriptora feita está no apreço com que foi recebida lá nos meios cultos da Europa, tendo sido até o seu *Conselhos a minha filha* traduzido em italiano, e adoptado por um bispo nas escolas da respectiva diocese. — Em 1855, já na Italia, publicou, em italiano, o seu primeiro livro elaborado em terra extranha, mas em que vibra ainda, sob outros ceus, a sua alma brasileira<sup>(7)</sup>. Publicou depois muitas outras obras em lingua franceza e em portuguez<sup>(8)</sup>, entre as quaes *Le Brésil*, em 1871. — Na Europa, conviveu Nisia Floresta com muitos homens celebres, como Augusto Comte, Alexandre Herculano, Almeida Garrett e outros; e correspondeu-se com G. Mazzini, Garibaldi, e outras grandes figuras do tempo. — Eis ahi, a ligeiros traços, uma noticia do que foi esta mulher verdadeiramente notavel<sup>(9)</sup>, que lá no velho mundo tanto honrou o nome do Brazil, e numa phase incipiente da nossa cultura<sup>(10)</sup>.

---

<sup>6</sup> Foram: em 1849, *Lagrmas de um Caeté*; em 1850, *Revolta Praieira*, e um outro.

<sup>7</sup> Intitulou mesmo esse livro *Scintilla d'una anima brasiliana*.

<sup>8</sup> Depois de *Scintilla d'una anima brasiliana*, deu *Pensamentos*, em 1856; *Trois ans en Italie*, em 1861; *Voyage en Allemagne*, em 1863; *Abysmos sobre flôres*, em 1864; *Um passeio ao Luxemburgo*, *Dedicação a uma amiga*, *Le Brésil* (1871), e *Fragments d'une ouvrage inédite*, em 1875. Alem de outros muitos trabalhos. Infelizmente não houve ainda editor que se lembrasse de fazer uma edição completa das obras desta escriptora.

<sup>9</sup> Diz o dr. Constancio Alves: «Aquelles a quem essas breves notas não bastarem acharão nos livros de Nisia Floresta confidencias de sua vida intima, alem de preciosas relações da elevação do seu caracter e do brilho do seu talento».

<sup>10</sup> O dr. Constancio Alves, num excellente artigo publicado no *Jornal do Commercio* por occasião do centenario de Nisia Floresta, e transcripto no Almanaque Garnier de 1910, escreve o seguinte, que não resistimos ao desejo de registrar aqui: «Tinha mais de quarenta annos quando foi ver de perto as velhas civilizações que já conhecia pela historia e pela litteratura. Dessa existencia de emigrada, voluntaria porém não satisfeita, deixou memoria em paginas vigorosas, nas quaes se harmonizam a razão que observa com serenidade, e o enthusiasmo que vibra com força juvenil. Li-as ha tempos com interesse; agora as reli com o mesmo prazer. Nessas obras, que falam de coisas estrangeiras, em linguas estrangeiras, palpita com intensidade uma alma brasileira, que leva a patria por todos os

IV. Seguindo a ordem chronologica, damos logo com o primeiro representante de uma família de intellectuaes que enche toda a historia litteraria do Rio Grande do Norte: João Carlos Wanderley. Illustrou-se este homem pelo seu character,

---

caminhos da sua peregrinação. Mais de uma vez encontrei a nossa intraduzivel *saudade* em periodo francez, em phrase italiana, e senti a doçura do encontro inesperado de rosto amigo perdido numa multidão de extranhos. Essa *saudade* brasileira continuamente evoca paisagens longinquoas e familiares, e abre em panoramas da velha Italia e da velha Grecia rasgões através dos quaes entrevemos a orla branca da nossa costa, rebrilhando sob o sussurro dos coqueiros e os montes da nossa bahia magnifica, negros no violaceo do crepusculo. Contemplando o Mediterraneo, diz a escriptora: «eu pensava em outro mar, mais vasto e mais majestoso, á beira do qual nasci e cresci. Inspirei-me ao murmurio longinquo das suas vagas, sob o leque das altas palmeiras, em baixo de mangueiras gigantescas ou de jaqueiras folhudas, agitadas pela brisa vespertina, que me inebriava com o delicioso perfume trazido dos bosques de lorangeiras, caneliras e tantas outras arvores e flôres odorantes que perpetuamente coroam o meu querido Brazil». Esse amor ao torrão natal é tão profundo que, quando nessa Italia, a que mais amou das patrias alheias, encontra um trecho em que lhe fosse grato viver (como Florença), ou lhe fosse doce descansar da vida (como o Campo Santo de Pisa), não se esquece de notar — com patriotismo jamais distraído por seducções exóticas — que a todas as terras do mundo preferirá sempre, com vehemencia, para viver ou para morrer, a terra sagrada do Brazil, que não cessa de ver, perennemente rutilante, mesmo por entre as neblinas de Paris ou os nevoeiros de Londres. «Si la Brasiliana, amica vostra — exclama (no seu eloquente adeus á divina Florença) potesse contentarsi di un altro suolo che il suo, da viverci sempre, non esiterebbe di scegliere la dolce, l'incantevole Firenze, ove non poté conoscermi senz'amarvi, ed or vi lascia col cuore trafitto di doloroso rammarico!»! E, antes de ter soluçado a ternura dessa despedida á cidade do Dante e das flores, murmurára esta confidencia ao cemiterio pisano: «Gloires et misères humaines de ce fameux coin de terre y vinrent dormir ensemble après s'être épuisées dans ce rude combat qu'on appelle la vie!... Quand mon âme, épuisée dans ce combat, s'envolera vers le sein du Créateur, c'est ici que je voudrais qu'on portât mes restes mortels, si je dois payer ce triste et inévitable tribut à la nature si loin de la tombe de ma sainte mère!»! Esse sentimento vivissimo nem sempre se enuncia pela ternura de taes votos. Vejamos como fulgura de colera. Conta a nossa patricia que, estando em Roma, um certo prelado, depois de lhe ter pedido informações a respeito do Brazil, accrescentou com

pelo seu valor como politico, e seu esforço como jornalista<sup>(11)</sup>. Não se poderia dizer que fosse propriamente um homem de letras; mas pela sua coragem e tenacidade nas lides da im-

-----

franqueza grosseira: «O clero do Brazil é muito desmoralizado, não é verdade, minha senhora»? Ao que replicou a interrogada: «Conta o nosso clero muitos ecclesiasticos notaveis pela pureza de seus costumes, seus sentimentos de piedade e sua profunda instrucção. Quanto a esses que quizeses, generalizando, considerar como todo o clero brasileiro, são quasi como os do clero de Roma, no meio do qual alguns viveram e tomaram boas lições». E depois da energia desse protesto, a angustia deste appello. Nisia Floresta vira, em Livorno, a estatua de Fernando I, tendo a seus pés quatro escravos carregados de cadeias. E logo estas figuras dolorosas lhe despertam «a lembrança da escravidão que o espirito despotico do velho mundo transmittiu ás plagas felizes da livre America», e a dôr dessas recordações rompe no seguinte brado: «Ô patria querida, Eden deste mundo extraordinario, que appareceu aos olhos extasiados de Colombo: deixa, ah! deixa que rompa do teu nobre peito o grito humanitario que a custo suffocas, ante os deploraveis preconceitos que te transmittiram teus antigos dominadores de alem-mar! Sê consequente com as livres instituições que te regem, com a religião que professas: quebra, sim, quebra as cadeias dos teus escravos! Torna-te inteiramente digna, por esse acto de philanthropia, da fama de generosa bondade que te não recusam aquelles mesmos que desconhecem as tuas virtudes... Senhores de escravos do Brazil, mostrai-vos dignos desse sólo abençoado em que viveis, fazendo desaparecer dahi a maior vergonha dos povos christãos, vergonha que mancha ainda vossos altivos vizinhos do Norte, apezar das admiraveis conquistas do seu genio comprehendedor e progressista. Acabai com essa horriivel profanação da natureza humana; cedo ou tarde ella terá como consequencia horriveis represalias». — Diz ainda o dr. Constandio Alves: «Outras feições do talento e do coração de Nisia Floresta mereceriam ser indicadas; mas para isso teria que trancrever mais paginas do seu livro; e já o espaço está a acabar. Não me propuz fazer um esboço e muito menos um retrato da Brasileira extraordinaria que, nos seus livros, se mostra acima de preconceitos dominantes no seu tempo, no seu paiz, no seu sexo. Direi sómente, para accrescentar mais um traço á sua physionomia, que aquella humilde professora, sahida de uma pequena provincia do norte, chegou, ha cincoenta annos, a uma altura espirital de que estão longe, ainda hoje, muitos homens que vivem em condições as mais favoraveis á emancipação da intelligencia. Essa elevação mental mostra-se em toda a sua obra e lhe communica uma austeridade que não raros verão com extranheza em livros de viagem escriptos por mulher».

<sup>11</sup> V. nosso capitulo precedente.

prensa, deve considerar-se como dos mais dignos e beneméritos propulsores da vida intellectual na antiga provincia. — Nasceu João Wanderley na hoje cidade de Assú, a 25 de Julho de 1811; e falleceu em Natal em 1899 (a 2 de Março) na avançada idade de 88 annos. Exercêra, como vice-presidente, a administração da provincia em 1847; e tentára então crear a imprensa official. — Retirando-se mais tarde para o Assú, ali montou uma officina typographica, começando logo a dar um jornal, o *Assuense*, que em seguida se chamou *Correio do Assú*, e que por fim, tendo-se o proprietario mudado para a capital definitivamente, teve o nome de *Correio do Natal* <sup>(12)</sup>. — A este Wanderley, seguem-se uns quantos nomes, a respeito dos quaes poucas notas conseguimos reunir <sup>(13)</sup>. — Até que chegamos ao grande vulto de Lourival Açucena. Tem este o pontificado do espirito, não só nesta primeira epoca das letras rio-grandenses, como até principios do seculo actual. É o mais conhecido entre os poetas repentistas da terra potiguar. Nasceu em Natal a 17 de Outubro de 1827, e ahi falleceu a 28 de Março de 1907. Musicava elle proprio <sup>(14)</sup> e cantava

---

<sup>12</sup> Deste extrenuo batalhador da imprensa diz o desembargador Luiz Fernandes: «João Carlos, velho e pobre, retirou-se (com o advento do novo regimen) completamente á vida privada, indo morar a um canto da rua José de Alencar, desta cidade, onde, a 2 de Março de 1899, o foi surprehender a morte no cultivo despreocupado de suas plantas».

<sup>13</sup> São: o padre Luiz da Fonseca, José Theophilo Barbosa, José Joaquim Geminiano de Moraes Navarro, e Luiz Gonzaga de Brito Guerra.—Do primeiro diz-nos o dr. Nestor Lima que «nasceu no Assú em 1814, e ahi falleceu a 26 de Julho de 1877; e que foi «profundo latinista e orador sacro». — De Theophilo Barbosa — que foi «inspirado poeta e jornalista, tendo sido um dos redatores do *Echo Miguelino* e do *Parasita*. Era republicano convicto, e falleceu em 1879». — De Moraes Navarro escreve o referido dr. Nestor Lima: «Não se sabe em que data nasceu, nem quando morreu. Foi o primeiro norte-riograndense que se jormou em direito na academia de Olinda, em 1832». — E de Brito Guerra: «Nasceu no Campo Grande, a 27 de Setembro de 1818, e falleceu em Caraúbas a 6 de Junho de 1896. Magistrado emerito, ascendeu a toda a escala da magistratura, até o Supremo Tribunal do Imperio. Era Barão do Assú, e Conselheiro de S. M. Imperial. Deixou a mais nobre tradição de austeridade como juiz».

<sup>14</sup> Dr. Nestor Lima — subsidios originaes já indicados.

inuitos dos seus versos, que se tornaram populares, e estimados nas boas rodas. Os jornaes do tempo estão cheios de produções deste cantor bohemio. Devemos ao illustre autor dos annaes da imprensa norte-rio-grandense <sup>(15)</sup> boa copia de taes produções, pelas quaes bem se póde avaliar o merito deste poeta, que em meio mais largo se haveria feito certamente um grande nome nacional. No periodico *O Recreio* (1861) vemos o seguinte soneto, em que é glosado o mote — *Hei de martyr de amor morrer te amando*:

Inda cabe rigor nesse teu peito?!  
Marilia, de affligir-me inda não canças?!  
Cruel, não sentes, impia, não alcanças  
De tua ingratidão o triste effeito?!

Teu duro coração já satisfeito  
Acaso não estará dessas provanças,  
Que me dão caprichosas esquivaças,  
Com que pisas de amor doce preceito?!

Entre surdos arquejos de agonia  
Vou a vida de angustias acabando,  
Que um teu ai, um só riso acabaria.

Mas, embora ferina vás matando  
Meu firme coração com tyrannia,  
*Hei de martyr de amor morrer te amando.*

Foi Lourival um dos collaboradores mais assíduos do famoso *Echo Miguelino* (1874). Ahi se encontra, entre outras poesias de sua lavra, o *Canto do Potiguára*, que se tornou popular em todo o norte do Brazil:

#### CANTO DO POTIGUARA

(Toré)

Curupira se afugenta,  
Mani:ó esquece a taba;  
Mas minh'alma não esquece  
O amor de Porangaba.

---

<sup>15</sup> Desembargador Luiz Fernandes — *Imprensa periodica do Rio Grande do Norte*; precioso e notavel trabalho publicado na *Revista do Instituto Historico* de Natal.

Cahe a murta, o camboim,  
O muricy, a mangaba;  
Mas não cahe dos meus sentidos  
O amor de Porangaba.

Cambaleia o pau d'arqueiro,  
Que ao rijo tufão desaba;  
Mas não se abate em meu peito  
O amor de Porangaba.

Vai-se o torcaz que gemia  
Ao pé da jaboticaba;  
Mas não deixam meus anhelos  
O amor de Porangaba.

Foge a abelha que zumbia  
Sobre a flôr da guabirada;  
Mas não foge aos meus affectos  
O amor de Porangaba.

Despe a flor o ingazeiro,  
A oitica, a quixaba;  
Mas não me escapa da mente  
O amor de Porangaba.

Da Cunhan remorde a face  
Reimoso capiucaba;  
Mas não remorde o ciume  
O amor de Porangaba.

De Mohema o terno amor  
Não, não rende o Imbuaba;  
Mas a mim rende e captiva  
O amor de Porangaba.

De extremosa Mangarita  
O amor já não se gaba;  
Mas eu decanto — arâhy — <sup>16</sup>  
O amor de Porangaba.

O Pagé canta a bravura  
Do alto Morubixaba;  
Mas eu só canto em toré  
O amor de Porangaba.

---

<sup>16</sup> *Arâhy* — explica o dr. Luiz Fernandes — é uma explosão de voz que na lingua tupy exprime o sentimento da saudade.



DR. FERREIRA CHAVES

Anhangá céde a Tupã  
No poder que não se acaba;  
Mas não céde a outro amor  
O amor de Porangaba.

Outra glosa se encontra no *Pandego* (1885):

#### MOTE

*Eu não sei pintar amor*

Glosa (com musica do proprio autor)

Amor é brando, é zangado,  
É faceiro e vive nú;  
Tem vista de cururú...  
E anda sempre vendado.  
É sincero, é refochado,  
Causa prazer, causa dôr,  
Tem carinhos, tem rigor...  
Amor pinte quem quizer,  
Retrate amor quem souber,  
*Eu não sei pintar amor.*

Amor é terno, é cruel,  
É rico, é pobre, é mendigo,  
É dita, é peste, é castigo,  
É mel puro, é agro fel.  
Tem cadeias, traz laurel,  
É constante, é vil trahidor,  
É escravo, é grão senhor...  
Amor pinte quem quizer,  
Retrate amor quem souber,  
*Eu não sei pintar amor.*

Amor é loquaz, é mudo,  
É moderado, é garrido,  
É covarde, é destemido,  
É ga'hofeiro, é sisudo,  
É vida, é morte de tudo,  
É brioso, é sem pudor,  
Traz doçura, dá travor...  
Amor pinte quem quizer,  
Retrate amor quem souber,  
*Eu não sei pintar amor.*



Amor é grave, é truão,  
 É furacão, é galerno,  
 É paraíso, é inferno,  
 É cordeirinho, é leão;  
 É anjo, é nume, é dragão,  
 Tem azas, tem passador,  
 Dá coragem, faz pavor...  
 Emfim, pinte-o quem quizer,  
 Retratar amor quem souber,  
*Eu não sei pintar amor.*

— Na importante revista *Oasis*, que se publicou em Natal, de 1894 a 1904, figura, entre outras muitas (quasi todas com solfa do proprio autor) a seguinte poesia do já velho cantor indigena:

#### A PORANGABA

Minha gentil Porangaba,  
 Imagem, visão querida,  
 Só teu amor me conforta  
 Nos agros transes da vida.

Quando ouço a jurity  
 Soltar saudosa um gemido,  
 Saudoso pensando em ti  
 Respondo com um ai dorido.

Si alli na visinha matta  
 Terno sabiá gorgeia,  
 Desse amor que me inspiraste  
 Voraz a chamma se ateia.

Ou procure o povoado,  
 Ou divague na espessura,  
 Mostra-me a mente abraçada  
 Tua elegante figura.

Estando de ti ausente,  
 Da saudade sinto a dôr;  
 Serão teus os meus suspiros,  
 Minha afeição, meu amor.

Da vida o doce prazer  
 Em mim fenece e se acaba,  
 Só esse amor não fallece,  
 Minha gentil Porangaba.

V. Em 1907 extinguiu-se aquelle nobre e lucido espirito. A mocidade natalense, que o adorava, fez-lhe então as mais carinhosas demonstrações de estima e admiração; e celebrou o trigesimo dia do seu passamento, publicando em sua honra uma polyanthéa, mesmo sob o titulo de *Lourival Açucena* (17). Entre os versos com que foi glorificado o poeta, podemos transcrever estes de Ivo Filho:

### MORRER SONHANDO

Recitados pelo autor á borda do tumulo do venerando poeta, na occasião do seu enterramento.

#### I

...O mundo é um chaos profundo, inveterado e triste...  
Vamos, musa, chorando!... A alma não resiste  
Viagem como esta emprehender sosinha...  
Anda! vamos depressa, é já quasi noitinha...  
A viagem é bem longa, e a estrada é deserta,  
Sinuosa, sombria, e de cardos coberta.

Isto disse o poeta á Musa enlanguecida,  
Numa allucinação torturosa da vida.

---

<sup>17</sup> Explicando a homenagem, vinha na polyanthéa este artigo, sob o titulo *O nosso patrono*: «A mocidade estudiosa de Natal julga um dever indeclinavel ante a memoria de Lourival Açucena prestar hoje ao talento do popularissimo trovador a homenagem que lhe é devida. Deste tributo com que celebram os moços o nome do intelligente e estimadissimo bohemio coube a iniciativa á nossa sociedade de lettras denominada «Officina Litteraria». Tanto quanto cabe no esforço dessa associação, os espiritos que nella laboram visam apenas a elevação do nivel intellectual norte-rio-grandense e o culto da arte no dominio das lettras. Si é esse o lemma dos obreiros da «Officina Litteraria», si esse é o seu desiderato e o seu ideal, o preito posthumo que rendemos a Lourival Açucena sob a forma de polyanthéa, para os nossos confrades constitua um imperativo dever, do qual dest'arte nos resgatamos. Lourival Açucena succumbiu, faz hoje um mez, aos 80 annos de idade, deixando uma prole honrada, que ha de perpetuar seu nome na vida objectiva, através das gerações da familia natalense. Um de seus filhos mais conhecidos é o professor Joaquim Lourival, preceptor provecto e intelligente propagandista da religião evangelica. Lourival Açucena não era um poeta erudito, nem mesmo illustrado, no sentido exacto da palavra. Era realmente um

## II

Cahia, então, a noite, amena e silenciosa,  
 E a lua, esmaecida, e exhausta de cansaço  
 Parecia sentir tristeza mysteriosa,  
 Galgando as amplidões interminas do espaço!  
 E o poeta, ao fital-a, ancioso e absorto,  
 Na tragica expressão do olhar sanguinolento,  
 Tinha a forma sênil de um ente semi-morto,  
 Quando, contemplativo, exangue, macilento,  
 Via fugir, tristonho, a ultima esperança...  
 E disse: «Oh! lua triste, angelica! Diana  
 «Que tens a candidez de innocente creança,  
 «Admira o que soffre a Natureza Humana,  
 «Toda cheia de tédio, e crueis desenganos,  
 «Vergando, assim, constricta, á passagem dos annos.  
 «Não vês? Fui eu, outr'ora, um vate, um trovador,  
 «Que cantava, a sonhar, as agruras do amor...  
 «E, sem nunca attender nem um só preconceito,  
 «Vaguei, na mocidade, em plena bohemia,  
 «Trazendo, no meu labio, um rir de satisfeito,  
 «Cheio de sonho e amor, quer noite fosse ou dia.  
 «E agora? Eis quasi extincta a vida desejada...  
 «Nem sombras vejo mais da passada alegria...  
 «Somente um dobre agudo o sino psalmodia,  
 «E um leito, a mim aberto a golpes de uma enxada»...

---

espirito intelligente, possuindo uma cultura litteraria muito superficial. Tinha — e era esta a caracteristica da sua intelligencia — uma feição mental accentuadamente poetica, na sua expressão ligeira; amena, alegre, cheia de verve satirica, e cheia de graça bem humorada. Nelle estava a personificação espiritual do trovador e do bohemio amavel, sem preocupações amofinantes da vida pratica, não se envolvendo nas agitações da politica partidaria, nem se dando ao incommodo de exercer, systematicamente, os seus direitos de cidadão nos pleitos, convencido talvez da inutilidade do voto, ou pelo receio de crear desaffectos entre os seus conterraneos. Porque, para o venerando vate natalense, a vida devia ser comprehendida pelo seu aspecto mais agradável, mais humano e mais lyrico. Amava a existencia e vivia ao rithmo de sua alma de trovador... Assim foi o adoravel e inesquecivel Lourival. Deixou o nosso vate uma infinidade de produções esparsas pela imprensa natalense... Muitos dos seus versos correm mundo, publicados em jornaes cariocas, portuguezes, e do extremo sul do Brazil»...

## III

E calou-se, depois, o vate encanecido,  
Contemplando, abysmado, os astros na amplidão  
Como si assim ouvisse algum surdo gemido  
Vindo do coração!

E, então, nessa expressão angelica e tristonha,  
Como, outr'ora, morreu, no Golgotha, Jesus,  
Elle deixou finar-se, em ancias de quem sonha,  
Espalhando, no mundo, um sorriso de luz.

VI. Depois do dr. José Moreira Brandão Castello Branco e outros <sup>(18)</sup>, vem o segundo, na ordem chronologica, dos representantes da familia Wanderley, o dr. Luiz Carlos Lins Wanderley, medico de nomeada, sobrinho e genro de João Carlos. Nasceu o dr. Luiz Wanderley no Assú, a 30 de Agosto de 1831; e falleceu em Natal a 10 de Fevereiro de 1890. Foi o primeiro filho da antiga provincia que se doutorou em medicina. <sup>(19)</sup>. Illustrou-se como poeta, dramaturgo, e jornalista. Deixou muitas obras publicadas, nenhuma das quaes, no emtanto, pudemos conhecer directamente. — O mesmo quasi que poderíamos dizer de varios outros espiritos da sua época <sup>(20)</sup>;

-----

<sup>18</sup> Sobre Moreira Brandão informa-nos o dr. Nestor Lima: «Nasceu em Goianinha a 14 de Setembro de 1828, e falleceu em Natal a 14 de Julho de 1895. Notavel politico, orador, advogado e jornalista». O dr. Luiz Fernandes accrescenta: «Formou-se em 1849; e entrára cedo na politica, assumindo a direcção do partido *sulista* (liberal) e começando logo por fundar uma pequena imprensa, de onde sahiu o *Argos Natalense*».

<sup>19</sup> É o que nos diz o dr. Nestor Lima.

<sup>20</sup> Entre meados do XIX e primeiros annos do seculo XX, floresceram na terra potiguar muitos filhos que se fizeram illustres. Segundo as notas do dr. Nestor Lima, aqui registramos os seguintes nomes: — dr. Francisco Gomes da Silva. «Nasceu em Natal, no anno de 1836; e falleceu no Recife a 28 de Outubro de 1880. Distincto jornalista, philosopho, jurista e politico». Mais talvez conhecido como politico, e jornalista sobretudo. Foi companheiro do padre João Manuel na redacção do *Conservador* (1869-1881). — Joaquim Guilherme de Souza Caldas. «Nasceu em Natal, a 26 de Junho de 1836, e ali falleceu a 26 de Fevereiro de 1898. Apreciado jornalista e poeta. Distinguia-se pela sua verve inextinguivel». — Almino Alvares Affon-

até que vem, com a segunda metade do século, o brilhante período de revivescência litteraria, culminado por Joaquim Fagundes e Segundo Wanderley. Fagundes quasi não teve tempo de passar de uma grande esperança, como disse, ao fazer-lhe o

---

so. «Nasceu no Patú, a 17 de Abril de 1840, e falleceu em Fortaleza, Ceará, a 13 de Fevereiro de 1899. Notavel orador, politico e latinista. Fez parte da Constituinte republicana em 1890-91, como senador pelo Rio Grande do Norte». — Padre João Manuel de Carvalho. «Nasceu em Natal, em 1840, e falleceu na cidade do Amparo (S. Paulo) em 1899. Notavel orador sacro, jornalista e politico, foi uma das figuras primaciaes da politica da provincia nos tempos do imperio, tendo-a representado na Camara temporaria, por diversas vezes, até 1889». Tornou-se este homem conhecido no Rio pelo desassombro com que nos ultimos dias do imperio, em plena sessão da Camara, gritou: «Viva a Republica!» Tambem se fez notorio como jornalista politico, pelo vigor da sua dialectica, e concisão e brilho do seu estylo. Em seus tempos de moço, antes de ordenar-se, trabalhou muito na imprensa de Natal. — Monsenhor Augusto Franklim Moreira da Silva. «Nasceu em Goianinha, a 19 de Março de 1842, e falleceu no Recife a 8 de Janeiro de 1906. Jornalista catholico, fundou e redigiu a *Era Nova*, folha de grande circulação». — Dr. Francisco das Chagas Souza Pinto: «Nasceu em Mossoró a 26 de Março de 1848, e falleceu em Manãos a 6 de Julho de 1895. Cultivava o direito e a historia, tendo deixado um bello trabalho sobre Fr. Miguelinho». — Elias Souto. «Nasceu no Assú, a 25 de Janeiro de 1848, e falleceu em Natal, a 17 de Maio de 1907. Jornalista vigoroso e independente, fundou e redigiu, desde muito moço até fallecer, os seguintes jornaes — *Primavera*, *Rosa*, *Saudade*, *Beija-flôr*, *Vagalume*, *Sertanejo*, *Abolição*, *Nortista*, e *Diario do Natal*, sendo este o primeiro orgão de publicação diaria feito no Estado». — José Leão Ferreira Souto. «Nascido no Assú a 10 de Abril de 1850, falleceu no Rio de Janeiro a 27 de Agosto de 1904. Distincto poeta e escriptor. Ardoroso republicano desde 1870, assignou o manifesto de 3 de Setembro. Publicou: *Microscopicos* (1871); *Gritos da carne* (1874); *Aves de arribação* (1877); *Commemorações* (1888); *Nictieroy* (versos) em 1894; *Silva Jardim* (apontamentos biographicos) e *Questões de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte*. Collaborou em varios jornaes do seu tempo». — Dr. Pedro Velho. «Nasceu em Natal, a 27 de Novembro de 1856, e falleceu no Recife a 9 de Dezembro de 1907. Eminente politico e primoroso orador e jornalista, foi o fundador do jornal *A Republica*, no dia 1 de Julho de 1889; creou e dirigiu o partido republicano na antiga provincia; organizou o Estado sob o novo regimen, e representou-o por muitas legislaturas no Congresso Nacional. Era doutor em medi-

necrologio, o dr. Moreira Brandão <sup>(21)</sup>. Tendo nascido em Natal em 1857, ali falleceu, aos 20 annos de idade, a 21 de Agosto de 1877, mas já deixando um nome estimado entre os intellectuaes da terra. Era mais jornalista e orador do que dado ás musas. Mesmo como poeta, no emtanto, deu provas do que viria a ser si a morte não o surprehendesse em plena manhã, no incendimento do seu bello espirito <sup>(22)</sup>. Foi um dos fundadores do *Echo Miguelino*, em cuja primeira edição foi publicado o hymno da sociedade de que era orgão a revista, letra de Fagundes, e musica de uma distincta senhora natalense <sup>(23)</sup>. Os versos de certo que se resentem de technica, mas dizem alguma coisa do estro do cantor <sup>(24)</sup>. — Segundo Wander-

cina». — Provavelmente ainda outros poderiam, mesmo entre os já fallecidos, ser citados com justiça, si não fossem escassas as notas de que dispomos.

<sup>21</sup> «Perdi — escreveu o dr. Moreira Brandão no *Ceará-Mirim* — um amigo dedicado, e a provincia uma de suas mais bellas esperanças. Na idade de 20 annos, sem estudos regulares, Joaquim Fagundes tinha sido redactor de dois periodicos — *Iris* e *Echo Miguelino*; escreveu dramas, que foram representados com successo; fez conferencias publicas, em que foi muito applaudido; e deixou varios escriptos, que revelaram um talento superior e privilegiado».

<sup>22</sup> Como elle proprio disse ao sentir que se approximava o fatal desenlace:

Já presinto da morte a negra sombra  
A seguir pressurosa os passos meus!  
Mas é tão cedo ainda! Sinto na alma  
Tanto fogo e amor! tanta esperança!

<sup>23</sup> D. Joanna Carolina Seabra de Vasconcellos. (Dr. Luiz Fernandes — *op. cit.*)

<sup>24</sup> É esta a letra do hymno, segundo a minuta que figura no trabalho do dr. Luiz Fernandes:

Quando ferve no peito do homem  
Liberdade — o vulcão imponente,  
Elle rompe os tropeços mais fortes,  
Sempre atóito, invencível e crente.

Eia! avante! eia, avante! marchemos,  
Miguelinos, a crer no porvir,  
Hasteando o pendão — liberdade  
Com que Deus nos acena a sorrir.

ley passa por ser o principe dos poetas potiguares <sup>(25)</sup>. Não sabemos com que justiça numa terra que conta um Açucena, um Itajubá, e outras figuras. — Nasceu o dr. Manuel Segundo Wanderley em Natal, a 6 de Abril de 1860, e ali falleceu a 14 de Janeiro de 1909. Como seu pai (dr. Luiz Carlos) formára-se em medicina. Além de philosopho e poeta, foi dramaturgo. Lidou muito na imprensa de Natal; e publicou varios volumes de versos, taes como *Estrellas cadentes*, *Gondolas*, *Miragens e prismas* etc.; e algumas peças de theatro (como *A louca da montanha*, *Brazileiros e Portuguezes*, *Amor e ciu-me*, etc.) <sup>(26)</sup>. — Os periodicos do tempo trazem muitas das suas produções poeticas. Ao ler este e outros poetas da epoca, tem-se nitida a impressão de que a musa arrebatada de Castro Alves é a que impera ali: aquella geração de cantores sentese inspirada das grandes causas humanas e das generosas idéas do tempo — a liberdade, o culto da justiça, a paixão do estudo, a patria, reformas sociaes. — Como documentos do valor de Segundo Wanderley, daremos alguns poemas, preferindo escolher entre os da phase da sua vida em que o seu espirito parece que está formado <sup>(27)</sup>. — Em 1890, em sessão littera-

---

E não tocam, não prendem seus pulsos  
Os grilhões que opprimem os vis:  
Si um dia cansado fenece,  
O seu nome immortal se bem diz.

E qual tocha — luzeiro divino —  
Si se some, seu brilho inda luz:  
E a crença de aos pobres valer  
Estes entes no mundo conduz.

Seguem-se umas dez estrophes mais, e termina:

Eia, avante! eia, avante! marchemos,  
Miguelinos, a crer no porvir,  
Hasteando o pendão — liberdade,  
Derramando instrucção no sorrir!

<sup>25</sup> Segundo o dr. Luiz Fernandes — *op. cit.*

<sup>26</sup> Diz-nos o dr. Nestor Lima que «corre por todo o Brazil a poesia O poeta e a fidalga, da lavra de Wanderley.

<sup>27</sup> Aliás, deste vulto é preciso dar o mais que possamos colligir. A fonte mais larga é a obra do desembargador Luiz Fernandes, na qual a primeira referencia ao poeta é de 1889. No n. 120 da

ria por ocasião de commemorar-se, no dia 1 de Março, o anniversario do Atheneu Norte-Rio-Grandense, recitou o poeta estas estrophes:

SURGE ET AMBULA!

Eu venho aqui admirar somente  
Este concerto juvenil, feliz;  
Eu venho aqui para sentir de perto  
Da mocidade as expansões febris;  
Não me deslumbram principescas festas,  
São fôgos fatuos de letaes paúes;  
Eu amo ouvir um farfalhar de idéas,  
Apraz-me ver a progressão da Luz.

---

*Gazeta do Natal* vêm estes versos, que o autor teve ensejo de recitar ao celebrar-se o primeiro anniversario da lei de 13 de Maio:

Quando um povo qualquer heroico se levanta  
Para banir um crime, um erro corrigir,  
Accende mais um sol no templo do progresso,  
Sóbe mais um degráu no templo do porvir.

Neste dia immortal de transição sublime  
Transborda a consciencia, exulta o coração,  
Transforma-se a senzala em luminosa tenda,  
O tronco faz-se altar, o escravo cidadão.

Para firmar, porem, esta conquista ingente  
E aniquilar p'ra sempre o servilismo vil  
É preciso banir a negra ignorancia,  
Dar ao liberto a luz e a instrucção civil.

O parlamento fez a lei anti-escravista,  
A princeza apagou o tetrico borrão;  
Compete agora a vós, oh mocidade athleta,  
Fazer do verme um sêr, do orphão vosso irmão.

Dia augusto e feliz, oh data de esperanças,  
Que de uma vez mataste 'a hydra social!  
Tu és mais que um phanal do céu americano,  
Es a gloria de um seculo, um bem universal!

A natureza inteira enfeita-se de galas,  
Singra a lua ridente a tela côr de anil,  
Saúda a humanidade em delirante applauso  
A mais bella epopéa da historia do Brazil.

— Ao solennizar-se em Natal o primeiro anniversario da Republica, recitou o poeta este soneto:

Filhos do Rio Grande, alçai as fronteas,  
Vinde applaudir as festas do direito;



Julgo o trabalho obrigação sublime,  
 Julgo a sciencia divinal dever:  
 Precisa o malho p'ra vencer a pedra,  
 O pensamento para o cahos vencer;  
 E nesta lucta gigantesca e santa,  
 Que a tantas glorias immortaes conduz,  
 Mesquinho o braço que fugir da arena,  
 Maldicto o peito que fugir da Luz.

AO livro, pois, oh mocidade augusta,  
 Ao livro todos com sincero afan;  
 O livro é germen de fecundas glorias,  
 Que a noite muda em divinal manhã;  
 Vibre-se o gladio da razão fulgente,  
 Deixai que a crença se derrame a flux,

---

Já outra crença affaga-nos o peito,  
 Já outro sol nos borda os horizontes.

Tudo se expande num prazer profundo,  
 Tudo respira um sentimento novo:  
 É que uma idéa transformou um povo,  
 E que um heróe resuscitou um mundo.

Tudo sorri da gloria á claridade,  
 Desde o virente altar da natureza  
 Té o ceruleo altar da Divindade.

Sim; depois de uma sombra um meteoro,  
 O mar devia esfracassar a penha,  
 Pedro ceder o posto a Deodoro!

Havia já publicado na *Republica*, ao festejar-se em Natal a queda do regim monarchico, o seguinte:

Quem no craneo sentir chammas ardentes  
 Do sagrado vulcão da Liberdade;  
 Quem fitar atravez da eternidade  
 O sublime perfil do Tiradentes;

Quem deseja que o vulto da Justiça  
 Se levante nas praças deslumbrante;  
 Quem aspira no peito de gigante  
 Ver a patria subir na grande liça;

Quem venera o trabalho, a honra, a gloria  
 E sacóde o borel do servilismo  
 Para vestir a tunica da Historia:

Hoje deve, adherindo á santa empreza,  
 Sobre os restos do extincto cataclysmo  
 As estrophes cantar da Marselheza.

Antes morrer-se combatendo o erro  
Do que viver-se num paiz sem Luz.

Segui a trilha do condor dos seculos,  
Segui o exemplo dos heróes de Alem;  
E semeiando do talento as perolas  
Que se recolhe o verdadeiro bem;  
Baldada a lei que condemnou Vesale,  
Odio improficuo o que matou Jesus;  
Porque o futuro é um sacrario enorme  
Que tem por hostia da verdade a Luz.

Hoje que a patria já não tem senhores,  
Hoje que a patria já não tem mais rei,  
Que a liberdade corrigiu o throno,  
Que a igualdade reformou a lei:  
Cumpre expellir dos corações briosos  
Da ignorancia o deleterio pús;  
Fazer entrar em borbotões no craneo  
Do amor a seiva, do progresso a Luz.

Novo horizonte se desdobra ao longe,  
Um ar mais puro se respira aqui,  
O que foi sombra ficou sendo aurora,  
Cahiu Saul para se erguer David:  
Moços, é tempo de expandir as azas,  
Scindir da gloria as regiões azues:  
Quem mais estuda mais laureis conquista,  
Mais se approxima do paiz da Luz.

Ouvi: um grito de eloquencia heroica  
De gruta em gruta reboando va!  
— É Camarão a vos dizer — avante!  
É Miguelinho a repetir — luctai!  
O cedro céde ao vendaval bravio,  
A onda quebra nos penhascos nús;  
Mas nada pôde aniquilar um povo.  
Que tem por base um pedestal de Luz.

Eu vos saúdo, legião sagrada,  
Raios fecundos de futuros sóes,  
Pleiade hoje de gentis mancebos,  
Mas amanhã constellação de heróes;  
Eu vos saúdo repetindo sempre  
Esta verdade que a razão seduz:  
Para a grandeza assignalar de um seculo  
É necessario — Liberdade e Luz!

— Em 1905 fallecia um padre, o vigario João Maria, que deixára tradições de grande espirito de caridade e de humildade christã <sup>(28)</sup>. A musa piedosa de Segundo Wanderley gemeu então, com a alma da terra, estes versos tão sentidos:

#### EXTREMA UNÇÃO

Musa do lucto, Musa da tristeza,  
Toma o psalterio roxo da saudade:  
Vamos cantar o Sol da Caridade,  
Vamos carpir o anjo da pobreza.

Quem dos fracos succumbe na defesa,  
Contemplando da Gloria a claridade,  
Tem no proprio martyrio a majestade,  
Tem no mesmo Calvario a realzeza.

Musa, não ouves um concerto extranho?  
Chega da Magua o palido rebanho:  
Deixa que pare o lugubre cortejo...

Emquanto a nota afinas da amargura,  
Naquella fronte aureolada e pura  
Quero imprimir o derradeiro beijo... <sup>(29)</sup>

<sup>28</sup> É bastante dizer que recordando a memoria deste homem, dez annos depois do seu fallecimento, escrevia o dr. Eloy de Souza um artigo na *Republica*, do qual transcrevemos estes trechos: «O padre João Maria foi uma das mais virtuosas vocações sacerdotaes que temos conhecido. Viveu humildemente; e esta humildade sem artificios deu-lhe sobre as almas de sua parochia a autoridade de um santo. Simples e bom, andava de lar em lar exercendo sua missão de parochão com a serenidade dos justos, e a unção de um espirito que, mesmo falando aos homens, não tirava o pensamento de Deus».

<sup>29</sup> São do poeta ainda estes sonetos, o primeiro dedicado á memoria do dr. Silva Jardim, e o segundo commemorando o anniversario da revista *Le Monde marche*:

Evocado, talvez, por força extranha,  
Assombrada de ver tanta victoria,  
Elle se arroja aos cimos da montanha  
Como attingira ao vertice da gloria!

Era grande de mais a sua empreza,  
Ia alem da razão o seu intento;

VII. Como dissemos, é nesta epoca (de meados a fins do seculo) que se faz o maior movimento litterario no Rio Grande do Norte. Nella figuram: Joaquim Candido da Costa Pereira <sup>(30)</sup>; Braz de Andrade Mello <sup>(31)</sup>; Pedro Alexandrino <sup>(32)</sup>;

---

Mas não teme affrontar a natureza  
Quem consegue vencer o sentimento!

E quando assim sublime elle se erguia  
P'ra arrancar ao vulcão a lava ardente  
E fulminar com ella a monarchia...

Basta: — lhe brada a voz da Majestade;  
E ali tombou, legando ao mundo inteiro  
Silvas de luz, jardins de Liberdade!

---

Desperta a natureza em majestosa festa  
Aos beijos tropicaes da loura madrugada;  
Ha idilios de amor no seio da floresta,  
Epopéas de luz na esphera constellada.

Num espasmo febril de delirante accesso  
O mar atira á praia um turbilhão de espumas;  
E o sol fecundo e bom das lettras, do progresso  
Dissipa do futuro as pardacentas brumas.

Aqui, ergue-se um templo á santa Liberdade,  
Ali, a consciencia applaude uma Verdade,  
Alem, surge uma idéa esplendorosa e sã...

A alma se dilata, o seculo se levanta,  
A mocidade marcha, o mundo se adianta,  
E tudo segue a lei do grande Pelletan.

<sup>30</sup> Segundo o dr. Nestor Lima — «nasceu em Natal, a 14 de Maio de 1862, e falleceu no Amparo, S. Paulo, a 29 de Janeiro de 1897. Jornalista, poeta e musicista. Era doutor em medicina». Dera em Natal, em 1886, o *Sorriso*, jornalzinho dedicado ao bello sexo.

<sup>31</sup> Nota do dr. Nestor Lima: «Nasceu Braz de Mello em São José de Mipibú, a 17 de Abril de 1866, e falleceu em Natal a 16 de Março de 1895. Orador, jornalista e politico de grande merecimento». Era formado em direito. Parece que tinha gosto pelos estudos de historia e de chronica, tendo publicado, quando ainda estudante no Recife, umas *Notas norte-rio-grandenses*, no jornal *Cascabulho*.

<sup>32</sup> «Nasceu em Natal a 26 de Abril de 1871, e ahi falleceu a 5 de Outubro de 1917. Eximio prosador, jornalista e cultor da lingua vernacula». (Dr. Nestor Lima).

José da Penha <sup>(33)</sup>; Ferro Cardoso <sup>(34)</sup>; Auta de Souza; Ferreira Itajubá; Antonio Marinho Pessoa <sup>(35)</sup>; José Gothardo Netto <sup>(36)</sup>;

<sup>33</sup> «Nasceu em Angicos, a 13 de Maio de 1875, e falleceu em Miguel Calmon, Ceará, a 21 de Fevereiro de 1914. Militar, jornalista, politico, e orador vigoroso, publicou diversas obras sobre assumptos de sua profissão; como: *Pela Patria e pelo Exercito, O espiritismo e e os sabios, Pela defesa nacional, Manual Militar, Salinesia, etc.*» (*Ibidem*).

<sup>34</sup> «Nascido em Natal, falleceu no Rio a 5 de Abril de 1899. Distincto engenheiro, foi autor do plano para a cupula da Candelaria, do Rio». (*Ibid.*).

<sup>35</sup> «Nasceu em Natal em 1878, e falleceu em Angicos a 4 de Maio de 1902. Distincto litterato, e critico de merecimento». (*Ibid.*).

<sup>36</sup> «Nasceu em Natal a 24 de Julho de 1881, e ahi falleceu a 7 de Maio de 1911. Excellente poeta e jornalista. Deixou inedito um volume de versos, *Folhas mortas*, publicado mais tarde». Redigiu, com outros, o *Album* (1902-3). São delle estes dois sonetos que transcrevemos da obra do dr. Luiz Fernandes:

#### PAGINA AZUL

##### 1

O seductora e pallida morena,  
De voz divina e fulgidos olhares;  
Tens no cabelo o aroma dos pomares  
E o perfil de uma débil açucena.

Dorme em teu sêr, como o coral nos mares,  
A luz, a luz nostalgica e serena  
Que orvalha as noites dessa vida amena  
E os meus dias de gelidos pezares.

Nesse olhar de gazella espavorida  
Fulge um santelmo — esplendida guarida  
Nas procellas da duvida terrena!

Em ti se encerra tudo o bem que aspiro:  
És meu sonho, és meu canto, és meu suspiro,  
O seductora e pallida morena.

##### II

Vejo-a agora passar... volta do banho...  
Volta... que ainda as perolas mimosas  
Descem das ondas puras e formosas  
Do cabelo aromatico e castanho.

Na carne em flôr, de um colorido estranho,  
Tens vivas seducções peccaminosas...  
As antigas bellezas fabulosas  
Jamais brilham com fulgor tamanho.

Anna Lima <sup>(37)</sup>; Cicero Moura <sup>(38)</sup> outros representantes da família Wanderley (Adolpho Carlos <sup>(39)</sup>; Ezequiel <sup>(40)</sup>, e Celesti-

Todos dirão: — que magicos olhares  
Tem essa virgem languida e franzina,  
Essa flôr das morenas potiguares!

E passa... e passa com gentil vaidade,  
No doce encanto da mulher divina,  
No divino esplendor da mocidade.

<sup>37</sup> «Nasceu no Assú a 16 de Maio de 1882, e falleceu em Natal a 18 de Janeiro de 1918. Inspirada poetisa. Escreveu o *Verbenas*, 2 volumes, cuja primeira parte foi publicada e exgotada. Casando-se em 1906, deixou as musas, que cultivava nos seus ultimos dias, em momentos de grandes emoções». — «Tendo fallecido — escreve o dessembargador Luiz Fernandes — ás 3 horas da madrugada do dia 7 de Fevereiro desse anno (1901) a distincta poetisa norte-rio-grandense Auta de Souza, o *Oasis*, como homenagem do gremio litterario *Le Monde marche* á memoria de sua pranteada consocia, publicou a 16 uma edição especial, em cuja primeira pagina estampou o seu retrato, e em que se notam varios artigos e discursos sobre o tristissimo acontecimento, e o seguinte soneto de Anna Lima, a inspirada cantora das *Verbenas*:

#### MORTA!

##### A AUTA DE SOUSA

Vouu ás plagas da eternal ventura  
Aquella pobre martyr adorada,  
Levando á fronte a corôa immaculada  
Do tormento, do amor e da candura.

No coração da Patria a desventura  
Vibra a nota mais triste e angustiada,  
Emquanto esta minh'alma consternada  
Verte prantos de dôr e de amargura!

Foi-lhe a vida tão curta e desditosa...  
Como a breve existencia de uma rosa  
E a passagem dos anjos pela terra!

Partiu! Foi para o Céu a pobre santa!  
Sua lyra adoravel já não canta:  
Escrinio de ouro que o sepulchro encerra!

<sup>38</sup> «Nasceu em Natal a 27 de Agosto de 1882, e falleceu em Montanhas a 31 de Agosto de 1906. Poeta. Publicou *Alvoradas*, volume de bons versos».

<sup>39</sup> Este foi jornalista. Redigiu o *Liberal Rio-Grandense* durante algum tempo.

<sup>40</sup> Publicou versos na imprensa local. Em 1896, appareceu no *Oasis* este soneto de sua lavra:

no <sup>(41)</sup>; Benvenuto de Oliveira <sup>(42)</sup>; Polycarpo Feitosa <sup>(43)</sup>; Pedro

---

ALVARES DE AZEVEDO

Parca ingrata e cruel, o que fizeste?!  
Flagello aterrador da humanidade,  
Mergulhaste nas sombras de um cypreste  
Um genio inda na flôr da mocidade!

Cahiu! Eil-o dormindo o somno ethereo,  
Envolto nos trophêus de ingente historia,  
Seu leito foi o chão de um cemiterio;  
A mortalha — um poema; o esquife — a gloria.

Como um sol divinal, bello e fecundo,  
Buscou as regiões de um novo mundo  
A aguia pelo espaço assim perdida...

Depois, o coração da Patria, afflicto,  
No seu tumulto de luz deixou escripto:  
«Foi poeta, sonhou e amou na vida».

<sup>41</sup> Tem publicado versos nos jornaes da terra.

<sup>42</sup> Benvenuto de Oliveira tornou-se um nome conhecido em certas rodas cá do sul. Infelizmente delle apenas encontramos o seguinte no livro do dr. Luiz Fernandes:

*Aos meus collegas das lides escholasticas do Atheneu Rio-Grandense:*

Salve, iflhos denodados  
Do grande imperio da Cruz!  
Mocidade que ao futuro  
A náu da patria conduz.  
Erguei-vos, mostrai-vos grandes,  
Subi ao topo dos Andes,  
Illuminando a razão!  
Luz ao plebeu, luz ao nobre!...  
Quem póde de luz ser pobre  
Na Patria do Camarão?!

Vossa missão é sublime:  
Eia, collegas, marchai!  
Não trepideis um só passo,  
Avante! sempre luctai!  
Coragem! todos á lucta  
Gloriosa e impolluta,  
Que luctar é progredir!  
Ninguém recue, que é fraqueza;  
Avançar, sim, que é nobreza,  
A conquista do porvir!

Avelino (<sup>44</sup>); Antonio de Souza (<sup>45</sup>); Honorio Carrilho (<sup>46</sup>); Hen-

Depois de mais tres estrophes, fecha com esta:

Collegas, eu vos saúdo  
Por ser dos vossos tambem;  
Que juntos todos fitemos  
O ceu nitente de alem!...  
Bem sei que a lucta é terrivel,  
Mas vós, phalange invencivel,  
Sem torpêdos, sem fusil,  
Sabereis cantar victoria,  
Colher as palmas da gloria  
Glorificando o Brazil!

<sup>43</sup> Prosador de merito, distinguindo-se como jornalista. Em 1899 collaborou na *Republica*. Deu ali uma serie de «artigos magistraes sobre educação da mulher».

<sup>44</sup> Foi em 1898 um dos redactores da *Republica*, em companhia dos drs. Alberto Maranhão, Manuel Dantas e Juvenal Lamartine. Depois tomou a direcção de uma nova gazeta fundada em Natal. Em 1892 redigira o *Caixeiro*. Jornalista esforçado e destemido, assumiu em 1901, quando se retirou da *Republica*, a redacção da *Gazeta do Commercio*. «Sahiu com regularidade durante mais de tres annos (a *Gazeta do Commercio*). Assaltada, porém, extraordinariamente damnificadas as suas machinas e destruido todo o seu material typographico, na noite de 18 para 19 de Fevereiro de 1905, foi ella forçada a suspender sua publicação até 1 de Dezembro de 1907, quando resurgiu *orientada pelo mesmo pensamento e inspirada pelos mesmos ideaes, devotada aos interesses do commercio, da lavoura, da industria, e á defesa intransigente dos direitos dos opprimidos*». (Dr. Luiz Fernandes).

<sup>45</sup> Como jornalista, trabalhou o dr. Antonio de Souza por muito tempo na *Republica*, tendo sido um dos companheiros dedicados do dr. Pedro Velho nesse jornal. Como elle, outros muitos collaboraram ali: drs. Augusto Tavares de Lyra, Junqueira Ayres, Amaro Calvalcante, Pinto de Abreu, Hemeterio Filho, Meira e Sá, Luiz Fernandes, Homem de Siqueira, Manuel Dantas etc.

<sup>46</sup> Poeta. Segundo o dr. Luiz Fernandes, publicou muitos versos nos jornaes da terra, principalmente no *Porvir* (1889-90); mas infelizmente não temos a nosso alcance nenhuma das suas producções. Sempre se dedicou muito á maçonaria! Formado em direito.



rique Castriciano (47); Francisco Palma (48); Alberto Garcia (49);

<sup>47</sup> Politico, advogado, e mais que tudo, homem de espirito. Poeta e prosador brilhante.

<sup>48</sup> Tambem poeta. Com Castriciano collaborou no *Artista* (1892) o jornal de Segundo Wanderley. Dá-nos d'elle o dr. Luiz Fernandes o seguinte soneto publicado no *Oasis* em 1904 por occasião da secca:

#### MISERIA!

Na branca estrada nãa, esbrazeante,  
Ao sol tenaz, de fogo diluido,  
Vai-se arrastando o espectro alem perdido  
Da pobre filha do sertão distante.

Segue, apertando ao seio, mal sustido  
Pelas tadigas do viver errante,  
Como um pedaço d'alma delirante,  
O corpinho do filho adormecido.

Mas, de repente, o seu olhar se offusca...  
Ella se abate na tortura brusca,  
E o sol da vida nesse olhar se some.

Chora, mais tarde, um orphão no caminho...  
E o mundo... e o mundo desigual, mesquinho,  
Onde os filhos de Deus morrem de fome!

E mais este, publicado na *Tribuna*, revista da associação Congresso Litterario:

#### MIGUELINHO

Heróe! neste recanto abençoado,  
Nesta nesga da patria soberana,  
A tua historia limpida espadana  
O brilho do dever, sacramentado,

E dessa historia penso que dimana  
Sobre a alma do povo denodado  
O evangelho rutilo e sagrado  
Que lhe ensinaste em tua vida insana.

Quizeste propagar uma utopia,  
Mudar num sonho de ouro a tyrannia,  
E esta deu-te a morte por sentença.

Porem de teu divino pensamento  
Medrou, cresceu o candido rebento  
No collo amigo desta patria immensa.

E ainda este em alexandrinos, recitado no Theatro Carlos Gomes, em Natal, por occasião de celebrar-se uma sessão solenne do Ins-

Galdino Lima Filho <sup>(50)</sup>; Sebastião Fernandes <sup>(51)</sup>; Antonio Soa-

tituto Historico em honra á memoria de Fr. Miguelinho, cujo centenario se commemorou em 1917 (a 12 de Junho):

#### INVOCACÃO

(A' MEMORIA DE MIGUELINHO)

Berço pendente ao sol purissimo do Norte,  
Terra cheia de luz, de bondade e carinho,  
Já tingiram teu seio os negros da sorte,  
Já mancharam de sangue o teu longo caminho

Berço cheio de amor, terra de Miguelinho,  
Seio immenso de mãe, consolador e forte,  
Que lhe dêste a beber o generoso vinho  
Da Virtude e da Fé para enfrentar a morte.

Dá-me a triste visão do Calvario bemdicto!  
A tyrannia humana em face do infinito  
E o sereno perfil do grande tuzilado.

Morreu, dentro da luz de um pensamento novo...  
E é preciso guardar no coração do povo  
O valor dos heróis e as glorias do passado.

<sup>49</sup> Jornalista e homem de letras. Com Francisco Palma e José Bernardo Filho, redigiu o *Potiguar* (1892-3).

<sup>50</sup> Temos deste poeta o seguinte soneto:

#### CASIMIRO DE ABREU

No dorso descampado do infinito  
Tombou, sem luz, um sol esperançoso,  
Cujo nome fulgente o tempo idoso  
Gravou na historia em letras de granito.

«Em pleno despontar da mocidade»  
Sentiu a morte lhe embargar os passos:  
E assim o vate, rico de canções,  
Alou-se ás regiões da eternidade.

Morreu, sem ver na hora derradeira  
O sabiá cantar alegremente  
No verdejante leque da palmeira...

Da campa que hoje o guarda estremecida  
Vejo na lousa, leio tristemente:  
«Foi poeta, sonhou e amou na vida».

E o seguinte hymno, que compoz para a loja maçonica «Evolução 2.ª» (1906):

Salve! Luz que despontas dourando  
Os infindos espaços de além!  
E que vens sobre nós espalhando  
As scentêlhas fecundas do Bem.

res <sup>(52)</sup>; Pedro Mello <sup>(53)</sup>; Catão de P. <sup>(54)</sup>; Ivo Filho <sup>(55)</sup>; Isabel

---

O teu brilho nitente e propício  
 Tem o vasto poder seductor  
 De abater as masmorras do vício  
 E elevar as trincheiras do Amor.

Symboliza o teu raio bemvindo  
 Da Virtude o formoso clarão,  
 Em seu beijo de luz reflectindo  
 A mais nobre e feliz ambição.

Quando, esquiva, nos foge a esperança  
 E da sorte nos fere o rigor,  
 És o iris de grata bonança  
 Dissipando da vida o negror.

Como a estrella bemdita de outr'ora  
 Os tres Magos guiando a Jesus,  
 Esta nova phalange de agora  
 Do Progresso ás paragens conduz!

Ave! sol que annuncias da altura  
 Do Porvir a manhã triumphal!  
 És a nossa caricia mais pura,  
 És o nosso mais santo ideal.

Sob a cupula estellar deste Templo,  
 Onde impera somente a Verdade,  
 Dá que seja esta Loja um exemplo  
 De Trabalho, de Paz, de Amizade!

<sup>51</sup> Deste igualmente podemos registrar ao menos um soneto, e glosando o mesmo motte que glosaram Ezequiel Wanderley e Galdino Lima: *Foi poeta, sonhou e amou na vida*»:

#### CASTRO ALVES

Agua maior que o dorso do infinito,  
 Genio fecundo, sol predestinado,  
 Que no cume desforme do Nevado  
 «Mandaste a Deus do captivem o grito!»

Condor altivo, que nuns vãos grandes  
 Foste buscar alem da immensidade  
 A redemptora luz da Liberdade  
 L a derramaste «do oceano aos Andes!...»

Mas hoje tua musa, terna e pura,  
 Chora e soluça numa voz sentida,  
 Co'a lyra á mão, ao pé da sepultura,

Emquanto a Fama com a tuba erguida  
 Vai repetindo á geração futura:  
 «Foi poeta, sonhou e amou na vida».

<sup>52</sup> Formado em direito, magistrado hoje, poeta nos bons tem-

Gondim <sup>(56)</sup>; Nestor Lima <sup>(57)</sup>; Francisco Othilio <sup>(58)</sup>; Padre Flo-

pos, foi (1899) dos mais assíduos colaboradores do *Oasis*. Delle nos dá o dr. Luiz Fernandes este soneto:

## NOVO EDEN

Pela grama viçosa dos caminhos,  
Entre lírios e rosas, entre flôres,  
Seguidos pela musica dos ninhos,  
Vamos, querida, á patria dos amores

O céu aqui é de azuladas côres,  
Lá é feito de rosaes de arminhos...  
Que lindos campos!... E verás, si fôres,  
Que lá cantam melhor os passarinhos.

Busquemos o encantado paraíso,  
Onde a tristeza nós desconhecemos  
E onde o pranto se transforma em riso.

Lá... que vida ditosa gosaremos!...  
Viveremos de um beijo, de um sorriso,  
Invejados do mundo em que vivemos!

<sup>53</sup> Jornalista e poeta. É da sua lavra o seguinte soneto:

## ESCUTA...

A J. PINHEIRO

Graça das Graças, deusa da ternura,  
De meu viver clarissima harmonia,  
Aclara e ategra a triste cella escura  
Onde esquecido vivo noite e dia...

De teu sorriso a doce melodia  
Seja-me sempre, oh! santa creatura,  
A bemdicta canção, a symphonia  
Que me faça esquecer a desventura.

Na solidão em que me vês sosinho  
Do amor que o lírio desabroche e exhale  
O perfume ideal de teu carinho.

E deste amor que me escraviza insano  
Tudo em minh'alma apaixonada fale  
O anjo bom da Graça soberano...

<sup>54</sup> Deste escreve o dr. Luiz Fernandes: «Escondida numa das paginas do 1.º numero (da revista *Oasis*) fui encontrar modesta, mas interessante poesia de Catão de P., poeta de quem nunca ouvi falar em nosso mundo litterario». Dar-se-á então o caso de que seja um pseudonymo? Seja como fôr, aqui está uma ballada que o dr. L. Fernandes transcreve da dita revista:

Teus olhos fitei um dia  
Em busca de uma illusão,

rencio Gomes <sup>(59)</sup>; Rego Monteiro <sup>(60)</sup>; Alcantara Deão <sup>(61)</sup>; Ca-

Julgando que em ti, Maria,  
Palpitava um coração.

• Doces sonhos côr de rosa  
Nelles pensei descobrir...  
A luz de minh'alma anciosa,  
A visão de meu porvir.

Toda essa rosea esperança  
Não mais me enflora hoje a vida:  
Sou como a barca perdida  
Num negro mar sem bonança.

Não vês? O meu pranto escorre...  
Pois essa illusão tão vaga  
Fol como a luz que se apaga,  
Como um sorriso que morre!

<sup>55</sup> Deste poeta já transcrevemos no texto atrás uma poesia que apparecêra na polyanthêa dedicada a Lourival Açucena.

<sup>56</sup> Escripтора e poetisa. Entre as obras que tem publicado, conhecemos: um poema em tres cantos, intitulado *O Brazil*; um drama — *O sacrificio do amor*; e um estudo sobre a revolução de 1817 na antiga capitania do Rio Grande do Norte.

<sup>57</sup> Professor, advogado e homem de letras. Tem publicado: *A matriz de Natal*, excellente memoria historica; *O quartel militar de Natal*, tambem monographia historica; e *O culto da patria e a missão dos mestres*, allocução proferida como paranympho na collação de grau aos novos professores da Escola Normal, em sessão solenne da Congregação dos Lentes em 19 de Novembro de 1913.

<sup>58</sup> No jornal *O Recreio*, onde appareceu um soneto de Lourival Açucena, já transcripto atrás, foi tambem publicada uma glosa de Francisco Othilio ao mesmo conhecido motte que Açucena glosára: *Hei de martyr de amor morrer te amando*. É este o soneto de Othilio:

Embora tua fêra ingratidão,  
Alçando a negra mão d'iniquidade,  
Com todo seu furor e crueldade  
Me fira sem remorso e compaixão;

Embora sem ter eu dado razão,  
Já não mais acredites na amizade  
Que com tanta firmeza e lealdade  
Te consagra meu terno coração;

Embora, finalmente, abandonado  
De til, cruel, por quem vivo penando  
E a quem alma e vida tenho dado;

No retiro da dôr triste chorando  
O meu impio, ferino e duro fado,  
«Hei de martyr de amor morrer te amando».

Iasans Pinheiro <sup>(62)</sup>; Vicente Lemos <sup>(63)</sup>; Luiz Fernandes <sup>(64)</sup>; Eloy de Souza <sup>(65)</sup>; Tavares de Lyra <sup>(66)</sup>; e grande numero de outros nomes, mais ou menos illustres na terra <sup>(67)</sup>. — D'entre todos esses, muitos se destacam pelo seu merito excepcional; e muito lamentamos que nos não seja possivel tornar mais extensa, a respeito de cada um, a noticia que resumimos por falta de sufficiente documentação. — Felizmente, a tres desses nomes podemos fazer mais amplas referencias, aproveitando-nos desta oportunidade, que nos é muito grata, de

<sup>59</sup> «Vigario do Apody — diz o dr. Luiz Fernandes — e, em seu tempo, bom poeta, e um dos politicos mais em evidencia».

<sup>60</sup> Jesuino Rodolpho do Rego Monteiro. Jornalista. Collaborou no *Recreio*.

<sup>61</sup> Pedro J. de Alcantara Deão. Tambem jornalista e poeta.

<sup>62</sup> Durante os tempos de estudante, trabalhou na imprensa local. Depois ordenou-se; e alem do sagrado ministerio, exerceu a função de lente no Atheneu. Dedicou-se tambem á historia.

<sup>63</sup> Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos. Devemos ainda ao dr. Nestor Lima umas boas notas sobre esta figura austera e veneranda, recentemente fallecida em Natal.

<sup>64</sup> Desembargador Luiz M. Fernandes Sobrinho, outro procer veneravel da intellectualidade do norte; e a cujo espirito tanto deve a historia do Rio Grande. Ainda hoje é um trabalhador infatigavel da imprensa de Natal, sobretudo illustrando as paginas da *Revista do Instituto Historico*. O seu trabalho de mais folego, e de alto preço pelas excellentes notas que registra, é sem duvida o que nos deu sobre a historia da imprensa naquelle Estado.

<sup>65</sup> Politico de alto valimento no Estado, e brilhante jornalista. Tem representado o Rio Grande, primeiro na Camara, depois no Senado da Republica.

<sup>66</sup> O dr. Augusto Tavares de Lyra tem-se destacado como politico e como historiador. Como homem politico tem exercido a alta administração, tanto no seu Estado como na politica federal. Tem sido deputado, senador, e ministro por mais de uma vez. Como escriptor, tem publicado varias obras, entre as quaes *O Rio Grande do Norte*, em 1911, e *Notas historicas sobre o Rio Grande do Norte*, em 1918.

<sup>67</sup> Do trabalho do desembargador Luiz Fernandes colhem-se (*passim*) muitos nomes, como: Rodrigues Leite, José Prospero, Pedro Viveiros, Alfredo Carvalho, Maria Carolina C. Wanderley, Carolina Naninguer, Luiz Lobo, José Barbosa, Luiz Trindade, Urbano Hermillo, Augusto Wanderley, Theophilo Marinho, Luiz Torres, Cornelio Leite, Odilon Amyntas, Manuel Coelho, Ovidio Fernandes, José Pinto, Horacio Barreto, Manuel Dantas, Sergio Barreto, Pinto de Abreu, etc.

render á memoria dessas figuras primaciaes este preito de justiça.—Por uma circumstancia que nos commove (<sup>68</sup>), apraz-nos que, tenha o primeiro logar o historiador Vicente de Lemos, a cujo esforço e talento deve a terra potiguar muita coisa do seu passado que hoje se conhece. — Nasceu o desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos na cidade do Recife a 28 de Outubro de 1850 (<sup>69</sup>). Bacharelou-se em 1873 (a 13 de Novembro). Tendo exercido por algum tempo a advocacia em Pernambuco, sentiu logo que o seu espirito não se dava com a profissão. Resolveu dedicar-se á magistratura, e foi para o Rio Grande do Norte, onde fez toda a sua carreira de juiz, começando como promotor publico em Macau, e subindo, de posto em posto, até o Superior Tribunal de Justiça do Estado (<sup>70</sup>). Principalmente depois que se fixou em Natal, foi consagrando com crescente devotamento á historia o tempo que lhe sobrava da judicatura. Prestou grandes serviços ao Estado nas questões de limites que teve este de sustentar com o Ceará (<sup>71</sup>).

---

<sup>68</sup> Tivemos ensejo (em 1917) de conhecer pessoalmente nos seus ultimos dias em Natal o nobre ancião, já muito alquebrado, mas tendo ainda muito vivo o seu espirito e a sua paixão pela historia. Alem disso, levou elle nessa occasião a sua sympathia e bondade até offerecer-nos umas linhas geraes (em manuscrito) da ultima parte do seu importante trabalho já impresso *Governadores e capitães-móres do Rio Grande do Norte*, onde mostra o seu carinho pelas coisas da terra, e a segurança com que investiga a verdade historica.

<sup>69</sup> Foram seus pais Vicente Herculano de Lemos Duarte e D. Bernardina de Senna Lemos. Fez os seus primeiros estudos mesmo no Recife, «no collegio «São Bernardo» e no Collegio das Artes, annexo á Faculdade de Direito, na qual se bacharelou em 13 de Novembro de 1873».

<sup>70</sup> «Logo depois de formado (diz-nos o dr. Nestor Lima) dedicou-se á advocacia, no Recife; e, vindo para o Rio Grande do Norte, fez toda a sua carreira na magistratura. Promotor de Macau (1875), juiz municipal e de orphãos do Principe (hoje Caicó), de 1877 a 1882; promotor do Assú (1885), do Mossoró (1886), e do Assú novamente (1887); Juiz de casamentos da capital (1890); Juiz de Direito de Canguaretama (1892) e da capital, em 1895. Nomeado desembargador membro do Superior Tribunal de Justiça (em 1898) ahi se manteve durante 20 annos, sempre respeitado pelo seu bello talento e cultura juridica. Deixou o tribunal em principios de 1918, para gosar dos favores da lei do montepio».

<sup>71</sup> «Quando, em 1902, irrompeu o litigio sobre Grossos, entre

Fundou com outros em Natal o Instituto Historico e Geographico, em 1902, tendo sido seu presidente durante muitos annos. Collaborou na imprensa local, preferindo sempre os assumptos de sua predilecção — a chronica, a critica historica, a biographia, etc. Entre os seus trabalhos, destaca-se o que tem por titulo *Capitães-móres e Governadores do Rio Grande do Norte*, cujo primeiro volume já está publicado, não tendo infelizmente o autor podido concluir o segundo. — Foi, pois, o desembargador Vicente de Lemos um vulto notavel da historia rio-grandense. Por occasião do seu fallecimento (a 3 de Dezembro de 1918) rendeu-lhe o Estado as mais merecidas honras (72).

VIII. Vem agora Auta de Souza, a mallograda poetisa norte-rio-grandense, cujo nome é talvez, entre todos os de seus compatricios, o mais conhecido nos circulos de cultura litteraria do paiz. Nascêra ella em Macayba a 12 de Setembro de 1876; e fallecêra a 7 de Fevereiro de 1901, contando, portanto, apenas pouco mais de 24 annos de idade. Pelo que se vê de uma dedicatoria do seu livro, educára-se no «Collegio da Estancia, em Pernambuco»; e depois convivêra em Natal com os melhores espiritos entre os que mais influencia exer-

---

o Ceará e o Rio Grande, foi o desembargador Lemos commissionedo pelo Governo para pesquisar documentos nos archivros de Pernambuco e do Rio, em defesa dos nossos direitos. Abriu-se-lhe então uma brilhante phase de actividade. Conseguiu documentos importantes e em grande copia. Confeccionou valiosos trabalhos com o dr. Tavares de Lyra; e fundou o Instituto Historico e Geographico, em 29 de Março de 1902, ao qual dedicou todo o seu esforço, e do qual foi presidente durante muitos annos. Era agente auxiliar do director do Archivo Nacional. Escreveu muitos trabalhos para os jornaes, sobre chronica e historia local; manteve curiosas polemicas acêrca de factos e figuras do nosso passado, e construiu esse monumento, que é o livro *Capitães-móres e Governadores do Rio Grande do Norte*, obra de largo folego, rica documentação e methodo admiravel. O 1.º volume já se acha publicado; o 2.º, bem adiantado, não foi concluido, como elle o planejava. Era figura de maximo relevo nas lettras, na historia e na magistratura do Rio Grande do Norte».

72 «Casado com d. Maria Olindina Bulcão de Lemos, que lhe sobrevive, deixou seis filhos: drs. Vicente de Lemos Filho e Bellarmino Lemos, d. Isaura Medeiros, esposa do major Candido Medeiros, e d. Ma-



ciam naquella geração (<sup>73</sup>). Desde cedo pareceu presa de um mal, que com o correr do tempo se aggravava. Dahi a nota profundamente melancolica dos seus versos. Á medida que se sente desenganado daquella vida dolorosa, a sua resignação se vai consolando de cantar corajosamente os proprios males. Isto se sente bem no livro em que reuniu os seus versos, e a que

ria Amelia Soares de Araujo, casada com o dr. Antonio Soares; e senhoritas Carlota e Bernardina, solteiras. — Falleceu o desembargador Vicente de Lemos no dia 3 de Dezembro de 1918, victima da *arterio-sclerose*, sendo seus funeraes feitos por conta do Estado.

<sup>73</sup> Seu illustre irmão o dr. Henrique Castriciano escreveu a respeito della as seguintes notas: «Auta de Souza nasceu em Macahyba, pequena cidade do Rio Grande do Norte, em 12 de Setembro de 1876; educou-se no collegio «São Vicente de Paula», em Pernambuco, sob a direcção de religiosas francezas; e falleceu em 7 de Fevereiro de 1901 na cidade de Natal. Uma biographia simples como os seus versos e o seu coração... Ella não conheceu os obstaculos que encheram de tormento a existencia de Marcelline Desborde-Valmore. Desde muito cedo, porem, sentiu todo o horror da morte. Aos quatorze annos, quando lhe appareceram os primeiros symptomas do mal que a victimou, não havia senão sombras em seu espirito: era já orphã de pai e mãe, tendo assistido ao espectaculo inesquecivel do anniquilamento de um irmão devorado pelas chammas, numa noite de assombro. Assim, desde a infancia, o destino lhe appareceu como um enigma sem a possibilidade de outra decifração que o luto. Salvaram-na do desespero a lfé religiosa e o resignado exemplo da ignorada heroína para quem escreveu o soneto *A minha Avó*, publicado neste volume. *Horto* é, pois, a historia de uma grande dôr. Formou-o a autora recordando, sentindo, penando. Em casa, o luto successivo; no collegio, as litánias da Igreja; mais tarde, no campo, onde passou o melhor tempo da atormentada existencia, a paisagem triste do sertão nos longos mezes de secca; a compaixão pelos humildes, cuja miseria tanto a commovia; a saudade dos diversos lugares em que esteve, em busca de melhoras aos padecimentos physicos... Tudo isso concorreu muitissimo para aggravar a maravilhosa sensibilidade de seu temperamento de mulher; e essa sensibilidade, á medida que a doença augmentava, se ia tornando mais profunda, fazendo de um sêr fragilimo o intérprete de innumeros corações desolados». E accrescenta depois: «Auta, sem pensar e sem querer, reproduzira a lapis, na *chaise-longue*, onde a prostrára a doença, as emoções mais intimas de nossa gente: encontrára no proprio soffrimento a expressão exacta do soffrimento alheio. E antes de finar-se, ouviu da bocca de centenas de infelizes muitos dos versos que traçára com os olhos lacrimosos, não raro para esquecer o desgosto de se sentir vencida em plena mocidade».

deu o titulo de *Horto*. Da primeira á ultima pagina, ha só gemidos e ancias de viver, alternados como de uma doce volupia de celebrar o soffrimento. Era ainda uma fanada menina de vinte annos quando na propria terra natal escrevia este soneto, em que se revela todo o heroico estoicismo com que já affrontava o destino:

## PAGINA TRISTE

Ha muita dôr por este mundo afóra,  
Muita lagrima á tôa derramada;  
Muito pranto de mãi angustiada  
Que vem saudar o despontar da aurora!

Alma innocente só de amor cercada,  
A creancinha a soluçar descora.  
Talvez no berço onde o menino chóra  
Tambem, oh Dôr, tu queiras desolada,

Erguer um throno, procurar guarida...  
Foge do berço! não magões a vida  
Desta ave imp'ume, lirial botão...

Queres um ninho, um carinhoso abrigo?  
Pois bem! procura-o neste seio amigo,  
Dentro em minh'alma, aqui no coração!

— Logo depois, dizia claro a origem da sua immensa tristeza nesta poesia:

## DOLORAS

Já vão caminho do cemiterio  
Meus louros sonhos em visões negras,  
E vão-se todos no Azul sidéreo  
Como uma nuvem de toutinegras.

A noite de hontem levei chorando  
Todo o passado de meus amores;  
E o dia ainda me achou rezando  
No immenso terço de minhas dôres.

Vejo na vida longo deserto  
Sem doce oasis de salvação.  
Dentro em minha'alma, douda, chorosa,  
De pobre moça tuberculosa,  
Cheio de medo, tremulo, incerto  
Bate com força meu coração.

E assim morrendo, coitada, aos poucos,  
Convulsa e fria, louca de espanto,  
Solto suspiros, soluços roucos,  
Olhando as cruzes do Campo Santo;

Porque me lembro que muito breve  
Leva-me a elle tanta dor physica,  
E dentro em pouco, branco de neve,  
Verão o esquife da pobre tysica.

— *Ao pé do tumulto* é um soneto que dedicou aos seus  
um pouco antes de morrer:

Eis o descanso eterno, o doce abrigo  
Das almas tristes e despedaçadas;  
Eis o repouso enfim; e o somno amigo  
Já vem cerrár-me as palpebras cançadas.

Amarguras da terra! eu me desligo  
Para sempre de vós... Almas amadas  
Que soluçaes por mim, eu vos bemdigo,  
Oh almas de minh'alma abençoadas.

Quando eu daqui me fôr, anjos da guarda,  
Quando vier a morte, que não tarda,  
Roubar-me a vida para nunca mais,

Em pranto escrevam sobre a minha lousa:  
«Longe da magua, enfim, no Céu repousa  
Quem soffreu muito e quem amou demais».

— Tres dias antes do fatal desenlace, dedicou á poetisa  
Anna Lima os seguintes versos (<sup>74</sup>):

-----

<sup>74</sup> Na obra do dr. Luiz Fernandes encontramos estas delicadíssimas quadras, que não figuram no *Horto*:

#### NUM ALBUM

Escuta-me bem, Dolores,  
Não queiras meu nome aqui...  
Elle não é colibri  
Para viver entre flores,

E a alma irmã de Jesus  
Como consente ficar

## LUZ E SOMBRA

Vamos seguindo pela mesma estrada,  
Em busca das paragens da illusão;  
A alma tranquilla para o Ceu voltada,  
Suspensa a lyra sobre o coração.

Ris, e eu soluço... (loucas peregrinas!)  
E em toda parte, emfim, onde passamos,  
Deixo chorando os olhos das meninas,  
Deixas cantando os passaros nos ramos.

Porque ellas amam tua voz canora,  
Oh delicado sabiá da matta!  
E eu lembro triste a jurity que chora  
E a voz dorida em lagrimas desata.

Gostam de ver-te o rosto de creança  
Limpo das nevoas de um martyrio vago,  
O labio em riso, desmanchada a trança  
No olhar sereno a candidez do lago.

Até perguntam quando sobre a areia  
Em que tu pisas vão nascendo rosas:  
— «Bella creança, tímida sereia,  
Irmã dos sonhos das manhãs radiosas,

Porque trilhando a terra dos caminhos,  
Onde o teu passo faz brotar mil flores,  
Esta velhinha vai deixando espinhos  
E um longo rastro de saudade e dores?»

Não lhes respondas... Pela mesma estrada  
Sigamos sempre em busca da illusão,

---

Sobre a mesa de um altar  
Um pobre cirjo sem luz?

Meu triste nome choroso  
Quer uma outra habitação:  
Guarda-o no teu coração,  
Lirio celeste e formoso!

Rasga esta folha, Dolores,  
Não deixes meu nome ahí...  
Elle não é colibri  
Para viver entre flores.

A alma tranquilla para o Ceu voltada,  
Suspensa a lyra sobre o coração.

Vamos; desprende a doce voz canora  
Que ella afugenta da tristeza o açoite;  
E, enquanto elevas o teu hymno á aurora,  
Eu vou rezando as orações da noite...

— E no emtanto, esta candida alma dorida e enlutada, que só se compraz em convívio com todas as superstições do seu cruel destino, e cuja vida é um continuo penar, tinha ás vezes uns surtos de grande heroismo, como nestas estrophes, sob o titulo de *Falando ao coração*:

Desperta, coração! vamos morar  
Numa casinha branca, ao pé do mar...  
Que seja linda como é linda a lua  
Que em noites santas pelo azul fluctua;  
Immaculada como a luz do amor,  
Alvã de neve como um sonho em flor.

Quando a noite vier... si, no meu seio,  
Estremeceres cheio de receio,  
Temendo a sombra que amortalha o dia  
E cobre a terra de melancolia —  
Longe do mundo e da desesperança  
Hei de embalar-te como uma creança.

Quero que escutes o gemer profundo  
Do mar que chora a pequenez do mundo,  
E ouças cantar a doce barcarola  
Da noite immensa que se desenrola,  
Dando perfume ao coração dos lirios,  
Trazendo sonhos para os meus martyrios.

E quando o sol nascer; quando, formosa  
Como uma garça branca e mysteriosa,  
Batendo as azas côr de neve, a aurora  
Vier cantando pelo mundo a fóra:  
Rufia as azas tambem... e forte, então,  
Tu pódes palpar, meu coração!

Acorda para a vida, e canta, e canta  
O sol da terra — illuminada e santa!  
Deixa o teu sonho de saudade e dores  
Dormir no seio tremulo das flores...  
E fuge, e fuge pelo espaço, a tóa,  
Pomba exilada que a seus lares vóa!

Esquece a louca e palida amargura  
Que ha tantos annos meu viver tortura...  
Canta o teu hymno de illusão querida,  
Esquece tudo o que não seja a vida,  
E para o Ceu das alegrias mansas  
Conduz nas azas minhas esperanças...

Não vês? Minh'alma é como a penna branca  
Que o vento amigo da poeira arranca,  
E vai com ella assim, de ramo em ramo,  
Para um ninho gentil de gaturamo...  
Leva-me, oh coração, como esta penna  
De dôr em dôr até a paz serena.

Desperta, coração; vamos morar  
Numa casinha branca, ao pé do mar...  
Quero que escutes a sonhar commigo,  
A queixa eterna do oceano amigo,  
E ouças o cantô triumphal da aurora  
Batendo as azas pelo mar a fóra...

E tambem nestas bellissimas quadras:

### CONSOLO SUPREMO

A QUEM SOFFRE

«Bemaventurados os que choram, porque serão  
consolados.»—Jesus.

Os tristes dizem que a vida  
É feita de dissabores,  
E a alma verga abatida  
Ao peso das grandes dôres.

Não acredito que seja  
Assim como dizem, não...  
Ai daquelle que deseja  
Viver sem uma illusão!

Si ha noites frias, escuras,  
Tambem ha noites formosas;  
Ha risos nas amarguras,  
Entre espinhos nascem rosas.

E rosas tambem cobriram  
O lenho santo da Cruz,  
Quando os espinhos cingiram  
A cabeça de Jesus.

Rosas do sangue adorado  
— Fonte de graça e de Fé —  
Brotando do rosto amado,  
Do Filho de Nazareth.

Oh alma triste, chorosa  
Como uma dhalia no inverno,  
Despe da magua trevosa  
O negro cilicio eterno!

Emquanto vires estrellas  
Do ceu no immenso sacrario;  
Na terra flôres singelas  
E uma Cruz sobre o Calvario;

Emquanto, mansa, pousar  
A prece nos labios teus,  
E souberes murmurar  
Com as mãos unidas: meu Deus!

Não digas que á luz vieste  
Para chorar e soffrer,  
E como a plantinha agreste  
Sonhar um dia e... morrer.

Não digas, pobre querida!  
Mesmo si a dôr te magôa:  
É sempre feliz na vida  
A alma que é pura e bôa.

— Do livro de Auta de Souza já se fizeram duas edições, estando a segunda, feita em Paris em 1910, tambem exgottada. Como diz Henrique Castriciano em sua nota, concisa e brilhante, no fim do volume, «a primeira edição do *Horto*, publicada em 1900, exgottou-se em dous mezes. O livro foi recebido com elogios pela melhor critica do paiz; leram-n-o os intellectuaes com avidez; mas a verdadeira con-



DR. ALBERTO MARANHÃO



sagração lhe veio do povo, que se apoderou d'elle com devoto carinho, passando a repetir muitos de seus versos ao pé dos berços, nos lares pobres, e até nas Igrejas, sob a forma de « bemditos » anonymos ».

IX. Ferreira Itajubá é o segundo dos dois vates populares de que se ufana a terra norte-rio-grandense. Sobreleva este talvez, pelo seu instincto epico, a Lourival Açucena; e teve, ainda mais do que este, a vida desordenada dos grandes bohemios. — Do vigor do seu estro é bastante para dar provas um dos seus livros, o ultimo publicado, *Terra Natal*, poema em que se revelam as qualidades mais brilhantes de um alto espirito e de um coração apaixonado pela vida. É elle proprio que nos explica o seu assumpto: « Este livro — escreve o poeta — originou-se de uma lenda que me referiram, quando menino, ao ruido de uns coqueiros da riba-mar. De volta, mais tarde, ás margens verde-negras do rio amigo, a saudade das choupanas que então me hospedaram, despertou-me a recordação das alegrias e desgostos de Branca, a pobre filha da terra onde nasci, e em cujo soffrimento o meu coração viu um symbolo da dôr de nossa patria commum, tão maltratada pela natureza inconstante ». Depois referindo-se a Branca: « Ahi (num recanto da terra potiguar) Branca nasceu, ao langor suavissimo de um domingo de Maio. Ahi passou os dias esplendidos da infancia, borboleteando á sombra dos cajueiros da varzea, respirando o sopro dos ventos marinhos, banhando-se na agua salgada, ao clarão da lua, nas noites mornas de Janeiro..... O estrangeiro que pisa aquella villa (Touros, ou Bom Jesus dos Navegantes), berço evocativo de tantas lendas, não pôde susten, pelo menos, um suspiro queixoso, ao saber a historia commovente dessa saudade que morreu de desgosto... Branca morreu de saudade. Tendo apenas dezeseis annos quando o noivo partiu para o exilio, nunca mais o seu sorriso alentou outro sorriso; e quando não poude mais resistir, adormeceu para a morte no mesmo canto em que, á luz de outras eras, lhe desabotoaram os lirios da paixão que se transformou em martyrio ». — O que nos diz elle ahi que é lenda parece que é facto real, sendo elle proprio e a noiva os personagens que figuram no poema. Ao mesmo tempo, faz de Branca um symbolo da terra, e de si proprio um symbolo

da gente: esta exilando-se para não soffrer; aquella, a terra flagelada, soffrendo pelo exilio dos seus. — O poema não tem, pois, entrecho. O poeta tem de partir para longe (para o Amazonas) deixando a noiva e a mãe viuva. Estas creaturas lhe encham a alma por toda parte; durante a longa viagem não as esquece um instante. Chega ao Amazonas. E então, vem, pôde dizer-se, todo o poema. O poeta conta as suas angustias e afflicções; grita de dôr no seu degredo, onde tudo lhe é estranho: aquella natureza, a majestade do rio-oceano, a vida do sertão — nada lhe interessa, pois tem o espirito vencido da nostalgia do emigrante. E então canta para consolar-se. Em cerca de vinte cantos celebra as saudades e amarguras do desterro, sempre com a esperança de rever a terra querida.

X. Ao cabo de alguns annos, volta o poeta, mas já não encontra a noiva, «que morrêra de saudades». — De todo o poema, passaremos para aqui apenas os dois ultimos cantos, num dos quaes fala ao sitio que deixára, e noutro faz a sua sentida oração á alma da noiva! É este o primeiro:

Ditoso roseiral de exalações cheirosas,  
Como estás refochado e coberto de rosas!  
Quem dêra que, de volta ao lar estremecido,  
Assim como te vejo, eu visse o bem perdido,  
Cuja morte do peito o coração me arranca.  
Verdura, que já foste os cuidados de Branca!  
Onde andavam brilhando os seus olhos divinos!  
Onde andavam bolindo os seus dedos franzinos!

Muito te devo, muito, ó roseiral copado,  
Nascido onde repousa o lirio derribado!  
Muito te devo, sim; muito te quiz, e agora  
Muito te quero mais, pois a velha que chora  
Diz que só por podar os teus ramos, floriram,  
Quando da alma de Branca os prazeres fugiram,  
As flores de esperança, entre espinhos morreram,  
E do grande desgosto os salgueiros nasceram  
Quando fui para longe, e meus olhos choraram  
Com saudade dos bens que na patria ficaram,  
Junto a minhas irmãs, que andavam pezarosas,  
Geladas como o céu das noites invernosas!

Tenho inveja de ti, que te vejo aromado,  
Na mesma argila amiga onde foste plantado!  
Não julguei, nem julgaste (E que coincidência!)  
Que, na terra hospedeira, a tua quinta-essência  
De Branca embalsamasse o seio côr de cravos  
Rosados, seus roupões e seus cabellos flavos,  
E, mais tarde, antes que eu voltasse do desterro  
Enfeitasse o caixão azul do seu enterro!

Bemdita a agua feliz que, ao nascer, te orvalhára,  
O pó que te sustenta, a mão que te plantára  
Na terra de meus pais, vegetação frondosa!  
Do céu te alveje sempre a lua bonançosa  
Que a primavera traz, roseiral frondescente  
— Velho amigo dos bons, sincero confidente  
Do amor que tive, outr'ora, á sombra da folhagem  
Tua, que cheiro exhala, ao murmúrio da aragem!

Fecunda plantação querida do destino,  
Que me viste crescer, que me viste menino,  
Que adornas a capella alva das orações  
E os andores gentis das sacras procissões,  
Sejas muito feliz, tu que ás tuas frescuras,  
Acalmaste de Branca as fundas amarguras,  
Deixando ella colher-te as rosas encarnadas  
Com que me ornára um dia as tristezas molhadas!  
Ah! como inda me lembro! Ah! como sei de tudo!  
Lendario roseiral de rosas de velludo!  
A terra vos dê seiva, oh plantas feiticeiras!  
— Plantas do meu quintal, balsamicas roseiras!

É este o segundo, que é o canto final do poema:

A tua vez chegou, saudade que murchaste  
— Alma que, de soffrer, da carne te exilaste  
Nunca mais te verei, por tardes luminosas,  
Escutando o rumor das vagas aiterosas,  
Vendo a espuma alvejar as praias ensombradas,  
Onde esbarram da pesca as velas das jangadas.

Teus olhos nunca mais fitarão os navios,  
As choupanas da vil'a, os coqueiros sombrios,  
Na hora em que o sol morre e as brancas lavadeiras  
Threnos soltam na fronde alta das guixabeiras!

Na hora em que abre o lírio as pétalas singelas  
E aparecem na altura as primeiras estrelas.

Sejam dias de inverno ou de estio escaldante,  
Haja frio de morte ou calor suffocante,  
Os gelos não terás, nem os grandes mormãos  
Sobre o vasto estendal bordado de sargaços,  
De algas que a briza traz dos parrachos longíquos  
Os vãos do bando azul dos leves maçaricos.

Nem verás, como outr'ora, os pobres jangadeiros  
Cantarem, por Dezembro, á sombra dos telheiros,  
O sol poente manchar de sangue os arvorêdos,  
Os navios sem mastro, em cima dos rochêdos;  
Nem ouvirás, por certo, os lamentos queixosos  
Que costumam soltar os naufragos saudosos!

Perfume exalação as roseiras que amavas,  
Das quaes na primavera a fragrancia guardavas.  
E triste buscarei tuas mãos boliçosas  
No lustroso velludo aromado das rosas,  
E triste verterei o pranto da piedade  
Por ser viuvo o rosal da tua mocidade.

Surgirá no horizonte o brilho alviçareiro  
Da quadra em que se colhe o fructo do cajueiro.  
Então, por esse tempo, eu lembrarei teu nome,  
Como quem lembra o pão quando padece fome,  
Como quem, no deserto, ao sol que ao fogo excede,  
Lembra o correio azul que lhe matava a sede.

Ao laranjal virão muitas folhas viçosas,  
Flores frescas também, laranjas saborosas.  
E eu que sonho contigo, oh perdido thesouro,  
A luz recordarei do teu cabello louro.  
E os dias passarei numa vertigem louca  
De sombra em sombra andando atrás de tua bocca!

As garças voltarão de paragens remotas,  
As velas do costume e as alvas gaivotas!  
E rastro encontrarei dos mesmos viajantes  
Que te deixaram viva, aos ventos relutantes!  
E que angustia, meu Deus, junto ao cypreste amigo  
Plantado ao pé da cruz que te ensombra o jazigo!

— O que transcrevemos parece que é bastante para dizer o que foi esse espirito, que aliás não teve cultura, nem meio propicio, nem estímulos na sua vida de bohemio. — Nascêra Itajubá em Natal<sup>75</sup>) a 21 de Agosto de 1876, e veio a fallecer no Rio de Janeiro a 30 de Julho de 1912. Além do *Terra Natal*, deixou: *Harmonias do Norte*, *Perfil de Jesus*, e *Lenda de Estremoz*. — Eis ahi, pois, em esboço, o que tem sido a vida intellectual, sob o ponto de vista litterario, no Rio Grande do Norte até os primeiros annos do seculo XX. Lamentamos que se não nos permittisse fazer mais extensa esta parte do nosso trabalho, e até integral-o de uma rapida noticia, ao menos, relativa a artes e sciencias; pois só assim talvez chegasse a ser um pouco mais viva a suggestão que procuramos dar da larga eclosão espirital que se fez naquella terra desde logo depois da independencia.

---

<sup>75</sup> Segundo o dr. Nestor Lima. Num trecho do *Terra Natal* diz, aliás, o poeta:

"Numa zona, onde... azula o Cabogy... e sobre um leito em flôr rodeado de palmeras, dorme Estremoz, nasci..."

## CAPITULO XXVIII

### SOB O NOVO REGIMEN

I. Como em todas as antigas provincias, andava no Rio Grande do Norte, mais que latente no espirito das populações, desde antes da independencia, a idéa republicana. A revolução de 1817 demonstra irrecusavelmente que contra as iniquidades e humilhações do regimen colonial havia na terra, contendo-se no fundo dos corações, um pensamento de protesto que só espera o ensejo de explodir. E a prova de que na alma dos norte-rio-grandenses nem o esgarmento podia mais extinguir sentimentos e tendencias, que a propria historia da colonia havia creado, está na tocante, quasi religiosa veneração com que se cultivou sempre ali a tradição dos heróes sacrificados, como André de Albuquerque, Miguelinho, e outros. — Com o tempo, mesmo depois que se normalizou a vida politica do imperio, nem por isso deixou de accentuar-se o mesmo impulso, principalmente na alma da mocidade. Não só entre os estudantes, como entre os espiritos mais cultos em geral, foi sempre sensível a aspiração de novos dias, a ancia de outros horizontes, onde mais amplamente se expandissem iniciativas e actividades. Só nos circulos da politica militante pareceria adormecida, ou descuidada de si, a consciencia que viera da colonia. Fóra dahi, mal se disfarça por vagas esperanças o que vñve em todas as almas. — Por fim, menos cautelosas manifestações se foram fazendo na propria imprensa local. Com os enthusiasmos da propaganda abolicionista, sobretudo, tomou largo incremento a idéa republicana, parecendo a todos que com a causa daquella justiça flagrante e bem sentida não se fazia menos

do que abrir caminhos para a outra. — E com effeito, deu-se no Rio Grande do Norte o que se deu em todo o paiz: o 13 de Maio foi a victoria das duas causas. No dia seguinte ao da abolição, os mesmos apostolos que tinham triumphado continuavam em campo, e agora mais incendidos de coragem, a agitar o novo pensamento, que se considerava como corollario da causa triumphante. E não demorou que se cuidasse de concretizar em força politica as tendencias e aspirações que andavam dispersas.

II. Apparece neste momento um homem, «cujo espirito <sup>(1)</sup> parecia talhado para evangelizador de grandes idéas». Logo depois da abolição, declarou-se o dr. Pedro Velho <sup>(2)</sup> francamente republicano, e com successo tal que o levou a resolver immediatamente a criação de um nucleo de propaganda. É na organização do partido republicano do Rio Grande do Norte que revela o dr. Pedro Velho a sua capacidade de acção. Começou elle reunindo em Natal os adeptos com que contava, tanto ali como em algumas localidades vizinhas. No dia 27 de Janeiro de 1889, achavam-se presentes, em uma casa particular da cidade <sup>(3)</sup> cento e quatorze cidadãos; entre os quaes, além do iniciador do movimento, se contavam o dr. João de Albuquerque Maranhão, o padre José Paulino de Andrade (vigario de Macahyba), Juvencio Tassino Xavier de Menezes, João Avelino Pereira de Vasconcellos, e outros homens de prestigio, conhecidos pelos seus sentimentos patrióticos e idéas

<sup>1</sup> Desembargador Luiz Fernandes — *A imprensa periodica*.

<sup>2</sup> Nascido em 1856 (a 27 de Novembro) fez o dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão os seus preparatorios no Gymnasio Pernambucano e no Collegio Abilio, da Bahia, e matriculou-se em seguida na Faculdade de Medicina. Depois veio concluir o curso no Rio de Janeiro (em 1880). Assim que se formou foi clinicar em S. José de Mipibú, e depois em Natal. Não se sentindo satisfeito com a profissão, passou a fazer-se educador, fundando em Natal um collegio (o Gymnasio Rio-Grandense); o qual, no emtanto, pouco durou. Passou a leccionar historia no Atheneu Rio-Grandense. Mostrou-se indifferente á politica dos dois partidos. Em 1888 fundou a sociedade Libertadora Norte-Rio-Grandense, dedicando-se esforçadamente á grande causa. Feita a abolição, tomou com enthusiasmo a propaganda republicana.

<sup>3</sup> Casa do capitão João Avelino Pereira de Vasconcellos.

liberaes. Tendo-se, por aclamação, constituido a mesa dessa memoravel assembléa (com o dr. Albuquerque Maranhão como presidente, e o padre José Paulino como secretario) tomou a palavra o dr. Pedro Velho, e expoz, em termos concisos e claros, os fins da reunião, concluindo por apresentar as bases para a formação do partido republicano norte-rio-grandense. Aceita com grande enthusiasmo a iniciativa, passou o dr. Pedro Velho a ler um manifesto que tinha escripto, para ser endereçado á população da provincia. Nesse manifesto desenhava-se a situação do paiz, commentavam-se factos e processos da politica imperial, e pregava-se a necessidade de mudar a forma de governo e fazer a republica para salvar a nação, que não podia continuar entregue aos dois partidos sem idéas que a exploravam. «As tradições republicanas do Rio Grande do Norte — dizia-se — foram escriptas com sangue: não podem achar-se obliteradas. Ellas reverdecirão». — Com effeito, o novo partido cresceu rapidamente em toda a provincia. O dr. Pedro Velho e seus companheiros desenvolveram acção energica em todas as cidades e villas, onde se teve logo a impressão de que resurgia vigoroso o pensamento de 1817 e 1824. — Para que os esforços da propaganda se fizessem mais efficazes, creou-se, alguns mezes depois, um órgão do partido na imprensa, o *Republica*, em cuja redacção Pedro Velho, e o grupo de intellectuaes que o cercavam, se mostraram realmente de coragem inexcedivel, de uma firmeza e segurança de quem sabe que a victoria não tarda. Uns tres mezes antes já se havia fundado na cidade de Caicó, em pleno sertão, o semanario *O Povo*, dizendo-se francamente arauto da democracia, «que é a causa do povo». (4) — Taes foram os successos alcançados em poucos mezes pelos propagandistas, que o directorio de Natal resolveu convocar, para o dia 14 de Julho, um congresso do partido. Nesse dia, com grande concurrencia de representantes de todos os monúcipios, installou-se com effeito a assembléa convocada. Assumindo a presidencia da sessão, declarou o dr. Pedro Velho, depois de pôr em relevo a significação daquella iniciativa, os motivos especiaes que a haviam suggerido, e in-

---

<sup>4</sup> Foi um dos seus redactores o, então academico, dr. Manuel Dantas, dos mais distinctos jornalistas do Estado.



sistiu na convicção de levar-se corajosamente a nova idéa á prova dos comícios. Era preciso, portanto, escolher e apresentar candidatos á deputação geral no pleito que se ia ferir, e isso mais para dar testemunho da existencia de um partido republicano na provincia do que com esperança de victoria. — Applaudido o alvitre, elegeu o congresso, para o primeiro e segundo districtos eleitoraes, os drs. Pedro Velho e José Leão, respectivamente. — Corrido o escrutinio, verificou-se que, não avultando ainda pelo numero, mostravam os republicanos o seu espirito de disciplina e a sua grande fé no ideal que passavam a proclamar nas urnas. (5)

III. É assim que o advento da Republica foi já encontrar no Rio Grande do Norte um grupo de homens capazes de assumir a responsabilidade do governo e administração sob a nova ordem politica. A proclamação da Republica na capital do paiz não foi, portanto, uma surpresa ali sinão para os incredulos que viviam desapercibidos na commoidade das posições e dos empregos. Naturalmente houve espanto geral, e até entre os proprios republicanos, diante de um acontecimento que se não julgaria tão propinquo. (6) Mas o directorio de Natal não se deixou immobilizar de susto, como aconteceu em muitas provincias, onde só o elemento militar tomou attitude decisiva. — Ao receber, pela tarde de 15 de Novembro, (7)

---

<sup>5</sup> «Com um directorio na capital — diz o dr. Luiz Fernandes (*Traços biographicos do senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão*) um órgão na imprensa, comparecendo aos pleitos eleitoraes, e obedecendo em tudo á sabia e segura orientação do dr. Pedro Velho, que promovia pelos municipios a fundação de clubs e sociedades locais, já era o partido republicano da provincia em fins de 1889, um factor consideravel no mecanismo politico da nação».

<sup>6</sup> Como em todas as provincias, os que mais confiavam no advento da Republica persuadiam-se de que os chefes mais notaveis e de mais prestigio do partido republicano não desejariam amargurar os ultimos dias do velho imperador, e aguardariam o seu fallecimento para abolir a monarchia.

<sup>7</sup> De uma memoria apresentada ao 6.º Congresso de Geographia pelo dr. Moysés Soares, vemos, em nota a uns excerptos manuscritos que temos á vista, que a noticia da proclamação da Republica chegára a Natal a 17 de Novembro. Parece que se enganou quem essa

noticia do que se passava no Rio, fez immediatamente o dr. Pedro Velho distribuir na cidade um boletim annunciando o extraordinario evento. <sup>(8)</sup> Esperou-se no dia seguinte noticia mais completa dos successos, não perdendo tempo, no entanto, os chefes republicanos para entendimentos no sentido de acautelar a ordem publica em conjunctura tão excepçional. No dia 17, de accôrdo com o commandante da força de linha capitão Filippe Bezerra Cavalcante, e com o capitão do porto Leoncio Rosa, e seguido de grande massa popular, encaminhou-se o dr. Pedro Velho para o palacio do governo; e ali, deposto o vice-presidente em exercicio, <sup>(9)</sup> foi o chefe republicano aclamado para exercer provisoriamente o governo da provincia, do qual foi logo empossado. <sup>(10)</sup> Com geral regosijo foi o acon-

---

nota escreveu. Aliás, o autor da memoria diz no texto apenas que a 17 de Novembro fôra «logo investido no cargo de Governador Provisorio o dr. Pedro Velho». E isto é exacto. Mas a noticia dos acontecimentos do Rio chegára a Natal pela tarde do mesmo dia 15 de Novembro.

<sup>8</sup> Dava como deposto o imperador, abolida a monarchia, e proclamada a Republica «pelo povo, o exercito e a armada», e constituido um Governo Provisorio composto «do grande Quintino Bocayuva, do invicto general Deodoro, e do illustre publicista Aristides Lobo». Não é isto de extranhar. No dia 15, e até 16, não estava no Rio formado ainda o governo provisorio, nem mesmo definidos os intuitos da sedição militar: e as noticias que iam para as provincias eram confusas, dando algumas só Deodoro como dictador, outras como formado um triunvirato. Só no dia 17 é que se organizou o Governo Provisorio.

<sup>9</sup> O coronel Antonio Basilio Ribeiro Dantas estava, como vice-presidente, no exercicio do cargo desde 23 de Outubro p. p. tendo-o recebido das mãos do presidente dr. Fausto Carlos Barreto, que durante pouco mais de tres mezes administrára a provincia.

<sup>10</sup> De tudo lavrou-se auto nestes termos: «ACTA DA PROCLAMAÇÃO DA REPUBLICA BRAZILEIRA NA PROVINCIA, HOJE ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Aos dezeseite dias do mez de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove, no Palacio da Presidencia desta Provincia, onde se achavam reunidos os cidadãos abaixo assignados, de accôrdo com o movimento republicano do paiz, representado pelo Governo Provisorio estabelecido no Rio de Janeiro, resolveram proclamar a Republica dos Estados Unidos do Brazil nesta Provincia, hoje Estado do Rio Grande do Norte; o que sendo approvado por todos com o maior enthusiasmo e vivas demonstrações de regosijo publico, pelo capitão-tenente Leoncio Rosa foi aclamado presidente o doutor Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que, sendo

tecimento celebrado em toda a cidade. — Nomeou no mesmo dia o Governador aclamado o seu secretario, o chefe de policia, e uma Commissão Executiva para o auxiliar na administração; <sup>(11)</sup> e cuidou, nos primeiros dias, de substituir em todos os municipios as diversas autoridades, principalmente as da policia. <sup>(12)</sup> Apressou-se em expedir emissarios para o interior, encarregados de proclamar a Republica em todas as cidades e villas. — No dia 21, deliberou o dr. Pedro Velho dirigir um manifesto ao povo norte-rio-grandense, no qual estabelecia, em linhas geraes, as normas de governo que ia seguir, e firmava, comquanto sem forma de decreto, os principios que se impunham no momento como necessidade suprema da ordem. <sup>(13)</sup> — Durante os poucos dias do seu governo, reve-

---

unanimemente acceito no meio de aclamações geraes, assumiu a administração e tomou posse do governo do novo Estado do Rio Grande do Norte, que assim ficou installado: do que para constar lavrou-se a presente acta, que vai por todos os cidadãos presentes assignada. Eu, cidadão Joaquim Soares Raposo da Camara, designado para escrever, a escrevi. — *Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Leoncio Rosa, Philippe Bezerra Cavalcanti.* (Seguem-se outras muitas assignaturas).

<sup>11</sup> Operando sem instrucções do Rio, tomou o Governador Provisorio medidas que foi necessario logo depois desfazer. De tal natureza foi a nomeação dessa Commissão Executiva com ares de ministerio; pois, conforme o officio de 17, em que communicava isso ao Governo Provisorio do Rio, a tal commissão se compunha assim: Dr. José Moreira Brandão Castello Branco — *exterior*; José Bernardo de Medeiros — *interior*; dr. Francisco Amyntas da Costa Barros — *justiça*; João Avelino Pereira de Vasconcellos — *agricultura, commercio e obras publicas*; Luiz Emygdio Pinheiro da Camara — *fazenda*; capitão Philippe Bezerra Cavalcante — *guerra*; e capitão-tenente Leoncio Rosa — *marinha*.

<sup>12</sup> Foi nomeado commissario de policia (chefe de policia) o dr. Jeronymo Americo Raposo da Camara; secretario do governo o dr. Manuel de Carvalho e Souza; director da instrucção publica o dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva; delegado de policia da capital o tenente do exercito Francisco de Paula Moreira. Foram nomeados promotores publicos os drs. — Alcibiades Dracon de Albuquerque Lima Filho (comarca da Imperatriz); Vicente Simões Pereira de Lemos (Assú); Luiz Manuel Fernandes Sobrinho (Ceará-Mirim); José Amyntas da Costa Barros (Trairy); Antonio Victor Moreira Brandão (S. José de Mipibú); e Manuel Gomes de Medeiros Dantas (Jardim).

<sup>13</sup> Esse manifesto é escripto com emphase, mas isso mesmo dá idéa da sinceridade e do fervor com que aquelle homem sabia amar

lou-se o dr. Pedro Velho como homem publico, dando provas de altas qualidades politicas — muito prudente, de grande tolerancia, mas firme e energico, ponderado e seguro.

IV. Ia o chefe republicano levando com toda moderação e habilidade aquelle inicio da nova era, quando se soube em Natal que estava nomeado um Governador para o Rio Grande

---

a sua terra. Convem registral-o aqui porque é uma peça que pertence á historia do novo regimen no Rio Grande do Norte: «AO POVO. *Liberdade, Igualdade, Fraternidade!* O governo deste Estado, legitimo e immediato representante do Povo, cujos direitos saberá respeitar e fazer respeitar em sua plenitude, tendo por norma e guia de seus passos — manter a ordem e assegurar a felicidade de seus concidadãos, certo de que a moralidade, justiça e energia de seu procedimento administrativo consttuem a garantia mais perfeita do respeito á lei e á autoridade extraordinaria de que se acha investido por aclamação do Povo e das classes militares, faz saber: — Que conspira, sem patriotismo e abnegação, quem pretender insinuar no animo generoso deste bom Povo Rio-Grandense que o Governo não seja a encarnação firme e honrada do amor á causa publica e decidido mantenedor da tranquillidade patria; — Que será crime de lesa-patriotismo tentar perturbar o estabelecimento do governo republicano deste Estado, pacifica e entusiasticamente organizado, facto grandioso e sublime, que encheu de jubilo santo o grande coração dos filhos desta terra, cujas tradições de heroismo já a historia tem registrado em mais de um periodo solemne e difficil de nossa existencia politica; — Que o advento da Republica dos Estados Unidos do Brazil é hoje um facto brilhantemente consummado e irrevogavel; — Que a generosidade e o patriotismo dos benemeritos filhos da heroica revolução de 15 de Novembro, assombro das nações cultas da velha Europa, e de nossas irmãs das duas Americas, estabelecendo por toda parte a confiança nas relações economicas, patrioticas e sociaes, internas e externas, é ainda a prova mais segura de que a harmonia se estabelece, não só nos Estados confederados da grande união brasileira, como tambem entre os briosos, leaes, altivos e abnegados habitantes deste Estado, que afinal conquista a sua autonomia, affirmando-se como um povo digno dos melhores destinos, no seio da patria; — Que os erros e desmandos do passado, a desigualdade e os privilegios, que traziam a vergonha publica e o rebaixamento da dignidade civica, cedeu o passo a uma vida nova, de horizontes largos, de abundancias e glorias, livres todos e todos iguaes. Assim, garantidos por um sagrado compromisso, contrahido perante a imagem sagrada da Patria, assellado pela manifestação mais solemne da soberania popular, cuja expressão é o actual Governo Provisorio, sem cabida no animo sincero do governo o pensamento

do Norte. Bastou isto para que se suscitasse um certo movimento entre, sobretudo, os republicanos que vinham da propaganda. Extranhos á orientação do Governo Provisorio, entenderam esses que tinha qualquer viso de desconfiança aquella investidura de um delegado do centro para uma terra que passára a governar-se por si mesma... Era sem duvida um falso modo de ver, naquelle momento em que o poder dictatorial precisava de ter em todo o paiz um aparelho seu proprio afim de assegurar nos novos Estados uma perfeita uniformidade de acção. Foi sufficiente saber-se que a nomeação de governadores provisorios era uma medida geral, para que se desvanecessem aquelles motivos de susceptibilidade. — Mas é evidente que o Rio Grande do Norte não podia constituir uma excepção entre os novos Estados, onde os velhos partidos monarchicos, tão imprevisita e subitamente dissolvidos, disputavam, quasi que em massa, a honra e o proveito de adherir á Republica. Em tal emergencia, tinham os republicanos de agir com muito tento, para evitar uma invasão desordenada que viesse a absorver-os assim que se normalisassem as coisas sob as novas instituições. Dahi umas tantas intrigas e manobras que foram complicando os primeiros instantes do governo revolucionario em Natal, não demorando que se arregimentasse na imprensa uma opposição que de tudo procurava tirar vantagens. — O Governador nomeado (a 20 de Novembro) para o Rio

---

estreito e detestavel de represalias e odios, sem constituir a nova situação um assalto interesseiro ás posições, mas um desejo ardente de consolidar, sob a bandeira branca da paz e da concordia, o congratamento augusto de todos aquelles que neste mesmo torrão tiveram o seu berço, o de seus pais e de seus filhos, o governo promette sob sua honra o cumprimento de seus deveres, a energia que a situação reclama, a generosidade que impõe o patriotismo, em uma palavra, que, em todo momento, será — forte e justo, divisa do Governo no momento supremo em que nos achamos. Cidadãos: o Governo actual é do Povo e pelo Povo! A aurora da Liberdade não póde ser toldada pela nuvem parda da discordia e da desconfiança. Paz e prosperidade! Viva a Republica! Viva o Chefe de Estado, Exm.<sup>o</sup> Marechal Deodoro da Fonseca! Viva o Ministerio Republicano de 15 de Novembro! Viva a Patria Brasileira! Viva o Povo Rio-Grandense do Norte! Viva a Armada Nacional! Viva o Exercito Brasileiro!» — Como se vê, muito emphatico, mas expressivo de grande alma civica.

Grande do Norte, dr. Adolpho Gordo, chegou a Natal no dia 6 de Dezembro, e no dia seguinte tomou posse do cargo, e fez immediatamente publicar um decreto declarando que «o Estado do Rio Grande do Norte adhire á Republica Federativa Brasileira, nos termos em que foi proclamada provisoriamente pelo Governo Federal no decreto n. 1 de 15 de Novembro ultimo»; e que o mesmo Estado «fica constituido um dos Estados Unidos do Brazil». Acrescentava que o governo do Estado «adoptaria com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e gárantia da liberdade, dos direitos e interesses legitimos dos cidadãos»; e que «as funcções da justiça ordinaria, bem como as da administração em seus diversos ramos, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, respeitadas os direitos adquiridos pelos funcionarios». — Tem esse decreto o n. 1, como si fosse o primeiro acto authenticico do governo republicano do Estado.

V. De tudo isso se aproveitou a opposição, representada na imprensa pela *Gazeta de Natal*. Deu-se á vinda do delegado do Governo Provisorio apparencias de prevenção contra o dr. Pedro Velho, que se fez passar como destituído do cargo para que fôra aclamado. Ao mesmo tempo tentou-se prevenir o Governador provisorio contra o chefe republicano. <sup>(14)</sup> E taes foram as intrigas com que se teimava em perturbar aquelles primeiros momentos da nova politica no Rio Grande do Norte que o dr. Pedro Velho tomou a deliberação de vir á capital da Republica para desfazer semelhantes manobras, aliás explicaveis dadas as circumstancias em que se fizera a mu-

---

<sup>14</sup> Deu-se grandes proporções á surpresa com que se havia recebido em Natal a noticia da nomeação do Governador provisorio, dizendo-se até que os republicanos chegaram a pensar em não receber o delegado federal. A *Republica* desmentiu tudo isso, e affirmou a falsidade de taes intrigas. O proprio dr. Pedro Velho publicou, a 31 de Dezembro, um artigo em que dizia: «A cruzada não a temo, seja qual fôr o resultado... Ainda quando os destinos da patria rio-grandense viessem a cahir nas mãos experimentadas dos *habeis*, não me havia de morrer no coração a grande fé que tenho no futuro».

dança de regimen. <sup>(15)</sup> — O dr. Adolpho Gordo comprehendeu facilmente as condições em que se encontrava, e pautou a sua conducta por uma perfeita prudencia e moderação, mostrando grandê espirito de imparcialidade e tolerancia. Podia-se quasi dizer que se limitára ao simples expediente administrativo, si não fôram alguns actos que se impunham como necessidade decorrente daquella phase. Entre esses actos poderiam citar-se os da reorganização da força publica (decreto n. 3, de 31 de Dezembro) e o da dissolução da camara da capital e nomeação de um conselho para administrar o municipio, composto do commendador Joaquim Ignacio Pereira (presidente) <sup>(16)</sup>, major Fabricio Gomes Pedrosa, dr. Manuel Porfirio de Oliveira Santos, dr. José Paulo Antunes, e Odilon de Amorim Garcia <sup>(17)</sup>.

<sup>15</sup> A *Republica* de 21 de Janeiro (1890) deu noticia da partida nestes termos: «No paquete *Pará*, que aqui passou para o sul a 17, embarcou com destino á Capital Federal o nosso estimadissimo collega e chefe dr. Pedro Velho. No actual momento da Patria Brasileira, uma vez que o governo deixou de ser um phenomeno superposto e extranho ao Estado, tornando-se, republicanamente, uma modalidade funcional da nação, todas as verdades democraticas, todos os principios de popularismo puro podem e devem ser affirmados alta e energeticamente de baixo para cima. Para fazer ouvidas umas tantas coisas sobre o Rio Grande do Norte, cuja voz, por todo o triste tempo da funesta monarchia, baldadamente soluçou suas vivas necessidades aos pés do throno egoista e injusto — foi que seguiu o dr. Pedro Velho para o Rio de Janeiro. É, pois, uma viagem de negocios politicos a que fez agora o honrado e talentoso director do partido republicano norte-rio-grandense, privando a redacção da *Republica* do concurso insubstituivel do seu esclarecido espirito e nobilissimo coração».

<sup>16</sup> O commendador Pereira não ficou muito tempo no cargo, pois logo no mez seguinte (11 de Fev.) concedeu-se-lhe a exoneração que pedira, sendo nomeado para substitui-lo o dr. Braz de Mello, e passando o major Fabricio Pedreira a occupar a presidencia. (Segundo o dr. Luiz Fernandes — *op. cit.*).

<sup>17</sup> Registraram-se ainda outros actos do Governador provisório, taes como: — em 4 de Janeiro de 1890, rescisão do contracto feito pelo governo anterior com o cidadão Augusto Carlos Wanderley para publicação dos actos officiaes, e autorizando o thesouro a contractar o mesmo serviço com o cidadão Augusto Severo de Albuquerque Maranhão mediante a quantia de 1.200\$000, visto ter sido sua proposta a mais vantajosa — em 10 de Janeiro, nomeação do dr. Antonio José de Mello e Souza Filho para o logar de promotor publico da comarca do Acary, e o dr. Braz de Andrade Mello, para a cadeira de lente de



DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA



Logo depois, dissolveu igualmente todas as outras camaras municipaes do Estado, substituindo-as por commissões provisórias. — A administração do dr. Adolpho Gordo durou apenas dois mezes, e deixou a impressão de uma interinidade rapida e pacifica, da qual não ficaria vestigio ou tradição no Estado. <sup>(18)</sup> Como inesperadamente, no dia 8 de Fevereiro (1890) passou elle o governo ao chefe de policia, dr. Jeronymo Camara; e no dia 9 embarcou para o Rio. — Enquanto se passavam taes factos, iam os opposicionistas (em geral, remanescentes do antigo partido liberal) <sup>(19)</sup> tomando folego e agitando-se, e urdindo planos de combate aos homens a quem coubéra o mando naquelle instante. Aproveitando-se da ausencia do dr. Pedro Velho, e da desorientação que reinava entre os politicos de Natal, planejaram os ex-liberaes apoderar-se do Directorio republicano que se havia organizado em Janeiro de 89. Para isso, conseguiu o dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti que o dr. Hermogenes Tinoco, republicano da propaganda, e vice-

---

francez do Atheneu Rio-Grandense; — nomeação de juizes de direito para as varias comarcas; de lentes para o Atheneu; etc.; — mudança de nomes das cidades de Imperatriz e do Principe (as quaes passaram a chamar-se — do Martins e do Seridó) etc.

<sup>18</sup> A propria *Republica* assignalou a passagem do dr. Gordo nos seguintes termos: «Si bem que alguns actos de somenos importancia nos ultimos dias de sua administração não tenham sido dos mais acertados, constituindo ligeira excepção aos seus creditos de intelligente, solícito e bem inspirado administrador, todavia, o caracter geral de sua administração foi bom, deixando um traço memoravel e benefico de sua passagem neste Estado, em que, é força confessar, fez grandes economias, em real contraste com a esbanjadora administração do governo transacto do sr. de Ouro Preto, aqui personificado na pessoa do sr. Amaro Bezerra».

<sup>19</sup> Os que primeiro se manifestaram, não contra a Republica, mas contra os republicanos historicos, a quem o Governo Provisorio quiz entregar a direcção daquelle primeiro momento, foram os liberaes. Os conservadores, que tiveram a fortuna de estar no ostracismo quando se depoz o imperador, cuidaram de se aproveitar do 15 de Novembro como si fosse uma simples mudança de situação politica para elles favoravel. Os liberaes procuraram igualmente entrar com o mesmo afan, mas, é claro, sem as mesmas facilidades com que foram acolhidos aquelles outros, pois tinham sido apeados do poder e se consideravam como vencidos. — O que se deu no Rio Grande do Norte foi geral no paiz.

presidente daquelle centro, convocasse, em nome do partido, uma reunião geral para tratar-se de reconstituir, com a força dos varios elementos accrescidos, o antigo directorio, que se dizia não representar mais a opinião republicana. O órgão do partido protestou energicamente contra aquella manobra. O dr. Hermogenes viu-se isolado na commissão executiva, e a experiencia teria de falhar. Aliás, não eram mais, em parte alguma, as antigas commissões executivas que regulavam, mas os chefes de mais prestigio, e de maior valimento junto do Governo Provisorio; e nada valiam tentativas locais contra o que se fizesse no Rio.

VI. O dr. Pedro Velho fôra muito bem recebido na capital da Republica. Sciente do que se passava no Rio Grande do Norte, assegurou-lhe o governo dictatorial todo apoio e confiança, entregando-lhe toda a direcção politica na phase de organização do Estado. De pleno accôrdo com o illustre chefe norte-rio-grandense, fizeram-se novas nomeações para a administração do Estado, preferindo o dr. Pedro Velho, á propria investidura, que fosse nomeado Governador um amigo de sua confiança. Reservou para si apenas um logar entre os substitutos do Governador; e para dar provas de tolerancia e espirito de conciliação, incluiu entre os seus companheiros de vice-governança o proprio chefe da facção dissidente. <sup>(20)</sup> — O dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior, nomeado Governador provisorio do Rio Grande do Norte, já era nome conhecido e figura de destaque, principalmente nos circulos politicos e intellectuaes do Rio. Nas vespas de partir daqui, offereceram-lhe os seus amigos da propaganda um banquete de despedida, durante o qual se pronunciaram varios discursos; distinguindo-se, entre outros, o do dr. Silva Jardim, que o saudou como «jornalista emerito, talentoso e adiantado, litterato distincto, e republicano convicto, correcto e de sentimentos genuinamente democraticos, postos a serviço de uma natureza energica e decidida, e que

---

<sup>20</sup> Foram nomeados vice-governadores: 1.º o dr. Pedro Velho; 2.º o dr. Amaro Bezerra; e 3.º o dr. Alcibiades Dracon de Albuquerque Lima. Não tendo o dr. Amaro accetado a nomeação, foi em seu logar nomeado o dr. José Ignacio Fernandes Barros.

iria, no posto que lhe haviam designado, continuar o trabalho do Governador revolucionario ali presente, o illustre patricio cidadão dr. Pedro Velho, e do não menos notavel patricio paulista dr. Adolpho Gordo». — Com o novo Governador nomeado, seguiu (por fins de Fevereiro) o dr. Pedro Velho, depois de haver tomado outras providencias de ordem politica e administrativa em relação ao Estado. — Foi o dr. Xavier da Silveira Junior assumir o governo do Rio Grande do Norte no dia 10 de Março (1890), tendo sido, na vespera, recebido em Natal com grandes manifestações. — O dr. Pedro Velho atacou logo (uns dias depois de sua chegada) os intentos da opposição em artigo energico publicado na *Republica*. Isso não impediu, entretanto, que os adversarios teimassem no seu plano, effectuando no theatro S. Cruz, a 16 de Março, uma nova reunião, comquanto o nucleo de republicanos historicos, fortemente prestigiados, pouco se affligisse com isso. — Sentindo que as desintelligencias entre as duas correntes não passavam de simples velleidades e ambições de mando, muito explicaveis naquelle instante, e que não davam motivos de preocupações, cuidou o novo delegado da Dictadura de fazer tranquillamente mais administração que politica, e de preparar a opinião publica para a eleição dos representantes do Estado na Constituinte convocada. <sup>(21)</sup> — No intuito de conhecer *de visu* as condições dos varios municipios,\* procurou o dr. Xavier da Silveira visitar ao menos os mais proximos da capital. Foi, em principios de Abril, a Macahyba, sendo ali recebido com muitas festas, e inspirando geraes sympathias entre os grupos politicos, como si, consciente e segura do seu papel, ficasse a autoridade do Governador acima das disquisições de partidos. — Alguns dias depois, vai a S. José de Mipibú, onde lhe fazem iguaes distincções e homenagens. Visita depois Ceará-Mirim.

---

<sup>21</sup> Sabe-se que por aquelles dias se aventou no Rio a idéa de simplificar o processo de passar-se ao regimen constitucional fazendo redigir um projecto de Constituição e submettendo-o a um plebiscito. Fez-se a respeito grande movimento na imprensa, allegando-se principalmente que por esse modo se prescindiria de uma constituinte, sempre perigosa. Esse movimento repercutiu amplamente no Rio Grande do Norte.

VII. Em toda parte estuda o dr. Silveira Junior as coisas locais, e observa discretamente o estado dos animos, inspirando confiança a todos, e logrando a impressão de que só na capital havia divergencias de momento entre chefes, mas sem nenhum motivo fundamental, pois que ninguem se mostrava infenso ao novo regimen. — Entre os actos de administração, no periodo que decorre, podem indicar-se os seguintes: — criação da villa de Cuitezeiras (hoje Pedro Velho), cujo districto se desmembrou do municipio de Canguaretama (decreto n. 24, de 10 de Maio de 1890) <sup>(22)</sup>; — decreto de n. 25, de 19 de Maio, isentando do imposto de exportação os productos do fabrico de fição e tecidos de Natal; — decreto n. 27, de 31 de Maio, estabelecendo os limites do municipio de Arez; alem de muitos outros actos de simples expediente administrativo. — A função mais delicada, que tinha de exercer o dr. Silveira Junior, era sem duvida a de regular o processo e superintender os trabalhos da primeira eleição que se ia fazer no Estado sob o novo regimen. Portou-se o austero delegado dictatorial com perfeita isenção de animo, fazendo executar fielmente as instrucções do Governo Provisorio; — comquanto, por isso mesmo, não tivesse podido agradar a todos. No dia 15 de Setembro feriu-se o pleito, em plena ordem, sendo eleitos para a constituinte federal: senadores <sup>(23)</sup> — José Bernardo de Medeiros, José Pedro\* de Oliveira Galvão, e Amaro Cavalcante; deputa-

---

<sup>22</sup> Segundo o dr. Tavares de Lyra (*O Rio Grande do Norte*, 70) «pela lei estadual n. 181, de 4 de Setembro de 1902, a séde do municipio foi transferida da villa de Cuitezeiras para Villa Nova, nome que tomou tambem o municipio. Pela lei estadual n. 261, de 26 de Novembro de 1908, a villa e o municipio passaram a chamar-se Pedro Velho».

<sup>23</sup> Sabe-se que foi uma das notas mais curiosas, e muito gloriosa pela imprensa do tempo, a daquella novidade de se elegerem logo, em vez de simples procuradores ou delegados constituintes, uns tantos *senadores* e uns tantos *deputados*, quando não se sabia si a futura Constituição adoptaria essa dualidade de camaras, e si a proporção entre senadores e deputados seria a que se estipulou previamente. Explicou-se tudo, no emtanto, como meio de poupar trabalho, regulando-se o processo pelo dispositivo do projecto de Constituição já publicado mezes antes.

dos — Almino Alves Affonso <sup>(24)</sup>, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Miguel Joaquim de Almeida Castro, e Antonio de Amorim Garcia. <sup>(25)</sup> — Como é sabido, o Congresso Constituinte federal reuniu-se a 15 de Novembro de 1890, e sem muita discussão promulgava, a 24 de Fevereiro de 1891, a Constituição da Republica, cujo projecto havia sido formulado pelo Governo Provisorio. Promulgada a Constituição pela Mesa, passou o Congresso a funcionar como Assembléa Geral, elegendo o Presidente e o vice-Presidente da Republica; e deu em seguida por terminada a sua missão constituinte, encerrando os seus trabalhos, e só em Julho do mesmo anno, separado em Senado e Camara, entrou em funcções como legislatura ordinaria.

VIII. Encerrados os trabalhos do Congresso, voltou sem demora o dr. Pedro Velho para o seu Estado <sup>(26)</sup>, onde tinha de dirigir todo o serviço de organização politica que se ia fazer. Correu calmo o pleito para eleição da constituinte estadual. <sup>(27)</sup>. Reu-

<sup>24</sup> Este representante, ao assignar a lei magna, deitou latinorio, escrevendo, depois da assignatura, entre parentheses: *Pro vita civium proque universa Republica*.

<sup>25</sup> Estavam na representação norte-rio-grandense contempladas as duas correntes politicas em que se dividira a opinião no Estado.

<sup>26</sup> Como fizeram os representantes de todos os Estados.

<sup>27</sup> Havia já o Governador provisorio, dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva, que convocára a constituinte estadual, feito redigir e publicar por decreto (de 20 de Janeiro de 1891) um projecto de lei organica. «Devido, porem (diz em sua citada Memoria o dr. Moysés Soares) a divergencias sobrevindas entre os chefes politicos dominantes no Estado e o Governo Federal, por occasião da eleição do 1.º Presidente da Republica, no Congresso Constituinte reunido na capital da Republica, foi o dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva destituido do cargo no dia 2 de Março, assumindo-o na mesma data, por ordem telegraphica do Ministro do Interior, o dr. Francisco Amyntas da Costa Barros. Este decretou immediatamente o adiamento, para 10 de Maio seguinte, da eleição do congresso estadual, sendo designado o dia 10 de Junho para a sua installação. — Compunha-se esse congresso de 24 membros, tendo sido eleitos e reconhecidos os seguintes cidadãos: José Ignacio Fernandes Barros, Manuel Barata de Oliveira e Mello, Francisco de Salles Meira e Sá, Philippe Nery de Britto Guerra, Augustó Leopoldo Raposo da Camara, Bianor Fernandes Carneiro de

niu-se esta em Natal a 10 de Junho de 1891, e seguiu as normas do Congresso Federal, isto é—quasi que se limitou a adoptar o projecto de Constituinte que já estava elaborado e conhecido, e que foi promulgado no dia 21 de Julho seguinte.<sup>(28)</sup> — Ia, pois, o Rio Grande do Norte entrar numa phase nova da sua vida. É claro que não temos ainda, daqui em diante, propriamente historia. Por enquanto vai tudo em elaboração, e só mais tarde a historia ha de fazer-se. Julgar contemporaneos — homens e factos — corre sempre o risco de pôr o juiz em suspeição perante os vindouros: e o que se requer é que tal juiz entre neste tribunal só com a responsabilidade da sua consciencia, e não com a dos proprios olhos e do proprio coração. Só aos posterios, pois, compete dar sentenças para as quaes podem os contemporaneos ter mesmo a imparcialidade e espirito de justiça indispensaveis, mas não merecem a fé que é preciso attribuir a quem julga. — O mais que nos cumpre fazer aqui, portanto, é registrar, segundo o nosso criterio, os factos de mais importancia que sirvam amanhã como documentação para o historiador futuro. — Ao cabo de cêrca de dois annos de regimen provisório, caracterizado por mudanças continuas de governo <sup>(29)</sup>, ia o Estado entrar na ordem constitucional. O

---

Oliveira, Vicente de Paula Vêras, Ovidio de Mello Montenegro Pessoa, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, José Calistrato Carriho de Vasconcellos, Francisco Pinheiro de Almeida Castro, Antonio Antunes de Oliveira, Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcanti, Umbellino Freire de Gouveia Mello, José Gervasio de Amorim Garcia, Joaquim Guilherme de Souza Caldas, Antonio Bento de Araujo Lima, Ivo Abdias Furtado de Mendonça e Menezes, Jesuino Fernandes de Queiroz, Manuel Joaquim de Carvalho e Silva, João Alves de Oliveira e Pedro Soares de Araújo. Só Vicente de Paula Vêras deixou de comparecer ás sessões.

<sup>28</sup> A Constituição do Rio Grande do Norte foi revista quatro vezes: em 1892, em 1898, em 1907, e em 1914.

<sup>29</sup> Da Memoria do dr. Moysés Soares: «Successivamente governaram o Rio Grande do Norte depois do dr. Adolpho Gordo (8 de Fevereiro de 1890) e até a organização constitucional do Estado (Julho 1891): — o dr. Jeronymo Americo Raposo da Camara, vice-Governador (de 8 de Fev. a 10 de Março de 1890); — dr. Joaquim Xavier da Silveira Junior, Governador por decreto de 8 de Fev. de 1890 (de 10 de Março a 19 de Setembro de 1890); — dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, vice-Governador (de 19 de Setembro a 8 de Novembro de 1890); — dr. João Gomes Ribeiro, Governador por decreto de 11

primeiro Governador eleito foi o dr. Pedro Velho, a quem coube a tarefa de normalizar a nova administração. São unânimes os testemunhos do tempo em assignalar a moderação de que deu provas o illustre chefe republicano em um posto, no qual, mais que a firmeza e coragem que revelára no apostolado, cumpria pôr em acção virtudes cívicas inseparáveis da legitima democracia. — Em 1896 succede ao dr. Pedro Velho na governança do Estado o desembargador Joaquim Ferreira Chaves <sup>(30)</sup> Fóra dos serviços ordinarios da administração, cui-

---

de Outubro de 1890 (de 8 de Novembro a 7 de Dezembro de 1890); — dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva, Governador, por ordem telegraphica do Ministro do Interior (de 7 de Dezembro de 1890 a 2 de Março de 1891); — dr. Francisco Amyntas da Costa Barros, Governador por decreto de 28 de Fev. de 1891 (de 2 de Março a 13 de Junho de 1891).

<sup>30</sup> No dia 30 de Dezembro de 1896 effectuára-se em plena ordem a eleição de Presidente e vice-Presidente da Republica. A proposito desse pleito, escrevia o dr. Ferreira Chaves, em sua mensagem de 1917, estas nobres palavras: «Folgo de registrar que a politica partidaria entre nós continúa a manter-se num terreno amplo de concordia e de civismo, que são muito lisongeiros para o progresso moral do Estado. Não temos, afortunadamente, essas opposições odientas de inimizades pessoas, que infelicitam e perturbam a vida partidaria de outros Estados da Federação; e alguns raros desviados dessa norma, que nos honra, carecem, pelos moveis mais ou menos claros a que obedecem, ou pela ausencia de principios conhecidos, do prestigio e isenção, sem os quaes todo valor lhes fallece. Aquelles que se uniram, num momento difficil da vida do Estado, para manter a sua autonomia moral e conservar a paz interior, ainda hoje se não desdisseram dessa harmonia, e continuam a amparar o governo, que escolheram com os seus applausos e os seus votos. Nem, aliás, a existencia de uma opposição bem intencionada e esclarecida seria de feição que atemorizasse governos leaes e desejosos de acertar. Pela minha parte, nada tendo que occultar, mas antes desejando o exame imparcial e a discussão serena de todos os meus actos, regosijar-me-ia com essa demonstração de independencia, attestado de que o caracter nacional não está ainda tão amollecido e desfibrado quanto apraz aos pessimistas afirmar. Em alguns municipios são mais ou menos definidas as divergencias locais, completamente extranhas á organização partidaria do Estado, pois que uns e outros apoiam o governo estadual e se alistam nas fileiras do partido que tem a responsabilidade da situação; mas essas divergencias no modo de encarar assumptos e interesses communaes, em vez de elementos de perturbação e de desordem, podem e

dou o novo Governador principalmente de estimular as duas grandes culturas agricolas do Estado — a canna de assucar e o algodão. Ao mesmo tempo deu toda attenção ás finanças publicas, tomando providencias no sentido de melhorar a arrecadação de impostos, e «evitar dilapidações e desfalques». Na segunda mensagem que apresentou ao Congresso Legislativo do Estado, em 14 de Julho de 1897 <sup>(31)</sup>, suggeriu o desembargador Ferreira Chaves uma nova reforma da Constituição <sup>(32)</sup>, nas partes relativas ao poder judiciario, ao processo eleitoral e á administração dos municipios. Eleita a 15 de Novembro de 1897 a Assembléa com poderes especiaes, reuniu-se no anno seguinte, e decretou a reforma a 11 de Julho, encerrando-se nesse mesmo dia como constituinte, para installar-se como Congresso ordinario no dia 14. — Des do início de sua administração, luctára o dr. Ferreira Chaves com certos embaraços decorrentes da crise economica produzida pelos dois flagellos que se alternam periodicamente em quasi todo o nordeste. Para remediar a situação na parte financeira, teve de lançar mão, como já havia feito o seu antecessor, do credito interno, em vez de comprometter o thesouro em largas operações onerosas no exterior. Mas ali se usou desse recurso com muita parcimonia, dando-se ás apolices do Estado o valor quasi integral de moeda <sup>(33)</sup>, e fazendo-se pontualmente o serviço de paga-

---

devem ser um estimulo e um factor de progresso, pela fiscalização, que exercem, pela critica, que professam, e pelas idéas, que suggerem. Para isso, apenas é indispensavel que se não reduzam a simples desavenças pessoas, ou malquerenças particulares, sempre mesquinhas, por muito justificadas que sejam, quando se trate do interesse publico».

<sup>31</sup> Até 1907, a reunião ordinaria do congresso era a 14 de Julho. Pela reforma deste anno (25 de Março) passou a fazer-se a 1 de Novembro.

<sup>32</sup> Tratava-se agora apenas de uma medida de ordem pratica e economica. Segundo o preceito constitucional, a reforma obedeceria ao seguinte processo: a proposta devia ser feita pelas intendencias municipais, em maioria de dois terços pelo menos, e apresentada ao congresso; e só depois de votada, tambem por dois terços, na legislatura, é que seria viavel para convocação da constituinte. Ponderava o Governador que seria conveniente fazer-se a eleição dessa assembléa com poderes especiaes simultaneamente com a do congresso ordinario. E assim se fez.

<sup>33</sup> Do relatorio do Inspector do Thesouro, dr. Francisco Carlos



mento de juros. Ter-se-ia com effeito creado uma excellente providencia para as aperturas do momento, si não fossem logo apparecendo falsificações das cédulas do thesouro. <sup>(34)</sup> Ainda assim, a operação deu bons resultados, até a epocha em que se resgataram as apolices, entrando o thesouro em franco allivio, e tendo-se podido, com o expediente, animar as industrias agricolas <sup>(35)</sup>, ao mesmo tempo que se diminuia a divida passiva do Estado.

-----

da Costa Real, annexo á Mensagem do Governador de 1898, consta o seguinte: «APOLICES AO PORTADOR. Continuam em circulação as apolices ao portador, que, em virtude da disposição contida no art. 8 da Lei n. 95, de 15 de Dezembro de 1896, e por decreto n. 76 de 31 de Março de 1897, foi o thesouro autorizado a emittir na importância total de 500:000\$000, que, consoante o citado decreto, foram assim distribuidos: 220:000\$000 para realização de obras e serviços publicos já iniciados e outros que se tornem necessarios para animar e desenvolver o progresso material do Estado; 180:000\$000 para emprestimos aos agricultores que se dedicam ao plantio da canna de assucar; e 100:000\$000 para occorrer ás despesas ordinarias do corrente exercicio; sendo que, posteriormente, por decreto n. 79 de 5 de Junho de 1897, foi a primeira das referidas quantias reduzida a 200:000\$000, e a segunda elevada á mesma importancia. Para mais valorizar esses titulos da divida publica estadual, a que o commercio tem opposto não pequena serie de embaraços, V. Ex. entendeu de baixar o seguinte decreto: «O Governador do Estado do Rio Grande do Norte, usando da faculdade que lhe confere a lei, decreta: Art. 1.º Do primeiro ao ultimo dia do mez de Outubro proximo, o pagamento dos impostos constantes do orçamento vigente poderá ser feito, no Thesouro e nas demais estações fiscaes, um terço em dinheiro da União e dois terços em apolices da divida publica estadual, emittidas em virtude dos decretos ns. 33, 41, 57, 68, e 73 de 28 de Agosto de 1894, 28 de Janeiro e 13 de Agosto de 1895, 2 de Janeiro e 25 de Novembro de 1896, e 10 de Janeiro do corrente anno. Art. 2.º Do primeiro de Novembro em diante, esse pagamento poderá ser feito integralmente por meio das referidas apolices. Art. 3.º As disposições dos artigos precedentes não comprehenderão os dizimos do gado vaccum e do pescado, e as contribuições provenientes dos contractos de loteria e exportação de sal». — As apolices eram em numero de 945.000, na importancia total de 500:000\$000, e divididas em 15.000 do valor de 10\$000; 30.000 do valor de 5\$000; 200.000 do de \$500; 300.000 de \$200, e 400.000 de \$100. Venciam os juros de 5 % ao anno, pagos semestralmente

<sup>34</sup> V. Relatorio do Thesouro citado.

<sup>35</sup> Como se sabe, o Governo Federal prohibiu a circulação daquellas cédulas: e o Governador do Estado tomou immediatamente as

IX. Ao desembargador Ferreira Chaves succede no governo o dr. Alberto Maranhão (1900-1904). O pensamento dominante na administração continúa a ser o da restauração das finanças publicas. Não era, aliás, de quebrantar os mais prudentes a situação do thesouro; pois não chegava a responsabilidade do Estado a 300 contos, achando-se os orçamentos mais que perfeitamente equilibrados. <sup>(36)</sup> O que se quer, no entanto, ali é eliminar completamente a divida passiva, para que o Estado entre desassombradamente numa phase de renovação geral. — É digno de assignalar-se, durante o quadriennio do dr. Alberto Maranhão, a fundação do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, installado no dia 29 de Março de 1902. Começou logo a hoje notavel instituição a publicar a sua importante revista annual, farto repositório de documentos principalmente relativos á vida passada da terra potiguar. Concluiu-se tambem agora em Natal a construcção do theatro Carlos Gomes, começada na administração e por iniciativa do dr. Ferreira Chaves. — No dia 25 de Março (1904) passou o dr. Alberto Maranhão o governo a seu successor, o dr. Augusto Tavares de Lyra. Enceta este a sua administração com grande coragem, e animado de idéas novas e do desejo de fazer alguma coisa mais que o simples expediente de secretaria. Logo em sua primeira mensagem ao Congresso Legislativo empenhou-se muito solícito em fazer sentir a necessidade de organizar-se um serviço régular de estatística official. Suggestiu tambem a conveniencia de se melhorar os archivos do Estado concentrando todo o serviço no Instituto Historico. <sup>(37)</sup> Occupou-se particularmente, encarecendo muito a causa e propondo reformas, da instrucção publica em geral. E cuidou ainda: — de melhorar o regimen penitenciario <sup>(38)</sup>; — da consolidação

---

providencias que o caso impunha. Em sua mensagem de 1899 dizia o dr. Ferreira Chaves: «Logo que foi publicado o Decreto do Congresso Federal sob n. 561 de 31 de Dezembro do anno passado, assignei, e fiz immediatamente observar, o decreto sob n. 105 de 30 de Janeiro deste anno, prohibindo a emissão e circulação, no Estado, de apolices ao portador»...

<sup>36</sup> Mensagens do dr. Alberto Maranhão, de 1902 e de 1903.

<sup>37</sup> Mensagem de 1904, p. 10.

<sup>38</sup> Mensagem de 1905, p. 8.

das leis processuaes <sup>(39)</sup>; — do serviço de illumination publica em Natal <sup>(40)</sup>; — de animar no Estado o movimento geral que se fazia em prol das industrias agricolas <sup>(41)</sup>; — da creação do Banco de Natal <sup>(42)</sup>; — de providencias excepcionaes com que teve de attender á situação economica e financeira determinada pelo flagello da secca <sup>(43)</sup> etc. — Em 1907 fez-se nova reforma da Constituição do Estado, alterando-se, alem de outras menos importantes, as disposições referentes ao prazo de mandato do Governador, o qual passou a ser de seis em vez de quatro annos; e á epoca de installação do Congresso Legislativo em sessão ordinaria (a um de Novembro em vez de quatorze de Julho).

X. Ao dr. Tavares de Lyra succede (a 25 de Março de 1908) o dr. Alberto Maranhão. Começou este agora pela reorganização do ensino publico, autorizada já por lei do anno precedente (n. 249 de 22 de Novembro). Por essa reforma crearam-se 12 grupos escolares <sup>(44)</sup>, e melhorou-se o ensino normal <sup>(45)</sup>; crearam-se cursos profissionaes <sup>(46)</sup>; instituiu-se um fundo escolar; e tomaram-se outras medidas tendentes a renovar as condições da instrucção em geral. Promoveu e am-

-----  
<sup>39</sup> Sem, no entanto, deixar de combater, e com toda razão, a variedade de leis processuaes. V. Mensagem de 1905, p. 13-15.

<sup>40</sup> Mensagem de 1905.

<sup>41</sup> Promoveu e conseguiu a creação da Sociedade Agricola do Rio Grande do Norte.

<sup>42</sup> Mensagem de 1906.

<sup>43</sup> Conseguiu então um emprestimo do Banco do Brazil (de 450 contos), e obteve da União um auxilio de 500 contos.

<sup>44</sup> Em 1911 já havia no Estado 16 grupos escolares. V. Mensagens de 1911, p. 7; de 1912, p. 6.

<sup>45</sup> Creou-se annexo á E. Normal um grupo escolar modelo, sob o nome de Augusto Severo, e destinado á pratica do ensino para os alumnos da referida escola. — Uma instituição de alta importancia que começa a operar por este tempo é a Liga do Ensino, «associação consagrada a difundir os conhecimentos praticos da vida, mantendo escolas technicas de instrucção domestica, no intuito patriotico de melhorar as condições moraes e economicas da familia norte-rio-grandense». V. Mensagem de 1911, ps. 8-10.

<sup>46</sup> V. Mensagem de 1910, p. 6-9.

parou uma iniciativa que deu logo excellentes resultados, fazendo grande movimento no ensino em todo o Estado — a da Liga do Ensino <sup>(47)</sup>. Estabeleceu tambem um Codico do Ensino Publico, refundindo todas as leis referentes ao serviço. <sup>(48)</sup> — Procurou o dr. Maranhão fomentar a producção industrial, protegendo principalmente a lavoura e a criação. Para facilitar a importação de instrumentos agrarios, sementes, e outros muitos artigos, e até reproductores de raça, creou, annexo á repartição do thesouro, um Almoxarifado Geral, que desde 1909 foi prestando os melhores serviços á agricultura e á pecuaria <sup>(49)</sup>. Empreheendeu serviços relativos á hygiene e assistencia publica <sup>(50)</sup>, e outros, alem de varias obras com que se esforçou por melhorar as condições da vida urbana e de remodelar a esthetica da cidade. <sup>(51)</sup> Mostrou-se, em summa, o dr. Alberto Maranhão activo administrador e espirito de largo descortino. Em taes disposições, para munir-se de elementos extraordinarios com que pudesse ampliar a sua acção, teve de recorrer ao credito, como, no tempo, iam fazendo os Governadores de quasi todos os Estados, seguindo o exemplo do governo da União. Pediu, pois, e obteve do Congresso autorização para contrahir um emprestimo externo, o primeiro que o Estado fazia. <sup>(52)</sup> Com o producto desse emprestimo <sup>(53)</sup> poudo o governo realizar algumas obras de saneamento e embelezamento de Natal, e alguns serviços que eram indispensaveis, como o da viação electrica urbana, o de abastecimento de agua e exgotos, e da illuminação electrica, e outros. <sup>(54)</sup> Por ultimo, decretou o dr. Maranhão a reorganização da justiça, e o codigo do «processo penal», e ordenou a organi-

---

<sup>47</sup> Mensagem de 1911, p. 8.

<sup>48</sup> Mensagens, de 1911 p. 9; e de 1913 p. 12.

<sup>49</sup> V. Mensagens: — de 1910, p. 17; — de 1912, p. 9, 11, 17.

<sup>50</sup> V. Mensagens, de 1910, p. 17; e de 1911, p. 10 etc.

<sup>51</sup> Mensagens de 1910, p. 18; e de 1911, p. 20.

<sup>52</sup> V. Mensagens, de 1910, p. 34; e de 1911, p. 24.

<sup>53</sup> O emprestimo, de c. 350.000, foi contrahido em Paris, ao juro de 5 %, e ao typo liquido de 83. V. João Lyra Tavares — *Economia e Finanças dos Estados*, 1913.

<sup>54</sup> V. Mensagem de 1911, p. 18, 21.

zação do processo civil. <sup>(55)</sup> — Infelizmente, apesar de tudo, e devido a circunstancias anormais <sup>(56)</sup>, ao encerrar-se o período administrativo, era de 630:931\$819 o *deficit* orçamentário, tendo-se de recorrer ao Banco de Natal para supprir adeantamentos destinados a encargos inadiáveis, principalmente com o funcionalismo. — As más condições financeiras, e uma certa impressão penosa de desconfiança e alarme ante o futuro, nublado ainda de complicações políticas, pareciam dominar os espiritos, creando para a «vida administrativa, profundamente combalida ao sopro revolucionario que agitou o organismo institucional do Estado...» uma «situação extremamente delicada». <sup>(57)</sup>

XI. É em condições tão embaraçosas que assume o governo do Estado, como successor do dr. Alberto Maranhão, o desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Encontrava **este** uma situação excepcional e difficil, tanto no que respeita á economia geral e ás finanças publicas, como na esphera politica <sup>(58)</sup>, onde se resentiam ainda consequencias do angustioso transe que se acaba de soffrer. Sobretudo as difficuldades economico-financeiras eram positivamente dolorosas e de assoberbar os espiritos mais fortes. Os compromissos internos, e de urgencia quasi todos, montavam a 1.930:215\$364 rs., sem con-

---

<sup>55</sup> V. Mensagem de 1913, p. 17, 18.

<sup>56</sup> V. Mens. de 1913, p. 25.

<sup>57</sup> O alarme era produzido por questões de ordem politica. Estava-se ali «na phase tormentosa da salvação» — diz uma alta autoridade.

<sup>58</sup> Em sua primeira Mensagem (de 1914) escreveu o desembargador Ferreira Chaves: «Não vos são extranhas, srs. Deputados, as condições em que, ao assumir o governo, encontrei o Estado. Abalados pela agitação que durante largos mezes soprou violenta e minaz, conturbando os espiritos, afrouxando os laços da disciplina e impondo pesados sacrificios, creamo-nos uma situação em que, mal distincta se não menos apagada no animo de muitos a noção do dever, se nos deparavam, por toda parte, nos differentes departamentos da administração, no seio da collectividade, como em cada um de seus membros, signaes evidentes de alguma coisa de irregular e anarchico, resultante do regimen de excepção a que as circunstancias compelliram, máu grado seu, meu illustre antecessor».

tar uma prestação do empréstimo externo, que teve o novo Governador de satisfazer alguns dias depois que assumira o governo. O funcionalismo já não era pago pontualmente; e os fornecimentos estavam atrasados alguns meses. A dívida global do Estado elevava-se, em summa, a 6.668:726\$825 <sup>(59)</sup>. — Administrador ponderado e seguro, apanhou logo o dr. Ferreira Chaves, com a sua lucida visão, o conjunto dos obices que se lhe deparavam, e sem vacillar agiu no sentido de os conjurar. Começou, como era natural, supprimindo despesas que podiam ser adiadas sem prejuizo do serviço publico. Extinguiu a Escola de Musica, recentemente creada <sup>(60)</sup>; reduziu de 40 a 20 o numero de praças do esquadrão de cavallaria de policia, e de 50 a 25 o das respectivas montarias; reduziu ao effectivo legal o numero de officiaes e praças do Batalhão de Segurança, que encontrára com o duplo do número fixado; supprimiu, em algumas repartições, logares que não eram indispensaveis <sup>(61)</sup>; supprimiu algumas e reduziu outras subvenções e gratificações

---

<sup>59</sup> Observando-se, no entanto, que no sexennio transacto (1908-1913) chouvera um excesso de 985.000\$ na arrecadação da receita».

<sup>60</sup> E explicava o seu acto ponderando que «não há quem possa, já não digo negar, mas, simplesmente, discutir a utilidade de um curso regular de musica, quando sob a direcção de bons professores; mas ninguém ha tambem que, a serviços dessa especie, dignos de applausos nas sociedades amparadas por faceis meios de vida, não anteponha outros de immediata utilidade pratica. Ao prazer da musica é necessario preferir as vantagens resultantes do combate, vigoroso e perseverante, contra o mais pernicioso dos males que affectam e corróem o organismo das democracias — o analphabetismo».

<sup>61</sup> Taes como os logares de Regente da Orchestra do Batalhão de Segurança: de um inspector de ensino; de 4 officiaes da Secretaria do Governo, 4 primeiros escripturarios e 1 segundo do Thesouro, 1 segundo official e 1 amanuense da Secretaria da Policia; um funcionario da administração do theatro «Carlos Gomes»; dois professores do Grupo Escolar Modelo. Extinguiu ainda gratificações que eram abonadas aos delegados de policia da capital, e aos directores de grupos escolares, ao fiscal dos destacamentos do interior; e a subvenção que se dava ao Tiro Natalense. Reduziu á metade a subvenção concedida ao Instituto Historico, e supprimiu a verba para aluguel da casa destinada á Repartição de Hygiene, passando esta a funcionar em uma das dependencias do Palacio, etc. Calculava em cerca de 600 contos as economias assim realizadas. V. Mensagem de 1914.

de favor <sup>(62)</sup>; suspendeu o contracto para arrecadação do imposto do sal <sup>(63)</sup>; rescindiu por inconveniente ao interesse publico, o contracto feito em Novembro de 1913 para construção de um matadouro na capital <sup>(64)</sup>; aboliu, por contrarios á lei e lesivos ao bem publico, dois regulamentos da Secretaria do Governo <sup>(65)</sup>; e expediu outros actos destinados a reduzir ao estrictamente indispensavel os encargos do erario. Conseguiu assim de prompto, dentro das leis, e sem sacrificio das conveniencias geraes, effectuar uma economia de cêrca de 600 contos. E em todo o seu periodo de governo (de 1914 a 1919) seguiu com perseverança essa politica sabia e reparadora. — Emquanto realizava, por um lado, essas reduções de despesa, ia por outro, com prudencia e tino, provendo a serviços inadiaveis e obras de natureza reproductiva, reclamados pelo desenvolvimento da administração publica. <sup>(66)</sup> — Uma das mais importantes dessas obras foi a estrada de rodagem

---

<sup>62</sup> V. Mens. 1914.

<sup>63</sup> V. Mens. cit.

<sup>64</sup> Alem de outras, pela razão tambem de ter sido o contracto lavrado sem que precedesse concurrencia publica.

<sup>65</sup> O que mandava dividir, mensalmente, em quotas, pelos empregados da Secretaria, os emolumentos, ali arrecadados; e o que permitia ao empregado que substituisse ou accumulasse serviços na ausencia ou impedimento de outro, perceber a metade da gratificação do substituido.

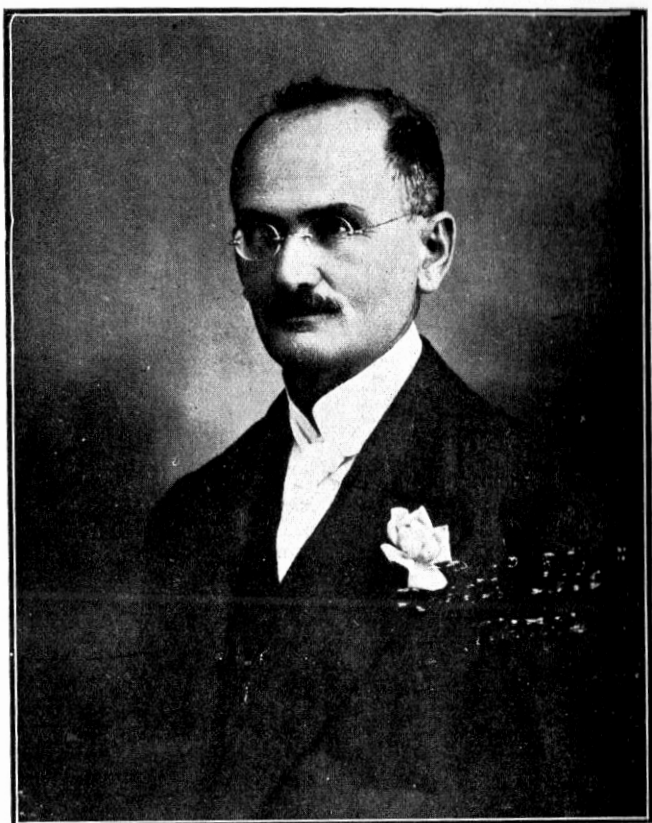
<sup>66</sup> Lê-se na Mensagem de 1914: «Dadas embora as condições do Thesouro, e não obstante meu proposito, firme e irrevogavel, de reduzir tanto quanto possivel as despesas publicas, sem o que não poderemos superar as difficuldades que nos sitiam, julguei imprescindivel e urgente decretar a desappropriação dos predios, antigos e arruinados, que ainda restavam em frente ao Palacio do Governo, e construir a praça que logrou, pela Intendencia do Municipio, a significativa denominação de Praça Sete de Setembro... Urgentes tambem e imprescindiveis foram os reparos, concertos e obras novas que mandei fazer nos edificios do Atheneu, do Grupo Escolar Augusto Severo, do Grupo Escolar Frei Miguelinho, do Hospital Juvinio Barreto, do Asylo João Maria, do Isolamento da Piedade, e do Quartel do Batalhão de Segurança... Não devendo protelar-se por mais tempo a inauguração da Escola Domestica, cujas professoras, vindas da Suissa, já se achavam, desde muito, aqui, tive de reconstruir, em grande parte, o respectivo predio, dotando-o de mobiliario e utensilios, reclamados por esse importante instituto de educação e ensino».

entre a capital e a povoação de Jericó, no município de Santa Cruz, contractada com empresa particular «sem onus para o thesouro». — Da instrucção publica teve ensêjo de cuidar effi-  
cazmente. Integrou o Grupo Modelo Augusto Severo; reformou o Atheneu Norte-Rio-Grandense; melhorou a Escola Normal; fez inaugurar a Escola Domestica, estabelecimento unico talvez em todo o paiz <sup>(67)</sup>; conseguiu em muitos districtos

---

<sup>67</sup> Em trabalho publicado na revista *America Latina*, desta capital, ns. 3 e 4 do I anno, p. 295, dá-nos o deputado dr. José Augusto o seguinte acêrca da Escola Domestica de Natal: «Em 1911, H. Castriçiano, de regresso de uma longa viagem de estudos a 'paizes europeus, realizou em Natal uma conferencia sobre a «Educação da Mulher no Brazil», na qual, estudando os problemas economicos e sociaes que temos a resolver, procurou mostrar que todo o nosso bem-estar depende da educação, que nos falta, e de que precisamos distribuida pelos dois sexos, moldados os conhecimentos ás necessidades de cada região. Homem de espirito, mas, ao mesmo tempo, um realizador, emprehendeu a fundação, no Rio Grande do Norte, de uma vasta associação de fins educativos, com séde na Capital, mas com ramificações por todo o Estado; associação destinada a congregar todas as energias sociaes em torno de instituições escolares que seriam a base da grande renovação social por todos aspirada. A associação foi fundada, com a denominação de «Liga do Ensino», sob a presidencia de um grande servidor do Rio Grande do Norte, o dr. Meira e Sá, e dentro de pouco tempo começou a objectivar o programma que lhe traçara o seu illustre iniciador, com a installação da Escola Domestica de Natal, cujos fins eram dar á mulher patricia, por uma formação systematica, as qualidades que a tornem apta a viver por si, sempre que lhe falte o amparo amigo do esposo, do pai, do irmão, e collocal-a em situação de poder desempenhar o papel que lhe está naturalmente indicado na familia, o que tudo quer dizer — educando-a para uma profissão e para o *ménage*. Para dirigir a Escola foram contractadas na Suissa duas professoras, Meles. Helene Boudec e Jeanne Negulescu, diplomadas pela famosa École Ménagère, de Fribourg, pela qual foi moldada a do Rio Grande do Norte. Iniciado em 1914 o funcionamento da Escola, que mereceu, desde a primeira hora, do poder publico e da iniciativa privada, o estímulo e amparo de que precisava, vimol-a desdobrar-se e ganhar a confiança da familia norte-rio-grandense, a que se destinava, e que a ella tem acorrido, sollicitas para lhe confiar a educação e o preparo das moças da maior distincção entre as que formam a sociedade patricia. Terminado o tempo pelo qual estavam contractadas, tres annos, regressaram as professoras suissas para a Europa, ficando a Escola, desde então, sob a direcção de uma notavel educadora americana, Miss. Leora James, figura apostolar, dedicada





DR. ANTONIO DE SOUSA

interessar o espirito municipal na causa do ensino publico, e teve a fortuna de ver quão valioso se tornou o concurso da iniciativa privada em tão relevante serviço. É realmente phenomeno de impressionar os mais incredulos o exito alcançado no Rio Grande do Norte pelo esforço particular estimulado pelos poderes publicos. Basta saber-se que em 1914, sobre 54 escolas primárias officiaes com 1.949 alumnos matriculados, contavam-se nada menos de 198 escolas particulares, com 4.596 alumnos!

XII. Em 1915, teve de fazer-se uma nova reforma da Constituição do Estado. Convocados representantes com delegação especial, reuniram-se estes no dia 12 de Maio, funcionando até o dia 25. O ponto capital que se alterou pela reforma promulgada foi o artigo relativo á substituição do Governador, a qual cabia ao presidente do Congresso Legislativo, e passava agora a ser feita por um vice-Governador. — Tendo estabelecido as normas da sua administração, continuou o desembargador Ferreira Chaves a melhorar todos os serviços com muita calma e senso pratico, nunca perdendo de vista o seu escopo principal da reabilitação das finanças pela restauração economica. — Este de 1915 foi anno de secca. O flagello perturbou largamente a acção administrativa. Ainda assim, não foi descurado nenhum serviço. Quanto á instrução publica foi necessario tomar umas tantas providencias excepçionaes, para corrigir certas irregularidades, sobretudo no interior do Estado. <sup>(68)</sup> — Passada a devastadora intemperie, pareceu que toda a vida economica das populações tomava novo impulso. Todo mundo volveu atenções e esforços para as industrias agricolas. Dir-se-ia que o vigor e a coragem tradicionaes das populações sertanejas ali se medem sempre pela extensão do

---

de plena alma á grande tarefa educativa que elegeu para desdobramento de sua grande actividade e de sua formosa intelligencia e elevada cultura intellectual e moral. A Escola Domestica de Natal está agora installada em predio magestoso que lhe foi doado pelo Governo do Rio Grande do Norte que para esse fim o fez construir, e conta com um corpo de professores á altura das exigencias da função educativa que lhe é reservada».

<sup>68</sup> V. Mensagem de 1915, p. 13-14.

flagello. Em todos os municipios opera-se uma revivescencia geral pelas duas grandes causas — a da reconstrucção economica, e a da instrucção publica. Em Mossoró, por exemplo, apparece uma iniciativa que, só por si, dá testemunho de quanto o maximo problema da economia interna ia interessando a todos os espiritos: a da organização de uma liga sob o nome de *Defesa do Nordeste*, destinada á propaganda agricola, pela difusão de conhecimentos uteis, processos novos, lições e conselhos de proveito para a lavoura e a criação. Em seu relatório de 1916 procura o Governador do Estado, em largas considerações, estimular esse movimento, ao mesmo tempo que ampliava quanto possivel o influxo da acção official em toda parte. <sup>(69)</sup> — No serviço do ensino publico, teve o Governador de fazer uma reforma, principalmente no sentido de corrigir ou simplificar certas disposições do Codigo do Ensino. E emquanto a autoridade superior desenvolvia todo o seu esforço pela causa sagrada, em todos os municipios do Estado crescia o interesse pela instrucção popular. Augmentavam assim de dia para dia os proveitos da acção municipal alliada ao espirito de iniciativa, que toma em toda parte «um incremento muito promettedor»... <sup>(70)</sup> — Eis ahi como se explica a legitima ufania com que poudo o dr. Ferreira Chaves, em sua ultima mensagem dirigida aos representantes do Estado em sua reunião de 1 de Novembro de 1919, dizer estas palavras em que se sente a consciencia de um verdadeiro homem publico: «Com a profunda satisfação de haver cumprido, tanto quanto as minhas torças permittiam, o dever de servir o Rio Grande do Norte no espinhoso cargo, que pela segunda vez me confiou a vontade popular em 1913, trago-vos as informações relativas ao ultimo anno do meu mandato, e com ellas vos venho apresentar ainda mais agradecimentos que despedidas. Satisfação, disse-vos eu, porque no mais intimo da minha consciencia não sinto accusações por tibieza nem desanimo; satisfação ainda mais, porque o apoio do partido que me elegeu, assim como o da grande

---

<sup>69</sup> Emquanto o Governo da União construia açudes e barragens, o Governo do Estado emulava com a acção federal, abrindo estradas. V. Mens. de 1916, p. 10, 13, 17, etc.

<sup>70</sup> Mens. de 1917, p. 12 etc.

maioria do povo desta terra querida, nunca me faltou, e mesmo nesta hora ultima do meu longo mandato encontro o seu amparo com a mesma convicção e sympathia, que na primeira me captivaram. Trabalhando com o esforço, de que era capaz, pela felicidade do pequeno e glorioso Estado ao qual dediquei toda a minha vida publica, encontrei em todos os momentos o coração do seu povo a vibrar com o meu; e esse incentivo supremo, que tão claro me tornou sempre o caminho, foi o guia de todos os meus passos». (71)

---

71: Termina este trabalho com a administração do dr. Ferreira Chaves; pois devia estar impresso até meados, ou o mais tardar, até fins de 1920. Uns tantos embarços imprevistos retardaram, no entanto a impressão, e sem que fosse permittido ao autor fazer no texto agora o accrescimo que lhe cumpria e elle tanto desejava fazer. Mal podemos dar aqui esta ligeira nota sobre a administração que se seguiu, em Novembro de 1919, á do dr. Ferreira Chaves. Basta-nos, portanto, dizer que o dr. Antonio J. de Mello e Souza é um solícito e operoso continuador da politica restructora do precedente sexennio. Encontrou S. Ex. o Estado a soffrer os rigores de «uma das mais prolongadas sêccas destes ultimos quarenta annos». Sem quebrantar-se, procurou antes minorar os effeitos do flagello quanto foi possível. As primeiras chuvas appareceram nos primeiros dias de Fevereiro; e com ellas voltou a coragem, a actividade, a alegria das laboriosas populações do sertão. — Des do seu primeiro anno de governo, tem o dr. Mello e Souza dedicado toda a sua attenção e esforço, tanto á questão sempre complementar das finanças publicas, como principalmente aos dois problemas vitaes do tempo: o da instrucção popular, e o do desenvolvimento da agricultura e da pecuaria. — Comquanto conte pouco mais de um anno, no momento em que escrevemos estas linhas, já tem esta nova administração dado provas de que está perfectamente orientada no amplo horizonte que os politicos daquella terra, numa forte solidariedade moral, souberam, des do principio do regimen republicano, abrir ás aspirações do povo norte-rio-grandense.

## CAPITULO XXIX

### O RIO GRANDE DO NORTE EM 1920

I. Ao concluir esta noticia historica, muito grato nos seria dar, como synthese geral do trabalho, uma idéa do que é presentemente o Estado do Rio Grande do Norte no seio da Federação. Só assim fariamos resaltar aos olhos do leitor, pelo contraste flagrante entre a terra de 1598 e a terra de hoje, a obra que se fez naquella porção do Brazil. — Não dispomos para isso de todos os elementos que nos seriam indispensaveis; mas, ao menos, pelas informações e os dados que podemos apurar, daremos as linhas geraes de um quadro em que se reflecta a existencia actual do povo norte-rio-grandense, e portanto a medida do seu esforço e da sua capacidade de cultura durante pouco mais de trescentos annos. — O Estado do Rio Grande do Norte está hoje dividido em 14 comarcas <sup>(1)</sup>,

---

<sup>1</sup> São as seguintes: — NATAL. Foi creada em 1818, por alvará de 18 de Março. Fazia antes parte da comarca da Parayba. Comprehendia primeiro toda a antiga provincia do Rio Grande e era de 3.<sup>a</sup> entrancia. Pouco a pouco foi sendo desfalcada para formação de novas comarcas. Hoje comprehende duas varas de direito, e é constituida pelo unico termo judiciario de Natal. — S. JOSÉ DE MIPIBÚ, creada em 1855; e comprehendendo 4 termos: S. José de Mipibú, Papary, Arez e Goianinha. — CANGUARETAMA, creada em 1871, com os termos de Canguaretama, Pedro Velho, Nova Cruz e S. Antonio. — MACAYBA, creada em 1882, comprehendendo os termos de Macayba e de S. Gonçalo. Teve esta comarca a principio a denominação de Potengy, e só foi provida em 1890, depois, portanto, da Republica. Foi extinta por mais de uma vez, e afinal definitivamente restaurada e provida em 1917. — CEARÁ-MIRIM, creada em 1875, com tres termos: Ceará-

com 37 termos. Formam estes outros tantos municípios, constituindo 13 cidades e 24 villas. Entre as cidades, algumas ha que já se destacam pela importancia da respectiva população, pelo valor das suas riquezas, e pela cultura dos seus habitantes. — A cidade de Natal, que é a capital do Estado, conta uma população urbana de mais de 25.000 almas. Forma só por si uma comarca judiciaria. É talvez o municipio menos extenso do Estado, pois não tem de superficie muito mais de 1.200 ks. quadrados, com uma população de mais de 30.000 hs. — É situada em paragem magnifica, á margem direita do rio Potengy, a uns dois kilometros do mar, e dividida em cidade alta e cidade baixa, comprehendendo varios bairros; entre os quaes o do Alecrim, para onde se vai extendendo a cidade; e o de Petropolis, num alto diante do mar, e de onde se desvendam panoramas admiraveis. — A cidade é quasi toda calçada, e arborizadas profusamente muitas avenidas e praças. É illuminada á luz electrica, e tem serviço de bondes, de tracção electrica, muito regular. Alem de ruas amplas, e bem arborizadas na parte central, conta muitas praças com bellos jardins; taes como a Sete de Setembro, fronteira ao palacio do governo; a Augusto Severo, a André de Albuquerque, e outras. A edificação urbana já perdeu o aspecto colonial, contando-se edificios de proporções regulares e de gosto, como os do palacio, da Assembléa Legislativa, do Superior Tribunal, da Intendencia, do Atheneu; o theatro Carlos Gomes, e alguns predios particulares. — Ha na cidade, alem de institutos de ensino e de philanthropia (como o Atheneu Norte Rio Grandense,

---

Mirim, Taipú e Touros. — SANTA CRUZ, creada em 1909 (pela segunda vez) com os termos de Santa Cruz e do Jardim de Angicos. — MACAU, creada em 1871, com dois termos (Macau e Angicos). — ASSÚ, creada em 1835, de 2.<sup>a</sup> entrancia, com tres termos (Assú, Sant'Anna do Mattos e Augusto Severo). — MOSSORÓ, creada em 1861, de 2.<sup>a</sup> entrancia, com dois termos (Mossoró e Areia Branca). — APODY, creada em 1875, com dois termos (Apody e Caraúbas). — MARTINS, creada em 1841, comprehendendo os termos de Martins, de Patú e de Porta Alegre). — PAU DOS FERROS, creada em 1873, com tres termos (Pau dos Ferros, São-Miguel e Luiz Gomes). — ACARY, creada em 1882, com tres termos (Acary, Curraes Novos e Flores). — E CAICÓ, creada em 1858, com tres termos (Caicó, Jardim do Seridó e Serra Negra).

a Escola Domestica (1.<sup>a</sup>), hospitaes e lazaretos) algumas associações, entre as deste ultimo genero, o Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, fundado, como já se viu, em 1902. (2) Logo no anno seguinte começava a associação a publicar a sua excellente revista, dando dois volumes por anno, formando hoje uma preciosa collecção de cerca de 40 numeros, onde se encontram documentos muito interessantes para a nossa historia em geral, e particularmente para a do Estado. — A repartição de hygiene e assistencia, creada em 1892, está bem organizada. É dirigida por uma Inspectoria, e presta os melhores serviços.

-----

1.<sup>a</sup> É esta escola uma das instituições que mais honra fazem ao espirito da geração actual naquella terra. Póde-se dizer que ella representa o esforço e a coragem de um homem principalmente, o dr. Henrique Castriciano, amparado fortemente pelo civismo e os sentimentos progressistas dos norte-rio-grandenses. É, no seu genero, um estabelecimento unico em todo o Brazil, e modelado pelas *Écoles Ménagères* da Suissa, da Allemanha e da Belgica. Nasceu da Liga do Ensino, em 1911, a iniciativa que uns tres annos depois se tornou uma realidade, sendo a Escola Domestica inaugurada em 1 de Setembro de 1914. Destina-se ella á formação de donas de casa; a abrir, portanto, «novos horizontes á sociedade brasileira, orientando a mulher sobretudo para a vida campestre, onde ella tem uma grande missão a cumprir no meio de populações com justiça consideradas as melhores fontes de reserva do paiz». Ali, alem da cultura geral indispensavel, aprendem as alumnas theorica e praticamente a tornar agradável e sã a vida do campo, espalhando em torno de si, do seu para todos os lares, toda sorte de beneficios. A propria Escola é como uma casa de familia, onde as alumnas vivem como si estivessem no lar, em commun e na mais perfeita intimidade com as mestras. — A directora do estabelecimento é uma senhora distinctissima, de alta cultura pedagogica — Miss Leora James, ex-directora da Escola Superior do Estado da Virginia. -- Alem de Miss James, conta ainda a Escola Domestica de Natal com mais quatro professoras estrangeiras, escolhidas nos melhores institutos dos Estados Unidos e da França. — Ora, eis ahi uma «novidade» que vai certamente interessar muito a quantos pensam num Brazil melhor. Não é possivel, ao estudar o problema da educação geral entre nós, imaginar processo mais pratico e mais seguro de encaminhá-lo á solução que se deseja. Assim viesse a fructificar por todo o paiz essa bemdita semente plantada em Natal com tanto carinho.

2 Installado no dia 29 de Março.

II. Alem da cidade de Natal, outras apparecem já como centros notaveis de progresso. — A de Ceará-Mirim, por exemplo, é séde de um municipio riquissimo, grande productor de algodão, de assucar e cereaes. <sup>(3)</sup> É tambem cabeça de uma vasta comarca judiciaria, comprehendendo os termos de Ceará-Mirim, de Touros, e de Taipú. <sup>(4)</sup> Acha-se a comarca em comunicação com a capital por estrada de ferro. — A cidade de Macáu é uma das mais importantes do Estado. É séde de grande municipio, e cabeça de comarca. Alem de criação e lavoura, tem como principal elemento economico a industria do sal. — A cidade de Mossoró (com uns 15.000 habitantes) é tambem notavel pela riqueza das suas salinas. É uma das praças de commercio mais importantes do Estado. — A cidade do Assú, á margem esquerda do rio do mesmo nome, a uns 45 kilometros do mar, é uma das mais prosperas do Estado. O referido rio é navegavel por navios de pequeno calado, e concorre para facilitar a circulação, tornando-se a cidade por isso o entreposto de todo o commercio de uma vasta e rica zona de que a praça é centro. As principaes industrias do municipio são a exploração de salinas e a criação e a lavoura. — A cidade de Macahyba, situada ao fundo do estuario do Jundiahy, até onde este rio é navegavel, e distante de Natal uns 20 kilometros, é cabeça da comarca de igual nome, comprehendendo, alem do proprio termo, o de S. Gonçao. O municipio exporta gado, algodão e cereaes. É famosa pelas suas grandes feiras, «as mais concorridas do Estado». — A cidade de Caicó é cabeça da comarca de Seridó, antigo nome da propria cidade. É a mais central do Estado, e uma das mais importantes. É o ponto terminal da estrada de ferro, que parte de Natal, e atravessa grande porção do interior. O municipio é sobretudo criador e agricola. — Alem dessas, poderiam citar-se ainda as cidades

---

<sup>3</sup> Alem da séde (cidade de Ceará-Mirim) comprehende o municipio as povoações de Estremoz, de Genipabú, de Jacuman, de Muriú, de Query, da Capella, e da Jacoca.

<sup>4</sup> O municipio de Touros conta uma população de uns 25.000 habitantes, divididos em 17 bairros, a maior parte dos quaes maritimos. É grande ali a lavoura da canna, do algodão, e de cereaes. — O municipio de Taipú soffre sempre muito com as seccas. Alem da villa, comprehende alguns bairros e povoados.



de S. José de Mipibú, de Canguaretama, do Apody, do Martins, de Acary, do Jardim do Seridó; as villas de Papary, de Goianinha, de Pedro Velho (antiga Villa Nova), de Taipú, de Augusto Severo (antiga Campo Grande, e depois Triumpho) e outras muitas. — Resentem-se ainda o maior numero destes centros populosos, principalmente os do sertão, de meios facéis de comunicação entre si. As tres estradas de ferro do Estado — a Central, a Natal-Nova Cruz, e a Mossoró — servem, a primeira a zona do sertão até o valle do Piranhas-Assú; a segunda a região littoranea do sul; e a terceira a zona occidental do sertão (Areia Branca-Mossoró). — Estas estradas tornam-se linhas-eixo de vias de rodagem, e de caminhos de cargueiros para os municipios comprehendidos nas duas zonas, fazendo-se, porém, o transporte difficil e custoso em muitos pontos até alcançar-se a viação rapida. A estrada de ferro de Natal a Nova Cruz põe o Rio Grande do Norte em communição com os Estados da Parayba, de Pernambuco e de Alagoas. — Os entrepostos maritimos principaes do Estado são os de Natal, de Macáu, e de Mossoró (Areia Branca). O porto de Natal tem já um movimento bem regular, orçando as entradas e sahidas por uma média annual de cêrca de 200 navios, entre nacionaes e estrangeiros. Nos tres portos principaes, o movimento de embarcações é, na média, de mais de 800, sendo o maior numero de pequena e grande cabotagem. — Todos os municipios do Estado já se acham ligados pelo telegrapho electrico. — Funciona em Natal uma administração dos correios de 4.<sup>a</sup> classe, superintendendo a perto de cincoenta agencias. — Ha em toda a costa norte-rio-grandense 7 pharóes e pharolletes.

III. Quanto á economia geral e ás finanças, é o Rio Grande do Norte um dos Estados da União que se encontram em melhores condições. A agricultura, a pecuaria e a industria extractiva são as bases da prosperidade economica do Estado. A lavoura sobretudo toma grande desenvolvimento, havendo já agricultores que se têm munido de apparatus e instrumentos modernos, e adotado processos novos de trabalho e manipulação. Mantem o governo estadual em Macayba um Campo de Demonstração que tem prestado excellentes serviços á população rural. Funciona no Estado uma Inspectoria Agricola, cujo serviço, mantido pela União, foi organizado segundo o decreto

federal n. 7816, de 13 de Janeiro de 1910. <sup>(5)</sup> — As lavouras mais avultadas são as do algodão e da canna de assucar, sem contar a de cereaes, que toma incremento em muitos municipios do interior. A producção de assucar, de uns 30 annos para cá tem decrescido, mais em consequencia da alta excepcional do algodão que devido a causas de outra natureza. Por isso mesmo é que ha alguns annos se vai notando um certo movimento de revivescencia de tão importante industria. Em 1900, comquanto houvesse já o producto decahido desde 1892 da sua antiga prosperidade, ainda haveria em trabalho no Estado para mais de 500 engenhos de assucar. Com a preferencia que se deu ao algodão, grande numero dessas fabricas (a maior parte de madeira e movidas a animal) foram abandonadas. Durante muitos annos chegou a cessar inteiramente a exportação de assucar, mal chegando a producção para o consumo interno. Desde certo tempo, no emtanto, ha signaes de reacção contra esse grande erro de condemnar assim uma industria que cresce de importancia dia a dia em toda parte. — A cultura do algodão constitue hoje a grande riqueza do Estado. Basta ver que no activo commercial entra elle com cêrca de quatro quintos do valor da exportação em globo. <sup>(6)</sup> — Alem do algodão e da canna, ha outras muitas culturas em franco desenvolvimento, taes como a do arroz e outros cereaes, sendo já notavel a da maniva. — Outra industria que assume amplas proporções é a pecuaria, na maior parte dos municipios. Ha no Estado perto de 6.000 fazendas de criação. <sup>(7)</sup> Mas esta mesmo, como as demais industrias, tem soffrido nos ultimos tempos larga redução, determinada pela prosperidade assombrosa da algodoeira. Quasi que se poderia dizer hoje limitada ao consumo local a producção dessas fazendas. Mas só pela exportação de couros e

---

<sup>5</sup> V. Dr. Tavares de Lyra — op. cit. 101.

<sup>6</sup> Em 1913, num valor total de 5.437:902\$820 de productos exportados, o algodão em pluma entrou com 4.277:762\$310.

<sup>7</sup> De um relatório, infelizmente muito incompleto, do dr. Henrique Castriçano, quando secretario do governo, em 1906, extrahimos dados relativos a 21 municipios (dando um total de 3.274 fazendas). Tomando por base esse algarismo, teriamos, por um calculo muito approximado, que os 16 municipios restante (a respeito dos quaes não teve informações) orçarão por cêrca de 2.500 fazendas.

pelles diversas se poderia fazer idéa da importancia que ainda tem essa industria. O valor dessa exportação foi, em 1912, de 726.753\$985 <sup>(8)</sup>. Alem de couros, exportam-se tambem lacti-  
cinios. — Entre as industrias extractivas, a mais valiosa é a do sal. É sufficiente saber-se que só a União arrecada mais de tres mil contos de imposto sobre o sal exportado. <sup>(9)</sup> — São tambem importantes, e podem tornar-se ainda mais, as da borra-  
cha e das cêras (de carnaúba e de abelhas). <sup>(10)</sup>

IV. O commercio com o exterior teve seu desenvolvi-  
mento propriamente depois da Republica. Anteriormente, a im-  
portação do estrangeiro fazia-se mais por intermedio de Per-  
nambuco. A propria cabotagem só de pouco é que se está  
libertando de praças intermediarias. O mesmo se dá quanto  
á exportação directa. Facto curioso, aliás normal em todos  
os Estados e em todos os tempos, é o da superioridade do  
valor exportado sobre o da importação. Curioso, dizemos, pois  
que torna inexplicavel, como phenomeno natural, a desvalori-  
zação da nossa em relação á moeda estrangeira. Sim, porque  
o contrario é que se deveria verificar, desde que temos de  
pagar nas praças de fóra muito menos do que devem ellas  
pagar-nos a nós. E no emtanto, o que se dá no Brazil in-  
teiro é a depreciação da nossa moeda, só admissivel como de-  
vida a alguma anomalia do nosso regimen monetario. — Para  
termos uma noção nitida e exacta das condições economicas  
actuaes do Estado pela sua balança commercial, bastaria limi-  
tar-nos ao mais recente dos quinquenios a respeito dos quaes  
dispomos de dados para um confronto entre a exportação e a  
importação. Seja o quinquennio de 1906 a 1910. Durante esse  
periodo, a importação <sup>(11)</sup> foi, em cifra redonda, de perto de  
38 mil contos, dando, portanto, uma media annual de perto  
de 7.600 contos. <sup>(12)</sup> No mesmo periodo, a exportação <sup>(13)</sup> foi

---

<sup>8</sup> Mensagem de 1913, p. 28.

<sup>9</sup> V. Dr. T. de Lyra — op cit. 255.

<sup>10</sup> *Ibidem*, 289, 307.

<sup>11</sup> *Ibidem*, 327.

<sup>12</sup> A cabotagem foi, durante o quinquennio, de 20.856:176\$000, dando a media de 4.171:235\$000.

<sup>13</sup> O dr. Tavares de Lyra não diz si o calculo é relativo só

de 52.557:425\$000, dando a media annual de 10.511:485\$000. Verifica-se, pois, um saldo annual de mais de 2.900 contos. — Isto, ha dez annos atrás. <sup>(14)</sup> — O movimento maritimo, tanto de cabotagem como de longo curso, se faz principalmente nos portos de Natal, de Macau, e de Areia Branca. Esses portos são frequentados pelos navios estrangeiros que fazem o commercio directo com o exterior <sup>(15)</sup>, e pelos de varias empresas nacionaes, como o Lloyd Brasileiro, a Commercio e Navegação, as companhias Pernambucana e Bahiana, etc. Com os Estados contiguos, o commercio se faz pela pequena cabotagem e por vias terrestres.

V. Sobre tão solidas bases funda-se a situação das finanças publicas, sob cujo ponto de vista é ainda o Rio Grande do Norte um dos mais prosperos Estados da Federação. Quanto á receita, como expoente directo da economia geral, seria interessante acompanhar-lhe o desenvolvimento em que tem vindo des dos tempos do segundo reinado até a Republica, e de 1889 até os nossos dias, para mostrar como a prosperidade de hoje é ali o fructo da prudencia, do bom senso, da honestidade e da intelligencia dos dirigentes. Já temos, aliás, feito isso mais ou menos, em capitulos anteriores, quanto á phase que se encerra com a Republica. <sup>(16)</sup> De 1890 em diante, subsiste o augmento na mesma proporção durante os dois primeiros decennios; pois, de 1890 a 1899, a media annual da receita foi de pouco mais de 833 contos; de 1900 a 1909, subiu a mais de 1.271 contos. Nos sete exercicios que se seguem (de 1910 a 1916) elevou-se a media annual a 2.944 contos. No exercicio de 1917, ascendeu a receita a 4.794:998\$971. No seguinte (de 1918) houve notavel depressão, que o dr. Ferreira Chaves, em sua Mensagem ao Congresso, explica deste modo: «Após alguns annos de relativa abundancia, as rendas do Estado decresceram consideravelmente no que está a findar, trazendo, como era na-

---

ao porto de Natal, ou si comprehende tambem os de Areia Branca e Macáu. Parece, no emtanto, que é restricto ao de Natal, devendo-se, neste caso, dar mais para aquelles pelo menos uns 3.000 contos annuaes.

<sup>14</sup> V. Mensagem de 1919.

<sup>15</sup> Dr. Tavares de Lyra, 329.

<sup>16</sup> V. entre outros o nosso capitulo XXIV.

tural, o retardamento do progresso material com a paralização de varios serviços. Ao lado da baixa de preço do nosso principal genero de exportação, o algodão, que intuitivamente reduz a receita publica; alem da raridade e deficiencia do transporte para esse outro precioso factor de economia do Estado, que é o sal, a terrivel secca deste anno, após outro de inverno fraco, reduziu ou estancou quasi todas as melhores fontes de renda que alimentam o Thesouro. Assim é que o producto do imposto de exportação teve uma queda de cerca de 50 %, conforme se vê dos dados do Thesouro relativos aos mezes de Janeiro a Setembro do corrente anno (1919) comparados com igual periodo do anno anterior. Nos tres primeiros trimestres de 1918 a renda da exportação foi de 1.197:712\$773, attingindo a receita total desses nove mezes a 3.517:017\$097; emquanto a de igual tempo neste anno foi de 2.281:752\$228, dos quaes apenas 611:265\$517 cabem á exportação». Apesar das indicadas causas de decrescimo, verificou-se afinal que a receita de 1919 não foi, ainda assim, inferior a 3.000:000\$000.

VI. Sob outros aspectos é ainda o Estado do Rio Grande do Norte um bello exemplo de probidade, de esforço, de coragem patriotica para toda a communhão brasileira. — A instrucção popular, sob as varias formas, é hoje um dos serviços que prendem a maior attenção dos poderes publicos, e concentra a dedicacão de todas as classes. Póde dizer-se que está perfeitamente encaminhada ali a grande causa. Funcionam no Estado <sup>(17)</sup> 30 grupos escolares, e «uma escola ambulante», com 2.733 alumnos matriculados, alem de mais 334 que frequentam o grupo modelo annexo á Escola Normal. Inauguraram-se ainda em 1919 mais dois grupos, no municipio de São Miguel e na povoação de Parelhas. «A matricula de alumnos de primeiras letras é, porém — observa o desembargador Ferreira Chaves — muito superior ao numero acima dado, porque felizmente se desenvolve cada vez mais o ensino particular, quer na capital quer no interior; e a essa iniciativa benemerita não tem faltado o auxilio, embora ainda insufficiente, do

---

<sup>17</sup> Estes dados são relativos a 1919, e extrahidos da ultima Mensagem do dr. Ferreira Chaves.

poder publico. Pela lei do orçamento do corrente anno já são subvencionados 17 estabelecimentos particulares de instrucção; mas é maior o numero daquelles que merecem esse amparo. Alem dos grupos escolares acima indicados, inauguraram-se tambem, durante a minha administração, e em annos anteriores, os grupos Quintino Bocayuva, na cidade de Santa Cruz; Conselheiro Britto Guerra, na villa de Areia Branca; Meira e Sá, em Sant'Anna do Mattos; e Joaquim Nabuco, na villa do Taipú. Foi creado, e só não provido por falta de professores titulados, o grupo Coronel Tito Jacome, na villa de Augusto Severo». — Para o ensino secundario funcçionam o Atheneu Norte-Rio-Grandense e a Escola Normal, alem de outros institutos não officiaes, mas amparados pelo governo. — A imprensa pode orgulhar-se ali de ser das mais dignas entre as que se conhecem nos maiores Estados da União. A da capital é representada principalmente pelo *Republica*, o mais antigo dos órgãos subsistentes, tradição viva do sentimento republicano naquella terra. Creada pelo dr. Pedro Velho, por elle redigida durante muitos annos, tem sido até hoje o expoente mais exacto da cultura e das aspirações daquelle povo. Por ella têm passado todos os mais nobres espiritos de que se desvanece a terra potiguar, tornando-se portanto como a historia sentida da intellectualidade norte-rio-grandense. Alem do *Republica*, outros muitos jornaes se contam, tanto em Natal como no interior. — Ao concluir este capitulo, que é o final do presente trabalho, persuadimo-nos de que, por menos que seja, do pouco que ahi deixamos se colhem bastantes razões para que o nobre e operoso povo norte-rio-grandense possa dizer, mais com a serena consciencia do seu papel em nossa historia que com orgulho, aos seus irmãos da Republica: EIS AHI O QUE TEMOS FEITO NESTE PEDACÇO ESTREMECIDO DO NOSSO AMADO BRAZIL; NESTA TERRA QUE SAGRAMOS PELO SACRIFICIO, E ONDE AS MUNIFICENCIAS DA NATUREZA NÃO NOS VEM SEM CASTIGO. DIR-SE-IA QUE OS FLAGELLOS CREARAM EM NÓS ESTE HEROISMO, SEM O QUAL NÃO SE EXPLICARIA A NOSSA VIDA.

## INDICE DOS CAPITULOS

	Pags.
Prefacio . . . . .	7
Cap. I — Antecedentes historicos . . . . .	11
Cap. II — Antes da Conquista . . . . .	23
Cap. III — A Conquista . . . . .	29
Cap. IV — O forte dos Reis Magos . . . . .	37
Cap. V — Fundação de Natal . . . . .	45
Cap. VI — Capitania do Rio Grande do Norte . . . . .	53
Cap. VII — Limites e extensão . . . . .	57
Cap. VIII — O meio physico . . . . .	67
Cap. IX — Lineamentos da administração . . . . .	77
Cap. X — A entrada dos Hollandezes . . . . .	89
Cap. XI — O dominio dos intrusos . . . . .	101
Cap. XII — A acção do Conde de Nassau . . . . .	111
Cap. XIII — A reacção contra os intrusos . . . . .	123
Cap. XIV — Da expulsão dos Hollandezes até fim do seculo XVII . . . . .	143
Cap. XV — Administração da capitania durante o se- culo XVIII . . . . .	167
Cap. XVI — O regimen colonial sob os seus varios aspectos	185
Cap. XVII — Costumes, usos, festas, tradições . . . . .	203
Cap. XVIII — O que se passa particularmente nas capita- nias do norte depois da chegada da côrte . . . . .	221
Cap. XIX — A revolução de 1817 no Rio Grande do Norte	237
Cap. XX — No momento da independencia . . . . .	261
Cap. XXI — O Rio Grande na revolução de 1824 . . . . .	285
Cap. XXII — Até a abdicação . . . . .	305
Cap. XXIII — A administração, de 1831 até 1889 . . . . .	329
Cap. XXIV — Desenvolvimento economico em geral . . . . .	359
Cap. XXV — O ensino publico durante o Imperio . . . . .	373
Cap. XXVI — A imprensa até 1900 . . . . .	383
Cap. XXVII — As letras no Rio Grande do Norte . . . . .	407
Cap. XXVIII — Sob o novo regimen . . . . .	455
Cap. XXIX — O Rio Grande do Norte em 1920 . . . . .	485

## ERRATA

A revisão é bem regular. A não serem algumas incoherencias de graphia e uma ou outra palavra truncada, escaparam apenas as seguintes incorrecções que convem assignalar:

À p. 62 — *cômo* em vez de *com*.

À p. 67 — *popularidade*, em vez de *particularidade*.

A p. 203 — *talvez aquella*, em vez de *talvez sinão aque'lla*.

A p. 230 (nota 11) — *Num documento*, em vez de *Nesse documento*.

À p. 273 (nota 10) — *Annoções* por *Annòtações*.

À p. 299 — *fez o Araujo Pereira*, em vez de *fez o coronel Araujo Pereira*.

À p. 357 — *anda nos ares*, em vez de *andam nos ares*, etc.

À p. 263 — *Atribuindo-o* por *Attribuindo o*.

À p. 376 — *para orphãos*, em vez de *para orphãs*.

À p. 385 — *ali se imprimia*, em vez de *ali se imprimiam*.

E talvez algumas outras.



## INDICE DAS GRAVURAS

	Pags.
Natal — Panorama da cidade e foz do rio Potengy . . .	33
Natal — Panorama da cidade (Norte) . . . . .	65
Natal — Panorama da cidade — curva do Periquito no Po- tengy . . . . .	97
Natal — Panorama da cidade — Nascente . . . . .	113
Natal — Panorama da Ribeira. . . . .	145
Natal — Panorama da Ribeira. . . . .	161
Natal — Panorama da Ribeira. . . . .	193
Natal — Grupo escolar « Augusto Severo » . . . . .	209
Natal — Avenida « Tavares de Lyra » . . . . .	241
Natal — Praça 7 de Setembro — Lado Norte . . . . .	257
Natal — Jardim e Praça « André de Albuquerque » . . . .	289
Natal — Theatro « Carlos Gomes » . . . . .	305
Natal — Estatua Augusto Severo no <i>square</i> do mesmo nome . . . . .	321
Natal — Obelisco na Avenida « Tavares de Lyra » . . . .	353
Natal — Avenida « Rio Branco » . . . . .	369
Natal — Praça 7 de Setembro e Palacio do Governo » . .	401
Dr. Ferreira Chaves . . . . .	417
Dr. Alberto Maranhão . . . . .	449
Dr. Augusto Tavares de Lyra . . . . .	465
Dr. Antonio de Souza . . . . .	481

ACABOU DE SE IMPRIMIR  
NA TYPOGRAPHIA DO ANNUARIO DO BRASIL,  
(ALMANAK LAEMMERT)  
R. D. MANOEL, 62 — RIO DE JANEIRO  
AOS 15 DE ABRIL DE 1922



Este livro foi produzido pela  
equipe editorial da Universidade  
Federal do Rio Grande do Norte.



ISBN 978-85-425-0802-4

